

falas
reflexões
memórias

Canta

INFORME DE DISTRIBUIÇÃO RESTRITA DO SENADOR DARCY RIBEIRO

1961 - 1995

A INVENÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DARCY RIBEIRO — DOUTOR HONORIS CAUSA

Paulo Renato de Souza

Cristóvam Buarque

João Cláudio Todorov

UnB: INVENÇÃO E DESCAMINHO

ATOS CONSTITUTIVOS

DEBATES PARLAMENTARES

Senado da República

Câmara dos Deputados

Carta¹
falas reflexões memórias

14

CARTA' - informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro - quer ser um enlace de reflexão crítica de brasileiros lúcidos e insatisfeitos com nossa realidade tal qual ela é. Nosso propósito é passar o Brasil a limpo. Sabendo, porém, que para transformar é preciso, primeiro, entender, nos empenhamos em criar uma opinião melhor informada e mais combativa.

1995 - 1 / n° 14

Editores: Theresa Martha de Sá Teixeira
Leany Barreiro de S. Lemos
Gisele Jacon de Araújo Moreira
Celso Medeiros

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal
Coordenação (Gráfica): Claudionor Nunes
Capa: Theresa Martha de Sá Teixeira

Endereço para correspondência:
Revista CARTA'
Gabinete do Senador Darcy Ribeiro
Senado Federal - Anexo II - Gabinete 11
Brasília - DF - Brasil
CEP: 70 168 - 970

Tels: (061) 311 4229

311 4230

311 4231

311 4229

Telex: (061) 1357 3964

Fax: (061) 323 4340

Carta': falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro /
Darcy Ribeiro - n. 1 (1991) - n. 1 (1992) ; n. 5 (1992) - Brasília: Gabinete do
Senador Darcy Ribeiro, 1991 -
Irregular
V.; 25 cm

Em 1991 foram publicados os números 1, 2 e 3, em 1992 o número 1, que correspondeu ao número 4.
A partir de 1992, inicia-se a numeração seqüencial, pelo número 5.
ISSN 0103 - 958X

1. Ciências Humanas. I. Ribeiro, Darcy.

CDD 300
CDU 3

CARTA'

Prólogo		
O nascimento da UnB		7
DARCY RIBEIRO - DOUTOR HONORIS CAUSA		13
Ministro da Educação e do Desporto		21
Governador do Distrito Federal		25
Reitor da Universidade de Brasília		27
Dr. Anísio		33
- Darcy Ribeiro		
VISÕES DA UNB		
UnB em dois tempos		37
- Geralda Dias Aparecida		
UnB: um depoimento		55
- João Cláudio Todorov		
A aventura da UnB		61
- Cristovam Buarque		
UnB: pensando o Brasil como problema		75
- Antônio Ibañez Ruiz		
Pronunciamento de educadores sobre o projeto		81
- Darcy Ribeiro		
UNB: INVENÇÃO E DESCAMINHO		121
A UNB NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		167

ATOS CONSTITUTIVOS	Decreto nº 48.599 - Juscelino Kubistchek	231
	Decreto nº 50.732 - Jânio Quadros	233
	Memorial da Comissão de Planejamento - Darcy Ribeiro et al.	237
	Exposição de Motivos nº 492 - Clóvis Salgado	245
	Carta aos professores - Darcy Ribeiro	251
	Mensagem presidencial nº 128 - Juscelino Kubistchek	255
	A Lei de Criação da UnB - João Goulart	259
	Decreto nº 500 - Tancredo Neves	265
	Estatuto da FUB (1962)	267
	Estatuto da UnB (1962)	275
CRÔNICA DO ASSALTO	Manifesto dos professores	297
	Diáspora da Universidade	299
	Cartas exemplares - Afonso Arinos Filho e Aryon Dall' Igna	309
	A voz possessa da ditadura	311
DEBATES PARLAMENTARES	Câmara dos Deputados	319
	Senado Federal	365

Prólogo

O Nascimento da UnB

Assim que Juscelino Kubistchek assumiu a Presidência, seu compromisso de criar Brasília, mudando a capital para o interior, tornou-se o principal tema de debate nacional. Toda a mídia e todas as bocas discutiam Brasília, surgindo as mais variadas interpretações do que viria a ser. Algumas vezes figuravam a nova capital como tendo que ser feita no meio da selva selvagem, onde só viviam índios também selvagens. Isso me irritou muito. Eu era um dos poucos intelectuais que tinha vivido para além das fronteiras da civilização, conhecia inclusive a região onde Brasília seria implantada.

Expressei minha reação em um programa, na TV Tupi, em que dizia que Brasília ia ser plantada no cerrado goiano, onde não havia mata nenhuma, acrescentando que, no local, já havia algumas cidades, uma delas fundada em 1720.

Sugeri, naquele programa, que muito mais razoável que a programada capital nova seria retomar as idéias de um século atrás, de ligar com um canal o sistema Tocantins-Araguaia com o sistema Paraná-Paraguai, criando uma nova costa brasileira, instalada numa via navegável que iria de Belém a Buenos Aires. Se isso fosse feito desapropriando terras ao longo dessa via para implantar lavradores pobres, o projeto permitiria realmente arrancar os brasileiros que estavam concentrados na praia e lhes dar perspectivas novas de progresso

Minha idéia chegou a ser discutida. Chegou inclusive aos ouvidos de JK, para quem eu me tornei visível. Tinha já as qualidades de mineiro de uma família do PSD, um tio meu era deputado federal. Muito mais valeu, porém, para Juscelino, minha oposição de intelectual, a Brasília, e minha sugestão alternativa de adotar outras formas de interiorização do Brasil.

Segue-se a esse episódio o concurso internacional para a urbanização de Brasília e a divulgação do plano admirável de Lúcio Costa para a nova capital - um dos mais altos e belos documentos da cultura brasileira. Divulga-se também que a arquitetura de Brasília seria entregue a Oscar Niemeyer, o único gênio brasileiro. Nessas bases é que eu aderi aos planos de JK. Reconheci que a criação de uma cidade-capital, sede de todos os poderes e da cabeça das forças armadas no centro do Brasil, teria o efeito que teve a descoberta do ouro em Minas Gerais. Ataria todas as províncias brasileiras desgarradas por imensas distâncias umas das outras, porque em lugar de inclinar-se para o Rio de Janeiro, na costa Atlântica, todos se voltariam para o novo núcleo reitor, que seria a nova capital, situada no centro do Brasil.

Nessa ocasião, eu trabalhava no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que tinha o encargo de planejar o ensino primário e o médio da nova capital, sob a direção de Anísio Teixeira. Comecei então a argüir sobre a necessidade de criar também uma universidade e sobre a oportunidade extraordinária que ela nos daria de rever a estrutura obsoleta das universidades brasileiras, criando uma universidade capaz de dominar todo o saber humano e de colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional.

8 Prólogo

Encontrei logo adesões e oposições. Essas últimas partiram de assessores de JK, que queriam a nova capital livre de badernas estudantis, assim como de greves de operários fabris. Foram crescendo, porém, as ondas de apoio, que vinham sobretudo dos grandes cientistas brasileiros, que se juntavam na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O decisivo, porém, foi alcançar o apoio de Cyros dos Anjos e de Victor Nunes Leal, respectivamente Sub-chefe e Chefe da Casa Civil. Ambos passaram a falar ao Presidente do imperativo de criar-se uma universidade em Brasília. Conseguiram inclusive que ele, por decreto, me desse o encargo de projetar uma universidade para a nova capital. Eu andava sempre pelo Palácio do Catete, como encarregado que era de colaborar na redação das Mensagens Presidenciais, inclusive de redigir o capítulo da Educação. Nesse trabalho, atribuindo idéias à Presidência da República, é que me aprofundei no estudo dos sistemas educacionais, inclusive das formas de organização das universidades.

Armado com a autoridade que me dava o referido decreto, passei a reunir cientistas, artistas, filósofos para discutir a forma que deveria ter a futura universidade. Terminei por redigir um documento muito divulgado, que englobava uma crítica severa à universidade que tínhamos e a proposição de uma universidade de utopia. Nisso estávamos, quando fui chamado ao Catete para falar com o Presidente. Ele me disse que tinha sido procurado por Dom Hélder Câmara, que lhe comunicara o propósito que tinha a Companhia de Jesus de criar em Brasília uma universidade jesuítica, sem ônus para o Governo, acrescentando que a principal

universidade de Washington era uma universidade católica. O Presidente me disse que, entre meu projeto e o jesuítico, ele lavava as mãos. Suspeitei logo que ele já tivesse optado pelo projeto de uma universidade religiosa.

Vivi uma semana de desespero, vendo ruir o sonho da minha universidade de utopia, que era já, então, a ambição maior da intelectualidade brasileira como caminho de renovação do nosso ensino superior e de desenvolvimento da ciência. No meio desse meu desengano, tive a idéia de apelar para os *cães de Deus*, os dominicanos, que tradicionalmente opunham reservas aos projetos jesuíticos.

Procurei em São Paulo o Geral, no Brasil, da Ordem, que era Frei Mateus Rocha, e lhe expus o meu problema. Argumentei que o Brasil tinha oito universidades católicas, quatro delas pontifícias, que formavam milhares de farmacêuticos e dentistas, mas não formavam nenhum teólogo. Propus entregar aos dominicanos a criação de um Instituto de Teologia Católica dentro da Universidade de Brasília. Seria um ato revolucionário, porque a teologia, expulsa das universidades públicas desde a Revolução Francesa, a elas voltariam, justamente na mais moderna universidade que se estava criando naqueles anos. Houve reações adversas à minha iniciativa, inclusive a de um eminente cientista, que me acusava de trair a tradição laicista da educação.

Frei Mateus foi a Roma procurar o Santo Papa João XXIII, em companhia do Geral dos Dominicanos - o chamado Papa Branco -, e lhe fez a entrega de minha proposta. Soube logo, por telegrama, que o Papa tinha aquiescido. Tempos depois fui

receber Frei Mateus, pedindo o documento papal. Ele me disse que o Papa não escreve cartas nem faz promessas. Que toda a Igreja naquele momento sabia que não haveria universidade jesuítica em Brasília, estando aberto espaço para nós.

Enorme foi a surpresa de Juscelino quando lhe contei as minhas demarches. O que se seguiu, porém, foi um ato dele encarregando o Ministro da Educação e um grupo de canastrões, inclusive Pedro Calmon - que era, há dezoito anos, o Reitor da Universidade do Brasil - de programar uma universidade para Brasília. Eu seria uma voz isolada naquela convenção, destinada a perder a parada. Minha reação foi escrever um documento dirigido aos principais cientistas e pensadores brasileiros, comprometendo-os com o projeto que eu havia elaborado e para o qual pediria o apoio da referida Comissão. O certo é que a Comissão acabou por mandar ao Presidente o nosso projeto. Provavelmente porque enorme seria a celeuma se quisessem fazer em Brasília mais uma universidade federal.

A 21 de abril de 1960, Juscelino manda ao Congresso Nacional uma Mensagem pedindo a criação da Universidade de Brasília. Seguiu-se para mim um longo trabalho, primeiro nas Comissões da Câmara dos Deputados, para conseguir a aprovação de uma lei libertária da criação em Brasília de uma universidade inovadora. Nesse trabalho, contei com a colaboração de San Tiago Dantas, que deu forma ao Projeto de Lei, instituindo a universidade como uma organização não-governamental, livre e autônoma, de caráter experimental e dotada de imensos recursos para constituir-se e para funcionar.

Adveio o breve governo de Jânio Quadros, que me confirma por Decreto na qualidade de coordenador de planejamento da Universidade de Brasília. Em seu governo, adiantamos muito na fixação do terreno onde ficaria o *campus* da Universidade, entre a Asa Norte e o Lago. Contribuiu poderosamente para isso o plano urbanístico da Universidade, proposto por Lúcio Costa.

Nessa quadra, vendo que a universidade era inevitável, Israel Pinheiro lhe concedeu um vasto terreno, seis quilômetros distante da capital. O propósito era afastar a agitação estudantil do centro de poder da capital. Aceitei a doação, destinando-a a criar ali um centro agrícola de estudo de uma tecnologia para o cerrado.

No dia da renúncia de Jânio Quadros, passei no Gabinete da Presidência e senti ali um ambiente de incontrolável tensão. Mas ninguém me adiantou nada. O Secretário do Presidente, José Aparecido de Oliveira, sugeriu que eu fosse para a Câmara. Lá, só lá, soube da renúncia. No meio de uma Câmara perplexa, porque havia acabado de aceitar a renúncia como um ato unilateral, que não cumpria discutir, mas apenas tomar conhecimento. A sessão estava por encerrar-se, o que ninguém queria.

Acerquei-me então do Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Magalhães, e lhe pedi que pusesse em discussão o projeto de criação da Universidade de Brasília, que era o número dezoito da Ordem do Dia. Ele reagiu instantaneamente, tratando-me de louco. Mas instantaneamente percebeu que, ali, o único homem de juízo era eu. Mandou que eu descesse a Plenário para conseguir que um líder propusesse a mudança da Ordem do Dia. Quando eu ainda tentava

convencer o Deputado Josué de Castro a fazê-lo, o Presidente Sérgio Magalhães anunciou que, tendo sido aprovado o requerimento do líder do PTB, punha em discussão e mandava ler o projeto de criação da Universidade de Brasília. O que se seguiu foi o tumulto de uma Câmara que demorou alguns minutos a perceber do que se tratava, que era fazê-los exercer suas funções, discutindo uma lei de suprema importância. Os debates foram acalorados entre a UDN, como sempre contrária aos projetos do Governo, e os outros partidos, com o pendore de aprová-lo. O mais veemente discurso contrário foi o do velho Raul Pilla, ponderando que, se nossos pais e avós mandavam seus filhos estudarem em Coimbra, bem poderia o povo de Brasília mandar os seus para as antigas universidades, sem incorrer no risco de criar aventureiramente uma universidade em uma cidade apenas nascente. Na votação, o projeto da Universidade de Brasília foi aprovado com grande margem favorável.

Comecei meu trabalho então junto ao Senado, que aquiescia verbalmente às minhas proposições, mas não parecia disposto a aprovar o projeto. Procurei então o Primeiro-Ministro, Hermes de Lima, pedindo conselhos. Ele me disse que tinha uma boa solução, mas estava certo de que eu não a acolheria: era procurar o líder Filinto Müller, pedindo que ele conduzisse o debate da Universidade no Senado. Horrorizei-me. Tratava-se de aproximar dois extremos simbólicos - o meu de esquerdista e o de Filinto Müller, direitista.

Procurei o Senador Filinto Müller e pedi o seu apoio. Ele convidou-me para um chá em sua casa, onde comemos os excelentes bolos que sua senhora fazia. Mal ouviu

parte da exposição que eu queria fazer, justificando a organização da nova universidade, ele disse-me:

- Não se inquiete, professor. O problema agora é meu. Breve eu lhe farei saber quando será a discussão final em plenário.

Efetivamente, pouco tempo depois ele me chama, me faz sentar numa cadeira lateral para ouvir os debates sobre o projeto de criação da nova universidade. Eu os ouvia atentíssimo, sobretudo o Senador Mem de Sá, que num longo discurso argumentava que, sendo o Professor Darcy Ribeiro sabidamente um intelectual inteligente e competente; sendo também inegavelmente um homem coerente; e sendo, para arrematar, um reconhecido comunista, fiel ao marxismo, a universidade que propunha só podia ser uma universidade comunista. Como tal, inaceitável para o Senado. Seguiu-se a votação e o projeto da universidade foi aprovado por imensa maioria. Eu tinha em mãos, pois, toda uma lei admirável que deveria por em execução.

Minha primeira providência foi discutir com Anísio Teixeira se o Reitor deveria ser ele, que nesse caso teria de mudar-se para Brasília, ou se seria eu. Anísio, em sua generosidade, aceitou o cargo de meu Vice-Reitor, o que comuniquei a Hermes Lima e assim saiu o Decreto do Presidente João Goulart que me fazia fundador e primeiro Reitor da Universidade de Brasília.

Os meses e anos seguintes foram os da alegria de dar nascimento a Universidade de Brasília, transfigurando a idéia em coisa concreta. Dela tive de afastar-me, primeiro para ser Ministro da Educação e depois para ser Chefe da Casa Civil. Anísio assumiu a

Reitoria fazendo Frei Mateus Rocha, que levava adiante com todo entusiasmo a edificação do Instituto de Teologia Católica, o seu Vice-Reitor.

Graças às funções que eu exercia na máquina do Estado, pude ajudar muito a Universidade. Por exemplo, na sua edificação, no equipamento de seus laboratórios e conseguindo residências para os professores

que começavam a chegar às dezenas. Assim a Universidade foi crescendo e desdobrando suas potencialidades, até que o golpe militar que se abateu sobre o Brasil, regressivo e repressivo, caiu sobre ela com toda a fúria.

D.R./ abril, 1995.



República Federativa do Brasil
Universidade de Brasília

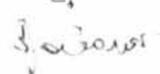
O Magnífico Reitor da Universidade de Brasília,
Presidente do Conselho Universitário, no uso das
atribuições que lhe são conferidas,
outorga a

Darcy Ribeiro

o título de

Doutor Honoris Causa
pelo saber e pela atuação em prol das
Ciências, das Letras e da Educação.

Brasília, DF, 15 de março de 1995


João Claudio Godoró

DARCY RIBEIRO, DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Queridos amigos,

Aqui estou, emocionado. Vivo de corpo inteiro, de alma tensa, esta hora de glória tão esperada. Vivi emoções semelhantes frente a outras universidades, que me armaram louvações. Maior é minha emoção agora. A Universidade que tenho, exageradamente embora, por filha minha, lava os olhos para me ver tal qual sou, aceitando meus defeitos, atribuindo-me qualidades.

Quisera, hoje, ter a mente clara como nunca, e um corpo que respondesse inteiramente a meu comando, para dizer aquela fala sábia e sentida que cabe nesta hora. Qual? O destino arma-nos tropeços, e eu vivo um deles, tolhido. Pensei fundamente em temas que poderia desdobrar aqui. Pensei até no modo de dizê-los. Bem podia usar, modestamente, um timbre camoniano:

Errei todo o discurso dos meus anos.

Acrescentando ainda, com a fala do zarolho:

*Erros meus, má fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjugaram*

Tudo isto para dizer, vaidoso, que não errei tanto. Acertei muito mais que errei. Prosseguiria recordando umas poucas de tantas bobagens que fiz, algumas frustrações que experimentei, apenas para contrastá-las com um elenco de esplêndidas realizações. Mas essa minha mágica oratória envelheceu. O que se pede hoje, aqui, agora, é um pouco da verdade das coisas.

Primeiramente, a crua verdade de que nada me comoveu tanto em minha vida de tantas emoções desencontradas como saber que este *campus* da Universidade de Brasília levará doravante meu nome. Será o *Campus Universitário Darcy Ribeiro*, uma glória que satisfaz, a pleno, pela primeira vez,

minha sede insaciável de elogios.

A lembrança que me veio, instantaneamente, ao sabê-lo, foi a da noite vivida aqui há trinta anos, logo depois que essa faixa de terras entre a Asa Norte e o Lago foi concedida à nossa Universidade nascente. Vim com uma amiga, percorremos este *campus*, que era uma macega, andando por cada trilha que se abria à nossa frente. Primeiro vimos, daqui, com pasmo carioca nos olhos, o esplendor do pôr-de-sol de Brasília, de que fruimos longamente. Depois, deitados por aí, vimos o céu se acender, cintilando estrelado. Lá ficamos, olhos no céu, olhando o universo mover-se. Eu, se fosse ciente, deveria ter, naquela hora, o sentimento profundo, que minha inciência não via, de que conquistara um bom pedaço do planeta Terra para nele edificar a Casa do Espírito, enquanto saber, cultura, ciências: a Universidade de Brasília, nossa UnB.

Meu sentimento hoje é o de reencontro com minha filha querida, já passada dos trint'anos, que assoma como uma primeira encarnação do que houvera sido, se tantas provações não lhe caíssem em cima. A ditadura militar regressiva e repressiva que avassalou o Brasil, assaltou furiosa nossa universidade, ainda menina. Acompanhei, em angústia indizível, desde o exílio, o que aqui sucedia. Cheguei a pensar loucuras, como a pretensão de que o Governo aceitasse minha entrega à prisão em troca de paz para a Universidade. Pretensões minhas, eu era nada e não sabia.

Poucas coisas me doeram tanto, talvez nenhuma me doeu assim, como saber, um dia, que a imensa maioria dos sábios que trouxera para cá, em defesa da dignidade desta Universidade, por não aceitarem seu avassalamento, saíram em diáspora mundo afora. Eram mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento, para plantar aqui a sabedoria humana. Cada um deles recebeu, com o contrato, um apartamento mobiliado, porque tudo deixaram ao virem para cá. Agora, dispersavam-se, de mãos vazias, buscando algum trabalho nas universidades nacionais, também perseguidas e para eles fechadas, ou no estrangeiro.

Peço a todos vocês que me ouvem que sintam por um momento, no íntimo de seus corações, a angústia daqueles homens e mulheres, vítimas do ato mais violento da ditadura militar contra a universidade brasileira. Cada um deles

levaria no peito, pela vida afora, um fundo sentimento de orfandade pela Universidade sonhada e perdida. Ainda hoje, onde estiverem, recordam aqueles poucos anos de alegre criatividade, de convivência amiga, de esperança participada que viveram aqui, como instâncias estelares de suas vidas.

Só muito lentamente, ao longo de sofridas décadas, essa nossa Universidade de Brasília começa a renascer. Isto dá-se pelo trabalho recôndito, silente, daqueles que se fizeram aqui o sal de sua carne. Retomaram nosso ideal de implantar nesta cidade-capital do Brasil uma comunidade autônoma e independente de sábios capazes de operar em duas órbitas. A de dominar todo o saber humano, para ganhar existência própria dentro da comunidade científica mundial, tarefa indispensável para que o Brasil realize as suas potencialidades. E também a de acercar-se ao nosso povo mais humilhado e oprimido, para buscar os caminhos de sua libertação e prosperidade.

Haverá quem pense que a universidade, como a matriz de reprodução das classes dirigentes da sociedade dentro de uma civilização, tem mais a ver com a prosperidade dos ricos que com o destino dos pobres. É até moda em nossos dias delegar aos automatismos da História as tarefas da redenção social, cuidando que os ricos mais enriquecidos socorrerão os pobres.

Essa postura, ou seu equivalente, que é o desinteresse pelo bem público, é compreensível em acadêmicos de países realizados. Eles estão em posição tão favorável no fluxo evolutivo, que o funcionamento espontâneo da sociedade os levará à vanguarda dos povos. Aliás, lá, ninguém esperou nunca nenhuma contribuição fundamental dos teóricos da universidade.

Essa não pode ser a concepção de uma universidade que se quer central e inspirada de um País que não deu certo. As classes dirigentes entre nós foram e são as responsáveis maiores por nosso fracasso histórico. São também culpados pelo tipo de prosperidade mesquinha que temos, incapaz de estender-se ao povo. Em nossas circunstâncias, é tarefa da Universidade criar intencionalmente elites novas. Elites orgulhosas do patrimônio que herdamos do passado - um território continental e um povo multitudinário, unificados em uma nação cheia de vontade de felicidade e de progresso, pronta para florescer como uma nova civilização. Mas sobretudo elites cheias de indignação frente a realidade sofrida do Brasil.

Elites fiéis ao nosso povo, prontas a reconhecer que nossa tarefa maior é nos elevarmos à condição de uma sociedade justa e próspera, de prosperidade generalizada a todos.

Quero crer que a minha chegada aqui, hoje, com o novo Reitor, Professor Todorov, é um marco avançado, que se soma a muitos outros implantados antes, da retomada de uma das ambições maiores da intelectualidade brasileira, encarnada nesta Universidade de Brasília. Longas e árduas foram as batalhas que travamos para chegar a essa hora de cumprimento dos desígnios da UnB. As próximas décadas serão também de lutas, das gratas lutas dos florescimentos do renascer.

Antevejo algumas dessas batalhas. A primeira delas é reconquistar a institucionalidade da lei original, que criou a Universidade de Brasília como organização não-governamental, livre e auto-constitutiva. Simultaneamente, cumpre libertar-nos da tutela ministerial, assumindo plenamente a responsabilidade na condução de nosso destino. Inclusive e principalmente, seu caráter de universidade experimental, livre para reinventar o ensino superior de graduação e pós-graduação, fazendo deles instrumentos de liberação do Brasil. E por igual indispensável definir seu professorado como um corpo de pesquisadores que dão aulas, fugindo do sistema infecundo de professorado por disciplina, que incapacita as universidades brasileiras para o cumprimento de seus objetivos.

Atentem bem! Tenham cuidado comigo. Já comecei, como se vê, a dar conselhos. Se me deixarem livre, prosseguirei na pregação. Esse é um pendor inelutável. Para comprová-lo, deixem-me dizer que tenho horror ao democratismo que anda solto pelo ar, quebrando o caráter da universidade como instituição necessariamente hierárquica e hierarquizadora. Esse é um feio pecado meu. Combatendo a cátedra todo-poderosa de então, querendo instituir uma departamentalização vigorosa, igualei bisonhos aprendizes a sábios maduros, cegando os jovens na inciência e incapacitando-os a aprender.

Para compensar essa frustração, alegarei aqui um acerto nosso, que foi a ascensão ao quarto nível, o da pós-graduação. Faça da Universidade de Brasília que se deve a Anísio Teixeira. Graças à sua implantação aqui e a sua

difusão por todo o País, o Brasil já multiplicou várias vezes os estudos monográficos com que se contava sobre temas e problemas relevantes. Mas chega de advertências, ponderações e conselhos.

Olhando para o futuro, nostálgico de mim e dos velhos tempos, o que peço é que voltem ao **Campus Universitário Darcy Ribeiro** aquela convivência alegre, aquele espírito fraternal, aquela devoção profunda ao domínio do saber e a sua aplicação frutífera. Éramos uns brasileiros apaixonados pelo Brasil, prontos a refazê-lo como um projeto próprio, que fosse a expressão da vontade dos brasileiros. Não éramos mesmo compatíveis com a ditadura que se instaurou contra o povo e contra a Nação. Foi num ato de defesa própria que a ditadura dispersou aquele corpo de professores irredentos. Eles acreditavam que fôssemos perigosos. Gosto de pensar que éramos mesmo.

Obrigado, amigos queridos, por me aceitarem tal qual sou. Não tenho mais tempo para melhorar. Mas necessitava muito dessas expressões de admiração e carinho. Sou, sempre fui, um ser confessadamente carente de elogios. Obrigado.

Saudação do Ministro da Educação e do Desporto

Professor Paulo Renato de Souza

Magnífico Reitor, Professor Todorov, meu caro Darcy Ribeiro, Senador, Reitor dessa Universidade, Magnífico Reitor, criador desta Universidade, meu caro Cristovam Buarque, Governador de Brasília, ex-Reitor desta Universidade, senhores professores, senhores alunos, funcionários desta Universidade, senhores Parlamentares aqui presentes, é com muita emoção que aceitei o convite do Magnífico Reitor da UnB para hoje saudar em nome da Universidade o nosso querido professor Darcy Ribeiro no dia em que a Universidade de Brasília lhe presta a mais justa das homenagens ao outorga-lhe o título de "Doutor Honoris Causa". Pra mim, pessoalmente, é uma grande honra ter sido distinguido com esta escolha do Magnífico Reitor e me sinto realmente emocionado de poder de alguma forma traduzir o pensamento de toda a comunidade da Universidade de Brasília.

Ontem, pensando em como deveria dirigir essas palavras e saudar o Professor Darcy Ribeiro, pensava primeiro em olhar o currículo do Professor Darcy Ribeiro e tratar de fazer a saudação com base nesse currículo, que tem uma contribuição tão importante para a vida brasileira, para a antropologia brasileira, para a educação brasileira e para a educação, eu diria, e para a Antropologia de toda América Latina e a sua contribuição também a vários organismos internacionais, sem falar, obviamente, da sua contribuição acadêmica na área de Antropologia e a sua contribuição literária. Decidi, entretanto, fugir desta linha, que seria uma área mais prudente, a mais adequada numa cerimônia em que se presta homenagem a uma pessoa pela sua contribuição a uma instituição como a UnB, e decidi falar sobre o futuro, falar sobre a contribuição do Professor Darcy Ribeiro para o futuro da educação no Brasil.

Eu acho que esse é um momento muito especial da vida brasileira, um momento em que a Universidade, a escola, os educadores, os professores, os alunos, a sociedade no seu conjunto buscam um novo encontro na área de educação. Nós todos reconhecemos que algo precisa mudar na educação brasileira. Hoje, o nível de acordo sobre o que é preciso fazer é maior do que alguns anos, maior do que no tempo em que eu tive a honra também de dirigir a

Universidade de Campinas ou a Secretaria de Educação de São Paulo. Esses anos todos de tentativas e fracassos, algumas melhorias, mas, enfim, não aquelas que nós esperávamos, nos conduziram a uma consciência de que agora sim é impossível postergar mais soluções para a educação no Brasil.

E vemos hoje com muita emoção e com muita alegria o professor Darcy Ribeiro novamente contribuindo e dando a sua opinião, fazendo as suas sugestões, traduzindo num projeto de lei de diretrizes e bases toda a sua vida, a sua experiência, a sua vivência de educador, de homem público, de batalhador das causas sociais do nosso País e da América Latina. E ele traduzindo toda essa experiência e toda esta vivência, oferece ao Senado já em 92 um projeto de lei que pode ser discutido neste ou naquele detalhe, mas que dá um rumo muito preciso para a educação brasileira.

Assumindo o Ministério da Educação, preocupou-me, obviamente, conhecer toda a história dos últimos anos, do debate sobre a lei de diretrizes e bases e pude ler todos os projetos e realmente gosto muito do projeto do Senador Darcy Ribeiro. Ele não só coloca uma linha muito clara do desenvolvimento da educação, mas deixa um espaço muito claro para a ação política dos governos, que são eleitos em nome do povo. Têm que exercer e executar as suas propostas, mas ele valoriza a educação na medida que ela deve ser valorizada. Obviamente, a decisão hoje é uma decisão do Congresso, mas eu acho que o projeto do Senador Darcy Ribeiro merece, nesse momento, uma atenção muito especial e, discutindo com alguns colegas de Ministério, ontem, sobre justamente esta cerimônia de hoje, e sobre as palavras que eu deveria dirigir, foi lembrado que a criação da Universidade de Brasília se deu através de uma lei, como manda a Constituição. Na semana anterior à da aprovação da lei da Universidade de Brasília, se deu a aprovação da antiga Lei de Diretrizes e Bases de 1961, e as duas na área da educação eram, na área da educação superior, na área da universidade, eram totalmente antagônicas, a universidade, a lei da Universidade de Brasília apontando o futuro e a Lei de Diretrizes e Bases na área de ensino superior olhando para o passado. Eu acho que gostaria de, nesse momento, que nós refletíssemos sobre o futuro da educação no Brasil, que nos inspirássemos na sugestão de alguém que traça a experiência de uma vida, traz as lições do passado, mas que tem um projeto que aponta claramente para o futuro, e oxalá nesta vez, em que estamos discutindo a nova lei de diretrizes e

bases, não cometamos o mesmo erro do passado aprovando uma lei que não olhe para o futuro, por isto eu acho que esta cerimônia tem hoje para nós um sentido muito especial e muito profundo.

Não só foi feliz a Universidade de Brasília e seus órgãos dirigentes ao decidirem outorgar o título ao professor Darcy Ribeiro, mas foi muito feliz o professor Todorov ao decidir iniciar o ano letivo de 1995 com esta cerimônia de entrega do título e com a presença do Senador Darcy Ribeiro nesta Casa, nesta oportunidade. Esse é um momento que nós estamos praticamente definindo o futuro da educação no Brasil, e o Professor Darcy Ribeiro, como tantas vezes no passado, está aqui hoje para nos dar um caminho, para nos sugerir uma trajetória que certamente haverá de colocar a educação brasileira num patamar, numa direção claramente daquela que infelizmente vivemos no passado e no momento atual. A recuperação da Universidade, a recuperação da escola pública de 1º grau, a recuperação do 2º grau, oferecimento de novas oportunidades educacionais para nossa juventude estão a reclamar da nossa ação, dos dirigentes, dos dirigentes governamentais, aqueles que estão no Executivo, dos Parlamentares que são os dirigentes do País também, dos dirigentes das universidades, nossos Reitores, nossos Diretores, nossos Conselhos estão a reclamar soluções novas, audaciosas, repensar o nosso problema com uma perspectiva clara sem preconceito sem idéias preconcebidas. É neste sentido, Senador Darcy Ribeiro, que eu vejo esta cerimônia como uma grande homenagem, mas também como um pedido de ajuda a V. Exa para que o Senador nos ilumine com suas idéias e nos aponte o futuro da educação no Brasil.

Muito obrigado.

Palavras do Governador do Distrito Federal

Cristóvam Buarque de Souza

Meu caro grande mestre de todos nós, Darcy Ribeiro, meus amigos, Ministro, Reitor, Vice-Reitor, nós temos algumas coisas que nos unem hoje neste momento, aqui, como o amor a esta instituição, Universidade de Brasília, e como o profundo respeito que todos nós temos pela figura humana, pela figura intelectual, pelo homem público que é Darcy Ribeiro. E, sobretudo, este homem Darcy Ribeiro, que nós temos que hoje olhar pelo exemplo que significa a cada um de nós que optou pela carreira dos estudos das letras, da ciência, e pelo amor ao País onde nós nascemos, e, especialmente, ao povo do País onde nós nascemos, o qual Darcy Ribeiro em nenhum momento traiu por um único segundo de seus 70 anos.

É o exemplo de um homem que não ficou apenas nos seus livros específicos de sua categoria científica de antropologia. Primeiro porque reescreveu tudo que leu, escrevendo diferente, porque ele teve a ousadia da criatividade e o compromisso da verdade. Da sua verdade, não na verdade dos livros que ele recebeu, que respeitou, mas que ele avançou. É a esse exemplo de ousadia, de criatividade, que nós temos hoje que prestar uma homenagem. E esta ousadia, e esta coragem, e esta criatividade hoje, no Brasil, mais do que qualquer outro nome, tem um nome: Darcy Ribeiro. Ele significa isso que hoje no Brasil é a criatividade, a criatividade, a criatividade, quantas vezes a gente diga, é coragem, é coragem, e é ousadia, ousadia. Mas não basta ficar no homem intelectual que é Darcy Ribeiro. Hoje eu quero prestar uma homenagem a um homem, ao ser, independentemente do que ele escreveu, um homem que se diferencia da maior parte de nós. Aqui, sem dúvida alguma, de mim, que não tenho esse mérito, de ficar como todos nós que amamos a vida, mas amamos platonicamente. Darcy ama eroticamente a vida e leva esse amor às últimas conseqüências. E acredita nela e aqui está fazendo amor à vida junto com todos nós. Darcy Ribeiro, eu acho que eu estou ficando velho e maduro, porque é quando a gente sabe o que a gente quer ser na vida; quando eu era pequeno, me perguntavam o que eu queria ser. Eu dizia muitas coisas. Hoje, se qualquer um de vocês perguntar: quando crescer você quer ser o quê? Eu diria: quando eu crescer quero ser Darcy Ribeiro.



Solenidade de Outorga do Título de Doutor Honoris Causa a Darcy Ribeiro, pela Universidade de Brasília, em 15.3.1995. Na foto, o atual Reitor da UnB, João Cláudio Todorov, Darcy Ribeiro e o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza.

A Irreverência de um Intelectual e o Projeto da UnB

João Cláudio Todorov

Ousadia e irreverência foram as ferramentas de trabalho de Darcy Ribeiro para conseguir realizar o sonho obstinado de criar uma universidade inovadora para a nova Capital. Em 1958, o passo inaugural é o convite recebido de Victor Nunes Leal e a indicação de Cyro dos Anjos para elaborar o anteprojeto de uma Universidade. O convite se transforma num sonho burilado e acalentado por Darcy junto a intelectuais brasileiros como Anísio Teixeira, José Israel Vargas, Antonio Houaiss, Eduardo Galvão, Luiz Laboriau, José Leite Lopes, Florestan Fernandes, dentre outros nomes ilustres.

O anteprojeto se converte em sonho, ou o sonho se converte em anteprojeto? Fundem-se. Juntos encontram seus percalços e sua força. No final de 60, Juscelino está disposto a transformar o “projeto” de Darcy em uma Universidade Católica dirigida pelos Jesuítas. Por que não uma Universidade Pública e por que não Darcy? Darcy revida, convidando os dominicanos para a Faculdade de Teologia que terá lugar dentro de uma Universidade Pública. Proposta absolutamente irreverente em relação ao princípio da separação entre o laico e o religioso, e considerada “herética” nos termos do pensamento francês “de longa duração”, isto é, naquilo em que permanece inalterável da Revolução aos dias atuais. Estratégia irreverente mas vencedora. O projeto é de Darcy e a Universidade será pública. Contudo; o projeto não será aprovado no Governo Juscelino.

Mais uma irreverência em 25 de agosto de 1961. Renúncia do Presidente Jânio Quadros. Enquanto o Congresso Nacional discutia perplexo o “fato do dia”, Darcy força a entrada do projeto da Universidade na Ordem do Dia e obtém a sua aprovação.

Fundada em 15 de dezembro de 1961, a Universidade de Brasília do Reitor Darcy Ribeiro é a Universidade que vive os tempos de pioneirismo, muitas dificuldades mas muitas realizações vividas em clima de euforia. É um marco na vida intelectual e cultural da nova Capital. Um período de "efervescência social", nos moldes do conceito *durkheimiano*.

Darcy Ribeiro sofreu com a universidade reprimida e quase dizimada do primeiro período pós-revolucionário. Das cinzas desse momento trágico, mas ainda no período autoritário, uma Universidade de Brasília aos poucos renasce e se constitui. No seu interior, forças conservadoras e forças democráticas. Muitos momentos doloridos, frustrantes, mas muitos momentos que antecipam a abertura democrática nacional e a democratização interna. E, com certeza, muita produção intelectual. Ensino, Pesquisa e Extensão. Graduação e Pós-graduação.

Em 1985, o primeiro Reitor eleito da Universidade de Brasília marca um novo período de ebulição; mas mesmo assim não é a ebulição pioneira. Já é uma Universidade consolidada. Não são os cerca de 800 estudantes e 200 professores dos primeiros anos de 60, mas os cerca de 8.000 estudantes e 1.200 professores, além dos 3.000 servidores técnico-administrativos. Darcy Ribeiro é convidado para a aula inaugural. De novo irreverente, ele não se contenta em aplaudir uma universidade democratizada, dinâmica e responsável. Aos seus olhos de pioneiro, a universidade estaria "cálma" demais. Talvez não a universidade de seu sonho. Ele pede uma revolução. A Universidade de Brasília tem que ser uma instituição revolucionária na história da educação.

Antropólogo de renome. Reconhecimento por sua história da Civilização Americana, foi também irreverente com a comunidade brasileira. Nos anos setenta, com a consolidação da comunidade dos antropólogos em torno de uma pós-graduação e da pesquisa nas universidades, ao invés de uma antropologia das civilizações, se fazia uma antropologia social. Irreverente, criticou o novo perfil da antropologia. A comunidade reagiu, não deu razão a Darcy, mas o respeito à obra de Darcy e ao seu papel histórico e estimulante permanece com força inalterada.

Talvez a irreverência de Darcy possa impedi-lo de ver os "ganhos e os feitos" da sua "filha" que é a Universidade de Brasília, assim como os "ganhos e os feitos" da comunidade de antropólogos que se desenvolveu no Brasil depois

do seu período pioneiro. Talvez o clima efervescente seja exclusivo dos tempos pioneiros. O amadurecimento da Universidade não mais dele precisa. Há algo de nostalgia em Darcy.

Mas a sua irreverência é o que lhe permite jamais se acomodar. Quem sabe essa irreverência possa se transformar em pedagogia? Poderiam as universidades serem irreverentes consigo próprias? Contagiados, os intelectuais universitários poderiam ser mais sensíveis à autocrítica, à avaliação e à busca da inovação?

É difícil praticar a auto-irreverência num momento em que o “espírito corrente”, presente muitas vezes na imprensa e na fala de muitos políticos, é o de confundir inovação com privatização, e males da sociedade e da educação com gastos ditos excessivos com as universidades públicas, quando o seu dia a dia é o da exigüidade de recursos. A contínua autocrítica, avaliação e inovação no interior das universidades públicas são vitais para permitir ver, além do reconhecimento da difícil e árdua consolidação universitária no Brasil, possibilidade de inovação nessa trajetória. A Universidade e o mundo intelectual sempre devem permanecer criativos, críticos e irreverentes, mas com certeza sem confundir inovação com “diminuição do lugar das Universidades Públicas”. Num mundo internacionalizado, terceirizado e informatizado, e em que as inovações científicas e tecnológicas são condições de desenvolvimento, é impensável desmerecer a função das Universidades.

Doutor Honoris Causa pela Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro é um símbolo da defesa civilizatória e política das instituições que se organizam em torno da “trilogia” da cultura, ciência e tecnologia. Sério e irreverente, criativo e obstinado, Darcy não fugiu e não foge das questões polêmicas. Esse talvez o seu maior ensinamento.

ATO DA REITORIA Nº 425/95

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias, e de acordo com a Portaria Ministerial nº 341 de 21.5.87,

R E S O L V E :

Dar o nome de **CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO** à Cidade Universitária da Universidade de Brasília, compreendendo as glebas "A", "B" e "C", situada na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília, em homenagem ao professor Darcy Ribeiro, idealizador e fundador da Universidade.

Brasília, 15 de março de 1995.

JOÃO CLAUDIO TODOROV
Reitor

Dr. Anísio

Darcy Ribeiro

Convivi com alguns homens admiráveis que já se foram. Entre eles meu herói, Rondon; meu estadista, Salvador Allende; meu santo, Frei Mateus Rocha; meu sábio, Hermes Lima; meu gênio, Glauber Rocha; meu filósofo da educação, Anísio Teixeira.

Anísio foi a inteligência mais brilhante que conheci. Inteligente e questionador, por isso filósofo. Era também um erudito, até demais. Só consegui entender meu interesse pelos índios, quando o fiz comparar alguns deles com os atenienses e espartanos. Tamanho e tão frondoso era o saber de Anísio, que ele, muitas vezes, parava, incapaz de optar entre as linhas de ação que se abriam à sua inteligência. Nessas ocasiões, eu, em minha afoiteza, optava por ele, que, malvado, dizia: - "Darcy tem a coragem de sua inciência".

Anísio foi essencialmente um educador. Quero dizer, um pensador e gestor das formas institucionais de transmissão da cultura, com plena capacidade de avaliar a extraordinária importância da educação escolar para integrar o Brasil na civilização letrada. Para ele, a escola pública de ensino comum é a maior das criações humanas e também a máquina com que se conta para produzir democracia. É, ainda, o mais significativo instrumento de justiça social para corrigir as desigualdades provenientes da posição e da riqueza. Para funcionar eficazmente, porém, deve ser uma escola de tempo integral para os professores e para os alunos, como meus CIEPs.

Ainda habitado pelo saber jesuítico, em que fora conformado, Anísio foi Secretário de Instrução Pública da Bahia. Refêz-se a partir de uma viagem iluminada pela Europa e principalmente depois de uns anos estudando educação na Universidade de Columbia, onde se fez deweyista, apaixonado pela tradição democrática americana e por suas escolas comunitárias.

Foi já esse novo Anísio que revolucionou o ensino público do Rio de Janeiro e criou nossa primeira universidade digna desse nome, a Universidade do Distrito Federal. Isso ocorreu naqueles anos de clarividência que o Brasil viveu

no começo da década de trinta, dinamizada pelo sopro renovador da Revolução. Todo o Brasil se repensava e modernizava, inclusive a educação, chamada a dinamizar-se e a se refazer pela veemência do Manifesto dos Pioneiros da Educação.

Sobrevém, então, a onda fascista que avassala o mundo. Reagindo contra ela, os comunistas se lançam, aqui, na loucura da Intentona de 1935, comprometendo seus aliados democráticos da Aliança Nacional Libertadora. Revira a situação política e cultural e recai a repressão mais injusta e severa sobre o prefeito Pedro Ernesto, e sobre os mais eminentes intelectuais brasileiros; Anísio, Castro Rebelo, Hermes Lima, Leonidas Rezende e muitos outros, perseguidos e presos pela polícia de Filinto Müller.

Ascende, com a onda fascista, uma liderança cultural direitista, encabeçada por Chico Campos, Gustavo Capanema, Santiago Dantas, que assume o poder na área da educação. São os anos trágicos do Estado Novo, da intolerância, da tortura e dos banimentos. Sob a regência deles é abandonado o plano de Anísio para o ensino primário que previa a construção de 74 grandes escolas. Delas ficaram até hoje, como testemunho do que teria sido a educação brasileira, algumas de suas escolas experimentais: Argentina, Estados Unidos, México e Guatemala. Foram desarticulados, também, a Biblioteca Central de Educação, o Instituto de Pesquisas e o Instituto de Educação, que Anísio implantou para formar o magistério primário em nível superior.

A Universidade do Distrito Federal, filha querida de Anísio, foi fechada e banidos seus professores, os mais brilhantes que o Brasil uma vez reuniu: Afrânio Peixoto, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Roquette Pinto, Mário de Andrade, Villa-Lobos e muitos outros. Anísio não pôde trazer foi a equipe de professores franceses da mais alta qualificação, que ele contratara e que já estavam no cais, quando ocorreu o desastre.

Anísio, proscrito, se recolhe à vida privada e assim sobrevive até que, com a vitória das democracias na guerra, é chamado para um cargo na UNESCO, recém criada. Vem depois para o Brasil dirigir a CAPES, com o encargo de formar no estrangeiro novas elites científicas, tecnológicas e culturais. Assume,

também, a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, devotado à renovação do ensino fundamental.

No Rio de Janeiro, Anísio volta a ser nosso principal líder intelectual. Foi, então, que me aproximei dele, no movimento de luta em defesa da escola pública, nos debates da Lei de Diretrizes e Bases, em que Dom Hélder e Lacerda queriam entregar os recursos públicos às escolas privadas. Passei a colaborar diretamente com Anísio, ajudando no projeto e na criação do Centro Nacional e da rede de Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, implantados no Rio, em São Paulo, Minas, Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande. O projeto ambicioso de Anísio era, com esses centros, prover recursos para forçar as universidades brasileiras a assumirem responsabilidades no campo educacional, na mesma proporção em que o faziam com respeito à medicina e à engenharia.

Ocorre, então, outro episódio de perseguição a Anísio. Os bispos exigem do Presidente da República, pela voz de Dom Hélder, seu afastamento do Ministério da Educação, porque achavam insuportável seu pendor democrático esquerdista. Anísio, indignado, deixa o INEP e vai para casa, argumentando, em discussão comigo e com Almir de Castro, que o cargo pertencia ao Ministro que, para ele, podia livremente nomear e demitir. Discordando, fui para a CAPES, onde ditei, para Fernando Tude de Souza, um artigo polêmico publicado no *Correio da Manhã*, com a assinatura de Anísio, sob o título *Sou Contra X Sou A Favor*. Era uma espécie de decálogo, que depois de relatar brevemente a deposição de Anísio, contrapunha as principais concepções que se debatiam na área da educação. A repercussão foi enorme, na forma de dezenas de editoriais dos grandes jornais de todo o Brasil, exigindo o retorno de Anísio à direção do INEP. Foi o que ocorreu. O ministro voltou atrás, porque o Presidente da República era Juscelino Kubitschek.

Seguiram-se anos de trabalho alegre e fecundo, centrado principalmente no planejamento do sistema educacional que se iria implantar na nova capital – Escolas-parque e Escolas-classe. Inclusive e principalmente a criação da Universidade de Brasília, cuja concepção interessou vivamente a toda a inteligência brasileira, especialmente à comunidade científica. Anísio e eu discutíamos sem parar, quase sempre concordando, mas às vezes

discordávamos. Isto foi o que ocorreu, por exemplo, quando Anísio se fixou na idéia de que a UnB só devia ter cursos de pós-graduação. Afinal, concordou comigo e com nosso grupo acadêmico, que era indispensável um corpo estudantil de base, sobre o qual os sábios se exercessem, fecundamente, cultivando os mais talentosos para que eles próprios se multiplicassem. Mas a preocupação de Anísio com a pós-graduação frutificou e foi na UnB, que se institucionalizou o 4º nível, como procedimento orgânico da universidade brasileira.

Implantamos, afinal, a nossa querida Universidade, com urgência urgentíssima, porque tínhamos medo de que a lei que mandava criá-la não pegasse. Pegou. Os primeiros prédios, onde funciona hoje a Faculdade de Educação, foram construídos com verba do INEP, transferida do diretor, que era Anísio, para mim, que era Vice-Diretor.

A UnB floresceu, capacitando-se rapidamente para dominar o saber humano e colocá-lo a serviço do diagnóstico das causas de nosso atraso e da busca das melhores soluções para o desenvolvimento autônomo do Brasil. Anísio e eu a conduzíamos, felizes e orgulhosos, com a ajuda de Frei Mateus. Eu, às vezes, de longe, porque fora chamado ao cargo de Ministro da Educação, e depois, de Chefe da Casa Civil da Presidência.

Nestes trabalhos estávamos, Anísio exercendo a reitoria, quando estoura o golpe militar de 1964, que se assanha, furioso, contra a Universidade nascente e destrói a rede nacional de centros educacionais do INEP. Anísio foi, mais uma vez, proscrito; eu, exilado. O corpo de sábios que leváramos para Brasília, como professores e pesquisadores, acossado pela brutalidade da ditadura, se demite, numa diáspora dolorosa. Morria outro sonho anisiano de Universidade.

Eu, lá de longe, jurava: "havemos de amanhecer"...

VISÕES DA UnB

**UnB em
Dois Tempos**

Geralda Dias Aparecida

A história da Universidade de Brasília precisa ser contada no plural. Encontram-se em suas formas arrojadas as aspirações de políticos e intelectuais encantados com o Brasil do futuro. A UnB, no coração do Brasil, ventilaria os ideais de renovação no pensamento para o País inteiro. Como fruto de uma utopia, a UnB terá que conviver com as oscilações de seu projeto fundador.

"Queríamos trabalhar para a Nação, ser capazes de pensar e elaborar o saber brasileiro e contribuir para a formulação do nosso projeto de Nação. Mas para isso seria preciso haver liberdade de assumirmos riscos, cometermos erros na busca de nosso caminho. A UnB tinha que ser uma universidade de homens livres, e, a partir do momento em que não houve mais liberdade no Brasil, aquele sonho foi abaixo, e a UnB foi transformada em seu oposto,

uma velha universidade, que reproduz os privilégios e as classes dirigentes de um País colonizado e dependente, existindo para outros povos que não o seu próprio."

Darcy Ribeiro. Conferência realizada em Brasília em 1978. Fragmentos reproduzidos no *Boletim da Associação de Docente da UnB*, nº 3, nov. 1978.

"No ano findo mereceu inusitada repercussão um problema interno da UnB - a suspensão de 16 alunos. Desde junho de 1969 até maio de 1976 a UnB não conhecia qualquer problema de ordem disciplinar e, nesses sete anos, foi possível construir a Universidade de Brasília, que até então só existia no papel ou na fantasia de alunos."

José Carlos Azevedo. Apresentação do Relatório de Atividades da UnB de 1977, UnB, vol. I, 1978.

Na história da UnB sobressaem duas imagens que marcam profundamente a sua individualidade. Uma, a de sua origem, alimentada pela idéia da "universidade necessária", e a outra que procura encarnar sua existência como "universidade construída". Essas imagens pertencem aos dois primeiros momentos de sua contribuição e correspondem a projetos diferentes quanto à concepção, organização e gestão de uma instituição universitária. Ambas mantêm como referência o fato da emergência da UnB no início da década de sessenta, como portadora da idéia de renovação dentro do quadro universitário brasileiro.

O Projeto da UnB surgiu em contraposição ao modelo tradicional de universidade criado nos anos trinta no Brasil, modelo que estava sendo questionado por setores das próprias instituições de ensino e pesquisa e por aqueles que pensavam em uma universidade voltada para as transformações que requeria a sociedade brasileira naquele momento. Na concepção de seus criadores, deveria ser uma universidade que, junto ao humanismo, à livre criação cultural, fosse integrada à ciência e à tecnologia modernas. No conjunto, seriam modificados os padrões de conhecimento presentes no ensino superior brasileiro.

Este projeto apresentava como um dos requisitos para seu êxito o funcionamento de uma sociedade democrática, onde a liberdade fosse exercida sem constrangimentos. Propunha-se uma instituição autônoma que pudesse definir seus próprios rumos, integrada, no entanto, à sociedade que a amparava. Logo no início de sua aplicação, mudaram as condições políticas do País, que não permitiram seu pleno desenvolvimento. Os primeiros construtores traziam muitas certezas e esperanças, que refletiram em sua ação inicial. Logicamente estas certezas e esperanças não foram perdidas ao longo do tempo, mas os novos atores que possibilitaram a sua constituição contaram com outros fatores não previstos pelos seus idealizadores. Após dois anos de funcionamento, o regime militar foi instaurado no País e esse formulou um modelo político diferente, no qual a UnB seria integrada de forma traumática.

A identificação com o "novo" continuou como parte de seu universo ideológico, mas,

ao longo de sua experiência, outros elementos foram agregados à sua constituição, entre eles a luta política para manter fidelidade aos princípios iniciais, e isso marcou sua imagem e identidade no conjunto das universidades brasileiras. Nesses trinta anos, formaram-se várias gerações de estudantes, seu corpo docente e o técnico-administrativo sofreram uma grande variação, e permaneceu uma estrutura acadêmica um tanto desfigurada em relação à proposta inicial.

O projeto inicial tentou resistir nos seis primeiros anos de sua implantação, mas terminou por ser esvaziado em seu conteúdo ao ser eliminado o primeiro grupo de professores comprometidos com suas idéias e a formulação de outras diretrizes para seu funcionamento. A partir de 1970 até 1985, foi implementado um modelo acadêmico que, para sua execução, teve como requisito a criação de mecanismos que pudessem disciplinar e controlar sua aplicação, em consonância ao projeto político levado a cabo pelo regime militar.

Estas formas de controle de sua aplicação começaram a ser combatidas após seis anos de plena expansão do modelo implantado, mas resistiram até 1985, quando a abertura democrática no País permitiu o seu redirecionamento. Vale ressaltar que ainda não foi feita uma avaliação mais profunda do conteúdo do trabalho acadêmico desenvolvido durante sua trajetória, apesar de a UnB ser objeto de inúmeros consubstanciados em relatórios, artigos e teses acadêmicas. À primeira vista, a sua história espelha um estado crônico de crises que dificulta a apreensão de outras dimensões de seu trabalho. Os campos político e ideológico são aqueles que têm

alimentado polêmicas e criado imagens por parte daqueles que estiveram ou continuam envolvidos direta e indiretamente no curso de sua história.

A UnB, depois de trinta anos, já não é a única portadora de novas mensagens, como apareceu no início dos anos sessenta, mas esse momento continua como referencial quando se trata de procurar sua identificação no quadro universitário brasileiro. As opiniões sobre o seu papel nestas três décadas são variadas e apresentam imagens fragmentadas, dependendo da experiência de seus atores, nas diferentes etapas em que participaram de sua construção. Procuramos reunir aqui alguns aspectos de sua dimensão política de seus dois momentos constitutivos de 1962 a 1985.

O início da construção

Em 21 de abril de 1962, inaugurava-se a Universidade com algumas instalações provisórias e outras poucas definitivas. A homenagem, nesse dia, coube aos "Dois Candangos", operários que morreram soterrados na construção do auditório que levou esta denominação. Justamente ali era celebrado o ato fundacional do que poderia vir a ser apenas uma utopia ou a instituição real que refletia os desejos de transformar o ensino no País. Até esse 21 de abril, algumas batalhas foram travadas, através de negociações e convencimento, para quebrar a resistência daqueles que não aceitavam o projeto anunciado. A instalação de uma universidade em Brasília não constituía apenas um problema de ordem prática, mas suscitava a dúvida entre alguns intelectuais e políticos, incrédulos, com a idéia de que

uma cidade sem tradição não poderia abrigar com eficiência uma instituição daquele porte ou, simplesmente, viria alterar a ordem da nova cidade.

Ganhou-se a batalha mais importante, traduzida na decisão política de sua criação, comunicada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 21 de abril de 1960, dia da inauguração da nova capital, quando o então Presidente encaminhou mensagem ao Congresso solicitando autorização para que ela fosse instituída. Durante esse ano e no seguinte, foram promovidos debates e reuniões formais e informais sobre a concepção e estrutura da Universidade em criação. Essas reuniões foram lideradas por Darcy Ribeiro e contaram com a participação de vários intelectuais e cientistas que contribuíram para definir o projeto. No segundo semestre de 1960, foi realizado um simpósio pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC, quando vários pareceres foram apresentados e discutidos sobre suas áreas acadêmicas e estrutura.

Finalmente, em 15 de dezembro de 1961, o Presidente João Goulart sancionou a lei que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília/FUB, que seria a mantenedora da futura Universidade. Em 15 de janeiro de 1962, através do Decreto nº 500, foi instituída a FUB, aprovados seu estatuto e a estrutura da Universidade. A partir desse momento, havia uma determinação legal, e a tarefa seria estabelecer as condições práticas de funcionamento. A semente seria implantada imediatamente com a decisão de três cursos transitórios, um núcleo de atividades culturais a serviço da população e fixar em Brasília uma equipe de professores

e pesquisadores, que, além de suas atividades docentes, colaborassem na programação das diversas unidades acadêmicas a serem estruturadas. Cada área de conhecimento foi atribuída a um pesquisador ou docente experiente com a tarefa de coordenar os trabalhos da unidade que lhe correspondiam.

Os três cursos provisórios seriam posteriormente integrados à estrutura definitiva. Foram chamados de cursos-tronco e constituíram o embrião da UnB: Direito, Economia e Administração, coordenado pelo professor Vitor Nunes Leal; Arquitetura e Urbanismo, sob a direção de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, e Letras, que abrangia a licenciatura em línguas e literatura vernácula e redator em jornal, rádio e televisão, coordenado por Cyro dos Anjos. A partir de 21 de abril de 1962, estava oficialmente colocado à prova o seu Projeto.

Das atividades docentes se encarregou um pequeno grupo de professores e instrutores. A implantação plena de sua estrutura acadêmica estava prevista para 1966. Para esta tarefa também contariam com a cooperação de instituições nacionais e estrangeiras, principalmente no campo da ciência e da tecnologia. Já em 1962, na área de Física, havia a colaboração do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/CBPF e entendimento com o Fundo Especial da ONU para financiamento, preparo de docentes, equipamentos e biblioteca. Na área de Química, estava prevista a associação, por dez anos, com o Departamento de Química da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos. A Matemática deveria contar com um Centro de Computação que prestaria serviços não só internamente às

unidades da UnB, mas também assistência especializada aos órgãos do poder público.

Apesar de todos os planos, entre 1962 e 1964, por imperativos de ordem política, a UnB funcionou com sua estrutura provisória. Em consequência, alterou em parte a primeira etapa de implementação, retardando em um ano a instalação de algumas unidades. Somente no início de 1964, começaram a chegar os cientistas que deveriam abrir os Institutos de Ciências. Nesse ano foram matriculados 872 alunos regulares, e a Universidade contava com 87 professores, além de vários instrutores. Começaram também a afluir os recursos externos que seriam fontes de financiamentos complementares.

O entusiasmo de alunos, professores e técnicos-administrativos com a obra a ser construída começou a ser destruído com o primeiro choque que receberam em abril de 1964, quando a UnB foi eleita como um dos alvos dos grupos que instalaram a nova ordem militar. Diminuiu o ritmo de sua construção, e a Universidade entraria em uma crise crônica de recursos, e uma luta política que iria até 1968.

A UnB em projeto

Darcy Ribeiro, em um de seus trabalhos sobre a UnB, dizia que seu modelo não tinha de inovador porque constitui a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia, em todos os Países desenvolvidos. A renovação do ensino superior na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, fez-se ao integrarem-se,

nos cursos universitários, a ciência moderna e a tecnologia e processou-se por um caminho que ainda hoje se recomenda ao Brasil. Como, talvez, o único País que ainda pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modelo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica...

Se o modelo não era novo nos Países desenvolvidos, no Brasil, viria a quebrar os padrões vigentes do ensino superior. A ousadia seria identificada com seus princípios, com o regime jurídico da Universidade, com a estrutura acadêmico-administrativa, com o conteúdo dos programas e a introdução sistemática da pesquisa. Tudo era novo em um País acostumado a um conjunto de universidades estreitamente amarradas ao controle da burocracia do Estado quanto aos seus planos, conteúdos didáticos e formas de aplicação e gestão.

O princípio básico em que se fundava era o da autonomia. Esta, já consagrada nas leis brasileiras de ensino, ganharia forma mais concreta na UnB ao ser definida a sua capacidade de exercê-la, através de lei do Congresso, e criadas as condições efetivas para torná-la viável. A lei de sua criação rompia com a legislação casuística que determinava o ordenamento e funcionamento acadêmico das demais universidades. Aqui, as definições de seus rumos seriam tomadas no âmbito da comunidade acadêmica.

No campo da autonomia didática garantia: "Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior...". Ressalvava apenas a

manutenção da frequência obrigatória dos alunos, o respeito à duração mínima estipulada para os cursos e a manutenção de disciplinas obrigatórias de cada carreira, podendo, entretanto, definir sua extensão. Estava obrigada, ainda, a organizar a carreira docente respeitando o concurso de títulos e provas. No aspecto financeiro, além das dotações do Tesouro, foram criadas fontes alternativas de receita, como as rendas provenientes de ações da Companhia Siderúrgica Nacional/CSN, da metade das rendas da Rádio Nacional e também foi dotada de um patrimônio urbano em Brasília, que deveria ser movimentado para gerar rendas. Nos campos administrativo e disciplinar, o limite seria as disposições da FUB, sua mantenedora.

A definição de seu regime jurídico como fundação de caráter especial deveria assegurar a autonomia na sua organização, manutenção e direção. Respaldo nessa concepção, foi previsto para seu funcionamento um modelo acadêmico-administrativo que objetivava a articulação de suas atividades de ensino e pesquisa. Esta articulação seria feita através dos institutos e faculdades, organizados em departamentos, acompanhados pelos órgãos complementares, que, em seu conjunto, promoveriam o ensino e a pesquisa e garantiriam a sua integração com a comunidade externa.

As formas de organização interna e de gestão da Universidade foram previstas em seu primeiro estatuto, aprovado no final do ano de 1962. No campo da gestão acadêmica previa várias instâncias de decisão coletiva com uma representação ampliada de estudantes e professores, em relação à existente em outras universidades.

UnB: um foco de "subversão"

A instalação da Universidade, em 1962, em seu período inicial, coincidiu com uma conjuntura política especial no País. Em janeiro do ano anterior, Jânio Quadros havia tomado posse, após obter uma votação massiva nas eleições, quando sua campanha empolgou uma grande parte da população com a bandeira da moralidade administrativa. Sua renúncia, no mesmo ano, estabeleceu uma crise na sucessão presidencial, resolvida momentaneamente com um arranjo entre a elite política e os militares, implantando o sistema parlamentarista de governo, que possibilitou a posse de João Goulart. Até 1964, a tendência foi de aprofundamento da crise política, que incidia sobre a governabilidade do País.

Durante este período, as forças políticas progressistas levantaram a bandeira das reformas estruturais que deveriam ser efetuadas para transformação da sociedade. Eram as reformas agrária, urbana e outras. Entre elas, a luta pela reforma universitária ganhou e não balhou as ruas com um movimento estudantil bem organizado e com grande espaço de mobilização. A principal questão levantada pelos estudantes era a democratização da universidade, reivindicando a ampliação da representação estudantil para 1/3 nos órgãos colegiados, fundamentalmente nos conselhos universitários, que mantinham as decisões máximas internamente. A modernização do sistema universitário era colocada como uma das premissas para o desenvolvimento do País, argumento que havia sido usado para a criação da UnB.

Na Universidade de Brasília, dois meses depois de sua instalação, surgiu o primeiro órgão de representação estudiantil, o Diretório Acadêmico da Arquitetura/DACAU e, logo em seguida, outros foram sendo organizados, e mais tarde a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília/FEUB. Já no final de julho de 1962, foi deflagrada a primeira greve liderada pelo DACAU, solidária aos cem mil estudantes em greve em todo o País, em defesa da representação de 1/3. Pelos estatutos da UnB, naquele momento em elaboração, estava prevista uma representação maior do que aquela existente até então, inclusive com uma câmara com poderes para convocar o próprio Conselho Universitário. Entretanto, alegavam que esta representação estava dividida com os estudantes de pós-graduação e que estes exerciam uma posição privilegiada, porque podiam, inclusive, ser professores e, portanto, não poderiam ser considerados como verdadeiros estudantes.

O movimento estudantil na UnB foi se firmando rapidamente e, paralelamente, começaram a se organizar os professores. No segundo semestre de 1963, diante da morosidade da implantação do estatuto aprovado no ano anterior, delineou-se um descontentamento com a direção da Universidade, no momento dirigida por Anísio Teixeira. Reclamavam os professores por medidas mais rápidas no processo de institucionalização, com a instalação dos órgãos de decisão coletiva. Para organizar o movimento foi criada a primeira entidade de representação docente, a "Associação dos Professores Universitários do DF" que, segundo seus organizadores, deveria enfrentar os vários problemas que

começavam a afetar o desenvolvimento da UnB.

O professor Teodoro Lamounier, em intervenção realizada na assembléia que constituiu a Associação, apontou os fatores que determinavam o descontentamento dos docentes: impossibilidade de diálogo com a reitoria, comportamento autocrático e auto-suficiente da direção, adiamento da implantação dos órgãos colegiados, insultamento do Conselho Diretor da FUB e carência de planejamento e da mais elementar política de pessoal.

Segundo o professor Lamounier, estes eram os fatores responsáveis pela "administração tumultuada" da UnB e propunha uma solução: formação dos colegiados visando maior aproximação entre coordenadores e professores, estudantes e funcionários; estruturação dos organismos departamentais para que pudessem participar do plano orçamentário e preservação da liberdade de ensino e da unidade coletiva, únicas disposições, de acordo com ele, que ainda não haviam sido feridas.

A movimentação política na Universidade começava a preocupar alguns setores extra-universitários e a preocupação maior era com a posição ideológica dos professores. Comentava-se que havia uma tendência marxista na UnB, liderada pelos professores jovens, os instrutores. Na Câmara dos Deputados, o Deputado Abel Rafael, da Bancada de Minas Gerais, chegou a pedir a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o problema. O assunto foi debatido na Comissão de Educação da Câmara Federal,

onde o referido Deputado fez várias acusações aos professores, afirmando que se encontrava revoltado ao ver que a "mente maleável" dos jovens estava entregue a docentes cuja capacidade didática ou profissional era desconhecida.

Alguns deputados pronunciaram-se a favor da UnB, principalmente aqueles que freqüentavam os cursos de extensão oferecidos pela instituição. Eram contra a CPI, argumentando que sua instalação era inconstitucional, por ser garantida pela Constituição a livre expressão de pensamento. Caso fosse aprovada, pela primeira vez na história da Câmara, uma CPI estaria examinando uma ordem absolutamente imaterial, ou seja, uma suposição de ordem ideológica.

Darcy Ribeiro, em seu depoimento nessa Comissão, defendeu a UnB como centro de debates, aberto a todas as idéias, e afirmava que sua única ideologia era de ser moderna, com fidelidade aos padrões internacionais do saber, lealdade às tradições universitárias e tolerância em termos de pensamento. Não via problemas no entusiasmo dos jovens instrutores e admitia, até, que alguns pudessem defender idéias do tipo daquelas levantadas pelas denúncias, mas isso era um problema de todas as universidades e não só da UnB. Chamava a atenção do deputado sobre a possibilidade de gerar um movimento contrário, em defesa da UnB, como já estava se iniciando no País. A CPI não foi instaurada nesse ano de 1963, mas o fato da universidade estar sendo debatida, pelas razões apresentadas, indicava o grau de polarização ideológica daquele momento.

A construção interdita

A idéia de que a UnB era um foco de subversão seria reforçada a partir da instalação do regime militar. Nove dias depois do golpe de Estado, em 9 de abril de 1964, ela foi ocupada pelas tropas da Polícia Militar de Minas Gerais. Efetuaram-se prisões de professores e alunos, e foi instaurado um inquérito policial militar/IPM para apurar a subversão no *campus*. Este IPM foi arquivado por falta de consistência das denúncias. Após a ocupação, foram destituídas as autoridades universitárias e nomeado o professor Zeferino Vaz, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, como interventor, e, logo em seguida, ele tomou posse como membro do Conselho Diretor da FUB. Eleito seu Presidente, foi conduzido automaticamente como reitor.

O novo reitor procurou, de imediato, manter um diálogo com a comunidade acadêmica e anunciou que seriam libertados os professores presos e comprometia-se a dar continuidade à obra de Darcy Ribeiro. Este comprometimento repercutiu bem internamente, mas, no plano externo, houve uma retomada da campanha ideológica contra a universidade. Continuou a ser liderada pelo Deputado Abel Rafael, que participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Minas Gerais. Agora contava com o apoio do Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, e com outros setores do governo e da imprensa. O Deputado passou a atacar o próprio reitor e exigia que ele agisse na qualidade de representante da "Revolução" ou deixasse o cargo. Afirmava que esta não foi feita em nome da liberdade, mas em nome do anticomunismo e da moralidade. O jornal *O*

Globo alertava o Ministro da Educação sobre a necessidade de controlar a subversão nos órgãos educativos, especialmente na UnB, e solicitava inquérito para apurar os movimentos subversivos.

Zeferino Vaz, diante das pressões, começou a agir e, em nota oficial, comunicava à comunidade que havia informado ao MEC sobre a demissão de nove professores por motivos ideológicos e incompetência. No final do mês de maio, dizia que o "expurgo" na Universidade estava concluído com o afastamento de 16 professores e um aluno. Entretanto, não era esta a posição do Ministro. Através da imprensa ele anunciava que a UnB deveria passar por uma reestruturação, já que ela não poderia ser considerada uma universidade padrão, com tantos professores demissíveis, e que o inquérito que ocorria na instituição deveria apontar nova lista de docentes subversivos a serem demitidos. Frente a estas demissões, os estudantes mobilizaram-se, através da FEUB, exigindo a readmissão dos professores e denunciando o clima de "terrorismo cultural" implantado no País.

Durante o ano de 1965, este clima de instabilidade prosseguia. A ameaça de novas demissões determinou o enfrentamento do corpo docente com a reitoria. Diante do caso concreto de pressão militar para demitir o professor de Filosofia Hernani Fiori e outros, desencadeou-se o movimento pela defesa da autonomia da Universidade. Em manifesto de junho, os coordenadores de institutos e faculdades, principais autoridades acadêmicas da UnB, condenaram as pressões extra-universitárias e manifestaram apoio ao reitor em todas aquelas medidas que colaborassem para

manter a autonomia e o cumprimento do estatuto da Universidade.

Entre junho e setembro, a crise complicou-se cada vez mais. Com a expulsão de alunos considerados agitadores, ameaças e depois deflagração de greves que viriam a repercutir nos meios políticos. Os coordenadores procuraram mediar o conflito para que o mesmo se mantivesse nas fronteiras do *campus*, o clima era de radicalização, já que a comunidade acadêmica, por motivos ideológicos, entendia que a origem da crise encontrava-se fora do meio universitário. O próprio reitor Zeferino Vaz era duramente criticado por setores do governo e da imprensa por não conseguir controlar o movimento e manter a ordem. Os professores continuavam a expressar sua posição de solidariedade ao reitor, mas ameaçavam com a demissão coletiva, caso fossem dispensados outros colegas.

Em agosto, o reitor, depois de uma audiência com o Presidente Castello Branco, anunciou sua renúncia, que seria efetivada logo após a nomeação de alguns membros do Conselho Diretor da FUB. Em seguida, os instrutores aderiram à greve dos alunos e denunciaram a falta de condições para o trabalho, a exclusão de professores, a prisão de alunos, a retenção de verbas e a intromissão de militares na Universidade. Denunciavam, também, o não cumprimento do estatuto, o que impedia a implantação dos órgãos de decisão e afirmavam que a greve era uma advertência pró-autonomia.

No final de agosto, em um manifesto assinado por 117 professores, o corpo

docente reivindicava a convocação do Conselho Diretor para tomar providências imediatas no sentido de colocar em prática a estrutura definitiva da Universidade. Expressava posição contrária a qualquer dispensa de professores, sem decisão dos referidos órgãos. O Conselho Diretor reuniu-se e empossou o novo reitor, Laerte Ramos de Carvalho, professor da USP. A ele foi delegada a decisão sobre as reivindicações apresentadas.

Frente à possibilidade de consumir mais uma demissão, no caso o professor Roberto de Las Casas, os coordenadores apresentaram o pedido de demissão coletiva. As manifestações dos alunos e professores aumentaram em apoio aos primeiros. Em outubro, houve o desfecho da crise. Os alunos mantinham a greve, e os professores declararam-se em assembléia permanente. Em meio à mobilização, o reitor suspendeu as atividades acadêmicas e solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública o envio de tropas policiais para a manutenção da ordem de preservação do patrimônio. Os policiais ocuparam a Universidade durante uma semana.

18 de outubro: foram demitidos 15 professores considerados subversivos e, em seguida, houve o pedido de demissão coletiva de 209 professores e instrutores. O reitor deu um prazo de 24 horas para que todos os signatários do documento apresentassem o pedido de demissão individual. O processo de dispensa durou até o início de 1966. A Universidade ficou praticamente sem professores e, dos que permaneceram, 18 eram recém-chegados na administração de Laerte Ramos

Das "11 conclusões" à institucionalização

O que fazer com a UnB? A resposta a esta pergunta logicamente seria diferente para os diversos setores interessados na Instituição. Um deles, o Serviço Nacional de Informações-SNI, expressou seu ponto de vista através de um informe especial sobre a UnB, em setembro de 1965, em meio à crise dos professores. O informe apresentava um diagnóstico e possíveis soluções para reordenar a Universidade. Eram 11 as conclusões. No aspecto administrativo concluía: 1) a mudança de reitor não era suficiente para garantir uma mudança de filosofia e objetivos da UnB; 2) a equipe de Darcy Ribeiro era eficiente e envolvia a reitoria através de assessoramento técnico com a constituição de laços de amizade; 3) havia necessidade de substituir os detentores de cargos-chave e transformá-los em cargos de confiança e 4) a reitoria deveria criar um órgão do tipo "Centro Social" para centralizar as vantagens e benefícios concedidos aos alunos e pessoal docente e técnico-administrativo.

Na área de pessoal afirmava: 1) professores deveriam ser contratados por um período de até dois anos e considerado este serviço como "relevante" e 2) os "elementos subversivos e anti-revolucionários" deveriam ser substituídos por outros "democratas de igual gabarito ou até mesmo superiores" para que não fossem feitas comparações em torno da capacidade profissional.

Quanto ao corpo discente: 1) prestigiar os órgãos de representação legal não dominados por "subversivos" ou "anti-revolucionários"; 2) antecipar o atendimento

às reivindicações para que as mesmas não fossem canalizadas pela oposição; 3) apoiar financeiramente o plano de obras, desenvolvendo um clima de emulação do pessoal para "distrair", em parte, as atividades dos alunos e professores para tais realizações e assim prestigiar a nova administração; 4) estabelecer um diálogo permanente com os alunos, formar líderes democratas e através deles controlar a "classe", anulando a liderança comunista e 5) criar o CPOR/Brasília, com sede na UnB, para manter uma "escola de civismo" e recuperar o prestígio do Exército entre os estudantes e aproveitar melhor para aquela corporação o "potencial técnico e de lideranças" que se encontrava ocioso na UnB.

A administração Laerte Ramos, que durou até novembro de 1967, não obteve condições financeiras e materiais para impor um plano de obras e nem opções para planejar a substituição do corpo docente de forma ordenada e como recomendava aquele documento. Com a demissão coletiva dos professores, a recomposição do quadro docente foi feita de forma emergencial, em um primeiro momento, e depois encontrou dificuldades para atrair um grande número de professores altamente qualificados em outros centros acadêmicos. Segundo o próprio reitor, os cientistas não estavam dispostos a substituir os demissionários. Em dois anos, contratou um novo quadro de professores, que três anos depois estaria sendo modificado. Em 1966, trabalharam 341 docentes e, no ano seguinte, este número subiu para 454.

Para conhecer as condições da Universidade, Laerte Ramos mandou elaborar um diagnóstico preliminar que

constatou, entre outros pontos, que a receita da Universidade era proveniente, em 97%, do orçamento da União e seria difícil recuperar sua autonomia financeira através de outras fontes. No final de sua gestão, a Universidade não estava ainda institucionalizada; passava por uma crise financeira e não contava com crédito na praça, devido aos atrasos de pagamentos.

Quanto aos estudantes, não se conseguiu que eles criassem os órgãos estudantis previstos na Lei Suplicy. Continuaram atuando na FEUB e nos diretórios existentes. A partir de 1967, o movimento estudantil começou a recuperar-se e, no Instituto de Artes e na Faculdade de Arquitetura/ICA-FAU, deflagrou-se uma greve, e os estudantes fecharam a FAU durante vários meses. Reivindicavam a demissão de todos os professores contratados após a crise de 1965 e denunciavam a incompetência dos mesmos. Pediam uma reestruturação geral do ICA-FAU. Estas reivindicações seriam atendidas no meio do ano seguinte.

Ordenamento e administração

A partir de novembro de 1967, o reitor Laerte Ramos foi substituído por Caio Benjamin Dias, médico de Minas Gerais. Este congregou uma equipe que introduziu o discurso de planejamento na UnB. A primeira tarefa foi elaborar um diagnóstico geral feito durante o ano de 1968. Também nesse ano, foi aprovado o segundo estatuto da UnB. Segundo um de seus assessores, não havia no momento da chegada desta equipe "uma estrutura em funcionamento", todas as soluções haviam sido improvisadas,

sem nenhuma política de pessoal na área acadêmica ou administrativa, e não havia "forma de agir e dialogar com os estudantes".

Ao final de sua gestão, em 1971, Caio Benjamin Dias afirmava que havia cumprido as metas propostas inicialmente: reforma administrativa, reforma dos cursos de graduação, criação da pós-graduação, restabelecimento da autoridade, renovação da confiança na Universidade, sobre a qual pesava uma descrença e "quando não hostilidade, dos meios culturais brasileiros". Também procurou promover a vida social da comunidade acadêmica com atendimento de alojamento e alimentação, combateu os desvirtuamentos e a indisciplina da liderança estudantil, atendeu às legítimas reivindicações dos estudantes. Informava que sua tarefa inicial foi a recuperação financeira da Universidade e o reinício das construções e, quanto à política de pessoal, procurou recrutar docentes e técnico-administrativos de alta qualificação.

Apesar da crise estudantil de 1968, o novo reitor conseguiu iniciar seu processo de institucionalização com a adaptação de seu estatuto à legislação do ensino superior. Mas seria a partir de 1969, com a vigência do Decreto-Lei 477, que eliminou o movimento político reivindicatório nas Universidades, que a direção começou a colocar realmente em prática as suas metas. O corpo docente foi sendo substituído, com base no discurso da incapacidade da maioria dos professores, que, em muitos casos, eram também denunciados pelos estudantes, e a necessidade de cientistas e docentes de alta qualificação. Com esta administração, o corpo docente e técnico-administrativo começou a apresentar um novo perfil e,

entre 1970 e 1976, a renovação atingiu mais de 60% entre os professores. Também foi possível completar a legislação interna, com aprovação de vários regimentos. Paulatinamente, a Universidade foi sendo enquadrada nas diretrizes do regime militar.

No início de 1971, o Reitor Caio Benjamin dizia que as realizações ocorridas na UnB comprovavam o "êxito da política educacional dos patrióticos governos que se instalaram após a Revolução de 1964, quando a educação firmou-se como atividade prioritária para o desenvolvimento nacional". Segundo ele, a situação desta Universidade em uma das áreas de prioridade do desenvolvimento era importante até "por motivos de segurança e soberania". Sua influência deveria estender-se a todo o Centro-Oeste, Extremo-Noroeste e Amazônia: "Neste extenso território, muito se espera da atuação da Universidade de Brasília, em cooperação com outras instituições educacionais, por se tratar da mais completa e adiantada organização de ensino superior localizada na região".

Um novo discurso começou a ser delineado pela direção da UnB, mostrando uma imagem de trabalho em confronto com a ordem anterior. Este discurso de eficiência passaria a ser constante nos relatórios anuais da UnB até 1985. A UnB da década de 1960, que seria um dos instrumentos propulsores do desenvolvimento, seria agora parte do "Brasil potência" que começou a alimentar os sonhos dos dirigentes do País. Foi a primeira a adequar-se ao ritmo da reforma universitária, da qual ela própria seria um dos referenciais. Atraía professores qualificados e já não contava com as forças desagregadoras.

Crise e disciplinarização

Os dirigentes da UnB puderam implementar uma nova política na organização e direcionamento desta instituição quando as condições políticas tornaram-se favoráveis ao controle e disciplinarização. Um elemento importante foi a crise estudantil de 1968, que resultou na derrota desse movimento e externamente coincidiu com o arrocho do regime militar, através do Ato Institucional nº 5 de dezembro daquele ano. Na área universitária, 1968 foi marcado pela atuação desse movimento em nível nacional e pela discussão da reforma universitária. Esta era a bandeira tradicional da União Nacional dos Estudantes/UNE, que, no início dos anos sessenta, exerceu um papel importante ao transformar esta bandeira em questão nacional.

Agora, em 1968, a reforma passou a ser uma das metas do Governo Federal. Constatava-se a grande evasão de cientistas para o exterior - fenômeno divulgado na época como a "evasão de cérebros" - e a falta de resposta das universidades para atender à formação dos especialistas, gerando a deficiência do conhecimento científico. A universidade deveria adaptar-se às "condições do mundo moderno" com a formação de técnicos e profissionais capacitados para que o Brasil entrasse na "era tecnológica" e pudesse receber o impulso do desenvolvimento.

O governo apresentava as mesmas razões para a reforma universitária, que serviram de justificativa para a criação da UnB. O seu modelo passou a ser o paradigma para a reforma. Nesse sentido,

comentava o Ministro da Educação Tarso Dutra que a eficiência do ensino poderia ser expressa pela Universidade de Brasília e apontava sua flexibilidade estrutural como a mais adequada porque "...lhe permitiu sobreviver a poderosas forças de influência nela instaladas inicialmente e que poderiam ser impeditivas de seu desenvolvimento, substituindo os padrões culturais pelos fatores políticos".

A reforma universitária seria também uma resposta à grande insatisfação dos estudantes. Desde 1966, as autoridades universitárias vinham sendo alertadas pelos órgãos de segurança sobre a rearticulação do movimento estudantil. A maior preocupação era o questionamento político do regime, via universidade. O controle das atividades acadêmicas começaria a ser institucionalizado acabando com a autonomia prevista em lei. Em janeiro de 1968, a Portaria nº 25 do MEC determinava que qualquer evento acadêmico deveria ser precedido de uma programação aprovada pelo Ministro de Estado. Esta medida visava, principalmente, impedir a movimentação dos estudantes.

Apesar dessa preocupação, a tensão nas universidades aumentou, no início de 1968, e tomou maior impulso com a morte do estudante Edson Luís, no restaurante "Calabouço", no Rio de Janeiro, vítima de repressão policial. As manifestações ganharam a rua em todo o País e em algumas instituições, como no *campus* e atos públicos na cidade. Estes foram reprimidos com espancamentos e prisões. Imediatamente depois do conflito, foi instaurado um inquérito policial-militar para apurar as responsabilidades da liderança estudantil.

De abril até agosto, a UnB viveu uma grande movimentação política. Eram atritos entre estudantes e policiais infiltrados no *campus*, pressão de alunos pela melhoria da qualidade de ensino, protestos contra o estatuto em elaboração, pedidos de demissão de professores por parte dos alunos e manifestações que acompanhavam o movimento nacional. Sobressaiu-se, entre esses fatos, o caso "Román Blanco", professor de História, identificado pelos alunos com o sistema de repressão. Sua saída da Universidade foi pressionada pelos estudantes, e o conflito ampliou-se com provocações de lado a lado: estudantes e professor. Culminaram com agressões e despejo do professor de sua residência no *campus* pelos alunos. Sua saída do *campus* foi garantida pela reitoria, mas a situação ainda teria desdobramentos posteriores.

29 de agosto: sob o pretexto de prender cinco estudantes que se encontravam com prisão preventiva decretada, as forças policiais invadiram a Universidade. Esta invasão, por sua violência com uso de armas, destruição de equipamentos e prisões, causou grande reação da sociedade. No Congresso, a repercussão foi muito grande, e os próprios deputados governistas a condenaram; a imprensa foi unânime em criticar a postura do governo, e houve um grande movimento de solidariedade estudantil em nível nacional. O jornal *O Globo* comentava que, em troca de cinco, a polícia acabou convertendo toda uma comunidade em maior ou menor grau às teses dos cinco e, simultaneamente, oferecendo aos baderneiros de todo o País um excelente pretexto.

Os estudantes reagiram com atos e passeatas que foram reprimidos. Inquéritos

foram abertos, mas não houve punição para os responsáveis pela invasão. Pelo contrário, passados os fatos, a UnB começou a sofrer uma grande campanha de difamação que durou até o final do ano.

Esta campanha, por parte da imprensa, foi desencadeada pelo *O Globo* com um depoimento do professor Román Blanco à polícia, publicado por aquele jornal. Denunciavam a universidade não só como centro de subversão e comunismo, mas também como centro de drogas, prostituição e falta de autoridade. A figura do Reitor Caio Benjamim foi duramente atacada, e o discurso era a falta de autoridade. A UnB estava sob este tipo de pressões quando foi editado o Ato Institucional nº 5, que permitiu ao estabelecimento do período de maior repressão da ditadura militar.

Além do AI-5, as instituições de ensino foram contempladas com o Decreto 477, que seria o instrumento legal para eliminar a contestação política nas universidades. No caso de Brasília, logo depois de sua publicação, o comandante da 11ª Região Militar encaminhou ao reitor uma síntese das medidas preventivas a serem seguidas pela UnB, visando à manutenção da ordem pública. Determinava que a atuação das autoridades militares seria coordenada juntamente com o MEC, caso fosse necessária sua entrada na Universidade. A partir desse momento foi desarticulado o movimento estudantil, que se recuperaria em meados da década de 1970. O projeto da UnB foi então totalmente redirecionado.

Tudo bem na UnB?

Com esta pergunta os professores questionavam, em 1979, a forma de controle

exercida pela direção da UnB e apontavam os problemas que se acumulavam em relação à vida acadêmica. O modelo implantado na gestão de Caio Benjamin foi aprofundado nos anos posteriores nos períodos de gestão dos reitores Amadeu Cury, entre 1971 e 1976, e José Carlos Azevedo, de 1976 a 1985. O primeiro afirmava, em 1975, que o ano anterior havia registrado o término "do caminho percorrido pela UnB num novo patamar da trajetória de seu desenvolvimento, que se iniciara no ano de 1971". Para ele, a UnB encontrava-se "realmente ao final de uma nova etapa de sua vida".

Nesse sentido, o reitor Amadeu Cury considerava que no ano de 1984 havia concluído uma nova etapa na UnB, iniciada em 1971, data que coincide com a sua chegada na direção da Universidade. Afirmava que: "Pode-se, assim, ao fim dessa trajetória, estabelecer as bases para etapa subsequente, a criação de significativo número de cursos de pós-graduação, o incremento das pesquisas e da prestação de serviços, a integração mecanizada de todos os procedimentos administrativos e a consolidação de todos os textos de ordenamento da UnB". Os acertos atribuíam, em grande parte, à "comunidade universitária, operosa e ordeira, que tem sabido compreender o significado da hora presente da UnB e do próprio País..." No ano de 1975, segundo ele, a tônica que prevaleceu foi a qualidade de ensino, a eficácia da comunidade, dentro de suas limitações, e a ausência de problemas disciplinares. Considerava a UnB uma universidade estruturada em bases modernas, nos termos da reforma universitária.

Durante esses anos, a direção da Universidade contou com grande apoio do Governo Federal e, dessa forma, conseguiu montar grande parte da estrutura física, constante de seu plano inicial, e criar os mecanismos para o funcionamento acadêmico. Mas, a partir de 1976, as formas de condução desse modelo começaram a sofrer as primeiras críticas, momento em que os estudantes tentaram organizar seus órgãos de representação. É também nesse momento que assume a reitoria José Carlos de Almeida Azevedo. O novo reitor já exercia um grande poder na Universidade, por ter sido uma das principais figuras na constituição do modelo implantado desde 1969. Sua presença na UnB é registrada pelo menos desde 1967, quando prestava assessoria ao reitor Laerte Ramos na reestruturação do Instituto de Física.

Entretanto, ele só seria conhecido publicamente pela UnB quando no final da crise estudantil de 1968, em setembro, seria indicado como vice-reitor, cargo que exerceria até 1976, com amplas delegações de poder por parte dos reitores. Desde o primeiro momento, foi identificado pelos professores, alunos e funcionários como o representante máximo do regime militar na Universidade, não só pela sua condição de Capitão da Marinha, mas pelo papel que passou a exercer internamente no controle do poder. Em 1979, assumiu o cargo máximo da UnB, justamente quando o modelo que ele ajudou a construir começaria a ser contestado.

As primeiras manifestações estudantis de 1976 não tiveram forças suficientes para sua expansão. Somente no ano seguinte os estudantes conseguiram abrir um grande espaço para a contestação. Inicialmente,

dirigiram seus protestos contra a elitização do ensino, a possibilidade de introdução do ensino pago e o corte de verbas para o ensino superior. No plano interno, contrapunham ao discurso da eficácia desenvolvido pelas autoridades universitárias a denúncia sobre a falta de instalações físicas, ociosidade de laboratórios, a falta de professores, o sistema de jubramento e o cerceamento à liberdade de expressão e organização de entidades representativas dos estudantes.

Esse movimento ampliou-se ao acompanhar a tendência que se esboçava nas manifestações estudantis em outros centros universitários, principalmente em São Paulo, assumindo a bandeira de defesa das liberdades políticas e introdução da questão da anistia em favor daqueles atingidos em seus direitos pelo regime militar. Na UnB, o primeiro grande ato público realizou-se em 19 de maio, data em que os estudantes definiram como Dia Nacional de Luta, em torno de suas bandeiras. Para os dirigentes da UnB, o movimento visava não só atingir os problemas desta Universidade, mas procurava "perturbar a sociedade" e, valendo-se de temas políticos e formas não-acadêmicas, havia instaurado a anarquia e a greve de forma violenta. De fato, ao ser reprimida a primeira manifestação com punições à liderança do movimento, a greve foi o recurso utilizado pelos estudantes, decretada em 31 de maio. A partir daí o confronto aprofundou-se.

Novamente, desde 1968, a UnB foi palco de uma grande crise política, e foram testados seus mecanismos de controle, vigentes desde que começou seu processo de disciplinarização. A reitoria, sem condições de resolver o novo desafio, apelou

novamente para a intervenção da força policial. O mesmo cenário de seus anos iniciais com prisões, inquéritos e eliminação de lideranças era desenvolvido. A permanência da polícia, no *campus*, foi a mais longa ocorrida nesta Universidade. Por mais de três meses, os dirigentes não conseguiram manter a ordem anterior, e os estudantes colocaram em descoberto os problemas de funcionamento do projeto acadêmico em vigor. A solidariedade do movimento estudantil, em nível nacional, e de vários setores da sociedade possibilitou a ampliação da denúncia das formas de controle das instituições pelo regime militar. Internamente, colocou a questão da mudança do grupo de poder, luta que posteriormente seria centralizada na saída do reitor, símbolo maior do modelo até então implementado.

A partir de 1988, uma nova força interna surgiu com a organização dos professores na Associação dos Docentes/ADUnB. Continuou-se a demonstrar que a UnB não ia tão bem como queria o discurso oficial. O questionamento da gestão acadêmica, da estrutura formal e burocrática e da discriminação quanto ao acesso dos professores à carreira docente seriam os temas mais frequentes da ADUnB, em suas denúncias sobre o funcionamento da Universidade. Reivindicava um papel mais ativo por parte da comunidade interna e a dinamização de seus órgãos decisórios.

A partir de 1988, os professores levantaram o problema sucessório da reitoria, visando à renovação e redirecionamento da estrutura acadêmica. Entretanto, duraria ainda mais de cinco anos a luta que culminou com a possibilidade real da democratização da Universidade.

Professores e estudantes utilizaram várias formas de denúncias, inclusive as greves, como meio de romper os elementos básicos que sustentavam o funcionamento da instituição.

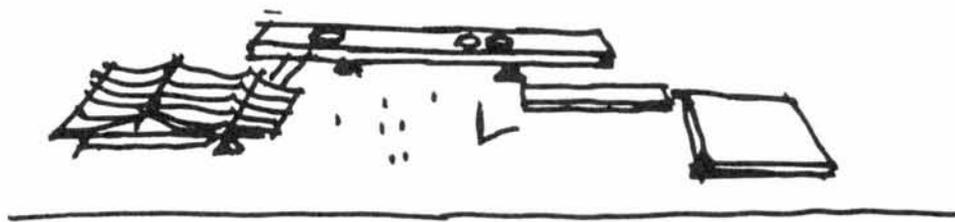
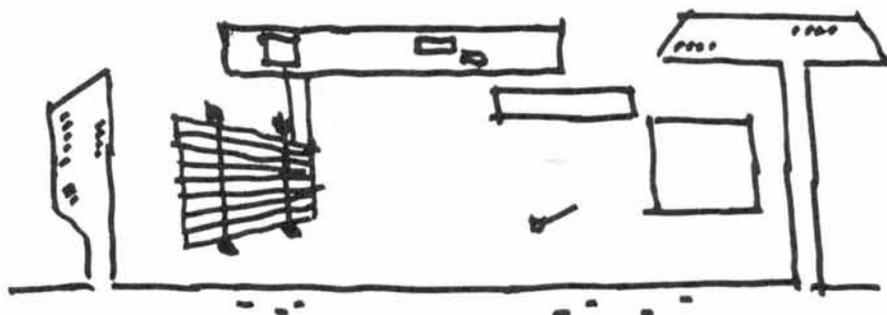
O ano de 1985 marcaria o final de constituição e consolidação daquela Universidade concebida como "necessária" para o desenvolvimento do País. Para os seus primeiros idealizadores, ela não tomaria o rumo por eles desejado. Os primeiros construtores foram impedidos de realizar o sonho inicial. Mas o projeto apropriado, desenvolvido em outra direção, permitiu o estabelecimento de uma Universidade que, apesar dos descaminhos e

dos acertos, conseguiu tomar forma entre as instituições de ensino superior do País.

A UnB ainda guarda a sua primeira mensagem e mantém a memória da resistência imprimida pelas comunidades universitárias ao longo desses anos. Na sua memória haverá sempre a permanência das duas imagens impostas pela realidade: a "necessária" e a "construída", não importando seus atores.

Geralda Dias Aparecida é professora do Departamento de História da Universidade de Brasília.

54 UnB emDois Tempos
Geralda Dias Aparecida



Praça Maior

A Praça Maior: o projeto de Oscar Niemeyer e sonho não-realizado de Darcy Ribeiro.

VISÕES DA UnB

UnB: um depoimento

João Cláudio Todorov

O "território do saber" que os criadores da UnB pretendiam demarcar em Brasília pode não ter atingido os limites propostos, mas aos poucos foi sendo habitado e ganhando movimento e seus membros foram capazes de alavancar uma sólida instituição que chegou para ficar. Seus idealizadores queriam reunir nesse espaço um contingente de cientistas e intelectuais com força para transformar o universo cultural do país. Este se encontrava embalado pelas idéias de desenvolvimento, modernidade e futuro.

A principal arma imaginada, então, para desbravar e ocupar aquele território era a congregação de um grupo plural de pessoas distribuídas por todas as áreas do saber que, ao longo do tempo, teriam a missão de renovar as ciências e as artes e formar novas gerações de estudantes capazes de atuar naquele país imaginário, diferente da realidade que se apresentava aos seus olhos.

Esta tarefa, logicamente, requeria um grande desprendimento, alta dose de otimismo, coragem para ultrapassar as

limitações pessoais e, sobretudo, um espírito coletivo para que a obra fosse construída. Estas condições eram necessárias para implantar aquela idéia de universidade. Sua proposta inovadora explicitava, sem constrangimentos, a que vinha e para onde queria ir. Por isso, a UnB nasceu com uma forte mensagem de utopia e uma veia messiânica que lhe acompanha até nossos dias, apesar dos sinais de maturidade.

Este momento fundacional da UnB está presente toda vez que ela se torna objeto de discussão. Manifestações isoladas alertam para o perigo de se manter um mito e fechar os olhos à realidade a qual ela foi submetida nesses anos de sua construção. Argumentam que ela passou de uma experiência ímpar à adequação ao sistema universitário do país, forjado com uma filosofia diferente daquela que a criou.

Sem dúvida, seus rumos não puderam ser controlados pelos seus idealizadores. Sua história conheceu atores diferentes e a realidade se impôs. Mas, se nos distanciarmos da pura descrição institucional e olharmos para seu interior e para as relações que ela vem mantendo com a sociedade, em sua trajetória, somos obrigados a reconhecer alguns traços de permanência que lhe dão contorno.

O otimismo e a ousadia vêm mantendo viva a idéia de uma universidade sempre jovem, obrigada a renovar-se, necessária e portadora de um espírito combativo que conserva e renova sua identidade. Esta é a sensação que tenho quando penso no papel da UnB. É o "efeito Darcy" que persiste, mesmo nos momentos em que ela se distancia de seu ponto de partida. Darcy Ribeiro simboliza toda aquela geração de

intelectuais e jovens que acreditava nas idéias como motor das instituições.

Essa geração, sem dúvida, fez da UnB um divisor de águas na história do ensino universitário brasileiro. Foi o seu modelo estrutural que serviu, mais tarde, em outras condições políticas, para impor a organização do sistema universitário nacional. Este modelo, no entanto, ao ser massificado e destituído do conjunto de idéias que o animava tomou outra direção e, agora, reclama uma revisão.

Dando asas à imaginação, comecei a pensar o que seria, hoje, esta instituição com a permanência daquele primeiro grupo de professores. No plano idealizado, a comunidade universitária estaria integrada por diferentes grupos de pesquisa e docência, com uma grande maioria de doutores formados pela própria UnB. Seria um corpo docente em contato permanente com instituições nacionais e internacionais se movimentando em um centro cultural fortemente integrado em seu universo regional.

A partir desse quadro imaginário, minhas lembranças, aos poucos, me levaram a visualizar a trajetória da constituição e consolidação de seu corpo docente, em diferentes momentos. Apesar das lembranças se constituírem no instante em que se tenta relembrar os fatos, elas são importantes para dar vida à história. Por isso, com este testemunho, quero expor a imagem que venho construindo sobre a UnB, como um de seus atores que compartilha das emoções do dia a dia, no fortalecimento da idéia desta Universidade.

Minhas lembranças remontam ao ano de 1963. Junto com outros colegas passei a fazer parte da equipe de psicologia que, em São Paulo, preparava-se para assumir o trabalho na UnB. De forma coletiva organizamos tudo aquilo que acreditávamos necessário para a nova aventura acadêmica. Meu posto era de "Instrutor". Como outros jovens recém-formados, vislumbrava a possibilidade de seguir uma carreira acadêmica, oportunidade então oferecida por esta instituição. Ela havia quebrado o sistema de cátedra, vigente nas outras universidades, e implantava um sistema de ingresso na carreira docente, por meio dos estudos de pós-graduação, de uma forma renovadora. Não se buscava o título pelo título. Ser aprendiz com os grandes mestres era a certeza de fazer parte de um coletivo imbuído de uma missão.

A novidade entusiasmava um número cada vez maior de jovens, consciente da necessidade de mudar o país. Além da satisfação pessoal de participar, sob a tutela de grandes mestres, da construção de uma universidade diferente. O espírito coletivo criava uma sensação de fortaleza. Afinal, alguns anos depois, seríamos parte de grandes grupos de pesquisa, e aos poucos, nos tornando, também, condutores na formação de profissionais que seriam o espelho de um novo Brasil.

Éramos os "instrutores" ao mesmo tempo alunos de pós-graduação e professores e exercíamos a docência sob a direção dos pesquisadores mais qualificados. Muitos deles eram nossos orientadores de tese. Estipulou-se que ao final de dois anos, o "instrutor" deveria apresentar sua tese e com título de Mestre poderia candidatar-se

ao concurso de ingresso na carreira docente, como assistente.

Esta constituía a primeira prova de um ritual que deveria ser constante para vencer os degraus da carreira docente. De Assistente, passando para Professor Assistente, submetendo-se novamente a outros quatro anos de capacitação em serviço, ou em outra instituição, novamente outro ritual. Com o título de doutor começaria nova etapa de Adjunto e Professor Adjunto até o topo da carreira o titular, depois Professor Titular. Era o modelo criado para substituir o velho sistema de cátedra. Era a abertura de oportunidades dentro de um sistema não privatizado de cargos. Era o público se instalando na Universidade.

Nascia uma comunidade universitária diferente dos nossos padrões, pelas próprias circunstâncias de suas origens e pela confraternização necessária na nova convivência. Uma grande diversidade interna, pessoas com formação diferenciada, mas que se apresentava aos olhos externos como um grupo homogêneo, uma verdadeira irmandade na cidade do saber.

Claro, neste clima, o otimismo de seus idealizadores passava a ser parte desta comunidade. Todos acreditavam que tinham uma missão. Por isso, logo depois de dois anos em plena constituição, o golpe militar bateu duro nesta fortaleza que se constituía. Tentou resistir, mas seu combate não foi suficiente para enfrentar o inimigo que chegava com outras armas que não eram as suas. Estava disposto a levá-la a outro rumo e dizia que aqui se formava uma seita perigosa.

Em 1965 começavam a aparecer os primeiros resultados da formação dos futuros mestres e alguns estudantes já se encontravam no exterior em programas de pós-graduação. Naquele ano esse processo foi interrompido. A UnB foi marcada pela grande diáspora dos professores, após o desdobramento da crise no ano anterior, com a chegada dos militares ao poder. Como bolsista me encontrava nos Estados Unidos. De lá acompanhei com angústia e com uma sensação de perda o final heróico da etapa inicial desta Instituição. Deveria buscar novo caminho. Se estivesse presente naquele momento, certamente seria um dos signatários do manifesto dos professores que gerou todo o movimento de dispersão daquela comunidade sonhada.

Outros atores entraram em cena. Mas, a idéia desta Universidade era tão forte que foi impossível destruí-la. Desconcertados, inicialmente, os novos donos do poder procuraram construir uma nova imagem. Outros anos foram necessários para iniciar um diferente processo de estabilidade do corpo docente. Nela, entretanto, havia permanecido uma outra força que desde seu nascimento exerceu um papel importante na sua definição como universidade combativa: *os estudantes*.

Foram eles protagonistas principais do embate final daquela luta que culminou com o grande movimento de contestação de 1968. Sua derrota ocorreu com o fortalecimento e fechamento do regime político no país e foram silenciadas as últimas vozes daquele setor que ainda clamava pela permanência de seu modelo inicial.

A reforma universitária aprovada no final de 1968 e o Decreto 477 que veio disciplinar as instituições de ensino, no início de 1969, mudaram os rumos da Universidade brasileira. A primeira na sua estrutura e organização e o segundo no seu papel político. O modelo organizacional da UnB foi o modelo daquela reforma e ela a primeira a enquadrar-se no novo sistema.

Apesar de algumas derrotas, a força daquela idéia inicial de universidade se impôs por meio daquela primeira geração de professores e estudantes. As suas lutas serviram para construir os alicerces de sua identidade. Mesmo com os novos condutores da instituição o "efeito Darcy" não foi eliminado. O otimismo e a ousadia continuaram como suporte de seu renascimento. Esta foi a minha impressão quando voltei para a UnB, dez anos depois, em 1973, depois de passar por outros centros de ensino e pesquisa. Eram outros tempos e outra filosofia, mas a direção procurava imprimir-lhe a idéia de uma universidade ímpar no sistema universitário. Ela deveria estar presente na construção oficial do "Brasil Potência" da época.

Era a fase de grande repressão política no país. O controle foi aos poucos se cristalizando em suas normas internas. Exteriormente, tudo parecia calmo. Afinal, para os responsáveis pelo novo modelo, os elementos de desagregação estavam eliminados. Tratava-se de fortalecer o corpo docente com os grandes titulados. A UnB continuou sendo um atrativo. Durante uma década ela conseguiu criar um corpo docente estável, com novas regras e outros interesses.

Ao ser aos poucos institucionalizada mudou, também, a forma de compromisso da instituição com seus docentes. Um novo modelo de pós-graduação foi implementado e, aos poucos, foi se perdendo aquela idéia inicial da formação de seu corpo docente. Barreiras foram interpostas para muitos estudantes que aqui desejavam continuar como futuros mestres. Era uma nova forma de organizar a comunidade acadêmica.

Ao lado de um quadro permanente de professores criou-se uma categoria de "professor colaborador", sistema que poderia ser um grande caminho para inovação do pessoal docente. Na realidade, este sistema transformou-se em um instrumento de controle e discriminação. Foi burocratizada e passou a ser uma luta individual a passagem desta categoria para o quadro docente permanente. Era uma fonte de instabilidade e descontentamento dos professores.

O modelo de universidade desenvolvido no início dos anos 70 não demorou a apresentar seus limites. A resistência aos rumos que a UnB tomava sempre esteve presente de forma difusa. A inquietação dos professores aos poucos foi cobrando vida e os levou à ação aberta. Pretendiam retomar o caminho inicial, que levaria àquele território da liberdade sonhado pelos seus idealizadores.

A resistência transformou-se em um movimento pela democratização interna. Travou-se uma nova luta e, outra vez, os

professores voltaram a ser protagonistas e junto com estudantes levaram a bandeira da mudança. Era o espírito combativo da UnB que voltava à cena. Fortaleceu de novo a idéia de uma comunidade que necessitava mais espaço para colocar em marcha os seus projetos.

Esta luta coincidiu com o movimento geral da sociedade que também pretendia mudar a direção do país. Na UnB, alguns anos foram necessários para constituir esta nova fase. Uma transição difícil, mas afinal ela inaugurou nova era de democracia e foi ao encontro de sua utopia inicial. Um ambiente democrático era a condição necessária para continuar a construção da universidade. Os tempos eram outros. Não se tratava mais de pioneirismo, mas de atualização de seus valores e de renovação para abrir-se aos novos problemas colocados pela sociedade.

Hoje, a UnB começa a sentir a perda de muitos dos atores que consolidaram o seu trabalho acadêmico. Com os seus trinta e cinco anos ela está renovando rapidamente seu corpo docente. Não se trata de uma nova diáspora mas a grande retirada dos professores experientes por meio das aposentadorias precoces está apontando para a necessidade de rever o seu projeto. É o momento de buscar novas alternativas e viver com maior intensidade o seu legado de otimismo e ousadia.

João Cláudio Todorov é o atual Reitor da UnB.



Visita do Presidente João Goulart à UnB, em 21.4.1963, por ocasião do primeiro aniversário da Universidade de Brasília.

VISÕES DA UnB

A Aventura da UnB

Cristovam Buarque

A Síndrome de Salamanca

Em Maio de 1492, os Reis Fernando e Izabel de Espanha fizeram uma consulta a professores da Universidade de Salamanca. Queriam saber a opinião dos sábios sobre o inusitado projeto de um Cristovão Colombo que se propunha chegar às Índias navegando pelo Ocidente.

A Comissão encarregada de analisar o projeto reuniu-se em Salamanca, perto do Natal daquele ano, sob a coordenação do Dominicano Hernando de Talavera. Abrão Zacuto, o grande astrônomo da universidade, não comprovou a possibilidade da viagem proposta por Colombo. "Esta posição refletia provavelmente a opinião da maioria dos professores de Salamanca."¹

1. Barnet Litvinoff, 1492 - *The Decline of Medievalism and the Rise of Modern Age*, Scribner's Editors, New York, 1991, p. 52.

Em Dezembro de 1490, a Comissão Talavera deu o parecer final contra a viagem. Além de razões teológicas, o principal argumento contrário estava no fato de que o diâmetro da Terra era maior do que a estimativa de Colombo; o que fazia a viagem impossível, porque todos os navegantes morreriam antes de chegarem à terra.

A Comissão estava certa no que se referia ao diâmetro da Terra. Ainda que não tivessem uma medição correta, os dados dos sábios universitários estavam mais certos do que os cálculos de Colombo. A expedição teria fracassado em chegar à Índia. Não fosse a existência de uma terra desconhecida no meio do caminho, ainda próxima à Europa, Colombo teria regressado ou todos teriam morrido.

Com seus cálculos, ainda imperfeitos, Salamanca acertou na impossibilidade de ir à Índia pelo Ocidente, mas Colombo acertou, com seus sonhos, ao descobrir um novo mundo, que até o final de sua vida ele insistiu que era a Índia. Mesmo acertando, a Comissão de Talavera teria sido um instrumento de freio no avanço do conhecimento, não fosse o fato de que um grupo de aventureiros e uma rainha ambiciosa tivessem decidido aventurar-se.

O que fez Salamanca incompetente não foram os erros no seu conhecimento, foi o pavor ao erro e o apego aos dogmas da época: o dogma do diâmetro da Terra, que depois descobriu-se também estar imperfeito, e o medo da aventura de navegar em direção ao novo, mesmo que improvável.

Quinhentos anos depois, surgiu no Planalto Central do Brasil uma proposta que

visava superar a "síndrome de Salamanca". Uma universidade irreverente e comprometida. Irreverente com a forma tradicional de organizar o saber. Comprometida com a produção de um saber onde a qualidade estivesse no seu conteúdo e na direção de seu uso.

A Universidade de Brasília, pensada por um grupo liderado por Darcy Ribeiro e implantada por ele, tinha um radical compromisso com a qualidade, mas qualificava a qualidade. Ela tinha que ser instrumento da construção de um mundo mais belo e também melhor. Mais belo pela própria produção do saber nas artes, na filosofia, nas ciências puras e nas letras. Melhor pelo uso das técnicas que ela produziria, visando construir um mundo mais justo.

O sentimento de Borges

Um dia, visitando o deserto do Saara, o escritor argentino Jorge Luís Borges agarrou um punhado de areia, levantou-o e derramou-o outra vez. Sem enxergar, virou-se para o acompanhante e disse: "Acabo de transformar o universo."

Além de transformar o universo, Borges teve a percepção de que o mudava e que sentia prazer ao perceber e ao mudar. Ele realizou uma aventura de três gestos:

- o **gesto técnico** de manipular e transformar o mundo;
- o **gesto epistemológico** de contemplar e conhecer o deserto;
- o **gesto poético** de sentir a beleza do deserto e de usufruir com prazer da

aventura dos gestos de contemplar e conhecer, e do poder de manipular e transformar o mundo para fazê-lo mais útil e mais belo.

A Universidade Brasília surgiu com uma instituição que faria o pensamento humano ter estas três finalidades universais. Além disto, ela sabia o exato lugar deste universo onde estava: o Brasil nos meados do século XX.

Darcy Ribeiro liderou o pensar e o criar uma universidade que era comprometida com o Mundo e com o Brasil onde ela estava.

Sua estrutura de Institutos Centrais, seus métodos de ensino, seus critérios de ingresso, sua preocupação com a pesquisa, seu compromisso com o desenvolvimento econômico e com a justiça social fizeram dela o exemplo de modelo de uma universidade do século XX - na realização da civilização utópica industrial para todos - e de uma universidade brasileira - na incorporação do Brasil a essa civilização-. Lamentavelmente, essa experiência durou apenas três anos.

Em vez da utopia a que o Brasil se propunha construir, as elites brasileiras optaram pela imitação dos modelos sociais importados. Isto fez com que a sociedade brasileira caminhasse para a apartação² e a universidade brasileira para uma caricatura das universidades norte-americanas e europeias. O desenvolvimento imposto autoritariamente a partir de 1964 não

buscava nem permitiria a distribuição dos benefícios para toda a população. A universidade que ela construiu ajustou-se a essa realidade.

A universidade apartada

A história da universidade brasileira pode ser dividida em quatro períodos:

a) No primeiro momento, até 1945, a universidade incipiente: os estudantes de faculdades lutam pelas primeiras formulações de novo país.

b) O período de 45 a 64, em que a universidade se compromete com a defesa da democracia e a construção da sociedade tecnologicamente moderna: a consolidação das escolas tecnológicas e os primeiros institutos de ciência, ocorre ao lado da luta pelo petróleo e pelas reformas de base. Nesse período, a Universidade de Brasília é um marco especial por suas características e seu projeto.

c) O período entre o final dos anos 60 e o começo dos 80, em que a universidade consolida seus departamentos, define sua estrutura, desenvolve pesquisas, cria tecnologia, constrói país dinâmico, ao mesmo tempo em que seus professores e alunos analisam, denunciam e lutam contra a ditadura; mas constroem a sociedade de apartação desenhada pela elite industrial local e internacional e implantada pela ditadura militar.

d) Finalmente, o atual momento de crise. A universidade perde o heroísmo da luta pela democracia política que o país conquistou com a sua ajuda. O modelo sócio-econômico que financiava suas

2. Ver, do autor, **O Que É Apartação - o apartheid social brasileiro**, Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1994.

pesquisas e a formulação que produzia entra em crise. Os salários caem, os recursos escasseiam, sobretudo os necessários em dólares para bolsas, livros, equipamento. A universidade perde crença nos seus produtos; e a sociedade perde a crença na universidade. A UnB não fugiu a esta regra.

O que se percebe nesse período é uma UnB que mantém aceso o desejo de liberdade acadêmica, de sonho utópico, mas, se submete integralmente ao novo projeto de construção de uma sociedade imitativa, e de uma universidade tentando repetir os padrões estrangeiros.

Os Institutos, os créditos, as inovações conceituais e metodológicas vão aos poucos sendo esquecidas, até chegarem ao ponto de serem repudiadas.

A UnB se transforma em uma universidade como as outras. Isola-se dos interesses da maioria da população, mesma quando crítica à sociedade, é parte integrante dela, com os mesmos interesses. A UnB que surgiu sonhando com a justiça e com um pensamento globalizante, se transforma em uma universidade duplamente apartada: porque opta pelo lado "moderno" isolado dos interesses da maioria da população, e porque se estrutura em departamentos-apartados, fechados em suas categorias isoladas do conhecimento.

A Universidade em Crise

Os anos 80 trazem de volta a crise.

A universidade que criticou a ditadura beneficiando-se dela com os maiores salários, as maiores bolsas e o maior

investimento já visto na história do País e superiores a quase todos os países do mundo, descobre, de repente, que a sociedade brasileira cindiu-se em categorias apartadas, que há falta de recursos para tudo, que os salários caem, que os ex-alunos não encontram emprego.

Mas, prisioneira como ela estava, a universidade não quis e não foi capaz de repensar-se. Em lugar da luta pela liberdade, a luta por salários. Em vez do compromisso com a democracia global, a luta pela democracia interna, às vezes para defender privilégios corporativos. Ainda mais grave: a consciência de que o passado acabou, mas ainda não há um novo futuro. Os ricos e quase-ricos já não têm renda para solicitar serviços como antes; mas ainda não há demanda clara para projetos que solucionem os problemas habitacionais das massas. A ortodontia, a cirurgia de rejuvenescimento, a psicanálise, as centrais nucleares, as grandes estruturas e o milagre econômico caem de moda. Mas nada apareceu, ainda, no lugar.

A universidade se limita a produzir para a estrutura social em crise. A sua produção, com muito mais "qualidade" hoje do que antes, está respondendo a perguntas antigas, a maior parte delas superadas. Daí a crise da universidade.

É o momento mais trágico e por isto mesmo o mais rico da história da universidade brasileira. É o momento em que ela vai poder participar da descoberta de novo país, da formulação e da construção de sociedade livre, praticando a liberdade. A crise de idéias e propostas para o futuro do país e da humanidade dá à universidade a grande chance de sua história. A

universidade em crise deve transformar-se em universidade para a crise.

A UnB para a Crise

A universidade deve entender que há dois tipos de futuro: aquele que é a continuação linear do passado, com novas respostas para as mesmas perguntas, dentro do momento paradigmático. E o futuro que surge da ruptura com o passado, com a reformulação da organização social, com novas propostas ideológicas com perguntas diferentes. Ela deve também entender que no atual momento o Brasil vive a véspera de um novo futuro, que não será simples reprodução do passado, com exigências diferentes para cada instituição social, especialmente aquela cujo papel é entender o mundo, seu processo, formular propostas e ajudar na construção do futuro.

A universidade em crise deve se transformar em uma universidade para a crise.

Mantendo-se a permanente busca de ampliação do horizonte de liberdade, torna-se necessário retomar padrões de liberdade onde as características naturais e culturais do país sejam respeitadas, onde o padrão tradicional, originado há 200 anos com a revolução industrial e espalhado em todo o mundo, que começa a demonstrar seu esgotamento, seja substituído por novo conceito que retome as libertárias bandeiras permanentes do saber: beleza, verdade, eficiência com justiça, paz e o equilíbrio ecológico.

A idéia de libertação como meta fica obscura e se perde como instrumento de empolgação no dia-a-dia, se não for

acompanhada de definição da vocação específica, da bandeira imediata de luta para a universidade em geral e cada uma delas em particular.

Do ponto de vista geral, compete à universidade participar do esforço de avanço do pensamento, de maneira a reproduzir e aperfeiçoar os sistemas sociais e cultural. No caso específico do Brasil, em seu momento atual, à universidade cabe o papel mais importante de pensar a crise que atravessamos e de formular alternativas à construção da Nação, na sua conceituação global e em cada área de conhecimento necessário à eficiência, à justiça e à soberania, ao lado da criação da beleza e da busca da verdade.

A UnB, como parte deste processo deve também voltar a sua origem. Recordar a razão pela qual foi criada, o propósito ao qual deveria servir. E, para ser coerente com a rebeldia da origem, recuperar os seus valores universais permanentes, ao mesmo tempo que se ajusta às características específicas da crise atual, trinta e cinco anos depois de ser criada por Darcy Ribeiro.

Mantendo seu compromisso absoluto com a qualidade, a universidade deve definir sua postura com base em cinco vetores:

Participar da ampliação do Patrimônio Cultural da Humanidade e da Sociedade Local, e fazer avançar o mais puro e descomprometido pensamento em todas as áreas, de maneira a ter as bases de sociedade intelectualmente criativa e sofisticada;

Criticar as ameaças à estabilidade nacional, às desigualdades e propor

alternativas que visem distribuir eficientemente o bem-estar, a cultura e a liberdade;

- Entender o país, suas especificidades, conhecer seu potencial; identificar e definir suas necessidades, obviamente com perspectiva universal, no espaço e no tempo, na geografia e na história;
- Ajudar no desenho do retrato do que se deseja para a sociedade no novo futuro. Sem ignorar a realidade herdada e sem desconhecer os limites do possível, formular alternativas para chegar ao futuro desejado; e
- Criar as bases científicas e tecnológicas que permitam transformar os recursos disponíveis no conjunto de bens e serviços necessários ao bem estar social; e formar mão-de-obra necessária para produzir estas funções.

Este esforço pode se resumir na missão de pensar, entender, formular e criar o pensamento, as idéias que expliquem e sirvam de base à construção do País, através do enfrentamento de oito desafios:

- O avanço da ciência, tecnologia e cultura que, sem cair na xenofobia, sirva de fato às necessidades atuais do país e aos interesses de longo prazo de nação moderna, intelectualmente sofisticada;
- O desafio do equilíbrio regional, na ocupação territorial e proteção do meio ambiente, com o entendimento do problema e formulação de caminhos que viabilizem;
- O desafio de perceber a importância das mais puras manifestações nas artes, nas ciências, nas reflexões filosóficas, sem o que, o enfrentamento do desafio ficará sem rumo e não terá razão;
- O de formular a própria concepção de que vivemos momento de revisão do passado e de reorientação no rumo do conhecimento universal e dos objetivos nacionais;
- O desafio da construção de sociedade democrática, que é anseio de todo o país e responsabilidade de cada brasileiro, e cujo enfrentamento exigirá grande esforço, especialmente no nível de sua formação intelectual;
- A abolição do *apartheid* social e solução dos problemas sociais, em um país com base material rica e com massa crítica de recursos humanos já disponível;
- A rearticulação da estrutura produtiva com todos os problemas que envolvem a mudança nos produtos, o uso de novos recursos, a busca de auto-suficiência; e
- A conquista da soberania, que passa pela concepção autônoma de projeto nacional e pela criação de tecnologias próprias.

Se a vocação é a libertação, cada universitário deve ser livre. Surge assim uma unidade na mais absoluta diversidade de áreas, campos, metodologias, ideologias. Para que isto seja realizado, três condições são necessárias:

- Cabe a cada universidade definir sua vocação de pensar e construir o futuro

do país, tanto no que se refere às duas bases materiais como à sua superestrutura intelectual.

- Todos os departamentos e todos os segmentos têm funções a cumprir neste projeto.
- A pluralidade é em si a própria razão de ser da universidade e não há como imaginar a possibilidade de linhas ideológica e metodológica únicas.

Para exercer esta aventura, os acadêmicos necessitam substituir a síndrome de Salamanca pelo sentimento de Borges, exercer e usufruir dos objetivos teleológicos da universidade: através do poder de transformar o mundo, ampliar o horizonte de liberdade dos homens, e usar livremente esta liberdade para o enriquecimento da humanidade, especialmente o enriquecimento cultural, espiritual e emocional de cada indivíduo.

Para a realização deste projeto de constante ampliação do horizonte de liberdade e da prática desta liberdade, a universidade deve conhecer e exercer seis formas diferentes de sua aventura: *conquista do tempo livre do trabalho para a sobrevivência, garantia do equilíbrio ecológico, exercício da justiça, encantamento e o desencantamento do mundo, através da construção da beleza e a procura da verdade, compromisso com a paz e os direitos humanos, descoberta do gosto da própria aventura.*

Cada atividade universitária deve ser encarada como uma aventura, no desafio de fazer avançar o patrimônio da humanidade, da construção da própria universidade e da

vida de cada um de seus participantes.

E ao lado de cada atividade diretamente universitária, o universitário deve usar o espaço da universidade como uma chance adicional para complementar sua aventura de ser humano. Em todos os momentos, a universidade pôde ser um centro de realização existencial. Mas, raramente, desde sua fundação há mil anos, uma época foi tão rica de possibilidades que facilitam a aventura, desde que o universitário perca o apego à rotina, não fique prisioneiro das dificuldades da crise e usufrua dos desafios adiante.

É uma universidade tridimensional que permite realizar a plenitude do cérebro e justifica a finalidade desta realização.

A UnB transgressora

A universidade se nega se for apenas uma repetidora de velhos conhecimentos, uma desenhista das mesmas técnicas ou uma inventora de novas técnicas dentro dos mesmos objetivos e padrões éticos. No caso da universidade a transgressão tem que ser uma obrigação: porque o seu papel está em transgredir os limites do pensamento existente. Ainda mais: a universidade não pode limitar seus gestos transgressores ao pensamento, ela deve transgredir a si própria: seu comportamento, seus compromissos, seus métodos, sua estrutura.

No comportamento, a universidade deve adquirir o gosto pela *rebeldia*, pelo *exercício da paixão*, pela *tolerância*. A universidade deve retomar os seus compromissos com a *qualidade, realidade, e*

com o *sentimento*. Ela precisa também assumir os métodos inconformados: *axioma da dúvida, permanente reciclagem, e a prática da multidisciplinaridade*.

A UnB tridimensional

A partir de 1985, com a primeira administração posterior à intervenção em 1964, a UnB começou seu caminho de volta aos valores e princípios desenhados por Darcy Ribeiro, fazendo os ajustes necessários aos novos tempos, criando a universidade tridimensional que ele desejava. A realidade do momento exigiu que para cumprir sua função de transgressora, a UnB redefinissem suas funções e sua estrutura.

As novas funções

As três funções tradicionais da universidade - ensino, pesquisa e extensão - foram modificadas; duas novas funções foram acrescentadas - democracia e prática cultural.

Nas últimas décadas, o ensino foi marginalizado, em benefício da crescente nobreza das atividades de pesquisa, que dispõem de mais recursos, promovem os professores, elevam suas remunerações. Sem voltar ao passado em que a universidade se limitava a simples elemento de formação, a pesquisa voltou a ter igualdade de importância com o ensino, retornando à nobreza da atividade didática.

Se não se deseja ensino repetitivo de velhas idéias, a pesquisa é elemento-chave do processo universitário. Nenhuma tolerância é possível com uma universidade

sem pesquisa. Mas é preciso que a pesquisa não seja ela própria repetitiva. O excesso de priorização dado à pesquisa, e a cobrança de resultados imediatos, levaram à sofreguidão da produção de textos, confundidos como se fossem sinônimo de geração de novas idéias, de novos conceitos e descobertas. Neste equívoco, a pesquisa perdeu sentido por ser apenas repetição silenciosa de idéias anteriores.

A extensão deverá ser apenas um método, aplicado tanto ao ensino quanto à pesquisa. No momento atual ainda deve ser visto como uma função. Num país dividido em classes tão diferenciadas, a busca da liberdade e sua distribuição igualitária, e o envolvimento com o real exigem intensa convivência com o mundo exterior, através de variados programas de extensão, em dois sentidos: da universidade ao mundo que a cerca e deste à universidade. A atividade de extensão foi o caminho básico para a UnB descobrir o mundo e o mundo descobrir a universidade.

Ao lado de suas três funções tradicionais, a UnB precisou incluir o processo democrático como uma de suas funções. Democracia como sinônimo da prática política, que não pode deixar de existir em instituição que deseja não apenas entender e usufruir, mas também participar de um mundo que seja mais conhecido, mais belo, mais eficiente e mais justo. A prática da democracia não é apenas direito da comunidade interna, é parte integrante da função acadêmica, juntamente com o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas é preciso que esta democracia interna se faça em compromisso com a democracia crescente de toda sociedade, democratizando a própria democracia, e jamais confundida com o

atendimento e a prática dos desejos corporativos que ignoram a sociedade.

Além das funções anteriores, a UnB precisou descobrir a prática cultural, não apenas como parte do ensino e da pesquisa, nas áreas específicas, mas praticada por todos em todas as áreas, como razão de ser da universidade humanista.

*Os instrumentos da "UnB tridimensional"*³

De nada adiantam mudanças em comportamento, compromissos, métodos e funções, se a instituição universitária continua com a mesma estrutura. A universidade não pode ser tridimensional nos eventos e na concepção teórica, se não

for também na concepção estrutural, nos seus instrumentos reais. Não pode ser tridimensional se tem uma estrutura unidimensional. Além da dimensão departamental é necessário compor uma organização acadêmica básica, que inclua as dimensões do compromisso com a realidade e com os sentimentos, outros instrumentos básicos auxiliares das funções acadêmicas; além de instrumentos complementares das atividades acadêmicas.

Logo no início da administração 85/89, consciente das propostas originais de Darcy Ribeiro e das características novas do mundo no final dos anos 80, a UnB redefiniu seus instrumentos acadêmicos.

Instrumentos acadêmicos básicos

Os Departamentos

A universidade levou 900 anos para descobrir sua estrutura departamental, onde o conhecimento evolui através da eficiência da produção especializada por categoria do conhecimento. Nenhum aspecto da crise atual faz prever o fim do departamento como elemento-chave do processo universitário, comprometido com a qualidade na categoria específica da área do conhecimento.

Os Núcleos Temáticos

A estrutura departamental não é suficiente para compor uma universidade comprometida com a realidade. Cada problema do real só pode ser enfrentado a partir de visão multidisciplinar que, indo além das categorias específicas do conhecimento, abarque as nuances e

3. Todas as propostas sobre a UnB são originadas e conhecidas pelos trabalhos de Darcy Ribeiro, especialmente o **Plano Orientador da Universidade de Brasília**, Editora UnB, Brasília, 1962, e os livros **UnB: Invenção e Descaminhos**, Avenir Editora, Rio de Janeiro, 1962, e **A Universidade Necessária**, Editora Paz e Terra, S. Paulo, 1982. Nos últimos anos, a retomada do projeto original e as adaptações para o presente estão em diversos textos do autor deste artigo, especialmente *Uma Idéia de Universidade* e *Na Fronteira do Futuro - O projeto da UnB* publicados pela editora da UnB em 1986 e 1989, respectivamente. E *A Aventura da Universidade*, citado. Além destes, diversos documentos internos da UnB, especialmente *memoranduns* para o Conselho Universitário, definem as características do Projeto UnB. Cito especialmente o último *memorandum*, o relatório do mandato, com o título de *Ponto de Partida - Os próximos vinte anos da UnB*, de Agosto de 1989.

desafios do entendimento de problemas temáticos.

A solução encontrada pela UnB foi a de Núcleos Temáticos Multidisciplinares. Os Núcleos Temáticos funcionam como esquinas dos Departamentos, oferecendo alternativa ao trabalho de cada pesquisador, professor, aluno, aproximando-os dos colegas de outros departamentos no estudo de tema específico. Permitem ainda atrair a colaboração de profissionais externos à universidade.

Além de suas pesquisas, estes Núcleos oferecem disciplinas nos programas de ensino, dentro do currículo dos cursos, e participam de atividades de extensão.

Os Núcleos Culturais

A organização matricial bilinear, departamental e temática, não seria suficiente para disseminar a prática humanística dentro da universidade. Também não é suficiente para fazer da universidade um local de prazer. A solução foi a implantação de Núcleos Culturais que se compõem com os Departamentos e Núcleos Temáticos formando a Universidade Tridimensional.

Os Núcleos Culturais oferecem condições de induzir os membros da comunidade à prática humanística, através do trabalho em três setores: artes, esportes e reflexão filosófica e metodológica.

Não se trata de organizar núcleos de pessoas especializadas em áreas das artes; ao contrário, trata-se de aglutinar aqueles que praticam estas atividades em complementação às suas áreas específicas e

suas especializações.

O que caracteriza os Núcleos Culturais não é necessariamente a atividade não-científica, mas sim a atividade vista esteticamente como finalidade, como desejo. É conveniente, por exemplo, a promoção de Núcleos Culturais de matemática, de computação, de geografia, etc. que reúnam profissionais de outras áreas interessados nestes conhecimentos como prática estética, como manifestação cultural da liberdade.

O mesmo ocorre com os que se unem na prática de esportes.

A promoção da Reflexão Filosófica e Metodológica leva à universidade a consciência de que ela é um centro de produção de pensamento. Por isso deve saber o que significa pensar, como pensa, o que é e como pratica ideologias, e como se esconde, sem saber, atrás delas.

Além de servirem como centros de manifestações das atividades estéticas, as atividades dos Núcleos Culturais devem ser incorporadas à programação normal da atividade docente, através da atribuição de créditos aqueles que as praticam.

Os instrumentos básicos auxiliares

As atividades fins da UnB estão cobertas pelos três instrumentos básicos que compõem a estrutura tridimensional. Mas estes instrumentos necessitam do apoio direto de alguns instrumentos também acadêmicos, ainda que auxiliares: Biblioteca, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleos Permanentes de

Apoio à Extensão, Centro de Apoio às Atividades Culturais, Observatórios, Fóruns, Centros inter-universitários.

Instrumentos acadêmicos complementares

Além dos instrumentos básicos, uma universidade contemporânea necessita de diversos instrumentos de apoio. Entre outros, foram criados ou consolidados na UnB: *Centro de Acompanhamento e Desenvolvimento Educacional*, voltado para a melhoria da qualidade do ensino, através de reciclagem de professores, revisão constante dos cursos, acompanhamento de alunos e de ex-alunos; *Centro de Desenvolvimento Tecnológico*, voltado para facilitar as relações com o setor produtivo, externo à universidade, servindo de ligação entre este setor e os cursos das áreas técnicas, incluindo a implantação de *Incubadoras* para a promoção de indústrias de alta-tecnologia; *Editora*, que sirva para a produção de textos de divulgação da produção interna, como também de editoração de livros em geral. Uma condição básica para divulgar a produção da universidade é o incentivo a editoração de revistas especializadas ou de divulgação geral. Ao lado da editora, uma universidade moderna deve dispor de um sistema de *Rádio e de Televisão*, capaz de divulgar seus trabalhos e ser um elemento dinâmico no aprimoramento cultural da população em geral; *Centro de Produção de Vídeos*, que sirva como elemento editorial por meios visuais; *Hospital Universitário*, caso disponha de cursos nas áreas médicas; *Centro de Educação Aberta, Continuada e a Distância*, com a finalidade de cuidar de todos os aspectos da promoção, elaboração metodológica e execução dos cursos

oferecidos à distância para as grandes massas externas à universidade. Ao mesmo tempo, deve servir como o ponto de coordenação e execução da política de permanente reciclagem de ex-alunos; *Centro de Avaliação Acadêmica e Institucional*, mais do que qualquer outra instituição, a universidade necessita de um instrumento de permanente avaliação de sua produção, capaz de analisar e divulgar os resultados desta produção, além de servir como uma espécie de auditoria do funcionamento da instituição e do trabalho de cada professor, aluno, funcionário e administração.

A Invenção da universidade

As universidades podem ser fundadas por príncipes, cardeais, presidentes, alunos e professores, mas elas só podem ser inventadas ao longo do tempo pela própria comunidade acadêmica em sua convivência com o mundo inteiro e com a sociedade onde se situa.

A Sorbonne foi fundada por Robert Sorbon, Oxford foi provavelmente criada por um grupo de alunos expulsos da Sorbonne, Cambridge por um grupo de estudantes que fugiam de Oxford, Salamanca pelo Rei Alfonso IX. As universidades brasileiras foram criadas por grupos de cidadãos, como a USP, por líderes intelectuais; graças a Darcy Ribeiro, como a Universidade de Brasília; mas sempre sob o patrocínio de governos, federal ou estadual, ou da Igreja Católica, ou simplesmente por empresários da educação, com financiamento dos próprios alunos e quase sempre também do Estado.

Embora criadas, nenhuma destas universidades foi inventada no momento de sua criação. A universidade é uma instituição viva, ou não é uma instituição universitária. Ela se negaria se sua fundação correspondesse ao mesmo princípio como se inaugura um prédio. É através de suas gerações de professores e alunos, com a colaboração de funcionários, que uma universidade se inventa a ela própria, reagindo e agindo sobre o meio onde está situada, de acordo com as exigências de cada momento.

Oxford, durante décadas, talvez séculos, não teve um prédio onde funcionar, não teve uma estrutura definida, foi sendo inventada ao longo de sua história. Apesar de terem estruturas e programas bem definidos, as universidades inglesas têm sofrido constantes mudanças. A Sorbonne, apesar de secular, foi fechada, reaberta, modificada por Napoleão, e novamente revolucionada em 1968, para outra vez estar sendo reformada nos últimos anos.

A invenção de cada universidade, modificando seus paradigmas, torna-se ainda mais necessário nas universidades de países com maioria pobre, com projetos sociais desadaptados, e em um momento de ruptura teórica, como o Brasil.

O que está em jogo nas próximos anos não é apenas fazer funcionar a UnB, mas ter consciência da necessidade de sua constante invenção e reinvenção, a partir do que foi desenhado há 35 anos por um grupo de sonhadores liderados pelo gênio e a ousadia de Darcy Ribeiro. Neste processo, a UnB e

as demais universidades brasileiras poderão reinventar o próprio conceito e estrutura da Universidade como entidade social.

O berço da invenção

A invenção é o resultado da necessidade da criação com a capacidade já disponível de inventar. Ela ocorre no lugar onde estas duas condições ocorrem.

A academia grega surgiu graças a um grupo de pessoas que queriam levar adiante a aventura do pensamento racional livre dos mitos religiosos que vinham do Oriente.

A decadência do Império Romano e a universalização, na Europa, dos dogmas católicos fizeram desnecessário o trabalho intelectual naquela forma. O pensamento passou a se confundir com dogmas, o local dos debates eram os conventos.

Tinha que ser na Europa o surgimento das novas universidades. Com a redescoberta dos textos gregos, foi dentro dos conventos que surgiu a necessidade da teologia recorrer à razão.⁴ A necessidade de um novo pensamento, teológico e racional, juntou-se a disponibilidade de teólogos ansiosos por avançar a razão. A universidade é filha destas circunstâncias.

Nestes mil anos, cada tempo teve sua universidade específica como fruto das circunstâncias específicas, e nos lugares onde estas circunstâncias ocorriam. Napoleão fez as Grandes Escolas, para

4. Ver Jacques Le Goff, *Os Intelectuais na Idade Média*, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1988.

dispor do saber do seu Império; a Inglaterra e os Estados Unidos inventaram os Departamentos para construir-se as técnicas da civilização industrial.

A universidade dos próximos séculos deverá surgir no local onde as mudanças sejam mais necessárias, e onde haja uma massa crítica de pessoas que possam inventá-la.

A primeira característica da nova universidade é que ela deverá ter o sentimento planetário. Ela não poderá se limitar a ser uma universidade que pense apenas seu país. Por isto, ela surgirá em algum país que seja um retrato do planeta. Ela será filha dos assombros que vivem os homens em seu planeta de hoje, como ela foi filha na Europa do assombro dos homens que no meio das crenças descobriram o pensamento grego.

Os sustos que caracterizam o final deste primeiro milênio da universidade não ocorrem com clareza nos países que conseguiram desenvolverem-se, nem naqueles que ainda não tentaram o desenvolvimento. O Planeta como um todo aventurou-se no desenvolvimento da civilização industrial e fracassou ao não unir o avanço técnico e utópico. O seu retrato está portanto em países que tenham tido simultaneamente o avanço técnico sem a realização utópica, como o Brasil.

A universidade do futuro pode ter o Brasil como seu berço. Aqui surgirá uma universidade tradicional vivendo em uma civilização apartada, com as técnicas subordinando a ética da diferença entre os seres humanos; ou uma universidade não tradicional que fará avançar o pensamento,

combinando o avanço técnico com a ética dos direitos iguais de todos os homens.

Uma Universidade sem fronteira

Não há melhor caminho para retomar o otimismo do destino, do que imaginar o futuro distante. Em sua perspectiva histórica, a crise é vista como o tempo de aprendizado, de experiências e reformas.

No longo prazo, nenhum dos problemas atuais persistirão. Em menos de cem anos, a universidade será radicalmente diferente, em todos os seus aspectos. É impossível imaginar os detalhes, mas não é difícil alguns pontos desta universidade do futuro distante.

A Formação Abrangente: A universidade será a esquina dos saberes, o instrumento de convergência do saber existente na sociedade. Ela receberá saber criado em todas as partes, por todas as pessoas, e servirá como elemento de intercâmbio para todas as demais.

Formação Integrada: Formando-se o *curriculum* tridimensional. Cada participante terá formação em todos os temas do saber, com uma visão global, onde a especialização não está separada da formação humanista, sobretudo ética.

A Formação Permanente: A velocidade como o conhecimento evolui, a visão de que a educação é um processo e uma forma de lazer, em mundo onde todos são educados exigirá uma formação permanente, interminável. O diploma será abolido porque ninguém se sentirá formado, e porque o saber não será indicado por documento, nem tratado como latifúndio. A

formação ficará permanente para todos os participantes.

O Espaço Aberto: A ampliação das telecomunicações informatizadas, o acesso de todos aos novos instrumentos e às novas linguagens, permitirão o contato direto, permanente e nos dois sentidos de um diálogo, entre todos que participam do processo educacional, sem necessidade de um locus especial. A universidade passará a estar em todo lugar; o campus ocupará todo o espaço onde a sociedade age na procura e no uso do saber.

A Estrutura Livre: Para que a universidade seja organizada em uma rede múltipla e mutável de interesses, visando fazer avançar cada tema e conhecimento, realizando uma prática cultural ou simplesmente intercambiando experiências, os velhos departamentos, os núcleos temáticos e culturais terão que ser substituídos por organizações informais e ad-hoc de grupos de participantes unidos por um interesse de momento.

A Universidade em Mutação: Esta universidade do futuro estará mais próxima das acadêmias da Grécia antiga. Mas em um outro nível civilizatório: sem escravos e com todos os habitantes participando. Como os gregos, os participantes desejarão avançar ao futuro. Imaginar formas ainda mais modernas. Ampliar a rede universitária até as bases mais distantes em outros planetas; evoluir para novas formas de saber e de

aprender, sem a prisão a uma única velha lógica. Incorporar técnicas modernas de aprendizado por meios químicos e cirúrgicos. E conviverão ainda com todas as dúvidas de seu tempo. O que mostrará que a universidade ainda estará viva. Só a dúvida restará, da velha universidade do século XX. A universidade continuará sendo um instrumento de transição. Porque em uma universidade sem fronteiras, a dúvida entre o velho e o novo conhecimento será sua única fronteira.

Mas o futuro começa hoje. A universidade não saltará se não entender sua crise e não se ajustar às novas exigências, novas funções, implantando uma nova estrutura. E percebendo a grande aventura que tem diante de si: reformar-se para recuperar o gosto pela beleza do saber e pela utopia que ele pode ajudar a criar, e, assim, ser capaz de dar sua contribuição fundamental para fazer um mundo melhor e mais belo.

Esse artigo contém partes do livro **A Aventura da Universidade**, do autor, publicado em coedição Editoras UNESP e Paz e Terra, São Paulo, 1994.

Cristovam Buarque foi o primeiro Reitor da UnB depois da intervenção feita pelo golpe militar em 1964. É atualmente o Governador do Distrito Federal.

VISÕES DA UnB

**UnB:
Pensando o
Brasil Como
Problema**

Antônio Ibañez Ruiz

Sob qualquer ângulo que observemos, constatamos que estamos vivendo um momento crucial da civilização. É o momento em que alguns ciclos se concluem e outros se iniciam. Não apenas por estarmos atingindo algumas referências cronológicas marcantes, como o final de um século e o fim de um milênio. Mais importante do que o calendário é a própria História.

No campo das relações internacionais, a oscilação dos pratos da balança das forças políticas, econômicas e militares, sem perspectivas de um equilíbrio estável próximo, poderá ser a incógnita mais perturbadora a ser legada por este século ao próximo.

O desmoronamento das burocracias socialistas do leste europeu acabou sendo uma vitória de Pirro do capitalismo norte-americano, pois o apanha endividado e em declínio acentuado, beneficiando os antigos rivais econômicos, Japão e Alemanha, que

emergem como os verdadeiros e transitórios beneficiários da crise mundial e, tudo indica, as novas potências-líderes desta virada do milênio. Mas, o que preocupa é que, mais do que crise político-econômica, a crise é de rumos. O ressuscitamento do esgotado liberalismo, longe de mostrar o caminho da salvação, é mais um componente da crise. A miragem de uma sociedade de mercado em escala mundial, numa reedição falaciosa de um *welfare state* para todas as sociedades do mundo, pode ter servido, momentaneamente, como arma para os estrategistas do capitalismo ocidental, mas ela é, claramente, uma mentira pouco durável, e as expectativas por ela criadas deverão, rapidamente, reverter em cobranças impagáveis, com refluxos e convulsões imprevisíveis. O fim da história talvez esteja mais próximo do que imagina o ideólogo oficial desta corrente, desta falsa história, construída para sustentar o engodo. Podemos perceber, já, com certa nitidez, que por detrás da crise política e econômica há uma crise de referências éticas e ideológicas a desorientar os indivíduos e as sociedades, ocultando-lhes o próprio sentido de sua existência. É o que se convencionou chamar de *Crise dos Paradigmas* e que a canção popular resume, com menos pedantismo, dizendo que “aqui na terra o ser humano tá na maior fissura...”

O que vem acontecendo recentemente, deixando a mídia e, por conseqüência, a opinião pública em estado de atônita perplexidade, só deveria surpreender os observadores menos atentos. O que ainda poderia surpreender é a velocidade dos acontecimentos, mas quanto aos fatos em si, seriam perfeitamente previsíveis se prestássemos mais atenção aos erros, descaminhos, injustiças, desequilíbrios e

paradoxos que este século vem acumulando com prodigalidade, produzidos, principalmente, a partir dos centros do poder mundial.

Talvez o maior dos paradoxos que este século registra seja o colossal avanço assinalado nos campos das inteligências científica e tecnológica simultaneamente com o atraso e a mesquinhez sem limites dos poderosos interesses que as controlam, deixando a nu o divórcio entre a inteligência e o poder, entre a capacidade criativa do cérebro humano e a debilidade dos valores orientadores da conduta humana, os quais deveriam estar dirigidos para o pleno aproveitamento desta capacidade em benefício da própria humanidade. Apesar de todo o avanço e dos recursos hoje disponíveis, a vida e a terra vêm se degradando, como um todo, a ponto de o ser humano ter de se recondicionar psicologicamente para poder suportar a coexistência com a morte e a destruição, constantemente presentes no seu cotidiano e no seu ambiente próximo.

E não se diga que esta é uma visão apocalíptica da civilização. Aí estão os fatos, que não deixam mentir. Aí está a camada de ozônio sendo destruída pela melhor tecnologia, posta a serviço dos desodorantes e do ar condicionado, para conforto de uns e a ameaça dos demais; aí estão as centrais nucleares e seu lixo radioativo para satisfazerem o apetite energético dos gigantes industriais, que se sustentam do consumismo que eles mesmos incentivam; aí está o avanço acelerado da desertificação de regiões inteiras do planeta, devorando florestas e terras férteis, com o auxílio de *bulldozers skrapers*, motosserras e herbicidas, em nome do lucro predatório; aí

está a inutilização das reservas aquíferas pelos efluentes industriais, pelo mercúrio dos garimpos e pelos detergentes domésticos; aí estão os sem-terra, os sem-pátria, os sem-teto, os sem-nada, sem nem direito à vida, sejam eles índios, negros, camponeses, operários ou, simplesmente, crianças das nossas cidades; aí estão a miséria absoluta, a fome crônica, a doença endêmica, a droga, a violência urbana, o desemprego, o desabrigo, o analfabetismo, a guerra e todas as demais pragas, que muito mais do que poderiam imaginar os cronistas bíblicos. E aí estão o câncer, a aids e todas as demais doenças que ainda desafiam a ciência e a tecnologia. Ciência e tecnologia estas impotentes para descobrir-lhes a cura, mas extremamente eficazes e criativas para fazerem viajar cargas nucleares pelos céus e mares de todos os continentes, para poluírem o espaço exterior com seus artefatos mecânicos e, até mesmo, para produzirem fantásticos espetáculos eletrônicos de destruição bélica, que se podem assistir pela televisão, *urbi et orbi*, em horário nobre.

De que servem os avanços notáveis nas telecomunicações, se forem apenas para servir aos interesses de megaempresas jornalísticas unifamiliares ou ao monopólio da informação praticada por grandes redes de TV, que fazem não apenas aproximar-nos de realidades distantes, mas, principalmente, distanciar-nos de nossa realidade próxima.

Não se trata, repito, de uma postura negativista, ou simplesmente romântica, face ao desenvolvimento material do mundo. Trata-se, isto sim, da lúcida e responsável consciência de quem acredita, não por razões místicas, mas por motivos racionais,

de que ainda é possível - e é urgente - corrigir a rota suicida pela qual segue a sociedade humana, antes do *turning point* fatal.

Não somos contra a ciência, enquanto meio de desmistificar o universo e a vida e de criar conhecimento útil à preservação e dignificação da existência humana. Muito ao contrário. Também não atacamos a tecnologia enquanto instrumento de aproximação dos povos, gerador de segurança e bem-estar, poupador de energias do homem e da natureza. Não, muito ao contrário. Mas somos críticos implacáveis desta espécie de ciência e desta espécie de tecnologia postas a serviço do poder, do dinheiro e da destruição - do homem e da natureza. É claro que a ciência, a tecnologia e a arte não são boas ou más, em si. Embora seja uma afirmação polêmica, nos atreveríamos a dizer que a ciência, a tecnologia e arte são, até certo ponto, neutras. O que, porém, não é neutro é o cientista, é o tecnólogo, é o artista, como tampouco são neutros os seus patrocinadores.

É preciso admitir que de nada servem a ciência, a tecnologia, a arte, se não forem produzidas e dirigidas por cabeças éticas, absolutamente comprometidas com o sofrimento e a felicidade humanos. Se a felicidade, entendida no seu sentido mais amplo e coletivo, é o objetivo que justifica os trabalhos e as lutas do homem, enfim, sua própria razão de existir, é preciso duvidar dos nossos conceitos de progresso e reconhecer que muito pouco foi alcançado nesta direção. Mesmo considerando apenas as conquistas materiais deste progresso, verificamos que a avassaladora maioria dos indivíduos do planeta a elas não teve acesso,

constituindo uma enorme legião de excluídos. É triste constatar que, após milênios de história urbana e de desenvolvimento científico e tecnológico, os milhões de favelados que habitam a periferia das cidades do terceiro mundo vivem em condições materiais piores do que os habitantes de uma primitiva cidade do Vale do Indo ou da Mesopotâmia e estão muito longe de alcançar a felicidade de um índio da selva brasileira. É inevitável, então, que se pergunte para que serve e a quem se destina esta ciência que é impotente para melhorar a vida humana comum. De que adianta ter bem próximos fantásticos recursos necessários para salvar vidas, se o único meio de acesso a eles é um montante de dinheiro que não se consegue ganhar com o trabalho, e é preciso morrer por não poder pagá-los. A mesma ciência que já desvendou os mistérios da estrutura do DNA assiste passiva a morte, por diarreia, de milhares de crianças. De que servem a informática, a miniaturização, a robótica, os chips, os satélites, se forem apenas para fortalecer ainda mais as atuais estruturas de poder e os perversos mecanismos de concentração excessiva de riquezas.

A História moderna assinala muitas revoluções, desde o Renascimento: revolução científica, revolução industrial, revolução do terciário, revolução informática ou da automação, revolução das comunicações etc., sempre com certa liberalidade para com o uso do vocábulo. Quantas terão sido realmente revoluções, no sentido de que produziram mudanças qualitativas no curso da História? E quantas revoluções sociais propriamente ditas registra a história? Como tal, não incluímos a pletera de rebeliões político-militares que inundam as páginas dos livros. Também não

estamos falando daquelas revoluções que afetaram a sociedade, por via de mudanças radicais no sistema de produção ou no sistema de governo. Estamos falando, isto sim, daqueles movimentos sociais que, sobre uma base teórica nova, desenvolveram ações políticas contundentes, capazes de transformar, globalmente, a infra-estrutura do poder e de alterar os objetivos e prioridades da sociedade. Daqueles movimentos que introduziram referências novas para o pensamento e a prática político-social contemporâneos e fizeram estender seus efeitos às gerações futuras e a grandes áreas do mundo. Nesta categoria, possivelmente, só a Revolução Francesa e a Revolução Russa mereçam inclusão, mesmo considerando seus descaminhos posteriores. Mas, se poucas são as revoluções sociais, assim consideradas, quantas seriam as revoluções que mudaram, efetivamente, a estrutura ética e comportamental do ser humano, em suas relações com seu semelhante, com seu ambiente e com a sociedade em geral? Pode-se argumentar que todas as verdadeiras revoluções sociais trazem, como sub-produto natural e inevitável, a mudança das atitudes individuais. Mas, se quisermos pontualizar algum fato histórico expressivo, desta natureza específica, devemos citar a cristianização do mundo ocidental como o maior dos movimentos a operar transformações na dimensão interior e nos parâmetros éticos dos indivíduos. Também sem considerar seus desvios ulteriores.

Portanto, é mais do que tempo de voltar a empreender esforços sérios na restauração dos valores positivos da sociedade e dos cidadãos, como única opção que resta para reverter a tendência ao grande colapso. E não há melhor forma de iniciar esta

caminhada do que apostar nas reservas de dignidade, de esperança e de criatividade que ainda pulsam nos seres humanos.

A esta altura, faz-se necessária uma reflexão sobre o papel que as universidades têm a desempenhar em tal projeto. As universidades, também elas atingidas pelas contradições do momento, podem, no entanto, pela sua natureza e pela sua condição de sedes do pensamento plural e potências geradoras de conhecimento novo, oferecer a base apropriada para catapultar as ações que se fazem necessárias. E, certamente, elas não poderão - nem desejarão - fugir a esta responsabilidade, pois este é o seu dever e o seu destino. A Universidade de Brasília, em particular, surgiu, há 33 anos, em meio a uma realidade já problematizada por agudas contradições e múltiplas incógnitas, sob a égide do compromisso com aquela sua realidade contemporânea, mas de olhos postos no futuro e impregnada de um audacioso espírito novo. Sua proposta era, no dizer de seu fundador, professor Darcy Ribeiro, "pensar o Brasil como problema".

Mais de três décadas passaram-se desde então. Uma geração... Os problemas multiplicaram-se e se o otimismo e a esperança de então aparentemente consumiram-se, é indubitável que os compromissos e o espírito permanecem tão vivos quanto antes. Foram eles, aliás, que possibilitaram sua sobrevivência, em momentos de adversidades letais.

Após este período, chegamos à situação privilegiada de poder avaliar o futuro que passou e corrigir as previsões à frente. E se tivéssemos que rever o compromisso proposto por Darcy Ribeiro, fariamos apenas um acréscimo, ditado pelas circunstâncias atuais: "pensar o Brasil e o mundo como problemas". Um Brasil e um mundo habitado por seres humanos, em que o maior dos problemas é o próprio ser humano. O homem predador do homem e da natureza. O homem vítima do homem.

Pois é sobre semelhante base e tal potencial intelectual que acreditamos ser possível iniciar a grande obra deste fim de século: a reconstrução ética do homem, baseada na restauração do binômio essencial: afeto e intelecto. Para sermos exatos, devemos afirmar que este trabalho já começou. Toda vez que seres humanos erguem-se para liberar suas energias latentes, em gestos inteligentes, criativos, solidários, generosos, ou mesmo indignados, estão demonstrando que suas reservas de esperança, otimismo e dignidade continuam ativas e a mudança, então, está se processando.

Antônio Ibañez Ruiz, ex-reitor da UnB, é atualmente Secretário de Educação do Distrito Federal.



O Presidente João Goulart sanciona a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que institui a Fundação Universidade de Brasília. Na foto, além do presidente João Goulart, encontram-se Darcy Ribeiro, Ulysses Guimarães e outros.

VISÕES DA UnB

**Pronunciamento
de Educadores
sobre o Projeto**

A Revista Anhembi, dirigida pelo Prof. Paulo Duarte, publicou, em seus números 126, 127 e 128, correspondentes aos meses de maio, junho e julho de 1961, depoimentos de vários educadores sobre a estrutura e a organização da Universidade de Brasília.

Divulgamo-los juntamente com pronunciamentos de professores universitários e cientistas a O Metropolitano, órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes.

Abrindo a série, o Prof. A. Almeida Júnior, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo:

“1. Fim do século XIX. Consulta do governo japonês ao químico Wilhelm Ostwald: “Queremos mandar à Europa moços inteligentes e promissores, para que pelo estudo se convertam em grandes homens. Como escolhê-los?” Resposta de Ostwald: “Processo infalível não há. O

melhor é mandar os que se mostrarem descontentes com o ensino de seus professores". Há muito tempo tive um aluno descontente com o ensino de seus professores. Inclusive com o meu. Formado, sumiu. Decorridos alguns anos, ouvi falar nele: já era um nome consagrado entre os indianistas da América. Depois, um sociólogo. Hoje, uma autoridade em educação. Chama-se Darcy Ribeiro. Não é que deu certo o texto do alemão?

2. A "Universidade de Brasília", de Darcy Ribeiro, merece atenção e estudo. É o trabalho de um líder. Antes de construir o futuro edifício, o ilustre renovador procura pôr abaixo tudo quanto nesta área mal cuidada existe no país: para "as condições presentes (diz ele) só uma universidade nova", convindo falar em "instauração" e não em "reforma". Dando-se um certo desconto ao seu ímpeto iconoclasta, concorda-se quase sempre com o diligente coordenador do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

3. A cátedra vitalícia tem defeitos - e, esses defeitos, Darcy os aponta com acerto. Mas a inexistência do "loteamento" (como ele diz) e da "vitalicidade" - ele próprio o reconhece - seria muito pior. O loteamento, no caso, significa especialização (não é monopólio); a vitalicidade representa, tanto no Brasil como no estrangeiro, baluarte da liberdade de cátedra. Os males que Darcy Ribeiro enumera, e que de fato infelicitam certos setores de nosso ensino superior, residem muito menos na instituição da cátedra do que na personalidade de uns tantos catedráticos (que não cultivam devidamente o seu lote de terreno) e também na inércia dos órgãos que fecham os olhos aos abusos. Temos leis: mas os que as

cumprem são poucos. Volto, portanto, ao lugar-comum de que me apropriei há muitos anos: o de que precisamos é de reformar as autoridades, os professores, os estudantes, a sociedade. E isto está acontecendo, embora devagar.

4. Darcy Ribeiro acredita na eficácia das reformas institucionais. Eu também. A diferença está na dose: ele acredita muito; eu, muito menos que ele. Tomo para exemplo o confronto entre a cátedra (que Darcy condena) e o departamento (que ele preconiza). Pois a realidade brasileira, ao alcance da nossa inspeção, pode mostrar cátedras eficientes e cátedras ineficientes, tanto quanto departamentos produtivos e departamentos estéreis. Outro exemplo, o regime de tempo integral, ou de "dedicação exclusiva". Foi um passo feliz a sua instituição na Faculdade de Medicina de São Paulo, que a ele deveu, em grande parte, o seu progresso. Mas de então para cá, quantos abusos tem ocorrido!

5. No tocante ao currículo do sistema em vigor, o arquiteto da "Universidade de Brasília" formula duas críticas: a imposição de padrões idênticos para cada categoria profissional, e a rigidez dos currículos normais, que impede combinações curriculares adequadas às novas profissões. Ambas as críticas procedem; mas até certo ponto. Por quê? Porque de uns anos a esta parte, graças à nova jurisprudência do Conselho Nacional de Educação, tem havido afrouxamento no respeito sagrado aos velhos padrões de 1930 (como se pode ver em relação a certas escolas médicas, por exemplo). De outro lado, nada impede (salvo a falta de verba) que os institutos de ensino superior façam funcionar cursos pós-graduados de especialização; mesmo porque

os certificados que lhes correspondem não conferem novos direitos aos respectivos titulares e, assim, independem de registro. Veja-se, nesse sentido, a recente lei estadual paulista que, para substituir o obsoleto curso de doutorado em direito, da reforma federal de 1931, instituiu cursos de especialização bastante flexíveis. Cursos superiores para as novas profissões, também podem ser criados, e a velha e inexplicável condição de preexistência de padrão federal, foi derogada em 1946. Todavia, devemos reconhecer que os cursos desse tipo, previstos na "Universidade de Brasília", podem organizar-se mais facilmente e em maior escala.

6. Entre as inovações da "Universidade de Brasília" figura o método "tutorial" de certas universidades inglesas, e que a Harvard, nos Estados Unidos, adotou parcialmente. O livro admirável de Gilbert Highet, *A Arte de Ensinar*, tradução de Lourenço Filho, mostra as inegáveis virtudes do método, mas refere também suas dificuldades e limitações. De idêntico sentido relatório harvardiano publicado em 1946 sob o título de *General Education in a Free Society*. As críticas podem resumir-se do seguinte modo: o método "tutorial" é ótimo, mas para determinados alunos; só produz bons resultados nas mãos de uns poucos professores; só dá certo em relação a alguns ramos de estudo; só é possível quando a instituição pode gastar muito dinheiro. Por minha conta pergunto ainda: deve a lei, o estatuto, ou o regulamento impor à universidade o uso deste ou daquele método didático?

7. Da administração da Universidade de Brasília há muito que dizer; mas as aperturas do tempo me obrigam a parar

aqui. O mérito principal do exaustivo trabalho de Darcy Ribeiro está, para mim, na seriedade e meticulosidade, com que o eminente educador examinou o seu tema e, acima de tudo, na sua atitude francamente renovadora. Com a grande inteligência e grande cultura e o infatigável desejo de "servir", que o caracterizam. Darcy Ribeiro irá desempenhar, certamente, papel de relevo na formulação das reformas educacionais que o Brasil vem reclamando. É um líder que aí está, e do melhor padrão".

O Prof. Jayme Abreu, Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais:

"Ao ensejo da instituição da Universidade de Brasília, vários são os temas que a esse importante propósito devem ser postos.

Pode discutir-se se existem em Brasília condições culturais que estimulem o funcionamento de uma Universidade, representando aquele necessário fermento alentador do viço de frutos naturais da cultura, sem o qual se poderia resvalar para uma inautenticidade artificial, inoperante.

Pode debater-se, em relação ao desenvolvimento cultural do país, se é justificável, prioritariamente, o grande investimento financeiro a fazer e a mobilização do rico capital humano de uma fina flor de professores e técnicos, nacionais e estrangeiros, em face das necessidades outras já agudamente sentidas em áreas brasileiras de clientela universitária certa e de tradição cultural consistentemente consolidada, como, por exemplo, São Paulo,

Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.

Pode questionar-se, e seria pertinente, se seria viável obter-se no rigidamente estratificado aparelho universitário brasileiro, as imperiosas modificações estruturais que o nosso desenvolvimento exige inadiavelmente, diante da soma de interesses investidos e de direitos adquiridos no *status quo* "latifundiário" das cátedras.

Podem ser postos em exame os virtuais reflexos saudáveis que uma organização universitária em novos moldes acarretaria para rejuvenescer e vitalizar a recente e já ultrapassada estrutura universitária nacional.

Pode e deve debater-se a estrutura organizatória mais própria a essa Universidade, os princípios que a devem reger, incorporando à básica consideração dos aspectos brasileiros, as necessárias conexões com modelos universitários outros da cultura universal, com a atenção devida ao sentido do universo próprio a uma Universidade.

As considerações a seguir visam a uma abordagem do último desses tópicos, vale dizer, da estrutura geral da novel universidade em relação ao que há de mais definidor de modelos universitários mais próximos, como seriam o europeu ocidental, o norte-americano e o latino-americano.

Em verdade, é de toda oportunidade esse debate, aqui apenas suscitado, entre o clássico modelo europeu e o novel modelo norte-americano, por isto que há entre ambos diferenças tão essenciais, fruto de

propósitos tão diversos, que chegam a tornar questionável a possibilidade do paralelo.

É efetivamente difícil ao *scholar* europeu clássico entender e aceitar os moldes universitários americanos que rejeita, por isso que se lhe afiguram eles uma extravagante distorção e um espúrio abastardamento do seu tradicional conceito de universidade.

Creemos, outrossim, que não seria uma pura falácia conjectural o admitir-se que boa parte da elite cultural brasileira reagiria à moda européia ao modelo universitário norte-americano, pois, em que pese à penetração e à assimilação de certos modos de ser da cultura americana em áreas urbanizadas e industrializadas do Brasil, no campo da educação institucionalizada, de vagarosa dinâmica, e, dentro dela, no aparelho universitário, ainda prepondera o espírito europeu, francês particularmente, que chegou a ser, praticamente, o dominante na elite brasileira da *belle époque*, que se estendeu até a revolução 1930 e que persiste inconformada ante o advento do "barbarismo" tecnológico norte-americano.

Não são assim raras entre nós as manifestações de horror e repúdio, no melhor estilo europeu, ao "abastardamento" americano de cursos universitários como, entre outros, aquele freqüentemente glosado, da Universidade da Flórida, "de venda científica de passagens aéreas", possivelmente, à luz de um entendimento construtivo, não preconceituoso, uma atividade prática no campo de estudos de psicologia que não se querem limitar a eruditas dissertações sobre teorias psicológicas.

Tampouco são infrequentes distorções, incompreensões totais da filosofia educacional de Dewey, e suas implicações no sistema educacional americano, na medida em que representa ela uma teoria instrumental do conhecimento ao invés de construir pura área de especulação metafísica, posição que comentadores menos atentos erroneamente admitem limitada por Dewey apenas para valer para a escola primária, sem aplicação à escola média e muito menos à superior, como se pudesse ser este o caso.

Vamos procurar, assim, resumir alguns daqueles aspectos mais definidores do espírito geral da educação nos Estados Unidos, na parte que contém maiores implicações no campo universitário, segundo os aponta George S. Counts em "O espírito da educação nos Estados Unidos".

É preciso, preliminarmente, não perder de vista uma circunstância muito importante e que explica muita coisa, no cotejo entre a educação européia e a norte-americana, qual seja a de que o controle das escolas americanas em última análise compete ao povo, em que pesem intervenções sofridas de parte de grupos ou de classes privilegiadas, por motivos religiosos ou de outra natureza.

Não é da tradição educacional americana e o mesmo não pode ser dito da Europa - a pura e simples imposição de cima para baixo de modelos escolares, estadistas ou por alguns poucos membros da classe intelectual de um governo centralizado, sem considerar qualquer diálogo com o povo.

No nível primário e médio são juntas escolares, com o caráter de representação

social, quase todas eleitas pelos membros da comunidade, que controlam e aprovam os rumos de funcionamento das escolas.

No nível superior, mais particularmente nas escolas públicas, é ainda relevante esse contato com o povo mediante o canal de comunicação dos *boards* diretivos, de composição social, que evitam se clausurar a escola na torre de marfim de sua própria corporação, desvinculada senão alienada, dos interesses compartilhados de sua matriz social.

Esse pormenor, que pode quiçá parecer menos importante à primeira vista, em verdade não o é, pois é por ele que se chega a dar ênfase à orientação social da universidade, evitando a freqüente distorção de passar ela a se nutrir de sua própria substância, considerando-se um fim absoluto em si mesma, ao invés de ser órgão a serviço de um organismo muito mais amplo, que é a nação.

Outra idéia-força da democracia, atuante necessariamente no seu aparelho escolar, é a da *igualdade de oportunidades*, implicando o desenvolvimento de um sistema educacional público, universal, aberto a todas as *classes sociais*, da escola primária à universidade, muito ao contrário da comum tradição européia de um programa escolar restrito para as massas e extenso e rico para as classes privilegiadas. Se ainda existem sensíveis violações a essa conquista máxima da democracia americana - um sistema escolar universal - como é, por exemplo, o caso dos negros no Sul, são, todavia, exceções que, combatidas, vão gradualmente desaparecendo.

É preciso não perder de vista, por sua importância, esse aspecto que é daqueles

donde emanam as mais relevantes diferenças entre o sistema universitário americano e o europeu: em 1958 tinham os Estados Unidos, da população escolarizável em nível universitário, 25% de matrículas contra 5%, na Europa Ocidental...

Outro valor plenamente atuante na cultura americana com implicações necessárias na educação, em todos os seus graus e ramos, é o da *utilidade prática do conhecimento*.

Instrumentalizá-lo para ganhar a vida, melhorar seus níveis, ao invés de sua pura fruição estética, foi sempre preocupação essencial ao modo de ser americano.

“Desde a época de Benjamin Franklin se veio edificando um sistema escolar afastado da estreita tradição do clero e da aristocracia, adaptando-se, sem reservas, às necessidades da indústria, da agricultura, do comércio, da vida diária” (George S. Counts - **O espírito da educação nos Estados Unidos**).

Isto trouxe como corolário, é ainda George S. Counts quem o acentua, no trabalho acima citado, “uma revolução na escola média e na universitária”, refletida seja no tremendo aumento de matrícula, seja nas alterações dos planos de estudos, montados essencialmente para o desenvolvimento de ciência e de tecnologia, ao invés de o serem para o prevailecimento de estudos à base da erudição contemplativa, para gozo de uma elite aristocrática.

As escolas médias e superiores dispõem-se assim a ensinar os assuntos que representem ponderável interesse dos seus clientes e da sociedade a que servem, sem

rejeições liminares por intelectualismos aristocráticos, sem estabelecer uma rígida discriminação de dignidade acadêmica de assuntos.

Expressão desse valor cultural americano, que é a instrumentalidade do conhecimento, é a filosofia experimentalista de Jonh Dewey, permeando afinal toda a teoria educacional americana e representando, do mesmo passo, justificação filosófica do método científico experimental e expressão própria ao espírito da civilização industrial que vigora na América.¹

Evidentemente, a confluência de valores como esses resulta na composição de um contexto cultural fundamentalmente diverso em relação àquele europeu ocidental, com entendimento diferente do que é educação, seu conteúdo e extensão e do que é universidade e do para que e como deve existir.

Recebendo inicialmente e largamente a contribuição cultural européia, ao reconstruí-la no seu novo mundo, constituiu objetivo deliberado da educação americana “deseuropeizar” os novos cidadãos de lá provindos, em relação a velhos moldes culturais de origem, para inculturá-los ao novo mundo em processo de formação.

A educação européia em grande parte e a universitária de preferência se propõem a

¹ Isaac L. Kandel, em *Comparative Education*, sublinha - “It is no accident or no mere coincidence that the pragmatic philosophy of education is peculiarly American and that American education is founded on the idea of progress, while the French emphasize the progress of ideas and the cult of reason”.

preparar uma limitada elite, provinda essencialmente das camadas sociais mais altas, que irá dirigir-lhes a vida econômica, social e política de jeito a preservar-lhe a estrutura de classe.

Educar passa assim a ser apenas transmitir às gerações novas a herança das civilizações passadas.

Essa estática maneira européia de ver a educação, no fundo corresponde, filosoficamente, à posição do conhecido silogismo de Hutechins de que "a verdade em todas as partes é a mesma; que a educação é para propagar a verdade; e que por isso a educação deveria ser a mesma em todas as partes e épocas".

Este não é, todavia, o prevalecente modo de ver americano que, dinamicamente, acredita que a verdade, como a conhecemos, muda na medida em que evolui o mundo e o nosso conhecimento.

Um conceito como esse jamais fundamentaria a existência de aristocráticos e estratificados subjetivismos idealistas centralizadores em educação, como ocorre em boa parte na Europa, por isso que, ao contrário, constitui matriz de diversidade e de experimentação, com todos os seus defeitos e dificuldades reconhecidos, mas representando, sempre, base para competição e progresso.

Dewey e seus partidários, é preciso acentuar, sempre se insurgiram contra a posição da chamada "escola de Chicago", na questão da relação entre teoria e prática, pretendendo a mesma isolar a conceitualização no campo dos *colleges* e

universities e destinar a prática aos institutos técnicos e à vida corrente.

Dewey e seus adeptos objetivaram à viabilidade do ensino e da aprendizagem de conceitos fora do contexto em que são exemplificados.

Nem conceitos, segundo eles, seriam objetos primários do conhecimento e sim instrumentos para chegar ao conhecimento da realidade.

Rumos *utilitários* aprovados e encorajados na educação superior americana, são, assim, considerados como *concomitantes naturais do processo democrático*, como afirma Jonh S. Brubacher (**Higher Education in Transition**).

"Nada é mais extraordinário em nossa história educacional", escreve Frederick Jackson Turner, "do que a firme pressão da democracia sobre as universidades para adaptá-las às necessidades de todo o povo".

E o tremendo crescimento, com o enfrentar de elevados ônus para manutenção tão ampla da educação superior americana são devidos, em grande parte, ao desejo de atender às necessidades e demandas do povo, não há como, precedentemente, contestá-lo.

Esse propósito, como o analisa Brubacher, filho de uma concepção de igualitarismo social da democracia, não significa o descurar de aspectos qualitativos, mas apenas a substituição de uma meta aristocrática por uma democrática.

As dimensões jacksoniana e jeffersoniana da Universidade compuseram-se mediante sistema de eletividade onde os valores do homem comum ganharam original presença no currículo, sem sujeição a qualquer aristocrática hierarquia fixa de valores educacionais, admitindo assim que esta ou aquela matéria seriam igualmente boas entre si para permitir ingresso aos estudos superiores, desde que ensinadas competentemente e em tempo equivalente.

Evidentemente, nesta rápida súmula caracterizadora de alguns aspectos essenciais à educação e à universidade americana, se contém valores diferentes dos preponderados no mundo europeu ocidental.

Não se julgue todavia que a cultura européia ocidental não sinta hoje a necessidade de rever e formular mudanças em seu sistema educacional, do que o Butler Report na Inglaterra e os trabalhos da Comissão Langevin - Wallon de reformas educacionais na França, são por exemplo, provas evidentes. Tampouco a educação norte-americana deixa de ser objeto de permanente e profundo processo crítico.

O que é certo porém é que desde que se ampliem as oportunidades de educação, o mesmo problema americano da qualidade e da diversidade na quantidade surgirá aos europeus, com inevitável revisão de suas fechadas filosofias de educação, de seus valores em torno a um intelectualismo acadêmico que é fim em si mesmo.

Que rumos tomará a novel Universidade de Brasília, nessa encruzilhada crucial de sua instituição, onde haverá inevitável balizamento de diretrizes? Aproximar-se-á mais do tradicional modelo ocidental

europeu ou buscará inspirações razoáveis no novel modelo americano? Incorporará o que de melhor houver em um e em outro, em relação à problemática nacional brasileira?

O seu conceito de autonomia, conquista porfiada que é preciso preservar, não é todavia para ser candidato daquela forma a que alude R. Munizaga Aguirre, "como uma superior e intangível essência metafísica", nem para retirá-la da realidade nacional, mas, ao contrário, para dar-lhe condições de pensar e formular sobre ela seus problemas e soluções, com as condições necessárias ao êxito da tarefa.

Sem pretender, evidentemente, sobrepor-se à tarefa dos políticos e governantes na solução de problemas político-sociais, a tarefa universitária no caso é dar-lhes, como instrumentos à ação, os recursos do pensamento científico de que é guardiã e oficina.

Todo o nosso pensamento desejoso em torno à novel universidade que se cria, é assim no sentido de que pense e repense ela acuradamente sua missão e sua tarefa e que, viva e dinâmica, se organize e se ponha à altura do desempenho das sérias responsabilidades que lhe cabem, como diz Anísio Teixeira (**A Universidade e a liberdade humana**) "na redireção da vida social, no sentido da formação democrática e moderna da cultura brasileira".

O Prof. Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo:

"O projeto de criação da Universidade de Brasília representa o passo mais

avançado que já demos no sentido de submeter nossas instituições universitárias a um planejamento racional, modernizado e integrativo. Ele leva em conta e permite contornar algumas das principais dificuldades que encontramos nas experiências universitárias empreendidas, dignas de consideração, como as de São Paulo e do antigo Distrito Federal (Universidade do Brasil). Doutra lado, consegue propor a questão em termos práticos, combinando eficiência do ensino, crescimento da pesquisa com economia nos gastos.

No entanto, não me sinto, apesar disso, apto a opinar sobre sua viabilidade no meio brasileiro e, muito menos sobre sua superioridade diante de outras soluções possíveis. Para falar com franqueza, ainda não tive oportunidade de fazer um estudo comparativo rigoroso sobre os diferentes modelos de organização de universidades, o rendimento didático e científico que eles oferecem, os gastos que envolvem, o pessoal qualificado que exigem, etc. Minhas opiniões, consubstanciadas em duas publicações, divulgadas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e em algumas digressões de caráter geral², fundam-se nos

aspectos negativos do nosso "ensino superior". Seria preciso ir além, principalmente através da análise de tentativas de outros países, melhor sucedidos a esse respeito, para formar uma idéia clara do que seria conveniente realizar-se entre nós, tendo em vista os recursos materiais, culturais e humanos de que dispomos.

Mesmo assim, penso que será difícil cercar a fundação dessa Universidade das garantias que a empresa requer. Até agora, o Governo Federal não tem primado por excesso de zelo no tocante ao ensino superior... Bem ao contrário: projetos mais ou menos razoáveis perdem-se numa ânsia de aventura e numa tendência irrefreável de atender a aspiração que são incompatíveis até com a decência. Basta que se atente para a chamada federalização de escolas superiores, em diferentes regiões do país, para que se compreenda a natureza dos obstáculos que ainda não tentamos superar. A federalização constitui um verdadeiro processo de consagração e oficialização de escolas superiores que, na maioria das vezes, deveriam ser sumariamente fechadas pelo Executivo. Enfim, um processo pelo qual candidatos a empregos seguros ficam "catedráticos", sem prestação de concursos, e grande parte das nossas cidades alcançam a euforia de possuir faculdades disto ou daquilo! Empulha-se o povo e destrói-se, improdutivamente, parcelas enormes dos escassos recursos aplicados à instrução.

À luz desses fatos amargos, dos quais devemos tomar consciência para lutar contra eles e defender uma orientação diversa na disseminação e na expansão do nosso ensino

² Cf. especialmente Relatório sobre as Necessidades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959; Necessidades e Problemas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1960 (edição mimeografada); "Dados sobre a Situação do Ensino", Revista Brasileira, n. 30, 1960, págs. 73-110; "O Cientista Brasileiro e o Desenvolvimento da Ciência", Revista Brasiliense, n. 31, 1960, págs. 87-121; "Análise e Crítica do Projeto de Lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional", in Roque Spencer Maciel de Barros (org.),

superior, são magras as perspectivas que se nos abrem de otimismo e de esperanças. O projeto possui inegáveis qualidades e merece ser encarado com a devida seriedade, pelo que contém de positivo para renovação de nossos hábitos intelectuais. Todavia, os projetos por si só não bastam. É preciso que exista clima intelectual apropriado, que incentive o florescimento contínuo das experiências. O que aconteceu em São Paulo, com a Universidade - presumivelmente a que está em melhores condições na situação cultural brasileira - demonstra que não nos devemos contentar com o projeto e a sua aprovação. Impõe-se estabelecer uma política definida de defesa e de desenvolvimento de seus centros de ensino e de pesquisa, a qual não será bem recebida enquanto não se encarar com espírito de responsabilidade a significação e a importância ímpares de tais instituições. Pelas declarações do atual Ministro da Educação, nada se pode inferir de auspicioso para o destino das instituições escolares nos próximos anos. Continuaremos a sofrer os mesmos males do passado, com a improvisação a consumir esforços, energias e recursos, que poderiam ser melhor empregados em outros fins. Além disso, os boatos que circulam a respeito da Fundação da Universidade de Brasília não são por si mesmos animadores. Existem interesses escusos de toda sorte tocando a realização: políticos com candidatos para postos importantes, influências que distribuem lugares-chaves para semi-especialistas (para não dizer coisa pior) e por aí a fora. Somando-se ocorrências dessa ordem com a incompreensão reinante a respeito das condições de trabalho e do rendimento de uma universidade, pode-se temer pelo que irá acontecer a um projeto, sob todos os títulos digno de aproveitamento construtivo.

Em virtude de não ter, ainda, opinião formada sobre o assunto, sinto-me inibido no exame das questões mais graves, suscitadas pelo projeto no plano organizatório e funcional. Não sei se os institutos centrais irão funcionar com a devida plasticidade. Os alunos e os professores não encontram, no atual sistema "universitário" brasileiro, possibilidades de trabalho interdisciplinar. Se não se tomarem medidas decisivas, os institutos centrais poderão recair nesse estado de isolamento, impedindo uma comunicação frutífera que, nos melhores centros universitários, atende à curiosidade da mente humana e começa nos primeiros anos da vida escolar dos alunos. Outro ponto, que merece atenção, está na conglomeração de matérias díspares no Instituto de Ciências Humanas. Entendo que se aplicou dois padrões organizatórios discrepantes no planejamento dos institutos centrais. As ciências de laboratório tiveram reconhecidos os seus méritos e as suas necessidades fundamentais. O mesmo não ocorreu com as ciências sociais, tratadas de forma insatisfatória. Em primeiro lugar, é incompreensível e inaceitável a posição em que ficou a filosofia. Assim como existem institutos centrais de diversas disciplinas científicas, de letras e de artes, deveria haver um instituto central de filosofia. Só desse modo o ensino da filosofia poderá expandir-se e a contribuição dos vários especialistas nos diferentes campos da filosofia tornar-se útil ao cientista moderno; e quer me parecer que só assim esses especialistas poderão contar com condições para tirar proveito dos avanços da ciência. Em segundo lugar, acredito que a história, pelo menos, deveria receber um tratamento especial. Ninguém ignora que o historiador e o cientista social realizam tarefas que dependem de uma colaboração estreita, contínua. Isso não

implica, porém, que se procure comprimi-los num mesmo instituto central, fazendo a história correr novos riscos de sufocação de campos de trabalho e de diminuição dos recursos para ensino ou a pesquisa. O número de institutos centrais aumentaria, mas esse não deve ser obstáculo essencial. Na verdade, quando se adota o critério de converter os institutos em estrutura básica da universidade, o número deles importa muito menos que sua organização, a maneira pela qual são entrosados e, principalmente, o espírito de trabalho que deverá presidir à produção intelectual no conjunto. Por fim, restaria fazer algumas restrições à estruturação do Departamento de Sociologia, que foi projetado de forma relativamente obsoleta. Mas isso pode ser posto de lado, como matéria de interesse particular e limitado.

O que revela notar é que estamos diante de um esforço autenticamente inovador. A estrutura e as funções da Universidade foram pensadas com vistas para o mundo moderno - as necessidades de preparação do homem, que resultam do pensamento científico e da tecnologia da era industrial. Muitas dessas questões não se impõem, literalmente, a partir das exigências da situação histórico-social brasileira. Elas decorrem, porém, do sentido do processo civilizatório pelo qual está passando ou irá passar no futuro próximo, inevitavelmente, a sociedade brasileira. Temos escamoteado demais a ligação íntima do desenvolvimento econômico-social com o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia. O presente trabalho do professor Darcy Ribeiro tem o elevado mérito de propor tais questões pragmaticamente, procurando associar a solução de nossos problemas universitários às exigências dinâmicas do desenvolvimento

sócio-econômico do Brasil. O retrato que nos traça da futura Universidade de Brasília está projetado sobre essa complexa realidade, que é o estado presente e a condição futura da civilização ocidental em nossa terra. Os homens cultos e de boa vontade não poderão negar-lhe sua simpatia e colaboração, pois estão em jogo interesses e valores fundamentais seja para o bom funcionamento de Brasília, como capital do país, seja para a revisão e aperfeiçoamento dos padrões de trabalho intelectual, que temos explorado ao longo de nossa curta experiência universitária”.

O Prof. Milton da Silva Rodrigues, Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo:

“Acabo de ler o artigo de Darcy Ribeiro sobre a sua criação, a Universidade de Brasília. Três são os pontos de vista dos quais pode esse trabalho ser comentado: 1º) o que visa à crítica, em abstrato, da própria concepção dessa especial estrutura universitária; 2º) o que visa à crítica da sua concretização, no conjunto das escolas superiores do Brasil, levando em conta sua oportunidade e localização; 3º) o que a considera como modelo para projetos de reforma de universidades já existentes. O simples fato de admitir esta terceira atitude revela a alta opinião que tenho da estrutura da Universidade de Brasília. Não creio, todavia, possa ela, tão cedo, alcançar as proporções a que pretende. Espontaneamente, seus alunos serão poucos; para seduzi-los com bolsas de estudo

atraentes, o gasto seria muito grande. E, por melhor que ela seja, em sua estrutura, faltaria-lhe, por muito tempo ainda, esse complemento tão necessário - uma atmosfera de cultura, progresso e tradição, inseparável do ambiente local.

O que primeiro chama a atenção, na estrutura da Universidade de Brasília, é o fato de, nela, todos os cursos profissionais superiores (medicina, engenharia, direito, etc.) alicerçarem-se em cursos bienais introdutórios comuns, modelo este diverso do adotado pelas universidades brasileiras, mas análogo ao que se pratica em vários países e que, de certa forma, já aqui fôra proposto quando da criação da Universidade de São Paulo. O que aqui se propôs, no entanto, foi a simples transferência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do estudo das matérias de natureza geral e papel básico na formação superior. Na Universidade de Brasília, porém, a própria faculdade de filosofia, ciências e letras inexistia, como unidade, nela se achando dispersas - nos chamados "Institutos Centrais" - as subunidades que, atualmente no Brasil, constituem uma Faculdade daquela ou de equivalente denominação.

A finalidade puramente profissional e utilitária sempre serviu de base a uma definição mais nítida e mais facilmente aceita das instituições de ensino superior. Já na Idade Média, as faculdades consideradas "superiores" eram as de Teologia, Direito e Medicina; a de Artes Liberais, pela qual todos passavam antes de numa daquelas ingressarem, era cognominada "inferior". Ela de fato o era, não só pela sua posição, no currículo universitário, como pelo pouco desenvolvimento das ciências, na época. Os estudos mais especiais e aprofundados que

ulteriormente foram surgindo, desenvolviam-se em "academias" e associações científicas, independentes umas das outras e, nas mais das vezes, dos poderes que controlavam as universidades. As Faculdades de Artes Liberais eram de caráter propedêutico; por isso na França, por exemplo, acabaram por desaparecer, sendo essa finalidade acrescida ao ensino secundário. Mas já ali haviam introduzido as faculdades de ciências e as de letras, sem finalidades utilitárias, a não ser a de licenciar professores secundários. Nelas, no entanto, se fazia ciência, e da melhor. O caso é que, paralelamente, nas "grandes écoles", de caráter profissional, se cultivavam as mesmíssimas ciências, embora nelas - distinção importante - não se colassem os mesmos graus universitários. Nos países anglo-saxônicos, ao contrário, a faculdade de artes liberais, muitas vezes, permaneceu, enriquecendo seu conteúdo curricular e tendendo, por si ou por desdobramentos seus, a servir simultaneamente duas finalidades: uma propedêutica, como ponto de passagem obrigatório, pelo menos em parte dela, dos candidatos às demais escolas superiores; outra, de cultivo da ciência pura e formação de pesquisadores.

Que seja aconselhável a existência de um canal de acesso às escolas profissionais superiores, ele próprio já de nível superior, não me parece sofrer dúvida. Ele é a base concreta da existência do "espírito universitário", conceito que se torna mais claro quando nos lembramos que este, por sua vez, é a base da mentalidade da elite nacional - uma, em substituição à pluraridade constituída pela coexistência de uma mentalidade de engenheiro, uma mentalidade de advogado, uma de médico,

etc. Para isto, no entanto, será necessário reunir em uma só unidade administrativa todos os departamentos de ciências e letras? Ou bastará que, imbricados, eles funcionem como um conjunto, unicamente pelo fato de vários deles, animados de um mesmo espírito, contribuírem simultaneamente para a formação de uma mesma pessoa?

Há dois critérios para se reunirem cadeiras ou departamentos numa única instituição: o critério segundo o qual se reúnem cadeiras³ afins pela natureza das matérias de que tratam, e o que leva mais em conta a comunidade do objetivo profissional a que elas visam. Na realidade, matérias em si de cunho profissional - anatomia patológica, resistência dos materiais - melhor se sujeitam ao segundo, enquanto as disciplinas gerais e básicas - análise matemática, biologia - ao primeiro. Por isso, é justo que exista uma "escola de engenharia", uma "escola de medicina", etc. O caso é que a tendência à especialização vai-se fazendo sentir em todos os setores; uma escola de engenharia, atualmente, congrega cursos diversos, porém análogo sob muitos aspectos. Entre ele existem disciplinas (aplicadas) comuns; todos os seus alunos convivem. Tais fatos contribuem poderosamente para a formação de consciência profissional do engenheiro, quer seja ele de construção civil, quer eletrotécnico.

Tanto a solução que reúne numa mesma faculdade de filosofia, ciências e letras, como a que tal a Universidade de Brasília, a

substitui por um conjunto disperso "institutos centrais" reconhecem a necessidade de, já em nível superior, iniciar todos os universitários nas técnicas de pesquisa científica nas disciplinas básicas. Esta iniciação obedece a princípios pedagógicos essenciais: o de que o conhecimento provém da construção, ou reconstrução, da ciência pela experiência direta, e o de que o único meio de fazer face ao ritmo acelerado do progresso atual é o que consiste em dar a cada profissional uma mentalidade de pesquisador, ainda mesmo que, pelas exigências açambarcadoras do exercício profissional, não possa ele próprio dedicar-se à pesquisa na ciência aplicada. Ambas as soluções reconhecem que a finalidade desses cursos não se esgota aí: ela pode e deve prolongar-se para além dos cursos introdutórios que formam a base comum de todos os demais, a fim de formar pesquisadores no domínio da ciência pura. Nenhuma das duas, porém, reconhece plenamente que a pesquisa científica também é uma profissão, com suas técnicas, por vezes até manuais, mas que exigem sempre intenso e prolongado treinamento. Entre pesquisadores na ciência pura - os que se formam nas faculdades de filosofia, ou em institutos centrais desvinculados - e pesquisadores na ciência aplicada - que se originam, por seleção, das escolas técnicas superiores - a distinção não é muito grande, mas é evidente que ambas essas classes de pesquisadores devem ter a mesma formação básica e que, para esta, a de que é capaz o ensino secundário é insuficientíssima.

Como conseqüência dos termos acima, a reunião das matérias básicas numa só faculdade - a de filosofia, ciências e letras - parece ser tão lógica quanto a dos diversos cursos de engenharia numa mesma escola de

³ Já na minha comunicação sobre *Problemas Atuais do Ensino Superior no Brasil*, em 1959, pronunciei-me a favor da extinção das "Cadeiras" e sua substituição por "departamentos".

engenharia, ou politécnica. Acresce que a dispersão em institutos centrais inteiramente separados, considerada como modelo de reforma para as universidades já existentes, encontraria forte oposição por parte dos professores das atuais faculdades de filosofia, ciências e letras.

A consolidação, em uma só faculdade de todas as cadeiras que se ocupam com matérias básicas, também, por seu lado, apresenta graves inconvenientes. Essas cadeiras (ou departamentos) são muitos diferentes e diferentes suas necessidades: impossível adotarem-se normas regimentais uniformes para a estrutura e o funcionamento de todas elas. Suas congregações são muito heterogêneas. Órgão supremo de sua direção, seus membros, porém, não conseguem, e com motivos, compreender uns as necessidades dos outros. Uma vez convencidos disso (o que demora), acabam todos por aceitar sem o discutirem, o que cada um reclama. Isto é, a direção acaba. A confusão que se estabelece no discriminar e atribuir das verbas é das mais lamentáveis e de conseqüências iníquas. Os serviços burocráticos vão se complicando por não se atinar com o que deve ser centralizado e o que não o deve e como. Isto tudo, apenas do ponto de vista administrativo do funcionamento. Mesmo, porém, do ponto de vista da estrutura equilibrada e eficiente dos currículos, os defeitos são flagrantes.

Enquanto as faculdades de filosofia - tais como a da Universidade de São Paulo - professarem cursos que, desde o seu início, visam à formação do pesquisador especializado, e estes cursos não interessarão às outras escolas superiores. Para que esses cursos possam servir os

objetivos das outras faculdades, eles têm de adotar uma seriação cíclica, iniciando-se com currículos introdutórios e gerais, comuns a todas as escolas, para só em seguida, voltando a tratar em maior minúcia e profundidade, dos mesmos assuntos e acrescentando-lhes outros novos, cuidar então, e só então do preparo do pesquisador, meta exclusiva ⁴dessas faculdades. Por este motivo não é de admirar que as outras escolas superiores relutem em deixar que as de filosofia tomem conta do preparo básico de seus alunos, como não é de admirar que elas mantenham cátedras dos mesmos assuntos ali professados. Acresce que muitas destas já são antigas e, freqüentemente, bem providas. Acontece, também, que um curso introdutório pode ser insuficiente para certas finalidades profissionais. Para um curso de formação de estatísticos, pode ser insuficiente o curso introdutório de análise matemática ministrado por faculdade de filosofia. Além deste, no entanto, esta faculdade talvez só possua cursos já muito extensos, compreendendo inúmeros tópicos que não interessam ao estatístico, omitindo outros que lhe são indispensáveis e tratando todos com um espírito excelente, do ponto de vista da ciência pura, mas que pode vir a ser daninho, do da ciência aplicada, por desviar a atenção dos seus objetivos concretos e utilitários. Preferível será que tais extensões das matérias básicas se façam já nas escolas profissionais superiores e por membros do seus próprios corpos docentes.

Na crítica acima, qualidades e defeitos se assinalam tanto no sistema que distribui

⁴ As atuais faculdades de filosofia do país também se ocupam com a formação profissional de professores secundários, o que é um erro. O mesmo se diga quando à formação de geólogo e de psicólogos clínicos.

as matérias básicas por vários "institutos centrais", como no que as reúne - tendo "cadeiras" como unidades - numa só escola. Reconheceu-se também que todos os cursos profissionais - inclusive o de formação de pesquisadores - devem ter uma base comum, na instituição, ou nas instituições, que se encarregam dessa formação de pesquisadores e que, por isso, são as mais indicadas para iniciarem os estudantes no conhecimento científico, pois que este não se faz se não iniciando-o na técnica e no espírito da pesquisa científica. É preciso, agora, que de tanta crítica surja alguma coisa positiva. É o que a seguir se esboça.

Preliminarmente, procuremos desenhencilhar-nos de uma sujeição muito estrita à conotação de certas palavras. "Faculdade" e "Instituto", são palavras que possuem tantos sentidos que, afinal, só se definem pela descrição de suas organizações e fins. "Faculdade", aliás, significa o "corpo de professores de um grupo de ciências professadas numa universidade", ou seja, uma "congregação" e não, como popularmente se usa no Brasil, um estabelecimento de ensino superior formando uma unidade administrativa⁵. É comum que uma escola tenha uma congregação só, que administra e orienta todos os seus cursos. Mas isto não é necessário. Uma mesma congregação (ou "faculdade") pode orientar os cursos e superintender a concessão dos respectivos graus de vários institutos (ou escolas), mas não administrar a todos eles; uma mesma instituição pode possuir vários corpos autônomos de administradores. É o que

sucede no esquema abaixo. Nele, têm-se em vista, principalmente, a possível reestruturação das faculdades de filosofia, juntamente com a das universidades de que fazem parte.

Para começar, as cátedras, como elementos componentes fixos das faculdades, deveriam ser extintas. O elemento básico seria o departamento, em que se conteria todo um grupo de disciplinas, afins pela sua natureza, acrescida freqüentemente de uma ou outra, de natureza diversa, mas de finalidade subsidiária para os objetivos básicos desse departamento. Os docentes de um mesmo departamento dividiriam entre si, por comum acordo e segundo suas qualificações e tendências individuais, a tarefa afeta ao grupo. Um professor-chefe, assistido por um conselho departamental, administraria, científica, didática e financeiramente as atividades desse elemento. À secretária do departamento após receber da Secretaria Geral, as fichas de matrícula referentes às matérias ali cultivadas, caberia o registro da vida escolar dos alunos. Uma vez o registro encerrado, a ficha seria devolvida à Secretaria Geral, para o fim da expedição de diploma, títulos, certificados, arquivamento e apuração de estatísticas. Somente os professores-chefes de departamento teriam assento na Congregação (congregação tal como ela é entendida no Brasil). Suas atribuições seriam reduzidas à orientação, controle e supervisão gerais, à manutenção do "espírito" da Faculdade, à concessão de graus regulares e honoríficos, à representação coletiva da instituição perante as autoridades externas ou superiores. Uma faculdade de filosofia assim organizada corresponde, mais ou menos, ao que em um país anglo-saxônico é designado por

⁵ Os dicionários português registram apenas a primeira denotação; os brasileiros, ambas, e um deles nota que essa segunda constitui um brasileirismo.

faculdade de artes juntamente com sua *graduate school* e ao que na URSS se chama simplesmente, uma "universidade", pois que nessa confederação, as escolas profissionais superiores (medicina, engenharia, pedagógica, etc.), são instituições dispersas. Neste particular, poder-se-ia dizer que a solução soviética constitui o oposto da de Brasília. A primeira impede, ou pelo menos dificulta, a colaboração entre a teoria e a prática. Restaria, ainda, o problema eventual da transição de um sistema para outro, pois que, conforme se disse acima, noutras escolas superiores já existem "cadeiras" de disciplinas gerais e básicas. Tais cadeiras lecionam suas matérias obedecendo a uma seleção de tópicos e a uma quantidade que se adaptem às finalidades aplicadas que nessas escolas se perseguem, mas seus titulares, comumente, possuem formação muito boa. A experiência, em curso, na edificação da Cidade Universitária, de reunião em um mesmo bloco arquitetônico de vários departamentos afins, pertencentes a diversas faculdades, bem como a recente criação e alguns assim denominados "institutos de pesquisas", iniciativas, ainda, amorfa a primeira, e tímida a segunda, sugerem o caminho para o que resta a fazer. Não me parece que, desde já *a priori*, se deve fixar rigidamente a futura organização da Universidade. Tais são as peculiaridades do ambiente brasileiro e paulista, no momento que passa e, acima de tudo, tal a importância, para a eficiência dos resultados, de que uma obra decorra da sólida convicção de todos que nela se encontram empenhados, que penso ser preferível que a estrutura de uma universidade seja criação de seus próprios professores, guiados pela sua experiência própria, uma vez esclarecidos quanto às linhas mestras do arcabouço da instituição.

De qualquer modo, aquelas duas iniciativas, não só são promissoras, mas contém algo de precioso e novo: o esboço de uma associação entre a pesquisa teórica e a aplicada, a geral e a especial.

Para finalizar estas considerações, devo dizer que uma nova legislação que disponha apenas sobre a estrutura de uma universidade não me parece bastante. É preciso ir-se além; não só é preciso dispor a respeito do conjunto das universidades como formando um sistema, mas é preciso que se introduzam certas leis de caráter geral. Assim, penso que os currículos dos diversos cursos das faculdades de filosofia deveriam ser instituídos pelas próprias faculdades, e não por leis estaduais e, muito menos, federais. Estas leis deveriam, isso sim, estipular as disciplinas constituintes dos exames de ingresso ao magistério secundário e aos cargos para os quais se exigem graus concedidos por aquelas faculdades. Está visto que estas colocariam tais matérias entre as obrigatórias dos seus currículos, preenchendo o restante do número de horas de estudos, também fixado em lei geral, como melhor lhes parecesse, e admitindo opções por parte dos estudantes."

O Prof. Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

"Não fui, de início, entusiasta de uma Universidade em Brasília. Fundamentalmente contrário à idéia de Metrópole, nunca achei que a Capital de uma República devesse necessariamente possuir uma Universidade. Brasília deveria

ser apenas a sede do governo. Vi, porém, transformada em lei, durante o último ano, o projeto de criação de nada menos de onze universidades! Diante disto, logo percebi que, mais dia menos dia, Brasília teria a sua Universidade e, a tê-la, que a tivesse certa: aderi, então, à idéia de Darcy Ribeiro e, não só à idéia, ao plano Darcy Ribeiro. Esse plano é uma exata correção dos defeitos mais graves de que sofrem as universidades brasileiras em sua mistura de anacronismo e deformações congênicas.

Embora não houvésemos tido, como muito bem diz Darcy Ribeiro, tradição universitária, possuíamos cento e cinquenta anos de experiência com o ensino superior profissional. Não tivemos experiência do ensino superior para a cultura científica. Hoje sabemos que as universidades, sem que deixem de formar os profissionais chamados liberais, são sobretudo, centros de cultura geral e de pesquisa, formando os quadros superiores de especialistas em humanidades e ciências.

Como nos havíamos limitado às escolas profissionais, seriam as Faculdades de Filosofia (filosofia, letras e ciências) que viriam completar-nos a Universidade. Desprovidos, porém, das tradições necessárias para essa nova Faculdade, emprestamos-lhe caráter profissional, dela fazendo uma escola normal para professores secundários.

Isto feito, entramos a multiplicá-las, já sendo perto de 60 as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do País. Instituição que começara, como a de São Paulo e a do Distrito Federal, contratando os seus professores na Europa, hoje se organizam em cidades do interior e

recrutam de qualquer modo seu improvisado professorado. Está claro, assim, que continuamos, como em Bolonha, no século XIII, com universidades de escolas profissionais: medicina, direito, engenharia, magistério secundário. Nem as letras, nem a ciência conseguiram construir-se verdadeiramente campos de estudo universitário no Brasil.

A Universidade de Brasília encaminha-se para uma correção radical. A nova estrutura universitária compreenderá uma série de institutos, devotados às letras e ciências, que ministrarão cursos básicos em qualquer dos campos do conhecimento humano, e uma série de faculdades devotadas à formação profissional. Além dos cursos básicos, os institutos serão centros de pesquisa e de formação de cientistas e humanistas, em nível de graduação e pós-graduação.

As faculdades, utilizando amplamente os institutos, ministrarão cursos de caráter profissional e corresponderão às diferentes escolas de formação ou graduação nos diversos campos profissionais.

Tanto nos institutos quanto nas faculdades, a unidade é o departamento e não a cátedra, com o que se deseja dar ao ensino o espírito de equipe, ou seja, o espírito universitário, graças ao qual as atividades por disciplina serão tão extensas e intensas quanto as atividades interdisciplinares, interdepartamentais, interinstitutos e interfaculdades.

Se a essa estrutura imaginada para a cooperação e a interpenetração juntamos as demais instituições planejadas para a vida em comum dos estudantes e dos professores,

não será difícil perceber que a Universidade de Brasília deverá transformar-se no primeiro marco da integração universitária no Brasil. Ao invés da atual organização ganglionar, senão pulverizada, a nova Universidade será verdadeiramente a unidade na diversidade. Pelo menos uma vez vamos ser fiéis à semântica.

Dou, por isto, o apoio mais entusiástico ao plano Darcy Ribeiro e faço votos para que o Legislativo e o Executivo se associem neste significativo esforço pelo ensino superior na República”.

O Prof. Jairo Ramos:

“Da leitura do anteprojeto da Universidade de Brasília, exposto por Darcy Ribeiro, deduz-se o empenho com que seus idealizadores procuraram corrigir os graves defeitos de nossa organização Universitária.

No início de sua exposição o autor diz muito bem da falta de tradição universitária no Brasil. Assim nada temos a “defender e a preservar”. Temos porém que evitar que os mesmos vícios das atuais universidades venham a se fazer evidentes na novel Universidade de Brasília.

Não temos realmente tradição universitária, temos porém a tradição das escolas profissionais. E esta tradição exerce grande influência nas nossas universidades que são dominadas pelas escolas profissionais, mais de caráter técnico que científico. O domínio é tão grande que até a Faculdade de Filosofia e Ciências funciona mais na base de formação de profissionais - professores secundários - do que na formação de verdadeiros investigadores.

É evidente que não há erro em tal procedimento, desde que o objetivo seja sanar o grande atraso de nosso ensino secundário. O erro está na mentalidade que poderá advir desta conduta dando-se caráter permanente ao que deveria ser transitório.

A organização da Universidade de Brasília criando os Institutos Centrais procura sanar esta falha. Entretanto, se a Universidade mantiver o cronograma exposto, é para se temer que as Faculdades ou escolas profissionais, criadas precocemente, venham a intervir, como sempre fizeram, na orientação geral da Universidade.

Julgamos que os Institutos Centrais deveriam funcionar um período nunca inferior a 10 anos e só então é que poderiam ser criadas as faculdades profissionais.

Este proceder ofereceria ainda a vantagem de através dos Institutos Centrais e Departamentos anexos, a Universidade formar o elemento humano capaz para o ensino e a pesquisa de muitas das disciplinas das escolas profissionais. Elemento humano que levaria para as escolas profissionais a mentalidade adquirida nos Institutos Centrais, isto é, o gosto e a orientação para a investigação científica.

Não se argumente que tais Institutos perderiam parte de sua função - qual seja preparar o elemento humano que se deveria inscrever nas escolas profissionais. Bastaria que a Universidade de Brasília entrasse em entendimento com outras Universidades para instruir o elemento humano que integraria o corpo discente de algumas escolas profissionais.

Assim, com este proceder, os Institutos Centrais teriam a possibilidade de atrair muitos elementos humanos e possivelmente interessá-los para a investigação, considerada no estrito senso do termo.

O anteprojeto assinala outro ponto fundamental qual seja considerar como unidade de ensino e de pesquisa o departamento. A instituição do Departamento permite ainda dar flexibilidade aos currículos evitando a rigidez programática que hoje observamos nas nossas escolas profissionais.

A comissão organizadora da Fundação Universidade de Brasília tem toda a razão em estabelecer planejamento seguro, pois, do contrário, com as facilidades com que se aprovam a fundação de novas escolas, surgiriam em Brasília uma série de escolas profissionais peçadas de todos os defeitos que sabemos e talvez surgisse o pior, qual seria a reunião destas escolas profissionais em uma "Universidade" como quase todas as existentes no Brasil.

Outra condição útil que se observa no plano da Universidade Brasília é a sua constituição na forma de Fundação que outorga à Instituição a indispensável independência administrativa tão desejada para as atuais universidades e até hoje ainda não obtida.

Interessante é ainda a constituição prevista para o Conselho Diretor que, constituído, total ou parcialmente, por elementos estranhos à Universidade, evita o que aqui temos observado, a interferência manifesta das escolas profissionais através dos Conselhos Universitários.

A obrigatoriedade do trabalho no regime da dedicação exclusiva é condição que demonstra cuidado que teve a comissão no planejamento da Universidade de Brasília.

Hoje não mais se admite o trabalho na Universidade sem existir o regime da dedicação exclusiva, particularmente quando organizada na forma de Departamento que constitui unidade de ensino e de pesquisa.

Dificuldade grande para o regime de dedicação exclusiva é o critério adotado para a remuneração, sem considerar a excepcional função reservada ao professor Universitário. Esta condição desfavorável se torna mais nítida nos períodos de rápido encarecimento da vida.

Interessante e original é o critério da seleção dos alunos, realizada em todo o país, mantendo percentagem variável para cada unidade da Federação. Aliás o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica já demonstrou a validade e a exequibilidade do sistema.

A organização departamental nos institutos centrais deve ser mantida para as escolas profissionais. Deve-se, porém, admitir que o Departamento precisa ser encarado como unidade de ensino e de pesquisa e não como um conjunto de cátedras que até então isoladas se reuniriam para constituir o departamento, mantendo porém as liberdades que a atual lei universitária confere às cátedras. Estas liberdades que deveriam ser apenas doutrinárias para o ensino dão ao catedrático, na realidade, regalias de senhor feudal.

Constituindo-se a Universidade de Brasília em bases novas, seria desejável que muitos dos erros que perturbam o funcionamento das atuais universidades fossem abolidos ou corrigidos. Assim deveria ser o método até agora usado para a escolha de professores através de concurso de provas e de títulos, onde de regra valem mais as "provas" que os "títulos". Vale mais o "momento" do concurso, deixando-se de considerar o passado e sem base para prever o futuro.

O concurso de provas valoriza muito mais o esforço de memorização que permite o candidato realizar "excelentes" provas do que o esforço que empregou em trabalho, estudo e meditação para a realização de pesquisas, com todos os percalços que esta norma condiciona.

No Brasil os professores "se revelam" de modo súbito, após anos de trabalho profissional, quase sempre bastante rendoso, sem nunca demonstrarem espírito investigador e de bom orientador de homens para o estudo e para a pesquisa.

A Universidade de Brasília deve procurar evitar, desde o início, a aplicação do disposto constitucional que garante a vitaliciedade para o professor. Esta condição tem trazido maiores malefícios para o ensino e para a investigação do que os benefícios que poderiam resultar da garantia de direitos para os professores venceram nas crises políticas.

A Universidade de Brasília com seus Institutos Centrais deveria estabelecer íntimas relações com as outras universidades, com o propósito de:

1) preparar o elemento humano para ingressar nas escolas profissionais das atuais universidades;

2) instruir científica e tecnicamente licenciados para muitos de nossos cursos técnicos;

3) criar ambiente para a investigação, estimulando a pesquisa, a fim de formar investigadores para os nossos Institutos de pesquisa.

Mantendo para a Universidade de Brasília a base fundamental dada pelos Institutos Centrais, dever-se-ia incentivar o contrato de professores estrangeiros e criar o sadio hábito de professores visitantes, para estágios de maior ou menor duração que traz proveito nítido, talvez mais proveitoso que as bolsas para estágios demorado no estrangeiro. Tais bolsas, quando demoradas, desambientam o indivíduo e tornam difícil a adaptação às nossas condições e métodos de trabalho.

Por último, obter para a Universidade de Brasília a prerrogativa de escolher professores sem o concurso de provas e sem a vitaliciedade prevista pela lei.

Não negamos a necessidade de preservar para o pessoal docente, particularmente quando no regime de dedicação exclusiva, garantia financeira para as necessidades da vida. A vitaliciedade é má quando oferece garantia para o exercício de magistério, quando ficar demonstrada a incapacidade didática e a falta de qualidades necessárias à investigação e, principalmente, de orientador de pesquisa".

O Prof. Fernando Henrique Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo:

“É difícil comentar a criação da Universidade de Brasília. Por um lado, salta tanto à vista que nossas universidades são obsoletas, nasceram já obsoletas, que será desejável, em tese, criar no Brasil uma Universidade realmente aparelhada para servir ao país e à cultura. Por outro lado, a Universidade de Brasília é apenas uma lei que a instituiu e um plano, melhor, um ato de fé exposto sob a forma de plano pelos que a idealizaram. Assim, antes de mais nada, a Universidade de Brasília aparece para a opinião do país vinculada diretamente a um conjunto de cientistas, professores, homens de letras e técnicos que a idealizaram para exprimir uma determinada concepção de cultura e de ensino. Quanto à instalação da Universidade, nada se sabe por enquanto de concreto, havendo inclusive a possibilidade de que pessoas totalmente alheias às intenções iniciais venham a desincumbir-se dessa tarefa. Como, pois, julgar da oportunidade das intenções de um grupo que, talvez, devam ser realizadas por outros grupos, menos interessados nos valores que nortearam o plano inicial da Universidade?”

Esse é o problema fundamental: em última análise, o êxito de qualquer Universidade repousa no material humano que empresta sentido aos ideais universitários. Em si mesmo o plano da Universidade de Brasília não representa uma garantia. É muito mais fácil preparar um grande plano salvador para um país do que resolver concretamente um conjunto limitado de dificuldades desse mesmo país.

Com maior razão, a dificuldade não está em escolher um modelo de Universidade, mas em realizá-lo. Assim, a Universidade de Brasília será, em larga medida, aquilo que seus organizadores e primeiros professores fizeram dela. Com o plano atual ou com outro, ela poderá vir a ser boa ou má, conforme a capacidade de realização, a seriedade e o entusiasmo dos que a ela se dedicarem.

Entretanto, seria insuficiente a análise que considerasse apenas esse ângulo da questão, pois realmente tanto a escolha do modelo a ser seguido é importante para a definição do futuro da Universidade, como importa considerar as condições culturais e técnicas do meio no qual a instituição vai ser radicada.

Quanto à linha de organização escolhida, parece-me que a questão nodal foi resolvida de forma satisfatória: a cátedra, que se tem tornado o principal entrave das escolas superiores brasileiras, foi suprimida. Acredito, entretanto, que é preciso tomar medidas complementares que, sem desnaturar-se a intenção que norteia o plano da Universidade, dêem as garantias necessárias ao professor, ao cientista e ao técnico, como homem e como criador de cultura. Assim, é preciso manter as conquistas sociais correntes que abrangem tanto a estabilidade do professor (não pelo mero decurso do tempo, mas a partir de critérios que considerem o currículo), quanto a viabilidade de uma carreira universitária à qual o trabalhador intelectual se possa dedicar na certeza de que terá amparo na velhice e de que a sua família estará assegurada no caso de morte... Mas é preciso, sobretudo, não esquecer o outro ponto decisivo dessa questão: a autonomia,

de criação fica comprometida quando a permanência do intelectual na instituição passa a depender de critérios externos às próprias imposições da carreira universitária. Nesse sentido, o entrosamento entre a direção da Fundação e da direção da Universidade (isto é, dos Institutos, das Faculdades, dos órgãos de cultura e pesquisa em geral) precisa ser organizado de forma a impedir a ingerência do Conselho da Fundação na contratação de professores, pesquisadores ou técnica e na orientação do ensino e das investigações. Isto só será obtido se os critérios organizacionais permitirem o controle e a orientação dos órgãos da Universidade na direção da base para o ápice. Acredito mesmo que a distribuição das verbas dentro da Universidade deva subordinar-se a órgãos do Conselho da Fundação. É preciso evitar que em nome da flexibilidade da instituição (em si mesmo louvável), resulte uma subordinação de toda a vida da Universidade a um Conselho que seja uma réplica brasileira do *board of trusts*, cuja experiência nos Estados Unidos é passível, do ângulo da liberdade de criação, de tantas críticas.

No que se diz respeito à segunda questão, ou seja, as relações entre a instituição e o meio cultural, os organizadores da Universidade de Brasília podem servir-se amplamente da experiência de criação da Universidade de São Paulo, notadamente de sua Faculdade de Filosofia. Os organizadores dessa escola foram buscar no estrangeiro os especialistas que não existiam aqui. O êxito foi, como se sabe, parcial. Isto tanto porque nem sempre vieram os melhores homens, mas, principalmente, porque o meio reagiu, a longo prazo, de forma a diminuir o impacto

causado pela introdução de novos hábitos universitários, acabando por amortecer, alguns setores, o efeito esperado. Sabe-se mesmo que resultaram na substituição dos mestres estrangeiros por professores que ainda não estavam preparados para o exercício da cátedra e para a formação de discípulos, objetivo necessário na vida universitária.

Repetir a experiência da Universidade de São Paulo, hoje, seria imperdoável. As condições do meio cultural já são outras, exigindo algo mais que a simples contratação de professores estrangeiros, e o exemplo mostra que a mudança de mentalidade que sempre se espera como efeito do convívio com professores e práticas de trabalho importados não se faz do dia para noite, nem independe de condições inerentes ao meio nacional: tanto é necessário existir um mínimo de condições locais que suscitem as transformações esperadas, como é preciso renovar os influxos iniciais obtidos graças ao contato com centros culturais mais adiantados. Caso contrário, a reabsorção da nova instituição pelo meio tradicional se efetivará, total ou parcialmente.

Os organizadores da Universidade de Brasília propõem uma política de formação de pessoal que, nas grandes linhas, é justa. Realmente, ainda é necessário preparar os quadros para a docência e a pesquisa, e a melhor forma para isso é o treinamento através do trabalho em centros mais desenvolvidos e com grande tradição de cultura. Entretanto, não creio que em dez anos seja possível criar as condições mínimas para o funcionamento de uma boa Universidade. Nesse setor a tradição de trabalho conta decisivamente. Por isso seria

preciso uma política que aproveitasse ao mesmo tempo o material humano já experimentado que há de melhor no Brasil (e só o que há de melhor), e trouxesse para a Universidade especialistas estrangeiros, que fossem naturalmente recrutados em função da competência e não apenas por serem estrangeiros. Está claro que não se pode esperar hoje que a importação de técnicos estrangeiros para a Universidade resolva todos os problemas de instituições desse tipo. Ao contrário, a experiência mostrou que as Universidades só aproveitam plenamente a contribuição dos estrangeiros quando já há um núcleo de professores nela radicados que orientem a seleção dos problemas nos quais a colocação dos estrangeiros é necessária, dos problemas nos quais a colaboração dos estrangeiros é necessária, que escolham os especialistas e que façam a crítica de suas contribuições. Além disso, de nada adianta contratar professores altamente competentes no exterior se não existe um grupo de pessoas suficientemente motivadas para acompanhar os cursos e trabalhar sob a orientação desses mestres, de tal maneira que ao regressar às suas Universidades de origem eles deixem um grupo de discípulos treinados. Mas daí a dispensar-se, desde o início, a colaboração de eminentes especialistas estrangeiros a distância é grande.

Por todas essas razões acredito que, pelo menos alguns campos, o êxito da Universidade de Brasília dependerá da colaboração que se suscitar de pessoas altamente capacitadas a serem recrutadas tanto no Brasil como no exterior. Não vejo mesmo inconveniente algum que se traga especialistas de fora, como assessores para os brasileiros encarregados de organizar os Institutos de Pesquisas, as Faculdades e os

Órgãos Culturais da Universidade. A pior política será certamente a contrária, que, sob a capa de um jacobinismo inaceitável, tenda a valorizar a "prata-da-casa"; política cujo resultado fatal será um vesgo provincianismo cultural, que mal dará para encobrir os acordos entre grupos de compadrio que rapidamente se apossarão da Universidade.

Em suma, há muitos fatores que podem interferir positiva ou negativamente sobre o êxito da Universidade de Brasília. Este, contudo, dependerá fundamentalmente da orientação do grupo que a instalará. Por isso, o único penhor desse empreendimento diante da Nação, que vai custeá-lo, está na escolha de homens capazes para realizá-la: que tenham a medida das próprias possibilidades e das potencialidades do meio, e que disponham da férrea energia necessária para não ceder às pressões e às avaliações estereotipadas, de forma a orientar sempre sua lealdade mais no sentido dos valores impostos pela Ciência, pela Cultura e pela Nação, do que pelos ideais e os interesses, alheios aos objetivos do saber universal, de pequenos ou grandes grupos, aos quais eventualmente pertençam".

*Tecendo considerações acerca do projeto de criação da Universidade de Brasília, afirmou o Prof. Leopoldo Nachbin, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada:*⁶

"A idéia de ter um Instituto Central de Matemática, onde se concentrem todas as atividades de ensino e de pesquisa, me

⁶ Esses depoimentos foram gravados e transcritos para *O Metropolitano* de 13 a 20 de novembro de 1961, não tendo sido revisto por seus autores.

parece excelente, e eu espero que essa idéia venha a ser posteriormente copiada por outras universidades brasileiras.

Atualmente há enorme carência de matemáticos no Brasil, devido ao aparecimento de várias escolas de Engenharia, faculdades de Ciências, centros de Pesquisas, em todo o país, de modo que não será fácil conseguirmos, dentro de três anos, o número total de matemáticos previstos pelo corpo docente da Universidade de Brasília.

Nosso sistema universitário atual tem sérios defeitos que eu espero não se verifiquem, novamente, na Universidade de Brasília. Por exemplo: sistema de professor catedrático; o fato de um assistente ser assistente de um determinado professor ou cadeira; a divisão de departamento em cadeiras com nomes específicos; o sistema rígido de ensino universitário, em que o aluno é obrigado a seguir disciplina numa ordem precipitada, não havendo flexibilidade na escolha dessas disciplinas.

No caso específico da Matemática, parece-me que a estrutura da Faculdade Nacional de Filosofia é errada. Existem cadeiras com denominações que são expressivas e não correspondem às tendências atuais do ensino da Matemática. Em particular, eu lamento a legislação federal que instituiu o sistema de uma faculdade-padrão, pela qual se devem guiar as outras faculdades de filosofia no país. A legislação prevê que as faculdades que surjam tenham pelo menos as disciplinas que existem na Faculdade Nacional de Filosofia, o que pressupõe que o sistema de ensino nessa faculdade seja o mais indicado, o que - a meu ver - no setor da Matemática não se verifica.

No esboço de projeto da Universidade de Brasília, na parte referente ao Instituto de Matemática, estão previstos menos professores do que em outros setores de Ciências básicas como Física, Química e Ciências Biológicas e que também não havia uma previsão diária para laboratório. A meu ver, isto está errado. Não se deve, *a priori*, limitar o número de membros do corpo docente do Instituto de Matemática, como sendo inferior ao das outras ciências básicas, porque o Instituto de Matemática vai servir a vários outros institutos, como Física, Química, Engenharia, Ciências Sociais, etc., e, além disso, é necessário que desenvolvamos a parte de Matemática Aplicada, que até hoje não foi estudada no Brasil. É possível que a Universidade de Brasília venha a ter um Centro de Cálculo Numérico, que corresponderá, no setor de Matemática, à Física Experimental, no campo da Física. Em outros termos: é preciso que seja prevista uma área de laboratório para o Instituto de Matemática, onde será instalado um computador eletrônico destinado a servir ao Instituto de Matemática e aos outros setores da Universidade.”

O Prof. José Leite Lopes, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais:

“A verdade é que essas universidades foram feitas a algum tempo como um conjunto de escolas que já existiam antes e que se transformaram em Universidades, tendo-se simplesmente reunido essas escolas e decretado, no papel, que elas formariam uma Universidade. As escolas continuaram independentes, autônomas, sem intercâmbio, sem vida comum, de maneira

que a universidade com essa estrutura não tem podido exercer uma influência ponderável na vida cultural, científica e econômica do país. Sobretudo, o que é mais grave, os estudantes que se formam na Universidade e os que querem dedicar-se à pesquisa científica, a trabalhos literários, filosóficos, e que se vão especializar no estrangeiro, com bolsas-de-estudo, encontram, em geral, as portas das Universidades fechadas. Não porque as universidades estejam saturadas, pois que elas necessitam tremendamente de material humano novo, mas porque a estrutura atual lhes veda o acesso, tornando o aproveitamento desses valores praticamente impossível para a própria renovação da Universidade.

Além disso, há o sistema antigo do professor catedrático, escolhido por um concurso de provas, de maneira que numa faculdade ou departamento não é possível a formação de equipes homogêneas porque não se sabe quando as cadeiras ficam vagas, quem vai concorrer ao concurso e, em geral muitos especialistas se recusam a se submeter às normas vigentes do concurso no Brasil. Nos países mais avançados, em geral, os departamentos científicos e outros formam seus corpos docentes mediante a escolha dos melhores homens onde eles estiverem, sem necessidade de concurso algum.

De modo que, não sendo isso possível na estrutura atual, surgem os defeitos que, hoje em dia, até as autoridades universitárias reconhecem. O importante, porém, não é continuarmos a criticar os defeitos, mas encontrarmos uma saída, uma solução para reais problemas.

Se não é possível uma reforma radical da Universidade pela própria Universidade, então a solução será contruir-se um exemplo novo, e nesse sentido Brasília se apresenta como uma oportunidade única. Construa-se ali uma universidade nos moldes mais modernos, mais eficientes e mais adaptados à época da revolução científica que estamos vivendo hoje, e que as demais universidades pelo exemplo do que se fizer em Brasília procurem ver que não haverá outra saída que não modificarem sua estrutura atual.

Na realidade, uma das coisas mais importantes, e que é necessário levar em conta, é que estamos vivendo uma época em que a ciência tem importância fundamental na vida de todos os povos: importância tanto cultural, como econômica ou militar. Notícias de maior importância de descobertas científicas se sucedem todo dia nos jornais. É necessário, pois, que as autoridades universitárias compreendam a importância fundamental da ciência dentro da Universidade, pois o Brasil é país que se está transformando rapidamente e aqueles que não se adaptarem a essa transformação rápida para traz, serão postos de lado pelo processo histórico.

Uma coisa importante será a atenção, o interesse, a preocupação fundamental dos nossos estudantes em colaborar com os cientistas, sobretudo para que seja possível a modificação das universidades, no sentido de serem elas atualizadas. É necessário que se tenha em conta que nos Estados Unidos, que citamos em geral como exemplo, se processa um trabalho importante de reformulação dos métodos universitários. Estando os americanos em vésperas de modificar radicalmente seus métodos de ensino nas universidades e nos colégios, é

preciso pois que nós, que somos mais atrasados, e que temos conseqüentemente maior obrigação de fazermos transformações em nosso meio, tomemos consciência disso e trabalhemos nesse sentido.

Cito, então, exemplo das dificuldades que temos atualmente: falta de instalações, prédios, insuficiência de aparelhamentos, estudantes insatisfeitos, cursos inadequados e não atualizados, greves etc. Ora, nessa situação, evidentemente, necessita-se de uma solução. Uma cidade universitária no Rio de Janeiro foi planejada há mais de 20 anos, creio, com prédios imensos e que estavam para ser acabados.

Então, fica-se esperando transformar a Universidade quando a Cidade Universitária estivesse pronta, mas deixa-se para acabá-la quando se reformar a Universidade. Resultado disso, um círculo vicioso, e é necessário quebrá-lo numa parte que não sei qual é. A solução seria juntarem-se os homens de boa vontade e realizar uma reforma como os tempos atuais estão a exigir no mundo inteiro. A esperança é que a Universidade de Brasília dê exemplo, com sua estrutura diferente, com institutos básicos de modo que não haja duplicação de laboratórios em escolas independentes. Na Universidade de Brasília haverá corpos de professores, pesquisadores homogêneos, serão pessoas escolhidas pela sua capacidade científica, que se reunirão para realizar um trabalho de equipe, pesquisando sempre, fazendo sempre investigações e dando aulas ao mesmo tempo. Não se concebe professores que não realizem pesquisas. É impossível ensinar sem se ter a experiência de como se tem novos conhecimentos. O resto é um ensino esclerosado que não pode transmitir ao aluno uma formação adequada.

Espero, pois, que a Universidade de Brasília seja uma universidade realmente nova nos moldes em que essa estrutura foi discutida na sociedade brasileira para o progresso da Ciência. E espero também que autoridades competentes realizem aquilo que os homens de ciência e os professores estão sugerindo, porque se realizarem uma Universidade de Brasília nos moldes tradicionais ou entregue a pessoas não competentes, isso aumentará a insatisfação e a agitação no país, nos meios científicos, nos meios universitários e entre os estudantes.

É indispensável que se realize essa oportunidade, que não é uma oportunidade aberta a todos os países. Que a capital nova do país não seja somente um lugar para burocratas, mas que seja também centro cultural e científico do qual se irradiem novas concepções e novos métodos para o resto do país, inclusive dando exemplo a outros de nível equivalente ao nosso.

No tocante à Física, esta se desenvolveu no Brasil desde 1934 e está praticamente concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Há um número de físicos da ordem cem que são pessoas competentes, geralmente com especialização no exterior. Porém encontra grande dificuldade, que é a falta de recursos nos institutos onde trabalham. Além de não haver realmente uma profissão de físico, nem atração de físicos pela indústria, o que faz com que o número de estudantes que escolham essa carreira seja ainda pequeno. Por outro lado, as pessoas que se formam em física, química ou matemática, nas faculdades de filosofia, deveriam, na sua maioria, ensinar no curso secundário mas essa é também uma profissão muito mal remunerada. Aliás, o problema de ensino secundário bom não

pode ser afastado da remuneração adequada e condigna ao professor secundário. De nada adianta a reforma de programas e de currículos desde que não haja professores competentes e bem remunerados. Em ciência, em cultura, o elemento humano é o elemento primordial. Um excelente pesquisador e professor encarregado de dar um curso com mau programa dará um excelente curso, ao contrário um ótimo programa entregue a uma pessoa não competente resultará em um péssimo curso.

Os físicos aqui reunidos na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência deram sua opinião sobre a formação do Instituto de Física na Universidade de Brasília, notando, principalmente, que temos ainda um número relativamente pequeno de físicos e sendo necessário um esforço das instituições existentes para contribuir para a formação desse instituto, necessário também será o convite a professores estrangeiros e para isso urge que a Universidade de Brasília conte com recursos e pague salários que possam atrair mais cientistas estrangeiros. Mas o Instituto de Física da Universidade de Brasília, como os demais, vai depender das pessoas, dos técnicos escolhidos. Se forem competentes, o Instituto terá êxito.”

O Prof. Celso Furtado, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste:

“Pela minha experiência pessoal, já que estudei em duas universidades européias e estive em várias universidades dos Estados Unidos, observando seus métodos de ensino,

sinto-me em situação favorável para indicar, digamos, as deficiências maiores da Universidade Brasileira no momento atual. Em primeiro lugar, não existem no Brasil, propriamente, Universidade, no sentido de que os institutos de ensino dentro de cada Universidade são completamente estanques, isolados uns dos outros, não havendo quase nenhuma interpenetração, mesmo em campos bastante afins. Isso numa época em que todo o mundo luta insistentemente para reaproximar certos problemas de ordem geral. No momento, no campo das ciências sociais, por exemplo, a grande preocupação é poder abordar certos problemas como o do desenvolvimento econômico, o da mutação social. E não é, de forma alguma, possível abordar esse problema, seja estritamente do ângulo da antropologia social ou do ângulo da economia ou do da ciência política. É indispensável reaproximar essas ciências para que alcancemos um enfoque global de interesse básico, normativo no campo das ciências sociais. Não aprendemos ciências sociais por aprender, no sentido de adquirir cultura livresca. Estudamo-las sim, para atuar na sociedade em que vivemos, isto é, para orientarmo-nos, no esforço permanente que temos o dever de fazer para poder melhorar as condições do mundo em que estamos, particularmente daquelas camadas sociais menos favorecidas.

Universidade de Brasília constitui uma grande oportunidade de tentar reorientar todo o sistema universitário brasileiro. Tratando-se de criar uma universidade totalmente nova, evidentemente, estamos diante da possibilidade de criar qualquer coisa à altura das necessidades presentes do ensino superior no Brasil. Se estamos todos de acordo de que o que se está fazendo é caro, inadequado, insuficiente e é em grande

parte errado, e temos a oportunidade de criar uma universidade nova, evidentemente seria um crime perder essa oportunidade. Em particular, quero chamar a atenção para o fato de que o ensino universitário no Brasil, não somente está afastado da verdadeira formação de quadros superiores, mas também é um ensino extremamente caro, creio que dos mais caros do mundo. Faculdades de engenharia que estão organizadas no sentido de criar todo o tipo de dificuldades para que uma pessoa comum, um rapaz, por exemplo, que não tenha possibilidades materiais amplas, não possa freqüentá-las. Em outros países, como por exemplo a Argentina, nas faculdades de engenharia, as aulas teóricas não são obrigatórias e sempre que o estudante através de um esforço sistemático possa realizar seus trabalhos práticos e passar nos exames, ele consegue seu diploma. No Brasil, não: obriga-se à aula teórica, aula que muitas vezes é complementar ou mesmo secundária, dificultando-se, dessa forma, totalmente o acesso à universidade de uma série de pessoas que têm aptidão, mas que não têm meios para se sustentar. Resumindo, os principais defeitos do ensino atual são, em primeiro lugar, seu alto custo e, em segundo, o fato de que ele não corresponde às necessidades presentes do desenvolvimento cultural e social do Brasil.

No que diz respeito à minha especialidade, atualmente no Brasil não se formam propriamente economistas, pois as escolas de contabilidade e com professores de formação adquirida nas Faculdades de Direito, não formam propriamente economistas, apenas dão um treinamento preliminar que serve para certas pessoas trabalharem em empresas ou em certos departamentos do governo.

Dentro da Economia como tal, isto é, como ciência, só se pode formar um indivíduo se se der a ele uma oportunidade para manejar o método científico como economista. Em outras palavras, não é possível estudar economia sem fazer pesquisa. O trabalho prático, a pesquisa básica em Economia é tão essencial na formação de um economista como na formação de, por exemplo, um engenheiro. Evidentemente o engenheiro, como o médico, não é um cientista, homem de ciência: ele aplica a ciência. Nesse sentido também o economista não é um homem de ciência. Mas não é possível formar um engenheiro, um médico ou um economista autêntico sem se dar a esses homens uma oportunidade de domínio do método básico da ciência, que é a infra-estrutura, que está por detrás do conhecimento da Economia.

Acho que não é possível aprender economia apenas lendo livros, é necessário também realizar trabalhos práticos, pesquisas básicas para se conseguir ter um domínio sobre a ciência econômica. O que ocorre atualmente no Brasil é que a Economia é ensinada simplesmente através de aulas teóricas, como se ensina Direito, é simplesmente um conjunto de doutrinas que são aprendidas e depois utilizadas dentro de um sistema essencialmente estático. A economia, porém, é método de análise de uma realidade que está mudando a cada momento. Se o homem não se habitua a observar, se não está acostumado a ver a realidade como qualquer coisa que ele deve estudar, analisar antes de tentar interpretá-la, ele é levado como o jurista, por exemplo, a aplicar à realidade um esquema que já está pronto.

Aí é que está a grande falha. No ensino de economia, pois, não temos, nas faculdades de economia, institutos para dar o treinamento fundamental dos trabalhos práticos que constituem a base mesma de estudo da economia.

A oportunidade que teremos em Brasília é única porque lá devemos criar primeiramente um Instituto de Economia e aqueles que tenham conseguido no Instituto o treinamento básico, esses poderão, em seguida, seja completar seus estudos para ser simplesmente, digamos, um profissional da economia, um indivíduo que vai trabalhar nas empresas, ou então um economista teórico, um economista para fazer pesquisas básicas, sendo essas pois a primeira oportunidade de se formar realmente economista no Brasil.

Justificando a afirmativa de que nós não temos economistas, cito como prova o fato de que não se publica, no Brasil, um artigo de economia teórica, o ano inteiro, nas revistas especializadas em economia.

A ciência econômica, na forma que a recebemos já feita, se fundamenta num conjunto de princípios; princípios esses que por sua vez são derivados de modelos abstratos que não incluem alguns elementos essenciais à nossa realidade.

Em outras palavras, toda ciência se baseia em princípios feitos ou hipóteses. Essas hipóteses são derivadas de uma simplificação da realidade. A ciência relaciona os dados que são chamados pertinentes e então cria um modelo abstrato da realidade e é através do funcionamento desse modelo que ela deriva os princípios, princípios esses que vão servir para se

deduzirem outros princípios menos gerais, etc.

Na Economia, esses modelos são feitos com os elementos representativos da realidade de economias de muito maior grau de integração que a brasileira. Portanto, quando queremos aplicar esses modelos a uma realidade muito mais inorgânica, muito menos diferenciada como é a nossa, caímos num dilema: ou temos que forçar a realidade, ou então o modelo. E o que é indispensável é que os países subdesenvolvidos façam um esforço de teorização para complementar a teoria aceita nos grandes centros para generalizar mais esses modelos. Não podemos aceitar a ciência econômica na forma que ela já vem, pronta, porque a ciência econômica é uma tentativa para explicar uma realidade que na verdade não pode ser enfeixada em modelos abstratos, por ser demasiadamente diferenciada. Nós não abandonamos os modelos; apenas partindo deles, nós os generalizamos, inclusive novos elementos, negando outros.

Dando um caso concreto, a inflação. O modelo básico para explicar a inflação, usado nos grandes centros universitários europeus e norte-americanos, de nenhuma maneira inclui uma série de elementos que são específicos da realidade brasileira. Isso nos obriga a fazer um esforço para criar um modelo mais complexo, como temos dito, um modelo que inclua os aspectos estruturais do processo inflacionário ou a inflexibilidade das estruturas subdesenvolvidas e que criam pressões inflacionárias. É uma tentativa, na verdade, para criar um modelo maior, pois se aplicarmos, por exemplo, o modelo simplista que o Fundo Monetário elaborou e usa como ciência definitiva da realidade

brasileira, nós então simplificamos de tal maneira nossa realidade que somos levados a formular uma política econômica que na verdade pode conduzir a resultados opostos àqueles que nós almejamos.

Sobre o ensino da Economia, na Universidade de Brasília, apresento o esquema seguido no Simpósio da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência. Tal esquema mostra que "um departamento de economia com as funções culturais que vão ser atribuídas à Universidade de Brasília deverá abranger um campo de ação de grande amplitude". Para tal, esse campo pode ser dividido em três setores:

- a) - economia aplicada;
- b) - política econômica;
- c) - economia teórica.

No primeiro destes setores, far-se-á, recebidos os dados necessários, um "esforço de interpretação da realidade". Tal setor compreenderá "estudos dos fenômenos do curto prazo ou de natureza conjuntural" e "estudos das tendências a longo prazo, inclusive projeções".

Já no setor, teríamos a indicação da política econômica, que serviria de orientação à diretiva governamental neste campo. Está claro que o desenvolvimento econômico seria a preocupação básica deste setor, tendo em vista a realidade nacional. Aqui caberiam o "estudo dos aspectos institucionais" de desenvolvimento, formulações "ligadas à ação direta do Estado", em vista das diretrizes da programação dos investimentos públicos, e,

ainda, estudos relacionados com a "política de orientação e incentivo ao setor privado".

Tanto o primeiro quanto o segundo destes setores utilizam, em suas análises, ou fundamentação de diretrizes, respectivamente, conjunto de princípios ou hipóteses que são fornecidos pela Economia Teórica, o terceiro dos setores citados. É aqui que cabe o estudo das próprias bases as quais se asentam os estudos econômicos, cabendo "um esforço de complementação teórica", do que vem sendo feito em outros países e em outras áreas econômicas, "testando a efetividade de princípios gerais e indicando elementos complementares que poderão contribuir para dar maior generalidade às hipóteses em uso.

Esta, a base para a organização de um departamento de economia pioneiro, a ser criado na Universidade de Brasília, como modelo para o estudo da matéria".

O Prof. Paulo Sawaya, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo:

"Durante a reunião que se realizou em Piracicaba, promovida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, foi feita a proposta de se discutir a Universidade de Brasília aqui no Rio, Essa proposta nasceu espontaneamente, visto como no Brasil a organização universitária apresenta defeitos graves, que vêm impedindo, sensivelmente, o desenvolvimento da ciência e na Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência esses defeitos vêm sendo percebidos desde a sua fundação.

Um dos defeitos mais acentuados vem a ser a fixação das cátedras. Acho que a existência de cátedras é, hoje em dia, fenômeno superado; elas devem ser submetidas por professores titulares que, de comum acordo, possam realizar um ensino eficiente.

Outro defeito também acentuado é a seleção do pessoal por concurso, fenômeno também já superado em muitas partes do mundo e esperamos que, em Brasília, essa fórmula de seleção não seja a tradicional por títulos e provas que é uma instituição constitucional em nosso país.

Como diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo tido contato com diversos professores desses três ramos, e os defeitos acima apontados são sentidos fortemente em todas essas grandes diversões; é claro que sendo elas de índole diferente, todavia, sendo a finalidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a de formar pesquisadores e professores que serão formados de outros professores, deve ela ter uma grande elasticidade, pois o progresso técnico não conduz com a rigidez das leis que regem nosso ensino superior.—

No meu setor especial de filosofia posso dizer que novos campos muito promissores devem ser explorados, como, por exemplo, o da biologia marinha, para o qual não se encontra uma verdadeira adequação no esquema atual da organização de um departamento de filosofia. Há grandes professores que têm interesse excepcional pela biologia marinha, entretanto, muitos deles não são aproveitados em virtude de

não se encontrar um meio de enquadrá-los na universidade, assim, pois, se não houvesse cátedras, mas apenas os institutos, esses professores poderiam exercer sua função de ensinar e pesquisar, dando rendimento muito maior do que dão hoje no campo restrito em que se encontram".

Maria Yedda Leite Linhares, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil:

"A estrutura atual da universidade brasileira tem sido, de maneira geral, suficientemente discutida e todos estão mais ou menos de acordo com que essa estrutura não corresponde mais às necessidades brasileiras, tendo em vista a atual fase de desenvolvimento e de transformação da sociedade brasileira. De forma que, nesta atual estrutura, dificilmente essa universidade poderá fornecer os quadros necessários para que se acentue esse desenvolvimento e muito menos as bases científicas e tecnológicas, a fim de possibilitar e aumentar esse desenvolvimento. Nesse sentido, creio que a estrutura universitária brasileira atravessa uma crise e precisa urgentemente de uma transformação.

Universidade de Brasília virá, justamente, suprir todas essas falhas e por ser uma iniciativa inteiramente nova e revolucionária estará realmente em condições de executar as funções que a universidade deve executar dentro da sociedade brasileira.

É uma universidade absolutamente revolucionária no sentido de sua estrutura.

Não será revolucionária na acepção universal, visto que iguais a ela já existem algumas no mundo. Mas para o Brasil ela será realmente revolucionária na medida que poderá estar de acordo com o Brasil de hoje; será uma universidade autenticamente brasileira e não um tipo semelhante às universidades que temos atualmente, completamente alienadas dos nossos problemas, da nossa cultura e inteiramente voltadas para outra época. Ao contrário, a Universidade de Brasília será constituída tendo em vista, de fato, uma realidade brasileira, tendo em vista, pois, uma real necessidade do Brasil e, para isso, essa universidade deverá preencher papel importantíssimo na nossa vida.

Julgo que, com a experiência da Universidade de Brasília, certamente as outras universidades terão de se reformar, pois do contrário elas correrão o perigo de desaparecer por inanição. A Universidade de Brasília virá a ser como que uma injeção de coramina no organismo da universidade brasileira.

Dentro da minha especialidade, parece-me importante fazer com que a Universidade de Brasília possa desenvolver o ensino e a pesquisa da História, tendo em vista justamente a realidade brasileira. Nessas condições, creio que o ensino de História, numa universidade como a de Brasília, deve estar inteiramente voltado para os dias de hoje. A História ensinada deve estar altamente comprometida com as ciências sociais, com as ciências humanas e com a realidade atual. Deve ser uma história voltada para o Brasil, voltada para os problemas, não apenas específicos do Brasil,

mas do Brasil dentro de um mundo também com problemas. E são esses os problemas que nós, professores de história e historiadores, devemos compreender e transmitir aos nossos alunos.

Outro aspecto me parece importante: na Universidade de Brasília nós pretendemos fornecer os cursos de História, no nível do Instituto de Ciências Humanas, fornecendo aqueles cursos que sejam necessários aos outros institutos e também os cursos de História para a formação do professor secundário, abrangendo uma série de disciplinas, de Ciências Sociais, incluindo Economia, Sociologia, Antropologia e um conteúdo de História que vise justamente o nosso professor secundário. Mas a História que realmente seja útil, que realmente seja viva e não cheia de cadáveres, de corpos mortos e de papéis velhos, de nomes e datas apenas. Enfim, uma História que leve o nosso professor secundário a formar uma geração altamente consciente, não só do passado como dos dias de hoje e das possibilidades futuras do Brasil e do mundo.

Admito, também, que mais complexo do que o curso de formação do professor secundário é o da formação do especialista. É quase certo que teremos de recorrer a alguns professores estrangeiros altamente qualificados e escolhidos com o máximo cuidado. Estou, pois, absolutamente certa de que a História, dentro do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, poderá conviver de uma maneira bastante saudável com as ciências sociais, e se tornar no Brasil uma ciência eminentemente humana. Esse o objetivo a ser alcançado."

Oraci Nogueira, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo:

“Na verdade, não temos ainda nenhuma universidade verdadeira porque não temos ainda nenhuma universidade que seja constituída de faculdades ou institutos de pesquisas bem coordenados e situados no mesmo campo. Dificilmente se poderá conceber uma vida universitária digna desse nome se não houver um conjunto de escolas de nível superior e de institutos de pesquisas situados numa mesma área, aos quais estejam adidos ou justapostos outras instituições que farão com que a vida tanto dos estudantes quanto dos professores e dos pesquisadores daquela universidade se entrelace, não apenas em função das atividades curriculares, das atividades de classe, das atividades de laboratório, mas, em geral, daquela unidade de ensino superior e de pesquisa.

A estrutura da Universidade de Brasília foi planejada, estou seguro disto, tendo em vista corrigir aqueles defeitos clássicos da vida nas instituições de ensino superior, no Brasil, porque, ao invés de ser universidade como as já existentes, constituídas de uma soma de faculdades, sem muitas relações entre si, a não ser de ordem administrativa, o que se prevê para Brasília é um conjunto de faculdades e de institutos coordenados.

A meu ver, um dos defeitos da nossa vida universitária é o fato de que a carreira universitária no Brasil está constituída sob a forma de um funil, tendo na ponta um catedrático, que é inamovível.

Acho muito bom que ele seja estável, pois o defeito não está, propriamente, na

estabilidade do catedrático, isso se deve, defender a todo risco, a todo custo, porquanto a estabilidade de cátedra é essencial para a defesa da soberania da própria cátedra. Mas os problemas da nossa vida universitária decorrem justamente dessa configuração de funil da carreira universitária. Para que um elemento novo tenha acesso é preciso que um mais antigo se aposente ou morra.

A estrutura da Universidade de Brasília se assemelha muito mais a uma estrutura moderna de países como os Estados Unidos, onde em cada nível, no mesmo estudo, no mesmo departamento, na mesma faculdade, pode haver vários cursos no sentido de diversos assuntos do mesmo campo, tratados paralelamente por diferentes professores. A possibilidade de opções por parte dos alunos é muito grande, a possibilidade de tecnicidade do currículo para o aluno é também muito grande.

Outro aspecto a ser notado, é o da economia de pessoal e de material mencionada pelos organizadores da Universidade de Brasília. Os mesmos professores estarão influenciando sobre alunos que se destinam a campos muito diversos, diferentemente do que se dá conosco que temos na mesma universidade vários professores da mesma disciplina mas cada um deles tendo influência apenas sobre aquele grupo limitado de alunos que se destina a uma determinada carreira.

Sobre a Sociologia, tenho a impressão que o Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília e seus vários departamentos e faculdades irão permitir um ensino mais profícuo dela, em linhas mais modernas, com a rigidez de currículo, pois

está a Universidade de Brasília organizada de maneira não tão convencional quanto, atualmente, a maior parte das instituições brasileiras."

Oswaldo Gusmão, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil:

"Tenho a impressão de que a universidade brasileira, neste momento, exatamente porque se situa como organismo de formação de profissionais e sobretudo de aprendizado de nível superior, está fortemente marcada pelo processo substancial de transformação por que passa a sociedade brasileira. Se, em verdade, o que se verifica é que todos os setores da atividade social, política e econômica do Brasil, face ao processo de desenvolvimento econômico, estão sujeitos a uma mudança que ora sofre acelerações, ora retardamento, devido aos problemas que, na conjuntura nacional, se vão desenvolvendo, hão de se fazer sentir estas mudanças nos níveis superestruturais de nossa sociedade, um dos quais é, efetivamente, a universidade. O ensino universitário reflete, necessariamente, o modo pelo qual a sociedade se pensa a si mesma, com seus valores e modelos.

Se, naturalmente, os valores substanciais nesta sociedade se transformam e, em consequência do processo de desenvolvimento, a própria estrutura da sociedade brasileira é que se vê face ao impacto de transformações radicais, não haveria de ser o organismo universitário brasileiro o único a permanecer numa

situação de estagnação. A meu ver, a sociedade brasileira imporá o sistema de ensino nacional, uma substancial mudança de estrutura na universidade.

Já há indícios desta mudança nos vários estados da federação, com a adoção de medidas inéditas no campo do ensino superior.

A Universidade de Brasília é uma experiência, "grande e promissora experiência", na qual "há de salientar-se o nome desde jovem extrordinário que é Darcy Ribeiro. Ao longo de seu desenvolvimento a Universidade de Brasília há de ter, para ao outras universidades brasileiras, "a significação da universidade pioneira" que procura introduzir uma "nova perspectiva" para nosso ensino superior".

Há de ter a significação de um modelo, uma nova dimensão que se abre para a vida universitária brasileira. Por essa razão, creio que não haverá evidentemente, silêncio de parte de homens mais conservadores, no que diz respeito às possíveis necessidades de reformulação organizacional da Universidade.

A Universidade de Brasília tem aberta, à sua frente, a perspectiva de não só converter-se em modelo de universidade para o país, mas num "modelo de universidade para os países subdesenvolvidos", especialmente os da América Latina".

A organização que ela propõe, o sentido que a ela se empresta, a própria vocação revolucionária, no que diz respeito à reorganização do ensino no Brasil, do ensino superior, são todos esses fatores que

realmente a tornam merecedora de saudação a mais efusiva - a vontade à energia tanto quanto ao esforço dos que se dedicaram a esta tarefa porque realmente ela pode representar algo de totalmente revolucionário no ensino brasileiro.

Porque adequada à nova realidade brasileira, ao processo de transformação que atravessamos, é que a universidade brasileira deve mobilizar as resistências dos conservadores. Mas, ao mesmo tempo, há de receber o grande apoio, a consagração, de todos os que pretendem ver uma transformação nacional, capaz de levar o país ao sentido de autodeterminação, não apenas no plano do conhecimento, superando todas as dominações de caráter metropolitano que nos esmagam a liberdade de pensar, que no impingem modelos que já não nos servem. Deste modo, a Universidade de Brasília pode ser "a grande tribuna" das nações subdesenvolvidas do Continente, eis que, pela primeira vez, em nossa realidade, compatibiliza-se "o processo de conhecimento com o processo de desenvolvimento real da sociedade".

Ciência Política, minha especialidade, tem sido objeto de consideração de nossos cursos de ciências sociais desde, principalmente, o fim da segunda guerra mundial. Há, nas faculdades, cadeiras especializadas, que exigem a análise sociológica do fato político. Todavia, parece evidente que ainda algumas preocupações de natureza jurídica, talvez decorrentes da formação básica dos especialistas brasileiros na matéria hajam de certo modo desviado a substância sociológica que deveria presidir a orientação das cadeiras de ciência política.

Sem embargo de todas estas dificuldades de uma melhor clarificação sociológica do pensamento político brasileiro, encontramos nas universidades do Brasil, na de Minas ou de São Paulo, bem como na Bahia ou no Recife, homens que, imbuídos do mesmo propósito, o de realmente levar para o plano do ensino da Ciência Política uma orientação nítida, clara, aberta, fundamentalmente sociológica. Daí por que verificar o aumento de interesse cada vez maior pelo ensino e pelo ensino aprendido da matéria.

Todo o esforço que nós dedicamos à especialidade, foi o de primeiro colher, na bibliografia estrangeira, os elementos que nos pudessem dar, pelo menos, um sistema de referência básico, para naturalmente ministrar ensino de categorias básicas, também, para os nossos alunos, nas universidades em que lecionamos.

Evidente que a bibliografia estrangeira, a contribuição estrangeira, haveria de trabalhar à base de certos modelos e estereótipos que muitas vezes importamos ingênua e acriticamente. Mas, na medida em que, aos poucos fomos tomando consciência do problema nacional e para usar uma expressão que hoje já é corrente, fomos assumindo a consciência crítica do processo que estávamos vivendo, foi-se fazendo sentir normalmente, entre os professores de Sociologia e de Ciência Política, a necessidade de uma revisão dos sistemas de referências que manipulávamos, da bibliografia que nos chegava às mãos, não só para contemplá-los, criticamente, como, em relação aos primeiros, tentar substituí-los por sistemas de referências e modelos tipicamente adequados à realidade nacional.

Esse trabalho de reformulação de conceitos, de elaboração crítica de novas categorias compreensivas do fenômeno político nacional já é possível na atual situação do ensino, desde que adotado o sistema de bolsa-de-estudo de tempo integral e na medida em que "a cátedra esteja no mesmo nível que a carteira". Não há, porém, a completa elasticidade necessária "no sentido de que se possa formar, através daí, equipes novas, capazes de uma contribuição mais densa, mais profunda", se bem que a adoção de tal sistema seja um grande passo à frente.

O fato de que a Universidade de Brasília, através de sua organização, permita o início da solução de um dos mais graves problemas de um país subdesenvolvido, como o nosso - o da carência de técnicos especializados, crescendo-se a todo o ineditismo que esta mesma organização oferece - é auspicioso. A Universidade de Brasília está fadada a duas funções básicas na realidade brasileira: a primeira, a de ser uma universidade que, na verdade, está sendo organizada, ou, pelo menos, que se proteja organizar, tendo em vista sua compatibilização com o projeto do destino que o povo brasileiro busca neste momento, para cumprir um programa de criação de quadros que constitui magna aflição de todos os países subdesenvolvidos; a segunda, é a de realmente constituir uma organização pioneira capaz de, sem ferir direitos adquiridos, sem violentar as prerrogativas de nenhum centro universitário do Brasil, nem os critérios jurídicos para estabilização ou garantia dos seus catedráticos, exemplificar uma concepção dinâmica de universidade para o futuro, chegando mesmo a possuir a

significação de um modelo novo a seguir, daqui por diante".

O Prof. Valter Osvaldo Cruz, do Instituto de Manguinhos, assim se manifestou:

"O único contato que tive com relação à questão do ensino foi a seleção que fiz de alguns jovens estudantes de medicina para a carreira de pesquisador. Selecionei-os, não por um critério de conhecimento gerais, mas de capacidade intelectual. E fiquei admirado, na ocasião, com o nível relativamente baixo dos alunos das faculdades de medicina, o que me faz crer que não se consegue, nos exames de seleção para essas faculdades, selecionar indivíduos com as características intelectuais adequadas a essa profissão. A tendência, creio, é a de selecionar indivíduos com facilidade de memorizar e isso, de um ponto de vista geral e principalmente do ponto de vista científico é um erro grave.

Era eminentemente contra a criação de novas universidades no Brasil, dado, principalmente, o grande número das já existentes, cuja função é ainda muito pobre. Criar uma outra universidade só tem a meu ver, uma única justificativa - a de que se faça nela alguma coisa de muito novo e mesmo revolucionário. Parece-me um contra-senso fazer-se uma universidade nova, nos moldes atuais, ou mesmo com pequenas modificações. De modo que se justifica a criação da Universidade de Brasília, tanto quanto ela for mais nova e mais adaptada às melhores e mais modernas técnicas do conhecimento sobre a arte de ensinar.

Aliás, dentro do que se está preparando para a Universidade de Brasília, o que eu

considero fundamental é exatamente a *metodologia de esino*. Eu me referi, no decorrer dos debates do "simpósio" que na América do Norte, depois do advento dos satélites artificiais, em 1957, tem havido enorme fermentação cultural no sentido do ensino de ciências básicas.

E os americanos, verificando que os processos que usam para ensiná-las são muito fracos, estão modificando os processos com uma rapidez extraordinária. Tendo a impressão de que Brasília terá que adotar essas modificações, que não são baseadas em simples opiniões, mas em escolas-piloto, em comissões de indivíduos com grande prática no ensino de ciências, em reformas dos livros escolares e diversos outros métodos. Acho, também, absolutamente essencial que se escolha professores que aceitem, compreendam e pratiquem esses métodos, que são a última palavra no ensino de ciências básicas. Se a Universidade de Brasília não adotar e adaptar desde logo essa revolução americana, teremos, daqui há alguns anos, que importar esses métodos, como temos aliás importado quase tudo em matéria de ensino.

O Brasil tem um completo desconhecimento de seus valores porque esses valores não são prestigiados. E cito, como exemplo, um dos pontos para o qual foi chamada a atenção nos debates do simpósio: o fato de que não se poderia conseguir, em três anos, quarenta e cinco físicos competentes. Não tenho elementos para discordar dessa afirmação no campo da física, que desconheço. Entretanto, no campo da Biologia, tal afirmação não seria verdadeira. Temos, no Brasil, cerca de dez laboratórios ativos, podendo cada um deles

preparar cinco biólogos em nível de docência. Ora, seria muito fácil, desde que se contasse com recursos financeiros, e pesquisadores experimentados, selecionar, no fim de três ou quatro anos, cinco indivíduos de cada um dos laboratórios, que poderiam chegar a um nível de docência na Universidade de Brasília. No Brasil, pois, é difícil fazer técnicos porque não há interesse e principalmente não há cargos para esses técnicos ocuparem quando formados. Isso, evidentemente, causa certa frustração e desinteresse dos jovens. Não tenho dúvidas, porém, que, em se planejando, dando-se aos jovens garantia de postos bem remunerados depois de se terem formados, conseguir-se-ia no Brasil, ao menos em Biologia, a extinção de todas as deficiências atuais.

Quando, há cinco anos, eu me interessei particularmente pelo problema da renovação do pessoal do laboratório em que trabalhava, havia nessa ocasião uma vaga de médico interino que poderia ser preenchida por um dos rapazes que mencionei acima quando falei da seleção que fiz. Isso garantiria a esse indivíduo a possibilidade administrativa, indo até ao próprio ministro correspondente ao meu instituto. Negaram-me, em todos eles, o preenchimento dessa vaga, que foi provida um mês depois por injunções meramente políticas, e por indivíduos sem nenhum treinamento e que não poderia ser aproveitado nos trabalhos de pesquisas do Instituto. Este é, evidentemente, um caso particular de desprestígio da profissão. Mas exemplifica claramente um estado de coisas. No Instituto Osvaldo Cruz - estou lá há 25 anos - houve um ou dois concursos para preenchimento de cargos. Os cargos são em número diminuto, o preenchimento de cargos por

interinidade é feito sem a menor seleção e por pessoal que não tem nenhuma prática de laboratório. Isso indica, novamente, desprestígio da pesquisa no Brasil. Faz-se necessária, pois, uma atitude geral, administrativa, política de prestigiar-se, não se nomeando para qualquer cargo, sem que antes se realizem provas de seleção e períodos de treinamento. O que não se pode exigir é ciência dentro de dois dias quando a desprestigiam, durante 20 anos."

Jackues Danon, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas:

"A atual estrutura da Universidade Brasileira é uma estrutura que já não se enquadra nas nossas necessidades de desenvolvimento econômico e cultural. Nossa estrutura universitária foi baseada num sistema social já ultrapassado, pois, se tem desenvolvido em alguns pontos, econômica e culturalmente, precisa ainda se desenvolver muito mais, e, se não cuidarmos logo da modificação dessa estrutura, em breve teremos dificuldades muito maiores que serão motivadas pela impossibilidade de formar em massa pessoal técnico qualificado e pessoal de nível cultural mais elevado do que temos atualmente.

Duas grandes contribuições a Universidade de Brasília nos daria. A primeira delas, a Universidade de Brasília já deu, mesmo antes de ser criada. É o fato de ter o Poder Executivo enviado à Câmara um projeto baseado na necessidade da modificação da estrutura da nossa universidade. A prova disso é que a estrutura da Universidade de Brasília é essencialmente diferente, nos pontos

principais, das nossas atuais universidades. De modo que essa contribuição já foi dada implícita e explicitamente, pois o projeto é nessas condições, uma crítica à situação atual da universidade, visto que não haveria de se criar uma universidade diferente se as atuais estivessem funcionando de forma satisfatória.

A segunda grande contribuição será que com a efetivação da Universidade de Brasília, numa estrutura nova, diferente, mais avançada, haverá enorme melhoria nas nossas condições de desenvolvimento, e nas condições culturais; essa contribuição dar-se-á na formação de pessoal qualificado em melhores condições de que tem sido feito atualmente.

Outro aspecto importante é notar o movimento em torno dos recursos posto à disposição para a criação da Universidade de Brasília, que serão utilizados na formação de pessoal que posteriormente irá para Brasília. Nesse processo, mesmo, estaremos ajudando a formação de pessoal mais qualificado e modificação das próprias estruturas existentes na procura de criar uma coisa nova. Evidentemente, essa modificação deveria processar-se em todos os lugares, em São Paulo, no Rio, etc. Mas Brasília apareceu como excelente oportunidade, porque os outros centros apresentam uma série de dificuldades, pois já encontramos neles universidades prontas, feitas, terminadas. Nós criaríamos um choque muito grande para modificar essa estrutura, enquanto uma coisa que vai ser criada, nova, deve-se aproveitar a oportunidade para fazê-la certa.

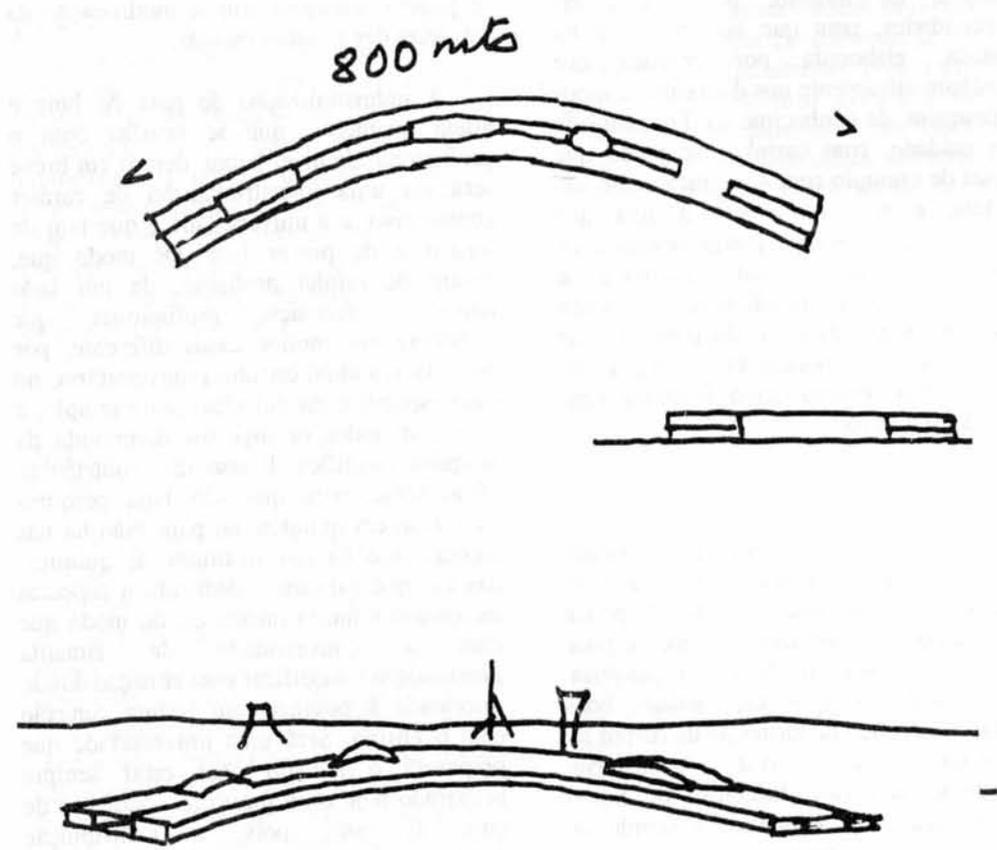
Não tenho dúvidas, porém, que a Universidade de Brasília poderia servir de

exemplo, de modelo, para as outras universidades, pois que sua estrutura foi pensada, elaborada por pessoas que trabalham ativamente nos diferentes campos de pesquisa, de conhecimento. Foi estudada com cuidado, com carinho, de modo que servirá de exemplo com seus frutos, com sua eficácia, e será um apoio à luta que estudantes, professores e pesquisadores e, de forma geral, a sociedade brasileira se empenha para a modificação da nossa estrutura universitária. Já não teremos mais idéias senão um modelo em frente a nós para mostrar mesmo como funciona uma coisa de tipo novo.

A química - nesse setor - tem sido das ciências mais abandonadas do ponto de vista da pesquisa. E isso não é um fato de pouca importância, pois sabemos que não se pode divorciar o ensino moderno da pesquisa. Temos escolas de química, algumas, boas escolas, no sentido de formação de corpos de profissionais de nível satisfatório. Queremos, para nós, formação de novas escolas, que proporcionem a subida de nível para todos os nossos técnicos, e isso só

se poderá conseguir com a modificação da estrutura das mesmas escolas.

A industrialização do país de hoje é ainda insipiente, que se satisfaz com o profissional de nível baixo, dentro em breve será ela uma industrialização de caráter competitivo, e a universidade é que tem de formar e de prever isso. De modo que, dentro de minha profissão, de um lado temos a formação profissional, que considero em muitos casos diferente, por outro lado a atual estrutura universitária, no caso específico da química, por exemplo, é como em todos os aspectos divorciada da pesquisa científica. E isso tem contribuído eficazmente, para que não haja pesquisa científica, em química, no país. Não há nas escolas, não há nos institutos de química, nas em que existem é dedicado a aspectos tecnológicos muito imediatos, de modo que com a Universidade de Brasília pretendemos modificar essa situação dando prioridade à pesquisa em íntima conexão com o ensino. Será uma universidade que preparará o homem para estar sempre preparado hoje e no futuro às condições do país. É essa, pois, a contribuição fundamental da Universidade de Brasília”.



UnB: Invenção e Descaminho

Darcy Ribeiro

Depois de ter criado ou reformado várias universidades, por países diversos na América Latina, onde o levaram seus anos de exílio, Darcy Ribeiro volta, não como filho pródigo, mas como um pai pródigo, à sua criação original: a Universidade de Brasília. A universidade que ele concebeu e projetou, com a colaboração do que de melhor a inteligência brasileira possuía e podia produzir livremente na passagem do fim dos anos 50 ao princípio dos 60; que ele mesmo começou a implantar nos escassos meses de 62 a 64, em companhia de alguns dos colaboradores do projeto inicial e de alguns outros que se lhe associaram nessa fase; que resistiu, em agonia, à sua asfixia e desfiguração, de abril de 64 a outubro de 65, quando, afinal, esgotadas todas as resistências, desfez-se na saída coletiva de quase todos os professores que a compunham.

Este depoimento de Darcy Ribeiro é a volta do criador ao encontro da criatura desfigurada. Uma volta marcada por sentimentos e pensamentos tão numerosos, e

*diversos, e conflitantes muitas vezes, que custa a crer caibam nos limites tão pequenos deste livro tão grande. A emoção do seu reencontro físico com o "campus" atual da UnB dá o sentido desse seu testemunho. Há poucos meses, de passagem anônima, uma tarde, por Brasília, visitou, incógnito, a sua Universidade. Ali estava, comovente na sua beleza simplicíssima, o prédio do Instituto Central de Ciências, o **Minhocão**, nascido do gênio de Oscar Niemeyer; "mas, ao seu lado, quanta arquitetura pretensiosa, vitrinesca e tola". Era um contraste entre a sua, a nossa Universidade de Brasília e essa que aí está hoje e conserva-lhe apenas o nome e um pouco de vaga reminiscência que sobrevive principalmente nas idealizações de seus jovens estudantes atuais, os quais, entretanto, nem chegaram a conhecê-la.*

Não participei na fase inicial de elaboração do Plano Diretor da UnB, pois que só fui a conhecê-lo, e ao próprio Darcy, quando este já fazia contatos e convites para a formação do núcleo da comunidade docente. Convidou-me, então, a ministrar e dirigir a implantação de um Curso de Jornalismo. Respondi-lhe que aceitaria, sim, não um simples curso de jornalismo, porém a criação de uma unidade universitária que correspondesse, na minha área, ao que havia de profundamente inovador e renovador no seu projeto de Universidade: a primeira Faculdade de Comunicação de Massa do mundo, composta de três escolas - de Jornalismo, de Publicidade e Propaganda e de TV, Rádio e Cinema - e mais uma entidade autárquica, o Centro de Teledifusão da Universidade de Brasília, que se propunha a manter um jornal diário, uma revista semanal de informação interpretada, uma

agência de notícia, uma agência de publicidade, uma estação de rádio, uma estação de televisão e uma produtora cinematográfica; Centro, esse, que se destinasse a concorrer livremente no mercado da indústria da informação e da arte, ao mesmo tempo em que se constituísse numa espécie de laboratório-verdade para o ensino e sobretudo a pesquisa e renovação permanente de todas as artes e técnicas de tais produtos. Darcy ouviu, olhou para mim e viu e me chamou o que daí por diante temos sido: "meu irmão".

Dali para a frente, fizemos tanta coisa juntos: o Centro de Extensão Cultural - que, já no primeiro semestre de funcionamento, oferecia à população da capital nascente nada menos de 48 cursos diversos, desde níveis pré-universitários até de pós-graduação, cursos que levavam a universidade para a cidade e traziam a cidade para a universidade; o Seminário de Problemas Brasileiros - que reunia no nosso auditório dos Dois Cadangos as mais altas figuras da inteligência brasileira e da cúpula dos Três Poderes da República, para uma tomada de consciência e discussão dos temas mais importantes da vida nacional; o Seminário das Estruturas Docentes - que, já em dezembro de 63, promovíamos para um "reexame das estruturas planejadas originalmente e vistas agora à luz da experiência dos quatro primeiros semestres de funcionamento". Além, é claro, do começo de implantação da própria Faculdade de Comunicação de Massa e do Centro de Teledifusão.

Dou, de passagem, esses exemplos, e só esses, por ser os que conheço de conhecimento direto, pois estavam sob minha responsabilidade pessoal. Mas sei

também dos demais, e também posso dar meu depoimento. Assim era a Universidade de Brasília, a nossa UnB. Uma universidade num País que nunca tivera universidades, mas apenas ajuntamentos de escolas profissionais superiores e mais a tentativa - cedo igualmente destruída - da Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira, no Rio, e a experiência, logo desvirtuada, da Universidade de São Paulo. Uma universidade sem precedentes no Brasil ou em qualquer parte. Uma universidade sem nenhum compromisso com o passado: só com o futuro. Um ato permanente de criação. E de crítica da própria criação. Costumo dizer que, na nossa UnB, a cada dia se criava algo e fazia-se a autocrítica da véspera. Muitas vezes não havia mesmo o sentido do cada dia, pois freqüentemente terminávamos no dia seguinte a reunião começada no dia anterior. Viviam-se UnB 24 horas por dia.

É que nossa Universidade só tinha uma ideologia: o princípio das duas lealdades fundamentais. "Lealdade aos padrões internacionais do saber e à busca de solução dos problemas nacionais." Para isso deve existir uma verdadeira universidade nacional: para alcançar, renovar e transmitir o saber humano nos seus mais altos padrões; e para utilizá-lo sempre em benefício das necessidades e aspirações de seu povo. Por esse princípio fez-se a UnB; para ele se haverá de refazê-la. Pois, na verdade, este livro escrito com amargura e revolta, com ironia e mágoa - é, acima de tudo, a formulação da reformulação da ideologia da universidade brasileira; quase diria, pela sua simplicidade e sabedoria, a cartilha da universidade brasileira. E, mais que tudo, a teimosa esperança de um homem de muita

fé que afirma: "A UnB é uma utopia vetada, uma ambição proibida, por agora, de exercer-se. Mas permanece sendo, esperando, como a nossa utopia concreta, pronta a retomar-se, para se repensar e refazer, assim que recuperarmos a liberdade de definir o nosso projeto como povo e a universidade que deve servi-lo".

Aí está a UnB que há de nascer de si mesma. Que começa a renascer neste livro.

Pompeu de Souza

Niemeyer

"E espero que Brasília seja uma cidade de homens felizes; homens que sintam a vida em toda a sua plenitude, em toda a sua fragilidade; homens que compreendam o valor das coisas simples e puras - um gesto, uma palavra de afeto e de solidariedade".

Oscar Niemeyer

Dizem que a Universidade de Brasília é criação minha. Não é verdade. Ninguém pode ser pai e mãe de uma instituição tão complexa - uma universidade nacional - como é o caso da UnB. Tive, é certo, algum papel: coordenei seu planejamento e dirigi sua implantação. Mas muita gente mais se juntou para fundá-la. A começar pelos três presidentes da República dos anos de seu nascimento. Juscelino Kubitschek mandou elaborar o projeto e o encaminhou ao Congresso Nacional como mensagem presidencial. Jânio Quadros confirmou por decreto a comissão encarregada de projetar a universidade. João Goulart promulgou a lei

de criação da UnB, nomeou seu primeiro reitor e deu apoio total à sua implantação.

Acresce que se devêssemos falar de pai fundador, uma outra vaga precisaria ser aberta para *Anísio Teixeira*, que foi quem mais contribuiu para que a Universidade de Brasília se concretizasse. É certo que em todo o período de gestação, e mesmo nos anos de implantação - e até depois, numa comissão de inquérito do Congresso Nacional -, Anísio e eu nos mantivemos em polêmica acesa sobre o modo de organizar a universidade. Ele defendendo a idéia de que a UnB deveria ser estruturada para operar apenas como grande centro de pós-graduação, destinado a preparar o magistério superior do país. Eu, contrargumentando que, mesmo para funcionar como um instituto de pós-graduação, era indispensável que ministrasse também o ensino básico. Tanto mais porque a cidade de Brasília não abriria mão de contar, ela também, com cursos universitários para sua juventude. Embora discutindo, trabalhamos sempre juntos no planejamento e na criação da UnB. Assim foi porque era da natureza lúcida e generosa de Mestre Anísio esta capacidade de questionar e continuar questionando sempre a si mesmo e a todos sem permitir jamais que as discordâncias se convertessem em conflito paralisador da ação que explorasse as possibilidades de fazer o que era praticável.

Além de Anísio, muita gente mais pôs o ombro no andor. Tantos, que se eu tivesse de lembrar os nomes dos que mais cooperaram, seria preciso citar mais de uma centena. Com efeito, este foi, aproximadamente, o número de intelectuais, pensadores, artistas, professores que integraram as comissões gerais que debateram as formas alternativas

de organização que se ofereciam à nova universidade, e as equipes especializadas que programaram a implantação de cada um dos seus órgãos. Por isso mesmo é que eu gosto de dizer - e o faço com toda convicção - que a UnB foi e é ainda o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira. Efetivamente, de 1959 a 1961, a criação da UnB foi a questão cultural mais séria, mais desafiante e mais empolgante que se colocou diante da intelectualidade do País, que via nela sua meta e sua causa.

O que me aproximou inicialmente de Juscelino Kubitschek e permitiu que, depois, eu tivesse um papel no planejamento da Universidade de Brasília foi, provavelmente, a forma meio desastrada com que interferi na discussão do projeto da criação da nova capital. O fato ocorreu em virtude da minha participação num programa de televisão que alcançou repercussão na época, no qual opus objeções à fundação da nova capital com base no conhecimento direto que tinha do Brasil Central. Argumentava, ali, polemicamente, que uma cidade moderna plantada nos descampados de Goiás só interiorizaria a si mesma. Acrescentava que Brasília não iria desbravar nada, uma vez que a região em que se pensava implantá-la fora ocupada há séculos, ainda que ralmente. Primeiro, por bandeirantes que exploraram os escassos ouros de Goiás, e até fundaram cidades que sobreviviam dentro do futuro Distrito Federal. Depois, por criadores de gado pé-duro em imensos latifúndios que lá estavam estiolando no atraso. Para dinamizar aquela região e chamá-la a integrar-se no Brasil moderno seria preciso orientar para lá outros povoadores estruturados em novas bases agrárias. Ponderávamos, por fim, que, para tanto, em lugar de construir uma

cidade-modelo, o que se devia era retomar os planos de *Couto Magalhães* que, no século passado, propunha um projeto melhor de ocupação do interior do País.

Fazendo meu o velho projeto, dizia que o recomendável seria abrir um sistema de represas e canais que ligasse o sistema fluvial Araguaia-Tocantins ao Paraná-Uruguaí, vinculando, assim, através de uma imensa rede navegável, Belém do Pará, no norte, a Buenos Aires, no Sul, para criar o equivalente a uma segunda costa brasileira. A população seria atraída e fixada ali através da abertura de uma frente de colonização para propriedades de 50 a 100 hectares, desapropriando-se para isso uma faixa de 100 km em cada margem dos referidos rios. Este projeto grandioso - por certo mais grandioso do que Brasília, dizia - era, além disso, mais orgânico e conseqüente do que a transladação da capital federal.

A verdade que todos sabemos agora, mas eu não percebia então, é que o projeto presidencial, por deficiente que fosse, era politicamente viável naquela conjuntura concreta, enquanto minha proposição não passava de uma desejabilidade meramente virtual. Por outro lado - como se tornou evidente para todos e para mim também - a criação da nova capital, articulando rodovariamente as diversas regiões do país, ataria a sociedade brasileira de hoje tal como o ouro das Minas Gerais unificou a sociedade colonial. E talvez até criasse bases políticas para que no futuro - quando? - se abrissem os sertões do oeste brasileiro à nossa população rural faminta de terras numa espécie de faroeste nativo. Só vem ao caso recordar aqui aquelas antigas falas

televisivas, porque elas me aproximaram, ainda que negativamente, de JK, uma vez que passei a existir para ele. Sobretudo, depois que aderi à idéia de Brasília.

Eu trabalhava, então, no Ministério da Educação e ajudava, eventualmente, os assessores de Juscelino Kubitschek. Minha tarefa junto à Presidência era a redação dos capítulos referentes à educação na mensagem presidencial. A minha função principal, fora disso, era a vice-direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério de Educação, junto com Anísio Teixeira. Também junto dele, eu participava ativamente da campanha nacional de defesa da escola pública, desencadeada pela discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que transitava no Congresso. Lutávamos para que ela tivesse uma orientação democrática, e não a feição elitista que lhe queria dar a direita, orientada pela Igreja Católica, liderada, então, por Carlos Lacerda.

Em razão daquelas relações governamentais e destes vínculos com os problemas educacionais, é que surgiram condições para que eu viesse a ser encarregado de projetar a Universidade de Brasília. Inicialmente, sem ser incumbido oficialmente disto, passei a me preocupar com o problema porque, colaborando com Anísio no planejamento da rede do ensino primário e médio que se ia instalar na nova capital, comecei a cogitar do ensino superior. Procurei, então, interessar meus amigos *Vitor Nunes Leal*, chefe da Casa Civil, e *Cyro dos Anjos*, Subchefe, na idéia da criação na nova capital de uma universidade tão inovadora no plano cultural quanto o era a própria Brasília no plano

urbanístico e arquitetural. A tese acabou interessando o presidente, sobretudo depois que Vitor lembrou-lhe que Thomas Jefferson pediu que só se consignasse em seu túmulo que ele fora o criador da Universidade de Virgínia.

O certo é que, já nos idos de 1958, fui estimulado a levar adiante os estudos que conduziram à criação da UnB. Afinal, em julho de 1960, o presidente criou por decreto uma comissão especial encarregada de projetar a Universidade de Brasília. Fui nomeado presidente; os outros membros eram Oscar Niemeyer e Cyro dos Anjos.

Pensando bem, naquela altura, nada me qualificava especificamente para este encargo. Exceto, talvez, algumas carências pelo papel motivador que elas podem ter representado. Não havendo estudado em universidades estrangeiras, não fui colonizado culturalmente, nem me embasquei. Não tendo sido socializado debaixo do velho regime catedrático - mesmo porque minha carreira científica foi mais de pesquisador do que de professor - não conheci servidões acadêmicas, e, em consequência, podia atuar como livre-atirador no campo universitário. Sendo um inciente, no dizer de Mestre Anísio, eu tinha coragem de ousar, porque não me via tolhido, como ele, por uma erudição frondosa, tão informada de toda a experiência universitária mundial que tudo precisa sopesar detidamente antes de tomar qualquer decisão. Afinal, sendo um descontente com a universidade, com a sociedade e com a Nação, tal qual elas eram e são, o que me movia e incitava era sempre o impulso de mudar, nunca o de conservar.

Enfrentamentos

Nesta reconstituição dos passos que conduziram à criação da Universidade de Brasília, cabe recordar que ela suscitava hostilidades rancorosas e encontrava poderosa oposição. A mais importante delas, porém, era praticamente muda, porque sendo constituída pela elite intelectual mais conservadora e pelo professorado universitário mais reacionário - todos áulicos e suspeitosos de sua própria mediocridade - contentava-se com uma oposição de intrigas, sem a coragem de manifestar-se expressamente contra a nova idéia de universidade.

Mais trabalhosa foi a oposição franca e desabrida de *Israel Pinheiro*, o grande condutor da edificação da nova capital, que dizia a quem quisesse ouvir que, a seu juízo, era preciso afastar a qualquer custo de Brasília duas ameaças terríveis: as manifestações estudantis e as greves operárias, que poriam a perder todo o esforço de interiorização da capital. Tratava-se de um adversário difícil. Além de competente como coordenador de grandes obras públicas, Israel era um homem terrivelmente obstinado e agressivo. Tanto que manteve sua oposição muito tempo depois de publicado o referido decreto, procurando aproveitar cada oportunidade que se oferecia para torpedear a iniciativa. Sua última tentativa de impedir a criação da UnB - esta na forma de adesão - foi outorgar-lhe para a edificação do *campus* um terreno que ficava a seis quilômetros de distância de Brasília. O que exilaria a Universidade, já que se tornara impossível impedir que fosse criada.

Como se vê, foi necessária muita tenacidade para que tivesse cumprimento o decreto de JK mandando elaborar o plano de estruturação da universidade, e mais ainda, depois, para levá-lo à prática. Quando saiu o decreto, já estava muito avançado o planejamento da UnB, cujo plano diretor pôde ser prontamente publicado juntamente com apreciações redigidas por diversos intelectuais. Em conseqüência, a UnB, antes mesmo de existir, começou a exercer um papel importante ao se converter no principal tema dos debates dos universitários brasileiros. O referido plano veio prover os meios universitários das bases que lhes faltavam, até então, para promover um vigoroso movimento de reforma universitária. Primeiro, porque proporcionava um diagnóstico objetivo e uma autocritica severa, como nunca se tinha feito antes, sobre a situação precaríssima das nossas universidades. Segundo, porque oferecia um plano alternativo de organização de uma universidade planejada racionalmente, o qual funcionando como uma tábua de contrastes, permitia à comunidade universitária brasileira ver-se a si mesma com objetividade. Desencadeia-se, em conseqüência, um movimento nacional de intelectuais, professores e estudantes, que reclamava uma reforma universitária, argumentando contra o absurdo que representava manter uma universidade obsoleta numa sociedade que se esforçava por superar o atraso social e cultural através de uma reforma agrária e da construção da exploração estrangeira.

Através destas discussões que se irradiaram imediatamente por todo o País, o projeto da Universidade de Brasília se difundiu enormemente, convertendo-a no

que ela foi e no que ela é, fundamentalmente: a cristalização, como utopia concreta, das aspirações mais profundas da intelectualidade brasileira, particularmente da comunidade científica nacional.(1)

Nunca antes no Brasil a universidade se vira a si mesma tão calorosamente. O resultado desta polêmica foi a radicalização total entre os partidários da nova universidade - que eram todos os estudantes e os melhores professores - e os que se opunham a ela, em defesa da quadrática catedrática de pequenas glórias acadêmicas e de antigas posições hegemônicas no controle do ensino superior, como a da Igreja Católica.

Neste ambiente de polêmica começaram a surgir novos obstáculos à concretização da UnB nas bases em que ela fora planejada. O principal deles surgiu quando um bispo muito prestigiado procurou JK para comunicar que a Companhia de Jesus aspirava criar em Brasília uma Universidade Católica. O golpe foi tremendo. Convenceram o Presidente de que em Washington, capital de um país protestante, a principal universidade era católica. Argumentava-se, ademais, que os jesuítas estariam dispostos não só a carrear recursos próprios para Brasília, mas sobretudo a destinar seus melhores quadros à criação de sua nova Universidade Católica. Eu soube do desastre pelo próprio JK. Ele me disse que entre as duas universidades - a nossa e a jesuítica - ele lavava as mãos. Lavava nada, sabia eu. Já estaria é do outro lado. Só não queria dizê-lo expressamente para não criar ressentimentos entre os intelectuais que se haviam mobilizado com o projeto e estavam cada vez mais entusiasmados com a

idéia de instituir-se uma universidade efetivamente inovadora na nova capital.

Grande foi, em consequência, o nosso desengano ao ver que, provavelmente, nossa universidade sonhada jamais se concretizaria no mundo das coisas. Não me desesperei totalmente porque antevi, logo, a possibilidade de uma aliança salvadora com os *Cães de Deus*, opositores tradicionais da Companhia de Jesus. Procurei, para isso, *Frei Mateus Rocha*, que era, então, o geral da Ordem Dominicana, e expus lealmente o problema que se apresentava à inovação e à reforma da universidade brasileira. Argumentei que havia, então, no Brasil, oito universidades católicas, quatro delas pontifícias, todas muito ocupadas em formar dentistas, farmacêuticos e bacharéis. Em lugar disso, eu propunha implantar na UnB um instituto de *Teologia Católica*, que seria o primeiro a ser criado numa universidade estatal depois da Revolução Francesa. Mas um instituto destinado a promover cursos de doutoramento em teologia, e não apenas a formar profissionais do tipo comum, como ocorria com as universidades católicas. Frei Mateus meditou alguns dias, consultou seus colegas, e afinal aceitou o pacto que eu propunha. Ele tentaria obter o patrocínio de João XXIII para a Universidade de Brasília, e, se fosse bem-sucedido, firmariamos oportunamente um convênio com a Ordem Dominicana para encarregá-la de criar um Instituto de Teologia Católica. Voltando de Roma meses depois, Frei Mateus me trouxe as obras completas de João XXIII lindamente encadernadas em marroquim vermelho com uma dedicatória: o Papa aprovava o pacto. (2)

Sobrevieram, porém, alguns descentendimentos com colegas atacados de

anticlericalismo feroz. Uns argumentavam, exaltados, contra o que consideravam um ato de oportunismo, outros nos acusavam de traição ideológica. Eu tentava contra-argumentar que ninguém podia negar à teologia categoria acadêmica. Acrescentava que o relevante é que ela não voltava à Universidade como dona - que fora o inaceitável no passado - mesmo porque a Universidade de Brasília seria regida pelo princípio de não-duplicação. Quer dizer, o Instituto de Teologia Católica não poderia criar nenhum curso que a universidade ministrasse e vice-versa, isto é, seria monopólio dele a teologia, a teodicéia apenas.

Ponderava ainda que, a meu juízo, a causa de muitas dissensões lamentáveis da nossa história estava no desencontro entre as três intelectualidades nacionais formadas em nível superior: a universitária, a sacerdotal e a militar. Trazendo primeiro os sacerdotes - depois os oficiais, como pretendíamos fazer - para programa de especialização ou para cursos de pós-graduação na universidade, se estaria começando a criar um denominador comum de compreensões coparticipadas que poderia, talvez, ampliar-se no futuro, permitindo superar aquela fonte de desencontros.

O episódio merece ser lembrado aqui porque, anos depois, quando a Universidade de Brasília foi invadida e tomada de assalto pelas briosas tropas da polícia mineira, o único dos vários Institutos que criamos que se viu destruído foi o de Teologia Católica. O ódio que suscitava era tamanho que, além de denunciar e anular o convênio da Universidade com a Ordem Dominicana, incendiaram o próprio edifício do Instituto

de Teologia que era, aliás, uma das mais belas obras de Oscar Niemeyer.

Voltando à narração dos fatos na ordem em que sucederam, recorro a cara perplexa de JK quando o procurei para contar a história e comunicar que a Igreja já não oporia resistência à criação da Universidade de Brasília nas bases que propúnhamos. Alguns meses depois - tardiamente, é certo, mas ainda a tempo - Juscelino pediu por telegrama ao Ministro da Educação que lhe remetesse o nosso projeto que seria mandado ao Congresso Nacional como mensagem presidencial no dia da inauguração de Brasília, como efetivamente o foi. Clóvis Salgado, o Ministro, ainda arranjou modos de criar uma Comissão, nela incluindo Pedro Calmon, para dar vetustez. Mas mandou ao Presidente o que ele pedira, quer dizer, nosso projeto.

Apesar de tudo, eu ainda temia tanto que JK não o mandasse à Câmara, que aproveitei um artigo que escrevia para a revista *Senhor* - a segunda carta de Pero Vaz de Caminha - para um apelo final. Fechava minha carta - tal como Pero terminara a dele - apelando a El Rey - não por um genro que não tenho - mas para não permitir que Brasília crescesse chucra, com mentalidade aurida nas pastagens de Goiás por falta de uma universidade. A brincadeira surtiu efeito.

O projeto de criação da UnB estava na Câmara dos Deputados quando Jânio Quadros assumiu a Presidência da República, o que exigiu a renovação de todos os nossos esforços junto a ele e a seus assessores - fácil e grato com Zé Aparecido e Castelinho, não tanto assim com outros -, a fim de ganhá-los para a idéia da

Universidade de Brasília. Foram ganhos. Efetivamente, poucos meses depois da posse, JQ reestruturou a Comissão de Estudos e de encaminhamento do projeto da UnB criada por JK mantendo-se na presidência.

Seguiu-se o trabalho na Câmara dos Deputados, que, apesar de orientado pela sabedoria e habilidade de *San Thiago Dantas*, encontrava resistências, especialmente por parte da oposição udenista, cujos líderes argumentavam contra a massa de recursos que se outorgava à nova universidade, contra a autonomia acadêmica que lhe era conferida e contra a independência que o estatuto de fundação lhe daria. Ainda assim, o anteprojeto conseguiu ser aprovado em todas as comissões da Câmara sem sofrer alterações substanciais. O que não se conseguia era levá-lo a plenário para aprovação final.

Esta era a situação quando - estando eu em Brasília, talvez pela quadragésima vez, sempre hospedado na casa de Cyro dos Anjos e Dona Lilita, para fazer andar nosso projeto - ocorre a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Acorri à Câmara para acompanhar dali os acontecimentos. Lá vi - depois de aceita a renúncia como um ato unilateral - seguirem-se horas de debate insofribil sobre a crise política em que o País afundara. Era evidente o temor de que, encerrando a sessão, não se pudesse talvez reabrir novamente o Parlamento. Antevi, naquela hora, nossa oportunidade longamente esperada. Procurei o Deputado *Sérgio Magalhães*, que presidia a sessão, e sugeri que pusesse em debate o nosso projeto que era, então, o décimo oitavo da Ordem do Dia. Sérgio, primeiro, exasperou-se contra o que parecia um pedido insólito. Político vivo, porém, viu logo que se tratava de uma

boa proposta. A única, talvez, que conseguisse dar vida ao Congresso naquela hora. Recomendou que eu procurasse algum líder que pedisse, do plenário, a prioridade. Convenci rapidamente o Deputado *Josué de Castro* que estava ainda argumentando sobre a conveniência de dar a prioridade requerida, quando Sérgio a concedeu e chamou a Casa à discussão do projeto da Universidade de Brasília.

Houve um momento de perplexidade, a que se seguiu, imediatamente, o alívio de todos, ao compreenderem o alcance da iniciativa. Abriu-se a discussão, e, nas horas seguintes, foram feitas dezenas de pequenos discursos assinalando a necessidade de se criar uma universidade na nova capital. Inclusive para que não sucedessem, no futuro, crises como aquela. Somente o velho Raul Pilla discursou contra, mas, na votação, o projeto de criação da UnB foi aprovado por significativa maioria.

Seguiram-se meses de batalha no Senado. Esta foi ganha graças à persistência e habilidade extraordinárias do Professor *Hermes Lima*. Entregando a questão ao PSD, com recomendação de prioridade, ele obteve, afinal, a sua aprovação. Só um senador se opôs, em discurso solene, no qual perguntava se um intelectual marxista, sendo um homem conseqüente, podia projetar uma universidade que não fosse marxista, ela também. E se o Senado da República, não sendo marxista, poderia aprová-la. Aprovou.

Dai em diante vivemos já os problemas da implantação, com a angústia de criar no mundo das coisas nossa universidade de utopia tão bem composta na lei, mas ameaçada de não cumprir-se na prática,

como ocorre tantas vezes no Brasil. Nesta instância, foi novamente *Mestre Anísio Teixeira* quem deu os passos fundamentais para pôr a Universidade de Brasília no mundo. Primeiro, aceitando o cargo de vice-reitor, para prestigiar-me como reitor, porque não querendo mudar-se para Brasília não poderia assumir a reitoria. Depois, transferindo verbas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos à Fundação Universidade de Brasília - que ainda não entrara na posse dos recursos financeiros destinados a custear a sua implantação, concedidos na lei, mas que tardariam meses a serem pagos - para que ela iniciasse suas atividades. Graças a Anísio, pois, é que nossa universidade, criada no último mês de 1961, pôde abrir seus primeiros cursos experimentais em março de 1962, ocupando, para isto, dois andares de um edifício ministerial que nos haviam cedido. Assim é que a idéia se fez coisa. Precariamente ainda, mas já anunciando naqueles começos a força do que, sendo vital, é capaz de crescer e florescer.

Os meses e anos seguintes foram inesquecíveis para quem teve o privilégio de participar deles, como professor ou como estudante. Foi toda a floração de uma universidade que se inventava a si mesma à medida que crescia, dentro de um ambiente incomparável de criatividade e de convivência grata e solidária.

A utopia vetada

Meses atrás, passando rapidamente por Brasília de volta de uma viagem a Manaus, visitei o *campus* da Universidade de Brasília, que não via há quatorze anos. Não

será novidade para ninguém que me emocioniei muito, ao rever a macega brasileira na beira do lago do Paranoá que eu conhecera tanto, substituída por gramados e arvoredos, ruas e edificações. Onde o bosque de árvores regionais que se tinha previsto? Onde os renques de buritis? Onde tanta coisa mais apenas pensada, mas que eu procurava no chão do mundo, cobrando, querendo que se tivesse concretizado por milagre?

A universidade, aparentemente, era aquele conjunto de prédios bons e ruins que eu via à luz do sol da tarde, primeiro de dentro do táxi do aeroporto, depois andando por toda a parte. Belíssimo o *Minhocão*, que eu vi nascer das mãos de Oscar e de Lelé e que tanto me esforcei, depois, para que se edificasse rapidamente, sem jamais supor que fosse tão belo. Os acessos magníficos, os amplísimos jardins centrais e laterais, lá estavam afirmando o que é arquitetura boa e sóbria. Apesar das divisões de eucatex, dos fios elétricos puxados daqui para ali, da falta de bonde elétrico, lá embaixo, ou do mau uso de almoxarifados convertidos em laboratórios e tanta bobagem mais.

Gosto de dizer, para divertir os amigos, que foi por preguiça que Oscar projetou o *Minhocão* tal qual ele é: 780 metros de comprimento por 80 de largura, em três níveis. A verdade que há nisso é só que Lúcio Costa previa no plano urbanístico do *campus* da UnB oito áreas para os Institutos Centrais, cada uma delas contando com edifícios especializados para anfiteatros, salas de aula, laboratórios, departamentos, bibliotecas, etc. No total, somariam para mais de quarenta edificações que deveriam ser projetadas e construídas uma a uma. Oscar resumiu tudo isso num edifício só,

composto por seis modalidades de construção, que permitiriam acomodar num conjunto qualquer programa de utilização. Ao fazê-lo, porém, renovava a arquitetura das universidades, dando um passo decisivo, no sentido do que viriam a ser, depois, as universidades que ele desenhou pelo mundo.

O projeto do Instituto Central de Ciências de Brasília - que todos chamamos *Minhocão* - constitui uma das melhores criações de Oscar Niemeyer. Frente a ele, ou ao que seria ele no futuro, e apenas se podia adivinhar no que estava construído em 1963, é que o Marechal Tito me perguntou, certa vez, como é que conseguíamos de nossos arquitetos que não fizessem bolos de noiva como os dele. Oscar, expliquei, fez tantos palácios que, agora, está predisposto a inventar as formas mais simples. De fato, em sua simplicidade, com grandeza, o *Minhocão* é o antipalácio; mas ainda assim, ou por isto mesmo, é um dos mais belos edifícios do mundo.

Pena que a mediocridade e a inveja tenham privado Brasília da maior parte do que Oscar projetou para a Universidade. Penso, principalmente, na Praça Maior que hoje poderia estar atraindo tanta atenção quanto a Praça dos Três Poderes. De um lado, ela abrigaria a *Aula Magna*, que seria o grande anfiteatro, cinema e teatro da UnB, mas fora planejado para funcionar como um edifício especializado para a realização de grandes congressos, a começar pela Assembléia Geral da UNESCO, que lá se reuniria em 1964. No outro lado, a *Biblioteca Central*, que seria um quadrado discreto, contrastando com a lâmina da *Reitoria*. O terceiro lado estaria coberto pelo *Museu da Civilização*, que comunicaria

Brasília e o Brasil com as civilizações que floresceram em todo o mundo, a fim de nos situar responsável e ambiciosamente entre elas. O quarto lado estaria aberto às águas e aos ventos do Paranoá.

Entre o Minhocão lá em cima e a Praça Maior cá embaixo, a universidade contaria com o grande campo do seu *campus*. Seria uma imensa concha gramada, suavemente recurvada, onde milhares de estudantes e professores, sentados, deitados ou recostados ouviriam música, namorariam, conversariam, discutiriam ou simplesmente conviveriam como membros de uma comunidade solidária, sentindo que a vida é bela e que é gostoso viver em liberdade e participando de um projeto socialmente generoso.

Outro conjunto que eu queria muito e de que nada ficou do risco original de Oscar foi o Centro Olímpico da Juventude de Brasília. Belíssimo e generoso, ele estava destinado a funcionar como uma Praça de Esportes aberta, nos fins de semana, a toda a juventude de Brasília que não pudesse frequentar os cursos da Universidade.

De tudo isso que poderia ter sido, só se salvou o Minhocão. Mas ao seu lado, quanta arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola. Meditando ali, naquela tarde, frente ao que é hoje o *campus* da UnB, eu aprendi que uma universidade não é apenas um conjunto de edifícios na tarde do cerrado goiano. A UnB é uma utopia vetada, é uma ambição proibida, por agora, de exercer-se. Mas permanece sendo, esperando, como a nossa utopia concreta, pronta a retomar-se para se repensar e refazer, assim que recuperarmos a liberdade de definir o nosso projeto como povo e a universidade que deve servi-lo.

Vi ali, claramente, que a UnB é, sobretudo, o compromisso de esforçar-se, permanentemente, incansavelmente, para ser a universidade necessária. Aquela que, ademais de construir-se a si mesma como deve ser, a casa da cultura brasileira, se faça capaz de ajudar o Brasil a formular o projeto de si próprio: a Nação de seu povo, ordenada e regida por sua vontade soberana, como o quadro dentro do qual ele há de conviver e trabalhar para si próprio.

Não pode ser outra a tarefa da universidade de uma Nação dependente no plano externo e oprimida internamente. Uma Nação cativa de elites infecundas que, não lhe permitindo nunca organizar-se para o seu próprio povo, se viu retardada na sua evolução histórica. Esta Nação frustrada é que requer da sua universidade as armas intelectuais de que necessita vitalmente para o salto revolucionário, que lhe permitirá realizar suas potencialidades a fim de integrar-se, um dia, autonomamente, na civilização do seu tempo como uma sociedade avançada, próspera e solidária.

As universidades das nações avançadas que cresceram bafejadas pelo progresso geral de suas sociedades podem descurar desta tarefa ou até renegá-la. Jamais se esperou delas que fossem a consciência crítica dos seus povos. É completamente diferente, porém, a situação dos povos que não realizaram suas potencialidades, como o nosso. Ontem, nos vimos apenas modernizados reflexamente pelas forças renovadoras da Revolução Industrial. Hoje, vivemos sob a ameaça de sermos outra vez apenas confirmados numa posição de segunda classe, no curso da Revolução Científica que está em marcha. Para nós, a universidade, não podendo ser o reflexo do

êxito - mesmo porque ele não foi alcançado - tem de ser um instrumento de superação do atraso. É de perguntar, porém, se a universidade pode representar esse papel libertário, precisamente em nossas sociedades dilaceradas por antagonismos sociais tão irredutíveis que tornaram impossível até mesmo viabilizar um regime democrático?

Estas questões situadas no âmago dos antagonismos que opõem os interesses populares aos das elites dividem inevitavelmente a comunidade acadêmica entre os que querem uma universidade caudatária, cativa e dependente no plano das relações externas, e elitista, instrumental e antipopular no plano interno; e dos que a querem autônoma e libertária. Onde e quando prevalece no poder o respeito aos interesses nacionais e populares, e a liberdade de expressá-los, a universidade, mesmo dividida, pode crescer e se afirmar no exercício de sua função crítica. Onde prevalece no poder o elitismo, a submissão e a dependência, a universidade reprimida por forças externas é também avassalada internamente pelos agentes da modernização que a subjagam em nome de valores acadêmicos tão-só para servir ao poder discricionário. Então, a universidade se vê reduzida ao exercício de funções técnicas profissionais, porque está despojada de sua alma. Debaixo da iniquidade, porém, por mais atroz que seja, sempre subsiste, na consciência dos melhores, a universidade como utopia concreta, pronta para realizar-se assim que para tal existam condições mínimas.

Isto foi o que me entrou pelos olhos naquela tarde, percorrendo o *campus* da UnB. Percebi ali, claramente, que a

verdadeira Universidade de Brasília é a utopia concreta que subsiste calada entre seus muros no espírito dos estudantes e dos professores que guardam fidelidade ao seu espírito; mas é, também, a universidade exclausurada, que vive onde sobrevivem os que a conceberam; e é, sobretudo, a que ressurgirá em quantos, amanhã, hão de reencarná-la em liberdade e dignidade.

Sem molde nem precedente

A UnB nasce sem molde anterior em que se inspirar, e até mesmo sem precedente vivo e bem-sucedido com que emparelhar, tão pobre fora a nossa experiência universitária anterior e tão infaustas as tentativas de revitalizá-la e dar-lhe autenticidade. Só nos consola dessa estreiteza pensar que a própria carência teria, talvez, dado à UnB uma liberdade de se inventar que, provavelmente, seria tolhida em um País melhor servido por universidades que realizassem satisfatoriamente suas próprias ambições.

Toda a história da educação superior no Brasil, aliás, se caracteriza pela tacanhez. Começa com os portugueses, que nunca permitiram que se abrissem cursos superiores na sua colônia, ao contrário dos espanhóis, que criaram dezenas de universidades, na América, a partir de 1536.

O Brasil veio a conhecer seu primeiro curso de nível superior depois da transferência forçada da corte para a colônia americana. Tais cursos, porém, não tinham caráter propriamente acadêmico, uma vez que correspondiam, antes, a preocupações de ordem militar. Um deles se destinava a

formar oficiais da marinha; outro, oficiais do exército; e os dois últimos a preparação de cirurgias militares. Só depois de formalizada a independência foram dados passos para a criação de dois cursos de Direito, um em São Paulo, outro em Olinda.

Quando se proclamou a República, contávamos apenas com as escolas de Medicina do Rio de Janeiro (1808) e da Bahia (1808); as escolas de Direito de São Paulo (1827) e do Recife (1854), a Politécnica do Rio de Janeiro (1858) e a de Minas, de Ouro Preto (1875). Em todas elas, apenas 2.290 jovens estudavam advocacia, medicina e engenharia, que eram as únicas carreiras oferecidas. Durante todo o século XIX, as autoridades brasileiras recusaram-se a aglutinar as escolas superiores do País em universidades. Agora, por uma razão acadêmica que era o acatamento à orientação francesista, que desde Napoleão se opunha à criação de universidades, negando a conveniência de submeter as grandes escolas profissionais a uma cúpula autônoma de coordenação. Lá, porém, se contava com a Normal Superior e outras instituições dedicadas ao cultivo e ao ensino dos ramos não-profissionais do saber, enquanto aqui não tínhamos nenhuma.

Nossa primeira instituição de ensino superior não-profissionalista, organizada para promover a pesquisa e o ensino no campo das ciências humanas surgiu fora da universidade. Foi a *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*, criada logo após a derrota da revolução constitucionalista de 1932, com o objetivo expresso de alcançar uma compreensão científica da realidade nacional, que permitisse melhor descortinar as perspectivas de desenvolvimento de São

Paulo dentro da civilização industrial. Integraram seu corpo docente alguns dos melhores intelectuais paulistas que, contando com a cooperação de diversos professores estrangeiros, principalmente norte-americanos, atraíram a seus cursos iniciais a elite empresarial e a administrativa de São Paulo. Foi a Escola de Sociologia que inaugurou no Brasil os estudos de sociologia, de antropologia, de economia, de história, de psicologia e de estatística. Regida, porém, por uma direção gerencial medíocre, ela só pôde realizar discretamente suas enormes potencialidades.

As primeiras tentativas de criação de universidades entre nós ocorrem no fim do primeiro quartel do século XX. Nossa universidade pioneira, porque foi a primeira a realizar um gesto propriamente acadêmico - a *Universidade do Rio de Janeiro*, instituída, aliás, com este propósito específico -, tinha por fim conceder um título de *doutor honoris causa* ao rei da Bélgica que visitava o Brasil para as festas de comemoração do Centenário da Independência. Depois do gesto, desapareceu.

Com respeito à criação da universidade, um passo adiante foi dado com a criação do Ministério de Educação e Saúde, seguido da *Reforma Campos*, e da aprovação dos *Estatutos da Universidade*. Incorporando os ideais dos "pioneiros de educação", o estatuto prescrevia uma estruturação não apenas profissionalista para a universidade. Apenas disto, todas as tentativas de concretizá-la foram larvares, não passando de vagos esforços por aglutinar escolas preexistentes. Como tal, não tiveram consequência prática. Assim foi até o surgimento da *Universidade de São Paulo*

(1934), por iniciativa do governo do Estado, que a instituiu de acordo com um plano orgânico de estruturação que visava a alcançar simultaneamente três objetivos fundamentais:

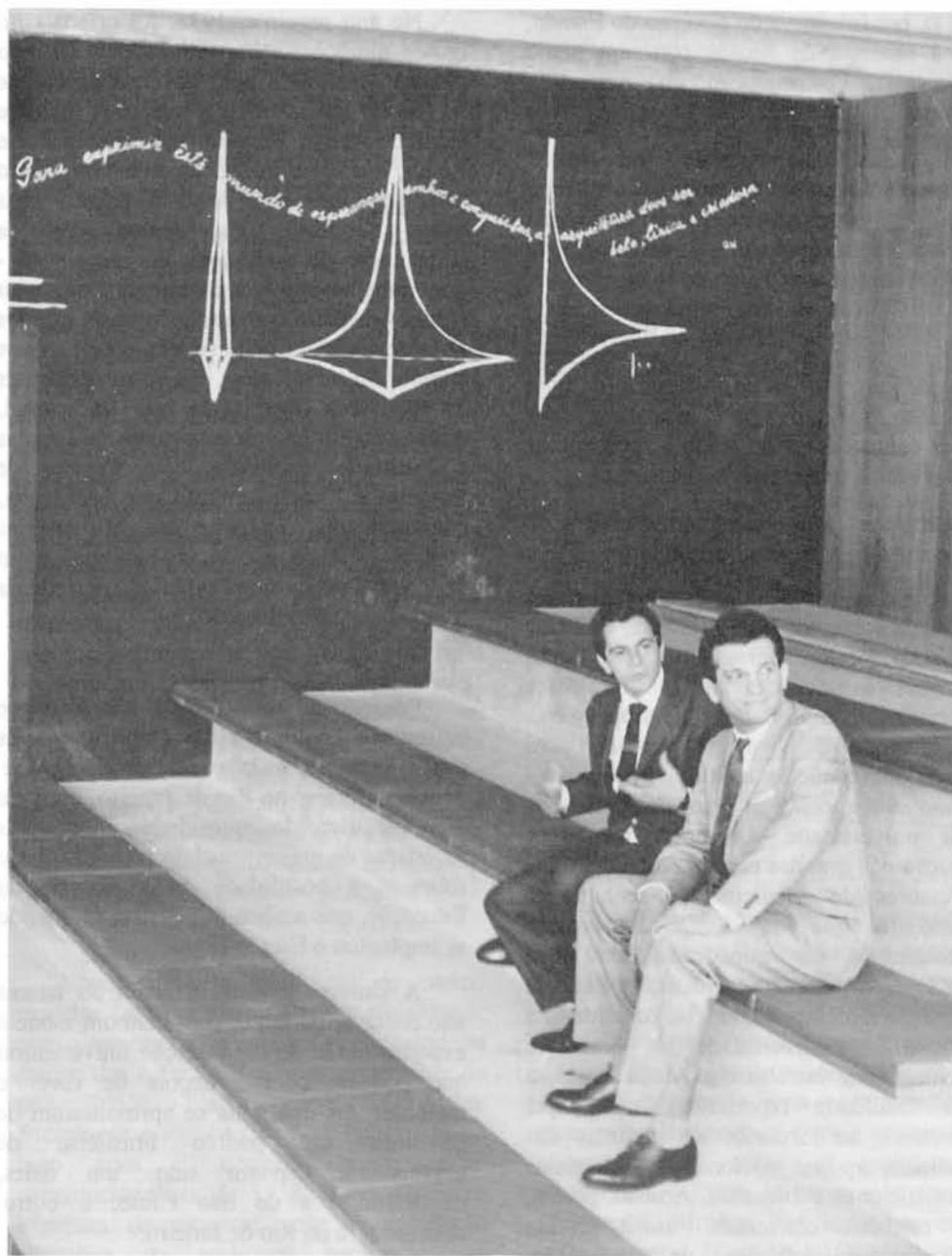
- cobrir todos os campos do saber e cultivá-los por seu valor em si, e não por sua eventual aplicabilidade na formação de profissionais liberais;
- superar o caráter de meros conglomerados de escolas das faculdades preexistentes, através da instituição de uma faculdade integrativa que articulasse seus vários componentes de modo a possibilitar uma vivência universitária fecunda;
- promover a formação universitária de professores para o ensino secundário.

A fim de alcançar estes três objetivos, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujos cursos iniciais foram entregues a uma dezena de professores especialmente contratados na Europa. Seria uma faculdade de novo tipo, planejada para operar como o núcleo central e integrativo - a *alma mater*, como se dizia na época - da nova universidade. Lamentavelmente, a oposição das grandes escolas, sobretudo dos professores de Medicina, Engenharia e Direito, a que as disciplinas básicas passassem a ser ministradas na nova faculdade, frustrou a realização daquela inspiração integrativa que teria constituído a primeira universidade brasileira organicamente estruturada. Ainda assim, a nova faculdade representou um papel importante na formação de algumas das principais equipes nacionais de cientistas sistematicamente formados. Acabou, porém, ela também convertida numa escola profissionalista: fábrica de professores secundários de ciências e de letras.

No ano seguinte, 1935, foi criada com iguais ambições a *Universidade do Distrito Federal*, instituída pelo governo da cidade do Rio de Janeiro. Sob a liderança lúcida e tenaz de Anísio Teixeira, seu organizador e Reitor, ela lutou energicamente nos quatro anos seguintes para levar à prática suas metas. Também ela contou com a colaboração de professores europeus - 16 - que trabalhavam conjuntamente com uma equipe brasileira com experiência de estudos no exterior. Seu objetivo era cobrir novos campos do saber além dos correspondentes às profissões liberais de tipo tradicional, através de um complexo sistema de Escolas e Institutos articulados com Centros de Pesquisa e Experimentação que buscariam, conjuntamente, cultivar e difundir as ciências exatas e as ciências humanas, além de tomar a si, em nível superior, o estudo da problemática de educação.

Partindo do zero, a UDF não teve que enfrentar a hostilidade das grandes escolas profissionais, como ocorrera em São Paulo. Sediada, porém, no Rio de Janeiro, e criada por iniciativa de autoridades municipais revestidas do maior prestígio popular, atraiu sobre si a hostilidade do Ministério da Educação, que acabou por destruí-la quando se implantou o Estado Novo.

A Universidade de Brasília ao nascer não contava, portanto, com nenhum modelo experimentado de organização universitária que pudesse adotar, depois de rever e melhorar. Os que mais se aproximaram de constituir um padrão brasileiro de universidade haviam sido, um deles, degradado - o de São Paulo; o outro, destruído - o do Rio de Janeiro.



Darcy Ribeiro e Celso Furtado em visita à Universidade de Brasília

que existia, então, dominador, como instituição vivente, era a chamada *Universidade do Brasil*, implantada no Rio de Janeiro pelo Governo Federal como o instituto-padrão, cujas formas de organização e de exercício da vida universitária se tornavam obrigatórios para todo o País.

Alegando, embora, estar movida pelos mesmos propósitos inovadores, a chamada Universidade do Brasil se estruturou, já, sem qualquer ambição integrativa. Era um feixe de faculdades profissionalizantes que se ignoravam solenemente umas às outras, regidas todas por uma vaga reitoria dedicada a atos solenes regados de retórica acadêmica.

Tal era a sua rigidez estrutural que cada ciência era obrigada a adjetivar-se previamente para ingressar nas faculdades e o fazia para servir não a si mesma, mas à mera ilustração nos programas de formação profissional. Em consequência, multiplicava-se exponencialmente o número de unidades de ensino de cada disciplina sem que elas jamais se aglutinassem para instituir a massa mínima indispensável para cultivar fecundamente a ciência e menos ainda para o exercício do ensino em nível de pós-graduação. Tal foi o despautério que ela chegou a contar, aí por 1960, com nada menos de trinta e seis cátedras de química, repetidas em nove escolas; dezesseis de matemática, distribuídas por sete escolas; e treze de física, dispersas por sete faculdades distintas. Esta multiplicação repetitiva, além de onerosa, era altamente inconveniente, porque se fazia confiando o ensino a professores sem qualquer qualificação específica e exercendo a docência em escolas sem capacidade de controlar a qualidade do ensino que ministravam.

A instituição desta superuniversidade, à sombra do Ministério da Educação e dentro de um regime centralista, matou as iniciativas locais fecundas, como a paulista e a carioca, para colocar em lugar delas um regime uniformemente medíocre. O que ficou desta experiência lúgubre de autoritarismo educacional foi:

- o faraonismo do planejamento do *campus* universitário, que há mais de quarenta anos vem sendo edificados nos mangues do Fundão, como a cidade universitária mais absurda do mundo;
- a degradação da faculdade de filosofia e sua multiplicação por todo o País como meras escolas normais formadoras do magistério secundário através da improvisação mais abusiva dos seus próprios quadros docentes;
- e, finalmente, a instituição de um sistema cartorial que, burocratizando a educação superior brasileira, a conduziu a extremos de irresponsabilidade e de clientelismo.

Esta *cartorização*, tantas vezes denunciada por Anísio Teixeira, consistia fundamentalmente em compendiar uma série de severas exigências para conceder a autorização federal para a criação de escolas superiores e para o reconhecimento dos títulos que elas outorgassem. Tratando-se, porém, de exigências meramente formais, seu cumprimento eram examinados com tanta complacência pela burocracia do Ministério de Educação, que qualquer político poderoso podia criar as faculdades que quisesse, tivesse ou não casas para abrigá-las, livros em que se estudasse, ou professores minimamente competentes. Em consequência, multiplicaram-se às centenas, as falsas escolas superiores, deteriorando até

níveis risíveis um ensino já muito precário. Nessa circunstância, a instituição da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil como um padrão federal, teve como efeito prático a emissão, nos anos seguintes, de dezenas de licenças para criar simulacros dela.

Era imperativa, portanto, a tarefa de repensar criticamente a universidade brasileira, a fim de avaliar a situação calamitosa de degradação autoperpetuante em que caíra e de reabrir perspectivas de renovação. A oportunidade de proceder a este balanço crítico e de promover esta inovação seria dada precisamente com o projeto de criação da Universidade de Brasília. Assim foi, porém, porque JK entregou seu planejamento não aos custódios da velha universidade, orgulhosos dela, mas exatamente aos descontentes. E porque a UnB, surgindo a partir do zero, sem enfrentar a resistência de antigos donos, pôde retomar as linhas de criatividade interrompidas em São Paulo e no Rio de Janeiro para, a partir da experiência de seus logros e fracassos, desenhar a nova universidade Brasileira.

Os planejadores da UnB estavam desafiados, como se vê, a superar a feição que assumira entre nós uma universidade inspirada em padrões napoleônicos que, ignorando até mesmo as razões de sua estruturação original na França, era, no Brasil, uma excrecência por não ser nossa nem nos servir.

Nestas condições, a tarefa inicial dos planejadores da Universidade de Brasília não podia deixar de ser a de proceder a um diagnóstico objetivo e a uma crítica descarnada da universidade brasileira

preexistente. A partir do reconhecimento de sua forma institucional e do seu modo de operação e dos seus efeitos sobre o ensino e a pesquisa é que se foram delineando as alternativas que se ofereciam para estruturar a nova universidade. Estas não surgiram, por conseguinte, de padrões forâneos de estruturação universitária, simplesmente porque nenhum deles era copiável, nem respondia às nossas necessidades. De fato, foi a partir da constatação sistemática das carências da precária universidade brasileira - da qual, antes, apenas suspeitávamos - e, sobretudo, da verificação de sua total incapacidade para atender aos requisitos exigidos do centro cultural de uma cidade capital recém-inaugurada, que se desenhou um modelo original de universidade para Brasília.

O *diagnóstico* e a *crítica* da universidade brasileira tradicional a que procedemos então assinalavam como suas características distintas:

- seu caráter de federação de escolas profissionais autárquicas e estanques, desprovidas de qualquer sistema integrativo que lhes permitisse comunicar-se, interagir e cooperar;
- sua estrutura profissionalista e unitarista que, fazendo corresponder a cada carreira uma escola, restringia ao mínimo as modalidades de formação oferecidas; submetia o saber fundamental ao saber aplicado, infecundando a ambos; duplicava onerosamente e ineficazmente os meios de ensino e de pesquisa; e disfarçava seu atraso pela imposição de currículos repletos de matérias dispensáveis e de planos de estudo de caráter ridiculamente enciclopédico;
- sua ambigüidade essencial de uma universidade colonizada e alienada que,

sendo por um lado dependente de matrizes estrangeiras e propensa ao mimetismo cultural era, por outro lado, inautêntica por sua infidelidade aos padrões internacionais de cultivo e difusão do saber, além de irresponsável na concessão de títulos e graus acadêmicos;

- sua incapacidade de dominar o saber científico e humanístico moderno, de cultivá-los através de pesquisas e estudos, de difundir-los através de um ensino de padrão razoável, e de aplicá-los na busca de solução para os problemas nacionais;

- seu elitismo, expresso tanto na política de estreitamento progressivo das ofertas de matrícula nas escolas públicas gratuitas e de qualidade razoável, como na expansão desbragada de escolas privadas de nível precaríssimo que funcionavam como empresas lucrativas;

- sua sujeição à hegemonia catedrática que entregava o controle de cada área do saber a um professor vitalício todo-poderoso, propenso a agir paternalisticamente, predisposto a escolher seu sucessor e a dificultar a formação de pessoal mais qualificado;

- sua carência de programa de pós-graduação para formar o magistério universitário, expandir as atividades de pesquisa e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira;

- seu apego aos concursos retóricos, como sistema formal de seleção de professorando; mas utilizado, de fato, para disfarçar a prática corrente de efetivação burocrática de todos os admitidos na docência;

- seu temor à prática de co-governo que, comprometendo os estudantes com a condução da vida acadêmica, os interessasse

nos problemas de organização interna na universidade e estimulasse sua participação responsável nos esforços para enfrentar as tarefas de aprimorar e democratizar a universidade, e fazê-la servir devotamente aos interesses nacionais e populares e democratizar a universidade, e fazê-la servir devotamente aos interesses nacionais e populares;

- seu pendor ao esbanjamento de recursos públicos escassos, tanto negativamente pela subutilização das disponibilidades materiais e humanas, como positivamente, pelo faraonismo das edificações e pela mania subdesenvolvida de comprar equipamentos vistosos mas dispensáveis;

- seu enclausuramento, que não ensejava qualquer comunicação extra-curricular livre e vivaz dentro da própria comunidade universitária - entre os estudantes, entre os professores e entre estudantes e professores - nem da universidade com a cidade e o País, através de programas efetivos de difusão cultural e de extensão universitária;

- seu burocratismo, que reduzia os atos acadêmicos a rotinas cartoriais; convertia os professores em funcionários nomeados por decreto; transformava os cursos em ditados enfadonhos e fazia do estudo a decoração de apostilas para provas;

- seu verbalismo, que florescia na expansão desproporcionada dos cursos jurídicos, de estudos sociais e de letras, em prejuízo das carreiras que requeriam formação científica e treinamento prático.

Este diagnóstico cru, e esta crítica voraz - os primeiros que se formulavam no Brasil com tal vigor e autenticidade - tiveram uma

enorme repercussão. Provocaram, dentro das universidades, um movimento de amplitude sem precedentes para o debate do que se começou a chamar crise universitária. Também fora da universidade, os estudantes realizaram encontros e conferências em todo o País para debater a crise e programar a luta pela Reforma Universitária.

Esta campanha, que de 1961 a 1969 só encontra oposição ativa nos catedráticos mais reacionários, não podia ser mais oportuna. Vinham de ser consagrados na nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* as linhas profissionalistas e ratificado o poderio catedrático da velha universidade, visivelmente obsoleta mas ainda poderosa. A lei de criação da Universidade de Brasília, promulgada quase simultaneamente, constituía uma exceção que dava à nova capital, tão inovadora em tudo, a liberdade de experimentar, inovar, também na organização de sua própria universidade. Desde então, existiram no Brasil dois padrões opostos de organização universitária: o obsoleto, que regulava a estruturação de todas as universidades existentes, inclusive as recém-criadas pelo governo, e o novo, que modelava a nascente Universidade de Brasília.

Nestas circunstâncias, a reforma universitária entre nós, seria, daí por diante, a luta para generalizar a todas as universidades as liberdades e responsabilidades, bem como as linhas estruturais e os modos de ação inaugurados em Brasília. Através de inúmeras vicissitudes, esta generalização acabou por se dar, mas se realizou como uma farsa. De fato, quando se promulgou a chamada "reforma universitária de 1968" e, posteriormente, todos os remendos

adispostos a ela, aquelas liberdades já vieram castradas, e aquelas renovações estruturais degradadas. O mais grave, porém, é que os velhos catedráticos e a reação acadêmica já se haviam reapossado da universidade. Em suas mãos, como era inevitável, cada inovação se converteu num escárnio, agravando muitas vezes os problemas que poderiam ter resolvido. Assim é que pululam pelo Brasil afora os simulacros dos institutos centrais; as departamentalizações de mentira; o regime-de-créditos funcionando pior que os antigos seriados; os currículos-de-curta-duração deteriorando os títulos profissionais; os falsos programas de pós-graduação falsificando a moeda acadêmica, que são os graus de mestre e de doutor. É o autoritarismo catedrático redivivo, numa sociedade e numa universidade cada vez mais gerontocráticas.

Incitações à ousadia

A liberdade que desfrutarmos para repensar radicalmente a universidade como instituição, e para projetar ousadamente a UnB, assentava-se em várias ordens de incitação. A primeira vinha do nosso profundo descontentamento frente à universidade tradicional. Estávamos todos convencidos - isto em 1958, dez anos antes, portanto, dos ventos parisienses de renovação universitária - de que a universidade que frutificou com a revolução burguesa - e que permanecia a mesma até nos países socialistas - não servia a nossos propósitos liberais. Efetivamente, a universidade inglesa e a norte-americana, assim como a francesa e a alemã, e até mesmo a soviética, além de obsoletas, eram tão rígidas,

hierarquizadas e elitistas que não nos podiam servir de modelo. Muitas delas, aliás, começavam já a revelar um crescente descontentamento consigo mesmas. A rigor, nenhuma delas ousaria apresentar sua própria estrutura como o padrão multiplicável de universidade e generalizar-se no futuro.

Não existindo, por conseguinte, um padrão internacional copiável de universidade, aparentemente estávamos, só por isto, livres para reinventá-la. Só não o estávamos, de fato, porque prevalecia até então, dominador, o poderio catedrático e a opressão da mediocridade acadêmica exercida por força da tradição numa instituição tão vetusta como a universidade. Entre nós, este poderio era encarnado por algumas centenas de catedráticos zelosos de suas regalias e, sobretudo, da regência de sua sucessão e reprodução que só podia gerar, espontaneamente, mais catedráticos medíocres, contentes com as universidades que tinham, orgulhosos de exercerem a docência superior, enfatuados de suas pequenas glórias de pretensos sábios num país de ignorantes.

Conforme assinalamos, só a criação da nova capital e o fato excepcionalíssimo de estar à frente dessa iniciativa, toda a extraordinária ousadia de Juscelino Kubitschek permitiria interromper a continuidade daquele poderio infecundo, incitando a intelectualidade brasileira a repensar radicalmente a universidade.

Outra incitação que nos movia era o desafio de fazer da Universidade de Brasília o que nunca fora universidade alguma, embora todas a pretendam. Refiro-me à

ambição de fazer um foco de autêntico florescimento cultural e artístico. Um centro de criatividade fecunda, no qual as artes tivessem condição de se expressar e florescer.

É relativamente fácil formar cientistas na quantidade que se queira. Mais fácil ainda é produzir profissionais universitários a mancheias. Pelo menos se sabe, com certa segurança, de que ingredientes se necessita e em que condições eles podem ser multiplicados, resguardando-se níveis desejáveis de qualidade.

Ninguém sabe, porém, como provocar um surto de criatividade artística. Onde e quando isto sucede, ocorre espontaneamente, com freqüência nos lugares menos esperados e, às vezes, até transcorre sem ser percebido enquanto amadurece, viceja e dura. Isto significa que não se pode programar o aparecimento de figuras de alto talento criativo que contribuam para dignificar e expressar seu povo e seu tempo. Entretanto, pode tentar-se criar um ambiente propício, se não ao seu surgimento, pelo menos à sua sobrevivência e difusão. Obviamente, alcançar esta meta mais alta nos interessava vivamente. Para tanto, a UnB estava disposta a acolher, abrigar e incentivar, em seu *campus*, quem quer que pudesse de algum modo contribuir para isso. Sua obrigação seria tão-só a de conviver na comunidade universitária.

Entre as incitações que nos moviam, estava também a de superar o utilitarismo universitário, para possibilitar aos estudantes compor livremente seus currículos e, até mesmo, dedicar-se fundamentalmente a se fazerem herdeiros do patrimônio cultural humano como

generalistas, sem a obrigação de especializar-se. Queríamos superar a obsessão profissionalista e mediocrizante dos currículos mínimos, fundados na vã expectativa de que se possa formar qualquer trabalhador intelectual com certa quantidade de créditos em disciplinas prescritas dentro de uma seqüência rígida. Não é assim. A maior parte das atividades complexas de uma sociedade integrada na civilização moderna exige habilidades tão variadas e mutáveis que não podem ser previstas nem capituladas em currículos.

A contribuição que a universidade pode dar nesses campos é cultivar inteligências acesas e exercitadas para reunir e organizar informações, programar procedimentos complexos e controlar sua execução, qualificações essas que não são redutíveis a qualquer programa de estudos utilitários ou a qualquer tipo de adestramento profissionalizante. O que fazem habitualmente nossas universidades - porque não podem fazer outra coisa em virtude de sua organização profissionalista - é obrigar cada jovem a se fazer primeiro bacharel em Direito ou Farmácia, por exemplo - armando-os, assim, de diplomas que creditam conhecimentos perfeitamente inúteis para quem não vai advogar nem aviar receitas - para depois ir prefeito ou deputado, vendedor de passagens aéreas, gerente de qualquer coisa ou poeta.

Esse despropósito agrava-se porque um número crescente de estudantes, depois de alguns anos de estudo sem chegar a graduar-se, sai da universidade para o trabalho. Embora evadidos para as estatísticas, na verdade eles saem com maior amplitude de visão e maior flexibilidade intelectual do que ocorreria se tivessem feito apenas

estudos de nível médio. Mas saem duplamente prejudicados. Por um lado, pela tolice dos que os obrigaram a optar por estudos profissionalistas que só incidentalmente contribuíram para amadurecer e avivar sua inteligência. Por outro lado, porque a própria universidade - que foi quem fracassou com respeito a eles -, ao considerá-los fracassados, só lhes permite, no máximo, trancar a matrícula para regressar, anos depois, ao mesmo estreito programa de estudos.

Ao projetar a UnB, o que pretendíamos era, em primeiro lugar, não deixar as atividades gerais informativas entregues - como ocorre hoje - à troca de idéias no convívio estudantil, às leituras ocasionais de periódicos, ou à tomada de posição nos debates políticos - mas exercê-la através de cursos de integração cultural obrigatórios em doses mínimas para todos e abertos, em doses máximas, para quem quisesse ser um generalista. Em segundo lugar, com o mesmo objetivo de ampliação dos horizontes culturais, abrir todos os cursos comuns especiais da universidade a seus egressados, a fim de que pudessem voltar sempre que se sentissem atraídos, seja para um programa de atualização dos conhecimentos de sua especialidade, seja para adquirir mais uma habilitação que lhes pudesse ser útil no setor de atividade que exercessem.

Outra incitação que nos atiçava naqueles anos brasileiros tinha o mesmo motor que desde 1918 vem acendendo movimentos de reforma universitária em toda a América Latina. Esta preciosidade renovadora tem raízes em outra inconformidade comum que é a revolta generalizada da juventude latino-americana

contra os fatores causais do atraso de nossas sociedades, assentados visivelmente no despotismo sob o qual vivemos. Muito antes de desmascaradas pela ciência as propaladas causas do atraso dos nossos países, nós já suspeitávamos de que elas não residiam em supostos defeitos inatos ou em deficiências culturais de nossos povos, mas no caráter retrógrado de nossas classes dominantes de extração colonial e escravocrata. E nos opúnhamos, em conseqüência, a uma universidade servil que se contentava em ser a matriz reprodutora desses estratos privilegiados.

Conforme se verifica, embora privilegiados e privilegiadores pelo exercício das funções de educadores dos herdeiros dos nossos privilégios, nós nos culpávamos de nossa convivência, e nos perguntávamos se não se podia criar uma universidade cujas lealdades fossem menos classistas e elitistas. Generosidade juvenil? Ingenuidade intelectual? Romantismo revolucionário? Havia de tudo isso, é certo. Mas a isso tudo se juntava certo grau de revolta contra a sociedade tal qual era, e a lucidez indispensável para antever o que ela deveria ou poderia ser. Isso é o que nos movia a querer reformar a universidade para fazê-la servir ao povo, e não apenas à sua velha clientela.

Nossa meta era, portanto, criar aquela universidade que, em lugar de apenas refletir o atraso cultural e a desigualdade social antecipasse, no que fosse possível, a sociedade avançada e solidária que havemos de ser amanhã. A universidade como instituição é o útero onde se geram as castas dirigentes e seus servidores intelectuais. Sua função precípua é reproduzir - ampliadas e até melhoradas, se os tempos são de

progresso, mesmo que este seja apenas reflexo, os quadros dirigentes. Mas nós nos perguntávamos se nossa universidade não exageraria no cumprimento deste papel. Não seriam elas mais servis e elitistas do que o necessário? Não haveria, porventura, um limiar inexplorado de autonomia que permitisse à universidade não apenas servir ao sistema, mas contribuir para alterá-lo?

Em países como o nosso, nos quais as classes deram muito menos ao povo do que seus congêneres de outras nações de economia igualmente privatista, é de supor que seja aquele limiar. Sendo assim, esperávamos encontrar modos de organizar uma universidade comprometida com o esforço de abrir a institucionalidade vigente a reformas democratizadoras, de forçar os poderosos a explorar a força de trabalho de forma menos escorchante, de obrigar o Estado a cumprir tarefas mínimas que, em toda parte, exerceu amplamente - como a expansão da educação gratuita e a assistência sanitária, por exemplo - mas, entre nós, só consegue atender mediocrementemente.

Queríamos, como se vê, a universidade melhor possível no plano científico e cultural; mas queríamos também uma universidade que, no plano social, não fosse apenas uma agência de qualificação classista, uma escada de ascensão social para as classes médias. Quiséríamos que ela não fosse, essencialmente, uma fábrica de médicos; de economistas para gerir seus bens; de dentistas para cuidar de seu sorriso. Nosso alvo era forçá-lo a formar também, e até principalmente, médicos de olhos postos na saúde pública; legisladores para as grandes reformas institucionais reclamadas há séculos; economistas para buscar a

fórmula de uma prosperidade generalizável; e, por que não, dentistas preocupados com a simples dor de dente da gente comum.

Nosso propósito, em consequência, era nada menos do que passar a limpo a universidade, refazendo suas formas de organização e de ação para que ela se capacitasse não a reproduzir dóceis elites tradicionais e modernas, mas a produzir na cidade inovadora uma gente nova de mentalidade renovada, sem nenhum complexo de inferioridade colonial e sem nenhuma subserviência classista. Por esta via, o que almejávamos era formar os quadros de que necessitamos para, a partir da reforma da universidade, reformular a Nação mesma.

Ambições maiores

Voltemos à reconstrução dos caminhos através dos quais a Universidade de Brasília se construiu e viveu seus breves anos de vida livre e autônoma. O primeiro fato a ressaltar aqui é que, naqueles anos, todos sabíamos, com certeza certa, que a nova capital, Brasília, tal como fora concebida e estava sendo criada, representava o futuro mais maduro da *cultura-Rio*.

Com efeito, foram necessárias décadas de acumulação cultural para que a cidade do Rio de Janeiro produzisse *Oscar Niemeyer* e *Lúcio Costa*. Só porque contávamos com eles é que a criação de Brasília não foi um fiasco. Quem tenha dúvida, pondere que Brasília foi um êxito total no plano político. Quando JK começou a edificá-la, apesar da oposição udenista, teve apoio imediato do Rio Grande do Sul ao Amazonas. O Brasil

estava exausto da dominação do Rio e do que percebia como uma captação abusiva de recursos do País inteiro para ostentações cariocas. Anunciada a criação de Brasília, todos sentiram, de imediato, que poderiam realizar suas potencialidades de forma muito mais completa e cabal se a capital fosse interiorizada. Houve, por isso, um grande apoio à criação da nova capital, um apoio tal que Dutra, por exemplo, poderia perfeitamente ter criado Brasília. Imagine-se, agora, o horror que seria Brasília edificada no estilo do Ministério da Fazenda, ou do Ministério da Guerra, ou do Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro. Seria um fiasco mundial!

O que salvou Brasília foi Juscelino, que tinha a grandeza necessária para, enfrentando toda a mediocridade que anda por aí, entregar a Oscar Niemeyer a tarefa de arquitetar a nova capital, fazendo dela o que é: a cidade do terceiro milênio. Reitero expressamente este crédito a JK porque seu acerto, neste caso, não foi ocasional. Antes, ele fizera o conjunto da Pampulha, quando era apenas prefeito de Belo Horizonte, enfrentando uma oposição ainda maior. Todos os que viveram aqueles tempos recordam o assombro da mediocridade mineira diante do que viria a ser os primeiros passos, hoje clássicos, da arquitetura moderna. Pior ainda, foi o azedume manifesto da religiosidade piegas, incapaz de fazer templos como os de antes, mas enfurecida contra a beleza tranqüila da igreja de São Francisco onde todos rezam, agora, contritos. Era preciso, também, ressaltar estes méritos de JK, porque eles são filhos da mesma ousadia que está na base da decisão, dele também, de não reproduzir em Brasília nossa velha universidade tão tolamente orgulhosa de si.

No plano cultural, o desafio que enfrentávamos era, pois, o de conseguir que Brasília viesse a ser, no futuro, capaz de reproduzir-se a si mesma como criação autêntica, para gerar, nutrir e sustentar projetos de igual grandeza. Só fazendo precocemente da nova capital - e, portanto, fazendo-o artificialmente - um núcleo cultural criativo, ela poderia desempenhar o papel que o Brasil pedia à sua futura cabeça política, à sua cidade-líder.

Obviamente, só uma universidade poderia exercer este papel. Mais que isto, somente poderia fazê-lo uma pan-universidade nacional, que cobrindo todos os campos do saber, fosse capaz de prover à nova capital, a curto prazo, a necessária massa crítica de concentração cultural. Só uma universidade assim poderia selecionar, contratar e levar para o centro do País a vasta equipe cultural indispensável para garantir que a cidade-capital amadurecesse rapidamente como centro intelectual florescente e livre, capacitado, por isso, a conviver com as cidades tradicionais e a atender aos desafios do desenvolvimento cultural do Brasil.

A segunda ambição da Universidade de Brasília, fundamentalmente relacionada com esta, era a de proporcionar aos órgãos públicos toda a vasta assessoria competente e livre de que eles necessitam. Com efeito, numa cidade como o Rio de Janeiro, aqueles órgãos contam com uma imensa assessoria informal e indireta. Qualquer membro do Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo pode encontrar, em minutos, um grande especialista mundial em percevejos, helicópteros ou no que quiser. Como seria no cerrado de Goiás? Lá somente

encontraria percevejos mesmo ou, talvez, carrapatos e fabricantes de carros de boi.

Como reunir ali, prontamente, todos os especialistas nos vários campos do saber, capazes de assessorar adequadamente o poder, quando este fosse chamado a tomar deliberações urgentes e cruciais que dependessem de informação científica ou técnica atualizada? Só uma universidade, cobrindo e dominando efetivamente toda a amplitude do saber humanístico, científico, técnico, artístico e profissional, poderia exercer as funções de assessoramento que numa cidade antiga e ilustre se encontra à mão.

É de assinalar, porém, que esta função só poderia ser cumprida, de fato, por uma universidade livre. Somente uma universidade que selecionasse e regesse seus corpos de especialistas com base no princípio da liberdade docente e do autogoverno poderia emitir pareceres não só competentes mas, também, autônomos. É notório que isto não ocorre com especialistas burocratizados ou submetidos a uma hierarquia militar. Só o universitário, no gozo da liberdade docente, não estando jungido a chefaturas nem subordinado a patentes, pode dar uma opinião confiável, como só o é a de um homem livre que não possa ser premiado nem punido por suas idéias.

Vê-se, assim, que a liberdade docente é crucial tanto para garantir ao professor o requisito indispensável ao exercício eficaz de sua função acadêmica, como para que o poder público nele possa confiar como um consultor efetivamente respeitável. Quando a universidade é avassalada, e o seu regime interno se assemelha ao da caserna, não é,

portanto, somente a comunidade acadêmica que se estiola e degrada. É também o poder público que se vê deserdado, porque, em lugar de sábios livres, conta com docentes assargentados; em lugar de pareceres autônomos, escuta cochichos áulicos que são ecos das vozes do poder.

Assim é que a UnB foi pensada, desde o primeiro momento, como um órgão de assessoramento público revestido de duas características fundamentais. Por um lado, a alta qualificação científica e, por outro lado, a completa liberdade docente e a perfeita autonomia acadêmica. Ela não poderia, por isto, ter nenhuma hierarquização interna que não fosse a dos títulos e graus acadêmicos, nem sofrer qualquer sujeição externa que coagisse seu auto-governo. Este é um imperativo inelutável para a universidade, porque, por mais sábios que sejam os seus sábios, se estes sábios tiverem uma corrente amarrada nos pés, se estes sábios estiverem com medo, mal servirão como professores, não servirão absolutamente como assessores livres, e menos ainda para o exercício da função crucial de consciência crítica da Nação.

Assim chegamos à terceira ambição da UnB, que era a de fazer-se um núcleo de amadurecimento da *consciência crítica* nacional, através de uma atenção privilegiada aos programas de estudo mais capazes de instrumentá-la cientificamente e de sustentá-la ideologicamente. Tratava-se, pois, nada menos do que contrapor-se à orientação corrente da universidade tradicional que, quando muito, deixa entregue ao espontaneísmo da generosidade juvenil o tratamento dos problemas nacionais e sociais que mais afetam a sociedade. Em consequência, estávamos

desafiados a encontrar as formas de organização mais propícias ao debate das questões de que foge, apavorada, a intelectualidade oficial e, sobretudo, a acadêmica. Entre elas, a análise das causas efetivas do desempenho medíocre do Brasil dentro da civilização industrial e das ameaças que pesam sobre nós de continuarmos trotando, na história, como uma nação subdesenvolvida na futura civilização.

Não havendo forma de focalizar estes temas, senão pela análise acurada dos seus fatores causais, a UnB teria que aceitar a responsabilidade de encarar seriamente seu estudo. Cairiam, portanto, em sua área de interesses científicos prioritários, tanto o exame crítico do papel da dependência externa, como da função das classes dominantes nativas na implantação e na perpetuação da ordem social retrógrada em que o Brasil vive.

O caráter eminentemente político destes temas teria, naturalmente, o efeito de politizar a universidade, o que, de resto - como assinalou alguém -, não seria mais do que contrapolitizá-la, uma vez que ela sempre foi e ainda é uma instituição essencialmente política. Como, porém, a universidade não admite jamais que contribua tanto manifesta quanto veladamente para a perpetuação do *status quo*, sua politização de sentido inverso seria tida hipocritamente como a negação da neutralidade acadêmica e, até mesmo, da objetividade científica.

Esta era, todavia, uma opção inevitável para a UnB naqueles anos iniciais da década de 60 - anos da Revolução Cubana, de João XXIII e do J.F.Kennedy dos primeiros

tempos de nossa ilusão -, no curso dos quais a maioria da intelectualidade brasileira não-acadêmica alcançara um nível tal de conscientização política e de agudeza crítica que sua causa era já a sociedade nacional, e sua lealdade se voltara para a defesa dos interesses populares, recusando-se a continuar no papel de serviçais da velha ordem. Neste ambiente, o que todos reclamávamos da nossa universidade nascente é que ela viesse a ser o que nenhuma universidade fora jamais: o centro nacional de reflexão e de estudo que nos ajudasse a amadurecer uma consciência crítica capacitada a ver o Brasil como problema e a buscar as linhas de ação que permitissem ao povo brasileiro realizar suas potencialidades secularmente coactadas.

Frente a estas ambições militantes que, sendo mínimas com respeito aos desafios que enfrenta a sociedade brasileira, eram, entretanto, máximas em relação ao que as classes dominantes consideravam seus interesses irredutíveis, abriu-se um fosso entre nós e os custódios da velha ordem. Sobreveio, então, o golpe de estado, derrubando o governo a cuja soma se podia ambicionar tanto. É de assinalar, porém, que ele não caiu por suas deficiências múltiplas: foi derrubado em razão de suas qualidades. Fundamentalmente pelo temor de que se concretizassem as reformas que levávamos a cabo. Entre elas, a reforma universitária, que tinha o seu plano-piloto na Universidade de Brasília.

É explicável, por conseguinte, a animosidade que provocamos. Aquela universidade, nascida do otimismo da era de Juscelino, do reformismo da era de Jango e do utopismo dos melhores cientistas brasileiros - que podendo antever o Brasil

que pode ser, desesperaram-se com o Brasil que é - não era compatível com nenhuma ordem ditatorial de objetivos antinacionais e antipopulares. A verdade inteira é que a UnB não era domesticável por nenhum sistema regressivo e repressivo. O contexto político que corresponde a ela, como atmosfera em que pode respirar e viver, é o da democracia. Isto porque só em liberdade ela poderia e poderá devotar-se ao povo brasileiro com a capacidade de servi-lo não no que ele é - ou fizeram dele -, mas no que há de ser, por sua própria vontade e esforço.

Uma universidade assim, livre e libertária, só pode sobreviver numa ordem democrática. Quando, subvertida a institucionalidade constitucional, tomou-se do povo a liberdade de buscar os caminhos de sua própria emancipação - precisamente porque ele os estava encontrando -, os custódios da regressão tiveram que reprimir todos os que se opunham à nova ordem e, entre eles, naturalmente, também a UnB. Por um tempo pensou-se que ela também pudesse ser submetida, silenciada e aquietada como o foram todas as outras universidades. A tentativa foi feita e até então bem-sucedida como o poderia ser - é a era de Zeferino Vaz -, mas logo se viu que os donos do poder só podiam admitir universidades servis. E se viu logo, também, pela reação dos seus professores, que aquela nossa Universidade de Brasília não aceitaria ser castrada. Quando destituíram, em 1965, alguns professores acusados de subversão, com eles se foram quase todos os demais num ato de demissão coletiva que não teve paralelo em nenhuma universidade brasileira. Frente à altivez do professorado da UnB, só restou ao deseducador com méritos de aio doméstico, recrutado pela ditadura para liquidar a Universidade de

Brasília, pôr-se a procurar não quadros de reposição, que não existiam, mas quem se animasse a simular competências mínimas para continuar ditando os cursos interrompidos, diante de estudantes perplexos. A história posterior é a do passo da claudicação acadêmica à repressão policial que submeteu a UnB ao regime castrense que ela sofre até agora.

Quando, amanhã, o Brasil - e dentro dele a Universidade de Brasília - conquistar a alforria para retomar o comando de seus próprios destinos, precisaremos recordar estes dias trágicos da travessia do túnel da iniquidade. Entre eles, principalmente, o da invasão de 1964, em que, depois de assaltada por tropas motorizadas, a UnB teve diversos professores presos levados a um pátio militar para serem ali desnudados e assim humilhados por toda uma tarde. Este quadro de um magote de professores gordos e magros, velhucos, uns secos de carnes, outros barrigudos, esqueléticos, dois deles enfermos, todos nus num pátio policial não deve ser esquecido jamais: *é o dia da vergonha*. Será preciso recordar igualmente a demissão de 1965 quando, acompanhando solidários os quinze expurgados, duzentos e dez professores deixaram a Universidade de Brasília, a cidade, e a maioria deles o País. Também não deve ser esquecido este episódio histórico: *é o dia da diáspora*.

Vocação Científica

A verdadeira vocação da Universidade de Brasília - nela inculcada pela *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* - era ser uma universidade completa que cobrisse, pela primeira vez em nossa história, todos e cada um dos campos de saber, com a capacidade de cultivá-lo, de

aplicá-lo, e de ensiná-lo. Expressávamos esta vocação dizendo e reiterando que a UnB devia-se a duas lealdades: *a fidelidade aos padrões internacionais do saber e à busca de soluções para os problemas nacionais*.

É incrível, mas ainda nos anos 60, no Brasil, não se podia dizer de nenhuma universidade que ela tivesse coberto efetiva e competentemente todos os campos do saber - e agora, já se poderia? - tampouco se podia afirmar que qualquer delas tivesse seus núcleos de pesquisa mutuamente complementares e integrados num sistema interativo e interfecundante.

O que tínhamos, então, como expressão do saber universitário, era principalmente eruditos veneráveis, cientistas diletantes e pesquisadores façanhudos. Senão vejamos. Aquela docência de *veneráveis* era representada por professores gravemente atacados da pior enfermidade do espírito que é a erudição. Fazendo do saber um ato de fruição gozosa, eles se deliciavam onanisticamente em ler e reler velhos e novos textos prestigiosos. Sem qualquer noção de problema, porém, e sem nenhuma criatividade, viviam do êxito fácil alcançado ao embasbacar otários com citações, preferivelmente em latim, de autores que seriam seus pais intelectuais se conhecessem deles mais do que aquelas frases soltas. Ao contrário dos clássicos, porém, que, no seu tempo, tiveram olhos para ver seu mundo e gosto para entendê-lo artisticamente, nossos eruditos, cegos ao seu País e deslocados do seu tempo, eram rigorosamente órfãos e infecundos.

Os *cientistas diletantes* não eram mais do que inocentes amadores, às vezes até

interessantes de ouvir, como pode ser curioso ler livros de divulgação científica. Para eles a ciência era um exercício engenhoso, uma espécie de charadismo ou de quebra-cabeça moderno. Multiplicados aos milhares, sobretudo nas faculdades de filosofia, estes autodidatas - médicos convertidos em biólogos, farmacêuticos feitos químicos, engenheiros declarados matemáticos, advogados a sociólogos, sacerdotes travestidos de antropólogos, psicólogos ou pedagogos - eram a figura e a voz da ciência para seus pobres alunos abobalhados.

Mais grave era o caso do grande número dos nossos *pesquisadores façanhudos*, porque eles eram tidos como sérios, por haverem a duras penas conseguido a façanha de alcançar uma formação científica regular, ainda que só o fizessem para depois se dedicarem a uma rotina científica mimética e infecunda. Este era o caso, por exemplo, de um bioquímico de excelente qualificação numa universidade sem biologia nem química. Ou de um biofísico de bom padrão internacional perdido, escoteiro, sem colegas, sobrevivendo como pesquisador também por milagre. Estes "milagres", aliás, não eram ocasionais. O que os tornava possíveis era a servidão dos próprios cientistas. Existindo soltos entre nós, eles de fato estavam vinculados às universidades estrangeiras de que eram, aqui, meros agentes. Suas verdadeiras funções são, em primeiro lugar, a de ampliar a rede científica dos Países ricos com bases tropicais de apoio a seus programas nacionais de domínio, aplicação e apropriação do saber científico e técnico. E em segundo lugar, a de promover a *modernização* de nossa universidade, formando novos quadros de cientistas

basbaques, tão predispostos como eles a aceitar tutelas de mestres estrangeiros, como a exigir tudo de seu País, sem nada dar em troca. Consideravam que só por existirem neste mundo subdesenvolvido mereciam ser gratificados e cultuados. Em sua alienação, só estavam atentos aos temas que se cultivavam lá fora e só eram fiéis aos métodos e às linguagens que estivessem em moda no estrangeiro. O defeito pior deste parco saber científico com que contávamos é que ele não era nosso, nem estava a nosso serviço.

Isto ocorria e ocorre ainda até no campo das *ciências humanas*, que, por sua própria natureza, deveriam estar centradas e ancoradas na realidade social de que participam e que estudam. Não é assim, porém. Lamentavelmente, em todos os campos, a maioria dos jovens especialistas forma-se ignorando solenemente os esforços de autoconhecimento realizados no Brasil. Exilados espiritualmente em seu próprio País, filiam-se prontamente às escolas de moda no estrangeiro, passando a papaguear sua linguagem, assumir suas poses, a penar suas angústias e a encarnar suas preocupações. Quando amadurecem como pesquisadores, convertem-se em verdadeiros "cavalos de santo" do sábio francês ou inglês do dia. Nem mesmo o marxismo salva-os desta alienação, porque, ao ingressar em nosso mundo acadêmico, até ele se transfigura, convertido numa marxologia exegetica que, além de escolástica, é alienante e estéril.

Em conseqüência, não há acumulação cultural no plano acadêmico, que, construindo passo a passo o edifício do conhecimento de nossa realidade, constitua um acervo que se transfira, enriquecido, de

geração a geração. Entre nós, cada geração desgarrada da que a precedeu para ser atrelada diretamente à corrente mundial de moda, perde-se para si própria e para nós, quase sempre sem chegar a servir a seus patronos estrangeiros. Nestas circunstâncias, a pesquisa que se realiza, na maior parte dos casos, serve apenas para ilustrar com exemplos locais, revestidos de bizarrice, as teses de mestres estrangeiros. Sua meta inconsciente mas efetiva parece ser a de propor uma vírgula ou, no máximo, uma nota de rodapé ao discurso de seus mentores gringos que desestimam olímpicamente estas veleidades de seus pretensos discípulos subdesenvolvidos.

O mais grave desta ciência alienada e alienante é que ela não passa de um cientificismo que, além de infiel à ciência, é também infiel ao povo. Com efeito, seu exercício não é inocente como o erudito vetusto ou o pesquisador diletante. Através dele se nega a consciência nacional, o acesso aos instrumentos da ciência para uma reconstrução cientificamente objetiva e nacionalmente motivada do nosso discurso sobre como chegamos a ser o que somos agora, sobre o destino para o qual nos encaminham pelos trilhos em que nos tangem e sobre os caminhos alternativos que se abrem ao nosso povo. Assim como, no passado, bebíamos de fontes exógenas, como a sabedoria mais sábia do mundo, as doutrinas racistas, climatéricas e outras de fundamentação ideológica da dominação colonial européia, agora comemos toda a sorte de exotismos teóricos e alienantes. Sua função é ocultar as razões reais do nosso atraso e desestimular qualquer questionamento revolucionário. O protagonista desta castração cultural é o cientificismo, pretensamente objeto e

apolítico, que vive do prestígio da ciência sem contribuir para ele.

Havia, afortunadamente, aqui e ali, em todo o País, mas principalmente no Rio e em São Paulo, tanto nos institutos extra-universitários como nas próprias universidades, um número ponderável de cientistas armados de profunda consciência crítica que combatiam, havia muitos anos, contra o mimetismo científico e a colonização cultural da universidade. A existência destes núcleos de uma comunidade científica nascente é que tornou possível a ousadia brasileira de repensar a universidade e, dentro dela, a ciência como instrumento de superação do atraso.

Graças a sua participação e, de modo especial, ao apoio da *Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências*, através de alguns dos seus principais líderes (3), é que a UnB definiu como sua mais alta vocação a de dominar a linguagem da civilização emergente, que é a ciência. Mas dominá-la não como um papagueio, e sim com a capacidade de entrar no diálogo da comunidade científica mundial e com a preocupação de melhorar a qualidade do conhecimento que tinha sobre o Brasil. Vale dizer com fidelidade à lealdade da UnB à ciência como o acelerador da história mais capaz de contribuir na luta do povo brasileiro para a superação do atraso.

O que nos propúnhamos era, por conseguinte, fazer da Universidade de Brasília aquele centro de pesquisas completo, por cobrir todas as áreas, e organicamente integrado numa estrutura unificada, que lhe permitisse operar num alto nível, tanto para o cultivo e o ensino da ciência, como para o estudo crítico dos

temas socialmente relevantes, e ainda para a realização das pesquisas de maior importância estratégica para o desenvolvimento autônomo do Brasil.

A propósito de temas estratégicos e de autonomia cultural, observo que se fala muito, hoje em dia, de *energia nuclear* e eventualmente da bomba, ainda que dessas falas já não participem as únicas pessoas capazes de versar aqueles temas. Como é notório, os cientistas foram delas excluídos para dar palavras à burocracia de extração militar ou diplomática. Esta oposição entre o poder e a ciência começa com o episódio insensato da destruição do núcleo científico que se começava a construir na UnB. Ele era, entretanto, um passo decisivo no sentido de nossa emancipação no plano científico e tecnológico. Ali se montava, com efeito, um dos principais núcleos de que disporia o País para dominar em prazo breve e previsível as ciências básicas, que são o fundamento de todas as tecnologias modernas, inclusive as nucleares. O mais desastroso, porém, é que aquela base científica não se edificou na UnB, nem tampouco em universidade alguma, pois em todas elas, simultaneamente, agravaram-se os conflitos paralisantes entre a velha estrutura acadêmica, conivente desde sempre com a reação, e as ciências. Em consequência, os cientistas foram expurgados ou passaram a ser tratados como suspeitos tanto dentro das universidades como fora, pelos tecnocratas que se apropriaram daqueles temas.

Recorde-se que a União Soviética só pôde pôr limite à breve hegemonia mundial norte-americana assentada no monopólio das armas nucleares porque contava com uma comunidade científica que, ativada, reproduziu rapidamente a bomba. O que

permitiu, mais tarde, aos chineses a tranqüilidade mínima necessária para começar a realizar suas potencialidades de maior potência da Terra nas próximas décadas foi contar, também ela, com um núcleo científico pequeno, mas de alto padrão que, requerido, produziu em tempo recorde a bomba de hidrogênio e os mísseis que, capacitando-a para a represália, permitiu-lhe sobreviver para crescer.

É notório que as comunidades científicas, seja nos Estados Unidos, na Rússia, na China ou no Brasil, têm requisitos mínimos de operatividade, entre os quais estão o respeito aos seus membros como pessoas, a independência dos seus critérios de valorização do seu próprio trabalho e a autonomia de escolha dos seus temas e métodos de pesquisa. Onde faltam estes requisitos - seja porque os pesquisadores podem ser coagidos e humilhados, seja porque se pretende tutelá-los, seja porque se quer ditar seus temas e métodos -, a atividade científica se torna inviável. Então, volta a prevalecer a infecundidade burocrática, que nada tendo a dar na busca da verdade ou na aplicação do saber, se exorbita em autoritarismo e estupidez. Isto foi o que sucedeu em Brasília, destruindo as bases iniciais do que viria a constituir o primeiro centro científico completo e interfecundante no Brasil. Sua destruição reduziu a UnB a menos do que eram nossas precaríssimas universidades. Em consequência, o País viu-se despojado daquele e de todos os outros instrumentos autônomos de superação do atraso e da dependência tecnológica de que dispunha, para recair no domínio dos mentalmente colonizados. Estes, só dialogando uns com os outros e com centros estrangeiros que lhes podem vender procedimentos e coisas,

mas nunca idéias, e menos ainda um projeto autenticamente nacional, conseguiram, com extraordinária rapidez, voltar atrás em avanços laboriosamente conquistados em décadas de esforços pela comunidade científica brasileira.

A hostilidade boçal de que foi vítima a UnB e que compeliu seu núcleo inicial de professores à ativa demissão coletiva de 1965 - deixando tudo atrás, para recomeçar a vida debaixo da suspeita no País ou no estrangeiro - foi recebida como uma agressão brutal por toda a comunidade científica, a começar pelo grande contingente de professores que aguardavam no País e no exterior o momento de se incorporarem ao núcleo de Brasília. Também a intelectualidade brasileira, que se mobilizara para apoiar a criação de uma universidade de novo tipo na nova capital, sentiu seu avassalamento como uma agressão e um retrocesso caindo na revolta ou na amargura. O mesmo ocorreu com a comunidade científica internacional, que via e estimulava a UnB como uma tentativa pioneira e ambiciosa de constituir um grupo científico maduro e autônomo no Terceiro Mundo. Alguns cientistas, frente ao desastre, falaram-nos depois amargamente do seu severo juízo sobre o caráter autoperpetuante do subdesenvolvimento, que só sendo capaz de reproduzir-se a si mesmo destrói tudo que surge dentro dele como promessa de renovação.

O novo padrão estrutural

Assim que começamos a examinar a conveniência e a possibilidade de criar uma universidade na nova capital, tornou-se evidente que não se tratava, na realidade, de

uma opção, mas de um imperativo. Criando-se uma cidade-capital no interior do País, tornara-se inevitável o surgimento ali de cursos superiores. Tratava-se, portanto, de escolher entre deixar que surgisse, espontaneamente, um sem-número de escolas superiores precárias, como as que vinham se multiplicando por todo o País, as quais em breve se aglutinariam em mais algumas universidades inviáveis; ou aproveitar a oportunidade para, com os mesmos recursos - provavelmente até com mais economia - dar ao País o novo modelo de universidade que seu desenvolvimento autônomo requeria.

A nova universidade, para alcançar os propósitos que lhe foram assinados, deveria ser estruturada de modo tal que permitisse:

- Estabelecer uma nítida distinção entre os órgãos dedicados a atividades de preparação científica ou humanística básica e os de treinamento profissional, liberando estes últimos da tarefa de formar pesquisadores a fim de permitir que cuidassem melhor do seu campo específico.
- Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações, de equipamentos e de pessoal docente, para que, concentrados numa só unidade para cada campo do saber, permitissem um exercício eficaz do ensino e da pesquisa.
- Proporcionar modalidades novas de preparação científica e de especialização profissional, atendendo a qualquer tipo de formação e de especialização profissional, atendendo a qualquer tipo de formação requerida, mediante a combinação de determinado

tipo de formação básica com linhas especiais de treinamento profissional.

- Organizar programas regulares de pós-graduação, a fim de outorgar graus de mestre e doutor de validade internacional para formar seus próprios quadros docentes e elevar a qualificação do magistério superior do País.
- Selecionar os futuros quadros científicos e culturais dentre todos os estudantes que freqüentassem os cursos introdutórios da universidade, e ali revelassem especial aptidão para a pesquisa fundamental, em lugar de fazê-lo entre os que, concluindo o curso secundário, optam "vocacionalmente" por uma formação científica.
- Dar ao estudante a oportunidade de optar por uma orientação profissional quando mais amadurecido, melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia dedicar e sobre suas próprias aptidões.
- Ensejar uma integração mais completa da universidade com o País pela atenção aos problemas nacionais como tema de estudos, de assessoramento público e de ensino.
- Constituir um verdadeiro *campus* universitário onde alunos e professores convivessem numa comunidade efetivamente comunicada tanto pelo co-governo de si mesma, como pela integração dos estudos curriculares com amplos programas de atividades sociais, políticas e culturais, com o propósito de criar um ambiente propício à transmissão do saber, à criatividade e à formação de mentalidades mais abertas,

mais generosas, mais lúcidas e mais solidárias.

- Oferecer a todos os estudantes, durante os seus dois primeiros anos de curso, tanto programas científicos como humanísticos, a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional oportunidade de fazer-se também herdeiro do patrimônio cultural e artístico da humanidade e ao futuro graduado de carreiras humanísticas uma informação científica básica.

A simples enunciação destes propósitos gerais indica claramente a necessidade de estruturar uma universidade de novo tipo, modelada com o propósito expresso de alcançá-los. Este requisito de renovação estrutural acentuava-se ainda mais em face da necessidade específica de proporcionar à nova capital os seguintes serviços:

- Abrir à juventude de Brasília as amplas oportunidades de educação superior que ela reclamaria, estendendo-as, na medida do possível, a jovens selecionados por sua capacidade de aprender, procedentes de todo o País, e a uma parcela da juventude latino-americana.
- Contribuir para que Brasília exercesse, tão rapidamente quanto possível, as funções integradoras que teria de cumprir como núcleo cultural autônomo, fecundo, renovador e capacitado a interagir com os principais centros metropolitanos do País.
- Proporcionar aos poderes públicos o assessoramento livre e competente de que careceriam em todos os ramos do saber e que, numa cidade nova e

artificial, somente uma universidade madura e autônoma poderia proporcionar.

- Abrir à população de Brasília amplas perspectivas culturais que a livrassem do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.
- Assegurar aos profissionais de nível superior residentes na nova capital oportunidades de reciclagem e especialização, através do programa de educação continuada.

Nenhuma daquelas funções gerais nem tampouco estes serviços poderiam ser providos adequadamente por uma universidade do tipo então existente no País. Se elas não conseguiam funcionar satisfatoriamente, nem mesmo nos antigos centros urbanos, nas condições de Brasília sua réplica estaria condenada a uma mediocridade ainda maior.

Respondendo a estes requisitos é que surgiu a UnB como um novo padrão de organização universitária. Sua característica distintiva assentava-se na macroestrutura tripartida de *Institutos Centrais de Ciências, Letras e Artes* dedicados ao cultivo e ao ensino do saber fundamental; de *Faculdades Profissionais*, devotadas à pesquisa e ao ensino nas áreas das ciências aplicadas e das técnicas; e dos *Órgãos Complementares*, que prestariam serviço à comunidade universitária e à cidade.

Graças a esta macroestrutura triplíce, as ciências básicas poderiam ser cultivadas nos Institutos Centrais por sua importância intrínseca, e não em razão de suas

aplicações eventuais. Por outro lado, as Faculdades Profissionais, liberadas dos cursos introdutórios e do cultivo das ciências, poderiam se dedicar melhor à pesquisa aplicada de caráter tecnológico e ao ensino prático dos repertórios dos seus respectivos tirocínios profissionais. Os Órgãos Complementares, por sua vez, converteriam as atividades de extensão universitária, que se exercem habitualmente como uma demagogia cultural, em programas concretos voltados para a elevação do nível cultural de toda a população da nova capital. Para isto contariam com os necessários instrumentos de comunicação de massa, tal como o Rádio e a Televisão, sem os quais toda a difusão educativa é vã, porque não pode competir sem os meios modernos de comunicação de massas.

Esta reforma de estruturação da UnB, baseada no novo modo de partição e na complementaridade dos seus componentes fundamentais, contrasta fortemente tanto com a organização básica da nossa universidade tradicional, quanto com a estrutura de integração que se quis adotar originalmente na Universidade do Distrito Federal e na Universidade de São Paulo. Esta última, mais avançada estruturalmente, pensava utilizar como órgão integrador uma faculdade de filosofia composta de forma mais abrangente e ambiciosa. A estrutura da UnB contrasta também, fortemente, com o sistema norte-americano dos *colleges* de estudos gerais, encarregados dos *undergraduate courses*, que se tentou copiar sem êxito na América Central e em Concepción, no Chile. Ao contrário dos *colleges*, os nossos Institutos Centrais seriam os únicos órgãos de ensino e pesquisa nas suas áreas de especialidade, e

por isso mesmo operariam em três níveis: os *cursos básicos ou introdutórios*, proporcionados a todos os estudantes; os *formativos*, destinados aos estudantes agregados ao Instituto Central depois de dois anos de estudos básicos, para se fazerem especialistas em certas disciplinas; e os *pós-graduados*, dos programas de mestrado e doutoramento.

Dentro de cada Instituto Central e de cada Faculdade Profissional, operaria uma microestrutura que substituiria as antigas cátedras por núcleos colegiados que teriam a seu cargo as práticas científicas e as atividades educativas da universidade. Com este propósito, toda a universidade fora departamentalizada, quer dizer, organizada em equipes de professores conjuntamente responsáveis pelo ensino e pela pesquisa no seu campo de saber. Cada Departamento, quando maduro, operaria no nível de graduação e pós-graduação, dedicando-se especialmente a um tema preferencial que constituiria o seu *projeto-próprio*. Neste campo, ele buscaria alcançar um nível de excelência nacional num prazo de três anos e de reconhecimento internacional num prazo de cinco anos. Como estes temas seriam escolhidos por sua importância para a autonomia cultural do País, o cultivo dos mesmos dentro dos núcleos operativos dos programas de pós-graduação da UnB representaria uma contribuição importante para o desenvolvimento nacional.

Um exemplo de *projeto-próprio* nos é dado pelo Departamento de Antropologia, que tomara a seu cargo refazer e publicar o *Handbook of South American Indians*, da *Smithsonian Institution*, que enfeixa a maior massa de informações disponíveis, até hoje,

sobre as populações indígenas brasileiras, mas que, além de raro, só é acessível em inglês. A efetivação deste projeto exigiria a realização do mais ambicioso programa de pesquisas antropológicas já empreendido no País, no qual seriam integrados os esforços de dezenas de pesquisadores para proceder a uma reavaliação total dos conhecimentos nesse campo, e para assumir a liderança no mesmo. Outro *projeto-próprio* seria a elaboração e a edição da *Bíblia de Brasília*. Para tanto, o Instituto de Teologia organizara uma ampla equipe que, a partir dos documentos originais, em hebraico, sânscrito e grego, estava refazendo a tradução portuguesa da Bíblia com o objetivo de construir um texto de validade ecumênica e literariamente gratificante, tal como os mesmos dominicanos haviam feito para a língua francesa com a chamada *Bíblia de Jerusalém*.

Para completar a descrição da estrutura básica da UnB falta consignar aqui que cada Instituto Central e cada Faculdade Profissional contaria, pelo menos, com um *Centro Interdisciplinar de Pesquisas* que coordenaria as atividades científicas dos departamentos, para somar esforços e evitar que as equipes científicas se dispersassem. Estes centros definiriam a política científica da universidade, atentos aos projetos-próprios dos departamentos, mas tendo sempre presente, na aplicação de recursos, o reconhecimento de prioridade aos temas de maior importância nacional e socialmente mais relevantes.

Os *Órgãos Complementares*, além de suas funções específicas, operariam como núcleos de treinamento em serviço para a formação profissional nos seus respectivos

campos de especialidade. Tal seria o caso dos desportos para o *Centro Olímpico*; da Museologia para o *Museum*; da comunicação de massas para o *Centro de Teledifusão*; e da editoração para a *Editora Universitária*.

A organização de ensino da UnB, tal como foi originalmente concebida, proporcionaria ao aluno formas mais abertas, participantes e eletivas de orientar-se e de compor seus programas de estudo. Já de início, ele não se inscreveria numa faculdade para fazer um curso predeterminado. A universidade apenas registraria seu propósito supostamente vocacional e o encaminharia aos cursos básicos dos Institutos Centrais. Ali, completada sua formação secundária para fazer-se herdeiro do patrimônio cultural humano no plano das ciências, das letras e das artes, ele iria, ao mesmo tempo, aprofundando o campo da especialização que elegeesse - mais matemática para engenheiros; mais biologia para médicos; mais sociologia para administradores, por exemplo - e experimentar suas próprias aptidões. Para tanto, simultaneamente com os estudos introdutórios, ele faria estágios em *Centros de Prática* da profissão que pretendesse seguir. Este seria o caso do futuro estudante de medicina, que teria um estágio de enfermagem básica e de higiene, a fim de saber por experiência própria o que é a arte médica, antes de assumir áreas doutorais. Ou do estudante de engenharia que faria estágios de mecânica e eletricidade, tanto para aprender a usar as mãos, como para experimentar pessoalmente o que é uma jornada de trabalho, antes de encarnar o papel patronal que corresponde habitualmente ao exercício das funções engenheiras.

Ao fim de dois anos de estudos básicos e introdutórios, se abriam ao estudante da UnB vários caminhos alternativos:

Primeiro, orientar-se para a Faculdade Profissional correspondente à carreira escolhida para ali completar sua formação através de dois ou três anos mais de estudos e de treinamento em serviço;

Segundo, obter em um ano a mais de estudos do próprio Instituto Central o grau de *Bacharel* para sair da universidade com uma formação cultural de nível superior a fim de ganhar a vida em qualquer setor de serviços ou da produção cujo desempenho exija uma versatilidade cultural mais alta que a secundária.

Terceiro, com o grau de *Bacharel* com menção em certa disciplina, matricular-se na Faculdade de Educação para ali, em dois anos mais de estudos pedagógicos e de treinamento prático, preparar-se para a carreira de professor secundário - na disciplina em que obteve menção - ou para se fazer especialista em educação;

Quarto, alcançado o mesmo grau de *Bacharel*, aspirar à condição de aluno *Agregado* ao próprio Instituto Central, para uma formação avançada de pesquisador estudioso no campo das Ciências, das Letras ou das Artes a que ele decidisse se devotar;

Quinto, encaminhar-se ele próprio - livremente, mas devidamente assessorado -, segundo um plano pessoal de estudos, que, combinando certo número de créditos de disciplinas básicas com outros tantos em disciplinas aplicadas, lhe proporcionasse uma formação curricular de novo tipo. Por exemplo, com base em uma formação

adequada em matemática, combinada com cursos de engenharia de computação e completada com créditos em organização escolar, se poderia formar um especialista em programação educacional.

A UnB, no plano administrativo e financeiro, foi organizada como uma *Fundação*, a fim de, liberta da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais, reger-se a si própria livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo. Para tanto, contaria com um *Conselho Diretor*, composto por seis membros, nomeados originalmente pelo Presidente da República, os quais elegeriam seu presidente, que seria o Reitor, e proporiam sua própria renovação.

Além de assegurar-lhe autonomia administrativa, a lei proveu a UnB de amplos recursos tanto na forma de terrenos destinados ao seu uso, como de verbas orçamentárias para custear sua implantação e manutenção; e ainda de bens cuja renda ajudasse o custeio de seus diversos programas. Entre estes últimos se destacava o usufruto da renda das ações da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União.

O regime de poderes da Universidade de Brasília, no plano acadêmico, seria o autogoverno, tendo como órgão superior a *Assembléia Universitária* que se reuniria, ordinariamente, uma vez por ano na data fixada no calendário universitário. Seria composta por três corpos: a *Câmara dos Docentes*, representativa dos professores; a *Câmara dos Decanos*, integrada pelos diretores de órgãos universitários; e a *Câmara dos Estudantes*, representativa do corpo discente. Os membros da Assembléia

só poderiam propor medidas previamente aprovadas pela respectiva Câmara.

As atividades docentes seriam regidas por *Congregações de Carreira*, correspondentes a cada tipo de formação universitária, as quais também se reuniriam ordinariamente, em data prefixada, para aprovar os currículos e planos de estudo, fiscalizar sua execução e eleger os orientadores estudantis de cada carreira.

A vida diária da universidade seria regida por pequenos colegiados, as *mesas executivas*, que tanto no plano reitoral, como no dos institutos e faculdades e, até mesmo, no nível dos departamentos, seriam compostas sempre por três membros: o titular do cargo, um representante dos professores e outro dos estudantes, ambos eleitos.

Estas idéias basilares de estruturação da Universidade de Brasília hoje correm mundo, inspirando a reforma de velhas universidades e possibilitando criar novas e melhores universidades por toda a parte. Eu próprio vivi delas nos meus anos de exílio, uma vez que só me qualificava para o exercício das funções de assessor na programação da reforma de tantas universidades na América Latina e em outras áreas, o que eu havia aprendido naqueles anos inesquecíveis em que ousamos, no Brasil, incitados pela criação de Brasília, repensar radicalmente a Universidade e, de certa forma, reinventá-la.

É de assinalar que não só as idéias básicas da UnB são ainda válidas. Também seus projetos e ambições são atuais. Entre eles as ambições maiores de ajudar o Brasil

a repensar-se como projeto, de institucionalizar a pós-graduação como atividade regular de pesquisa e formação e de permitir à nova capital desenvolver-se culturalmente e, sobretudo, a de exercer o papel de um centro de expressão da consciência crítica nacional. A verdade, porém, é que, sendo todas elas necessidades capitais insubstituíveis, que não foram alcançadas ali nem em parte alguma, é o próprio País que se encontra em estado de carência quanto a matérias fundamentais para o seu presente e o seu futuro.

Ascensão ao quarto nível

Um dos projetos fundamentais da UnB, larga e maduramente planejado, era o de ajudar as universidades brasileiras a dar o passo decisivo para o seu amadurecimento. Refiro-me à instituição de um sistema regular de pós-graduação, não através de programas eventuais de mestrado e doutoramento, mas de uma verdadeira ascensão ao quarto nível de educação. Isto é, acrescentar às redes de ensino de nível primário e secundário e ao terciário, que é o superior, um quarto nível correspondente à pós-graduação. Somente alcançando este nível, aliás, uma universidade passa a merecer este nome. Isto porque só com este passo ela se capacita a preparar sistematicamente seus próprios quadros docentes, libertando-se da dependência com respeito a outros núcleos universitários que os provejam. Assim é, ademais, porque só com a implantação de programas de pós-graduação pode a universidade libertar-se das formas clientelísticas e medievais de renovação dos seus quadros docentes. Entre nós, o procedimento usual era simplesmente

o paternalismo catedrático, ou seja, a escolha pelo catedrático em exercício do seu sucessor, numa reiteração anacrônica da tradição feudal do lente proprietário. Outra forma, muito prestigiosa e propalada, ainda que raramente levada à prática, era a espetaculosidade dos concursos públicos realizados como prélios de oratória. Na verdade, este apego aos concursos era apenas nominal, e se destinava a disfarçar o processo corrente de recrutamento, que era a nomeação dos professores por decreto e sua promoção e efetivação posterior, também por decreto. Em Brasília, o que pretendíamos era instituir um programa de pós-graduação dentro de um sistema integrado de formação do magistério, através da vinculação expressa dos *títulos e graus* acadêmicos com os cargos da carreira docente. Seu funcionamento ensejaria simultaneamente a ampliação das atividades científicas e a preparação maciça do corpo docente de nível superior altamente qualificado de que necessitava não só a Universidade de Brasília, mas toda a rede universitária brasileira.

Para isso, os estatutos da UnB definiam a posição inicial da carreira docente, o cargo de *Instrutor*, com uma espécie de bolsa de estudos de três anos, no máximo, concedida a um estudante de mestrado. Ao fim deste prazo, o candidato, obtivesse ou não o grau de mestre, perderia o posto, devolvendo-o à universidade para servir a outro estudante. O cargo de *Assistente* seria também submetido ao mesmo regime, sendo ocupado por um candidato ao doutorado que contaria, por sua vez, com cinco anos, no máximo, para obtê-lo. Alcançando sucesso ou não, ao fim do prazo, abriria vaga para outro candidato. Uma vez alcançado o grau, o jovem doutor poderia, eventualmente,

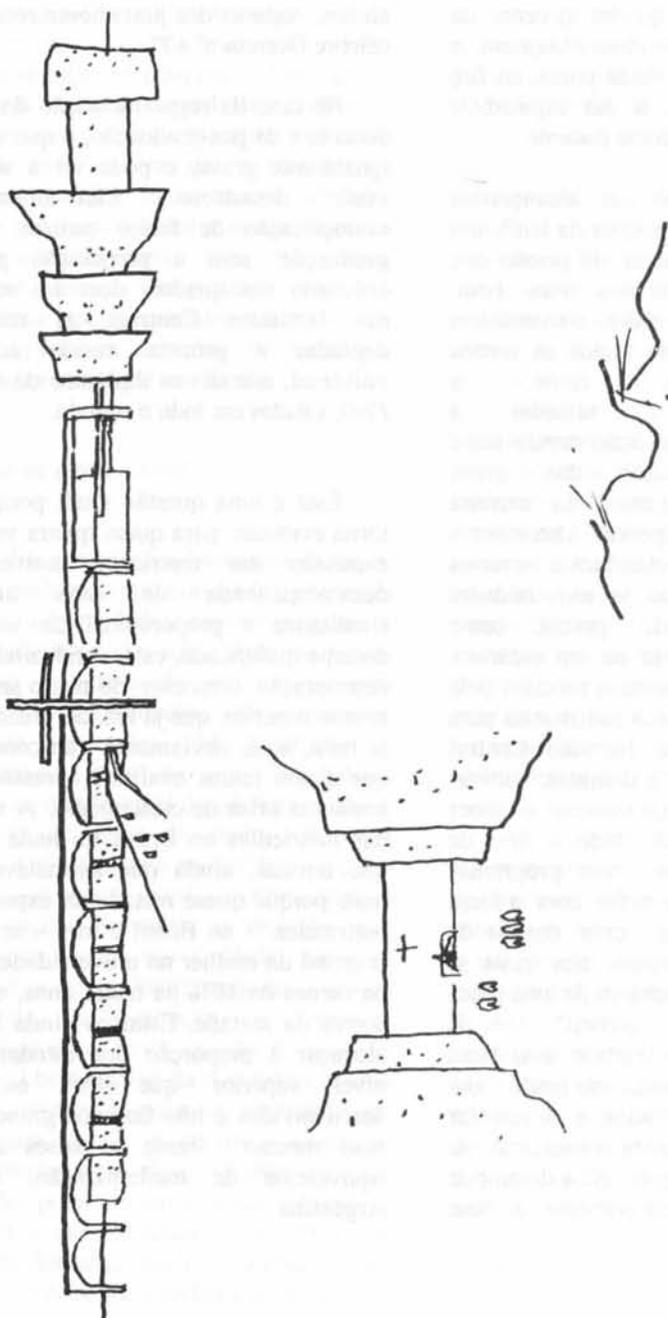
aspirar integrar-se no quadro docente da UnB na qualidade de *Professor Adjunto*, e até obter a estabilidade neste posto, ao fim de cinco anos, julgada a sua capacidade científica e a sua proficiência docente.

Dada a repercussão que alcançariam depois estas e outras inovações da UnB, um historiador ingênuo poderia até pensar que eu fui um dos educadores mais bem-sucedidos como reformador universitário neste País. O fato é que tantos os nossos Institutos Centrais, como a departamentalização e também a implantação da pós-graduação dentro deste esquema de articulação dos graus acadêmicos, com os postos da carreira docente, foram - com poucas alterações - convertidos em lei pela ditadura e tornados obrigatórios para todas as universidades brasileiras. Na verdade, porém, como dissemos antes, tratava-se de um escárnio. Nós bem sabíamos que seriam precisos pelo menos dez anos de esforço continuado para criar e amadurecer um Instituto Central efetivamente capacitado a dominar, cultivar e aplicar autônoma e criativamente o saber no seu campo de especialidade, a fim de operar, responsabilmente, com programas de pós-graduação. O que se fez, com a força e a fraqueza da lei foi criar currais de matemáticos ou de biólogos, nos quais se juntou a prata da casa, debaixo de uma placa de "instituto central". A departamentalização foi também uma farsa numa universidade mantida sob tutela, com seus professores compelidos a apresentar *atestados de ideologia* para o exercício de cargos de chefia e, às vezes, até a denunciar e mesmo reprimir policialmente a seus

alunos, submetidos juntamente com eles ao célebre Decreto nº 477.

No caso da regulamentação da carreira docente e da pós-graduação, o que se fez foi igualmente grave, e pode vir a ser ainda mais desastroso. Efetivamente, a multiplicação de falsos centros de pós-graduação, sem a preparação prévia e criteriosa dos quadros docentes superiores dos Institutos Centrais, já começa a degradar a própria moeda acadêmica universal, que são os diplomas de *Master* e *PhD*, válidos em todo o mundo.

Esta é uma questão vital, porque já se torna evidente, para quem queira ver, que a expansão das matrículas universitárias, desacompanhada de uma ampliação simultânea e proporcional de um corpo docente qualificado, está conduzindo a uma deterioração crescente do nosso sistema de ensino superior, que já era tão precário. Não se trata, aqui, obviamente - ao contrário do que dizem tantos analistas apressados - de nenhuma crise de crescimento. A expansão das matrículas no Brasil foi nada mais do que normal, ainda que assinalável, tanto mais porque quase metade da expansão das matrículas - no Brasil e fora - se deve ao ingresso da mulher na universidade, que era de menos de 10% há trinta anos, e hoje se acerca da metade. Estamos ainda longe de alcançar a proporção dos estudantes de nível superior que têm os países desenvolvidos e não fazemos grande figura nem mesmo frente a países de nível equivalente de modernização, como a Argentina.



O mal reside em que esta expansão prodigiosa e alvissareira vem se fazendo debaixo da pressão de três constrictões inadmissíveis e de efeitos catastróficos. Primeiro, porque ela não se fez nas universidades públicas, que contam com os melhores quadros docentes e mais amplos recursos materiais, mas cuja participação percentual no total de matrículas de nível superior vem diminuindo enormemente. Fez-se, principalmente, na rede privada de escolas superiores, desprovida de meios humanos e materiais e, freqüentemente, organizada como negócio lucrativo, as quais só podendo vender à sua crescente clientela um ensino de baixíssimo padrão, rebaixou drasticamente o nível do ensino superior no País. Segundo, a ausência de uma expansão paralela de programas responsáveis de pós-graduação para formar o corpo docente necessário para sustentar aquela expansão das matrículas. Terceiro, porque a ascensão ao quarto nível se deu, simultaneamente, com um fato ainda mais grave, que foi a exclusão dos quadros da universidade brasileira dos melhores multiplicadores culturais com que contávamos.

Só fazendo passar pela universidade milhares de pessoas pode-se conseguir que saltem delas figuras excepcionais como *Leite Lopes*, *Roberto Salmeron*, *Jayme Tiomno*, *Mario Schemberg* e *Elisa Frota Pessoa*, na Física; *Cristóvão Cardoso*, *Júlio Puddles* e *Isaias Raw*, na Química; *Amilcar Martins*, *Luiz Hildebrando Pereira da Silva*, *Antonio Cordeiro* e a melhor equipe de biólogos do País, que eram os dez proscritos de Manguinhos, na Biologia; *Celso Furtado*, *Jesus Soares Pereira*, *Cibilib Vianna*, *Francisco de Oliveira*, *Diogo Gaspar* e *Paulo Singer*, na Economia; *Anísio Teixeira*, *Paulo Freire*, *Almir de*

Castro, *Lauro de Oliveira Lima* e *Aluizio Pimenta*, na Educação; *Oscar Niemeyer*, sua equipe brasileira e *Villa Nova Artigas*, na Arquitetura; *A. Vieira Pinto*, *Ernani Fiori* e *J. A. Giannotti*, na Filosofia; *Florestan Fernandes*, *Evaristo de Moraes*, *A. Guerreiro Ramos*, *Fernando Henrique Cardoso*, *Octávio Ianni* e *Moema Toscano*, na Sociologia; *Júlio Barbosa*, *Hélio Jaguaribe*, *Oswaldo Gusmão* e *Leônidas Xausa*, na Ciência Política; *Eduardo Galvão*, *Carlos de Araújo Moreira* e *Marina Vasconcelos*, na Antropologia; *Heron de Alencar*, *Antônio Houaiss*, *Fabio Lucas*, *Nelson Rossi*, *Ferreira Gullar*, *Augusto Boal* e *Oswaldino Marques*, nas Letras; *Alcides de Rocha Miranda*, *Claudio Santoro*, *Athos Bulcão*, *Ceschiatti* e *Bianchetti*, nas Artes; *Paulo Emilio Sales Gomes* e *Nelson Pereira dos Santos*, na Cinematografia; *Pompeu de Souza* e *Paulo Duarte*, no Periodismo; *Waldir Pires*, *Edgar Godoy da Matta Machado*, *Ajadil de Lemos*, *Gerson de Melo Bosen* e *Rui de Souza*, no Direito; *Caio Prado Júnior*, *Nelson Werneck Sodré*, *Maria Yedda Linhares*, *Fritz Teixeira Salles*, *Eulália Lobo* e *Manuel Maurício de Albuquerque*, na História; *Josué de Castro* e *Milton Santos*, na Geografia; e centenas de outros professores, cientistas, intelectuais e artistas que, demitidos, cassados ou aposentados, foram subtraídos de universidades e centros de pesquisa ou de expressão da cultura brasileira.

Toda a vida cultural brasileira se empobreceu drasticamente com essa sangria. O efeito mais desastroso, porém, no plano acadêmico, foi impedir que os professores proscritos exercessem, no Brasil, a sua função de multiplicadores culturais, através da condução de programas de novos corpos

de especialistas. Perdemos, assim, além deles próprios, centenas de outros especialistas de igual capacidade, cuja formação eles teriam orientado, e que nos seriam indispensáveis, tanto para que o Brasil participasse da empresa mundial de elevar o nível do saber e das artes como, principalmente, para aprofundar o conhecimento de nossa própria realidade; e, ainda, para sustentar a expansão do ensino superior, elevando simultaneamente o seu nível.

Como os professores e os pesquisadores excluídos da universidade e centros de estudos por atos diretos de repressão foram seguidos por muitos outros, movidos pela revolta ou pela recusa de conviver no ambiente policialesco e oportunista que se implantou aqui depois de 1964, o número dos excluídos foi crescendo até envolver uma massa substancial dos nossos escassos quadros culturais e científicos. A maior parte deles está exercendo funções docentes em universidades e grandes centros de pesquisa de todo o mundo - os quais, ao contrário de nós, poderiam perfeitamente dispensar o seu concurso, porque contam com amplos quadros de especialistas, mas os apreciam e os querem - sob a frustração terrível do exílio.

A esta multidão de sábios expurgados e evadidos, somam-se pesquisadores, ideólogos, artistas que, embora presentes no Brasil, aqui são impedidos de ensinar ou, mesmo ensinando nas universidades, sentem-se tão atemorizados que se tornam incapazes de dar as contribuições que em outras condições estariam dando. Toda esta gente silenciada, direta ou indiretamente, está calada em prejuízo de um florescimento científico e cultural que o Brasil começou a

experimentar nos anos 60 e que se viu drasticamente crestado.

Não há dúvida de que este fato será tido, no futuro, como um dos episódios mais negros da história cultural do nosso País. Estamos sofrendo, efetivamente, uma sangria científica e cultural equivalente à que ocorreu na Espanha e que quebrou por décadas a criatividade do espírito espanhol. Uma diáspora que é muito mais grave em suas conseqüências do que o propalado êxodo-de-talentos, referente a especialistas atraídos para centros culturais estrangeiros. Com efeito, lá fora, hoje, há muito mais brasileiros expulsos daqui ou voluntariamente afastados pelas condições iníquas em que se tem que trabalhar no Brasil, debaixo do medo e da opressão, do que talentos atraídos por altos salários e melhores condições de trabalho no estrangeiro.

É doloroso constatar que, se aquele programa de ascensão ao quarto nível não se tivesse interrompido, mas, ao contrário, se generalizado, o Brasil teria, só nele, a solução dos seus problemas de expansão das atividades científicas e de renovação das universidades. Esta afirmação pode ser até quantificada. Efetivamente, acerca-se hoje a 100 mil o número de docentes de nível superior, pelo menos 75 % dos quais, incorporados à carreira docente depois da criação da UnB. Isso significa que, se cada um deles tivesse feito seriamente um curso de mestrado e de doutorado, redigindo as suas respectivas teses, e se estas tivessem a necessária qualidade e se referissem a temas socialmente relevantes, contaríamos hoje com 150 mil novos títulos que somariam mais do que tudo que se produziu anteriormente. Estes números, projetados

para as décadas futuras, quando os corpos docente e discente de nossa universidade voltarão a multiplicar-se, indicam a magnitude que teria o empreendimento de implantar responsabilmente, com o devido padrão de qualidade, a pós-graduação e a preparação do magistério brasileiro. Ele, por si só, representa mais do que tudo que podem pretender todos os institutos extra-universitários de pesquisa científica e tecnológica. Demonstra-se, assim, uma vez mais, que é na universidade que essas atividades se devem exercer preferencialmente, porque só ela está organizada para pesquisar e simultaneamente explorar as potencialidades educativas de cada projeto científico, fazendo do exercício da ciência um processo de formação de novos cientistas, de tecnólogos e de quadros profissionais especializados.

Convém recordar aqui, porém, que, se por um lado, a ascensão responsável ao quarto nível poderia ter tido todos estes defeitos altamente positivos, por outro lado, a degradação deste procedimento tem o efeito oposto. Se um desenvolvimento científico e cultural autônomo e autêntico como o que propusemos é libertário, o falso e charlatanesco que se leva a cabo pode ser até suicida, num mundo regido e conduzido cada vez mais pela ciência.

Vicissitudes

Os planejadores e edificadores da UnB não pretendiam, obviamente, implantar seu programa ambicioso do dia para a noite. Procurávamos, não obstante, ter presente, desde a primeira hora, tanto as nossas ambições maiores, como as nossas metas secundárias em cada campo da vida

universitária, porque a prefiguração do que seria a Universidade de Brasília em sua maturidade nos servia como diretriz e imã. Era o norte orientador do roteiro de passos concretos, praticáveis ali e então, mas cada vez mais complexos, que nos levariam a nosso propósito de criar a universidade necessária ao desenvolvimento cultural autônomo do Brasil.

Quando a UnB foi avassalada, estando a meio caminho nessa marcha de sua auto-edificação, tendo mais da metade dos seus órgãos por implantar - e mesmo os já criados operando em nível experimental - o que se construiu sobre os escombros foi um espantinho. Alguma coisa ficou, é certo, tanto nos estudantes que sempre procuraram dar prosseguimento às ambições da UnB, como em certa continuidade institucional e vocacional que ainda vincula a Universidade de Brasília de hoje à nossa. Gosto de pensar que, apesar de tudo, a UnB é uma forma degradada da utopia. Como tal, teria linhas mais puras e ambições mais generosas que as demais, o que a tornaria mais propensa à auto-superação. Será assim? Efetivamente, será a UnB mais capaz que outras universidades de recuperar-se nas condições brasileiras? Não sei. Apenas confio e desejo que a UnB venha a ser, amanhã, o que teria sido ontem, não fossem tantas e tão duras as vicissitudes por que passou.

Entre elas se contam desde ataques brutais e campanhas impiedosas de repressão, até extremos de boçalidade e incompetência, além de formas de conduta que a descaracterizaram e desnaturaram. Alguns projetos interrompidos em meio à transição de suas formas provisórias para o que viriam a ser, ficaram como que

estatelados no ar. Este é o caso, por exemplo, da *Faculdade de Educação*. Pensada para cultivar com a máxima ambição, como jamais se fizera no Brasil, os problemas da educação de todos os níveis, ela deveria devotar-se a seu objetivo com a mesma massa de recursos, com o mesmo zelo, com o mesmo espírito científico e o mesmo compromisso experimental com que dezenas de universidades tradicionais cultivam as ciências médicas e as engenharias, por exemplo. Não havendo sido compreendida, porém, em seus compromissos e propósitos, nossa Faculdade de Educação se viu convertida numa mera escola normal, formadora de professores de nível médio, equivalente às antigas Faculdades de Filosofia. Ignorantes do que se pretendia - ou surdos aos que poderiam dizê-lo -, os custódios da nova ordem começaram por devolver os terrenos onde seriam implantadas as Escolas Experimentais Pré-Primárias e Primárias, e com elas o próprio Centro Integrado de Ensino Médio, que já funcionava como a escola experimental renovadora da educação secundária integrada, de que o País tanto necessita. O ato corresponderia em termos de contra-senso ao fechamento de um Hospital de Clínicas modelar por uma faculdade de medicina que o julgasse dispensável. Todos os que participaram do CIEM, seja como professores, seja como alunos, o recordam como uma das experiências mais ricas de suas vidas. Hoje, desestimado e degradado, é um mero colégio de aplicação.

Outros propósitos da UnB, ainda mais ambiciosos e mais ousados, como o de superar a estrutura tubular da universidade tradicional brasileira ou de funcionar como uma universidade aberta à educação

continuada para todos que pudessem beneficiar-se dos seus cursos, foram desestimados e esquecidos, porque não podiam ser sequer compreendidos. No primeiro caso, tratava-se de superar o caráter de conglomerado dos cursos autárquicos da velha universidade, que obriga o estudante a escolher sua carreira antes mesmo de entrar na universidade e provar suas habilitações, e o compele a continuar até o fim no mesmo caminho sob a pena de perder todos os seus esforços. Em lugar disso, a UnB permitiria que, no curso dos primeiros anos, cada estudante fosse definindo seus interesses até optar entre uma centena de carreiras que lhe eram oferecidas nos diversos reinos do saber e de suas práticas.

Esta amplitude de opções correspondia, porém, a uma universidade atenta para as duas mil modalidades de especialistas de nível superior indispensáveis para o funcionamento de uma sociedade moderna. Quando, em lugar disso, ela também se viu atada à mediocridade estiolante dos *currículos mínimos* do Conselho Federal de Educação, que tudo querem reduzir a um repertório de poucas dezenas de profissões cuja formação é detalhada enciclopedicamente prescrita até o mínimo detalhe, estreitaram-se tão abruptamente seus horizontes que também seus cursos foram reduzidos a um feixe tubular de carreiras estanques.

O projeto de funcionamento da UnB como uma *universidade aberta*, visava franquear seus cursos à freqüência de quem quer que deles pudesse tirar proveito. Isto com o duplo propósito de levar às salas de aula a presença não só dos estudantes de tal curso e de tal série, mas toda uma clientela nova, a fim de agilizar ali os debates

relacionados com os problemas da vida real e dar oportunidade de aperfeiçoamento por reciclagem a toda a pessoa com formação superior que quisesse atualizar seus conhecimentos. Nada disso foi sequer considerado com atenção, porque não se percebia o alcance do que pretendíamos.

Muitos outros propósitos e ambições da UnB ficaram consignados, nos seus documentos originais, e hoje só são recordados pelos que participaram do planejamento inicial. Lembro aqui, entre muitos outros, o *Instituto de Teologia*, destruído; a *Biblioteca Central*, mediocrizada; as *Casas da Língua e das Culturas Nacionais*, esquecidas; o *Centro de Tecnologia do Cerrado*, subestimado; as *Casas de Artistas Residentes*, abolidas; o *Museum*, com seus museus de arte, da ciência e da civilização, rejeitados; o *Centro de Teledifusão Educativa*, proibido; e tantos componentes mais proscritos. Eles, entretanto, é que haveriam dado à UnB condições de realizar suas próprias potencialidades ao mesmo tempo em que faziam da cidade-capital o centro cultural ativo que o Brasil almeja e de que necessita.

Aquelas eram, porém, ambições de outras gentes e de outros tempos. Melhores, penso eu. Ambições que soarão a muitos ouvidos como sonhos desvairados, senão como metas perigosas. De resto, teria que ser assim, necessariamente, pois era inevitável que se lançasse contra nossa Universidade de Brasília um poder que, sendo regressivo no plano social e nacional, tinha que ser repressivo no político e cultural. Ainda que doloroso, é compreensível, pois, que a nova onda de autoritarismo que se inaugurou no Brasil, com o fechamento da União Nacional dos Estudantes, prosseguisse sua marcha com a

degradação da Universidade de Brasília e alcançasse seu clímax com a entrega da condução da política universitária brasileira - através de acordos internacionais secretos - a uma equipe acadêmico-policial-norte-americana que jamais teria audiência nas universidades de seu País. Estávamos já, então, no reino tenebroso da recolonização cultural em que um mesmo órgão estrangeiro (USAID) financia e promove no Brasil tanto o treinamento dos torturadores como a reforma da universidade.

Fechando este texto, quero recordar uma observação minha provocativa e polêmica, que, sendo muito comentada, merece um reparo. Eu disse, efetivamente, numa assembléia em São Paulo, quando me pediram que fizesse a crítica da UnB, que "quando se tem uma filha e ela cai na vida, não se fala dela". A frase é pretensiosa e paternalista. Talvez até seja algo machista, reconheço. Será tudo isso e o mais que se queira, mas concordem comigo que é, por igual, uma expressão do carinho que devoto à UnB e que motiva este longo depoimento com o qual me desdigo.

Este sentimento de carinho, aliás, não é somente meu. Todos nós, *brasilianos*, que, por dias, por meses ou por anos tivemos a ocasião de participar da ventura de projetar e dar vida à UnB, consideramos que aquela foi a fase mais bela, generosa e criativa das nossas vidas intelectuais. Tenho encontrado estes irmãos *brasilianos* pelo mundo inteiro, todos eles tão apaixonados como eu. Todos voltados para aqueles dias de esperança com desejo que retornem, não para qualquer revanche, mas tão-somente para que nós, ou as gentes das novas gerações, revivam o espírito de ousadia e ambição generosa que nos animou naqueles dias de experiência gratificante e fecunda.

Alguns dos companheiros de então, lamentavelmente, já não estão entre nós. Conto, entre eles, sentidamente, *Anísio Teixeira*, pai fundador das duas experiências universitárias mais altas que tivemos no Brasil; *Heron de Alencar*, das pessoas que mais contribuíram para dar forma à nossa utopia universitária; *Eduardo Galvão*, que ousou, em Brasília, repensar criticamente a antropologia e esforçou-se para colocá-la a serviço das populações que estuda; *Artur Neves*, que projetou a primeira Biblioteca Universitária Brasileira com que contamos e começou a editá-la admiravelmente; *Machado Neto*, que deu o melhor de sua inteligência à reforma do ensino jurídico entre nós; *Paulo Emílio Sales Gomes*, que, em Brasília, integrou o cinema à vida universitária como uma atividade crítica e criativa.

Para encerrar menos soturnamente este testemunho, consigno aqui a alegria com que encontro pelo Brasil afora estudantes brasileiros de então, que levam o espírito da UnB para outras universidades. E também a enorme alegria que me dão os brasileiros novos - meus netos e netas - que têm a gentileza de me saudar aqui e ali como seu avô totêmico.

Notas

(1) Entre várias iniciativas do mesmo gênero destinadas a debater o projeto de estruturação da Universidade de Brasília, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência convocou uma reunião especial realizada no Rio de Janeiro, em outubro de 1960, da qual participaram: os físicos Gleb Watghin, José Leite Lopes, Mário Schemberg, José Goldenberg, Jayme Tiomno, Richard Walauschek, Oscar Sala, Guido Beck, Lauro Nepomuceno; os matemáticos Leopoldo Nachbin, M.L. Leite Lopes, A. Ferreira Gomes; os químicos J. Cristóvão Cardoso, Jacques

Danon, Water B. Mors, Julio Puddles, Ricardo Ferreira, Lúcia Furtado; os geógrafos Orlando Valverde, Pinchas Geiger, Fábio M. S. Guimarães; o diplomata Wladimir Murinho; o filósofo Euryalo Cannabrava; os biólogos Paulo Sawaya, F. Brieger, Carlos Chagas F., W. Oswaldo Cruz, Haiti Moussatché, M. Rocha e Silva, Clodowaldo Pavan, Newton F. Maia, S. Baeta Henriques, Annie P. Dannon, Amadeu Cury, Herman Lent, Antonio Couceiro, O. Frotta-Pessoa, Segadas Vianna, Carlos Zilbertschmidt; os médicos Arthur Moses, Paulo de Góes, M. de Freitas Amorim; os escritores Cyro dos Anjos, Paulo Duarte, Afrânio Coutinho, J. I. Mendonça, P. Madureira Pinho; os historiadores Maria Yedda Leite Linhares, Francisco Iglézias; o crítico de arte Mário Pedrosa; os antropólogos Darcy Ribeiro, Carlos de Araújo Moreira Neto, Roberto C. de Oliveira, Josideth G. Consorte; os economistas Celso Furtado, Pompeu Acioly Borges, Ignácio Rangel; os educadores Anísio Teixeira, Almir de Castro, Jayme Abreu, Faria Góes Sobrinho, A. de Almeida Júnior, Alberto Venâncio Filho; os sociólogos Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Morse Belém Teixeira, Oswaldo Gusmão; o urbanista Lúcio Costa; os biblioteconomistas Lídia Sambaqui, Kadem Moussatché e o agrônomo Felisberto Camargo.

(2) Posteriormente o Vaticano autorizou o Instituto de Teologia da UnB a outorgar o grau de doutor com validade *urbi et orbi*. Frei Mateus era, então, o vice-reitor da UnB.

(3) Entre eles, Leite Lopes, Jayme Tiomno e Jaques Danon, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; Roberto Salmeron, do CERN de Genebra; Otto R. Gottlieb, do Instituto Nacional de Química; Leopoldo Nachbin e Elon Lages Lima, do Instituto de Matemática; Maurício Rocha e Silva, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Antonio R. Cordeiro, da Universidade do Rio Grande do Sul; Haiti Moussatché, de Manguinhos; João Moojen de Oliveira, do Museu Nacional; e Eduardo Galvão, do Museu Goeldi, que aceitaram o encargo de coordenar o planejamento e a implantação dos institutos centrais.

**A UnB na
Comissão
de Educação e
Cultura**

Exposição do Professor Darcy Ribeiro, Reitor da Universidade de Brasília, perante a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em sessão do dia 9 de maio de 1963.

Presidente: Deputado Lauro Cruz

Participantes do debate: Deputados Srs. Aderbal Jurema; Brito Velho; Ewaldo Pinto; Abel Rafael; Pedro Braga; Osny Regis; Ferro Costa; Yukishigue Tamura; Adrião Bernardes; Silvio Braga; Padre Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Cruz) - Nobres colegas: de acordo com o que foi deliberado por esta Comissão, temos hoje o grande prazer e alto privilégio de receber a visita do Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Professor Darcy Ribeiro. O Professor Darcy Ribeiro é um grande técnico de educação em nosso País, nome por demais conhecido. Professor universitário, foi também Ministro da Educação,

idealizador, organizador e atual Reitor da Universidade de Brasília. Atendendo a convite que esta Comissão lhe fez, hoje nos dá o prazer de sua presença. Antes de qualquer indagação dos nobres colegas, S. Exa. nos irá brindar com uma exposição sobre aspectos gerais da educação para, depois, dissertar sobre a Universidade de Brasília. Assim, vamos ouvir a palavra do Reitor Darcy Ribeiro.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Sr. Presidente: recebi com muito prazer e muita honra o convite de V.Exa para aqui comparecer. Sinto mesmo que esta prática é uma inovação nesta Comissão e, na medida em que se torne habitual, tenho esperança de que aqui possa comparecer muitas vezes para falar com os homens que são efetivamente os responsáveis pela educação no País. Nesta Comissão é que os representantes do povo brasileiro hão de amadurecer suas idéias, os seus conceitos, de modo a habilitarem-se para reestruturar progressivamente a legislação educacional brasileira. Educação é, como tantas outras matérias, um campo técnico. Mas muito mais do que um campo técnico, muito mais do que uma especialidade, a educação é um processo que afeta a nação inteira e a vida mesma. E, portanto, matéria que só pode ser tratada por aqueles que tenham a melhor visão do que convém à Nação, do que corresponde à mentalidade, às necessidades e às aspirações dos brasileiros. Por isto é que acredito que a essa Comissão cumpre um papel da maior importância, enquanto represente o Parlamento dentro da matéria educacional. Aqui estive antes, a convite também do Deputado Lauro Cruz, por mais de uma vez, e, numa reunião muito concorrida, tive a oportunidade de falar a mais de trinta deputados sobre o projeto da

Universidade de Brasília quando ele era apresentado a esta Casa e quando esclarecimentos se faziam necessários, tal o número de inovações que trazia.

Por isto mesmo, sinto que minha presença hoje é uma espécie de prestação de contas. Foi esta Comissão que aprimorou e aprovou, em primeira mão, o projeto de criação de Universidade de Brasília e que deu o passo decisivo para a instituição no Brasil de uma universidade de padrão novo. Foi esta Comissão do Parlamento que tornou possível a Universidade de Brasília. O Deputado Lauro Cruz deve lembrar-se de que procurei assinalar, naquela reunião, que tínhamos tido duas oportunidades de criar a Universidade de Brasília, duas oportunidades largas e abertas para que ela fosse instituída sem a sanção do Parlamento. A primeira, por decreto, quando se instituíram estas várias Fundações de mentira criadas em Brasília, tão inviáveis que a experiência demonstrou depois que não poderiam manter-se em pé. Então, os responsáveis pelo projeto da Universidade de Brasília negaram-se a permitir que ela fosse também criada por decreto. Dizia eu, então, que, se o projeto da Universidade de Brasília não pudesse passar pelo crivo do Parlamento, é porque o Brasil não estava maduro para ter uma Universidade moderna, e que melhor seria lutar aqui, um, dois, três ou cinco anos, quanto fosse necessário, mas que ela saísse com a fundamental sanção do Congresso brasileiro e de acordo com a forma que o Congresso lhe decidisse dar. Isto é o que foi alcançado depois de quase dois anos de trabalho intenso, em que tive realmente um papel, mas em que tiveram papel muito mais importante homens como o Deputado Lauro Cruz e vários outros parlamentares que se

interessaram pelo projeto desde o primeiro momento, através de cujo esforço pode ele surgir com a garantia desta sanção.

A segunda oportunidade que tivemos de criar a Universidade de Brasília foi através de uma emenda, quando se deu a federalização de tantas Universidades pelo Brasil afora. Também naquela ocasião nos negamos a permitir que, por uma emenda, fosse instituída, em Brasília, mais uma Universidade do tipo federal, o que teria, suponho, conseqüências desastrosas. Estaríamos, hoje, com todos os cargos de Catedrático preenchidos, com a escolha de professores feita na base conhecida de todos nós: tomar um dentista e declará-lo botânico; tomar um farmacêutico e nomeá-lo químico, e, dessa maneira, fazer da universidade uma simulação e, em lugar de dar a uma região qualquer do País a garantia de ter um dia uma verdadeira universidade - aquela de que realmente necessita - adiar isto para um futuro ainda mais remoto, para dar imediatamente um simulacro de Universidade.

Por esta razão é que compareço aqui, hoje, com o espírito de quem está prestando contas àquelas autoridades a quem deve contas, a quem a Universidade deve sua existência e a quem prestará contas sempre com a maior satisfação, no esforço de manter essa Casa informada e motivada sobre esta tarefa cultural que começou a ser realizada aqui e que só pode ter prosseguimento adequado na medida em que sobre ela a Câmara e os cidadãos mais responsáveis do País exerceram sua vigilância e mantiveram sua confiança.

Entretanto, não desejaria limitar a minha exposição aqui apenas à

Universidade porque sei que tenho responsabilidades públicas. Eventualmente, por um curto período, tive o privilégio de assumir a pasta da Educação e Cultura, Ministério em que sempre trabalhei como técnico e é claro que assumo inteira responsabilidade pelos atos que pratiquei como titular daquela pasta e pela orientação que lhe procurei imprimir. E é claro que qualquer curiosidade que tenham os parlamentares sobre meus atos ou sobre os fundamentos da orientação que ali tracei será por mim atendida. Com este espírito é que quero colocar hoje em tela, não uma exposição detalhada, mas num painel para todos os senhores Deputados, o sentido de toda a minha vida pública, de minha vida de educador. Na base do trabalho de vários anos no campo da educação, é possível que tenha alguma experiência a comunicar a essa Comissão. Anima-me, porém, sobretudo, o espírito de que terei muito que aprender com os Senhores Deputados, que, por sua própria sensibilidade de políticos, em contato com todas as camadas da população, muito poderão dar a um educador, chamando a sua atenção para pontos de vista que possam acaso ser exagerados, ou mesmo fazendo ponderações e dando lições que seriam de grande valia e que eu gostaria de aqui receber.

Começaremos, portanto, com uma exposição geral - que desejaria tornar o mais breve possível -, para passar depois ao debate sobre o problema educacional do País neste momento, chegando até onde possível na análise, por exemplo, de como vai o ensino primário, médio e superior, e do papel que a Universidade de Brasília é chamada a exercer. Peço aos Senhores Deputados que tenham paciência para me ouvir mais alguns minutos nesta exposição.

Têm prevalecido, no Brasil, ou têm sido objeto de debates, particularmente nos últimos dez anos, duas concepções opostas em matéria de educação. Uma delas, poderíamos chamar de espontaneísta. Era defendida sobretudo pelos economistas, mas também por muitos políticos. Segundo esta concepção, a educação é uma espécie de subproduto natural, necessário e fatal do próprio desenvolvimento. Colocando o problema nestes termos, não se trataria de fazer nada, mas de tudo esperar dos setores produtivos, confiantes em que, com o amadurecimento da economia, surgiria fatalmente o sistema educacional necessário e adequado ao País. Em apoio a esta concepção se apresenta, deformadamente, a história de diversos países, como a América do Norte, a França e a Inglaterra, mostrando que eles, nos últimos 150 anos, resolveram seu problema educacional com o fruto acumulado de seu enriquecimento social, com a possibilidade de destinarem recursos cada vez maiores à educação. Uma segunda concepção, oposta a esta, indica que tal não se dá; que, em todos aqueles países, o progresso educacional foi o resultado de atos de vontade, de uma deliberação nacional e de um amadurecimento da consciência política mesma da Nação que, num certo momento, decidiu dedicar recursos prioritários à área da educação, a fim de preencher os pré-requisitos educacionais e culturais mínimos indispensáveis para que a nação se desenvolvesse. Seria muito longo fundamentar aqui uma e outra dessas concepções. De qualquer maneira, é sabido que a segunda concepção vem tomando papel cada vez mais importante e ganhando adeptos em número, cada vez mais. Muitos economistas bastante conhecidos, que durante anos defenderam a primeira concepção, hoje se penitenciam e dizem o

contrário, reconhecendo que a precariedade do sistema educacional brasileiro constitui, já, seguramente, o principal ponto de estrangulamento do desenvolvimento econômico nacional. É uma satisfação para os educadores ver que, depois de tantos anos, por um amadurecimento que não se deve ao seu esforço, mas à própria cultura nacional, chegou-se a este ponto de reconhecer que educação é um investimento fundamental, não é uma conta a fundo perdido onde se jogam as sobras dos recursos orçamentários, mas um investimento fundamental, sem o qual a Nação não terá as condições mínimas, elementares, para que possa efetivamente progredir. Seria possível dar milhares de exemplos em abono desta tese. Tentarei citar alguns dos mais óbvios. A Nação brasileira tem sofrido uma série tremenda de vicissitudes em toda sua história. Vejamos o caso do Nordeste, tido, hoje, em todos os círculos, como uma zona famélica, a área da miséria. Sempre que se fala daquela região, a imagem que ocorre é do êxodo rural, é da fome e da seca. Entretanto, há 150 anos, o Nordeste não era só a área mais rica do Brasil, mas no século XVII, a área mais rica do mundo. A exploração do açúcar no massapé do Nordeste permitiu criar civilizações tão pujantes quanto Salvador e Recife. Ora, aquela sociedade decaiu porque, deixamos de ser tecnologicamente capazes de utilizar os recursos naturais e sociais disponíveis para uma produção de açúcar que pudesse ser colocada no mercado internacional. Há, pois, aqui, um fracasso eminentemente tecnológico, a que não estará ausente o fator educacional, como veremos. Tomemos outro exemplo. Tivemos, praticamente, o monopólio, por décadas, da produção da borracha no mundo. Um dia, a Inglaterra nos colocou fora do mercado

mundial da borracha, na base de dois procedimentos extremamente elementares, baseados em técnicas das mais antigas. Primeiro, um botânico capaz de selecionar sementes de seringueiras; segundo, o velho princípio de que é melhor ordenar a natureza num canteiro ou numa roça do que ir procurar seus produtos onde o acaso os fez crescer. Na base destes procedimentos tecnológicos elementares, a Inglaterra nos retirou do mercado internacional.

Hoje, a indústria de São Paulo, apesar de sua pujança, não está livre de um colapso, de um estrangulamento da mesma natureza, por falta também de tecnologia ou de atenção ao fator educacional. Veja-se o caso das dezenas de fábricas que saíram da América do Norte, depois da última guerra, para o Japão, para a Alemanha e para São Paulo.

Naqueles países, estas desenvolveram-se extraordinariamente, e um dos fatos característicos da economia mundial moderna é a competição da indústria alemã e japonesa em relação à indústria americana que, às vezes, é sua própria matriz. Que aconteceu com as fábricas que vieram para São Paulo? Tornaram-se obsoletas e, em grande número, são hoje piores do que no dia em que chegaram, valem menos dólares do que no dia em que foram adquiridas. Acaso o clima de São Paulo é pior para a máquina que o clima do Japão e da Alemanha? Não. A diferença está na mão-de-obra altamente qualificada que existia na Alemanha e no Japão e que não existia em São Paulo, e que não existe no Brasil, de acordo com as necessidades e o condicionamento da nossa produção industrial. Ora, este é um fato de extrema gravidade que faz ressaltar, mais uma vez, a

convicção do mundo inteiro de nossos dias, de que o poder de uma nação e a sua capacidade de garantir um padrão de vida progressivamente mais alto a seu povo dependem da quantidade e da qualificação da mão-de-obra que possa mobilizar. Nisto é que temos fracassado da forma mais fragorosa, de uma forma de constitui mais um escândalo de que todos precisamos tomar consciência por sua extrema gravidade, mesmo nas áreas mais desenvolvidas do País.

A cidade de São Paulo pode encher-se de orgulho, por exemplo, pela educação que tem, em relação ao Ceará ou à Amazônia, mas jamais em relação àquelas áreas de produção industrial equivalente, como as grandes cidades da Bélgica, da Suíça, da Holanda, da Itália ou dos países com que, de fato, São Paulo deveria emular. A verdade é que apenas 50% das crianças da cidade de São Paulo, a mais rica cidade brasileira, conseguem completar quatro séries primárias, educação evidentemente insuficiente para formar uma força de trabalho numa sociedade industrial. No mundo moderno, o número mínimo de séries necessário a uma nação desenvolvida é de 14 e está passando rapidamente para 16 e 18. O Estado de São Paulo, que é o mais desenvolvido do País, mal consegue dar quatro séries primárias à metade das crianças da cidade de São Paulo.

Por que isto? O fato de que a Nação brasileira, ao passar daquela sociedade arcaica, não só atrasada mas conformada com seu atraso, de cultura fundada na tradição oral para o estágio atual de inconformidade com o atraso e da deliberação de progredir, procura realizar esta transformação sem a consciência de que

ele só será possível com base numa profunda revolução educacional. A partir de 1930, e daí para cá cada vez mais intensamente, o Estado vai assumindo funções mais e mais amplas de amparo à economia, de intervenção no processo produtivo - funções de toda sorte, que não vem ao caso aqui julgar se são ou não prioritárias -, mas funções que absorveram massas imensas de recursos econômicos, os quais, em todos os países do mundo, puderam, nos primeiros passos da industrialização, ser originalmente destinados à tarefa definida como a número um do Estado, ou seja, a de criar o corpo de cidadãos, com base na escolarização da cultura popular. Entretanto, o que temos visto é que mesmo em cidades como o Rio de Janeiro, data da administração Pedro Ernesto, a última série de escolas públicas decentes, escolas públicas que correspondem a um ideal democrático de escola, que é uma representação mesma da Nação, plantada numa casa decente que é o único lugar em que o filho da família pobre e o da família rica sentam lado a lado, nas mesmas carteiras, ouvindo professores que os tratam igualmente, e é o único lugar onde crianças pobres poderiam colocar o pé num chão taqueado e envernizado, onde iriam aprender, inclusive, a usar instalações sanitárias modernas. Isto tem sido negado, porém, pela incapacidade de deslocar recursos para a educação, já que outros setores se apresentam como prioritários.

A tônica da minha atuação no Ministério foi um esforço para conduzir o País à consciência dessa deformação. Por isto é que, em todas as minhas manifestações públicas, não poupei oportunidades de pronunciamentos que causavam estranheza, mas que, a meu ver,

todos os brasileiros deviam conhecer, por exemplo, que certos *déficits* do País, como o das empresas de cabotagem ou o ferroviário (a cabotagem alcança 50 bilhões, o ferroviário é da ordem de 180 bilhões anuais) são tidos como *déficits* mecânicos e, uma vez definidos, haja ou não recurso em lei orçamentária, são pagos. Para pagar esses *déficits* cada vez maiores, ou para custear os aumentos de salários que crescem, tributa-se uma série de fatores, mas sempre se corta naquelas despesas que parecem uma opção e entre estas é que se coloca a educação. É claro que tal é possível porque a educação ainda não motivou a opinião pública para exigir dos políticos, dos técnicos, que reconheçam a indispensável prioridade ao esforço de construção do sistema educacional na Nação.

O fato é que por este caminho chegamos a uma situação de calamidade em matéria educacional. Vejamos isto em números. Cada ano, no Brasil - em 1963, por exemplo -, seiscentos mil adolescentes, rapazes e moças, alcançam os 14 anos, idade legal do trabalho, ainda analfabetos, e 550.000 outros jovens alcançam, também analfabetos, os 18 anos, idade da cidadania e da responsabilidade civil, da qualificação como eleitor. Um milhão e cem mil jovens alcançam, anualmente, estas duas idades, incapazes de incorporarem-se à Nação como cidadãos e como fatores produtivos. Ora, ser analfabetos em nosso País, há vinte ou quarenta anos, não era uma deficiência grave. Todo sabemos que, naquela sociedade arcaica, fundada na tradição oral, em que a técnica se ensinava de pai a filho ou de mestre a aprendiz, um analfabeto podia manter a família com certo nível de dignidade, se fosse um bom chapeleiro ou muitas coisas mais. Mas a sociedade

brasileira mudou de qualidade. Hoje ela não se funda mais na tradição oral. Hoje ela se assenta em elementos mais avançados, em que o mínimo é o domínio das técnicas de ler, escrever e contar. Sem o domínio desta técnica, um homem está condenado a não sobreviver senão em condições de extrema penúria. Pesquisas recentes revelaram que cerca de 90% dos nordestinos que vão a São Paulo e voltam ao Nordeste não regressam porque chove em Cabrobó: voltam porque são analfabetos. Trata-se já da repulsão de uma sociedade mais avançada, incapaz de acolher um analfabeto e de lhe dar condições de vida satisfatórias. Por outro lado, 90% dos que se fixam mais de dois anos em São Paulo são alfabetizados. Estes dados são extremamente expressivos. Podem ser objeto de diferentes interpretações, mas o que revelam essencialmente é que 90% dos que regressam são analfabetos e 90% dos que se fixam são alfabetizados. Ora, que vemos neste dados?

Eles revelam a heterogeneidade no desenvolvimento regional do Brasil que afeta, também, o sistema educacional. Aqui se trata efetivamente de uma forma nova de espoliação. Qual o nordestino que vai para São Paulo? Exatamente aquele que conseguiu saltar as três barreiras básicas: a barreira da mortalidade infantil, a barreira da enfermidade e a barreira do analfabetismo. Este nordestino, que alcança os 20 anos de idade com certo vigor físico e alfabetizado, no momento em que poderia começar a ressarcir o seu custo social, é chamado para São Paulo. De fato, as áreas mais avançadas, além de não criarem um sistema educacional equivalente ao seu nível de desenvolvimento, a fim de exportarem para todo o País técnicos capazes de promover o progresso, estão a atrair das

áreas mais pobres as poucas camadas que conseguem se alfabetizar.

Para dar mais um exemplo no campo da educação de nível primário, atente-se só para o fato de que neste mesmo Brasil de 1963, 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos não estão freqüentando escolas. Vale dizer que nós as condenamos ao analfabetismo quando esta condição, em face do desenvolvimento do País, equivale a uma condição de marginalidade e de penúria.

No nível médio, o problema é igualmente grave. Primeiro, por ser ridiculamente pequeno o número de jovens brasileiros que têm oportunidade de freqüentar ginásios e colégios, em relação ao que se consegue em qualquer outro país de igual grau de desenvolvimento. Vejamos os fatos. Temos nas escolas médias brasileiras, atualmente, 1 milhão e 500 mil adolescentes. Este número, pelo seu vulto, poderia parecer satisfatório, mas, quando os examinamos proporcionalmente à população, se verifica que só alcançam ingresso na escola média brasileira menos de dez por cento dos jovens de 12 a 18 anos.

A proporção, na Argentina, é de 39%; no Chile, é de 41%; no Uruguai, 37%. Estamos dando, pois, bem menores oportunidades à educação média da juventude que qualquer outro país de igual nível de desenvolvimento. Se tivéssemos, nas escolas médias, estudantes na mesma proporção que a Argentina, as matrículas alcançariam 6 milhões, quando, na verdade, contamos apenas com um milhão e meio. Assim, se pode dizer que há 4 milhões e meio de jovens sul-americanos que não estão cursando escolas médias porque são brasileiros, e não argentinos ou chilenos.

Vê-se, pois, que também neste nível fracassamos. Fracassamos quanto à ampliação da rede, que não cresceu de acordo com as necessidades de uma sociedade em desenvolvimento e capaz de cumprir os pré-requisitos de um progresso social efetivo, e fracassamos, também, de maneira talvez mais grave porque a educação média que ministramos voltava-se, até a promulgação pelo Congresso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para ideais acadêmicos e não era uma educação para o trabalho. Quando se considera que apenas 7% dos jovens que ingressam na escola média alcançam a 7ª série, vemos que 93%, não conseguindo concluir o curso, encaminham-se para o trabalho inteiramente despreparados para qualquer atividade produtiva. Estudando matérias que não tinham qualquer sentido prático, estiveram simulando preparo para uma universidade em que jamais ingressariam, e, assim, ao terminar os cursos, não sabiam um português que permitisse redigir cartas comerciais, nem uma matemática que servisse para fazer contas numa obra. Através desta deformação academicista, estávamos enganando milhões de jovens, conduzindo-os a estudos que não tinham nenhum sentido em suas vidas. Isto é tanto mais grave porque estes jovens, em sua maioria, vêm de famílias que não tiveram educação de grau médio e não são por isto capazes de julgar a educação que estão obtendo para seus filhos. Assim se vê que, além de prover poucas oportunidades de educação, a que ministrávamos estava voltada antes para o ócio, para a formação de uma camada de privilegiados, do que para criar a força de trabalho da Nação.

No caso do ensino superior, encontramos também deficiências

assinaláveis. Primeiro, o número de oportunidades de educação superior oferecido extremamente exíguo. Temos menos de 100.000 jovens freqüentando, neste momento, escolas superiores. Nossa estatística não é tão rigorosa quanto a inglesa ou a norte-americana. A estatística inglesa, como a de vários outros países, considera como estudantes de ensino superior que se possam contar no censo apenas aqueles que estudam em regime de tempo integral, isto é, os que se dedicam exclusivamente aos estudos. A imensa maioria dos estudantes brasileiros trabalha para manter seus próprios estudos, e a universidade não foi estruturada para ocupá-los o dia inteiro nas tarefas de estudo. Embora esses jovens custem ao País gastos enormes por ano para mantê-los nas escolas, eles a aproveitam por umas poucas horas diárias. Não temos, assim, no padrão internacional, 100.000 estudantes; temos 20 ou 25 mil, que esse é o número dos que se dedicam exclusivamente aos estudos.

Ora, estamos preparando a Nação para as tarefas do desenvolvimento no mundo moderno, que se funda na ciência e na tecnologia, que se está propondo tarefas tão fantásticas como a exploração interplanetária. Não estamos sozinhos e os outros países não estão parados na História, a esperar que nós, com passos de cágados, os alcancemos. Estamos em competição com os outros povos. Problemas graves apresentados no passado, como a questão do Brasil Central que levou a criar a respectiva Fundação para fazer face a ameaça de que se resolvesse à custa dos desertos interiores do Brasil a pressão demográfica centro-européia, podem ser colocados novamente diante da Nação. É, por isso, um desafio para nossa geração estruturar a escala

educacional, capaz não só de levar o povo brasileiro a um nível mais alto de desenvolvimento, mas de nos tornar autênticos possuidores do patrimônio de que somos detentores.

É grave, também, que a imensa maioria dos 100 mil estudantes brasileiros se encontrem devotados àquelas carreiras que, apesar de terem certa importância social, como Direito, não são as de que carecemos diretamente para o desafio do nosso tempo. A maior parte das matrículas está destinada não àqueles setores vitalmente importantes ou instrumentais para o desenvolvimento, mas àqueles outros de importância secundária. Vejamos só. Em Medicina, tivemos este ano uma oferta de 1.500 matrículas. Para um país de 70 milhões de habitantes, admitir apenas 1.500 jovens nas Faculdades de Medicina equivale a condenar o povo a ser tratado por curandeiros. De fato, o ensino médico brasileiro parece montado para cuidar, com as técnicas de ciência moderna, apenas daquela pequena parcela de população que possa custear os serviços de um médico. A situação de carência neste campo, todos os senhores conhecem. Apenas 9 dos quarenta municípios do Maranhão, por exemplo, possuem médico. Mil e oitocentos municípios brasileiros não têm médico algum. Não é com um sistema como este - que apenas nos permitirá formar, daqui a 6 anos, 1.600 médicos - que poderemos difundir a assistência médica por toda a população brasileira.

O caso da Engenharia é talvez mais grave. Todos sabem que a proporção de engenheiros por trabalhadores na indústria aumenta com a industrialização, e com o progresso. Pois bem. A América do Norte,

quando tinha uma produção industrial equivalente à brasileira, por volta de 1890, formava cerca de 14 mil engenheiros por ano. Nós estamos formando, hoje, menos de 2.000. Só nos últimos anos, as escolas abriram matrícula para 2.600 alunos e superaram a forma única do engenheiro politécnico do modelo francês do século passado, para iniciar outras modalidades de formação. Esta carência explica, em boa parte, porque as nossas fábricas envelhecem, por que se tornam obsoletas. Quem imaginou que a Krupp, a Mannesmann alemã ou a General Motors, por existirem há mais anos, valessem menos dinheiro e fossem mais obsoletas? Mais anos, significa mais acumulação técnica, mais inovações, máquinas melhores, em qualquer lugar onde haja mão-de-obra qualificada, que torne a fábrica mais viva, inspirada e dinamizada que é pela ciência e pela técnica. Entre nós, uma fábrica é coisa que envelhece, por falta desse ingrediente fundamental, que é a mão-de-obra qualificada, fruto da ciência e da técnica, produtos do sistema educacional.

Completando esse raciocínio, queria dizer que, na minha atuação no Ministério da Educação, no período em que um técnico da casa pode ser chamado para tratar, por algum tempo, dos destinos da educação, esses foram os pensamentos inspiradores. Tendo em vista esta análise e esta compreensão dos problemas brasileiros, é que procuramos ajustar a ação do Ministério e contribuir para formular uma política educacional para o País. Trouxe alguns produtos expressivos dessa atuação como presente à Comissão de Educação da Câmara. Todos os senhores Deputados podem obter estas coleções no Ministério da Educação. Confesso que tenho muito orgulho em mostrar, em primeiro lugar,

como expressão de minha atuação no Ministério, estes livros (*exibe*). Diria, com alguma vaidade, que tenho, na minha vida de educador, grande orgulho de duas coisas. A primeira é este pequeno caderno (*exibe*), editado em tiragem de 10 milhões de exemplares e que está sendo distribuído, juntamente com igual número de lápis pelo país inteiro. Um caderno desses custa, no Nordeste, Cr\$ 56,00. Por ele pagou o Ministério Cr\$ 23,00. Em tudo isso nada há de extraordinário senão a satisfação de poder fazer alguma coisa que representa uma real ajuda a tão grande número de crianças que recebem um caderno destes e um lápis que, no Nordeste, custa Cr\$ 18,00.

Além dos cadernos, publicamos esta cartilha. Assunto, aliás, que tem sido muito comentado. Trouxe alguns exemplares para oferecer aos senhores Deputados, porque se há uma matéria em que minha posição não pode ser objeto de qualquer equívoco é esta. Sou responsável - e quando falava de orgulho pensava nessa cartilha - pela maior edição que jamais se fez neste país, uma edição de 4 milhões de exemplares. Creio que essa edição seria motivo de orgulho para qualquer dos senhores Deputados, e espero que tenham oportunidade de fazer edições ainda maiores, se forem chamados a uma atuação pública que o permita.

Houve críticas com respeito a um arremedo de cartilha, que foi preparada por um jovem da Universidade de Brasília. Algumas pessoas confundiram esta cartilha que exibo com aquele arremedo. Queria dizer que esta cartilha, pela qual respondo, é o produto de 3 anos de trabalho anterior à minha ida ao Ministério, de três anos de pesquisas dirigidas por mim e procedida por técnicos do *Summer Institute of Linguistics*

de Oklahoma, e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, em que um estudo aprofundado da linguagem brasileira comum foi feito. Foi realizado, pela primeira vez, o tombamento das palavras, um estudo científico exaustivo de todos os fonemas. Identificou-se, por exemplo, que o analfabeto não é chamado a aprender as 23 letras do alfabeto. Porque, além delas, é chamado a aprender 70 e tantos sons, que a tanto equivalem as combinações de letras e os sinais diacríticos. Em seguida, experimentalmente, foi estabelecido um sistema pelo qual estas letras pudessem ser combinadas e ordenadas de maneira que uma seqüência lógica, a melhor possível, fosse estabelecida. O que caracteriza essa cartilha, e o que caracteriza a minha orientação como educador nesta matéria, é o princípio pedagógico de que a alfabetização é uma tarefa extremamente grave e séria. Ajudar um analfabeto adulto ou uma criança a alfabetizar-se é chamá-lo ao desafio e à façanha de dominar alguma coisa de tão abstrato quanto o sistema de transformação de uma coisa rica, flexível e natural, como a língua, numa série de abstrações e símbolos. É uma tarefa tão difícil que não me parece legítimo confundi-la com objetivos de motivação política, por mais legítimos que sejam estes. Por isso mesmo, essa cartilha não tem nada de endoutrinadora. Sou contrário a que tal se faça em cartilhas. Atente-se, porém, que não sou contrário à endoutrinação. Acho mesmo que, ao alfabetizar um adulto, nós o estamos chamando também a integrar-se no corpo da Nação, e que para tanto é indispensável dar a ele também instrumentos de integração no corpo político nacional. É preciso fazer com que ele saiba o que é eleição, tenha um conceito de representação legislativa, seja capaz de distinguir o senador do vereador,

por exemplo, quantos brasileiros serão capazes de fazer essa distinção? Entretanto, votam. É preciso que isto se faça, mas tal não se deve fazer em cartilha. É o alfabetizador, são outros instrumentos, como o acesso aos jornais, que irão amadurecê-lo, permitir que ele forme sua própria consciência da Nação e do seu papel nela. A cartilha é alguma coisa de técnico, que não deve ser objeto de qualquer confusão. Esta cartilha, do ponto de vista literário, tem vários defeitos. Há até um episódio anedótico que desejo rememorar. Depois de feita a cartilha, Carlos Drummond de Andrade, o poeta, fazendo a revisão, ficou um tanto irritado comigo porque, querendo melhorar o texto, o adverti: "Olhe, Carlos, mude o que quiser, mas você não pode usar nenhuma palavra cujas letras não tenham aparecido antes".

Ao que me respondeu: "Isso é charada, não é redação". De fato, ao letrado parece até uma charada, porque as letras aparecem numa seqüência que não pode ser mudada. Então as frases são compostas às vezes de forma desprovida de graça, um pouco curiosa e pobre de sentido motivador.

A cartilha foi feita também com o objetivo de servir ao adulto e à criança. Uma cartilha de criança que fala: "Zezinho brinca com Paulina. Paulina chuta a bola" - e coisas assim, predispõe mal a um adulto e não o leva à atitude de respeito e de motivação necessária para mantê-lo...

O SR. ADERBAL JUREMA - E ele se sente humilhado.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - ... e sente-se humilhado. Por esta razão, a cartilha foi feita tendo em vista o adulto.

Mas, assim elaborada com colorido e com beleza que o trabalho gráfico lhe acrescentou, ela interessará também - e está interessando vivamente - as crianças, sobretudo a essa criança prematuramente amadurecida, que é a criança rural brasileira, tão séria e muito mais próxima da mentalidade dessa cartilha do que de uma cartilha de brincadeira.

Há um outro aspecto da cartilha que é de assinalar. A edição de 4 milhões de exemplares foi possível por alguma coisa pela qual eu aceitaria crítica. É uma edição do Ministério, é um esforço de pesquisa custeado pelo Ministério. Entretanto, leva o nome da revista "O Cruzeiro". É um ato publicitário. Porque, como Ministro, aceitei envolver o Ministério em promoção publicitária de uma empresa particular? Aceitei consciente e prazerosamente, por que "O Cruzeiro" cobriu, por cada uma dessas cartilhas, Cr\$ 18,00, quando sua impressão em qualquer gráfica, segundo verificamos pelas tomadas de preço, custaria, sem as cores, Cr\$ 64,00. "O Cruzeiro", cobrando exclusivamente o papel, para ter o privilégio de colocar na capa o seu nome, fez nos 4 milhões de exemplares, a Cr\$ 18,00, cada um, ao custo comercial de um milhão.

Além das cartilhas, há os manuais do alfabetizador que "O Cruzeiro" imprimiu - não os tenho aqui - manuais que serão distribuídos, um para cada 30 cartilhas. Por isso, foram feitos 150.00 manuais desses, que produzem toda a cartilha e permitem que uma pessoa simplesmente alfabetizada, lendo a lição possa reproduzi-la depois e alfabetizar um outro, ou vários outros brasileiros, no sentido da campanha que procurei promover, que é a de cada

brasileiro salvar pelo menos outro do analfabetismo.

Além dessa cartilha, do caderno e do lápis, tive, no Ministério, oportunidade de publicar estes três conjuntos de obras que me parecem alguma coisa de importante, ao menos para um intelectual que passou algum tempo no Ministério, podem ser objeto de orgulho, de orgulho maior talvez - e permitam-me ser sentimental nisso - para um intelectual que chegou a ser Ministro por ser um homem de muita sorte mas que, não por acaso, é filho de uma professora primária que dedicou trinta anos à alfabetização, que é viva e que tem, para orgulho de seus filhos, uma avenida na minha cidade natal com seu nome, - com a denominação de "Avenida Mestra Fininha" -, tal o carinho que desperta, por ter, durante 30 anos, alfabetizado gerações e gerações. Eu podia, por isso, ter uma idéia de como o Ministério estava longe da professorinha brasileira, de como era necessário fazer alguma coisa por ela. Daí termos feito uma edição monstro, de 150 mil exemplares - esta coleção. Ela reúne volumes de guias: "Como Ensinar Matemática", "Como Ensinar Linguagem", "Como Ensinar Estudos Sociais", "Como Ensinar Ciências", "Como Ensinar Jogos Escolares" e "Como Ensinar Música na Escola Primária". Estes seis volumes representavam a melhor ajuda que podíamos dar a 150 mil professoras normalistas brasileiras que tiveram, assim, um *vademecum*, uma orientação de como melhor ensinar. São 220 mil as professoras brasileiras. Destas, quase 100 mil não têm curso normal; 60.000 não têm nem o curso primário. Para essas que não têm nem primário pouco podíamos fazer. Para as que tem curso normal, demos a ajuda de proporcionar uma coleção destas. As

coleções ainda hoje estão sendo distribuídas por todo o País. Cada professorinha brasileira está recebendo do Ministério da Educação, como uma dádiva, esta coleção de 6 volumes de orientação didática, que pediria aos Senhores Deputados que vissem.

Além destes seis volumes cada professora brasileira está recebendo este "Dicionário Escolar do Professor" de 1.400 páginas, que além de dicionário comum integra milhares de verbetes especialmente elaborados, como verbos conjugados, dificuldades da língua ou do ensino da linguagem, fórmulas matemáticas, que representam, a meu ver, uma grande contribuição ao ensino primário.

Há, ainda, este atlas, feito também em 150 mil exemplares, para doar às professoras primárias. Nele temos primeiro a parte histórica com ilustrações de grande beleza: um mapa do Brasil com as bandeiras estaduais, inclusive a de Brasília; em seguida, para cada século, para cada evento histórico importante, um mapa, com ilustrações tiradas da época e que constituem material de estudo de grande importância para a professora. E, finalmente, um atlas geográfico com informações, para todas as regiões brasileira, quanto à população, área e várias outras.

O SR. BRITO VELHO - Está à venda?

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Este atlas está a venda porque foram tirados mais de 100 mil exemplares para vender a Cr\$ 250,00. Mas a edição que exibo foi feita em 150 mil exemplares, para serem doados, juntamente com os guias e com o dicionário às professoras. O Ministério vende esse atlas

exclusivamente através das bancas da Campanha de Material Didático, embora na minha opinião, deva ser vendido em livrarias, única forma de atingir realmente toda a população.

Além disto, há alguma coisa de assinalável, que não pode ser creditada a mim, mas ao Ministro Oliveira Brito. Quando o Ministério estava entregue ao Deputado Oliveira Brito, chamou a minha atenção para este problema da professora rural, pedindo que dirigisse a elaboração de uma série de livros capazes de ajudá-la em suas funções. O produto dessa encomenda são os volumes que hoje exibo: "A Escola", "Estudos Sociais", "Língua Pátria", "Aritmética" e "Ciências", livros todos preparados para aquela professorinha que não tem curso normal e que, em 80 mil casos não tem nem mesmo curso primário completo, mas que está educando ou deseducando a 2.800.000 crianças brasileiras e que nunca teve a menor assistência por parte do Ministério. Para essas professoras é que foi feita uma edição experimental - porque fazer uma obra dessas é muito mais difícil do que a outra - 25.000 exemplares, metade da qual distribuído em cursos que atingiram 14.000 professoras rurais, em condições de treinamento, por um mês, para aprenderem a técnica de alfabetização, de ensinar contas, etc.

Além disso, para atender à escola média, pudemos editar no Ministério esta "Biologia", esta "Física" que é do mais alto padrão que o Brasil já publicou, e esta "Iniciação à Ciência". Estes livros foram editados para venda. Mas vejam só o preço. Esta "Biologia" ilustrada a cores e com quase 800 páginas que está sendo vendida a Cr\$ 500,00, custaria normalmente, Cr\$

2.800,00. A economia a ser feita por 100 mil famílias que precisarão comprar essa obra para seus filhos é alguma coisa de ponderável. O Governo não gastou nada de mais nisto, porque todo o dinheiro do custo desta edição vai ser recuperado para o fundo de publicações que deveria editar este ano outros tantos livros para ir atendendo a esse grave problema do material didático.

Digo aos senhores deputados que estes livros foram editados em tiragens tão tremendas - de dez milhões, quatro milhões, cem mil, cento e cinquenta mil - que, quem quer de V. Exas. que se interesse, e provavelmente se interessarão, poderá obter exemplares a mancheias no Ministério da Educação, porque nada mais legítima que os próprios representantes do povo ter acesso a este acervo de instrumentos educacionais.

O SR. BRITO VELHO - Pode-se comprar no Ministério?

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Pode-se comprar lá. Mas suponho que, se V. Exas. manifestarem qualquer interesse, o Ministro terá toda honra em lhes oferecer uma coleção.

O SR. BRITO VELHO - Terei todo o prazer em pagar. Vou procurar lá, ainda mais quando vejo que essa Biologia, do Pessoa que nas livrarias do Rio Grande do Sul, se vende a Cr\$ 2.000,00, Cr\$ 2.500,00 se pode obter por Cr\$500,00.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Veja V. Exa. só o seguinte. Tenho um colega, um físico, que há vários anos trabalha na Europa. Ele passou aqui alguns dias de férias e, na volta para Genebra, levando esses livros de ciência, me disse:

"Pois é, isso para mim tem uma importância enorme. As minhas crianças não vêm ao Brasil há vários anos. Quis levar livros didáticos brasileiros, mas eram tão ruins, tão mal feitos em comparação com os suíços, que envergonhavam. No próprio livro eles tinham a sensação de que eram de um país subdesenvolvido, pobre, miserável". E acrescentou: -

Para mim tem uma importância enorme. Os meninos verão que o Brasil produz agora livros de qualidade igual à dos que utilizam na Suíça.

O SR. BRITO VELHO - Tenho a impressão, Professor, de que além desses, outros livros foram publicados pelo Ministério. Percebo o texto de Botânica do Schultz, que está muito bem feito, muito bem ilustrado.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Só trouxe a V. Exas. os livros que foram publicados na minha gestão, no corpo do Programa de Emergência. Tudo isto não estava nos planos comuns do Ministério. Todos têm esta sigla "ABC", que é o símbolo do Programa de Emergência. Então, com os recursos que encontramos no Ministério e através de acordos com os Estados, que aceitaram, gostosamente, em lugar do dinheiro, que lhes estava destinado, que lhes entregássemos parte em material, como cartilhas, cadernos, lápis e livros. Assim foi possível fazer um investimento de mais de um bilhão em livros, que são estes que V.Exas. têm em mãos e que suponho seja alguma coisa pela qual possa ter orgulho de minha atuação no Ministério. Não há nisto, claro, mérito especial algum. Trabalhando no Ministério há tantos anos como técnico, tinha, pode-se dizer, um baú

cheio de idéias. Quando tive oportunidade de executá-las, pude fazê-lo mais rapidamente do que qualquer outro.

O SR. ADERBAL JUREMA - Professor Darcy: esses livros foram incorporados àquela campanha de material de ensino, que tem uma rede de distribuição desses livros em todo o País, a preço módico?

SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Apenas os livros de nível médio, destinados à venda. Esses foram entregues totalmente à Campanha de Material Didático.

O SR. ADERBAL JUREMA - Falo desses livros para venda. Os outros para as professoras, são ofertas. Esses foram incorporados à Campanha?

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Sim. Para os outros fizemos um sistema nacional de distribuição. Sem defeitos, porque não sei se V. Exas. já pensaram no problema...

O SR. ADERBAL JUREMA - Professor Darcy Ribeiro, não acha V. Sa. que esta campanha de livros para o ensino médio, nas bases de uma venda acessível, poderia dar melhor resultado se nós, diante das nossas deficiências, de falta de dinheiro para educação, e é preciso que se proclame que educação é coisa cara em todos os países do mundo - obedecesse a um plano como o que os Estados Unidos têm? Lá não encontro livros pagos para o ensino secundário e, sim, livros por empréstimo que, no fim do ano são devolvidos para que todos os alunos continuem com aqueles livros, por uma educação estabelecida em 5 anos. Essa seria então uma campanha de massa para todo o País.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - O Deputado tem toda razão e está tocando num problema que me dá até certo sentimento de culpa porque não foi possível no Ministério - o que era idéia minha enquanto estive lá - destinar 15% da edição desses livros às escolas médias privadas ou públicas, como um depósito permanente para empréstimo aos alunos. Era nossa intenção fazer isto e proclamo que efetivamente não foi possível fazê-lo. Mas acho que isso é que seria justo; que em todas as edições do Ministério, além da parcela destinada à venda, uma parcela fosse entregue para tal fim. Apenas pude fazer isso com um ginásio de Minas Gerais - porque haviam chegado alguns exemplares ao Ministério enquanto ainda estive lá - o Ginásio Municipal de Belo Horizonte. Eles manifestaram interesse e tive oportunidade de fazer esse oferecimento ao Ginásio, para um depósito permanente. E não tiveram que pagar. Apenas fizemos com esse Ginásio naquele momento. Pretendíamos generalizar, mas outras razões impediram.

O SR. BRITO VELHO - A idéia é absolutamente certa, mas do ponto de vista da exequibilidade, os resultados, nos primeiros anos seriam muito diferentes daqueles que se colhem nos Estados Unidos. Sabemos que o valor do livro para o indivíduo integrado num certo tipo de cultura é muito diverso do valor do mesmo livro para uma pessoa integrada num tipo de cultura como a nossa. De sorte que, imaginar que um livro possa agora durar 5 anos é absolutamente inadmissível. Mas a idéia é certa e precisamos pender para isso. Precisamos esforçar-nos para que essa idéia se concretize, porque é boa.

O SR. ADERBAL JUREMA - Fico satisfeito com a opinião do professor Darcy

Ribeiro. A título de resposta ao colega pelo Rio Grande do Sul, queria dizer que, de 1955 a 1958, fizemos parte de uma Secretaria de Estado - a da Educação - de um Estado pobre, Pernambuco. E com alguma cooperação do professor Anísio Teixeira, através do INEP, criamos aquele sistema para o ensino primário, começando com a distribuição de cartilhas e de livros de leitura de primeira e segunda séries. Na última página, anotava-se o nome do aluno que tinha usado o livro durante o ano. No ano seguinte, anotava-se o aluno que iria usar o livro. Hipoteticamente estabelecíamos 5 anos; isso sem dúvida, com um sistema educativo, de disciplina na conservação dos livros. É verdade que eles não poderiam durar 5 anos inicialmente, porque os hábitos da população infantil brasileira deixam muito a desejar, por seu *standard* de vida. Entretanto, encontrei a melhor receptividade por que os alunos que tinham irmãos, sobretudo - e, em geral, no Nordeste, as famílias são numerosas - tinham cuidado com o livro porque sabiam que para o ano ia ser utilizado pelo seu irmãozinho. Fizemos isso através de uma organização que, ao mesmo tempo em que tem um sentido comunitário, dá certa responsabilidade ao aluno: as caixas escolares. O resultado foi magnífico. Lamento que o Estado de Pernambuco, 4 anos depois tenha parado esse movimento, por falta de verbas e falta de entusiasmo nesse programa de livros de empréstimo. Conseguimos atingir, com o primeiro ano, cerca de 60 mil crianças através desses livros de empréstimo porque sai muito mais barato e é, de fato, um programa de massas.

O SR. LAURO CRUZ. - Presidente, temos debatido, na Comissão de Educação, a

necessidade de os estabelecimentos de ensino terem bibliotecas à disposição dos alunos, com toda a série de livros didáticos, indispensáveis aos cursos e sempre em duplicata ou em triplicata, porque, evidentemente, um compêndio só muitas vezes não pode ser suficiente para atender a todas horas reservadas para a frequência à biblioteca, pois nessas horas se sente, que o aluno também fora das salas de aula está dedicando tempo ao estudo e material necessário a ele, do ponto de vista de livros. Já se tem debatido aqui e, recentemente foi apresentado um projeto que procura disciplinar e fazer o Ministério voltar à edição de livros didáticos e à padronização desses livros. Não sei se a padronização obrigatória seria a mais aconselhável, o uso de um só compêndio. Quando o aluno se vai adiantando, mesmo no curso secundário, já deveria talvez ser habituado a consultar mais de uma obra e, afinal de contas, não se limitar a uma simples apostila ou a um livro só. Mas há de haver, sem dúvida, um livro de orientação segura, como estes de que o Ministério, na sua atuação, deu exemplo, publicando, não só por causa do preço, mas também, para orientação.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Quería dizer que, retomando a experiência que tivemos no Ministério, temos um programa intimamente correlacionado com este: a editora Universidade de Brasília. Acabamos de contratar, com a América, a edição brasileira de toda uma série de livros de ciência que foram elaborados com subvenções da *Ford Foundation* e da *National Science Foundation* e que custaram mais de 20 milhões de dólares: essas obras de Matemática, de Física, de Química e de Biologia, para nível colegial, já estão traduzidas para o japonês, para o

dinamarquês e para o alemão. Penso lançá-las no fim do ano no País. Uma das formas de diminuir o preço foi, em vez de fazer volume tão grossos e com a capa deste tipo, (*exibe*) dividi-los em volumes de, no máximo, 150 páginas, para que um aluno o possa usar sem que o manuseio o estrague demasiadamente. Acredito que esta contribuição da Universidade será de grande relevância. Uma outra coleção que estamos fazendo agora é a Biblioteca Básica Brasileira, cujos primeiros 10 volumes espero lançar em julho e terá 100 volumes. Essa Biblioteca Básica Brasileira se prende também à minha experiência no Ministério. Muitas vezes fui chamado, pelas funções que exercia no Inep, a comprar, naquela sofreguidão terrível de fim de ano, em que a verba é recebida e deve ser gasta até dezembro, e fui obrigado a gastar 20, 25 ou 30 milhões de cruzeiros em livros, para distribuir às escolas normais e a outros educandários.

Ora, era detestável a sensação que se sentia, primeiro porque o parque editorial brasileiro é tão deficiente que não é possível predefinir um livro e dizer: "quero deste 10.000 exemplares" e os encontrar. Nem de "Os Sertões" encontraríamos. Uma ocasião procurei "Os Sertões" e o máximo que pude adquirir foram 400 exemplares, mesmo sendo uma obra básica de cultura nacional. Daí a idéia da Universidade de Brasília lançar os seus recursos, os recursos do fundo editorial que o Parlamento deu à Universidade, na publicação de uma Biblioteca Básica Brasileira que sai inicialmente em tiragem de 15.000 exemplares, para que aquelas obras que todos os brasileiros devem conhecer, obras como "Os Sertões", "Minha Formação", de Nabuco, "Casa Grande e Senzala" ou um

texto histórico, uma gramática, uma antologia, obras deste tipo, estejam realmente disponíveis para qualquer escola que se forme ou para qualquer cidadão que queira ter uma biblioteca básica da cultura do seu povo e da cultura do seu tempo.

Esta é uma das iniciativas que estamos tomando na Universidade.

Queria, agora, nesta prestação de contas à Comissão de Educação dar uma idéia também de como me tenho conduzido na Universidade de Brasília e do que tem feito a Universidade a partir da promulgação da lei que a instituiu.

Todos os senhores sabem, e aqui assinalai, que aquela lei apresentava tantas inovações, que era preciso um Parlamento muito consciente para elaborá-lo, e só depois de dois anos de trabalho é que foi possível alcançar a forma adequada de lançar uma universidade que fosse regida como uma fundação, dentro do modelo das universidades inglesas ou norte americanas, com inteira responsabilidade diante dos poderes públicos, mas com inteira autonomia para conduzir a sua própria implantação.

A Universidade de Brasília foi criada pela Lei nº 3.998, sancionada a 15 de dezembro de 1961. O primeiro desafio diante do qual se encontrou o conselho diretor da Universidade, foi o que implantar a Universidade 3 meses depois de promulgada a lei. Tal necessidade se sentia de atender à juventude de Brasília, que aspirava por oportunidades de educação superior, que o conselho da Universidade deliberou criar imediatamente recursos realizando um esforço extraordinário nesse sentido. Esses cursos foram abertos já em

abril de 1962. estão funcionando e, no momento a Universidade de Brasília tem cerca de 800 alunos regulares, além de 800 alunos em cursos noturnos de extensão cultural.

Nos cursos regulares, estamos ministrando ensino nos campos do Direito, Administração, Economia, Letras, Arquitetura e Urbanismo e abriremos, logo em seguida, no segundo semestre deste ano, Biblioteconomia e, provavelmente, Magistérios Secundários de Arte e Diplomacia.

Isso representa um esforço extraordinário que posso comprovar não com palavras, mas convidando os membros da Comissão para no dia em que houver oportunidade - esse convite deixo em mãos do Sr. Presidente - fazerem comigo uma visita à Universidade, para ver o que se conseguiu nesse período de um ano. A Universidade conta hoje 19 prédios com cerca de 18.000 metros quadrados de edificação, já sendo utilizados, depois de um ano de trabalho e conta com 60 e tantos mil metros quadrados de obras em andamento, tendo em vista a implantação da universidade com sua estrutura própria de Institutos Centrais no começo do próximo ano.

Nossa idéia é oferecer, em 1964 mil matrículas novas nos campos da Medicina, Engenharia e Ciências e, a partir de 1965, oferecer, anualmente, duas mil novas vagas. Esse esforço vem-se tornando possível porque a Universidade de Brasília não é apenas um empreendimento local ou a iniciativa de um, dois ou três quixotes abnegados. A Universidade de Brasília representa, hoje a aspiração mais profunda

da intelectualidade e dos cientistas brasileiros. É fácil compreender isto.

Não tivemos, no Brasil, até hoje, nenhuma universidade que correspondesse, efetivamente, a esse termo. Temos aglomerados de escolas profissionais, estas sim, possuindo uma profunda e veneranda tradição. São escolas médicas, escolas de engenharia, de advocacia, algumas de grande tradição, mas todas elas segregadas uma das outras, isoladas, tanto que alunos de Direito ou de Medicina que entrassem nas respectivas escolas dez anos antes de criar a universidade, ou dez anos depois, não sentiriam diferença alguma, porque antes como depois, cada curso se ministrava separada e isoladamente.

Contamos também como óbices a uma renovação do ensino, além do seu caráter profissional, uma estrutura fundada no princípio da cátedra vitalícia e latifundiária em que o mal maior não está na vitaliciedade, que é uma forma superior de estabilidade, talvez até defensável mas em que o mal está na propriedade inalienável de um campo do saber, que prevalece mesmo quando o professor já não o domina do ponto de vista técnico ou científico, podendo ensinar, desensinar ou proibir de ensinar e conduzindo a uma duplicação de investimentos que faz de nossas universidades, as mais caras do mundo, por custo aluno-ano.

A Universidade do Brasil por exemplo - e não estou falando mal daquela Casa, com que muito me identifico, pois nela ministrei cursos durante vários anos e a ela me sinto extremamente vinculado - tida até recentemente como o padrão da universidade brasileira que todos devam copiar, conta, no campo da Química, com

38 cátedras, cada uma lutando para ter sua própria biblioteca, seu próprio laboratório, seus próprios assistentes. Resulta que tem mais mestres de química do que qualquer universidade de igual número de alunos, mas não tem química alguma, porque aquela que ensina é química para farmácia, química para engenharia, química para medicina, etc. Química mesmo, não tem em lugar nenhum. Essa duplicação precisava ser superada.

O caráter profissional da universidade conduziu, também a outras graves deformações. Nossos professores de ensino superior tiveram sempre na universidade uma espécie de bico. Era sua tarefa menor e era seu galardão de honra. O advogado que era acadêmico, o médico com títulos universitários ou o engenheiro catedrático, exibia esta qualificação na placa do seu escritório e com isso ganhava mais, e mais dedicava a seu escritório, em prejuízo da universidade. Qual era a situação do físico, do químico e do matemático que não podiam abrir escritório para vender matemática, física e química. Nesta mesma universidade articulada para ser um bico que não pagava a subsistência de professor, mas alguma coisa que apenas contribuísse para o seu sustento, tirado de lugar o matemático, o físico ficava como um par isolado, lutando de todos os modos pela sua subsistência e para manter-se fiel às suas atividades docentes e de pesquisa que só poderiam ser cumpridas enquanto ele se dedicasse exclusivamente a elas. Em breve, seria condenado a dar aulas, ou na escola secundária, para completar seu orçamento, ou a se multiplicar por duas ou três faculdades diferentes.

Criou-se assim, no País, sobretudo entre os cientistas e intelectuais desejosos de

devotar-se às atividades culturais, à implantação do saber e do magistério, a consciência da necessidade ao seu sentido dentro do mundo moderno, com fidelidade aos requisitos fundamentais da atividade científica.

O SR. ADERBAL JUREMA - Eu pediria perdão a V.Exa. para interromper sua admirável análise da formação da Universidade no Brasil para considerar que a Universidade de Brasília dentro deste quadro do ensino superior no Brasil, irá nos legar, no futuro e não agora que é muito cedo, sua experiência, porque a universidade é sobretudo, uma universidade experimental. Até agora não tínhamos esse tipo de universidade. Nossos padrões de universidade vieram da Europa e seguiram essa influência da nossa infra-estrutura econômica e social.

Ora no momento V. Exa. está com responsabilidades muito grandes, porque é responsável pelo movimento e pelo funcionamento de um laboratório universitário, que é a Universidade de Brasília. Daqui a alguns anos é que poderemos, então, através dessa experiência e da autocrítica que naturalmente os professores todos os anos, reunidos com o reitor, devem fazer do processo de ensino que estão usando na escola e do processo administrativo que foi adotado através de uma lei aprovada pela Câmara, para nos legar coisa definitiva, porque educação é experimentação e nós não tínhamos, até agora, a não ser através de inquéritos, através de observações um tanto teórica, nenhum laboratório universitário que provasse por A mais B que poderíamos substituir o sistema universitário que temos por um outro sistema universitário que

correspondesse à era industrial que estamos vivendo.

Tenho a impressão de que V. Exa. concorda que a Universidade de Brasília ainda é muito jovem para nos legar essa experiência, mas que no futuro ela poderá trazer grande contribuição para modificar a estrutura das outras universidades do Brasil. No momento, temos que ter cautela e observar esta experiência.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Concordo com V. Exa. Efetivamente, esta é a situação e era precisamente isto que procurava indicar para chegar à conclusão de que estamos diante de uma profunda contradição, até agora não resolvida, entre a existência de escolas profissionais, que têm elas próprias, uma tradição profunda e venerável e a universidade, criação recente, surgida depois de 1931 e dominada ainda pelas escolas que a compõem, estruturadas profissional e antiuniversitariamente.

A contradição entre essas duas coisas coloca diante da intelectualidade brasileira, diante de todo o País como uma tarefa do seu amadurecimento, a reforma da estrutura da universidade com o objetivo de criar, experimentalmente um outro padrão. Tal é a Universidade de Brasília. Tenho procurado convencer vários professores e ilustres deputados que a fórmula apresentada pela UnB não é livremente multiplicável. Não julgamos nunca que as outras universidades deversem abandonar a estrutura que tem, para tentar esta. Inclusive, isto seria impossível pois nossas universidades tradicionais sabem cumprir sua missão enquanto o seu objetivo seja o de formar médicos, advogados e engenheiros. É seguro que precisam formar mais e melhores

médicos, advogados e engenheiros, mas não pelo processo de abandonar sua estrutura adotando uma nova que é experimental.

Colocava-se todavia, para a cultura brasileira, como tarefa fundamental, a de criar uma universidade que correspondesse às necessidades da formação científica moderna. A universidade passou nos últimos séculos e nos últimos anos por um intenso processo de redefinição. A primeira estruturação da universidade foi na forma de escola dedicada essencialmente ao estudo da Teologia, e ao cultivo da erudição clássica. Vejo, depois, a ruptura entre a universidade e a Teologia, rompimento muito positivo na época em que se deu, porque a Teologia representava, então, o papel de dona, de mestra impeditiva do progresso da ciência nascente. A universidade então, de principalmente teológica passa a ser essencialmente profissional. Mas com o desenvolvimento da ciência, sobretudo na Alemanha, no começo do século, a universidade passou a incorporar a ciência e a técnica. Muita gente acredita que a quase vitória da Alemanha na primeira guerra mundial, se deve aos laboratórios de física e de química que se instalaram na universidade alemã antes do que em quaisquer outras universidades do mundo. Foi na Alemanha que a universidade deixou de ser principalmente profissional, para voltar-se para a ciência e para a tecnologia. Esta etapa - a incorporação da ciência e da tecnologia como preocupação fundamental - ainda não foi cumprida nas nossas universidades

Apresentava-se, assim, para a Universidade de Brasília, uma situação de privilégio que era a oportunidade de tentar instituir no Brasil, a partir de zero, uma

universidade nova. Temos, 'pois todas as fraquezas e todas as forças de quem começa do nada. Quem começando do zero, não tendo erros a corrigir pode sonhar mais ambiciosamente. Mas quem, partindo do zero, tem também carências e necessidades a preencher de um montante muito maior.

Um outro privilégio da Universidade de Brasília é a oportunidade de redefinição do próprio conceito de universidade, abandonando aquele molde de universidade leiga, marcada de laicismo francês hoje um pouco *demodé* e que postulava uma oposição insaciável entre universidade e a Teologia. Assim é que, na Universidade da Brasília, pela primeira vez, uma universidade leiga acolhe um Instituto de Teologia. Aliás, em certas áreas, como na Inglaterra nunca houve o rompimento e o *Divinity doctors* permaneceu, sendo dado pelas universidades...

O SR. ADERBAL JUREMA - Oxford.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO- ... universidades inglesas. A regra porém foi a separação: institutos teológicos e doutrinários de um lado, e científicos - universitários, de outro. No caso da Universidade, pela primeira vez uma universidade leiga do mundo latino não só aceita mas pleiteia incorporar um Instituto de Tecnologia Católica, e o faz pelo reconhecimento de que, com o desenvolvimento do saber e a maturidade da própria ciência, a universidade pode voltar a representar seu papel de *Universitas*, estar aberta a todas as doutrinas que tenham categoria acadêmica.

Em grande parte isso deve ser entendido como fruto principal de Brasília que,

ensejando a redefinição do novo modelo de Universidade poderá contar com uma universidade própria, capaz de impulsionar o desenvolvimento da ciência e da Nação. Brasília é, a meu ver, o produto mais maduro da cultura brasileira, em muitos sentidos. Foram precisos séculos de esforço culturais, para produzir, no Rio de Janeiro, mestres, inteligências, saber e arte, como os de Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer. Eles são legítimos herdeiros não só da cultura humana, mas da cultura daquela velha cidade do Rio de Janeiro. Quando se tratou de fazer uma capital tínhamos no Brasil os homens capazes de projetá-la. Imaginem que fiasco internacional Brasília teria sido, se isso fosse feito no estilo Ministério da Fazenda? Que fiasco internacional tremendo se esse empreendimento não fosse marcado como a grande façanha artística de nosso produto mais maduro da cultura e da arte brasileiras ao menos no campo da arquitetura e do urbanismo. Ora, qual é a garantia que temos de que Brasília que vai tomar, ela própria, iniciativas muito mais importantes do que a criação de uma capital, infunda a este empreendimento a estas iniciativas, a mesma alta categoria cultural, o mesmo caráter inovador, o mesmo sentido, já não arquitetônico, já não urbanístico, mas social, econômico e técnico?

O Rio de Janeiro foi, por anos e anos, criticado de ter mentalidade de asfalto. Brasília poderia, no futuro, ser criticada de ter mentalidade de capim, se para esta cidade, simultaneamente com o planejamento das ruas, dos edifícios, das escolas, das creches, não se projetasse, também, uma universidade, uma universidade que seja para Brasília a transplantação da cultura brasileira e do saber brasileiro, uma universidade capaz de

constituir-se como o centro cultural da capital e o núcleo capaz, por sua vez de tornar, a capital madura para interagir e conviver com os outros centros culturais brasileiros. Essa a tarefa que a Universidade de Brasília é chamada a exercer.

Realmente, o problema que nos foi colocado não se restringia a criar uma universidade em Brasília. Era inevitável que na cidade - capital surgisse uma universidade. O problema, como mostra muito bem Aderbal Jurema, era o de escolher entre repetir aqui a universidade do tipo comum, que se multiplica pelo País afora e com uma mediocrização crescente do modelo original ou tentar aqui uma estrutura universitária nova, capaz, não apenas de somar-se às outras como mais uma, mas capaz de ser aquela que pudesse dinamizar, ao longo dos anos, as demais universidades.

Acredito que estamos neste caminho, não só por aquilo que já há na Universidade e que pode ser visto, e que chamo os Senhores Deputados para verem, mas, sobretudo por aquilo que ela será. A partir de 1964, com a implantação dos Institutos Centrais, receberemos, primeiro, mil, depois dois mil alunos por ano, para carreiras técnicas e de ciência. A Universidade de Brasília dará assim o salto que mudará a qualidade da cultura brasileira, amadurecendo-a para pleno domínio da ciência moderna.

Neste momento, já temos na Universidade de Brasília cursos de pós-graduação que abrigam já setenta e tantos jovens, formados há 3 e 5 anos, em todo o Brasil, que vieram para Brasília a fim de fazer, em cursos pós-universitários, pela

primeira vez instituídos como atividade regular em nosso País. Pela primeira vez, casas foram construídas, cursos foram montados, para que pessoas já formadas prosseguissem estudando, porque a atitude da universidade brasileira, até agora, era de considerar que quem se formou devia ir cuidar da sua vida e, eventualmente, só poderia voltar para um curso de especialização ou outro.

Aqui se trata de dar cursos de um padrão mais alto, como, por exemplo, o de arquitetura, com uma procura internacional extraordinária. É claro que, neste campo, é fácil, quando se oferece a um arquiteto finlandês, mexicano ou francês a oportunidade de ter como objeto de estudo a cidade de Brasília como núcleo de experimentação, o projeto da própria universidade em construção e como centro de treinamento, o escritório de Oscar Niemayer. Isso tem, naturalmente, uma importância muito grande. Mas em Matemática temos já a mesma coisa. Neste momento cerca de 20 jovens, selecionados no País inteiro, fazem o *Master Degree* em Matemática, na Universidade de Brasília, ou seja, aquele grau pós-universitário que dá ingresso à carreira acadêmica. No próximo ano, com a implantação dos Institutos Centrais isto será feito, além de Matemática, também em Física, Química, Biologia e Geo-Ciências. Assim, pela primeira vez no Brasil, teremos a partir de 1964, cursos de pós-graduação em todos os campos da ciência e, em 1966, cursos em nível de *master* também para todos os campos da Tecnologia, todas as engenharias, as ciências médicas e as ciências agrárias. E, esperamos que em 1967, possamos alcançar, em todos esses campos, também o nível de *Philosophy Doctor*. Isto importa também,

numa renovação da própria carreira universitária, que assim formará seus próprios mestres em vez do heróico mas ineficaz autodidatismo daquele que estuda no quarto, com sacrifício enorme, para comparecer diante de uma banca, naquela ridícula situação do concurso de cátedra, que só o Brasil e Portugal mantêm e que é, aparentemente, o exame mais duro do mundo que, de tão rigoroso deveria ter produzido o melhor professorado do mundo e nós sabemos que isso não se deu. É evidentemente um equívoco, tanta exigência brasileiro - portuguesa para alguma coisa em que os outros povos não têm, aparentemente, tanta preocupação, mas em que alcançam resultados muito maiores, pois fazem-no de maneira incomparavelmente melhor. Nosso concurso espetaculoso em que o candidato é chamado ao impossível, é, na verdade, uma farsa. Nenhum cientista responsável do mundo, concordaria em concorrer a um concurso de cátedra nas bases brasileiras. Imaginem se Einstein escolhesse o Brasil, aos invés de ter ido para os Estados Unidos. Aqui seria chamado para ministrar uma cadeira, a fazer concurso em que teria que responder perguntas feitas ao acaso e segundo as fantasias do examinador sobre qualquer aspecto da Física, inclusive sobre a história da Física.

O SR. BRITO VELHO - Por pessoas que saberiam cem vezes menos do que ele.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - A primeira atitude de Einstein seria dizer: "Eu não sei isto. Não sou capaz de falar disso. Não sou uma enciclopédia da Física". Isso é o que continuamos a pedir no Brasil e em Portugal a cada candidato ao magistério superior. É disso que algumas pessoas

continuam orgulhosas, como se fosse coisa, ao menos, defensável. Isto é o que na Universidade de Brasília estamos substituindo por um processo em que um jovem entra na universidade e tem um prazo de dois anos para dar aulas e simultaneamente obter o grau de Mestre. Obtido o grau, com alto padrão, ele pode ir para qualquer universidade brasileira, mas se nós o escolhermos, ficará em Brasília e assumirá o cargo de Assistente. Como Assistente terá o prazo de 3 anos para fazer um doutorado, e, se não o fizer, saíria fatalmente da Universidade.

Portanto, esperamos, damos condições de trabalho e pagamos para que um jovem, depois de formado se tem talento, tente, durante 5 anos, ser professor da Universidade; mas ele só se integrará no corpo docente da Universidade depois de ter o seu doutorado, exercendo as funções de assistente, relevando, pois que é não só capaz do doutorado, mas também é eficiente no exercício das funções docentes e capaz de integrar-se no corpo da Universidade. A seguir as etapas posteriores, o cargo de Professor Associado e de Professor Titular, ele só alcançará pela qualidade do trabalho científico ou cultural que produzir e que, de 5 em 5 anos, será revisto pela obra que tenha publicado. Assim se está julgando aqueles que vieram para Brasília e os que virão no futuro; pela obra que efetivamente fazem, pela qualidade do trabalho científico que produzem, pelo descortínio, pelo tirocínio como professor e não pela incidentalidade, pela teatralidade de um concurso que todos nós sabemos como é montado e feito. Esta é a Universidade que se está implantando

Apenas gostaria para ter uma visão talvez perfeita de como está estruturada a Universidade que V. Exa. nos explicasse ainda de que forma nesta universidade, foi superada aquela separação quase estanque nas faculdades que constituem tradicionalmente, as nossas universidades.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO- Eu pediria ao nobre Deputado que tivesse mais um pouco de paciência. Responderei em seguida a V. Exa. Queria apenas completar o meu raciocínio.

O SR. BRITO VELHO.- Pensei que V.Exa. não ia tratar do assunto.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Vou tratar, mas quero focalizar antes um outro aspecto. A Universidade de Brasília e, como qualquer empreendimento educacional sério, uma obra muito cara e eu devo dar explicações sobre isto. Não é muito cara em relação ao que outras universidades brasileiras recebem, porque, provavelmente alcançado um dia o que nossas maiores universidades recebem ou alcançando hoje metade disto, daria para a implantação de sua estrutura que é muito mais econômica

O SR. ADERBAL JUREMA- Mas aí com este caráter experimental, ela se tornará, para o Brasil, barata porque, estamos fazendo essa experiência que poderá servir de exemplo para todo o País, ao invés de fazermos experiências parceladas, em diversos estados da Federação estamos reunindo esforços para fazer esta experiência em Brasília. O mal do Brasil tem sido justamente a criação, a multiplicação de universidades que não têm capacidade de representar, perante a cultura brasileira um padrão universitário e, então,

O SR. BRITO VELHO - Estou ouvindo sua explanação, com grande interesse.

nós diluímos verbas, numa multiplicidade enorme de universidades em todo o País, quando poderíamos ter apenas universidades regionais. Logo, se justifica a despesa de Brasília porque, se se trata de uma experiência, nós sabemos que toda experiência pedagógica tem que ter um orçamento diferente da escola em rotina.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Exatamente. Mas há um outro aspecto. Além da Universidade que se justifica nessa experiência que fosse feita nos lugares sob controle e as feitas de maneira a não serem julgadas nunca, além dessa vantagem a Universidade se pagará pela formação de professores brasileiros para as outras faculdades. Considerem os Senhores apenas um fato. Quando se criou o Instituto mais ambicioso das universidades brasileiras, que foram as Faculdades de Filosofia, primeiro em São Paulo, pela equipe de Armando Sales de Oliveira, e depois no Rio de Janeiro, foram importados dezenas de professores estrangeiros, porque se sabia que no Brasil não havia botânicos, antropólogos, psicólogos, sociólogos e 50 especialistas mais de campos que precisavam ser ensinados pela primeira vez nessas universidades. Mas, em seguida, aquele padrão foi multiplicado e hoje tem 93 faculdades de filosofia, sem que em nenhum outro caso fosse importado um professor sequer. Foi na pura e ousada improvisação, foi declarando que fulano era botânico e beltrano era geógrafo, que isso se fez. Enquanto Geografia, Botânica, Antropologia ou Geologia podiam ser um discurso, porque não eram matérias que interessassem ao desenvolvimento nacional porque era um discurso meio irresponsável meio intelectual de um país que vivia da tradição oral marginal à ciência, era

possível continuar com essa brincadeira. Mas hoje com um país que tem de integrar-se no mundo moderno e em que ciência é o ingrediente mesmo do progresso e do desenvolvimento, é preciso superar essa situação, e uma das tarefas que cumpre à Universidade de Brasília é concentrar aqui esses cursos, de maneira a poder aqui chamar os assistentes, já não os catedráticos que não possam ser recuperados, mas os jovens assistentes, coisa que aliás já começamos a fazer este ano para Matemática e faremos no ano que vem para todos os campos da ciência. Chamar os jovens assistentes de todas as universidades brasileiras e de todas as faculdades isoladas, assegurando-lhes bolsas para aqui deixarem de ser eles também, amadores ou autodidatas e se tornarem realmente herdeiros das técnicas do saber que devem ensinar.

Outro aspecto que devo assinalar ao esforço de implantação da Universidade de Brasília é que, neste momento, já contamos com fundadas esperanças de obter de instituições estrangeiras e internacionais até março do próximo ano, as seguintes parcelas de contribuição financeira: mais de 600 mil dólares da Ford Foundation para a biblioteca de ciências e outros objetivos, 850 mil dólares do BID para investimentos, um milhão e oitocentos mil dólares do Fundo Especial das Nações Unidas; 250 mil dólares do governo francês para o ensino de Geologia; e, além disso, estamos tentando ainda, junto aos governos alemão, japonês e inglês, outras ajudas.

O melhor plano até agora apresentado por um país da América Latina para ensino superior à Aliança para o Progresso, foi o nosso, que é um pedido de empréstimo e não

de doação, de 15 milhões de dólares. Tivemos, na semana passada, a visita de uma comissão que veio de Washington discutir conosco este plano a que se vai seguir uma comissão maior, para estudar, profissionalmente, o projeto e que provavelmente, se a Aliança prosseguir em suas atividades além dos 3 milhões de dólares que já temos para gastar até março, nos assegurará pelo menos 7 dos 15 milhões de dólares solicitados.

O projeto de Brasília, por sua qualificação, o fato de que associou os melhores e mais capazes cientistas brasileiros, que foram os que a projetaram e a estão realizando; o fato, também, muito importante, de localizar-se em Brasília - que tem uma grande repercussão, uma grande receptividade internacional - permitirá que uma universidade brasileira que o Brasil, receba recursos de vulto muito superior a tudo que até agora foi recebido. Os recursos mais altos que uma universidade brasileira recebeu até hoje foram da ordem de 300 mil dólares. Vejam a proporção entre isto e mais de 3 milhões de dólares já praticamente assegurados pela qualidade, pela respeitabilidade, pelo sentido do Plano Orientador de implantação da UNB, que é este (*exibe*) e que aqui está à disposição dos senhores para exame. Trata-se, naturalmente, de um plano experimental e esse é o seu privilégio maior, pois nos permitirá redefinições progressivas à medida que avance a própria experiência da implantação, para alcançar aquele aprimoramento indispensável.

Antes de responder ao nobre Deputado pelo Rio Grande do Sul, seja-me permitido focalizar um outro aspecto. Em algumas regiões brasileiras surgiu a crítica de que a

Universidade de Brasília estaria destruindo as outras universidades por tirar-lhes o melhor do seu pessoal docente. Aceito a crítica. É verdade. Não só atraímos alguns dos melhores, como pretendemos trazer os melhores mesmo para cá. A Universidade de Brasília não é a aventura de uma pessoa, não é desvario quixotesco. É o desafio maior que já se apresentou à cultura brasileira por isto mesmo não pode ser conduzida por menos do que pelos melhores.

É natural, então, que o lugar dos melhores seja aqui, e que a Universidade deve ter sua porta aberta já que não tem o sistema de cátedra - para que o melhor físico químico, para que o melhor químico teórico, para que o melhor bioquímico, para que o antropólogo encontre aqui seu lugar natural de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Já tenho ouvido críticas à Universidade de Brasília, com a seguinte observação: porque a Universidade, não contando com elementos próprios, ela os tem ido buscar fora daqui, não procurá-los no estrangeiro, a fim de não desfalcar as nossas escolas?

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Grande parte destes recursos a que me referi destinam-se à contratação de professores, cientistas e técnicos estrangeiros, e eu poderia dar um depoimento dos esforços que estou fazendo neste sentido. Por exemplo, estou pedindo nesta semana ao Embaixador japonês uma missão de 20 cientistas daquele país. O Japão é um dos países que alcançou mais alto nível técnico e científico nos últimos anos no mundo, e é dos poucos países que tem sobra de pessoal com alto padrão. Para nós é vital que venham os japoneses. Por outro lado, como é sabido, hoje há dois sistemas de recrutamento de

cientistas no mundo: o russo e o norte-americano, dois sistemas científicos vigorosíssimos lutam um contra com o outro.

A Rússia criou, na Sibéria, há poucos anos, dentro dessa competição, uma cidade científica, uma espécie de Universidade de Brasília multiplicada por mil qu, inicialmente, recebeu 30.000 cientistas escolhidos entre os melhores cientistas russos que tinham nível acadêmico mais alto e com menos de 45 anos. Como se vê, o recrutamento tanto do lado russo quanto do lado norte-americano é de tal ordem que cada cientista está com propostas em cima da mesa; mesmo gente modesta como eu, como antropólogo, tenho na mesa, freqüentemente propostas de trabalho no estrangeiro.

Mas precisamos apelar, também, para brasileiros com alta formação científica que vivem no estrangeiro. Só no campo da física temos 16 especialistas do mais alto padrão que hoje são professores em universidades do mundo inteiro porque jamais puderam voltar para o Brasil. E não puderam voltar, porque, um físico doutorado, digamos na Inglaterra, se quisesse voltar à sua pátria, aqui não só lhe faltariam as facilidades de pesquisa e convívio com que conta fora, mas sobretudo, aqui só poderia ser assistente de algum improvisado catedrático, mas dono legal da sua cátedra. Por isto é que temos, só em física, 16 especialistas no estrangeiro. Nos outros campos os números são equivalentes e a todos pretendemos convidar para o Brasil, porque, não sendo cátedras contando com um sistema de departamentos, poderemos recrutar 2, 3 ou mais técnicos do mesmo campo, se precisamos deles, e se tem nível para trabalhar na Universidade.

Apesar disso, recrutando, embora todos esses especialistas brasileiros no estrangeiro, será indispensável contar com um grande corpo de professores de outros países. É indispensável, porque o Brasil já amadureceu demais para que possa repetir a experiência de São Paulo, sobretudo em alguns campos. Em São Paulo a equipe de Armando Sales de Oliveira, de J. Mesquita, a equipe que fez a Faculdade de Filosofia, chamou professores estrangeiros que vieram dar aulas a alunos da primeira série. Ora, não tem sentido chamar um professor da França, da Inglaterra ou do Japão para dar aulas a menores de 18 anos que acabaram de sair da escola média. Nem se consegue, para isso, um professor de alta qualificação. O professor, altamente qualificado de fato, só vem dar cursos pós-graduados, cursos pós-universitários. Assim é que pretendemos trazer professores de alta qualificação para os cursos de mestrado e de doutorado; mas esses cursos de mestrado ou programas de doutorado serão dados a pessoas que são atualmente professores em outras universidades brasileiras. Creio que o ressarcimento, a Universidade de Brasília o dará, e começará, muito em breve a reexportar esse pessoal que, uma vez tendo grau aqui, poderá voltar às suas universidades de origem.

O importante é que, em algum lugar do Brasil, essa maturidade seja alcançada. Em algum lugar do Brasil precisávamos tornarmos capazes de ter um grau de mestre ou de doutor em qualquer campo do saber, e Brasília é a primeira oportunidade que aparece para dar este passo. Tal não se dá, porque Brasília, como Universidade seja mais forte, por exemplo que São Paulo, que é uma Universidade de qualidades extraordinárias; mas porque o próprio

caráter profissional da estrutura de nossas universidades tradicionais - que as transforma em conglomerados de escolas de Direito, não só separadas mas até hostis as de medicina, de filosofia, de engenharia - esse caráter impede que elas amadureçam para pleno cultivo de atividade científica.

E com isso passo a responder à pergunta do ilustre Deputado Brito Velho, do Rio Grande do Sul. As universidades brasileiras podem ser, em sua estrutura, compreendidas através deste esquema que, creio, V.Exas. vêem nesta página (*mostra*). Aqui em baixo, está representada a estrutura nas universidades brasileiras. O aluno que completa o curso secundário e passa ao vestibular, ao entrar para a universidade, ingressa de fato numa escola profissional de medicina ou outra e aí fica por 5 a 6 anos até se formar sem qualquer contato ou convívio com estudantes de outra formação profissional. Esse é o modelo mais estreito, mais antigo, mais obsoleto de organização universitária que se conhece. A estrutura da Universidade de Brasília, muito mais próxima das universidades inglesas, alemãs, norte-americanas ou russas não é um sistema de faculdades profissionais. O aluno ingressa nos Institutos Centrais, onde faz dois anos de cursos básicos. Depois destes anos de formação comum e que passa para as faculdades onde faz 3 a 4 anos de preparação profissional. Nos Institutos Centrais ele tem a sua formação científica ou humanística fundamental; nas Faculdades terá o treinamento profissional. Essa é a primeira diferença fundamental: ao invés de estar brincando de fazer cientistas - é o que todos nós professores somos obrigados a fazer, o professor de histologia, por exemplo em lugar de ensinar o jovem a

ter lâminas para saber distinguir o micróbio tal, da bactéria tal, faz de conta que está fazendo de todos os alunos cientistas em histologia - em vez dessa confusão, altamente deletéria, aqui se distingue o que é ensino fundamental do que é treinamento e adiestramento profissional em duas etapas bem separadas. Mas além dessa possibilidade de ao fim da segunda série ir para a Faculdade profissional, o aluno pode ficar mais uma série no Instituto Central a fim de obter um bacharelado para prosseguir numa linha de especialização científica ou encaminhar-se para a Faculdade de Educação ou para a Faculdade de Biblioteconomia, com o objetivo de devotar-se a estas ordens de serviços.

A inovação fundamental aqui é que ao invés do futuro cientista ou professor ser selecionado entre aqueles jovens meio exóticos, meio extravagantes que aos 17 anos resolveram ser pesquisadores ou professores, a seleção faz-se entre todos os alunos da Universidade sejam quais forem suas opções profissionais originais. Assim o aluno que desejava ser engenheiro, advogado ou médico, a todos eles a especialização científica e o magistério são oferecidos como alternativas naturais baseadas na aptidão que demonstrem no domínio de um campo do saber e a capacidade de comunicá-la.

Nesta página (*exibe*) se pode ver a estrutura dos Institutos Centrais porque a estrutura mesma da Universidade vem aí retratada nessas três faixas. Em vez de a Universidade estar composta de Faculdades apenas de Direito, Medicina, etc, e de um conselho universitário que se reúne de vez em quando, em vez dessa simples estreita estrutura, a Universidade de Brasília comporta três ordens de órgãos: os Institutos

Centrais que cobrem as ciências fundamentais (Matemática, Física, Química, Geo-Ciências, Biologia, Ciências Humanas, Letras e Artes), as Faculdades profissionais, resumidas em seis grupos (Educação, Ciências Políticas e Sociais, Ciências Médicas, Ciências Agrárias, Tecnologia, arquitetura e Urbanismo) e, finalmente, Órgãos Complementares que são o Rádio e TV (Centro de Teledifusão educativa), a Biblioteca Central, o Estádio Universitário e todos os serviços que a Universidade deverá ter quando se constituir como "campus", onde viverão professores e alunos.

O sistema funciona do seguinte modo: um jovem que deseja ser engenheiro vai para a Universidade de Brasília e por dois anos frequenta os Institutos Centrais de Matemática, Física e Química, tendo treinamento paralelo em Mecânica e Eletrotécnica. Ao fim desses dois anos - e só ali se aprende matemática, física e química, porque não há duplicação disso e, assim, os laboratórios, bibliotecas e pessoal estão todos concentrados - se ele revela um nível científico alto e uma capacidade extraordinária para a pesquisa, pode deliberar, aconselhado pelo seu orientador a seguir a carreira profissional originalmente escolhida. Delibera, então, ficar no Instituto de Matemática, para ser um matemático; de Física, para ser um físico; de Química para ser químico. Já aqui temos uma grande inovação. O recrutamento do cientista, em vez de ser feito, como dizia, entre os jovens exóticos que muito cedo decidem ser cientistas sem nenhuma possibilidade de julgar suas aptidões, só se faz depois de experimentar e demonstrar que tem realmente talento. Mas, quem não deseja ou não tem nível para seguir uma carreira

científica - e esperamos que esse nível seja alcançado apenas por 6% dos alunos da Universidade, para que haja realmente uma seleção alta dos quadros intelectuais em que a Universidade e a Nação inteira vai intervir porque estarão afastados dos processos produtivos para só se dedicarem à ampliação do saber - a massa maior, em suma irá para as faculdades profissionais para ser engenheiro mesmo, ao nível de engenheiro de cinco anos, pela UnB. Mas, se não consegue alcançar os mínimos para tal terá uma formação principalmente prática, como técnico em engenharia mecânica, elétrica, eletrônica, de construção ou outra especialidade.

Vêm V.Exas. que é uma estrutura muito mais flexível que comporta concentrar recursos, devido ao princípio da não duplicação: física ou química, matemática ou antropologia, só são ensinados em um lugar e o curso, portanto, pode ser dado de forma muito mais completa.

Vamos exemplificar um outro campo. Por exemplo, Direito do Trabalho. Normalmente, na Universidade brasileira há um catedrático com assistentes e instrutores de direito do trabalho, na Faculdade de Direito, outro na Faculdade de Ciências Econômicas, outro na Escola de Administração. Na Universidade de Brasília haverá um só departamento de direito do trabalho e da empresa, com um grupo de professores capaz de dar cursos a qualquer estudante que deve estudar a matéria. Esse procedimento muda completamente o caráter do curso por que, ao invés de o programa de direito do trabalho - para citar o mesmo exemplo - ser dado apenas naquela Quarta Série de Direito, para estudantes que não sabem nada de direito do trabalho e em que o professor faz um discurso sobre a

disciplina - o estudante frequentará um centro que é um núcleo de preparação de repertórios sobre legislação do trabalho, de estudos e investigações sobre a regulamentação das relações do trabalho onde terá uma visão muito mais rica desse campo do saber. E, como os cursos da Universidade estão abertos a quem os queria frequentar e tenha nível para segui-los, isso permite que o referido curso de direito do trabalho seja franqueado por advogados que militam neste campo, mas decidam especializar-se, levando sua experiência prática à Universidade.

A presença desse aluno especial, muda completamente o processo do ensino, porque obriga os professores a terem os pés no chão e tratar com o problema das regulamentações mesmo, das relações de trabalho, na forma por que se apresentam na vida social ao invés de fazer do ensino um discurso erudito.

É uma estrutura de flexibilidade muito maior, graças a esses sistemas de institutos, a esse escalonamento, e, ainda ao fato de que a unidade da Universidade não é a cátedra, que chamei de latifundiária, mas o departamento.

Este consiste no grupo de professores responsáveis por um campo do saber que coletivamente trata da sua tarefa e que, a cada princípio de ano, dividem entre si as tarefas docentes e de pesquisa. Isto é de uma importância vital. Vejam só: fui, por 7 anos, na Universidade do Brasil, professor de Etnologia Brasileira. Cada ano tinha que dar o mesmo curso para o mesmo tipo de aluno, ou seja, dar Introdução à Etnologia Brasileira para alunos da Terceira Série do curso de geografia, para alunos da Segunda Série do curso de História e para alunos da

Terceira e Quarta Séries do curso de Ciências Sociais. Por mais que quisesse renovar-me, tornar-me pelo menos reiterativo, só o fato de estar fazendo pesquisas de campo e de me dar ao desprazimento de falar delas com os alunos, permitia variar as aulas. Porque, do contrário, ao fim de 7 anos já teria decorado aquilo e só seria capaz de repetir o que havia dito nos anos anteriores. Tratando sempre com o mesmo tipo de alunos e dando sempre uma subdivisão estreita de uma ciência, o professor vê-se compelido a uma rotinização que liquida com qualquer criatividade intelectual. Se, em lugar disso, o professor está - como na universidade norte-americana, russa, inglesa, alemã ou sueca - no corpo de um departamento, que decide o que cabe a cada um deles ensinar cada semestre, não só o obriga a estudar e a renovar-se, mas o livra do triste papel de repetidor mecânico das mesmas aulas. Todos nós sabemos o que é dar um curso pela primeira vez e dá-lo pela sétima. Ao fim ninguém estuda mais; é preciso um esforço enorme para guardar meia hora a fim de reter a notazinha e se cai fatalmente sebesta, não porque se deseje, mas porque é inevitável.

O sistema de departamento é, pois, muito mais rico. Claro que é muito exigente para o professor; claro que não pode ser feito com o amador, com o professor de meio período, com o professor que tenha seu escritório de advocacia e que vai dar umas horinhas, 3 ou 4 semanais, à universidade. Só se pode fazer com um professor profissional, que viva exclusivamente para isso, que esteja sempre na Universidade e cujo objetivo seja o desenvolvimento do seu campo e a transmissão do conhecimento. Então, tudo isto importa, natural e

fatalmente num tipo de universidade completamente diverso do que temos tido até aqui.

V. Exas. desculpem ter sido tão prolixo.

O SR. BRITO VELHO - Sr. Reitor. Observando estes guias de acesso noto que há duas entradas. Quem quiser fazer a escola de licenciados pode penetrar, ou através desse chamado curso básico, ou pode ingressar diretamente na escola de professores de ensino pedagógico.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Vou tentar explicar a V.Exa. Essa Faculdade de Educação da Universidade de Brasília é uma inovação. Nossa universidade tradicional jamais se interessou pelo ensino primário, embora ele seja tão importante quanto a medicina, talvez mais importante até, mas nunca entrou na temática da escola superior brasileira. A própria Faculdade de Filosofia brasileira só se interessa por um tipo de professor secundário. Nunca tivemos escolas para formar o professor de escola normal, o professor de escola agrícola o professor de escola industrial. Na universidade de Brasília, na Faculdade de Educação, procura-se abranger todos esses campos. Primeiro introduzimos o Curso Normal Superior, porque, numa cidade como Brasília, por exemplo, onde em breve - e é desejável que aconteça - as professoras primárias perceberão 60 mil cruzeiros por mês de salário, já é perfeitamente possível exigir-lhes uma formação de nível superior. O que não é concebível é que uma menina de 17 ou 18 anos que terminou o curso de nível médio, que está em tempo de estudar, vá ter um emprego equivalente a 3 salários mínimos, além dos muito privilégios como 4 e meia horas de trabalho por dia, aposentadoria aos 25 anos, 3 a 4 meses de

férias ao ano. Estas condições fazem do magistério primário o emprego mais disputado, na cidade de mais alto nível de vida do Brasil. Então, já é perfeitamente possível elevar a formação da professora primária do nível médio para o superior e, acredito que, quando a Universidade abrir no próximo ano, cursos para formação de professores em nível superior, exigindo que tenham o curso ginásial, teremos grande número de candidatas. Colocamos o acesso dessas candidatas diretamente à Faculdade, por não ser possível exigir dessas moças, que já vão passar do curso médio para o superior, que façam ainda os Institutos Centrais para serem professoras primárias. Poderão com o diploma de colégio entrar diretamente para o Curso Normal Superior da Faculdade de Educação e, depois de dois anos de estudos e um treinamento em serviço, graduar-se como professoras primárias ou especialistas em matérias da escola primária. Essa estrutura, essa singularidade, foi colocada aqui por esta razão.

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Antes de dirigirmos perguntas ou pedidos de esclarecimentos ao Professor Darcy Ribeiro quero em nome da Comissão de Educação e Cultura, agradecer a S. Exa. a gentileza da sua visita, a brilhante exposição que acabou de fazer sobre aspecto geral da educação no País.

A Comissão de Educação e Cultura está realmente iniciando uma nova forma de trabalho. Não se limitará tão-somente a relatar projetos por ventura submetidos à sua apreciação, promoverá encontros como o desta tarde, altamente úteis, quando os parlamentares se poderão inteirar de ocorrências importantes no campo educacional. Felicito por isso o nobre

Deputado Ewaldo Pinto, por cuja iniciativa foi feito este convite de hoje ao Professor Darcy Ribeiro. Essas iniciativas serão aqui reproduzidas muitas vezes a fim de que possamos ter como na tarde de hoje, o privilégio de ouvir expoentes altamente categorizados em nosso País, instruindo a Comissão, pois que sempre temos muito a aprender. Viemos de diferentes Estados sem tempo na maioria dos casos, de nos especializarmos em todos os campos da cultura. Teremos assim, a possibilidade de nos informar devidamente e oferecer nossos pronunciamentos mais acertados aos projetos porventura submetidos à nossa consideração.

O SR. EWALDO PINTO - Sr. Presidente, como autor de sugestão que tive a honra de encaminhar a V.Exa. quero cumprimentá-lo pela disposição em que se encontra já em execução, de promover reuniões como esta. Quero declarar que tenho assinado todos os requerimentos de Ministros de Estado que circulam pelo plenário da Câmara. Entendo que essas convocações são de grande utilidade e que seria muito importante pelo menos uma vez por semana tivéssemos um Ministro ou uma autoridade para ser sabatinado pelo plenário da Câmara ou nas Comissões. Essas convocações não devem ter sentido de hostilidade...

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Absolutamente.

O SR. EWALDO PINTO - ...mas um desejo muito legítimo, muito útil dos parlamentares de obter informações e, através delas, criticar, condenar, aplaudir ou ajudar, se fosse o caso os diferentes órgãos da administração, as diferentes instituições.

O meu entusiasmo pela Universidade de Brasília desde o ano passado, quando tomei conhecimento desse plano é enorme, e tenho procurado acompanhar muito de perto o trabalho, a experiência - como disse o Deputado Aderbal Jurema - empolgante, de proporções grandiosas que se realiza na Universidade de Brasília e, pelo que tenho observado, com seriedade, com dedicação realmente incomum.

As perguntas que eu teria de dirigir ao professor Darcy Ribeiro, devo acentuar, eu já as formulei nas freqüentes visitas que tenho feito à Universidade, e como vejo que há muitos colegas desejosos de se dirigirem a S.Exa., encerro minhas considerações.

O SR. ABEL RAFAEL - Sr. Ministro Darcy Ribeiro, embora Deputado há já algum tempo, e não obstante ter V.Exa. ocupado uma pasta ministerial, ainda não havia tido o prazer de um contato pessoal com V. Exa. Sinto-me satisfeito com esta oportunidade que hoje me foi concedida, e vejo que V.Exa. está à altura da fama de um homem inteligente, culto, empreendedor. Acompanhei o seu trabalho no Ministério, e do seu volume tenho conhecimento. Se divergimos em alguns pontos, nunca regateei aplausos à sua atividade incessante num Ministério tão importante como o da Educação. Pelo seu relatório vejo que V.Exa., estava de fato à altura daqueles encômios que se lhe faziam.

Com respeito à Universidade de Brasília, fui dos Deputados que votaram pela sua criação e estou plenamente de acordo com essa experiência que se faz. Sou também um catedrático vitalício desse tipo a que V. Exa. se referiu e sempre lutei contra essa vitaliciedade dos catedráticos porque vão sempre nos meus colegas mais velhos

aquela aposentadoria precoce, aquela aposentadoria prematura a que se dedicavam, porque ninguém lhes podia deixar na cátedra e lá não estudavam.

Como catedrático de ciência da administração, tentei fundar um laboratório de psicotécnica de que tinha muita necessidade mas nunca consegui nem o cômodo para a sua instalação, quanto mais a verba para tal fim. As universidades brasileiras lutam com falta de recursos. Conheço portanto essa dificuldade e acho que esta experiência de Brasília deve ser levada a bom cabo. Não sou adversário da Universidade de Brasília. Tenho protestado contra algumas coisas que lá se passam e vou me referir a isso, mas nos meus combates não há nada de pessoal contra V. Exa. nem contra nenhum professor. Nunca tive pretensões na Universidade nem no Ministério - V. Exa. foi Ministro e nunca recebeu minha visita nem pedido meu. Portanto pode atestar da minha isenção. Contudo, há um aspecto nessa experiência que devo condenar e V. Exa. dará as explicações porque, como disse o nobre colega Ewaldo Pinto, é preciso que nós nos comuniquemos embora divergindo porque a democracia é o regime do diálogo, da conveniência dos contrários porque, não sendo é possível que concordemos com a orientação que nos é contrária, devemos condená-la ou então não temos o direito de ter um mandato público porque o homem que permite que as suas convicções sejam torcidas, ou que não as defende, não deve exercer um mandato público.

Eu não sofro daquela doença do diabo a que se referiu o nobre Deputado Brito Velho, ainda ontem no plenário; se sou possuído de algum diabo, é de um diabo falante.

Sr. Ministro, a nossa divergência é quanto à orientação filosófica. Como homem de igreja, criado na religião e que nunca divorciou suas opiniões científicas, autodidáticas, embora da religião tenho uma orientação filosófica e como tal me bato por que toda atividade humana tenha uma orientação filosófica, mormente no ensino. A meu ver o ensino não pode ser destituído de orientação filosófica, e a filosofia para mim se divide em dois grandes campos: o do materialismo e o do espiritualismo. Então, quando vejo a Universidade de Brasília orientada exclusivamente - e V. Exa. dará explicações a respeito, tudo tem explicação e tudo tem defesa - para o materialismo, eu me rebelo.

É justo que se contratem professores ilustres e não se dê vitaliciedade aos professores, mas do mesmo modo que a Universidade de Brasília não admite alunos sem um exame vestibular, como admite professores sem que tenham títulos ou que tenham sido provados? Por que vamos entregar a mente maleável dos nossos jovens a professores cuja capacidade didática ou profissional desconhecemos moços jovens - é verdade que a velhice não é atestado de cultura nem da sabedoria - mas professores jovens sem ainda terem sido aprovados e que se dirigem pela unilateralidade das suas aulas, da sua orientação? A cultura é multilateral, não pode ser unilateral.

Isto eu sei, Sr. Ministro, pela conversa com os meus filhos cuja educação sempre sigo e costume orientar. Tenho 2 filhos na Universidade, um no curso de direito, outro no curso de administração e meus filhos são independentes, não precisam de notas de professores. Um tirou o segundo lugar no vestibular, outro o 6º lugar. Estudam até de madrugada para que o pai possa falar de

cabeça erguida e para que não sintam pressão de professor nenhum porque costumam saber mais do que alguns professores. Isto eu digo com orgulho de pai e de professor que não admite que o seu padrão de ensino seja desmoralizado dentro de sua própria casa. De forma que tenho acompanhado o ensino na Universidade e vejo que a orientação é toda marxista. Claro que a cultura não pode esconder os aspectos marxistas, o aluno tem de saber o que os marxistas pensam, mas quando vejo que há um preocupação somente no sentido do socialismo, do marxismo, do materialismo, eu me preocupo e quando ouço tacharem de fascista esta cartilha a que V. Exa. se referiu - e isso foi dito dentro da sua Universidade, não foi dito por mim não, por professores que insuflaram alunos e não foi um alunozinho não.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Que a minha cartilha era fascista?

O SR. ABEL RAFAEL - Sim, que a sua era fascista. Foi dito dentro da sua Universidade - e por isso que surgiu a outra - ontem, naquela notável assembléia de 3 horas dos alunos da Universidade. E o aluno que fez a cartilha que denunciei, retida pelo Presidente da FEUB, fê-la com autorização. De V. Exa.. Não há um que lança uma cartilha destas (*mostra*) não autorizada, mas o autor disse lá no plenário que foi autorizado e que se mexerem com ele conta a história toda. Eu não estava lá, mas muitos alunos ouviram.

De modo que respiramos um clima propício a determinadas ações. Por que perguntei ontem no plenário, quando convocamos o Ministro, por que a laranjeira dá laranja?

Por que um pé de melancia só dá melancia? Por que uma jaboticabeira dá jaboticaba e não laranja, melão ou outra fruta? Então se na Universidade se respira um clima marxista, materialista logicamente surgem esse fatos. E a cartilha foi um deles. Minha denúncia é mais quanto a esse clima que lá se respira. Sei que Vossa Senhoria é socialista antigo. Não sei se intervém neste caso, mas os professores que dão aulas diárias tem sido recrutados mais pelas suas atividades e passado revolucionário do que pela sua cultura. Também não estão à altura de monitores para explicação das aulas-maiores. Se um homem de gabarito catedrático ou não dá uma aula de duas horas, explicando um tema de Nações Unidas, também em duas horas fala sobre o conceito materialista da história sem fazer a antinomia com o conceito espiritualista. A Comissão pode pedir a aula gravada e comprová-lo. Quando vem um professor sem a necessária qualificação e durante 2, 3, 4 horas na semana explica o que foi dado na aula-maior, se ele tem a necessária cultura e capacidade só podemos "fabricar" alunos materialistas, pessimistas: o materialismo é pessimista. E este Brasil precisa é de um clima de otimismo e espiritualismo porque quando o sujeito está na miséria é Deus quem o socorre, não o estudo socializado ou sociológico. Minha preocupação com respeito ao ensino em Brasília, tanto no curso médio quanto no superior é no tocante à orientação filosófica. Quanto à parte material da Universidade louvo-a. Acompanhei a construção desta cidade; ajudei a votar a transferência e a defendê-la. Amo Brasília. Mudei-me para aqui com a família toda. Defendo Brasília e em toda a parte o tenho feito. Não quero que uma obra dessas seja prejudicada nem que meus filhos - talvez tenham todos de passar por essa

Universidade - tenham seu espírito deturpado, sua alma apodrecida pelas doutrinas em que não creio e que combato. Vossa Excelência naturalmente dará as explicações. Mas Vossa Excelência não tem acompanhado as aulas. Neste caso sugeriria a Vossa Excelência mandasse gravar as aulas de todos os professores e depois as ouvisse. Embora esteja mais de acordo com a orientação filosófica de Vossa Excelência do que com a minha, há muitos aspectos com que Vossa Excelência como educador, não concordaria. Muitos fatores não podemos esconder, e não obstante nunca os apresentamos a um aluno de escola primária: é preciso que seu espírito desabroche primeiro. O próprio aluno do secundário tem que aprender mais para compreender outras coisas. Mesmo o jovem da escola superior precisa de tempo e oportunidade, bem como que haja um método especial de lhe apresentar os vários aspectos da verdade. Se a verdade é uma só, cada um a interpreta segundo a sua vontade, o seu jeito, o seu modo de compreendê-la. Não sou polícia de Vossa Excelência, como a polícia desta Casa. No combate que faço às coisas erradas de Brasília e mesmo à atuação de Vossa Excelência como Reitor vamos dizer, atuação pessoal nunca entro no mérito da pessoa. Acho odioso que pela luta de idéias ou de orientação se analisem pessoas. Para mim, as pessoas são sagradas. Mesmo quando combato Vossa Excelência no seu *mister* ou *munus* de Reitor, faço-o com respeito, embora com energia. Neste momento digo-lhe com toda a franqueza que não está a nossa diferença na obra, na beleza e na importância dela, que compreendo: não na orientação administrativa que Vossa Excelência está dando e que apoio até da tribuna desta Casa em toda a parte. É quanto à orientação filosófica. E nesse sentido então

pediria a Vossa Excelência nos dissesse o que tem observado e qual a orientação que dá na Universidade de Brasília.

O SR. BRITO VELHO - Sr. Presidente, para facilitar as respostas do nobre Reitor, pediria licença para acrescentar mais alguns dados exatamente na mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Cruz) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. BRITO VELHO - Outras reflexões a respeito da Universidade de Brasília farei depois. No entanto, já que o nobre Magnífico Reitor da Universidade de Brasília vai responder ao nosso colega Abel Rafael, parece-me seria interessante que já respondesse a mim. Antes de mais nada quero dizer para início de palestra, que fiquei magnificamente impressionado com a sua pessoa, Senhor Reitor. Já me tinham falado, e falado bem a seu respeito mas não imaginava uma tal segurança e fluência na apresentação ou exposição dos diversos assuntos que foram os mais variados, muitos deles complexos, mas tocados todos com uma clareza e conseqüência excepcionais. Sou talvez daqueles professores, caro colega - e aqui já trato Vossa Excelência de colega, porque professor também sou de universidade - daqueles velhos professores um tanto rançosos que foram obrigados a fazer-se por si mesmos. Mas exatamente porque sei, da tremenda deficiência de que sofriam os professores universitários eu, como dispunha de alguns recursos, resolvi ficar alguns anos na Europa, lá morando. E assim tive oportunidade de compensar, até certo ponto as deficiências de formação que estavam vinculadas à minha pessoa dado ter sido aluno de uma Escola de Medicina tradicional. Evitei qualquer auxílio governamental. Como algumas patacas

havia sido guardadas, resolvi dedicá-las a uma formação, talvez um pouco tardia, mas que indiscutivelmente me enriqueceu abrindo perspectivas e me fez compreender quanta razão tiveram aqueles que resolveram organizar uma universidade nesses termos. Em nossa Universidade do Rio Grande do Sul, que é do modelo tradicional, nem poderia deixar de ser...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Das melhores do Brasil.

O SR. BRITO VELHO - Agradecido. Ela havia de, fatalmente sofrer aquilo que sofreram as outras, mas não a de Brasília: o nobre Reitor Darcy Ribeiro mostrou que esta começou da estaca zero, teve que se construir a partir do zero; enquanto que nós nos diversos Estados e nas Capitais tivemos que adaptar a um sistema novo de universidade, institutos isolados que já tinham alguma tradição quase centenária. Daí as dificuldades tremendas que pesam sobre as diversas universidades de todos os Estados deste País para poder mesmo com o tempo e a melhor boa vontade e toda a compreensão chegar a uma estruturação que se identifique ou assemelhe à de Brasília. Posto isto, queria dizer, complementando, que no Rio Grande do Sul já estamos procurando não fazer este sistema que é impossível ainda, mas a instalação de departamentos.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Dos institutos também.

O SR. BRITO VELHO - Já estamos fazendo Fisiologia. Temos já um instituto que atende à Faculdade de Medicina, Odontologia e Veterinária, como aos agrônomos que freqüentam aquele setor que

lhes interessa. Temos o Instituto Central de Microbiologia.

De maneira que não há multiplicidade de cátedras nas diversas faculdades. Isso não é, evidentemente, aquela estrutura básica inicial, tão bem exposta por Vossa Excelência; mas já mostra um grande esforço essa compreensão do absurdo que representa manterem-se cátedras - com o mesmo cuidado, ou quase o mesmo - absolutamente superadas, nas diversas escolas, multiplicando os gastos de maneira simplesmente inconcebível mormente se considerarmos a situação do nosso País de tão escassos recursos. Agora queria falar do que foi apresentado aqui de forma tão brilhante que só lhe poderíamos, se tivéssemos de atribuir um grau, dar 10, considerando essa nota o máximo; ou poderíamos dizer "*summa cum laude*". É o que merece a exposição do Reitor da Universidade de Brasília. Em verdade nobre Reitor, Sr. Darcy Ribeiro o que aqui foi apresentado foi uma forma digamos, uma estrutura. Quero agora reportar-me ao que dizia há poucos instantes o meu colega e particular amigo, não correligionário, Sr. Deputado Abel Rafael Pinto. Trata-se de uma forma dentro da qual se podem colocar coisas as mais variadas. Aí podem incluir-se os pensamentos mais antagônicos; ao mesmo tempo pensamentos que se distinguem, se opõem e que sejam objeto, então, de um debate alto e longo a enriquecer a formação dos estudantes e daqueles que procuram a pós-grauação. Mas pode também ser debatido apenas um tipo de ideologia com o enchimento da forma apenas por uma ideologia. Isso seria, evidentemente danoso à formação desses estudantes. E se a ideologia fosse contrária, não apenas às tradições nacionais, mas especialmente a esse estilo de convívio que pretendemos, qual seja a

democracia, então deveríamos dizer que apesar de a Universidade de Brasília ser ótima na sua estrutura estaria sendo má e até péssima na sua função em virtude justamente daquilo que se tivesse incluído ou colocado dentro da forma. Devo dizer a Vossa Excelência que estou apenas há mês e meio em Brasília. Apesar de pertencer a esta Comissão de Educação e Cultura, tenho devotado especialmente meu trabalho - preocupado que estou como o Governo, com a reforma agrária no País - minhas horas não de lazer, mas todas do dia e da noite, em grande parte exatamente ao estudo daquele problema que está empolgando não só a opinião nacional mas especialmente, preocupando e grandemente, profundamente e devidamente, justificadamente os deputados desta Casa. Por isso não tive oportunidade ainda de visitar a Universidade nem de colher mais informações. Mas - e aqui é o ponto para o qual queria chamar a atenção de Vossa Excelência - já ouvi de pessoas e isso é que interessa, afirmações exatamente na linha daquilo que foi dito pelo nobre Deputado Abel Rafael. Já me foi dito até o seguinte: que moços professores, e vamos usar daqui a palavra professores "*lato sensu*", dessa Universidade, que não afinassem com uma ideologia do tipo marxista seriam, senão maltratados, pelo menos eliminados a pouco e pouco. De tal sorte que, dizia-me alguém alguns jovens estariam sentindo-se já mal imaginando até dever preparar as malas e apresentar sua demissão, pois parecia-lhes pelo menos que não teriam futuro na Universidade de Brasília. Devo dizer a Vossa Excelência que não posso garantir a autenticidade, a exatidão dessas afirmativas que não são minhas, mas apenas por mim ouvidos. E já que o nobre Deputado Abel Rafael levantou a questão no seio desta Comissão diante de Vossa Excelência

parecia-me dever trazer mais esse dado, para que Vossa Excelência em sua resposta a abordasse. Acrescento que jamais me foi dito que tais atitudes partissem da pessoa de Vossa Excelência. Nem me foi mesmo dito que coisas tais fossem do seu conhecimento. Disseram-me apenas que esse clima reinava na Universidade de Brasília e que os professores, não generalizo, certos professores tão aferrados estavam a sua postura ideológica, que criavam uma quase incompatibilidade para a permanência, naquela casa de ensino, de elementos, repito não afinados com a ideologia deles. Mais nada. É característica minha jamais afirmar coisa de que não tenha absoluta certeza. Apenas trago como uma informação, talvez desvaliosa, porque anônima; a pessoa de quem a recebi não me autorizou dissesse seu nome. Isso diminui o valor da informação que me foi prestada. Mas como estamos falando com sinceridade e como percebo especialmente, em Vossa Excelência cuja ideologia não conheço não sei porque orientação filosófica se inclina. Nada sei de Vossa Excelência, uma coisa percebi: é que Vossa Excelência seguramente é um idealista o que é algo de bom para o Brasil, talvez bom de acordo com as características de pensamento de Vossa Excelência. Dizia há poucos instantes Vossa Excelência que não era obra quixotesca. Acho que é exatamente isso - quixotesca. Daí a beleza. É a esperança que tenho porque se Vossa Excelência me dissesse que era uma obra de Sancho eu responderia: Muito sucesso. Mas Sancho jamais foi capaz de governar a Ilha de Barataria em busca da qual tanto caminhou. Sinto em Vossa Excelência o espírito quixotesco. Exatamente por isso é que tenho a esperança de que algo de bom possa ser feito na Universidade de Brasília em prol da nossa Pátria. Ou se é Quixote, ou se é

Sancho, Professor. Se Sancho nada feito; se Quixote pode-se esperar. Lembro-me de um pensamento de poeta de minha predileção Fernando Pessoa ao falar de uma coisa de que se pode perguntar: Valeu a pena? Ele responde num verso imortal: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena". Isso está em Fernando Pessoa, num dos seus poemas dedicado às navegações dos portugueses. Mas não quero roubar tempo à Casa; especialmente, não quero impedir ou furtar a Casa do prazer de ouvir Vossa Excelência, Senhor Reitor, que para mim é Quixote e deve dar graças a Deus por isso se crê nele. Trouxe mais este dado, porque creio absolutamente na palavra do nobre Deputado Abel Rafael, e como havia recebido mais essa informação, quis oferecê-la a Vossa Excelência para que, respondendo ao nobre colega também pudesse quem sabe, responder a esse dado ou a essa observação que a *latere* fiz.

O SR. PEDRO BRAGA - SR. Presidente peço a palavra para prestar um depoimento.

O SR. PRESIDENTE - Tem Vossa Excelência a palavra.

O SR. PEDRO BRAGA - SR. Presidente, estranho profundamente o que ouvi. Sou formado por uma Universidade tradicional pela Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil. Meu passado nesta Casa é absolutamente conhecido. Cheguei a Brasília e interessei-me profundamente por sua Universidade. Fui lá sem qualquer privilégio ou prerrogativa de Deputado matricular-me para fazer um curso já anunciado então, o Curso de Extensão Universitária de Estudos dos Problemas Brasileiros. Quero prestar este depoimento. Assisti a todas as aulas

desse curso; ate hoje não faltei a uma sequer. Nenhum palavra ouvi de seus professores que pudesse denunciar uma orientação política que não estritamente igual àquela que recebi quando fiz o curso também de problemas brasileiros na Escola Superior de Guerra. Por isso presto este esclarecimento por uma questão de honestidade, porque sou o único Deputado que frequenta um curso na Universidade de Brasília.

O SR. BRITO VELHO - Mas como Vossa Excelência não explicou qual a orientação da Escola Superior de Guerra talvez fosse melhor esclarecer. Não o digo por maldade mas para que fique tudo claro.

O SR. PEDRO BRAGA - Não aceito o debate nesse terreno porque Vossa Excelência disse da tribuna da Câmara que expulsaria - o que não acredito seja capaz de fazer - da sua presença a pontapés quem, fardado ou sem farda tentasse contra a Democracia.

O SR. BRITO VELHO - Com licença. Eu não disse isso. Declarei, e acho que tal declaração todo homem nobre faz que se alguém pessoalmente me quiser pressionar, fardado ou sem farda seria posto para fora. É evidente; é defesa natural. Vossa Excelência faria o mesmo por uma questão de dignidade pessoal.

O SR. PEDRO BRAGA - Quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: a Escola Superior de Guerra tem orientação rigorosamente dentro dos cânones democráticos visando sobretudo à segurança nacional. Entenda Vossa Excelência como quiser.

O SR. BRITO VELHO - Agora já entendi...

O SR. PEDRO BRAGA - Julgo do meu dever, como Deputado, - não tenho nenhuma relação com o ilustre Professor Darcy Ribeiro a não ser como admirador de sua obra magnífica - dar este depoimento porque há muita conversa, muita zoada em torno de determinados problemas brasileiros sérios. E, com a responsabilidade de representante do povo temos de analisar os fatos antes de levantar qualquer suspeita, sobretudo em que tão dessa magnitude para o futuro do Brasil. Infelizmente, ainda não tenho filhos na Universidade como o ilustre Deputado Abel Rafael. Sou só eu mesmo aluno lá. E o mesmo depoimento em contrário faria aqui se tivesse ouvido na Universidade de Brasília qualquer palavra que indicasse uma orientação incompatível com a democracia ou com os cânones que defendemos ou qualquer atentado à nos, à Constituição ou segurança. Era o que queria dizer.

O SR. OSNY REGIS - Sr. Presidente, desejo dirigir uma pergunta ao ilustre Professor Darcy Ribeiro no mesmo terreno ou na mesma ordem de idéias.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra V.Exa.

O SR. OSNY REGIS - A Universidade de Brasília trouxe dois professores, e vai trazer mais um, da Universidade de Santa Catarina. Eram todos colegas meus ali, e posso dizer a V.Exa. porque conheço os três. Não há da parte deles preocupação de qualquer sentido político. Homens íntegros, estudiosos, trabalhadores; homens, portanto que honraram a Universidade de Santa

Catarina e tenho certeza, estão honrando a Universidade de Brasília.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Altamente.

O SR. FERRO COSTA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado Ferro Costa.

O SR. FERRO COSTA - Sr. Presidente. Nobres colegas, o eminente Deputado Pedro Braga deu nesta Casa, já, um depoimento, que é prévia resposta do à interpretação do ilustre colega Abel Rafael. A essa interpretação, eu oporia o seguinte raciocínio: todos conhecemos e foi pacificamente aceito, o alto critério, o elevado espírito público, o profundo respeito que caracteriza a orientação da Universidade de Brasília. O ilustre Deputado Brito Velho acentuou, que V. Exa. realmente é um Dom Quixote, o homem que busca o ideal. Já isso vale, eminente Reitor Darcy Ribeiro, pelo consenso desta Casa quanto a sua obra, que tal era já a confiança no seu nome, que mereceu o projeto creio, aprovação unânime na passada legislatura. Vale o reparo para significar a minha estranheza, com uma indagação que envolve um conceito inaceitável para mim, conceito que violaria a liberdade de cátedra.

O SR. PEDRO BRAGA - Perfeitamente.

O SR. FERRO COSTA - Não me parece crível possa esta Casa descer tanto na luta política, a ponto de pretender invadir a liberdade de cátedra. A orientação que se pretende dar moralmente a V.Exa. e vários colegas a definiram, de suprimir a

velocidade pela despontualidade não implica absolutamente o direito de se suprimir a liberdade de cátedra, o direito de expressão.

O SR. PEDRO BRAGA - É evidente

O SR. FERRO COSTA - Se se apela a V.Exa. para que se policie essa aula desses professores, é que se quer mandar atingir fundo o direito sagrado da liberdade. Ou respeitamos o princípio, deixando realmente que a Universidade se desenvolva em sua finalidade, selecionando previamente os nomes dos que deverão orientar as aulas, deixando que estas sigam o rumo normal dentro da estrutura da Universidade ou queremos fulminar a liberdade de cátedra investindo-se o Reitor de uma função policial, que a mim me repugna.

O SR. ABEL RAFAEL - Sr. Presidente permita-me uma resposta. Não esperava que o companheiro o nobre colega Ferro Costa me provocasse. Estou tratando a questão em termos altos.

O SR. BRITO VELHO - Evidente.

O SR. FERRO COSTA - Manifestei uma divergência.

O SR. ABEL RAFAEL - Considero-o uma provocação. Não estou procurando descer o nível do diálogo. Creio que na convivência dos contrários está a democracia.

O SR. BRITO VELHO - Claro.

O SR. ABEL RAFAEL - Estranho que o nobre Deputado Ferro Costa, cuja ideologia é conhecida, venha defender justamente o ponto que estou atacando, sem....

O SR. FERRO COSTA - Sou um democrata, como V.Exa. me julga.

O SR. ABEL RAFAEL - V.Exa, pelas suas teses e manifestações é homem que justamente defende a unha o que condeno.

O SR. FERRO COSTA - É o juízo de V.Exa.; como também tenho liberdade de condená-lo. Estamos empates.

O SR. BRITO VELHO - Acho que esclareço o ponto de vista do aparte do nobre Deputado Ferro Costa dizendo a S.Exa. que o nobre Deputado Abel Rafael jamais pediu policiamento.

O SR. ABEL RAFAEL - É em nome da liberdade mesma que se matam todos os homens. Porque se começa tentando defender a liberdade e, quando se fala em qualquer censura às coisas más, se fala da liberdade de cátedra. Liberdade é uma adesão ao bem filosoficamente considerando. Portanto quando há uma deturpação da verdade, ou pelo menos um desrespeito à verdade da maioria, porque a democracia e o respeito às maiorias, embora também as minorias sejam respeitadas, mas é o predomínio da maioria se a maioria não pensa assim como esta liberdade de cátedra pode ser advogada no sentido de deturpar a alma dos filhos daqueles que dão o dinheiro para pagar os deputados. Eu dei, aqui, hoje, a minha opinião. Respeito a opinião do Dr. Pedro Braga. Não fiz reparo nenhum. Ele deu uma opinião que acredito honesta. Eu dei um depoimento e pedi uma Comissão Parlamentar de Inquérito que dirá o que há, o que não há afim de estabelecer a verdade porque uma comissão de inquérito não é pró nem contra ninguém. É para saber a verdade. De maneira que não fiz reparo às declarações de V.Exa. Mas acho que a

minha interferência neste sentido é justamente porque a liberdade de cátedra não pode ser levada a tais limites, ainda há pouco, me falou nesta vitaliciedade de cátedra que permite que o professor faça tudo quanto é absurdo, mas quando um professor atenta contra a crença da maioria, como pode ele vir alegar esta liberdade de cátedra se ele não considera também a liberdade do seu aluno de não crer naquilo que ele lhe tenta inculcar?

O SR. ADERBAL JUREMA - O que V.Exa. quer dizer é sectarismo de cátedra.

O SR. ABEL RAFAEL - Fico grato a V.Exa. Exatamente isto, Senhor Reitor, acho mais honesto que ataque o problema nestes termos ao que procure bloquear as verbas aqui dentro. Mas não sou um homem desonesto. Toda minha vida tem sido assim. Combato sempre em campo aberto. Estou fazendo isto no momento porque acho que nenhum outro recurso seria lícito, senão combater, e não bloquear verbas.

O SR. BRITO VELHO - Como fazem certos covardes.

O SR. ABEL RAFAEL - Exatamente. Como fazem os indivíduos que tem a coragem de atacar de frente e depois vão bloquear as obras. Louvo a iniciativa da Universidade de Brasília. Apóio, como tenho apoiado até hoje em mais de uma oportunidade, a Universidade. Mas o que sinto; sinto: o que disse disse. E vou à Comissão de Inquérito para prová-lo, provar ou não provar. Por que a Comissão não é pró ou contra ninguém. Mas estou expondo a V.Exa. meu pensamento, meus sentimentos. Eu dou a minha opinião mas podia dar a de vinte, trinta, cinquenta deputados que não estão aqui presentes.

Nem todo mundo gosta de se indispor, de comprar barulho. Mas eu que sou possesso de falante não tenho medo de barulho. Eles me contam suas experiências, tanto no Curso Médio, como no Curso Superior. Estou fazendo uma colaboração. E peço desculpas aos nobres colegas e ao Sr. Presidente de haver dado estas explicações, porque me julguei atingido pelos reparos do nobre colega Ferro Costa.

O SR. EWALDO PINTO - Sr. Presidente, sem a mais longíngua intenção de comprar barulho, sinto-me no dever de prestar um depoimento na linha do depoimento prestado pelo nobre Deputado Pedro Braga. Sou aluno do seminário sobre "problemas brasileiros" em realização da Universidade de Brasília. Assisti a duas reuniões. Uma durante a qual falou o Ministro Celso Furtado, fazendo uma exposição geral sobre os principais problemas relacionados com o Plano Trienal. E a sessão de ontem que despertou grande interesse e curiosidade sobre a explosiva questão agrária. Ovi vários depoimentos. Do Professor Irineu Cabral, do Professor Jader Andrade e do Professor Darcy Ribeiro. Apenas um, o Sr. Jader Andrade, preconizou a reforma constitucional como necessária à realização da reforma agrária. O Professor Darcy Ribeiro fez um depoimento que poderia ser considerado até reacionário...*(risos)*

O SR. BRITO VELHO - Já não estou gostando....*(risos)*

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Tem a palavra o nobre Deputado Yukishigue Tamura.

O SR. YUKISHIGUE TAMURA - Sr. Professor Darcy Ribeiro estou nesta

Comissão há uma legislatura. Como os demais colegas tive a honra e o prazer de colaborar na feitura da Lei de Diretrizes e Bases. Preocupado de longa data com os problemas fundamentais de minha pátria e estudando-lhes os pontos de estrangulamento, não só na parte política, econômica, social e cultural, tenho procurado ouvir muito porque ouvir é o caminho mais rápido para a gente se esclarecer e, depois, agir com razão em benefício da coletividade. Fiz também como fez o nobre Deputado Pedro Braga o curso da Escola Superior de Guerra, onde me foi dado ver de perto a realidade política e os seus fatores econômicos e psico-sociais para que tivéssemos uma visão radiográfica do País nos seus fatores positivos e os seus fatores negativos, a fim de que pudéssemos a tempo e a hora certos apresentar medidas ou apoiar aquelas que realmente possam levar o nosso país para melhores dias. Tudo o quanto me for dado saber neste longo período de minha vida julgo de 15 anos foi que a nossa estrutura educacional está totalmente prejudicada por falta de assistência fundamental nos seus três graus primário, secundário e superior e até profissional. E verdadeiramente é uma situação de aflição a gente passar por uma comissão como esta e às mais das vezes não poder resolver este problema como era de se desejar. Acredito que todos os colegas participem desta mesma aflição. Apoiei a Universidade de Brasília na sua forma da fundação para quebrar aqueles pontos de estrangulamento, de burocratização. Achei que a forma de contratação de professores para que fossem professores enquanto pudessem merecer a qualidade de tal, sempre se aperfeiçoando e não ficando emperrados da sua vitaliciedade às vezes até criminosa, era a melhor. Apoiei, então a

organização de Brasília. Pude dar esta contribuição como homem público, como cidadão brasileiro e hoje vejo como viram os demais colegas que a Universidade é uma realidade, uma realidade administrativamente considerada positiva. É uma realidade também positiva ao esforço que acabei de sentir que V.Exa. procura orientá-la dentro dos elementos materiais que lhe foram concedidos. Vejo uma ânsia em todos os setores da intelectualidade brasileira pela busca de melhores dias para o Brasil preparando-se cientificamente a nossa classe dirigente. E quero aqui dizer da minha satisfação ao ouvir V.Exa. numa explanação magnífica, entusiástica, patriótica. Mas eu participo também de uma certa preocupação quando ouço falar quase que insistentemente que a Universidade de Brasília estaria sendo desorientada por uma tendência provocada sistematicamente no sentido do proselitismo da esquerda comunista, na formação da classe pensante capaz de influir mais tarde, isto é, a longo prazo, na mentalidade dos nossos jovens que iriam formar esta corrente que está tomando corpo em nossa Pátria e criando confusão e instabilidade em todos os setores não apenas na ordem da política, mas na ordem econômica e social. De sorte que esta é a minha apreensão que tem algo de apreensão, por assim dizer cristã, uma ansiedade de alguém que se preocupa pela conservação das tradições espirituais e cristãs do povo brasileiro. Acho que segundo a doutrina de Ortega Y Gasset na sua *Rebelião das Massas*, há um direito do povo de continuar aquilo que é bom e melhor. Temos que viver o presente, não apenas olhando para o passado, gozando do passado, usufruindo o passado, mas temos a obrigação de viver o presente em função do futuro, fazendo algum sacrifício, acrescentando ao

patrimônio existente algo mais capaz de fazer a felicidade dos nossos semelhantes amanhã. Por isso participo desta apreensão e gostaria que desta reunião nascesse fortalecido o sentimento comum de responsabilidade da tradição brasileira, do respeito às nossas tradições democráticas e liberais, num esforço o de melhorar cada vez mais a orientação pedagógica da nossa querida Universidade de Brasília. Sei que Vossa Excelência é um moço inteligente, sincero, devotado e desejoso de melhores dias para nossa pátria comum. Por isso, aguardo a palavra de seriedade de V.Exa. e a promessa segura de que como Reitor da Universidade saberá mantê-la à altura das nossas tradições culturais, espirituais e cristãs, para a maior prosperidade da Pátria.

O SR. ADERBAL JUREMA - SR. Presidente, Prof^o Darcy Ribeiro: Vou ser muito rápido nas minhas considerações, porque sobre os assuntos que mais me interessavam, durante a exposição de V.Exa. tive a oportunidade de fazer algumas intervenções que me satisfizeram completamente. Após a exposição de V.Exa. as indagações do Deputado Abel Rafael, corroboradas por alguns colegas e contraditadas por outros, depoimento de um pai de aluno, depoimento de um aluno, a gente verifica que a preocupação desta Comissão, talvez mesmo desta Casa, e para uma definição da orientação da Universidade de Brasília quanto vamos dizer, ao conceito democrático da liberdade de cátedra, conceito que podemos dizer, como dizia Dewey, que a educação nos países ditatoriais e modernamente chamados totalitários, tem por finalidade formar prosélitos de uma idéia, enquanto a educação nos países democráticos tem por finalidade formar cidadãos. Esta sem dúvida, a diferença fundamental, abstraindo

qualquer tipo de ideologia. Nestas condições, Professor Darcy Ribeiro, a sua palavra, que é a palavra do Reitor da Universidade de Brasília, muito importa não apenas a nós, membros da Comissão de Educação, mas sobretudo a nós, brasileiros, porquanto eu vejo na Universidade de Brasília, como vejo na própria Cidade de Brasília diria projeção do nosso tempo no futuro. Diante disso, as minhas considerações são no sentido de que V.Exa. se pronuncie quanto a filosofia que informa a Universidade de Brasília que sabemos, pela sua formação humanística, não deve ser outra senão aquela daqueles que não separam mais a Universidade clássica do humanismo moderno, porque o humanismo é eterno como o próprio homem.

O SR. LAURO CRUZ - Eu pediria aos nobres colegas dado o adiantado da hora, que sintetizassem as suas perguntas ao Prof. Darcy Ribeiro, para que pudéssemos ter o pronunciamento de S. Exa. mais longo, como desejamos, para nosso esclarecimento.

Hoje, a Comissão de Educação está de parabéns, não só com a presença dos parlamentares que a compõem mas de outros nobres colegas, e também como esta assistência que demonstra o alto interesse na análise deste problema de grande significação para esta Comissão e para a Câmara dos Deputados.

Tem a palavra o nobre Deputado Adrião Bernardes.

O SR. ADRIÃO BERNARDES - SR. Presidente, em primeiro lugar, devo dizer do meu prazer em tomar parte nesta reunião tão bem concorrida e louvar esta Comissão por esta iniciativa. Devo dizer que, professor há mais de 40 anos, também e em três Estados - Bahia, Pernambuco e São Paulo e

igualmente homem de religião em grande parte ou totalmente, as indagações do deputado Abel Rafael, porque este do que liberdade e paz são duas das palavras mais coerentes, mas que atrás delas há alguma coisa que eu não compreendo... Vejo atrás de muitas destas palavras não elas, em si mesmas, mas os motivos. Eu me explico muito rapidamente. Um maquinista vai conduzindo o seu comboio e lá adiante, um cidadão levanta um lenço branco, faz parar a máquina e diz: " Sr. Maquinista, se o Sr. prosseguir o pontilhão número tal ruiu, vai cair e o senhor vai perecer e todo este comboio". Ele pára o trem e se salva e a todos. Mais adiante, noutra linha alguém também levanta uma bandeira vermelha e o trem pára. E, detrás das moitas, saem indivíduos malfeteiros, que saqueiam e matam todos.

Ora, o sinal foi o mesmo. Apenas um lenço, uma bandeira levantada isto não quer dizer nada. Mas o que está atrás disso, o motivo, é que é tudo. Num caso, o motivo é para beneficiar. No outro, não. Liberdade, eu quero para todos. Liberdade de cátedra também. Mas não me querem depois dar esta liberdade! Querem tirar o que eu tenho e depois não me restituem. Porque lá não há liberdade. Não há liberdade para organizar um partido, para dizer o que creio, como eu creio. Não me dão estas liberdades, e por que, então, falam em liberdade? Não é ser sincero, não é ser honesto. O que queremos aqui é que haja liberdade de cátedra. Eu era professor e diretor do Colégio Estadual em Taubaté, Estado de São Paulo. Houve ali, certa feita, uma grande perseguição em parte religiosa também. Parece que muito bem industriado, um aluno me perguntou, uma vez, qual a diferença entre a minha religião e a outra. Eu respondi "Eu acho que lhe posso explicar mas quando eu sair daqui,

lá, depois do portão. Ali eu lhe digo tudo". Mas lá dentro eu não lhe disse. Eu acho que um professor que se preza não deve ensinar na cátedra aquilo que ele pensa, mas ensinar a matéria para a qual foi contratado.

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Tem a palavra o nobre Deputado Silvio Braga.

O SR. SILVIO BRAGA - Sr. Presidente, nobres colegas, eu também quero trazer um depoimento que é o depoimento de um pai que tem, como o Deputado Abel Rafael, uma filha na Universidade e outras no Curso Médio em Brasília. Em nenhuma vez me senti ainda tomado por aquelas suspeitas, por aqueles temores do nobre colega Abel Rafael. Não creio que o meu depoimento seja melhor do que o do Deputado Abel Rafael. Talvez seja diferente. Eu vim do Pará com quatro filhas em idade escolar que se matricularam aqui em Brasília e aqui, depois de uma interrupção de um ano, estão estudando e minha filha mais velha é colega da filha do Deputado Abel Rafael. Em nenhum momento sequer, eu que gosto de conversar com minhas filhas, principalmente para orientá-las na sua educação para o futuro e para a vida, em nenhum momento eu vi - e peço ao Deputado Abel Rafael que não veja nas minhas palavras nenhuma hostilidade à sua pessoa - qualquer coisa das que ele quis traduzir aqui com relação ao ensino da Universidade e ao ensino do Curso Médio. Era um depoimento que gostaria de trazer à Comissão, porque, vivendo em Brasília, desde os primeiros momentos, estou participando da vida da cidade e acredito que a Universidade trouxe qualquer coisa de novo. Ela está no presente, mas projetada para o futuro e, sobretudo, a luta que se trava aqui contra o ensino em Brasília é um

conflito antigo do velho contra o novo. Não creio que nenhum de nós possa exigir que a educação para os nossos filhos seja aquela mesma que teve na sua mocidade. Eu me lembro que com a idade de dez anos, vim do interior do Pará com diploma de curso elementar nas mãos fazer a admissão no Colégio Pedro II, no velho casarão de São Cristovão, e não creio que os métodos que serviram para a minha educação sirvam para orientar os meus filhos. A evolução está se processando em todas as fases do conhecimento. E a Universidade de Brasília, que eu ajudei também a construir, como deputado desta Comissão, prestigiando em toda a linha a luta do meu prezado amigo, Darcy Ribeiro, velho companheiro do tempo em que pesquisava índios no Peru e em que eu era deputado estadual, ela, a Universidade, não trará nenhum entrave para a democratização da cultura e, sobretudo para aquele espírito universitário, espírito de tolerância, que deve ser a preocupação maior. Não creio mesmo que as indagações do Deputado Abel Rafael, nem os propósitos da Comissão que propôs, levem esta Casa ao macarthismo e ao ponto de pedir, solicitar ou exigir o atestado de ideologia dos professores da Universidade.

Acredito sim, que do debate, do esclarecimento, da discussão que vamos travar em torno do assunto possa sair a verdade em toda a sua plenitude sobre a orientação que o governo, a Universidade de Brasília, está dando no momento à população desta Capital.

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Dou a palavra ao Sr. Reitor Darcy Ribeiro para nos esclarecer sobre as questões formuladas.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Sr. Presidente. Sres. Deputados. Poucas vezes

me senti com tantas responsabilidades quanto nesta tarde. As questões colocadas diante de nós são de tal gravidade, que só podem ser tratadas, não apenas com o maior respeito, mas também com a maior tranquilidade. Elas dizem respeito à liberdade humana; dizem respeito à essência da Universidade; dizem respeito aos deveres da cidadania; dizem respeito ao amor à Pátria; dizem respeito a aspectos da vida nacional e da cultura brasileira tão candentemente sentidos por todos nós, que eu me sinto pequeno para tratá-los. Muitas vezes eu tive, na Universidade de Brasília, este sentimento. É comum dizer-se que sou jovem e estranhar que tão jovem tivesse...

O SR. BRITO VELHO - V.Exa. é mesmo muito jovem.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Muito obrigado. Depois de fazer 40 anos, comecei a achar cada vez mais agradável ouvir isso.

Mas a tarefa da Universidade de Brasília é tão exigente, em todos os sentidos, que, - muitas vezes me pesa demasiado e eu sinto que preciso fazer um enorme esforço sobre mim mesmo - não para estar à altura, porque não estaria à altura de um empreendimento que é o maior jamais apresentado à cultura brasileira - mas para me desincumbir dele com dignidade. Tenho deficiências de formação e de toda ordem, para essa tarefa. A única coisa que posso fazer para superá-las é um esforço extraordinário sobre mim mesmo consciente de que a Universidade de Brasília não é o conjunto dos professores e alunos que estão aqui agora, e sim toda a intelectualidade brasileira e toda a nossa juventude. A intelectualidade, contando-se por exemplo, por 140 professores - os maiores cientistas brasileiros - que deverão vir para Brasília no

próximo ano. A juventude, contando-se pelos 1.000 alunos que devemos receber no próximo ano para cursos de medicina, engenharia e de ciências e os 2.000 alunos que virão a partir de 1965. É com a responsabilidade de falar por todos eles, que tentarei responder às questões aqui colocadas. Peço por isto, a V. Exas. que tenham boa vontade em me ouvir e sintam que eu gostaria de ser melhor, de ser mais capaz de tratar essas questões. Em essência, o que peço é que vejam em mim um homem que está superando suas próprias fraquezas para fazer face a um empreendimento que, seguramente, para qualquer de V. Exa. não seria também uma tarefa fácil.

Deputado Abel Rafael: Tive muito gosto ao verificar que V. Exa. está presente aqui esta tarde. Eu não o conhecia, até que o Senhor Presidente lhe desse a palavra, não poderia identificá-lo e, por isto nada do que tenha dito foi dirigido a V. Exa. Hoje eu o vi, o conheci, ainda há pouco. Gostaria de conhecê-lo mais e melhor. Mas hoje eu sinto que V. Exa. é um cidadão intranquilo, intranquilo tanto quanto muitos outros concidadãos brasileiros, e justamente intranquilo, honestamente intranquilo com o que possa estar ocorrendo com a cultura brasileira, com a universidade brasileira e com a Universidade de Brasília. E é neste espírito que vou tentar responder às questões que V. Exa. colocou.

A forma mais expressiva talvez de responder a V. Exa. seria contar como participei e, como vi, neste último ano, de mais de uma dezena de cerimônias de formatura. Enquanto V. Exa. falava, eu me lembrava nelas, eram formaturas de engenheiros, de médicos, de advogados, de administradores, de economistas, de militares, às quais fui chamado como

paraninfo ou de que participei de uma forma ou outra. Aquelas cerimônias tinham, como elemento comum, como traço marcante, uma viva contradição entre o sentido de júbilo que os pais que ali estavam queriam dar àquelas festas, de alegria pela formação de seus filhos, e a seriedade: a terrível gravidade dos jovens oradores.

Elas foram uma lição para mim e creio que V. Exas. participando também dessas cerimônias terão tido esse mesmo sentimento de contradição entre a intranquilidade daqueles pais, presos ao passado, apavorados com o futuro, temerosos do presente e inquietos com o que possam fazer seus próprios alunos ou os colegas dos seus próprios filhos, tão exuberantes em suas expressões e tão inconformados.

O Brasil de nossos dias, se caracteriza, a meu ver, por essa inconformidade e o educador tem de levar em conta, essencialmente, estas características de inconformidade, de intranquilidade que atravessa toda a sociedade brasileira e que, naturalmente, na juventude universitária se exprimem mais eloqüentemente, mesmo porque ela é uma expressão de toda a juventude brasileira. O que caracteriza, eu dizia, o nosso povo, nestes dias, é que nós, que éramos uma sociedade não só atrasada, mas com o característico novo de que nós recebemos contra nosso próprio atraso. A juventude sobretudo, está à procura de novos caminhos. Que é isto senão a Nação Brasileira discutindo-se a si mesma. Jamais a geração dos pais foi tão espicaçada pela geração dos filhos como acontece em nossos dias. Acho que isso é muito positivo. Esse é o sinal de que, afinal, amadurecemos para a capacidade de equacionar os nossos problemas, de enfrentá-los e de medi-los em

toda a extensão. Por exemplo, hoje, nesta Casa, os aspectos mais graves dos problemas educacionais puderam ser tratados em números, realística e severamente num ambiente em que todos nós estávamos conscientes da necessidade de fazê-lo e sem que ninguém, ufanisticamente, viesse alegar vantagens. É claro que muitas vantagens eu poderia ter alegado. De quantas boas escolas brasileiras poderíamos ter falado, a quantos educadores exemplares poderíamos ter referido. Entretanto, todos estávamos conscientes, lúcidos, capazes e maduros para sentir, encarar e medir esta grave realidade do atraso educacional brasileiro.

Para a juventude de hoje, o Brasil se apresenta como uma pessoa que tivesse os intestinos abertos. Os intestinos à mostra. Por isto é impossível a um jovem não se comover, é impossível não discutir e não é de estranhar - a meu ver é até desejável - que esse sentimento se exprima na Universidade. O mal, o terrível mal, seria - alguma coisa do sentido que o ilustre Deputado Aderbal Jurema revelou aqui - se eles fossem chamados à Universidade para serem tratados por um processo de proselitismo, para serem endoutrinados em tal ou qual ideologia, ou para serem conformados no espírito do deusa como está para ver como fica. Esse seria o mal, se a Universidade tivesse uma doutrina fechada, qualquer que fosse e a estivesse impondo a seus alunos ou se estivesse atrelada ao passado. Mas não é isto o que se dá. Temos já, hoje, em Brasília, uma Universidade aberta. É preciso aceitar que ela seja e permaneça assim aberta, com a coragem de enfrentar todas as doutrinas, de discutir todas as idéias, sem ter medo de qualquer idéias.

Tive oportunidade de ler um discurso no plenário da Câmara, em que V.Exa. revelava que julga mais perigoso agitar idéias que imobilizar exércitos. Eu não creio, nobre Deputado Abel Rafael, que assim seja. Creio, ao contrário, que, sem agitar idéias, sem colocar, em contraparte, uma face da outra, todas as ideologias, todas as doutrinas, não seria possível assumir posição em face delas e muito menos preparar esta juventude de agora - os seus filhos - para o mundo em que ela irá viver. Atentemos bem para o fato de que, se olharmos para o Brasil de há 20 anos e compararmos com o Brasil de agora, encontramos uma enorme diferença. Se pensarmos em como estudamos e em como estão estudando os nossos filhos, encontraremos grandes diferenças, mas atentemos melhor em que, se imaginarmos o Brasil daqui a 10 ou 20 anos, seguramente concordaremos em que será muito mais diferente do Brasil de agora, do que o Brasil de hoje é de si mesmo ou de há 20 anos passados.

Devemos atentar, ainda, para este mundo novo dividido, para nosso país colocado dentro de um mundo onde ideologias, doutrinas, estão abertas, contrapostas e estão sendo discutidas. O mal seria - e este foi o mal por muito tempo - que todas as idéias que um jovem pudesse aprender, sobretudo aquelas idéias marcadas, só fossem aprendidas ou só pudessem ser discutidas nos subterrâneos, de forma que não pudessem ser criticadas em ambientes nos quais se apelasse para a emoção do que para o raciocínio. O mal seria uma Universidade que proibisse a si mesma qualquer tema.

Eu sei que V.Exa. inquietou-se com o fato de que na Universidade de Brasília, no

curso de Direito Constitucional, se discutisse, se estudasse a constituição russa, mas essa constituição está dirigindo os destinos de não sei quantos milhares de pessoas.

O SR. ABEL RAFAEL - Mas é contra a didática, vai me perdoar...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Não é contra a didática. Não só na Universidade de Brasília...

O SR. ABEL RAFAEL - ... porque um aluno não pode estudar direito comparado, quando ele ainda não aprendeu Direito.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - A cadeira é de direito constitucional.

O SR. ABEL RAFAEL - Quase todos nós aqui temos um curso de bacharel. Estuda-se direito constitucional brasileiro e não se sabe direito constitucional. Aqui na Câmara, todo mundo é bacharel e as opiniões são contraditórias a respeito de direito constitucional. E vamos ainda baralhar a mente do aluno com direito constitucional estrangeiro, quando o direito constitucional é a vestimenta de um povo, é a característica, a peculiaridade, senão o povo fica marginal. Como pode...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - O Deputado acha mesmo que os alunos da Universidade deviam ser proibidos de conhecer a constituição russa?

O SR. ABEL RAFAEL - Excelência, eu não quero uma Universidade fechada. Eu peço que V.Exa. me compreenda bem. Quando digo agitar idéias citando o Padre Leonel Franca, que foi um grande filósofo, é no sentido de agitar determinadas idéias. Eu tive o cuidado de explicar de início que a cultura é multilateral, a cultura não pode ser unilateral. Ora, não se pode fazer com que

alguém apreenda bem um aspecto da ciência, antes de apresentada essa ciência. Se o aluno não sabe o que é constituição, como pode compreender a constituição de uma nação estrangeira?

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - O método comparativo é a estrutura didático-pedagógica básica do ensino. Ensina-se coisas comparando-se umas com as outras. Diria ao nobre Deputado: Não haverá nenhum curso de direito constitucional no Brasil onde não se estude constituição russa. Não é peculiaridade da Universidade de Brasília.

O SR. ABEL RAFAEL - Excelência, para mim foi novidade porque nas nossas provas de direito constitucional - e nas universidades que conheço - só conversávamos direito constitucional brasileiro. Ocasionalmente poderia vir uma questão de direito constitucional comparado. O direito constitucional...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Não sou autoridade para discutir e julgar isso, Sr. Deputado.

O SR. ABEL RAFAEL - ... são poucos artigos e quase que deviam dizer respeito somente aos direitos e deveres do cidadão, de forma que aí se podia discutir, mas - V.Exa. precisa compreender-me - eu não posso admitir essa preocupação - só ensinar marxismo, socialismo, materialismo, admiração pela Rússia, os exemplos da Rússia. Isso não é possível, isso não é liberdade de cátedra, isso é sectarismo catedrático.

O SR. BRITO VELHO - Se bem entendi o que vem dizendo há algum tempo o Deputado Abel Rafael, o mal não está em que se estude a constituição russa. Eu, por exemplo, já a li muitas vezes e acho que um

dos melhores argumentos contra a organização pretensamente democrática na Rússia é exatamente um exame atento dos diversos textos. E isto eu fiz com todo cuidado. O problema creio, não é que se estude ou não constituição russa ou constituição tcheca, etc., é de que não se ponha a tônica, que se estude também e fundamentalmente, num curso de direito constitucional no Brasil, direito constitucional brasileiro e todos os outros direitos constitucionais com finalidade comparativa.

Este, parece-me o pensamento de S.Exa...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Sr. Deputado. Também penso assim. Eu apenas dava um exemplo, porque estou tentando tratar com todo o respeito as questões colocadas pelo ilustre Deputado Abel Rafael e para não fugirmos das questões, porque acho que estamos entre homens maduros e responsáveis, devemos tratá-las com objetividade.

Aliás, o professor de direito constitucional da Universidade de Brasília, Dr. Waldir Pires, está aqui e poderia, depois do nosso encontro, conversar com V.Exa. e dizer o método que usa e que eu não sou capaz de criticar, nem me permitiria nunca julgar.

Foi referido por V.Exa. que a Universidade está marcada por uma orientação exclusivamente marxista, que o pensamento que se ensina na Universidade, que se procura difundir nos alunos é o do materialismo. Pediria a V.Exa. que fosse justo comigo num aspecto. Sou, não totalmente, mas um pouco responsável por essa Universidade, tal como foi concebida. Dizia, há pouco, que representa uma

inovação da Universidade de Brasília, a integração em seu corpo de um Instituto de Teologia Católica. Acredito - estou disposto a discutir com V.Exa. o assunto - que esta seja uma indicação exatamente da tendência oposta e assinalada por V.Exa. Pode ser dito - e me foi mesmo dito uma vez - que se trataria de um oportunismo meu, que, por prática política, teria criado um Instituto de Teologia Católica para enganar alguém. Não sou de tática política, não sou de oportunismo. A criação neste Instituto foi um ato maduro na minha vida. E, acredito, que de maturidade, também, da cultura brasileira. Ele representa o reconhecimento da relevância acadêmica de uma das profissões mais importantes do País - o sacerdócio - pela influência que tem na vida nacional. Representa, também, o pensamento de que nunca se conformou em que as Universidades Católicas que existem no País, já em tão grande número - nove, segundo me consta - se dedicassem apenas a formar médicos, advogados, engenheiros, mas não se devotassem, elas próprias, àquilo que lhes era específico. Sempre me pareceu absurdo que o Brasil só tivesse tido na Bahia, do século XVIII, e nunca mais, um curso de teologia de alto padrão. Porque a Inglaterra, os Estados Unidos e os outros países podem formar teólogos e nós não podemos?

Isto não significa que estivesse criando este Instituto para servir à minha ideologia pessoal, porque a minha ideologia, enquanto Reitor da Universidade, é a ideologia da Universidade e essa é estar aberta a todas as doutrinas e, sobretudo àquelas que, além de ter categoria acadêmica, são mais importantes para a formação nacional. Fomos honrados, por exemplo, pelo Vaticano, com o fato de o nosso Instituto de Teologia Católica ser reconhecido. É o

primeiro da América Latina com capacidade de dar doutorado com validade *urbi et orbe*. Isso é uma grande honra para a Universidade de Brasília. No Concílio Ecumênico, suponho que o Papa tenha dado uns poucos presentes - ele que seguramente recebeu muitos - mas mandou um à Universidade de Brasília: Uma obra de sua autoria com dedicatória manuscrita. Isto eu nunca disse aos jornais. V.Exa. de fato nunca ouviu falar nisso, porque não se trata para nós de oportunismo nenhum a criação deste Instituto. É uma atitude madura e seria e é uma atitude, inclusive, que nada tem de deleite espiritual ou de aliciamento dos outros.

Sabemos todos, que o clero no Brasil sempre teve uma posição muito ativa em todas as lutas pela liberdade. Não se pode falar de revolução nenhuma ou de qualquer movimento renovador que tenha ocorrido em qualquer tempo no Brasil que não contasse com a adesão de sacerdotes neles engajados, lado a lado, com outros cidadãos. A reforma agrária, agora discutida no Parlamento, tem um dos seus sustentáculos nos bispos, nos padres brasileiros. Então por que esse preconceito contra os padres e contra a teologia? Por que obrigá-los a confinarem-se num seminário, sem conviver com estudantes de medicina, de direito ou de engenharia?

Esta é minha ideologia enquanto Reitor da Universidade de Brasília.

Vou tentar formular agora para V.Exas. o meu pensamento sobre a ideologia da universidade, procurar definir a corrente ideológica em que a Universidade de Brasília está engajada e com que deseja estar comprometida. Gostaria de formular o problema em termos de duas realidades a que todas as universidades precisam ser fiéis

para merecerem o nome de universidade. A meu ver, o pecado maior das universidades brasileiras decorre da infidelidade delas para com essas lealdades. Não se trata aqui de culpa de reitor algum, ou do fracasso de professor algum, mas de que o Brasil não estava maduro para alcançar esse estrato cultural a que só agora podemos aspirar. É que só hoje, em Brasília - e aqui porque começamos da estaca zero - assim como em muitos outros campos, também se enseja a criação de uma universidade em bases novas que lhe permitam alcançar plena fidelidade àquelas lealdades.

Diz muito bem o Deputado Brito Velho que estou falando de uma forma. De fato tratamos de formas, mas de formas que não são feitas de plástico, de formas que têm formas e, no caso da Universidade de Brasília, uma forma que recebe seu conteúdo como um continente dotado de uma expressão própria, pelo qual responde. Essa forma é a fidelidade às duas lealdades básicas de ver as universidades. Primeiro, a lealdade aos padrões internacionais da ciência e às tradições universitárias. Ou exemplificando: o compromisso de que a química que aqui se ensina ou a botânica que aqui se cultiva seja a mesma química ou botânica que se ensina ou pesquisa em Nova York, em Moscou ou em Paris, e que os graus universitários que aqui se confirmam tenham validade internacional, assim como um grau da Universidade de Nova Delhi é reconhecido por Oxford, ou pela Universidade de Moscou. Isso de só graduar doutores para uso interno, isso de apelidar de doutores os graduados em cursos de simples bacharelado e que não têm nenhuma significação em todo o mundo, isto precisa ser superado. Não estamos sós, nem estamos criando o mundo outra vez. Ciência é um

patrimônio da humanidade inteira, ciência é o patrimônio maior, mais nobre de todos os povos, criado no esforço milenar do homem para dominar a natureza, humanizá-la por esse caminho, exprimir sua experiência, neste esforço de domínio do mundo, através de um corpo de saber.

Esse corpo de saber, que não pode ser objeto de escamoteações, nós temos escamoteado quando declaramos para efeito de docência universitária que um farmacêutico é botânico, ou que um dentista é biólogo; estamos atentando contra os padrões internacionais do saber. É preciso que a Universidade também entre nós seja leal, em primeiro lugar, aos padrões internacionais do saber. A ciência é uma só para todos os homens da terra e quem não dominá-la no que ela é em si mesma está se enganando a si próprio, está se condenando a atrelar-se ao passado. Estou certo de que a ciência é o único acelerador da história, capaz de encurtar essa distância enorme que medeia entre nós e povos avançados como os norte-americanos, os franceses ou belgas. Todos eles, apesar de avançados, continuam progredindo e, como progredimos menos, estamos, de fato, ficando cada vez mais afastados deles, cada vez mais atrasados em relação a eles. O único acelerador que permitirá ao Brasil alcançá-los, um dia, é a ciência. Seria loucura esperar que eles parem na história para aguardar que os alcancemos. O único processo de um dia atingir o mesmo grau de desenvolvimento é cultivar fidelidade à ciência, é dominar o saber humano e colocá-lo a serviço da exploração dos recursos brasileiros.

Um corolário desta fidelidade aos padrões internacionais do saber é a lealdade às tradições mais nobres da Universidade e,

dentre essas, a devoção ao ideal de autonomia universitária e à liberdade docente, ou seja, a disposição de a universidade dirigir-se a si mesma com inteira independência: a capacidade de assumir plena responsabilidade pelo que faz e como faz: a deliberação de respeitar, como valor mais alto, aquela hierarquia de mestres e discípulos, em que um não pode existir sem o outro, para, mediante a interação recíproca em função de um valor único de aferição, que são os padrões internacionais do saber, processar todas as suas atividades.

Se, como conclusão, podemos afirmar que não é uma universidade aquela que não seja fiel a esses padrões, estamos, pois, como Nação, diante do desafio de fazer uma universidade que mereça este nome pela lealdade que devote aos padrões internacionais da ciência e que seja de fato aberta e liberta para estudo e o debate de todas as doutrinas. É claro que nisso está implícito um humanismo. É o humanismo da Universidade de Brasília, de todas as universidades e é a filosofia à qual eu me filio e pela qual acredito não ter razão V.Exa. quando diz que nós discordamos irremediavelmente, dando ênfase à expectativa de que deveremos discordar sempre. Há todo um caminho, Deputado Abel Rafael, que podemos caminhar juntos. Suponho que haja divergências entre nós, mas, a meu ver, elas decorrem principalmente da sua intranquilidade, dos seus temores, do seu medo de que as idéias...

O SR. ABEL RAFAEL - Não, Excelência, se há um homem que não tem medo, sou eu ...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Não é medo pessoal.

O SR. ABEL RAFAEL - ... porque eu luto pelo que creio. Não me reflito ao medo físico, nem ao medo do futuro. As palavras podem não estar bem empregadas. Não tenho medo do futuro, sou homem que luto pelo que crê, e como luto e procuro destruir as barreiras, estou lutando aqui neste momento, conversando com V. Exa, intranquilidade não é, Excelência. Eu parto do princípio - e V. Exa. não pode fugir disso - de que *urbi spiritus Dei ibi veritas*. Como pode uma universidade pregar a verdade, mesmo a verdade científica, se não é possuída dessa orientação filosófica a que me referi? V. Exa. está falando apenas sobre cultura, não falou ainda sobre a orientação filosófica. Não discordo de V. Exa., vamos caminhar muito. Estou de acordo com V. Exa. em tudo: iniciativas, etc., agora, quanto à orientação filosófica ...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Estou procurando mostrar a V. Exa. exatamente que nós podemos caminhar juntos e que não sei quando devemos discordar, a não ser em questões que já foram colocadas aqui e que precisaríamos esclarecer. Mas vamos adiante.

A universidade, fiel aos padrões internacionais da ciência, está engajada numa ideologia e numa filosofia e esta é o novo humanismo. O humanismo fundado na ciência, que não considera o saber científico em oposição natural e necessária à doutrina religiosa, que não postula que religião e ciência devam ter um muro de pedra entre si a separá-las, porque no dia em que aproximassem uma delas se fundiria. A timidez de certos espíritos é que conduz ao quase complexo do religioso; temeroso de se discutir a si mesmo, porque no fundo está certo de que o raciocínio científico destruiria

suas certezas. Não é verdade que a ciência destrói o espírito religioso. Ciência e religião podem conviver, podem coexistir inclusive nos mesmos espíritos.

A ideologia da Universidade é o novo humanismo confiante em que a ciência, produto do homem, há de ser o instrumento de salvação do homem. Foi através das formas mais elementares, mais rudimentares da ciência, que o homem dominou a face do mundo e humanizou a terra. O mundo hoje tem um aspecto completamente diferente do que teria há 1000, há 10 000 ou há 1 milhão de anos, por uma impregnação do homem sobre o mundo, à medida que ele desenvolvia técnicas para se imprimir no mundo. Essas técnicas, sobretudo na sua forma superior, têm agora diante de si, nobre Deputado, o maior dos desafios: é o problema da ética da técnica, da ética da ciência.

O SR. ABEL RAFAEL - Técnica é processo, Excelência, não devemos confundir ciência com técnica e ciência tem de estar subordinada a uma filosofia para que seja ciência. Luto contra a ciência materialista, e V. Exa. por enquanto está retratando uma ciência materialista.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Estou tentando retratar para V. Exa. o que chamo do novo humanismo, que é o humanismo científico fundado numa preocupação ética cada vez mais candente no espírito científico, e na segurança de que a ciência, como o subproduto mais delicado, mais nobre do esforço de adaptação do homem na terra, é essencialmente humana e deve servir ao homem. Entretanto, quando a ciência e a técnica passarem a colocar em risco a própria sobrevivência humana, isso

coloca para ciência - e já o colocou em nossos dias e para a nossa geração - o problema da ética da ciência.

Para fazer face a esta nova problemática é que, cada vez mais, se torna necessário colocar juntos teólogos, que entendam de problemas de ética, com cientistas, que fazem a fissão do átomo, para que uns e outros possam, apelando para o velho arsenal das idéias que os teólogos trabalharam tantos séculos - num tipo de conduta que se aproxima cada vez mais de preocupações que existiam no Oriente e não no Ocidente no pensamento oriental muito mais voltado para essas questões - a fim de encontrar um novo humanismo.

A segunda lealdade, a que está presa toda a universidade autêntica e a que se não for fiel desmerece também o nome de universidade - a que temos falhado gravemente em nosso País, também por imaturidade - é a lealdade aos problemas do seu povo e do seu tempo, ou seja, a aceitação franca de um engajamento da universidade ao destino nacional, fundado na convicção de que a pesquisa ou o ensino que se realizam na universidade não só se deve fazer como um ato de fruição. Não há enfermidade pior do espírito do que transformar a cultura num ato de erudição lúdica, de acumulação do saber como forma de fruição individual.

A Universidade, reunindo recursos materiais e técnicos, cientistas e jovens, o faz para instrumentar a Nação para o pleno desenvolvimento, para que os problemas do povo sejam os problemas da universidade. Então, quando a Universidade de Brasília, implantada para servir a Nação, discute os

problemas nacionais seja nas aulas, seja nos laboratórios ou, ainda, nos Cursos e Seminários de Problemas Brasileiros freqüentados pelos nobres Deputados Pedro Braga, Ewaldo Pinto, aqui presentes e tantos outros - aproveito a oportunidade para agradecer a generosidade das suas palavras - está cumprindo uma das mais nobres missões das universidades, e, também, procurando colocar-se à altura desta lealdade ao seu povo e ao seu tempo.

Vejamos um exemplo que se situa em outro campo: a Universidade de Brasília está implantando agora um Centro de Estudos e de Experimentação da Tecnologia do Cerrado, isto é, está interessada em criar em Brasília, experimentalmente, processos tecnológicos e modelos de empresa para plantação de mandioca ou plantação de milho em terras do cerrado. Isto pode parecer, e pareceria, às universidades do modelo antigo, um absurdo, uma contrafação, pois a universidade era a própria oposição a qualquer preocupação prática. Certas universidades de todo o mundo, aliás, apesar de seu alto padrão acadêmico, ainda não amadureceram plenamente, cultivando ainda hoje um interesse quase exclusivo no saber desinteressado. Na América do Norte é que a universidade, pela primeira vez, voltou-se corajosamente para a prática, enfiando as mãos nos problemas do povo, nos problemas do desenvolvimento, nos problemas da Nação. Quando, durante a última guerra, os Estados Unidos precisavam de mais feijão para as suas tropas, foram pedir a uma universidade que resolvesse o problema e foram professores e pesquisadores universitários que, selecionando sementes, criaram o clone do feijão novo que pôde ser produzido para fornecer às tropas.

Essa, a ideologia da universidade moderna, é, também, a ideologia da Universidade de Brasília: fidelidade aos padrões internacionais do saber; lealdade às tradições universitárias; tolerância e aceitação da coexistência de ideologias diversas e, em contraposição, engajamento no esforço nacional de desenvolvimento. Assim é que a Universidade de Brasília, do ponto de vista filosófico, deve ser encarada.

O que disse até agora é suficiente, acredito, para orientar o trabalho da universidade por 10 ou 20 anos. Os problemas práticos com que nos defrontamos, dentro desse período, no esforço de implantação progressiva da Universidade, se conterão, provavelmente, com folga, dentro dos marcos filosóficos aqui delineados, mesmo porque cada questão nova deverá ser enfrentada pelos mesmos critérios.

Sobre esses critérios eu gostaria de falar mais longamente a V. Exas., para demonstrar melhor o esforço que a Universidade está fazendo para cumprir seu ambicioso programa decenal de implantação.

Há um aspecto que, infelizmente, foi objeto de incompreensão total de S. Exa. o Sr. Deputado Abel Rafael, certamente por desinformação, que deveria ter esclarecido de começo, mas só agora me ocorre tratar em detalhes. É a presença de jovens, pouco mais idosos que os estudantes da Universidade, responsáveis por algumas atividades.

Estranhou V. Exa., perguntando como meninos assim são incumbidos das vetustas responsabilidades de professor de cátedra. Não se trata disto, Excelência.

O SR. ABEL RAFAEL - Minha expressão não foi essa. Meu pensamento foi outro. Vamos ser leais também a isto.

O SR. PADRE NOBRE - Peço ao professor que me dê licença, porque tenho um compromisso. Vou ouvir depois a gravação. Mas saio daqui encantado com a aula, com a exposição, mas duplamente humilhado como padre por não poder extirpar o demônio falante, o que é muito grave. Estou ansioso para encontrar o seu calcanhar de Achiles, mas a sua versatilidade não m'o permitiu ainda.

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Cruz*) - Continua com a palavra o nobre Reitor Darcy Ribeiro.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - O processo de implantação da Universidade apresenta inovações tão grandes no Brasil, inovações mesmo no plano da estrutura universitária, que transcendem ao mero ajustamento às condições brasileiras, sendo, por isso, muito natural e absolutamente compreensível que algumas pessoas apresentem perplexidade diante dele, como em face de jovens armados desse elã, desse entusiasmo que é o característico, que é a nobreza da própria juventude, estarem engajados como professores, razão porque bem compreendo as apreensões do nobre Deputado Abel Rafael. Mas deixe-me explicar. A Universidade de Brasília, se adotasse o sistema tradicional brasileiro na sua implantação, teria preenchido, nesta altura, todas as disciplinas dos cursos que ministra com catedráticos fundadores. E os catedráticos teriam já escolhido, eles próprios, seus assistentes entre jovens que lhes fossem simpáticos, freqüentemente uma

moça, boa datilógrafa, por exemplo. Sabemos disso.

O SR. BRITO VELHO - Quero fazer um parêntese a V. Exa. Na cátedra em que trabalhei, mesmo há vinte anos, sendo permitida a escolha livre pelo catedrático, ele usava uma seleção através de concurso, e concurso duro.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Mas é um caso raro, sabe V. Exa.

O SR. BRITO VELHO - Desde o primeiro passo que dei no magistério, tudo que consegui foi através de esforço meu. Jamais recebi qualquer coisa de favor.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Se tivéssemos começado a implantar a Universidade pelo sistema tradicional de nomear catedráticos interinos e dar a esses a liberdade de nomear professores associados, assistentes, instrutores e monitores, estaríamos repetindo aqui o processo pelo qual foram instituídas as novas universidades brasileiras. Isso importaria em ter que declarar sábias pessoas que não o são e que não teriam de comprovar jamais o seu saber, porque ou se efetivariam como um acontecimento ou um concurso, amanhã, nas condições de *cozinhamento* que todos conhecemos e que são muito difíceis de evitar. Seria a continuação do velho e deletério sistema de que o professor fundador deve permanecer porque já estava trabalhando há tanto tempo - o pobrezinho e coitadinho - ganhando pouco, sem as vantagens da efetivação.

Se um operário depois de dez anos tem direito à estabilidade, por que negar igual direito ao professor competente e

incompetente? E com isso se condena os jovens a serem desensinados. Em vez desse sistema, na Universidade de Brasília, estamos implantando outro. É claro que de caráter experimental e suscetível de erros. Gostaria, porém, que quando se criticasse essa modalidade, este novo caminho - e as críticas devem ser feitas, e nesse sentido conto com todos os senhores deputados - que sugiram fórmulas outras, adições, correções, para que o novo sistema implantado alcance uma precisão cada vez maior, ao invés de manifestar simples estranheza pela novidade.

O processo que adotamos tem como objetivo maior fazer da Universidade um centro de pós-graduação, para que possa contribuir o mais prontamente possível para a elevação dos padrões nacionais de ensino superior. Do contrário, o Brasil teria que esperar sete - na verdade, nove anos, porque os cursos básicos só começam no ano que vem - para que um jovem professor graduado pela Universidade de Brasília estivesse preparado para exercer funções docentes aqui ou em outra universidade. Para não adiar tanto o exercício do papel que lhe compete, a Universidade de Brasília está sendo implantada simultaneamente num nível de graduação e num nível de pós-graduação. Assim é que, em todos os cursos ministrados, estamos aceitando jovens de 18 a 20 anos que fazem o vestibular e que começam no primeiro semestre do curso profissional que escolheram e, jovens outros, egressos há 3 ou 4 anos de outras universidades, escolhidos por seu talento e que aqui vêm para realizar o seu curso de pós-graduação. Esses jovens são os Instrutores dos alunos de primeira série. O professor responsável por uma disciplina dá o que nós chamamos de aula-maior e esta é

desdobrada, depois, em duas ou quatro horas de trabalho pelos instrutores. A aula-maior pode admitir um número muito maior de alunos, como ocorre nas grandes universidades, mas a aula-maior tem uma relação necessária de um instrutor para vinte alunos. Quem convive, quem julga, quem trata com o aluno e desdobra para ele aquilo que foi exposto na aula-maior é o jovem instrutor.

Isso importa, primeiro, para a Universidade, numa extraordinária economia. Esses jovens instrutores, além da função docente auxiliar, fazem seu próprio curso de pós-graduação, em regime de tempo integral. Para esta carga de trabalho recebem, a título de bolsa, oitenta mil cruzeiros no primeiro ano e 100 mil cruzeiros, no segundo. Oitenta a cem mil cruzeiros é, aproximadamente, quanto ganha um catedrático brasileiro fora de Brasília. Pode-se achar que nossos instrutores estão ganhando muito. Entretanto, um catedrático, via de regra, tem obrigações universitárias de quatro a seis horas semanais, enquanto esses jovens têm obrigação de quarenta horas semanais e não podem exercer qualquer outra atividade. Por outro lado, é de assinalar que o investimento que a Nação está fazendo nestes instrutores, eles o ressarcem em serviços junto aos alunos. Assim, o privilégio que lhes é dado de permanecerem na Universidade por mais dois anos, depois de formados, aprimorando seus conhecimentos para ingressar no magistério superior, aqui ou em outra universidade qualquer, eles o pagam à sociedade brasileira, dando aulas de desdobramento aos jovens alunos dos cursos de graduação ou em trabalhos auxiliares de pesquisa.

Daí a razão de se ver na Universidade de Brasília um número tão grande de jovens, que todos chamam professores, mas que, segundo o Registro da Universidade, são Estagiários Instrutores. Esta é uma categoria nova no mundo universitário brasileiro que, em Brasília, pela primeira vez organiza, como atividade regular, programas de pós-graduação, visando a obtenção do grau de Mestre.

O Estagiário Instrutor é selecionado pelo seguinte processo. Em cada setor, temos um Coordenador. Por exemplo, o setor de Direito, Economia e Administração tem como coordenador geral o Ministro Victor Nunes Leal; o setor de Direito, o Professor Waldir Pires; o setor de Economia, o economista Diogo Gaspar; o setor de Administração, o Professor Hélio Pontes. Esses coordenadores, em contato com outros professores de várias universidades brasileiras, selecionam os Instrutores, trazendo, assim, jovens de todo o país que, pelo seu talento e pelo desejo de abraçarem a carreira universitária, vêm aqui realizar cursos de pós-graduação. Qualquer outra seleção importaria em dar a estes jovens candidatos ao magistério uma garantia de permanência na Universidade que eles só deverão alcançar depois de comprovar suas qualificações. Importaria, também, em onerar a universidade por exigir a multiplicação dos assistentes para exercer atividades de ensino que os instrutores, enquanto obtêm o seu primeiro grau universitário, podem perfeitamente fazer, dando quatro ou seis horas de aula por semana. A eficiência do sistema ainda não é tanta quanto desejaríamos, mas acho que os filhos do Deputado Abel Rafael estão tendo, na Universidade de Brasília, um curso pelo menos igual, mas provavelmente melhor, do

que teriam em qualquer lugar do Brasil. Sabemos, porém, que isto é muito pouco, porque nos estamos comparando com padrões ruins de universidades que não têm professores em tempo integral. Nossas deficiências mais notórias estão na pobreza das bibliotecas. Só no fim deste ano o nosso acervo alcançará 100.000 volumes.

Temos, porém, carências visíveis em vários outros campos. Mas prosseguindo nosso raciocínio, o sistema adotado pela Universidade de Brasília para recrutamento do seu pessoal docente-auxiliar é o de trazer jovens interessados no curso de mestrado, admitindo-os como Estagiários-bolsistas pelo prazo limite de dois anos de permanência na Universidade nessa condição. Nem o Reitor, nem o Presidente da República, autoridade alguma pode prorrogar este prazo que, uma vez cumprido, importa no afastamento do Instrutor, seja se obtém o grau em condições satisfatórias, pelo seu aproveitamento como Assistente, seja pelo desligamento.

São, pois, dois anos e dois anos só, no correr dos quais o jovem instrutor deve apresentar a sua dissertação de mestrado e os certificados dos cursos exigidos pela Universidade, diante de uma banca de professores com nível de *Philosophy Doctor*, diante da qual ele pleiteia o Grau de Mestre, que é a tradução brasileira do *Master Degree* norte-americano. Obtido este grau, a Universidade não está comprometida a admitir o Instrutor no seu quadro docente. Mas a Universidade tem o privilégio de escolher, dentre o graduados, aqueles que deseja aproveitar. Estes passam à condição de Assistentes, abrindo-se-lhes um novo prazo, já não de dois, mas de três anos, igualmente fatal, dentro do qual devem

obter o Doutorado. A dissertação de Mestre não supõe uma tese original, mas um trabalho de 100 a 120 páginas em que se revele capacidade de dominar um campo do saber e de tratar, adequadamente, a bibliografia pertinente. Supõe, porém, conhecimento no seu campo de especialidade e domínio dos instrumentos de expressão intelectual indispensáveis a um professor de Universidade.

Obtido o grau de Mestre, o jovem necessariamente deixa a vaga de Instrutor e vem outro para o seu lugar. O Assistente, como vimos, tem o prazo de três anos para obter o Doutorado. Aqui já não se trata de uma dissertação de domínio instrumental das técnicas de trabalho, mas de uma tese original que seja uma contribuição ao saber e com nível de exigências muito mais alto. Obtido o Doutorado, no prazo previsto, a Universidade automaticamente o promove ao cargo de Professor Assistente. Então, já conta com cinco anos de trabalho na Universidade. Não obtendo o Doutorado, não há como permanecer na Universidade. Da posição de Professor-Assistente em diante, as promoções se farão pelo exame do rendimento do trabalho docente e de pesquisa, de cinco em cinco anos, que dará acesso às categorias de Professor Associado e, depois, a Professor Titular. Mesmo neste último nível o professor não é dono de cátedra nenhuma, porque o saber não se lotea em pedaços atribuíveis a pessoas. O professor Assistente, Associado ou Titular colabora num Departamento que, anualmente, lhe aprova os planos de pesquisa e de ensino e julga seu trabalho, podendo propor sua dispensa por um julgamento entre professores, se revelar incapacidade, incúria ou qualquer qualidade anti-universitária. É pensamento da

Universidade instituir uma promoção horizontal, de três em três anos, para os docentes que tenham obtido o doutoramento, a fim de evitar que se force a passagem de professor assistente, a associado e a titular, que só deve caber a autoridades de renome nacional ou internacional no seu campo.

O SR. BRITO VELHO - Como se atinge a esse grau? Já está regulamentado isso?

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Sim. Está tudo regulamentado no Estatuto da Universidade. Ocorre porém - e isso explica em grande parte as dificuldades do Deputado Abel Rafael para alcançar uma compreensão completa do sistema - que este Estatuto está em implantação progressiva, como não podia deixar de ser.

Os vários Institutos da Universidade de Brasília só aos poucos vão sendo implantados. Uma categoria universitária nova, o aluno-pós-graduado-instrutor, é o que estava em pauta. Que esses jovens revelem aquele elã e aquele entusiasmo por problemas nacionais; que alguns deles possam ter ideologia tal ou qual, a terão, Excelência, como ocorre nas demais instituições brasileiras, porém, não mais que em qualquer outra. Naturalmente não conheço pessoalmente a todos esses jovens, porque, infelizmente, as minhas tarefas de Reitor não o permitem. E há setores em que eu seria incapaz de emitir qualquer opinião, como no caso, por exemplo, dos 14 instrutores de matemática. Sei, porém, que são jovens dotados todos de grande elã e do maior entusiasmo pela sua carreira, que estudam séria e duramente, e trabalham como poucas vezes aconteceu em qualquer universidade brasileira. Têm, é certo, um

privilegio - receber salário para estudar - mas o estão pagando. Cada um de nós, intelectuais brasileiros, formou-se praticamente à custa do próprio esforço, sem nenhuma ajuda e teve que subir os passos de uma carreira universitária contando freqüentemente com hostilidades de toda a sorte. Esses jovens instrutores da Universidade de Brasília são pupilos da Nação. Recebem um salário, que não é grande, mas lhes garante a oportunidade de dedicar-se exclusivamente à carreira universitária. E eles estão pagando esse privilégio pelo trabalho que dão à Universidade.

O SR. ABEL RAFAEL - A qualidade desse trabalho é que é o objeto da discussão. Aí é que objetamos, porque eles não podem, sendo estagiários, ganhando da Universidade, agindo como professores, naturalmente dando notas aos alunos, exercendo uma ascendência moral sobre os alunos, serem sectários políticos. Isso não tem o sentido multilateral da cultura. Aí é que entra a objeção e aí é que entra a orientação filosófica, porque a ideologia pode ser um processo. Como V. Exa. explicou, a ideologia da Universidade é um processo de execução, mas filosofia para mim, é uma orientação. E eles estão com a orientação materialista.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Excelência: eu não poderia fazer um exame ideológico destes jovens alunos da Universidade ou de quaisquer professores. Acha então V. Exa. que um jovem, de 23 ou 24 anos, recém-formado, que tivesse uma ideologia que não fosse do gosto de V. Exa. deveria ser proibido de estar na Universidade?

O SR. ABEL RAFAEL - Não. Não me preocupa nem que ele seja professor. Só me preocupo quando ele tenta ensinar somente aquilo que é a sua ideologia.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Mas não pode tentar ...

O SR. ABEL RAFAEL - Está acontecendo. E se V. Exa. examinar verificará isso. O tema é este. Não é que ele, tendo uma ideologia que não aprecie, não possa ser um professor, ter uma função na Universidade, ganhar o seu dinheiro, absolutamente. Nunca persegui ninguém por causa de idéias. Nunca tirei o emprego de ninguém, nem nunca admiti isso. Acho um absurdo. O que acho é que eles não têm o direito de, usando da sua autoridade, do cargo que exercem, tentar influir sobre os alunos e dar somente aquela linha unilateral.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Mas V. Exa. está no pressuposto de que seja um doutrinador e a sua preocupação é com o proselitismo.

O SR. ABEL RAFAEL - Não é. Aí não se trata de um pressuposto. Não quero citar nomes porque seria ingrato e antipático. Mas há grande número de professores preocupados nesse sentido.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Queria ponderar a V. Exa. ...

O SR. ABEL RAFAEL - Se conversarmos particularmente poderia dar outros dados a V. Exa. que seria desagradável citar aqui numa reunião tão agradável, em que V. Exa. expõe esses dados gerais neste clima de cordialidade.

Mas posso garantir a V. Exa. que estou acompanhando há muito tempo este problema e coligindo dados. E só me animei a falar sobre ele há pouco tempo. Há cerca de um mês comecei a falar, mas há mais de um ano que estou juntando elementos.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Peço a V. Exa. que não me poupe a oportunidade de esclarecer, de ir à Universidade, de falar comigo, de apresentar os seus dados.

O SR. ABEL RAFAEL - Terei muito prazer.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - E aqui quero fazer um apelo a V. Exa., como representante do povo brasileiro e do nosso povo - sou mineiro também - e, também, como professor universitário. As questões que V. Exa. está colocando diante desta Casa são incendiárias e tenho muito medo delas, Excelência.

O SR. ABEL RAFAEL - As que são colocadas quotidianamente diante dos alunos são mais incendiárias.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Deixe-me explicar a V. Exa. Claro que os Instrutores e Professores - e eu tenho informações completas sobre isso - têm uma série de trabalhos e obrigações de mestrado e nas suas provas de doutorado. Além de tudo isto, devem preparar-se para lecionar as matérias que lhes cabe dar aos alunos. Se V. Exa. examinar os nomes dos professores que coordenam ou que dirigem cadeiras na Universidade, garanto que verificará - tivesse ou não algum reparo a fazer à ideologia deles, pois esta é uma matéria que não examinamos na Universidade nem

examinaremos jamais - que são os melhores professores que poderíamos trazer para Brasília e dos mais capazes dentro do seu campo. Eles cumprem com suas obrigações funcionais na Universidade e dão matéria que têm que dar. A idéia de que haja uma endoutrinação, creio que seja uma confusão que se esteja fazendo de uma universidade que é nova, num país que é novo e num país consciente dos seus intestinos de fora, inconformado com o atraso, com a pobreza, e que discute dia-a-dia esses problemas numa indagação fecunda de soluções. A Universidade de Brasília estaria errada se lá não houvesse esse ambiente de inquietação, ambiente que é o melhor possível, eu suponho, Excelência, para a formação de um jovem.

Quando disse, entretanto, que as questões que V. Exa. está colocando são incendiárias, pediria a V. Exa., como representante do povo e como professor que me ouvisse, porque vou fazer uma coisa que é, de certa forma, abusiva. Estou meditando mesmo sobre o modo de colocar o problema para V. Exa. de maneira a fazê-lo com o maior respeito com a consideração, pela sua condição de Deputado e de professor. Mas, depois desta conversa tão ampla e tão franca, sinto-me no dever de colocá-lo. É a primeira vez que nos encontramos. Se estivéssemos sozinhos eu teria, também, colocado essa questão para V. Exa. A Comissão Parlamentar de Inquérito que está sendo criada, por proposta de V. Exa., seria acatada por mim, naturalmente, como o instrumento constitucional que ela é. A ela eu falarei, como quem fala ao Parlamento do seu País, Parlamento que é responsável por esta Universidade, porque estão aqui deputados que redigiram a lei e que votaram para que ela existisse. Acho que é meu dever prestar contas a esta Casa, em qualquer

sentido, e manter a Universidade aberta ao exame do Parlamento. Todo o meu desejo é que a Universidade seja a segunda casa do Parlamento, e que o Deputado lá se sinta tão bem como aqui. E que os órgãos que estamos criando agora, de assessoria ao Governo, esteja à disposição de todos os Deputados para que eles sintam que aquela é também sua casa. Falarei à Comissão Parlamentar de Inquérito com este espírito aberto, com este respeito e com esta atitude que deve ser a de todos os brasileiros. Entretanto, o temor que tenho decorre de que já começa a surgir no País, de várias organizações, um movimento no sentido de solidarizar-se com a Universidade de Brasília, solidarizar-se conosco na luta contra um processo que já se chama de *macarthista*, contra uma investigação policial, ideológica dentro da Universidade. Há o perigo, Deputado, de que instalemos, no Brasil, o Processo da Liberdade. Não porque V. Exa. queira, não porque eu queira, que não quero, mas se coisas tão delicadas como a autonomia universitária, como a ideologia de um professor, forem tratadas - e não com todo o cuidado - veremos levantar-se neste País um movimento contrário que vai exceder muito as suas expectativas. Tudo o que peço é que a Comissão Parlamentar de Inquérito à qual vou comparecer para dar todas as explicações estabeleça os limites de sua ação, que são os limites dos direitos e das regalias constitucionais, porque um Processo da Liberdade poderia incandescer com a Universidade de Brasília acusada, com a tentativa de chamar professores e alunos para depor. Isso não seria aceito pela intelectualidade brasileira, porque esse seria o Processo da Liberdade e o Processo da Liberdade, Excelência, seria, para todos, altamente inconveniente.

O SR. ABEL RAFAEL - Excelência, os processos da Comissão Parlamentar de Inquérito a mim não compete determinar. A Comissão é autônoma e é composta de homens íntegros e que tão bem quanto V. Exa. e eu conhecem a Constituição e os direitos de cada um. A Comissão Parlamentar de Inquérito que está sendo instalada naturalmente vai apurar no sentido do interesse do ensino, no interesse nacional e no respeito a cada qual. Não me preocupo nem com a Comissão nem com a campanha que se possa fazer, porque existe já hoje muita gente preocupada com o que se possa apurar. Apontei fatos. Estes são apurados ou não. Sei que a Universidade já está cheia de faixas dizendo que não admitem a Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta independe da licença de qualquer organização. O Congresso é que determina. É constitucional. Não pretendo ditar normas à Comissão. Sei qual é o meu dever de Deputado e a Comissão também sabe, porque esta Casa tem feito inúmeras, quais são os seus direitos, os seus deveres, como deve agir. A Comissão não é pró nem contra ninguém. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é constituída para averiguar e somente depois disso é que encaminha ao Executivo os seus resultados, que a Câmara aprova ou não. Tentar incendiar o país, como estão fazendo certos elementos estudantis, insuflados por determinados professores no sentido de impedir a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito, é condenar-se de antemão, porque necessidade há de esconder isto ou aquilo. A Câmara ou a Comissão não é contra a Universidade nem contra a autonomia da Universidade. Eu, que fui o autor, votei pela Universidade. Mas não quero que esta desvirtue os seus fins. Estou com isto tentando explicar a V. Exa. que de minha parte, não há hostilidade

nem à pessoa de V. Exa., nem à Universidade. Tenho hostilidade ao materialismo e qualquer orientação nesse sentido, eu combato. V. Exa. distinguindo isto, creio, os pontos de atrito que estão surgindo correm à conta de falta de compreensão, porque os próprios termos da Comissão Parlamentar de Inquérito em nada ferem a Universidade e mais se dirigem ao ensino médio do que ao ensino superior. É que se fez uma confusão entre a minha acusação à cartilha do povo, do primeiro livro do povo, e a convocação do Ministro, e com a Comissão. São duas coisas distintas. Pediria a V. Exa. que depois procurasse ler o texto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Quero repetir mais uma vez que ninguém terá tido maior acatamento por uma Comissão Parlamentar de Inquérito do que eu. Ninguém terá ido a uma Comissão Parlamentar de Inquérito com maior segurança e até com maior orgulho, porque na verdade estou cheio de orgulho pelo que a Universidade de Brasília fez até agora e, naturalmente, cheio de consciência das suas graves deficiências que precisamos superar. Mas sinto orgulho pelo que se conseguiu fazer neste prazo de pouco mais de um ano, que se conta desde a sua criação e de como a Universidade vai enfrentando todas as dificuldades. Acho que temos muitas coisas positivas a dizer à Comissão Parlamentar de Inquérito, a respeito da Universidade e estarei à disposição dos Senhores Deputados para qualquer explicação. Esta é a atitude da Universidade, porque quem fala por ela, sou eu. Nas reuniões com professores - não com alunos, porque ainda não estive com eles para tratar deste assunto - e com os presidentes de Diretórios Estudantis, deixei

claro que esta é a atitude da Reitoria. Isto é o que será feito e esta é a ordem na Universidade. V. Exa. não encontrará, suponho, qualquer hostilidade. Ao contrário, estarei à disposição para prestar todos os esclarecimentos, seja através desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou vindo aqui quantas vezes queiram VV. Exas., ou recebendo V. Exa. ou qualquer parlamentar, discutindo e falando, porque meu desejo é que a Universidade não seja obra apenas dos que lá estão como professores ou como Reitor, mas de todos os parlamentares, de todos os intelectuais brasileiros, e isto não pode acontecer sem contato, sem diálogo, sem debate. Assinalava que a questão é arriscada. O problema, se não for colocado com muita precisão, deixará a todos em situação difícil. O que chamo de Processo da Liberdade é qualquer postulação que fira a Constituição da República e a tradição universitária. Temo que, mesmo sem o desejarmos, se provoque um movimento nacional de solidariedade difícil de ser controlado e que pode criar no País um debate radical e muito grave.

O SR. PEDRO BRAGA - Permita-me. Desejava dizer, diante de V. Exa., como Reitor da Universidade, do ilustre Presidente e do nobre autor do requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, que a considero uma Comissão inconstitucional. A Constituição brasileira assegura a livre expressão do pensamento. Mas se isto não for respeitado e não for tomado em consideração, é uma Comissão inócua, porque, pela primeira vez na história desta Câmara se pesquisa, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma suposição de ordem absolutamente imaterial, ou seja, uma suposição de ordem ideológica.

Então, Sr. Presidente, quero mais uma vez, sem nenhuma ofensa, sem nenhum desrespeito ao ilustre colega Abel Rafael, a quem admiro pela sua coragem moral e cívica e pelo seu pensamento honesto, protestar contra isso, porque como diz o Reitor Darcy Ribeiro, isso tem a mais desagradável repercussão. Desceremos no conceito de todos os povos livres, não só da América Latina como de todo o mundo. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito para pesquisar ideologias de professores ...

O SR. BRITO VELHO - Tenho a impressão de que poderia colaborar, pois meu problema, e não quero confundi-lo com o alheio, meu problema, ou melhor, meu ponto de vista é exatamente o da liberdade. As informações que me deram é de que a liberdade não estava sendo respeitada.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Quero esclarecer o seguinte: nunca tive qualquer informação longínqua desse tipo. É claro que os instrutores freqüentam a Reitoria, conversam comigo. Há disputas entre eles, como em todo grupo numeroso, um que não gosta do outro e outro que não gosta de um. São coisas de jovens em que não temo papel, mas nada soube no espírito do que V. Exa. diz, inclusive porque o julgamento dos instrutores é pelo trabalho deles.

O SR. BRITO VELHO - É exatamente em nome das franquias constitucionais, em nome da liberdade de ensino, que acho que V. Exa. e nós devemos rebuscar, e com todo o cuidado, a verdade.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Não haveria nada pior do que na Universidade de Brasília se instalar

intolerâncias de qualquer tipo. Isso seria inadmissível, porque a ideologia da Universidade é a ideologia da tolerância.

O SR. PEDRO BRAGA - Devíamos também ter uma Comissão de Inquérito pesquisando os discursos dos Srs. Deputados nesta Casa.

O SR. BRITO VELHO - Eu queria exatamente caracterizar minha postura. O que me preocupa não é que marxistas tenham o direito de falar, mas é que não-marxistas não tenham direito de falar. Isto é fundamental, dadas as informações, as quais não posso garantir ...

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Estarei cada vez mais atento para isso, porque seria impossível aceitar qualquer atitude de intolerância. Aqui está o Professor Heron de Alencar, que é Coordenador dos cursos de pós-graduação da Universidade, pela sua qualidade universitária. Deu aulas na Sorbonne, durante 7 anos, e tem uma formação acadêmica do tipo mais alto, podendo, por isso, ser apresentado aos jovens como um padrão de carreira universitária, de intelectual que na vida não fez outra coisa senão dedicar-se à universidade. É o homem que está dirigindo os cursos de pós-graduação e que vai constituir as bancas e dirigir esse julgamento. O Professor Heron está ali e poderia dizer também que nunca houve qualquer possibilidade de prática de intolerância na Universidade de Brasília.

O SR. BRITO VELHO - Não posso assegurar ou garantir. Estou aqui há um mês e meio apenas e ouvi o que com toda a franqueza e sinceridade expus a V. Exa.,

com a esperança, que não quero perder, de que tais coisas não sejam verdadeiras.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Quero recebê-lo na Universidade, Nobre Deputado, como a todos os parlamentares, sempre que possam dar-me a honra de uma visita, para que estejam sempre a par de como se processa a implantação de um projeto tão difícil; e isto é especialmente dito ao Deputado Abel Rafael, não só por sua condição de deputado, mas por sua condição de pai de dois alunos pelos quais deve ter um justo zelo.

O SR. ABEL RAFAEL - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lauro Cruz) - Devo encerrar esta reunião pelo adiantado da hora, lamentando que não possamos prosseguir hoje na análise de questão de tão alto interesse. Desejando que outras reuniões venhamos a realizar como esta, recebendo informações úteis e indispensáveis ao esclarecimento de problemas educacionais do País. Nesta comissão, tive o grande privilégio de ser o Relator do Projeto da Universidade de Brasília. Recebi a colaboração dos companheiros, não só desta, mas de outras comissões. Certas preocupações quanto à eficiência, quanto à escolha do seu corpo docente que assaltaram o espírito dos parlamentares e motivaram debates em plenário, foram aqui amplamente ventiladas. A Universidade está sendo criteriosa, rigorosa, na escolha de elementos categorizados e, de certa maneira, recebi com agrado a explicação do motivo por que se convocaram para Brasília ilustres professores de todo o País. Estou certo de que a sinceridade dos homens que dirigem a

Universidade, especialmente o seu Reitor, levem aquele instituto a corresponder às aspirações do País e nos dê a elite de homens cultos de que a Nação precisa para ajudá-la a resolver seus problemas. Esperamos que isso seja alcançado sem que outros fatos que preocupam o espírito de parlamentares ocorram ou mantenham a intranquilidade que nos assalta. Estou também certo de que, em contatos outros com o Sr. Reitor, através de visitas àquele instituto, muitas destas questões serão esclarecidas e de que o Parlamento Nacional só terá motivos, futuramente, de votar com entusiasmo, os recursos com que a Universidade poderá prosseguir, realizando seu grande programa. A Comissão de Educação deve continuar na orientação de não apenas relatar projetos, mas deve promover reuniões como esta para que se saiba que o Parlamento Nacional se interessa, realmente, pela educação no País.

Felicito-me, portanto, por pertencer a este corpo de parlamentares interessados, vivamente, no estudo destas questões. Agradeço com entusiasmo a presença do Magnífico Reitor da Universidade de Brasília e a sua exposição que de fato nos encantou. Agradeço o comparecimento dos colegas, o interesse que tomaram nos debates desta tarde, a presença de outros

parlamentares não integrantes desta Comissão, e de todos quantos aqui nos honraram, especialmente o professor coordenador dos cursos de pós-graduação de Brasília, que também honra esta Casa e outros professores que aqui estejam. Desejamos que nos dêem, em ocasiões posteriores, oportunidade de ouvi-los sobre outras questões interessantes no campo da educação.

O SR. EWALDO PINTO - Sr. Presidente, tenho a impressão de que a exposição do Magnífico Reitor seria muito bem completada com uma visita coletiva da Comissão de Educação à Universidade de Brasília.

O SR. PRESIDENTE - Isto já estava programado e se fará em dia oportunamente marcado.

O SR. REITOR DARCY RIBEIRO - Antes dessa visita coletiva, qualquer dos parlamentares que queira me honrar com uma visita à Universidade, terei gosto em recebê-lo e lhe mostrar a Casa. É uma coisa que faremos, realmente, com toda a satisfação.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a sessão.

Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960.

Designa Comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição; e

Considerando que se encontra em tramitação no Congresso Nacional a Mensagem Presidencial relativa à instituição da Universidade de Brasília (Projeto de Lei nº 1.861, de 1960).

Considerando a conveniência de promover estudos complementares, a fim de, aprovado o referido projeto, dar-lhe o Governo pronta execução.

Resolve designar o professor Darcy Ribeiro, o Arquiteto Oscar Niemeyer e o Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Cyro Versiani dos Anjos, para levarem a efeito os referidos estudos e a respeito de se entenderem com os diferentes órgãos da Administração.

Brasília, em 25 de julho de 1960, 139º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBISTCHEK
Pedro Paulo Penido



Reunião do Primeiro Conselho Diretor da Universidade de Brasília. Da esquerda para a direita: 1. Frei Matheus Rocha; 2. Hermes Lima; 3. Abgar Renault; 4. Osvaldo Trigueiro; 5. Alcides da Rocha Miranda; 6. Anísio Teixeira; 7. Darcy Ribeiro.

Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961.

Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição; e

Considerando que se encontra em tramitação no Congresso Nacional a Mensagem Presidencial relativa à instituição da Universidade de Brasília (Projeto de Lei nº 1.861, de 1960);

Considerando a necessidade de promover estudos complementares ao plano elaborado pela Comissão de Estudos criada pelo Decreto nº 48.599, de 25 de julho de 1960, e que são indispensáveis para a implantação da Universidade, uma vez aprovado o referido projeto de lei, decreta:

Art. 1º - É instituída, junto à Presidência da República, a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília, constituída de sete membros, sob a Presidência do Prefeito da Capital Federal, e integrada pelos Professores Anísio Spinola Teixeira, Paulo Novais, Almir Godofredo de Almeida e Castro, Celso Furtado, Roberto Herbster Gusmão e Darcy Ribeiro, este último na qualidade de Coordenador Geral.

Art. 2º - Incumbe à Comissão de Planejamento:

I - promover a elaboração do plano urbanístico da cidade universitária, tendo em vista:

a) localização, nos terrenos destinados à Universidade no plano-piloto dos órgãos de interesse comum com a cidade;

b) o preparo dos programas básicos necessários para o planejamento arquitetônico das diversas unidades universitárias.

II - realizar, em colaboração com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acordos e convênios com organizações estrangeiras e internacionais para a obtenção de cooperação técnica e financeira no planejamento e instalação dos Institutos Centrais, da Biblioteca e demais órgãos da Universidade, bem como a programação do aperfeiçoamento do futuro pessoal docente, no País e no exterior;

III - colaborar na implantação da Universidade Nacional do Trabalho, tendo em vista a articulação dos respectivos programas, de modo que seus órgãos tornem-se mutuamente complementares e que os alunos graduados nos cursos básicos de uma possam fazer a especialização tecnológica ou científica na outra;

IV - organizar um sistema de bolsas de estudo para jovens residentes em Brasília, que sejam aprovados em exames vestibulares, enquanto não entrarem em funcionamento os cursos da Universidade de Brasília.

Art. 3º - A Comissão instalará, em Brasília, em colaboração com órgãos de administração federal e da Prefeitura, um Centro de Documentação, destinado a atender às necessidades de informação bibliográfica e técnica atualizada dos serviços de assessoramento dos poderes públicos instalados na Capital Federal, que constituirá o núcleo inicial da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Parágrafo único - Ficam os Diretores dos órgãos federais, autárquicos e paraestatais com a responsabilidade de, quando solicitados, prover o Centro de Documentação de coleções de suas publicações e de entregar, doravante, dois exemplares de todas as suas futuras publicações.

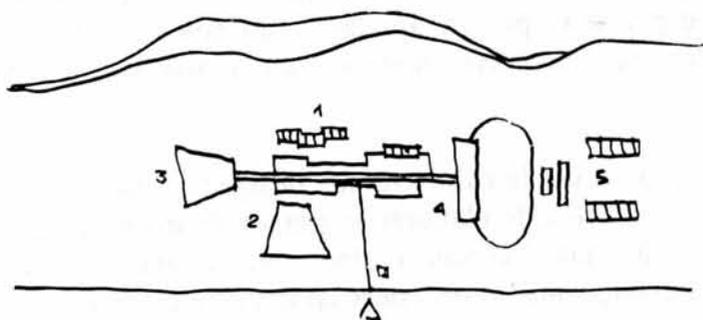
Art. 4º - Os órgãos federais, autárquicos e paraestatais prestarão à Comissão de planejamento a colaboração que lhes for solicitada.

Parágrafo único - A Comissão poderá firmar convênios e receber doações de entidades públicas e privadas para a aplicação no seu objetivo de promover a implantação das diversas unidades da Universidade de Brasília.

Art. 5º - Compete ao Coordenador-Geral designar Assessores Especializados com a incumbência de elaborar os planos de estruturação, de equipamento e instalação das diversas unidades universitárias, bem como os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente no País e no exterior.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JÂNIO QUADROS
Oscar Pedroso Horta
Brigido Tinoco



Centro Olímpico

1. sede 2. teatro ao ar livre 3. cine-teatro 4. estádio 5. esporte



ATOS CONSTITUTIVOS

**Memorial da
Comissão de
Planejamento**

Anísio Teixeira
Almir de Castro
Ernesto Luiz de Oliveira Júnior
Pedro Calmon
João Christóvam Cardoso
Darcy Ribeiro

A transferência da capital para uma cidade nova, como é o caso de Brasília, coloca os poderes públicos diante do grave risco de perderem este assessoramento intelectual e científico. É certo que a nova capital manterá necessariamente estreitos vínculos com os principais centros culturais do País. Mas não deverá depender exclusivamente deles e, sobretudo, não será capaz de utilizá-los, de compreendê-los e de estimular-lhes o desenvolvimento se não se constituir ela própria em centro cultural autônomo, à altura dos melhores.

O Governo que edifica Brasília, planejada em todos os seus detalhes para o exercício das funções de direção político-administrativa do Estado brasileiro, não pode esperar que ali surja, e espontaneamente, o núcleo intelectual e científico capaz de assegurar o assessoramento técnico de que necessita o poder público.

A mesma deliberação de controlar todos os fatores para edificar, planejadamente, uma

cidade-capital, modelar no plano urbanístico e no administrativo, deve presidir a criação de um dos órgãos básicos de uma metrópole, que é seu centro cultural e científico.

Só uma universidade é capaz de reunir o corpo de especialistas qualificados em todos os campos do saber com que uma capital moderna precisa contar e de assegurar-lhes condições de trabalho fecundo.

Brasília não poderá prescindir, pois, de uma verdadeira universidade, organizada à base de uma crítica cuidadosa dos erros e acertos de todas as nossas experiências anteriores e que ofereça condições de atrair alguns dos melhores especialistas brasileiros de todos os campos, assegurando-lhes meios de contribuir para o auto-conhecimento do Brasil e de exercer uma função aconselhativa junto aos órgãos do poder público.

O corpo docente

Sondagens cuidadosas efetuadas nos meios científicos e culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo permitiram constatar que é possível levar para Brasília um corpo de especialistas da mais alta qualificação, capaz, por si só, de assegurar-lhe um alto prestígio intelectual e científico no País e no estrangeiro. Os requisitos indispensáveis para atrair e fixar estes especialistas consistem em criar uma universidade organizada em bases novas que não constitua mero aglomerado de escolas isoladas e redundantes, mas um núcleo de formação superior e de trabalho científico fecundo.

Encontra-se pois, o Governo, diante, não apenas da necessidade, mas, também, da oportunidade de criar, em Brasília, um centro universitário, cuja existência viria estimular vigorosamente os demais a uma renovação por todos reclamada, mas que só pode efetuar-se, de pronto, numa universidade inteiramente nova, planejada à luz das melhores experiências nacionais e internacionais.

Alunos de todo o Brasil

Nenhuma das grandes universidades do mundo tem caráter local, no sentido de que atenda apenas ou principalmente à juventude da cidade onde está instalada. Todas elas foram organizadas para servir a uma população muito maior, e o seu prestígio é medido exatamente pela capacidade de atrair estudantes de outras regiões do País e do estrangeiro.

Também a Universidade de Brasília não poderá ter caráter local, mesmo porque deverá contribuir para uma das destinações mais nobres da nova capital, que é sua função integradora da vida brasileira.

Ela deverá estar aberta a toda a juventude do País, tanto para os cursos básicos de graduação quanto e, sobretudo, para os cursos de especialização, em nível pós-graduado, que o nosso desenvolvimento requer imperiosamente.

Para isto será necessário instituir-se um sistema de recrutamento e de bolsas de estudos que abranja a todo o território nacional, de modo a atrair as inteligências mais promissoras para as novas

oportunidades de formação superior que serão abertas, precisamente na região mais desprovida de instituições de ensino superior.

Deste modo, a Universidade de Brasília virá contribuir, também, para assegurar uma substancial ampliação do número exíguo de vagas no ensino superior presentemente oferecidas à juventude. Anualmente, dezenas de milhares de candidatos de todas as regiões acorrem aos exames vestibulares das nossas escolas superiores, principalmente de Medicina e de Engenharia, e a maioria vê frustradas suas esperanças de cursar universidades, em virtude de um sistema de seleção que não leva em conta a capacidade daqueles jovens para estudar com proveito, nem tem em vista a carência de especialistas com que se defronta o País, mas, essencialmente, o número de vagas oferecido.

Tecnologia e desenvolvimento

Muitas outras considerações recomendam a criação em Brasília de uma universidade de tipo novo para nós, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida por eles como um dos principais motores do progresso que experimentaram.

As nações que representaram um papel pioneiro na revolução industrial experimentam, em certa medida, um progresso científico e cultural, reflexo do seu enriquecimento material. Elas mesmas, porém, desde cedo, procuraram intervir no processo e hoje se empenham numa competição de base mundial para criar um

corpo de cientistas e tecnólogos tão amplo e diversificado quanto o permitam seus recursos, pois estão certas de que o poder de uma Nação se mede principalmente pelo vulto de suas disponibilidades neste campo.

Países como o nosso, que procuram encaminhar-se agora para a industrialização e que já se compenetraram de que só a atingirão através do planejamento, não podem esperar que o saber e a técnica de que necessitam surjam como meros efeitos, por ação espontânea. Tal atitude equivaleria à aceitação tácita de uma condição de atraso e dependência que jamais poderíamos superar.

Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente universidades e instituições de pesquisa que nos hão de assegurar independência no plano científico e cultural.

É notório que, por força do próprio desenvolvimento econômico que alcançamos e daquele que atingiremos, à medida que se fizerem presentes as conseqüências do programa de metas, veremos, paradoxalmente, aumentar a nossa dependência técnica e científica em relação aos núcleos que nos exportam os equipamentos e os procedimentos através dos quais estamos produzindo. Tais elementos constituem, sabidamente, subprodutos de um corpo de saber científico e tecnológico que não pode ser importado como as máquinas, mas deve ser organicamente desenvolvido em cada país que almeje plena independência. Não se trata apenas de economizar *royalties* ou as despesas com assistência técnica, mas de

incorporar ao nosso processo de desenvolvimento o único elemento capaz de acelerar seu ritmo e de assegurar-nos condições de progresso independente e ajustado às condições nacionais.

Este é um imperativo inelutável para uma Nação que almeja ser uma potência entre os grandes do mundo. Para tanto, precisaremos alcançar e superar a proporção entre tecnólogos e trabalhadores que eles já atingiram, como condição fundamental para, um dia, vencer a defasagem entre o progresso que alcançaram e o nosso.

O Governo que pôs em marcha o programa de metas, destinado a preencher algumas das condições básicas de autonomia e desenvolvimento do Brasil, pode e deve rematá-lo com a criação do núcleo de ensino e de pesquisa capaz de dinamizar as universidades brasileiras e de emprestar novo ritmo e forma à constituição do quadro de técnicos e cientistas que o desenvolvimento nacional requer.

Estrutura da nova Universidade

Para preencher estas funções, a estrutura da Universidade de Brasília deverá ser mais simples e flexível que o nosso padrão tradicional. Assim, em lugar de um aglomerado de faculdades estanques, cada qual conformando em miniatura e de forma precária uma universidade inteira, deverá ser adotada uma estrutura unificada, tendo como elemento básico um corpo de Institutos Centrais que ministrarão o ensino e a pesquisa fundamental e uma série de Faculdades destinadas à formação profissional.

O esquema anexo retrata os componentes estruturais da Universidade e suas relações recíprocas. Seu órgão integrador é o conjunto de Institutos Centrais, de Matemática, de Física, de Química, de Biologia, de Geologia e Geografia, de Ciências Humanas, de Letras e de Artes. Cada um deles compreenderá certo número de departamentos incumbidos das atividades de ensino e de pesquisa no respectivo campo de competência para toda a Universidade.

Rompendo, assim, a tradicional auto-suficiência das nossas unidades universitárias, será possível, de imediato, uma ponderável economia de recursos, uma vez que se evitará a multiplicação de professores, instalações, laboratórios e bibliotecas para cada disciplina em cada escola que a ministra. Simultaneamente se criarão melhores condições para as atividades de pesquisa fundamental e aplicada, assegurando-se a oportunidade de ampliar e diversificar as modalidades de formação de especialistas, tão limitada em nosso atual sistema de ensino superior.

A nova estrutura permitirá resolver uma série de graves problemas que nossas universidades procuram superar, mas que não têm solução nas condições atuais. Estabelecerá, inicialmente, uma nítida distinção entre a atividade de formação profissional e pesquisa aplicada, entregue às Faculdades e às de ensino e pesquisa fundamental, a cargo dos Institutos Centrais, com vantagem para ambos. Uns e outros deverão contar com condições para funcionar com plena autonomia, mas conjugadamente. Deverão dispor de um corpo docente trabalhando em regime de dedicação exclusiva. Seus laboratórios e

bibliotecas poderão ser mais ricas e melhor equipadas, porque não sofrerão duplicação.

Nestas condições, os Institutos não somente darão melhor formação aos alunos que por eles passarem, tendo em vista encaminharem-se para as Faculdades, mas poderão selecionar dentre eles as melhores vocações para o trabalho científico, ou para ramos particulares de especialização técnica.

Assim, o Instituto Central de Física, por exemplo, tendo de ministrar os cursos básicos desta ciência para toda a universidade, estará necessariamente em contato com grande número de estudantes, assegurando-lhes um preparo do mais alto padrão, graças à qualidade do equipamento e do corpo docente especializado de que disporá e dentre todos eles selecionará os mais aptos a prosseguir os estudos de física no próprio Instituto, abrindo-lhes perspectivas de especialização em nível cada vez mais alto.

Deste modo, a seleção dos quadros científicos do País se fará a partir de uma base muito mais ampla, e será possível, desde os primeiros anos de funcionamento dos Institutos, propiciar cursos de alta especialização que as escolas atuais, compartimentadas e duplicativas, por falta de equipamento e pela exigüidade de pessoal docente, têm dificuldades de ministrar.

As Faculdades, por sua vez, ganharão muito por se verem dispensadas da tarefa de suprir o preparo cultural e científico básico dos seus alunos, podendo dedicar mais tempo e energias aos problemas específicos de formação profissional. Voltadas para o seu próprio campo de ação, poderiam melhor atendê-lo, diversificando os tipos de

formação que oferecem em função das necessidades do País e incentivando a pesquisa aplicada nos setores onde mais urgentemente se impõe.

Estruturadas nestas novas bases, a Universidade de Brasília encaminhará os seus alunos, inicialmente, aos Institutos Centrais, para ali complementarem a formação básica para cada tipo de curso. Terminados os estudos nos Institutos, se apresentará aos alunos nova oportunidade de opção à luz do amadurecimento intelectual já alcançado no campo a que originalmente pensaram dedicar-se. Poderão, assim, tomar pelo menos três caminhos distintos: prosseguir os estudos em um dos Institutos por alguns anos mais, para fazerem-se especialistas em certa disciplina. Dirigir-se à Faculdade de Educação para licenciar-se como professor. A maioria, provavelmente, se encaminhará para as Faculdades que havia escolhido originalmente ou para combinações novas de certo tipo e grau de preparo científico com certo treinamento prático, a fim de se especializarem em inúmeras modalidades de formação que nosso ensino superior desconhece até agora.

Um exemplo esclarecerá como funciona o sistema: por suposição, um aluno aprovado após três anos de estudos básicos no Instituto de Química, terá diante de si as seguintes alternativas: poderá continuar estudando mais dois anos no mesmo instituto para especializar-se como pesquisador, em um campo particular da química; 2) ingressar na Faculdade de Educação para licenciar-se como professor de química; 3) encaminhar-se à Faculdade de Tecnologia para graduar-se como *químico industrial* ou à Faculdade de Farmácia para especializar-se em *química*

farmacêutica. Qualquer destas formações é, ainda, suscetível de pós-graduação, já, agora, em grau de doutoramento, está também aberta aos graduados por outras Faculdades do País.

Organização administrativa

Uma universidade que deverá funcionar em moldes pioneiros para o nosso País, como a de Brasília, deve ser instituída na forma de Fundação para gozar da indispensável autonomia na estruturação e na direção de seus órgãos. Fundação de caráter especial, como tantas outras já criadas pelo poder público, por ele dotadas de patrimônio e providas nas necessidades de manutenção, para exercerem funções de alta relevância nacional.

A iniciativa se impõe, mais uma vez, em vista de sua nobre destinação, que é dotar a cidade-capital - fruto mais amadurecido da cultura e das artes do Brasil - da capacidade de reproduzir-se a si própria, imprimindo às obras que planejará e executará, amanhã, por todo o País, o mesmo sentido renovador que presidiu sua criação.

O órgão administrativo supremo da Fundação Universidade de Brasília será o Conselho Diretor, nomeado, inicialmente, pelo instituidor e, daí por diante, renovado sob controle do Presidente da República, que nomeará os novos membros procedendo à escolha sobre listas tríplexes e elaboradas pelo Conselho.

Do Conselho Diretor nascerão o Presidente da Fundação, que terá o título de

Reitor da Universidade de Brasília e o Vice-Reitor, que terá funções executivas no que respeita à vida escolar e às atividades de ensino e de pesquisa.

Enquanto não organizarem-se as Congregações e o Conselho Universitário, suas funções serão exercidas por uma assessoria formada por coordenadores, cada um deles encarregado de estrutura um dos Institutos Centrais ou uma das Faculdades, a fim de orientar os arquitetos no planejamento de cada unidade, organizar as equipes de professores-pesquisadores, adquirir os equipamentos dos laboratórios, bem como o acervo das bibliotecas, com apelo a todas as organizações públicas e privadas nacionais, internacionais e estrangeiras que possam contribuir para este objetivo.

Devendo concluir-se e equipar-se inicialmente os Institutos, porque estes ministrarão os cursos introdutórios e constituirão o núcleo básico da nova universidade, o programa de edificação poderá estender-se por alguns exercícios. O desdobramento dos Institutos em Departamentos e a construção das diversas Faculdades deverá ser programada segundo critérios de prioridade que levem em conta as necessidades de assessoramento do poder público e os imperativos do desenvolvimento nacional.

É indispensável, porém, já no ato inicial de criação, instituir-se a estrutura inteira, porque uma só faculdade auto-suficiente do tipo tradicional que fosse simultaneamente integrada no conjunto o deformaria irremediavelmente.

A estrutura mais simples e funcional da Universidade de Brasília permitirá que seu custo, na fase de construção, seja substancialmente menor que o de nossas principais cidades universitárias.

Graças à sua maior flexibilidade, é de se esperar que alcance rapidamente o número de matrículas das nossas instituições tradicionais. Deste modo poderá baixar ponderavelmente o custo aluno-ano nas várias modalidades de formação superior.

A vinculação orgânica da Universidade de Brasília aos problemas do desenvolvimento nacional permitirá obter para sua edificação e custeio a cooperação de fontes que até agora não contribuíram para as tarefas nacionais de formação de pessoal altamente qualificado, apesar de intimamente relacionadas e em certos casos até dependentes delas. Tal é o caso das grandes empresas autárquicas, paraestatais ou particulares e dos diversos programas federais e regionais cuja expansão está na dependência das disponibilidades nacionais de mão-de-obra especializada. Muitas delas poderiam ser convidadas a contribuir nesta obra, financiando a construção ou o equipamento de Institutos, Departamentos ou Faculdades, como ocorre nas universidades de outros países, notadamente as norte-americanas que tiveram, durante muitos anos, nas doações de particulares sua principal fonte de receita.

Instituições internacionais devotadas ao incentivo às atividades educacionais, científicas e culturais, bem como os convênios de assistência técnica que

mantemos, poderiam colaborar no empreendimento, através de contribuição para o acervo das bibliotecas ou o equipamento dos laboratórios da Universidade de Brasília, bem como para o preparo do seu pessoal docente durante o período de construção.

Este é um plano ambicioso e arrojado. Não mais ambicioso, porém, que a cidade onde deverá instalar-se. Nem mais que o mínimo indispensável para instituir em Brasília o núcleo intelectual capaz de emprestar à capital do Brasil a categoria que ela deve ter no campo da ciência, das letras e das artes.

(ass) PEDRO CALMON

Reitor da Universidade do Brasil

JOÃO CHRISTOVAM CARDOSO

Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas

ANÍSIO TEIXEIRA

Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pedagógicos

DARCY RIBEIRO.

Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

ALMIR DE CASTRO.

Diretor de programa da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos

ATOS CONSTITUTIVOS

**Exposição de
Motivos nº 492**

Clóvis Salgado

Em 16 de abril de 1961

*Criação da "Fundação
Universidade de Brasília".*

Excelentíssimo Senhor Presidente da
República:

Atento ao indeclinável dever de participar, no setor de sua específica competência, dos propósitos do Governo de construir a nova Capital em moldes rigorosamente modernos, o Ministério da Educação e Cultura vem colaborando, desde a primeira hora, no planejamento escolar de Brasília.

No plano urbanístico de Lúcio Costa já se encontrava reservada a área destinada à Universidade e prevista, em linhas gerais, a rede de escolas primárias e médias.

O primeiro cuidado dos técnicos do Ministério, em íntima articulação com os arquitetos e urbanistas da cidade em construção, foi o de localizar as diversas unidades escolares no terreno, de modo a que pudessem atender, efetivamente, à população prevista na secção urbana correspondente a cada uma. O projeto finalmente aprovado ficou garantido em convênio firmado entre o Ministério e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, quando do fornecimento dos recursos para a construção das primeiras unidades escolares.

Do ponto de vista pedagógico, o projeto dos centros de educação primária e de educação média obedecem aos preceitos mais atualizados e as linhas mestras do projeto de lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

As primeiras unidades da rede primária - Jardim de Infância, Escola-Classe e Escola Complementar - entrarão a funcionar na data da inauguração da nova Capital. Da Escola Média Compreensiva, assim chamada pelo fato de abranger todas as modalidades do ensino médio, o ramo secundário será o primeiro a abrir as suas portas, previstamente, no próximo dia 16 de maio.

Os estudos para a estruturação do ensino superior em bases consentâneas com os progressos científicos, técnicos e pedagógicos desse meado de século XX mereceram a máxima atenção. O objetivo era dar a Brasília uma Universidade que, refletindo a nossa época, fosse também fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha de

uma progressiva emancipação. Para tanto impunha-se dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa científica e à formação de cientistas e técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros, com o propósito de dar-lhes soluções adequadas e originais.

Os Institutos de pesquisa deviam, necessariamente, integrar-se no corpo da Universidade, expressão mais alta das atividades culturais do País, para servir também ao ensino e à formação profissional.

A partir de 1808, ano em que se inaugurou o ensino superior no País, com a instituição de cursos médico-cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro, fomos criando escolas superiores, de cunho meramente profissional, em unidades isoladas e auto-suficientes, como não podia deixar de sê-lo. Cada escola recebia o aluno com o curso secundário, ministrava-lhe mais conhecimentos científicos básicos e, depois dessa fase preparatória, passava a dar-lhe ensinamentos profissionais propriamente ditos.

Quando, em 1931, a lei instituiu o sistema universitário brasileiro, fê-lo pela reunião pura e simples das Faculdades tradicionais, sob a égide administrativa de um Reitor. Pedagogicamente, continuavam elas a ser compartimentos estanques, órgãos isolados, ciosos de sua autonomia. Um esforço louvável para conferir maior coesão aos elementos do conjunto universitário foi a criação, em 1939, da Faculdade de Filosofia, centro de preparação de professores e cientistas. A experiência tem mostrado que a Faculdade de Filosofia não cumpriu o seu profundo objetivo de ser o núcleo principal da Universidade. Continua a ser uma Faculdade a mais, à espera de medidas que

melhor a articulem com todo o sistema escolar universitário.

E até a esta altura, não obstante o desejo generalizado de se dar maior unidade funcional aos elementos didáticos e científicos das universidades brasileiras, tal não se tem alcançado senão em casos isolados. A Universidade do Brasil procura, atualmente, reestruturar-se em institutos que congreguem as especialidades comuns, de modo a fazer a sua transferência para a futura sede, a Cidade Universitária, com esta nova organização. Este é o alto propósito do Ministério da Educação e Cultura, que, através de convênios ultimamente celebrados, vem procurando criar Institutos de caráter universitário para servir a mais de uma Faculdade, nos domínios das ciências básicas e da tecnologia. A plena aceitação dessas providências inovadoras mostra que nossa elite intelectual está amadurecida para uma experiência mais avançada e corajosa.

É o que se tenta fazer agora em Brasília, aproveitando-se a rara oportunidade de encontrar-se o campo inteiramente livre para receber a idéia renovadora. Para defini-la, convoquei a colaboração de douta Comissão, constituída pelos senhores Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil, João Christovão Cardoso, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, Darcy Ribeiro, Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, e Almir Castro, Diretor de Programas da

Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O pensamento da Comissão acha-se expresso no relatório e no projeto de lei que ora submeto à alta apreciação de Vossa Excelência. Propõe-se uma estruturação nova do corpo universitário, para dar-lhe unidade orgânica e eficiência maior. O aluno que vem do curso médio não ingressará diretamente nos cursos superiores profissionais. Prosseguirá sua preparação científica e cultural nos Institutos Centrais, de pesquisa e ensino, dedicados às ciências fundamentais. Nesses órgãos universitários, que não pertencem a nenhuma Faculdade, mas servem a todas elas, o aluno buscará, mediante opção, aqueles conhecimentos básicos indispensáveis ao curso profissional que tiver em vista prosseguir. Em consequência, reduz-se a duração dos cursos profissionais propriamente ditos.

Tal organização permite uma real economia, pela concentração, nos institutos, de todos os recursos humanos e materiais destinados a uma determinada ciência, recursos ora dispersos pelos pequenos laboratórios das faculdades isoladas. Com isso, aumenta-se também, consideravelmente, o rendimento do trabalho, que passa a ser feito em equipe, por especialistas congregados e dirigidos para objetivos comuns.

Pode-se afirmar que, no momento, poucas são, no País, as instituições onde se possam formar cientistas e pesquisadores de alto nível. E são eles os responsáveis pelo progresso do mundo moderno. São eles, pela categoria e pelo número, que medem a força das Nações. Sem eles, o Brasil não poderá dar o passo decisivo de sua

emancipação econômica, nem participar da corrida atômica, definidora da paz e da guerra.

Os Institutos centrais ora projetados serão o campo de formação desse pessoal indispensável à nossa segurança e prosperidade. Os estudantes que neles ingressarem não sairão, necessariamente, para os cursos profissionais. Os bens dotados sentir-se-ão atraídos pela pesquisa científica. Haverá dispositivos próprios para fixá-los no corpo da instituição, de modo a que prossigam os estudos e venham a tornar-se especialistas em setores fundamentais.

Desse modo, o conjunto dos Institutos Centrais, formando uma espécie de Faculdade de Ciências, Letras e Artes, será um estágio intermediário, distribuindo os estudantes para as profissões tradicionais e para as atividades novas, da ciência e da tecnologia, de que o País tanto carece na fase histórica que atravessa.

Consciente do dever que lhe cabe de apoiar o povo brasileiro no arrojado esforço de desenvolvimento em que se acha empenhado, a Universidade de Brasília dará ênfase aos seus propósitos de colaboração. No tronco novo da Nação não quer brotar apenas como floração ornamental de cultura, mas como raiz que alicerça e nutre. Não quer ficar isolada em torre de marfim, a cultivar as puras virtudes do espírito, antes deseja descer à planície e pelejar ao lado do povo, pela sua crescente prosperidade. Deseja ser uma oficina sempre acesa, forjando capacidades mais ágeis e alavancas mais robustas para moverem o nosso esplêndido progresso.

A Universidade, assim modernizada, deverá ter a gerência um sistema administrativo mais prontamente eficaz do que o das nossas instituições tradicionais. Por isso, optou-se pelo regime de Fundação. Embora instituída pelo poder público, a Fundação Universidade de Brasília gozará, administrativamente, das virtudes de uma empresa privada. Terá um patrimônio susceptível de progressivo enriquecimento, capaz de proporcionar-lhe, no futuro, total emancipação econômica. Por ora, receberá da União recursos sob forma de auxílio global, cabendo à entidade a elaboração do próprio orçamento. Desse modo, haverá um perfeito ajustamento financeiro às reais necessidades da instituição, em pessoal, instalações, equipamentos e novos projetos. Assinale-se que o pessoal gozará das regalias das leis trabalhistas e, a entidade, das indiscutíveis vantagens da gerência privada.

Não se poderia pensar em resolver o complexo problema de criar uma Universidade em moldes inteiramente novos, dos quais não temos, obviamente, qualquer experiência, através de uma lei minuciosa que tudo quisesse prever. Por isso, adotou-se uma redação esquemática, para fornecer apenas a estrutura básica e as linhas mestras e inspiradoras do que se tem em vista montar.

Para desenvolver, gradativamente, o esquema legal, dentro da realidade brasileira - social, econômica e cultural - era necessário dar à direção o máximo de competência. Por isso, a Fundação, entidade mantenedora, será dirigida por um Conselho Diretor, composto de 6 membros (o mínimo aceitável, dado o vulto do empreendimento), designados pelo Presidente da República.

Constituído o Conselho, cessará a dependência imediata ao Governo. O Conselho elegerá livremente seu Presidente, a quem, para respeitar um nome já consagrado, permito-me propor o título de Reitor (única modificação ao projeto original). Órgão supremo da instituição, ao Conselho Diretor caberá a tarefa de organizar a universidade, com grande autonomia, já que terá de obedecer apenas a uma lei de quadros amplos e aos estatutos por ele próprio elaborados.

Para organizar o complexo universitário, o Conselho Diretor convocará assessores especializados. Cada unidade será planejada sob a responsabilidade de um Coordenador altamente competente. Um permanente contato entre os diversos coordenadores dará a necessária harmonia ao trabalho comum, de modo a alcançar-se a

desejada unidade orgânica e funcional do conjunto a ser criado.

Acredito que um tal sistema, propício ao estudo acurado das etapas a serem vencidas, e garantidora de autoridade aos responsáveis, assegurará as melhores condições para que a projetada Universidade de Brasília venha a ser autêntico e poderoso instrumento a serviço da cultura e do progresso do Brasil.

Estou convencido de que, aprovando a proposta, elaborada com tanto zelo pela douta Comissão, e encaminhando-a à alta consideração do Congresso Nacional, estará Vossa Excelência prestando mais um assinalado serviço à causa do desenvolvimento nacional.

Valho-me do ensejo para reafirmar-lhe os protestos de minha estima e admiração.

ATOS CONSTITUTIVOS

**Carta aos
Professores**

Darcy Ribeiro

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1960.

Aos Senhores professores,

Afrânio Coutinho
Almir de Castro
Álvaro Vieira Pinto
Amilcar Vianna Martins
Anísio S. Teixeira
Antônio Houaiss
Celso Cunha
Eduardo Galvão
Eremildo Luiz Vianna
Euryalo Cannabrava
Florestan Fernandes
Jacques Danon
João Cristóvão Cardoso
José Cândido M. Carvalho
Gabriel Fialho
Gilberto Freyre
Haiti Moussatché
Jayme Abreu
José Leite Lopes
José Vargas

Luiz Laboriau
Maria Yedda Leite Linhares
Maria Laura Leite Lopes
Morse Belém Teixeira
Oracy Nogueira
Orlando Valverde
Paulo de Góes
Péricles Madureira de Pinho
Walter Oswaldo Cruz

Há cerca de dois anos, por sugestão do Dr. Ciro Versiani dos Anjos, fui convidado pelo então Chefe da Casa Civil da Presidência da República, prof. Vitor Nunes Leal, a elaborar o ante-projeto de uma universidade a ser criada na nova capital, por iniciativa do Poder Executivo.

Depois de alguns meses de trabalho, submeti a cada um dos senhores um documento preliminar com o objetivo de ouvir o maior número possível de opiniões abalizadas sobre a estrutura que, a meu ver, mais se recomendava para a nova universidade. Graças àquelas consultas e ao apoio de todos ao texto proposto, ele pode ser tratado, doravante, não apenas como um parecer pessoal, mas como a expressão do pensamento de alguns cientistas, estudiosos e professores de notória competência, sobre a matéria.

Nesta forma foi o documento entregue ao Ministro da Educação e Cultura e aos aludidos chefe e sub-chefe da Casa Civil, que passaram a envidar esforços com o objetivo de obter a aprovação do Presidente da República para o projeto.

Nos meses seguintes não se registrou nenhum progresso nas demarches pela criação da Universidade, razão por que não pude reiterar o pedido feito a alguns dos

senhores para elaborar estudos sobre a organização que deveriam ter os Institutos e Faculdades das respectivas especialidades, os quais seriam anexados ao documento principal.

Recentemente, fui chamado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura que me fez saber da disposição do Presidente da República de enviar uma Mensagem ao Congresso Nacional, a 21 de abril próximo, criando uma Universidade em Brasília, estruturada em moldes rigorosamente modernos. Solicitou-me, então, o Ministro que retomasse o referido documento preliminar e o refundisse na forma de um ante-projeto de lei e respectiva justificação, para submeter a uma comissão de redação que ele convocou imediatamente, integrada pelo Reitor da Universidade do Brasil, o Presidente do Conselho Nacional de pesquisas, pelo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, pelo Diretor de Programas da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e pelo Diretor da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos.

Nos dias seguintes, em reuniões sucessivas, os aludidos textos foram discutidos, revistos e aprovados pela Comissão, sob a presidência do Ministro, que ficou de encaminhá-los com as modificações que julgasse necessárias, à apreciação do Presidente da República.

O texto final permaneceu fiel às diretrizes do documento original conhecido dos senhores e, a meu ver, oferece suficiente garantia de que a Universidade de Brasília poderá representar o papel dinamizador do ensino superior e da pesquisa que todos almejávamos vê-la desempenhar.

Estamos, pois, diante de uma iniciativa dos poderes públicos da maior relevância para o desenvolvimento da educação e da ciência no Brasil. Por isto mesmo me parece não só legítimo, mas altamente desejável, que cada um de nós procure influir para que ela se efetive e não venha a sofrer descaracterização em sua estrutura e em suas funções.

Com este espírito, estou me dedicando ao estudo da organização do Instituto Central de Ciências Humanas e suas relações com os demais Institutos e com as Faculdades. Para isso entrei em contato com

diversos colegas, especialistas neste campo. O resultado de nossos esforços será encaminhado ao Ministro da Educação e Cultura, natural coordenador da Universidade, para que, no momento oportuno, seja submetido àqueles que forem chamados a assumir a alta e grave responsabilidade de por em execução o projeto, caso ele venha a ser aprovado pelo Legislativo.

Queiram aceitar o abraço cordial, expressões da estima e da admiração de

Darcy Ribeiro



Heron de Alencar foi um dos principais colaboradores de Darcy Ribeiro na organização da Universidade de Brasília

ATOS CONSTITUTIVOS

Mensagem
nº 128

Juscelino Kubistchek

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do art. 67 da Constituição, tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, o incluso projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Universidade de Brasília".

Brasília, em 21 de abril de 1960.

JUSCELINO KUBISTCHEK

Projeto de lei

Autoriza a instituição da "Fundação Universidade de Brasília".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a "Fundação

Universidade de Brasília", entidade autônoma que se regerá por Estatutos a serem aprovados por decreto do Presidente da República, de acordo com proposta do Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º- A Fundação adquirirá personalidade jurídica com a transcrição dos respectivos Estatutos no registro civil das pessoas jurídicas, mediante a apresentação de seu texto oficial e do decreto que o houver aprovado.

Art. 3º- A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º- O patrimônio da Fundação será constituído por direitos e bens destinados pelos poderes públicos e recursos doados por particulares ou entidades públicas e privadas.

§ 1º- Os direitos, bens e rendas patrimoniais da Fundação somente poderão ser empregados para a realização de seus objetivos.

§ 2º- No caso de extinguir-se a Fundação, seu patrimônio reverterá à União.

Art. 5º- Para constituir o patrimônio inicial da Fundação, fica o Poder Executivo autorizado a praticar os seguintes atos:

a) efetivar a transferência, à Fundação, dos terrenos previstos para localização de uma Universidade na nova Capital da República;

b) incluir os edifícios necessários à instalação da Universidade no plano de obras da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, na forma do art. 17 da Lei nº 2.874, de 19 de novembro de 1956;

c) transferir à Fundação, para constituir parte de sua renda permanente, os rendimentos provenientes de uma quinta parte das ações da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União; e

d) doar à Fundação um conjunto de doze superquadras urbanas em Brasília.

Art. 6º- Para manutenção da Fundação, o orçamento federal consignará, anualmente, recursos, sob a forma de dotação global.

Art. 7º- A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por seis membros e dois suplentes, escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, e se renovará, cada dois anos, pela sua metade.

§ 1º- O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2º- O Presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade.

Art. 8º- Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por quatro anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º - Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente da República, sendo a metade para período de

quatro anos e a outra metade para período de dois anos.

§ 2º- A renovação do mandato far-se-á, alternadamente, de dois em dois anos, de três e três membros e de um e um suplente, mediante indicação, em lista tríplice, organizada pelo Conselho Diretor e enviado ao Presidente da República, para escolha e designação.

Art. 9º- A Universidade será uma unidade orgânica, integrada por Institutos Centrais de ensino e de pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I - aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes;

b) formar pesquisadores e especialistas;

c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II- às Faculdades, na sua esfera de competência;

a) dar formação profissional e técnica;

b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação; e

c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10 - A Universidade, integrada no desenvolvimento econômico, social e cultural do País, e interessada em estudar e encaminhar as soluções relacionadas com os problemas nacionais, colaborará com as entidades públicas e privadas, conforme as solicitações que lhe forem feitas.

Art. 11 - A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes, e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos, a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 12 - O Conselho elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13 - A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios Estatutos.

Art. 14 - Na organização de seu regime didático, inclusive do currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o que dispõe o parágrafo único deste artigo quanto aos diplomas profissionais.

Parágrafo único - Para que seus diplomas profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados, pela Universidade de Brasília, os seguintes princípios:

I - a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

II - não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

III - não poderá ser dispensada a obrigação da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, direta ou indiretamente, em dispensa de frequência.

Art. 15 - Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus

Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 11.

Parágrafo único - O Conselho Diretor será assistido, até a instalação dos órgãos deliberativos e consultivos da Universidade, por tantos coordenadores quantos forem os Institutos e Faculdades em fase de criação, sendo tais coordenadores designados pelo Reitor, com aprovação prévia do Conselho Diretor.

Art. 16 - Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela legislação do trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ATOS CONSTITUTIVOS

A Lei de Criação da UnB

João Goulart

Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

*Autoriza o Poder Executivo a instituir a
Fundação Universidade de Brasília, e dá
outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma Fundação que se regerá por estatutos aprovados por decretos do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 2º. A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão

apresentados os estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3º. A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º. O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pela dotação de um bilhão de cruzeiros a que se refere o art. 18 e pelas rendas das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União;

b) pelos terrenos destinados, no Plano Piloto, à construção de uma universidade em Brasília;

c) pelas obras de urbanização e de instalação de serviços públicos na área da Cidade Universitária, a serem construídos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, sem indenização, nas condições do art. 17 da Lei nº 2.874, de 10 de novembro de 1956;

d) pelos edifícios necessários à instalação e funcionamento da administração, da biblioteca central, da estação radiodifusora, do departamento editorial, do centro recreativo e cultural a serem construídos pela NOVACAP nas condições da alínea anterior;

e) pelos terrenos das 12 superquadras urbanas, em Brasília, que lhe serão doados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital;

f) pela metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, que serão aplicados na instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília;

g) pela dotação de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) na forma do art. 19, destinados a constituir um fundo rotativo para edição de obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário, pela Editora Universidade de Brasília;

h) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Distrito Federal, por entidades públicas ou particulares.

§ 1º. Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, podendo para tal fim ser alienados, com exceção dos mencionados nas alíneas *b*, *c* e *d*.

§ 2º. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 5º. O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

Parágrafo único. Estes atos compreenderão os que se tornarem necessários à integração, no patrimônio da Fundação, dos bens e direitos a que se referem as alíneas *a*, *b*, *e*, *f*, *g* e *h* do art. 4º e a respectiva avaliação.

Art. 6º. Para manutenção da Fundação, o Orçamento Federal consignará,

anualmente, recursos, sob a forma de dotação global.

Art. 7º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por seis membros e dois suplentes escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará a cada dois anos, pela sua metade.

§ 1º. O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2º. O presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade.

Art. 8º. Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por quatro anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente da República, sendo a metade para período de quatro anos e a outra metade para período de dois anos.

§ 2º. A renovação do Conselho far-se-á por escolha e nomeação do Presidente da República entre os nomes de uma lista triplíce apresentada para cada vaga pelo Conselho Diretor.

Art. 9º A Universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional cabendo:

I) aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;

b) formar pesquisadores e especialistas; e

c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II) Às Faculdades, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;

b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;

c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10. A Universidade de Brasília empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem.

Art. 11. A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 12. O Conselho Diretor elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos

Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoas de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13. A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.

Art. 14. Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o disposto no parágrafo único desse artigo e no art. 15.

Parágrafo único. Para que seus diplomas profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados, pela Universidade de Brasília, os seguintes princípios:

1. a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

2. não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

3. não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos

demaís trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, indiretamente, em dispensa de frequência;

Art. 15. Os estatutos da Universidade organizarão a carreira do magistério, escalonando os diversos cargos e os graus universitários correspondentes, observando, quanto ao aproveitamento efetivo das cátedras, o concurso de títulos e provas.

Art. 16. Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 11.

Parágrafo único. O Conselho Diretor será assistido, até a instalação dos órgãos deliberativos e consultivos da Universidade, por tantos coordenadores quantos forem os institutos e faculdades em fase de criação, sendo tais coordenadores designados pelo Reitor com aprovação prévia do Conselho Diretor.

Art. 17. Os contratos do pessoal docente técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela legislação do trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

§ 1º. O quadro do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade será fixado pelo Conselho Diretor e admitido com aprovação deste, pelo Reitor, não podendo ser alterado numericamente dentro do prazo para o qual foi organizado.

§ 2º. Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço.

Art. 18. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de um bilhão de cruzeiros, destinado a custear a construção dos edifícios da Universidade de Brasília.

Art. 19. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de cinquenta milhões de cruzeiros, à verba que especifica - Verba 3, Serviços e Encargos - Auxílios, Contribuições e Subvenções - Subvenções Fundação Universidade de Brasília, Dotação para construir fundo rotativo da Editora Universitária de Brasília.

Art. 20. A Fundação Universidade de Brasília poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite, ficando-lhes assegurada cobertura cambial prioritária e automática à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 21. É assegurada à Fundação Universidade de Brasília isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, bem como franquia postal telegráfica.

Art. 22. Mediante termo lavrado no Ministério da Fazenda, serão transferidas para a Fundação Universidade de Brasília as rendas do corrente ano das ações referidas no art. 4º.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART
Tancredo Neves
Walter Moreira Salles
Antonio de Oliveira Brito

O Plano Orientador da Universidade de Brasília pode ser encontrado na Revista *Carta* n° 5/1992.



Solenidade de Inauguração da Universidade de Brasília. Da esquerda para a direita: Frei Matheus, Hermes Lima e Darcy Ribeiro.

Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962.

Institui a Fundação Universidade de Brasília.

O Presidente do Conselho de Ministros, usando da atribuição que lhe confere o artigo 18, inciso III, do Ato Adicional à Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Fundação Universidade de Brasília, nos termos da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Art. 2º - A Fundação Universidade de Brasília reger-se-á pelo Estatuto que com este baixa, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

Tancredo Neves
Antônio de Oliveira Britto.



Posse do Conselho Diretor da UnB: Demóstenes Madureira do Pinho; Anísio Teixeira; Ministro Oliveira Brito; Tancredo Neves e outros

ATOS CONSTITUTIVOS

**Estatuto da
Fundação
Universidade de
Brasília
(1962)**

CAPÍTULO I

DA FUNDAÇÃO E DA UNIVERSIDADE

Art. 1º A Fundação Universidade de Brasília, instituída nos termos da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, tem sede e foro na cidade de Brasília, capital da República, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º A Fundação terá duração indeterminada.

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo, em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º A Fundação é uma entidade não governamental, administrativa e financeiramente autônoma, nos termos da lei e do presente Estatuto

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA FUNDAÇÃO

Art. 5º São Órgãos da Fundação:

I - O Conselho Diretor;

II - O Presidente.

Art. 6º O Conselho Diretor, como órgão supremo, exercerá o governo da Fundação e a administração da Universidade.

Art. 7º O órgão executivo do Conselho Diretor é o Presidente da Fundação, que será também o Reitor da Universidade.

Art. 8º O Conselho Diretor será constituído de seis membros efetivos e dois suplentes escolhidos, uns e outros, dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, renovando-se, de dois em dois anos, pela metade (Lei nº 3.998, de 15/12/61).

Parágrafo único. O Conselho Diretor elegerá, dentre os seus membros, o Presidente da Fundação.

Art. 9º Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por quatro anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 10 A renovação do Conselho far-se-á mediante nomeação do Presidente da República dentre os nomes propostos pelo Conselho Diretor, em lista triplíce, para cada vaga.

Art. 11 O mandato dos membros do Conselho Diretor será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

a) morte;

b) renúncia;

c) ausência às reuniões por mais de dois meses sem licença prévia do Conselho Diretor;

d) procedimento incompatível com a dignidade das funções;

e) condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 12 Extinto o mandato de qualquer dos seus membros, o Conselho reunir-se-á dentro em quinze dias a fim de propor, em lista triplíce, o seu substituto, que exercerá o mandato pelo tempo restante.

Art. 13 O Conselho Diretor reunir-se-á com a maioria de seus membros, deliberando por quatro votos pelo menos:

I - ordinariamente, uma vez por mês e em dois períodos de cinco sessões consecutivas na primeira quinzena dos meses de janeiro e de julho de cada ano;

II - extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou pela metade de seus membros.

Art. 14 Os suplentes participarão dos trabalhos do Conselho Diretor e só terão direito a voto na falta dos membros efetivos à reunião.

Art. 15 O Conselho Diretor escolherá livremente o Vice-Reitor, que terá as funções executivas e didáticas definidas no Estatuto da Universidade, devendo sua

escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

Parágrafo único. O Presidente da Fundação poderá delegar poderes, mediante aprovação do Conselho, ao Vice-Reitor que será seu substituto legal quando membro do Conselho Diretor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 16 Compete ao Conselho Diretor:

- I - eleger seu Presidente;
- II - escolher livremente o Vice-Reitor;
- III - elaborar seu regimento;
- IV - estabelecer as diretrizes e planos quinquenais para o desenvolvimento da Universidade;
- V - instituir as unidades componentes da Universidade e aprovar os respectivos regimentos;
- VI - elaborar o Estatuto da Universidade, a fim de submetê-lo à aprovação do Poder Executivo;
- VII - deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operações de crédito;
- VIII - delegar poderes para a representação da Fundação e da

Universidade junto a entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais;

IX - aprovar a realização de convênios ou acordos com entidades públicas e privadas que importem em compromisso para a Fundação;

X - decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza;

XI - examinar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório anual de atividades da Fundação e da Universidade e respectivas prestações de contas, referentes ao exercício anterior;

XII - aprovar, no segundo período de sessões de cada ano, o plano de atividades da Fundação e da Universidade e respectivo orçamento para o exercício seguinte;

XIII - autorizar despesas extraordinárias ou suplementares justificadas pelo Reitor;

XIV - estabelecer normas para a admissão, remuneração, promoção, punição e dispensa do pessoal da Fundação e da Universidade e organizar os respectivos quadros;

XV - solicitar anualmente ao Governo Federal a inclusão no seu orçamento das dotações necessárias (Lei nº 3.998, de 15/12/61);

XVI - julgar os recursos que foram interpostos pelos órgãos colegiados contra decisões do Reitor, do Vice-Reitor e de qualquer órgão colegiado da Universidade;

XVII- decidir sobre os vetos do Reitor;

XVIII- propor ao Poder Executivo a reforma do presente Estatuto;

XIX- resolver sobre os casos omissos.

Art. 17 Compete ao Presidente da Fundação:

I - representar a Fundação e a Universidade em juízo e fora dele e em suas relações com os poderes da República;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;

III - velar pela observância das disposições legais e estatutárias e dar execução às resoluções do Conselho Diretor;

IV - superintender a administração da Fundação;

V - diligenciar a boa marcha dos trabalhos da Fundação e zelar pela regularidade e aperfeiçoamento de todos os seus serviços;

VI - apresentar ao Conselho Diretor balancetes periódicos e relatórios parciais sobre o desenvolvimento das atividades da Fundação no correr do exercício;

VII - apresentar ao Conselho Diretor, no primeiro período de sessões de cada ano, a prestação de contas de sua gestão no ano anterior;

VIII - admitir e dispensar servidores, na conformidade das normas aprovadas pelo Conselho Diretor;

IX - submeter à ratificação do Conselho Diretor as nomeações para os cargos de direção;

X - apreciar os relatórios anuais das unidades da Fundação e da Universidade e

aprovar os planos anuais de atividades e as propostas orçamentárias para sua execução;

XI - coordenar a elaboração dos documentos a que se referem os itens XI e XII do artigo 16 e coligir os dados necessários à fundamentação do pedido de que trata o item XV do mesmo artigo, submetendo estes e aqueles à apreciação do Conselho Diretor;

XII - dar parecer prévio sobre a prestação de contas dos diversos órgãos da Fundação e da Universidade;

XIII - exercer o direito de veto sobre as resoluções e qualquer dos órgãos colegiados ou autoridades executivas da Universidade.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 18 O patrimônio inicial da Fundação compreende os seguintes bens e direitos (Lei nº 3.998, de 15/12/61):

I - dotação de um bilhão de cruzeiros;

II - renda das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional, pertencentes à UNIÃO;

III - terrenos destinados, no Plano Piloto da Capital Federal, à construção da Universidade de Brasília;

IV - obras de urbanização e de instalação de serviços públicos na área da Cidade Universitária, que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital executará

sem indenização (Lei nº 2.874, de 10 de novembro de 1956);

V - edifícios necessários à instalação e funcionamento da administração, da biblioteca central, da estação rádio-difusora, do departamento editorial, do centro recreativo e cultural que a NOVACAP construirá nas condições do item anterior;

VI - terrenos de doze superquadras urbanas, em Brasília, doados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital;

VII - metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, que será aplicada na instalação e manutenção da Rádio Universitária de Brasília;

VIII - dotação de cinquenta milhões de cruzeiros (50.000.000,00) destinados a constituir um fundo rotativo para edição de obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário, pela Editora Universidade de Brasília.

§ 1º - A esses bens e direitos acrescentar-se-ão as doações, subvenções e auxílios que venham a ser concedidos à Fundação, pela União, pelo Distrito Federal, por entidades públicas ou por particulares.

§ 2º - Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo para tal fim ser alienados com exceção dos mencionados nas alíneas III, IV e V.

Art. 19 Os recursos para a manutenção e desenvolvimento da Fundação Universidade de Brasília advirão das seguintes fontes:

I - juros, frutos e rendimentos dos bens patrimoniais;

II - subvenções e auxílios dos poderes públicos;

III - doações e legados;

IV - retribuição de atividades remuneradas de seus serviços;

V - taxas e emolumentos;

VI - receita eventual;

VII - produto de operações de crédito.

Art. 20 O produto das subvenções, doações e legados em dinheiro, juros, frutos e rendimentos dos bens patrimoniais e rendas outras será depositado, para movimentação em conta corrente da Fundação, em instituição oficial de crédito.

Art. 21 O regime financeiro da Fundação obedecerá aos seguintes preceitos:

I - o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;

II - a proposta de orçamento, elaborada pelos órgãos administrativos, com a coordenação do Reitor e por este aprovada, terá por fundamento e justificação o plano de trabalho correspondente e será encaminhada à deliberação do Conselho Diretor até 15 de junho do exercício em curso;

III - durante o exercício financeiro poderão ser autorizados pelo Conselho Diretor novas despesas, desde que as necessidades de serviço o reclamem e haja recursos disponíveis;

IV - os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em contas

especiais, na conformidade do que deliberar o Conselho Diretor.

Art. 22 A prestação de contas constará, além de outros, dos seguintes elementos:

- I - balanço patrimonial;
- II - balanço financeiro;
- III - quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada;
- IV - quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada;
- V - documentos comprobatórios da despesa;
- VI - atestado de exame das contas da Fundação firmado por peritos contadores de reconhecida idoneidade.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES

Art. 23 Os direitos e deveres dos servidores da Fundação e da Universidade serão regulados pela legislação do trabalho, pelo regulamento que for baixado pelo Conselho Diretor e pelos contratos que vierem a ser celebrados.

Art. 24 Todos os servidores serão admitidos mediante contrato escrito, de que deverão constar a sua duração, as atribuições e a remuneração do contratado.

Art. 25 A Fundação poderá, na forma da lei, requisitar funcionários do serviço público e das autarquias.

CAPÍTULO VI

DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Art. 26 A Universidade de Brasília será uma unidade orgânica, constituída de Institutos Centrais de ensino e pesquisa, por Faculdades destinadas à formação profissional e por Órgãos complementares, cabendo:

- I - aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:
 - a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes;
 - b) formar pesquisadores e especialistas;
 - c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades;
- II - às Faculdades, na sua esfera de competência:

- a) ministrar, cursos de graduação para formação profissional e técnica;
- b) dar cursos de especialização e de pós-graduação;
- c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 27 Os órgãos complementares: Biblioteca Central, Aula Magna, Editora Universidade de Brasília, Rádio Universidade de Brasília, Museu da Civilização Brasileira, Museu da Ciência, Museu de Arte e outros órgãos e serviços,

que venham a ser instituídos pelo Conselho Diretor, terão, além de suas funções específicas, atividades de difusão, extensão e intercâmbio.

Art. 28 A Universidade terá como objetivos essenciais:

I - ministrar educação geral de nível superior, formando cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas, para os problemas nacionais;

II - preparar profissionais e especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social, pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência;

III - congregar mestres, cientistas, técnicos e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à aplicação do conhecimento, ao cultivo das artes e a sua aplicação a serviço do homem.

Art. 29 A Universidade empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País, colaborando com as entidades públicas e privadas para tal objetivo.

Art. 30 A estrutura da Universidade e a organização das suas unidades serão reguladas no Estatuto que for elaborado pelo Conselho Diretor e aprovado mediante decreto.

Parágrafo único. Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade terão

hierarquia, organização e competência definida no Estatuto.

Art. 31 A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961 e deste Estatuto.

Art. 32 Na organização de seu regime didático, inclusive na do currículo dos respectivos cursos, a Universidade gozará de autonomia que lhe é assegurada no art. 14 da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Parágrafo único. Para que os diplomas profissionais por ela expedidos possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, serão observados pela Universidade os seguintes princípios:

I - a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

II - não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

III - não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares e poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, indiretamente, em dispensa de frequência.

Art. 33 O Estatuto da Universidade organizará a carreira do magistério, escalonando os diversos cargos e os graus universitários correspondentes.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 O Reitor organizará, com aprovação prévia do Conselho Diretor, a Assessoria Técnica da Universidade, composta de tantos coordenadores quantas forem as unidades universitárias que houverem a ser criadas, celebrando para tal fim os necessários contratos de prestação de serviços.

Art. 35 Até a instalação do conjunto de Institutos Centrais, o Reitor organizará cursos de nível superior, em regime transitório, que se regerão por normas aprovadas pelo Conselho Diretor, com as prerrogativas da autonomia Universitária, nos termos da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, com objetivo de:

- a) oferecer imediatamente oportunidade de educação superior, em Brasília;
- b) criar um núcleo de atividades didáticas, científicas, culturais e artísticas, de nível universitário, na Capital Federal.

Parágrafo Único. Os recursos e serviços, previstos neste artigo serão extintos à medida que entrarem a funcionar as unidades universitárias correspondentes.

Art. 36 O Conselho Diretor aprovará, dentro de 30 dias, normas para a organização dos serviços administrativos da Fundação.

Art. 37 A Fundação Universidade de Brasília poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratórios, as publicações e os materiais científicos e didáticos, de qualquer natureza de que necessite, ficando-lhe assegurada cobertura cambial prioritária e automática (Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961).

Art. 38 É assegurada à Fundação Universidade de Brasília isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, bem como franquias postal e telegráfica (Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961).

Art. 39 Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido antes da instalação do serviço em que exercerá funções.

Art. 40 O Estatuto poderá ser emendado ou reformado mediante proposta do Conselho Diretor, aprovada pelo Poder Executivo ou aprovada por decreto.

ATOS CONSTITUTIVOS

**Estatuto da
Universidade de
Brasília
(1962)**

TÍTULO I

Da Universidade

Art. 1º- A Universidade de Brasília, instituição não-governamental de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural, criada e mantida pela Fundação nos termos da Lei nº 3.998, de 15-XII-1961, com ela constitui uma unidade orgânica, dotada de plena autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar que se regerá pelo presente Estatuto (arts. 9 e 13 da Lei nº 3.998, citada, combinados com os arts. 21 parágrafo 3 e 80 da Lei nº 4.024 de 20-XII - 1961).

Art. 2º - A Universidade tem por finalidade:

I - formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que defrontra o povo

brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social;

II - complementar a formação científica, cultural, moral e física da juventude universitária;

III - preparar profissionais de nível superior e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conhecimento, capazes de promover o progresso social mediante a aplicação dos recursos da ciência e da técnica;

IV - congregar cientistas, intelectuais e artistas assegurado-lhes os meios materiais e as condições de independência para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao enriquecimento da cultura, ao cultivo das artes e à sua aplicação a serviço do homem;

V - colaborar, com estudos sistemáticos e pesquisas originais, para melhor e mais completo conhecimento da realidade brasileira em todos os seus aspectos.

Art. 3º - São também objetivos da Universidade:

I - contribuir para que a Capital Federal exerça efetiva função integradora da vida social, política e cultural da Nação, por meio de um núcleo de ensino e de pesquisa do mais alto padrão aberto a jovens de todo o Brasil e, quanto possível, aos de outros países, notadamente os demais da América Latina;

II - proporcionar aos poderes políticos, nos limites da sua capacidade, nos diversos domínios do saber, a assessoria que solicitarem para o desempenho das suas funções;

III - incentivar a vida intelectual e artística na capital do País de modo a torná-la culturalmente autônoma e capaz de imprimir um sentido renovador aos empreendimentos que nela deverão ser projetados e executados;

IV - colaborar com as instituições educacionais de todo o país na elevação do nível de ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento nacional e regional;

V - cooperar com universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ao enriquecimento da ciência, das letras e das artes e à fraternidade dos intelectuais de todo o mundo, bem como à defesa da autonomia cultural, da liberdade de pesquisa e de expressão e da paz.

Art. 4º - Para alcançar seus fins e objetivos, a Universidade se regerá pelos princípios de liberdade de investigação, da liberdade de ensino e de liberdade de expressão, manter-se-á fiel aos requisitos do método científico e estará sempre aberta, com o objetivo de estudo, a todas as correntes de pensamento, sem participação em grupos ou movimentos políticos-partidários.

TÍTULO II

Das Unidades Universitárias

Art. 5º - As funções docentes, de pesquisa, de difusão cultural, de extensão e de assessoria da Universidade serão exercidas, integradamente, por Institutos Centrais, Faculdades e Unidades Complementares.

Art. 6º - As Unidades Universitárias poderão manter Centros de pesquisa, estudo, experimentação, assessoria e documentação, com funções específicas dentro dos respectivos campos e gozando de autonomia administrativa e financeira nos termos dos respectivos Regimentos, aprovados pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.

Art. 7º - Os Institutos Centrais e as Faculdades são constituídos por Departamentos, estruturados na forma do Título IV do presente Estatuto.

Art. 8º - O Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, poderá instituir Unidades Universitárias, extinguir ou modificar as enumeradas no presente Estatuto.

CAPÍTULO I

Dos Institutos Centrais

Art. 9º - Aos Institutos Centrais cabe ministrar, integradamente com suas atividades de estudo e pesquisa:

I - cursos introdutórios, a todos os alunos da Universidade, a fim de lhes dar o preparo intelectual e científico básico para seguirem os cursos profissionais ou de especialização;

II - cursos complementares, aos estudantes que desejam seguir a carreira do magistério ou de biblioteconomia;

III - cursos de graduação em ciências, letras e artes, aos alunos que revelarem

maior aptidão para pesquisa e estudos originais;

IV - programas de estudo para mestrado e doutorado.

Art. 10 - A Universidade contará, inicialmente, com os seguintes Institutos Centrais:

I - *Instituto Central de Matemática;*

II - *Instituto Central de Física Pura e Aplicada;*

III - *Instituto Central de Química;*

IV - *Instituto Central de Biologia;*

V - *Instituto Central de Geociências;*

VI - *Instituto Central de Ciências Humanas;*

VII - *Instituto Central de Letras;*

VIII - *Instituto Central de Artes.*

CAPÍTULO 2

Das Faculdades

Art. 11 - Às Faculdades, que receberão alunos com formação básica nos Institutos Centrais, cabe ministrar, integradamente com seus programas de estudo e pesquisa nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural, o ensino e o treinamento profissional, por intermédio dos Departamentos e Centros instituídos pelo Conselho Universitário.

Art. 12 - A Universidade contará inicialmente com as seguintes Faculdades:

I - *Faculdade de Ciências Políticas e Sociais*, que compreenderá a Escola de Direito, a Escola de Diplomacia, a Escola de Administração e Finanças e a Escola de Economia Aplicada;

II - *Faculdade de Educação*, que compreenderá a Escola Normal Superior, a Escola de Educação e o Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional;

III - *Faculdade de Ciências Médicas*, que compreenderá a Escola de Medicina, a Escola de Farmácia, a Escola de Odontologia e a Escola de Enfermagem;

IV - *Faculdade de Ciências Agrárias*, que compreenderá a Escola de Agronomia, a Escola de Tecnologia Florestal e a Escola de Veterinária e Zootecnia;

V - *Faculdade de Tecnologia*, que compreenderá a Escola de Engenharia Mecânica, a Escola de Engenharia Elétrica e Eletrônica, a Escola de Engenharia Civil, a Escola de Engenharia Metalúrgica, a Escola de Geologia e Mineralogia, a Escola de Engenharia de Produção Industrial e a Escola de Engenharia Química;

VI - *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*, que compreenderá a Escola de Arquitetura, a Escola de Tecnologia de Construção, a Escola de Representação e Expressão Plástica e a Escola de Artes Gráficas.

§ 1º. - Às Escolas, integradas em cada Faculdade, incumbe assistir os Decanos e os Professores-orientadores de uma carreira

profissional, na supervisão das atividades acadêmicas de cada estudante, que vise à obtenção de grau profissional mediante cursos realizados nos vários Departamentos da Universidade.

§ 2º. - As Escolas a que se refere este artigo não são Unidades Universitárias administrativa ou didaticamente autônomas.

CAPÍTULO 3

Das Unidades Complementares

Art. 13 - As Unidades Complementares poderão ministrar cursos de formação profissional e de aperfeiçoamento, de especialização e de extensão cultural, correspondentes aos seus campos de atividades, de acordo com planos de estudo aprovados pela autoridade universitária competente.

Art. 14 - A Universidade contará inicialmente com as seguintes Unidades Complementares:

I - *Biblioteca Central*, que compreenderá uma unidade principal de obras gerais e de consulta, dotada de serviços de aquisição, catalogação, documentação e intercâmbio científico e cultural, coordenará as atividades das bibliotecas especializadas dos Institutos Centrais, das Faculdades e das demais Unidades Universitárias e manterá cursos de biblioteconomia;

II - *Centro de Teledifusão Educativa*, destinado especialmente ao aperfeiçoamento do magistério e à difusão cultural, por meio do rádio e da televisão;

III - *Editora Universidade de Brasília*, que se destina a preparar e imprimir os textos básicos para o ensino em nível superior e a produção científica e literária da própria Universidade; a traduzir para o português e publicar as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade;

IV - *Mouseion*, que compreenderá o Museu da Civilização Brasileira, destinado a vincular Brasília às tradições históricas e artísticas nacionais, e o Museu da Ciência e da Técnica; e dará cursos de museologia;

V - *Aula Magna*, que servirá como o auditório nobre da Universidade e, convenientemente aparelhado, funcionará, também, como sede de congressos internacionais em Brasília;

VI - *Centro Militar*, encarregado de coordenar com as Forças Armadas a prestação de serviço militar pelos universitários e a utilização dos recursos técnicos, científicos e de pesquisa das diversas unidades universitárias na formação de especialistas em tecnologia militar;

VII - *Estádio Universitário* - destinado às atividades e à preparação de especialistas em educação física;

VIII - *Casas Nacionais da Língua e da Cultura*, destinada ao estudo da língua, da literatura e das tradições nacionais de determinados países, por eles construídas e mantidas no *campus* da Universidade;

IX - *Centro Brasileiro de Estudos Portugueses*, destinado a representar, em Brasília, a comunidade de intelectuais de

todo o mundo que se exprime em língua portuguesa;

X - *Instituto de Teologia Católica* - cuja organização, orientação e manutenção estão a cargo da Ordem Dominicana do Brasil.

TÍTULO III

Dos Órgãos Universitários

CAPÍTULO I

Do Conselho Universitário

Art. 15 - O Conselho Universitário, a autoridade suprema da Universidade em matéria didática, técnico-científica, acadêmica e disciplinar, reúne-se sob direção da Mesa Executiva, que funciona como seu órgão permanente.

Art. 16 - O Conselho Universitário se reunirá ordinariamente duas vezes por ano: por ocasião da abertura dos cursos do primeiro semestre e do encerramento dos cursos do segundo semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor, pelo Vice-Reitor quando no exercício da Reitoria, ou mediante decisão aprovada por dois terços de votos dos membros da Câmara dos Decanos, da Câmara dos Delegados ou por maioria absoluta de votos da Câmara dos Diretores.

Art. 17 - Constituem o Conselho Universitário:

I - os membros da Mesa Executiva;

II - o Decano de estudos graduados e o Decano de estudos pós-graduados de cada carreira, que compõem a Câmara dos Decanos;

Art. 18 - Compete ao Conselho Universitário:

I - aprovar e reformar o seu Regimento Interno, por proposta da Mesa Executiva;

II - propor, por intermédio do Reitor, ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília a modificação do presente Estatuto (art.11 da Lei nº. 3.998, citada, combinado com o artigo 93 deste Estatuto);

III - aprovar, na segunda sessão ordinária de cada ano, o plano de atividades docentes, de estudo e de pesquisa para o exercício seguinte, como programa geral de trabalho da Universidade;

IV - criar ou suprimir, por proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, Unidades Universitárias, bem como aprovar ou modificar os respectivos Regimentos Internos;

V - estabelecer os títulos e graus acadêmicos e profissionais que a Universidade outorgará, de acordo com o Regulamento de Títulos e Graus e o Regimento de Revalidação de Estudos;

VI - aprovar anualmente, por proposta do Reitor, a distribuição das vagas para o cargo de Professor Titular abertas por decisão do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, pelos diversos Departamentos da Universidade (artigo 80 deste Estatuto);

VII - aprovar, anualmente, por proposta do Reitor, a distribuição dos demais integrantes da Carreira do Magistério pelos diversos Departamentos da Universidade;

VIII - aprovar os Regulamentos e Regimentos de que trata este Estatuto, que lhe forem encaminhados pela Mesa Executiva;

IX - conhecer, em última instância, dos recursos interpostos contra penalidades disciplinares impostas pelo Reitor, na forma do Regulamento Disciplinar da Universidade;

X - deliberar sobre as proposições aprovadas por maioria dos membros da Câmara dos Decanos, da Câmara dos Delegados Estudantis ou da Câmara dos Diretores que lhe forem submetidas pela Mesa Executiva, com relatório;

XI - outorgar o título de Doutor Honoris Causa, de Professor Honoris Causa e de Professor Emérito;

XII - aprovar os Regimentos das seguintes Comissões Permanentes e designar seus membros:

A - Mestrado e Doutorado;

B - Regulamentos;

C - Títulos, Grau e Revelações;

D - Carreira do Magistério;

E - Difusão e Intercâmbio Cultural.

XIII - designar as Comissões Especiais para estudar e dar parecer, na sessão seguinte, sobre qualquer assunto específico de interesse da Universidade.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes apresentarão ao Conselho Universitário em sua primeira sessão ordinária de cada ano, relatórios sobre os assuntos de sua alçada.

CAPÍTULO 2

Dos Órgãos Normativos

Art. 19 - São órgãos normativos da atividade didática, além do Conselho Universitário e sua Mesa Executiva:

- I - as Congregações de Carreira;
- II - a Câmara dos Decanos;
- III - a Câmara dos Delegados Estudantis.

SEÇÃO A

Das Congregações de Carreira

Art. 20 - Constituem cada congregação de Carreira os professores titulares, professores associados e professores assistentes dos Institutos Centrais, das Faculdades e das Unidades Complementares que ministrem cursos de formação e de especialização para cada carreira acadêmica ou profissional, e dois delegados estudantis, um para os cursos de graduação, outro para os cursos de pós-graduação.

Art. 21 - As Congregações de Carreira reunir-se-ão ordinariamente uma vez por ano, na quinzena imediatamente anterior à abertura do primeiro semestre, sob a direção da mesa composta pelo Decano de estudos graduados e pelo Decano de estudos pós-graduados da Carreira, eleitos na reunião anterior.

Parágrafo único. As Congregações de Carreira reunir-se-ão extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Reitor, pelo Vice-Reitor ou pelos respectivos Decanos.

Art. 22 - Cabe às Congregações de Carreira:

I - fixar e modificar o currículo da respectiva carreira, bem como o plano de estudos, de treinamento técnico, profissional ou acadêmico, para graduação ou pós-graduação ou para obtenção de títulos e graus ou de certificados em cursos parcelados, de seqüência ou de especialização e aperfeiçoamento;

II - eleger, dentre seus membros docentes, na reunião ordinária, os Decanos de estudos graduados e pós-graduados;

III - aprovar o programa de cada disciplina do currículo, submetido pelo professor responsável, com parecer do respectivo Departamento.

SEÇÃO B

Da Câmara dos Decanos

Art. 23 - A Câmara dos Decanos é a Assembléia dos Decanos de estudos graduados e pós-graduados da Universidade.

Art. 24 - A Câmara dos Decanos reúne-se ordinariamente, duas vezes por ano, antes das sessões do Conselho Universitário e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Reitor ou por um terço de seus membros, sob a presidência do Vice-Reitor ou, em sua falta, pelo membro mais antigo na Universidade.

Art. 25 - Compete à Câmara dos Decanos:

I - convocar, por intermédio do Reitor e por decisão de dois terços de seus membros, sessão extraordinária do Conselho Universitário destinada a tratar de matéria relevante para o exercício do magistério na Universidade;

II - elaborar o Regimento Orgânico das Congregações de Carreira e submetê-lo, por intermédio da Mesa Executiva, à apreciação do Conselho Universitário;

III - estabelecer as obrigações dos Decanos e dos professores-orientadores, bem como os respectivos regimes de trabalho;

IV - apreciar as proposições de professores ao Conselho Universitário e, se aprovadas por maioria dos seus membros, encaminhá-las àquele órgão por intermédio da Mesa Executiva.

Art. 26 - Compete a cada Decano fiscalizar diretamente e também por intermédio dos professores-orientadores por ele designados as atividades docentes dos cursos da respectiva carreira, quer em nível de graduação quer de pós-graduação.

Parágrafo único. Cada Decano reunir-se-á em Comissão de Orientação Didática, pelo

menos uma vez por mês, com os professores-orientadores, e com o respectivo delegado estudantil.

Art. 27 - Incumbe a cada professor-orientador assistir individualmente os estudantes que lhe forem designados na preparação e no desenvolvimento dos seus programas de trabalho, bem como emitir parecer sobre qualquer decisão que lhes afete a vida acadêmica.

§ 1º - Os professores da Universidade, excetuados os que exercem funções de supervisão e direção, podem ser designados para prestar a orientação de que trata este artigo e desta obrigação não serão eximidos.

§ 2º - Os Decanos e os Professores-orientadores serão assistidos pelas respectivas Escolas em suas atividades de supervisão de alunos.

SEÇÃO C

Da Câmara dos Delegados Estudantis

Art. 28 - A Câmara dos Delegados Estudantis é a assembléia geral dos delegados estudantis dos cursos de graduação e pós-graduação às Congregações de Carreira.

Art. 29 - Compete à Câmara dos Delegados Estudantis:

I - reunir-se, ordinariamente, antes das sessões do Conselho Universitário, para deliberar sobre as proposições a serem submetidas àquele órgão e, se as aprovar por maioria de seus membros, encaminhá-las por intermédio da Mesa Executiva;

II - convocar, por intermédio do Reitor e mediante resolução aprovada por dois terços dos seus membros, sessões extraordinárias do Conselho Universitário para tratar de matéria relevante relacionada com as condições de vida e de trabalho dos estudantes na Universidade.

Art. 30 - Os estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação de cada carreira elegerão, anualmente, por maioria de votos, os respectivos delegados à Congregação de Carreira, que serão também os integrantes da Câmara dos Delegados Estudantis.

Art. 31 - Os delegados estudantis de cada carreira reunir-se-ão, pelo menos uma vez por mês, em Comissão de Representantes, com os representantes da mesma carreira, na proporção de 1 para 30 nos cursos de graduação e de 1 para 10, nos de pós-graduação, a fim de estudar os problemas relacionados com as condições de vida e de trabalho escolar dos estudantes desses cursos na Universidade.

§ 1º - São elegíveis para as funções de Delegado e Representante os estudantes de cursos regulares, matriculados há mais de um ano na Universidade e que não tenham sido reprovados.

§ 2º - Nenhum estudante pode ser eleito para exercer mais de uma representação, ainda que em órgãos diversos da Universidade.

Art. 32 - Compete à Comissão de Representantes zelar pela ética e pela auto-disciplina e propor à autoridade universitária competente sanções previstas no Regimento Disciplinar da Universidade

para os estudantes intelectualmente desonestos, de conduta indecorosa, ou indisciplinados.

Parágrafo único. O Reitor ou, por delegação sua, os diretores, poderão atribuir à Comissão de Representantes as funções de coordenação e supervisão de serviços assistenciais e de concessão de bolsas.

CAPÍTULO 3

Dos Órgãos de Coordenação

Art. 33 - São órgãos colegiados de coordenação das atividades das Unidades Universitárias:

- I - a Câmara dos Diretores;
- II - as Comissões Diretoras;
- III - os Conselhos Departamentais.

SEÇÃO A

Da Câmara dos Diretores

Art. 34 - A Câmara dos Diretores, órgão consultivo da Mesa Executiva em matéria administrativa, é a assembléia geral dos Diretores das Unidades Universitárias, sob a presidência daquela Mesa.

Art. 35 - A Câmara dos Diretores reunir-se-á, ordinariamente, de três em três meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Reitor, pela Mesa Executiva ou por decisão aprovada por maioria de membros de uma das Comissões Diretoras.

Art. 36 - Compete à Câmara de Diretores:

I - convocar, por intermédio do Reitor, sessão extraordinária do Conselho Universitário, mediante decisão aprovada por maioria absoluta;

II - aprovar, por maioria absoluta, as proposições dos Diretores, dos Conselhos Departamentais e dos Departamentos e encaminhá-las à Mesa Executiva para serem submetidas ao Conselho Universitário;

III - auxiliar a Mesa Executiva na formulação da política administrativa e financeira que mais se recomende para o bom funcionamento das Unidades Universitárias;

IV - opinar, quando consultada pela Mesa Executiva, sobre o quadro do pessoal e sua remuneração e formular sugestões para a sua modificação e atualização, encaminhando-as ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, por intermédio da Mesa Executiva;

V - emitir parecer, encaminhando-o ao Reitor, por intermédio da Mesa Executiva, sobre as representações interpostas contra atos administrativos de qualquer dos Diretores.

SEÇÃO B

Das Comissões Diretoras

Art. 37 - A coordenação superior dos Institutos Centrais, das Faculdades e das Unidades Complementares compete às respectivas Comissões Diretoras.

Art. 38 - Cada Comissão Diretora é constituída pelos Diretores das Unidades Universitárias que as compõem.

Art. 39 - As Comissões Diretoras reunir-se-ão ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Reitor, pela Mesa Executiva ou pelo respectivo Coordenador Geral.

Art. 40 - Compete às Comissões Diretoras:

I - orientar o funcionamento das Unidades Universitárias do seu campo;

II - eleger bienalmente, por maioria de votos, o Coordenador-Geral que presidirá seus trabalhos;

III - aprovar os planos de trabalho e respectivas previsões de custeio elaborados pelos Conselhos Departamentais, unificá-los e remetê-los à Mesa Executiva.

SEÇÃO C

Dos Conselhos Departamentais

Art. 41 - Conselho Departamental é a assembléia dos chefes de Departamento de cada Unidade Universitária, sob a presidência do respectivo Diretor.

§ 1º - Integrarão os Conselhos Departamentais, com direito de voz e voto, dois representantes dos estudantes da respectiva Unidade Universitária, um dos cursos de graduação e outro dos cursos de pós-graduação.

§ 2º - Para o fim específico de proposição de Professores Associados e Titulares (artigos 78 e 79 deste Estatuto), os Conselhos Departamentais se reunirão com a presença de todos os professores Titulares

da respectiva Unidade Universitária, os quais terão direito a voz e voto.

Art. 42 - Os Conselhos Departamentais reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Coordenador-Geral, por seu Diretor ou por um terço dos seus membros.

Art. 43 - Compete aos Conselhos Departamentais:

I - orientar o funcionamento da respectiva unidade universitária;

II - aprovar os planos de trabalhos e as respectivas previsões de custeio;

III - supervisionar a execução dos programas de trabalho dos Departamentos, zelando pela elevação constante do nível de ensino e de pesquisa;

IV - eleger, anualmente, o Diretor da Unidade Universitária respectiva, que presidirá os seus trabalhos;

V - propor ao Reitor a admissão à Universidade ou nomeação de Professores Associados e de Professores Titulares (§2º do artigo 41).

CAPÍTULO 4

Dos Órgãos de Direção e Supervisão

Art. 44 - São órgãos de direção e supervisão da Universidade:

I - A Reitoria;

II - A Mesa Executiva;

III - Os Coordenadores-Gerais;

IV - Os Diretores e Chefes de Departamentos;

SEÇÃO A

Da Reitoria

Art. 45 - A Reitoria, representada na pessoa do Reitor, é o órgão executivo central da Universidade.

§ 1º - O Presidente da Fundação Universidade de Brasília será o Reitor da Universidade.

§ 2º - O Reitor será eleito na forma do artigo 7º da Lei nº. 3.998, de 15-XII-1961, e terá as atribuições definidas no artigo 17 do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº.500, de 15-I-1962.

Art. 46 - Compete, ainda, ao Reitor:

I - coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades da Universidade;

II - representar a Universidade em juízo e fora dele;

III - presidir a Mesa Executiva, o Conselho Universitário, a Câmara dos Diretores e a qualquer reuniões universitárias a que compareça;

IV - zelar pelo fiel cumprimento das decisões emanadas dos órgãos da Universidade;

V - propor ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília o quadro do pessoal docente, técnico e administrativo

da Universidade e, aprovado este, nomear, licenciar e dispensar o pessoal na forma dos respectivos Regulamentos, bem como dar investidura para o exercício das funções de direções;

VI - submeter ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília as indicações próprias ou derivadas de eleições, nos casos previstos neste Estatuto, para cargos de direção das Unidades Universitárias;

VII - propor ao Conselho Universitário, após a aprovação do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, a criação, modificação ou extinção de Unidades Universitárias (art. 8º e inciso IV do art. 18);

VIII - propor, anualmente, ao Conselho Universitário, a distribuição, pelos diversos Departamentos da Universidade, dos cargos de Professor Titular (artigo 18, inciso VI) e dos demais integrantes da Carreira do Magistério;

IX - exercer, nos prazos, pela forma e nos casos previstos nos Regimentos, o direito de veto que pode ser parcial, sobre resoluções de qualquer dos órgãos colegiados da Universidade;

X - reexaminar, *ex officio*, ou mediante recurso, os atos ou decisões dos órgãos não-colegiados da Universidade;

XI - propor ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília as medidas e as disposições transitórias necessárias à implantação progressiva dos órgãos, das Unidades Universitárias e dos

serviços instituídos ou previstos no presente Estatuto;

XII - conferir títulos e graus universitários e expedir certificados, na forma deste Estatuto e do Regulamento pertinente;

XIII - exercer o poder disciplinar e adotar, *ad referendum* do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, as providências que se recomendem para a manutenção da ordem e da disciplina dentro da Universidade;

XIV - firmar acordos entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, *ad referendum* do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília;

XV - desempenhar todos os demais atos inerentes ao cargo, de acordo com o Estatuto da Fundação Universidade de Brasília, com o presente Estatuto, com a legislação vigente e com os princípios do regime universitário;

XVI - elaborar e submeter à aprovação do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília o Regimento da Reitoria;

XVII - organizar a Secretaria-Geral dos Cursos, cujo Regimento será aprovado pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília;

XVIII - apresentar ao Conselho Universitário, em sua primeira sessão ordinária de cada ano, relatório anual das atividades da Universidade durante o exercício anterior, para ser encaminhado ao

Ministério da Educação e Cultura (art. 9º, letra c da Lei nº. 4.024, citada).

Art. 47 - Sempre que exercer o direito de veto previsto no inciso IX do artigo precedente, o Reitor convocará, concomitantemente, dentro de 30 (trinta) dias, sessão extraordinária do Conselho Diretor, a fim de apreciar as razões do veto, submetendo-lhe as informações prestadas pelo órgão colegiado do qual tiver emanado a resolução vetada.

Parágrafo único. A rejeição do veto do Reitor pelo Conselho Diretor convalida a resolução vetada.

Art. 48 - O Vice-Reitor, eleito na forma do artigo 12 da Lei nº. 3.998, de 15-XII-1961, será o substituto do Reitor quando sua escolha recair em membros do Conselho Diretor.

Art. 49 - Compete ao Vice-Reitor:

I - representar o Reitor nas suas faltas e impedimentos eventuais;

II - chefiar a Secretaria da Mesa Executiva e presidir as sessões dos órgãos colegiados da Universidade, na ausência do Reitor;

III - exercer, de acordo com o Reitor, a supervisão das atividades acadêmicas da Universidade;

IV - presidir a Câmara dos Decanos na forma do art. 24 deste estatuto.

V - convocar sessão extraordinária das Congregações de Carreira, na forma do parágrafo único do art.21.

SEÇÃO B

Da Mesa Executiva

Art. 50 - A Mesa Executiva é composta pelo Reitor, pelo Vice-Reitor e pelos três coordenadores gerais dos Institutos Centrais, das Faculdades e das Unidades Complementares e presidida pelo primeiro.

Art. 51 - Compete à Mesa Executiva:

I - estabelecer a agenda do trabalho e a ordem do dia das sessões do Conselho Universitário, dando-as a conhecer com 10 dias de antecedência;

II - coordenar a elaboração dos planos de trabalho da Universidade e submetê-los à aprovação do Conselho Universitário;

III - orçar as despesas da Universidade tendo em vista a consecução dos seus objetivos de acordo com o parágrafo único do art. 87;

IV - relatar e encaminhar ao Conselho Universitário as proposições aprovadas pela Câmara dos Diretores, pela Câmara dos Decanos e pela Câmara dos Delegados Estudantis;

V - transmitir ao Conselho Universitário, com parecer, relatórios de suas Comissões Permanentes e Especiais;

VI - coordenar o funcionamento dos diversos órgãos da Universidade visando a sua eficácia e aprimoramento;

VII - zelar pelo fiel cumprimento das decisões do Conselho Universitário.

Parágrafo único. A Mesa Executiva reunir-se-á semanalmente, em dia e hora fixados pelo Reitor.

SEÇÃO C

Dos Coordenadores-Gerais

Art. 52 - Os Coordenadores-Gerais dos Institutos Centrais, das Faculdades e das Unidades Complementares serão eleitos, em número de três, bienalmente, pelas respectivas Comissões Diretoras.

Art. 53 - Compete a cada Coordenador Geral:

I - Superintender as Unidades Universitárias e órgãos do seu campo de atividades;

II - encaminhar ao Reitor e, por seu intermédio, ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, as recomendações dos Conselhos Departamentais e dos Departamentos, sujeitos à sua coordenação;

III - coordenar os planos de trabalho e respectivas previsões de custeio, referentes ao seu campo de atividades.

SEÇÃO D

Art. 54 - Os Departamentos, constituídos na forma deste Estatuto e com o mínimo de 5 (cinco) membros da carreira do magistério, elegerão anualmente o Chefe do Departamento que lhes superintenderá as atividades (art.58).

Parágrafo único. Os Chefes de Departamento elegerão anualmente os Diretores das respectivas Unidades Universitárias, na forma do art. 43, inciso IV.

Art. 55 - Os Diretores das Unidades Complementares serão designados pelo Reitor e, com aprovação prévia do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, por ele nomeados.

Parágrafo único. Os Diretores Executivos dos Centros de pesquisa, de estudo, de experimentação, de assessoramento e de documentação, mantidos pelas Unidades Universitárias, serão indicados ao Reitor pelo respectivo Conselho Departamental, que os nomeará após a aprovação pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília (art. 6º).

TÍTULO IV

Do Sistema Departamental

Art. 56 - Os Departamentos constituem a unidade básica de trabalho docente, de pesquisa e de assessoramento da Universidade, e são instituídos no Regimento de cada Unidade Universitária, por deliberação do Conselho Universitário.

Art. 57 - Os Departamentos, integrados administrativamente em uma das Unidades Universitárias, prestam serviços docentes e de pesquisa a toda a Universidade e exercem suas atividades junto aos estudantes de qualquer carreira, cujo currículo exija ou recomende cursos de graduação ou de pós-graduação em sua especialidade.

Art. 58 - O Departamento é integrado por Professores Titulares e Titulares Extraordinários, Professores Associados, Professores Assistentes e Assistentes, de um campo de especialidade que, por suas vinculações, devam constituir uma unidade operativa básica da estrutura universitária.

Parágrafo único. Os estudantes dos cursos de mestrado e doutorado elegerão, em conjunto, para cada Departamento, um representante que terá voz e voto nas sessões deste.

Art. 59 - Cada Departamento elegerá anualmente um de seus membros para chefiá-lo e dirigi-lo

Parágrafo único. As reuniões dos Departamentos serão semanais.

Art. 60 - A criação dos Departamentos, na forma deste Estatuto, será com obediência ao princípio da não duplicação de órgãos, de pessoal e de aparelhamento nos mesmos campos de ensino e de pesquisa.

Art. 61 - Compete ao Departamento:

I - elaborar seu plano de trabalho semestral, a previsão anual de suas despesas e o programa de atividades de cada um dos seus membros, de acordo com as necessidades dos cursos e dos programas de pesquisa e de assessoramento;

II - ministrar os cursos de especialidade de acordo com os currículos e programas aprovados pela Congregação de Carreira pertinente;

III - zelar pela boa conservação e utilização das bibliotecas, dos laboratórios, dos equipamentos e recursos a seu cargo;

IV - elaborar material didático próprio para os respectivos cursos;

V - estabelecer as condições de admissão de estudantes aos cursos de pós-graduação em sua especialidade;

VI - propor à autoridade universitária competente a admissão ou dispensa do pessoal docente que o integrará, excetuados os Professores Associados e os Titulares, segundo o Regulamento da Carreira do Magistério, bem como o quadro do pessoal auxiliar.

Parágrafo único. Das Deliberações sobre admissão ou dispensa de pessoal docente, na forma do disposto no inciso VI deste artigo, somente poderão participar os professores de categoria superior a do interessado.

TÍTULO V

Do Regime Didático

Art. 62 - A Universidade ministrará curso de:

I - graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação;

II - pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;

III - especialização, aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros, a juízo do

respectivo instituto de ensino, aberto à matrícula de candidato com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Art. 63 - A Universidade conferirá o grau universitário e o título profissional a ele correspondente às pessoas que concluírem os ciclos de graduação ou pós-graduação, uma vez atendidas as condições fixadas no presente Estatuto e no Regulamento respectivo, e expedirá certificados de aprovação aos estudantes que concluírem cursos parcelados ou de seqüência e satisfizerem as condições fixadas no plano de estudos adotado.

Art. 64 - A Universidade expedirá, para fins acadêmicos, certificados de validade de estudos realizados em outros estabelecimentos de ensino, nacionais e estrangeiros, de acordo com as condições previstas em seu Regimento de Revalidação de Estudos.

Art. 65 - Na organização de seu regime didático, inclusive na do currículo dos respectivos cursos, a Universidade gozará da autonomia que lhe é assegurada pela Lei nº 3.998, de 15-XII-1961, e pela Lei nº 4.024, de 20-XII-1961.

Parágrafo único. Para que os diplomas profissionais por ela expedidos possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, serão observados pela Universidade os seguintes princípios:

I - a duração de seus cursos profissionais, inclusive a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo instituído pela legislação geral;

II - não poderão ser eliminadas disciplinas consideradas obrigatórias pela legislação geral, o que não impede que, tendo em vista a formação de profissionais especializados, qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

III - não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares e poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral que importam, indiretamente, em dispensa da frequência.

Art. 66 - A ordenação dos cursos, os currículos, os planos de estudo e o regime didático serão regulados em resoluções das Congregações de Carreira e poderão ser anualmente revistos.

Art. 67 - Os Regimentos das Unidades Universitárias estabelecerão:

I - os princípios gerais do regime didático dos diversos cursos;

II - o respectivo calendário escolar, com obediência aos seguintes preceitos:

A - o período letivo da Universidade é o semestre, com duração de 16 semanas ou 96 dias de trabalho escolar efetivo;

B - sempre que, por qualquer motivo, as atividades escolares forem interrompidas, o semestre será prorrogado até que se completem os 96 dias de trabalho efetivo;

C - a verificação final do rendimento escolar será efetuada durante as duas

semanas imediatamente subsequentes a cada semestre letivo.

Art. 68 - São obrigatórios, para os professores, o cumprimento dos respectivos programas de ensino e, para os estudantes, a frequência às aulas e demais trabalhos escolares, nos termos dos Regimentos das Unidades Universitárias e com obediência aos seguintes princípios:

I - será afastado do exercício do magistério o professor que deixar de comparecer a 25% de suas atividades docentes ou que não ministrar pelo menos três quartas partes do programa da disciplina de que foi incumbido pelo respectivo Departamento;

II - o cumprimento das obrigações docentes do professor será julgado pela Congregação de Carreira, à luz de pareceres apresentados pelo respectivo Departamento;

III - os estudantes que deixarem de comparecer a 20% dos trabalhos de uma disciplina serão para todos os efeitos considerados reprovados.

Art. 69 - O estudante reprovado mais de uma vez em uma disciplina ou matéria, não poderá nela matricular-se novamente.

Art. 70 - O estudante de curso regular que, ao fim de dois semestres consecutivos, não obtiver pelo menos duas aprovações entre as disciplinas em que se houver inscrito, será desligado da Universidade, na forma do Regulamento a ele aplicável.

Art. 71 - A Universidade não manterá serviços gratuitos, mas poderá conceder, na forma do Regulamento próprio, depois do exame de cada caso individual:

I - bolsas de habitação, de alimentação, de matrícula, de material didático e outras a estudantes de alto nível de aproveitamento, que demonstrarem falta ou insuficiência de recursos;

II - bolsas especiais de estudo ou de pesquisa para regime de devotamento exclusivo.

TÍTULO VI

Dos Corpos Universitários

CAPÍTULO I

Do Corpo Docente

Art. 72 - O Regulamento da Carreira do Magistério estará em harmonia com o princípio segundo o qual a unidade básica da Universidade é o Departamento, dentro do qual os cargos e funções estarão escalonados na forma indicada neste Capítulo.

Art. 73 - A Carreira do Magistério compreenderá os seguintes cargos;

I - Assistentes;

II - Professor Assistente;

III - Professor Associado;

IV - Professor Titular.

Art. 74 - Os contratos de trabalho para admissão à Universidade do pessoal docente integrante da Carreira do Magistério especificarão a regra de sua dedicação exclusiva, em regime de tempo integral, às respectivas atividades de ensino e pesquisa.

§ 1º. - Em casos excepcionais, e de alta significação para a Universidade, poderá ser suspensa a regra de dedicação exclusiva referida neste artigo, por proposta do Conselho Departamental da unidade universitária correspondente e aprovação pela unanimidade dos membros do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.

§ 2º. - Os professores admitidos na forma do parágrafo anterior terão a categoria de professores Titulares Extraordinários e participarão das atividades universitárias com direitos idênticos aos do pessoal docente da Carreira do Magistério.

Art. 75 - O quadro do pessoal docente da Universidade será fixado pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília por proposta do Reitor, não podendo ser alterado numericamente dentro do prazo para o qual foi autorizado.

§ 1º.- Os contratos do pessoal docente da Universidade reger-se-ão pela Legislação do Trabalho.

§ 2º. - Nenhum membro do Corpo Docente da Universidade será admitido sem que se proceda à instalação do respectivo serviço. (Lei nº 3.998, art.17, §§ 1º e 2º, e arts. 46, V e VI deste Estatuto).

Art. 76 - Os Assistentes serão admitidos na Universidade mediante proposta do respectivo Departamento instruída com parecer fundamentado sobre o *curriculum vitae* do candidato, em que se documente:

I - ter curso superior no qual se ministre a disciplina respectiva ou afim;

II - ter o grau de Mestre, obtido na Universidade de Brasília, ou o mesmo grau ou grau equivalente de outra Universidade ou ainda trabalhos comprobatórios de atividade intelectual ou científica que demonstrem qualificação equivalente ao grau de Mestre.

Parágrafo único. O Assistente terá o prazo improrrogável de três anos, a contar de sua admissão, para obter o grau de Doutor pela Universidade de Brasília ou a revalidação, na forma do Regulamento pertinente, do mesmo grau ou de grau equivalente obtido em outra Universidade, sob pena de rescisão, de pleno direito, do respectivo contrato de trabalho.

Art. 77 - O Professor Assistente será admitido na Universidade mediante proposta do respectivo Departamento e aprovação do Conselho Departamental, instruída com parecer fundamentado sobre a formação universitária do candidato, em que se demonstre:

I - ter o grau de Doutor, obtido na Universidade de Brasília;

II - ou ter experiência de magistério superior e atividade intelectual e científica, devidamente comprovada em publicações, ao nível de doutorado na Universidade de Brasília, ou ainda ter obtido o mesmo grau ou grau equivalente em outra Universidade.

Parágrafo único. O Professor Assistente admitido na forma do inciso II deste artigo terá prazo improrrogável de 2 (dois) anos para obter o grau de Doutor pela Universidade de Brasília ou a revalidação, na forma do Regulamento pertinente, do mesmo grau ou de grau equivalente obtido

em outra Universidade, sob pena de rescisão, de pleno direito, do respectivo contrato de trabalho.

Art. 78 - O Professor Associado será admitido na Universidade por proposta do Conselho Departamental da unidade universitária correspondente, observado o disposto nos artigos 41, §§ 2º e 43, inciso V deste Estatuto, mediante parecer fundamentado sobre a formação universitária e profissional do candidato, em que demonstre:

I - ter o candidato experiência didática ou de orientação de pesquisas, em nível superior ao de Professor Assistente da Universidade de Brasília, exercida por tempo não inferior a 3 (três)anos;

II - possuir títulos científicos e didáticos, devidamente comprovados por trabalhos publicados, em nível superior ao do doutorado da Universidade de Brasília.

Art. 79 - O Professor Titular será admitido na Universidade por proposta do Conselho Departamental, na forma do disposto nos artigos 41, §§ 2º e 43, inciso V deste Estatuto, mediante parecer fundamentado sobre a formação universitária, profissional e docente do candidato, em que se demonstre:

I - ter o candidato preenchido todos os requisitos para admissão à Universidade de Brasília como Professor Associado;

II - haver demonstrado a sua capacidade de integração ao regime de trabalho e de estudos peculiares ao Departamento a que se destine na Universidade;

III - a relevância da obra intelectual e científica do candidato, demonstrada por publicações de valor em sua especialidade;

IV - possuir comprovada capacidade de formação e orientação de profissionais, pesquisadores e especialistas de alto nível;

V - existência de vaga para o cargo, observado o disposto no art. 80 deste Estatuto.

Art. 80 - Anualmente, o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília fixará as vagas abertas para o cargo de Professor Titular, cabendo ao Conselho Universitário deliberar, por proposta da Mesa Executiva, sobre a sua distribuição pelos diversos Departamentos da Universidade.

Art. 81 - Além do pessoal docente da Carreira do Magistério, a Universidade de Brasília poderá admitir, por proposta dos Departamentos:

I - estagiários para exercer funções docentes como instrutores, por um período máximo de dois anos, durante o qual deverão obter o grau de Mestre, nas condições previstas no Regulamento do Curso de Mestrado;

II - professores de outras Universidades ou pessoas de reconhecida competência nos seus campos de especialização, para colaborar nas atividades da Universidade na qualidade de Professor Titular Visitante, Professor Associado Visitante, Professor Assistente Visitante, Professor Colaborador ou Professor Conferencista.

Art. 82 - Os professores ou técnicos postos à disposição da Universidade, desde que percebam qualquer remuneração de órgão do poder público a que estão vinculados, somente receberão da Universidade a diferença entre aquela remuneração e o salário previsto para o respectivo cargo, nas condições e de acordo com o horário de trabalho que efetivamente prestarem.

CAPÍTULO II

Do Corpo Discente

Art. 83 - Os estudantes da Universidade, regularmente matriculados nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, deverão organizar-se em Centros Acadêmicos, os quais integrarão o Diretório Central dos Estudantes.

Art. 84 - As atribuições dos Centros Acadêmicos, do Diretório Central dos Estudantes e dos órgãos que os compõem serão estabelecidas nos respectivos Regimentos que serão aprovados pelo Conselho Universitário e de que farão parte os dispositivos do presente Estatuto, relativos ao Corpo Discente.

TÍTULO VII

Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Do Regime do Pessoal

Art. 85 - O pessoal docente, técnico e administrativo da Universidade será admitido mediante contrato escrito, e seus direitos e deveres reger-se-ão pela legislação

do trabalho, pelo presente Estatuto e pelo Estatuto da Fundação Universidade de Brasília, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Diretor.

Art. 86 - Nos contratos de trabalho do pessoal docente, técnico e administrativo deverão constar a sua duração, os encargos do emprego e a remuneração de contrato, sem prejuízo de quaisquer outras condições.

CAPÍTULO II

Do Regime Financeiro

Art. 87 - A previsão de despesas da Universidade, para execução do programa de trabalho aprovado pelo Conselho Universitário, será encaminhada ao Reitor pela Mesa Executiva, até um mês antes de encerrar-se o prazo de apresentação da proposta orçamentária da Fundação Universidade de Brasília ao seu Conselho Diretor.

Parágrafo único. A Mesa Executiva orçará as despesas da Universidade mediante a coordenação dos planos de trabalho e respectivas previsões de custeio a ela encaminhados em tempo hábil pelos diversos órgãos de direção e supervisão da Universidade.

Art. 88 - O pagamento de todas as despesas da Universidade será efetuado pelos órgãos próprios da Fundação Universidade de Brasília de acordo com o regime financeiro estabelecido por seu Conselho Diretor.

TÍTULO VIII

Das Disposições Transitórias

Art. 89 - Até que entrem em funcionamento os órgãos deliberativos, normativos e de coordenação, instituídos no presente Estatuto, suas funções serão exercidas pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília.

§ 1º - Para o exercício dessas funções o Conselho Diretor será assistido por uma Assessoria Técnica, composta de tantos Coordenadores quantas forem as Unidades Universitárias que houverem de ser criadas.

§ 2º - Compete ao Reitor organizar a Assessoria Técnica e para tal celebrar os necessários contratos de prestação de serviços.

Art. 90 - Até a instalação do conjunto de Instituto Centrais, de Faculdades e de Unidades Complementares, o Reitor organizará, em regime transitório, cursos de nível superior, que se regerão por normas aprovadas pelo Conselho Diretor, com as prerrogativas da autonomia universitária, nos termos da Lei nº. 3.998, de 15-XII-1961, com o objetivo de :

I - oferecer imediatamente oportunidades de educação superior em Brasília;

II - criar um núcleo de atividades didáticas, científicas, culturais e artísticas, de nível universitário, na Capital Federal.

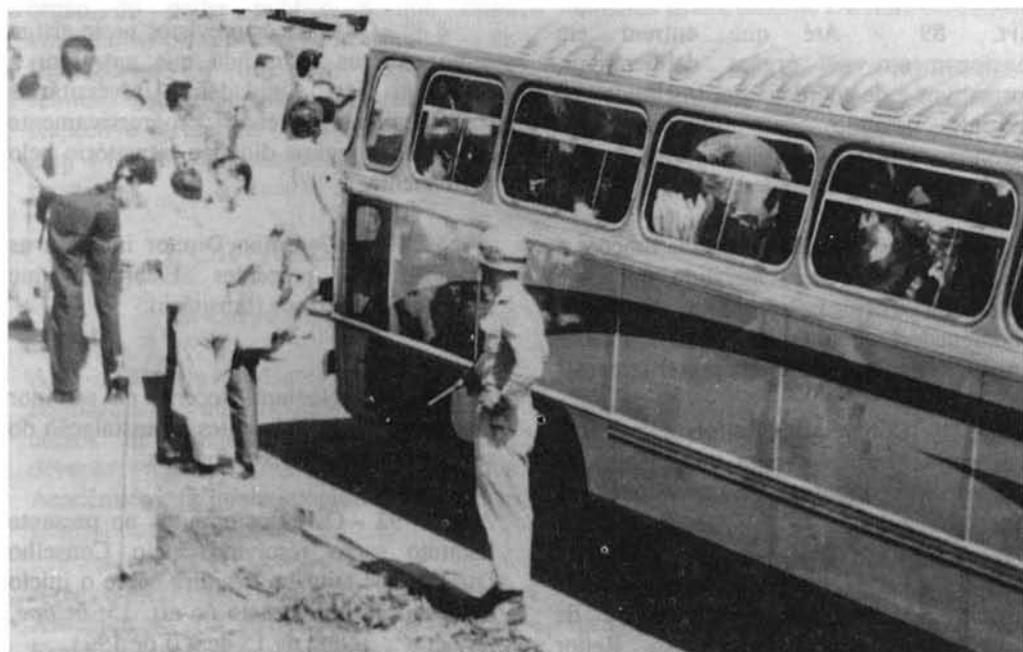
§ 1º - Os serviços previstos neste artigo serão extintos à medida que entrarem a funcionar as Unidades Universitárias correspondentes, sendo progressivamente absorvido o regime didático transitório pelo permanente.

§ 2º - O Conselho Diretor indicará as normas dos presentes Estatutos que vigorarão no período transitório.

Art. 91 - Nenhum docente ou servidor técnico será admitido antes da instalação do serviço em que exercerá funções.

Art. 92 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor, que também decidirá sobre o início da execução no dispôsto no art. 15, *in fine*, da Lei nº. 3.998, de 15 de XII de 1961.

Art. 93 - O presente Estatuto poderá ser modificado mediante proposta do Conselho Universitário ou, do Reitor, enquanto não estiver em funcionamento aquele órgão, a qual será aprovada pelo Conselho Diretor e por este submetida à aprovação do Conselho Federal de Educação.



Invasão do *campus* da Universidade de Brasília, em 9.4.1964.

CRÔNICA DO ASSALTO

Manifesto dos Professores

Aos estudantes da Universidade de Brasília e suas famílias.

Os professores, assistentes e instrutores da Universidade de Brasília, que acabam de se demitir de suas funções, dirigem-se aos estudantes da UnB e às suas famílias, a fim de dar explicações seguintes.

Vimos trabalhar na Universidade de Brasília com a esperança de poder contribuir para a construção de uma Universidade moderna, cuja estrutura constitui uma experiência nova em nosso País.

Todos os estudantes da UnB são testemunhas do entusiasmo e devoção com que tentamos realizar nossa tarefa, enfrentando as maiores dificuldades, sem recursos, sem bibliotecas, sem laboratórios, até sem salas de aula. Todas essas dificuldades estávamos dispostos a continuar enfrentando, com a condição de que a dignidade da instituição universitária e do professor fosse respeitada.

Contudo, as condições na Universidade, nos últimos meses, têm-se deteriorado a tal ponto que não há mais tranqüilidade para ensino, pesquisa ou qualquer outro trabalho intelectual.

A situação culmina agora com a demissão de nossos colegas, sem a menor justificativa, sem qualquer forma de processo e, por conseguinte, sem qualquer possibilidade de defesa. Não podemos assistir impassíveis a tais arbitrariedades e injustiças, e concluímos que a única atitude de protesto compatível com nossa dignidade

de professores universitários é a de nos demitirmos da Universidade de Brasília.

Queremos, por fim, dizer aos estudantes da UnB e às suas famílias que estamos certos de que nossa atitude é o melhor exemplo que poderíamos dar aos nossos alunos na defesa, a mais serena e firme, da autonomia universitária e da dignidade do trabalho intelectual.

Publicado no *Jornal de Brasília* em 19.10.1965.

CRÔNICA DO ASSALTO

**Diáspora da
Universidade**

Essa relação, colhida entre os papéis da antiga administração, não é inteiramente confiável. Ela engloba muitos professores, mas certamente há alguns mais, porque foi maior o número maior de professores que se exoneraram.

Ela é a resposta da Universidade de Brasília ao Ofício nº 377/ ABSB/SNI, de 3 de novembro de 1969, e trata da exoneração, em 1965, de mais de 200 professores da Universidade, dentre os quais alguns coordenadores. D.R.

Relação de Professores que se Demitiram

I. Instituto Central de Biologia (ICB)

NOME	CATEGORIA
1. ÁLVARO MARCHI	Prof. Assist. Visitante
2. JORGE DA SILVA PAULA GUIMARÃES	Prof. Associado
3. JOSÉ REINALDO MAGALHÃES	Prof. Associado
4. RODOLPHO AZZI	Prof. Assistente

II. Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH)

NOME	CATEGORIA
5. CARLOS AUGUSTO CALLOU	Assistente
6. EDUARDO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO	Prof. Titular
7. HELIO PONTES	Prof. Associado
8. JOSÉ GERALDO GROSSI	Aux. de Ensino
9. JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE	Aux de Ensino
10. LUIZ FERNANDO VICTOR	Assistente

III. Instituto Central de Letras (ICL)

NOME	CATEGORIA
11. ALBERTO GAMBIRÁSIO	Aux. de Ensino
12. FLÁVIO ARISTIDES FREITAS TAVARES	Assistente
13. RUBEN MOREIRA DOS SANTOS	Instrutor

IV. Instituto Central de Matemática (ICM)

NOME	CATEGORIA
14. EDSON DURÃO JUDICE	Prof. Titular Visitante

Relação dos Professores que Pediram Demissão***I. Centro de Planejamento(CEPLAN)***

NOME	CATEGORIA
15. JAIME ZETTEL	Arquiteto

II. Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM)

NOME	CATEGORIA
16. AFRÂNIO ARAGÃO CRAVEIRO	Aux. de Ensino
17. DULCE REGINA NIFFINEGGER	Aux. de Ensino
18. EDMAR CHARTONE DE SOUZA	Aux. de Ensino
19. ELIERMES ARRAES MENEZES	Aux. de Ensino
20. GOUVAN CAVALCANTE DE MAGALHÃES	Aux. de Ensino
21. JAIRO DE OLIVEIRA	Aux. de Ensino
22. MARIA DO CARMO SALLER BARBOSA LIMA	Aux. de Ensino
23. MARIA HELENA MANGE ROSENFELD	Aux. de Ensino
24. MARIA LUIZA INTROCCASSO BANDEIRA DE MELLO	Chefe de Equipe
25. PIRAGIBE VIELA DA PAIXÃO	Chefe de Equipe
26. PLÍNIO FASOLO	Aux. de ensino
27. ROBERTO ALVES DE LIMA	Aux. de Ensino
28. VÂNIA LÚCIA SOUZA DE SEIXAS QUEIROZ	Aux. de Ensino

III. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU):

NOME	CATEGORIA
29. ALFONSO LEIVA GALVIS	Instrutor
30. ARMANDO DE ANDRADE PINTO	Instrutor
31. ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTE	Instrutor
32. CARLOS MACHADO BITENCOURT	Adjunto
33. EVANDRO PINTO DA SILVA	Adjunto
34. FERNANDO LOPES BURNEISTER	Assistente
35. GERALDO DE SÁ NOGUEIRA BATISTA	Assistente
36. GERALDO JOSÉ DE SANTANA	Instrutor
37. CLAUÇO DE OLIVEIRA CAMPELO	Prof. Associado
38. ITALO CAMPFIORTO	Prof. Associado
39. JOÃO DA GAMA FILGUEIRAS LIMA	Prof. Associado
40. JOSÉ DE SOUZA REIS	Prof. Associado

41. LÚCIO MARIA PONTUAL MACHADO	Aux. de Curso
42. LUIZ HENRIQUE GOMES PESSINA	Assistente
43. MÁRCIA AGUIAR NOGUEIRA BATISTA	Instrutor
44. MARIA CLEMENTINA DA SILVA DUARTE	Instrutor
45. MAYUMI WATANABE DE SOUZA LIMA	Assistente
46. PHILOMENA CHAGAS FERREIRA	Instrutor
47. SERGIO PEREIRA DE SOUZA LIMA	Assistente
48. WILLIAM RAMOS ABDALLA	Instrutor

IV. Instituto Central de Artes (ICA)

NOME	CATEGORIA
49. ALFREDO CESCHIATTI	Prof. Associado
50. ANA MAE TAVARES BASTO BARBOSA	Aux. de Ensino
51. ATHOS BULÇÃO	Prof. Associado
52. CARLOS JORGE GUIDACCI DA SILVEIRA	Instrutor
53. CARLOS REININGER DE AZEVEDO MOURA	Instrutor
54. CLÁUDIO SANTORO	Prof. Titular
55. ELVIN DONALD MACKAY DUBUGRAS	Prof. Associado
56. FERNANDO SOUZA SANTOS	Aux. de Curso
57. FRANCISCO DE ASSIS AMARAL DE RESENDE	Instrutor
58. GELSA RIBEIRO DA COSTA	Aux. de Ensino
59. GLÊNIO ALVES BRANCO BIANCHETTI	Prof. Assistente
60. HUGO MUND JUNIOR	Assistente
61. JEAN-CLAUDE RENÉ GEORGES BERNARDET	Instrutor
62. JESUÍNO LEITE RIBEIRO	Assistente
63. JOAQUIM TOMAZ JAYME	Instrutor
64. JOSÉ EDUARDO MAIA DE MENDONÇA	Aux. de Ensino
65. JOSÉ SEBASTIÃO RIOS DE MOURA	Instrutor
66. LENA COELHO SANTOS	Instrutor
67. LEO BARCELLOS DEXHEIMER	Assistente
68. LEVY DAMIANO COZZELLA	Assistente
69. LUIZ HUMBERTO MIRANDA MARTINS PEREIRA	Prof. Assistente
70. MACIEJ ANTON BABINSKI	Assistente
71. LUCILLA RIBEIRO BERNARDET	Instrutor
72. MARIA AMÁLIA MARTINS DEL PICCHIA	Aux. de Ensino
73. MARIA AMÉLIA COZZELLA	Aux. de Ensino
74. MARÍLIA RODRIGUES PINTOS DA SILVA	Assistente
75. MAX TRIFLER	Assistente
76. MOACIR DEL PICCHIA	Assistente

77. NELSON PEREIRA DOS SANTOS	Prof. Associado
78. PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	Prof. Associado
79. PAULO FERREIRA MARTINS	Prof. Assistente
80. REGIS DUPRAT	Assistente
81. ROGÉRIO DUPRAT	Prof. Assistente
82. SUZY PIEDADE CHAGAS BOTELHO	Assistente
83. SYLVIO AUGUSTO CRESPO FILHO	Instrutor

V. Instituto Central de Biologia (ICB)

NOME	CATEGORIA
84. ALCIDES SGADOTTI	Instrutor
85. ALFREDO GUI FERREIRA	Instrutor
86. ANA MARGARIDA LANGENEGGER DE REZENDE	Assistente
87. ARNO RUDI SCHWANTES	Assistente
88. CAROLINA MARTUSCELLI BORI	Prof. Associado
89. DIMITRI SUCRI BENJAMIM	Assistente
90. DIONE CRAVEIRO PEREIRA DA SILVA	Assistente
91. HELGA WINGE	Prof. Assistente
92. HUGO EDSON BARBOZA DE RESENDE	Prof. Assistente
93. ISAÍAS PESSOTTI	Assistente
94. JOSÉ LUIZ DE BARROS ARAÚJO	Assistente
95. KENSHI SATOH	Assistente
96. LUIS OTÁVIO SEIXAS QUEIROZ	Assistente
97. LUIZ PAULO RIBEIRO	Prof. Associado
98. LUIZ FERNANDO GOUVEIA LABORIAU	Prof. Colaborador
99. MARIA HELENA GUEDES	Instrutor
100. MARIA LUIZA REGULY	Assistente
101. MARIA TEREZA DE ARAÚJO MENEZES	Instrutor
102. MÁRIO ARTURO ALBERTO GUIDI	Instrutor
103. MARIZA ANTÔNIA GURGEL AZZI	Instrutor
104. MARIZE BEZERRA JURBERG	Instrutor
105. MYRIAM BEKHER	Instrutor
106. NELSON MONTEIRO VAZ	Prof. Assistente
107. PAULO IIDE	Assistente
108. PEDRO JURBERG.	Assistente
109. ROSELUX PAQUES DE BARROS	Instrutor
110. VALTER ANDRE ZENETTE	Instrutor
111. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES	Assistente

VI. Instituto Central de Geociência (ICGC)

NOME	CATEGORIA
112. JAIR PEREIRA PINTO	Instrutor
113. ONILDO JOÃO MARINI	Instrutor

VII. Instituto Central de Ciências Humanas (ICGC)

114. ADÉLIA MARIA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA	Aux. de Pesquisas
115. ADEMAR MEDEIROS NETTO	Instrutor
116. ANA MARIA MUSIELLO	Instrutor
117. AKIRA KONO	Assistente
118. ALEIXO LUIZ GARCIA	Aux. de Curso
119. ALYSSON DARWISH MITRAUD	Assistente
120. ATSUKO HAGA	Assistente
121. BORIS CHEVENTER	Assistente
122. CARLOS COSTA	Prof. Assistente
123. CECI LOUREIRO	Instrutor
124. CLOTILDE FERREIRA ANDRADE	Instrutor
125. DAVID ANTONIO DA SILVA CARNEIRO	Prof. Titular
126. DAVID ANTONIO DA SILVA CARNEIRO JÚNIOR	Prof. Associado
127. DICAMOR MORAES	Prof. Assistente
128. EDUARDO ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA	Aux. de Ensino
129. ELBIO NÉRIS GONZALES	Instrutor
130. GADIEL PERUCCI	Assistente
131. GERALDO LAÉRCIO RIOS	Assistente
132. HÉLIO ROCHA	Assistente
133. HÊNIO LUIZ DE FREITAS MELO	Assistente
134. JOÃO BAPTISTA VILLELA	Prof. Associado
135. JOÃO BOSCO MONTEIRO DA NÓBREGA	Instrutor
136. JOSÉ GUILHERME PINHEIRO CÔRTES	Instrutor
137. JOSÉ MARIA DIAS	Prof. Assistente
138. JOSÉ MARIA RAMIREZ	Instrutor
139. JOSÉ MAURÍCIO PINTO DA SILVA	Assistente
140. LÚCIA RAMOS CÂMARA	Instrutor
141. MANOEL DELGADO FILHO	Instrutor
142. MANOEL FREDERICO TEIXEIRA SALLES	Prof. Assistente
143. MARLUCE APARECIDA BARBOSA LIMA	Instrutor
144. MAURÍCIO EDUARDO GUIMARÃES CADAVAL	Instrutor
145. MAURO LEITE DE MAGALHÃES PINTO	Assistente

146. NARCÉLIO MENDES FERREIRA	Instrutor
147. PAULO ROBERTO LEITE	Instrutor
148. SEBASTIÃO RIOS CORREA	Assistente
149. SÉRGIO HUCH COELHO	Assistente
150. SÉRGIO LUIZ SILVEIRA DE LEMOS	Instrutor
151. SEVERO DE ALBUQUERQUE SALLES	Instrutor
152. VÂNIA AFONSO DE ALMEIDA SALLES	Instrutor
153. VILMAR EVANGELISTA FARIA	Instrutor
154. ZAHIDÊ MARIA TORRES MACHADO NETO	Aux. de curso

VIII. Instituto Central de Letras (ICL)

NOME	CATEGORIA
155. AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO FILHO	Prof. Assistente
156. AFONSO CELSO DE OURO PRÊTO	Aux. de Curso
157. ALDA BALTAR	Aux. de Curso
158. DÉCIO PIGNATARI	Prof. Associado
159. DINAH MARIA MONTENEGRO ISENSEE	Assistente
160. ETELVINA LIMA	Prof. Assistente
161. EUNICE SOUZA LIMA PONTES	Instrutor
162. GILDA MARIA WHITAKER VERRI	Instrutor
163. HOCHÉ PONTE	Aux. de Curso
164. JAIR GONÇALVES GRAMACHO	Assistente
165. JOÃO ALEXANDRE BARBOSA	Prof. Assistente
166. JOSÉ RUI GUIMARÃES MOURÃO	Aux. de Curso
167. JÚLIA CONCEIÇÃO FONSECA SANTOS	Assistente
168. LINA TÂMÉGA PEIXOTO DEL PELOSO	Aux. de Curso
169. LÚCIA MARIA SILVA	Aux. de Curso
170. MARIA AUXILIADORA A. R. DE OLIVEIRA	Aux. de Curso
171. MARIA LUIZA NOGUEIRA	Assistente
172. MARIA LUIZA ROQUE	Prof. Assistente
173. MARTA MADALENA DE OLIVEIRA COELHO	Prof. Assistente
174. MIRYAN GHURJÃO MELLO	Aux. de Curso
175. NADJA MARIA CRUZ DE ANDRADE	Assistente
176. OSWALDINO RIBEIRO MARQUES	Prof. Associado
177. WALLY PINS DORF	Instrutor
178. WILLIE H. GAMMON	Aux. de Curso
179. ZILA DA COSTA MAMEDE	Instrutor

IX. Instituto Central de Matemática (ICM)

NOME	CATEGORIA
180. ANTÔNIO CARLOS DO PATROCÍNIO	Instrutor
181. ANTONIO CONDE	Instrutor
182. CÉLIO WAMBERTO MANZI ALVARENGA	Instrutor
183. JOSÉ UBIRAJARA ALVES	Prof. Associado
184. JÚLIO RAFAEL PEDRO BASTIDA KISOTO	Prof. Assistente
185. MANFREDO PERDIGÃO DO CARMO	Prof. Titular Visitante
186. MAURO BIANCHINI	Assistente
187. PAULO RODRIGUES ESTEVES	Instrutor
188. PLÍNIO AMARANTE QUIRINO SIMÕES	Instrutor
189. SALEH JORJE DAHER	Prof. Titular
190. SILVIO MACHADO	Prof. Assistente Visitante

X. Instituto Central de Física Pura e Aplicada (ICFPA)

NOME	CATEGORIA
191. CARLOS ALBERTO FERREIRA DE LIMA	Instrutor
192. ELISA FROTA PESSOA	Prof. Titular
193. FERNANDO DE SOUZA BARROS	Prof. Associado
194. LUIZ TAUHATÁ	Instrutor
195. MARCO ANTONIO RAUPP	Assistente
196. RAMIRO DE PÔRTO ALEGRE MUNIZ	Assistente
197. SUZANA LEHRER DE SOUZA BARROS	Prof. Assistente
198. WALTER CORDEIRO SKROCH	Instrutor

XI. Instituto Central de Química (ICQ)

NOME	CATEGORIA
199. ALAIDE DA SILVA BRAGA	Instrutor
200. ARY COELHO DA SILVA	Prof. Associado
201. ELDENOR DE ALMEIDA PIMENTEL	Instrutor
202. GEOVANE GERALDO DE OLIVEIRA	Instrutor
203. HUGO CLEMENTE DE ARAÚJO	Instrutor
204. JAMIL CORRÊA MOURÃO	Instrutor

205. JORGE DE OLIVEIRA MEDITSCH	Prof. Associado
206. LUIZ FERNANDO DE CARVALHO	Prof. Assoc. Visitante
207. MARIA AUXILIADORA COELHO KAPLAN	Instrutor
208. NIDIA CAVALCANTI FRANÇA	Instrutor
209. RAIMUNDO BRAZ FILHO	Instrutor
210. RAIMUNDO GUILHERME CAMPOS CORRÊA	Instrutor

Relação dos Coordenadores Exonerados

211. ANTONIO RODRIGUES CORDEIRO - Professor Titular, Coordenador do Instituto Central de Biologia (ICB);
 212. ANTONIO LUIZ MACHADO NETO - Professor Titular, Coordenador do Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH)
 213. ROBERTO POMPEU DE SOUZA BRASIL - Professor Associado, Coordenador do Curso de Jornalismo e Centro de Extensão Cultural.

Relação dos Coordenadores que Pediram Demissão

214. ALCIDES ÁQUILA DA ROCHA MIRANDA - Professor Titular Extraordinário, Coordenador do Instituto Central de Artes (ICA);
 215. ARYON DALL'IGNA RODRIGUES - Professor Titular, Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação e do Centro de Estudos de Culturas e Línguas Indígenas;
 216. ÉLON LAGE LIMA - Professor Titular, Coordenador-Adjunto do Instituto Central de Matemática (ICM);
 217. JAYME TIOMNO - Professor Titular, Coordenador do Instituto Central de Física Pura e Aplicada (ICFPA);
 218. MÁRIO PEREIRA DE SOUZA DIAS - Professor Titular, Coordenador do Instituto Central de Letras (ICL);
 219. OTTO RICHARD GOTTLIEB - Professor Titular, Coordenador do Instituto Central de Química (ICQ);
 220. ROBERTO AURELIANO SALMERON - Professor Titular do Instituto Central de Física Pura e Aplicada (ICFPA), Coordenador Geral dos Institutos Centrais de Ciências (ICCs).

CRÔNICA DO ASSALTO

**Cartas
Exemplares**

Afonso Arinos Filho
Aryon Dall'Igna

Brasília, 10 de novembro de 1965.

Magnífico Reitor
Laerte Ramos de Carvalho

Informo a Vossa Excelência que não há lugar para mim numa Universidade onde impera o macarthismo como medida de avaliação intelectual e cultural e o conformismo ao poder político dominante, na ocasião seja o título principal de "merecimento"; na qual homens da generosidade, idealismo e probidade do professor Pompeu de Souza estejam impedidos de continuar trabalhando, com o desinteresse e o afínco que sempre o caracterizaram.

Por tudo isso, peço, nesta data, demissão da cadeira de Civilização Contemporânea do Curso de Jornalismo da Universidade de Brasília.

Saudações,

Afonso Arinos Filho
Deputado Federal

Brasília, 19 de outubro de 1965.

Exmo. Sr.
Prof. Laerte Ramos de Carvalho
Magnífico Reitor da Universidade de
Brasília

Senhor Reitor,

Estava disposto, ontem, a procurar Vossa Magnificência e empenhar-me por demovê-lo da intenção anunciada de demitir, no meu entender sem justa causa e ferindo compromisso assumido com todo o corpo docente, grande número de professores desta Universidade, inclusive alguns coordenadores, o que, ainda no meu modo de ver, teria efeito desastroso na comunidade universitária, podendo mesmo determinar o fim da Universidade de Brasília. Fui surpreendido, entretanto, com a irradiação da nota da Reitoria, publicando a consumação daquele ato, que atingiu 15 colegas, inclusive três professores titulares, antes mesmo de que qualquer comunicação tivesse sido feita aos demitidos.

Minha consciência não me permite reconhecer acerto nem justiça nessas demissões, para as quais não foi apontada nenhuma causa e que não foram precedidas de qualquer processo disciplinar ou de outra natureza. Antes, parece-me que se intensifica e precipita, com o ato de Vossa Magnificência, o processo de desorganização e esvaziamento da Universidade de Brasília que, sob a alegação de pretensa subversão, há muito vem

solapando as condições de trabalho intelectual sério, digno, honesto nesta instituição. Eu, que para aqui vim com a esperança de contribuir modestamente para o estabelecimento de uma Universidade realmente útil ao Brasil, e que procurei organizar um centro de estudos lingüísticos que não teria sido possível em nenhuma outra universidade brasileira, o qual, agora, graças à colaboração generosa e entusiástica que encontrei em colegas estrangeiros, que aqui vieram ensinar de graça, já atingiu um desenvolvimento único em toda a América do Sul, tenho de reconhecer que, lamentavelmente, não mais há condições para continuar com este trabalho. A Universidade de Brasília já não é mais a Universidade de Brasília, já não é mais a instituição séria, digna, aberta ao espírito, com que tantos cientistas brasileiros haviam sonhado. Hoje a UnB é um lugar triste, onde os professores são vigiados como criminosos e onde a cultura é considerada subversão. Subversivo é também discordar dos superiores hierárquicos. Se, amanhã, eu der uma aula sobre o que há de positivo na Lingüística soviética, correri o risco de ser preso. Se quiser sustentar ponto de vista contrário ao de qualquer autoridade universitária, poderei ser repreendido ou mesmo demitido, acusado de agitador.

Considerando incompatível com a dignidade de professor universitário e de cidadão a presente situação, solicito demissão de meu cargo de Professor Titular da Universidade de Brasília.

(ass.) Dr. Phil. Aryon Dall'Igna Rodrigues

CRÔNICA DO ASSALTO

**A Voz
Possessa da
Ditadura**

Incluimos nesta documentação sobre a intervenção da ditadura militar na Universidade dois documentos altamente expressivos. O primeiro deles é um informe especial do SNI sobre a Universidade de Brasília, nos dias da crise de 1965. O segundo é um relatório geral da visão do órgão de espionagem da ditadura sobre a UnB.

Informe Especial

SSN/ Brasília - 20 de setembro de 1965.

Esta Chefia, em contatos que manteve dentro da Universidade Nacional de Brasília, por observações pessoais e através de uma entrevista especial que manteve com o Magnífico Reitor chegou a algumas conclusões a respeito do problema da UnB, cuja exposição sucinta passa a fazer:

a. A mudança da reitoria não é suficiente para garantir uma mudança de filosofia e objetivos da UnB. Os grupos de

diretores e chefes subalternos afinados com a administração DARCY RIBEIRO, eficientes e capazes, envolvem a reitoria através do assessoramento técnico, estabelecem laços de amizade e condições de indispensabilidade, envolvem o novo grupo de dirigentes nitidamente minoritário e, a partir daí, voltam a dominar a reitoria;

b. Torna-se necessário, por conseguinte, paralelamente à mudança da reitoria, a substituição (imediate, em alguns casos, e progressiva em outros), de todos os detentores de cargos-chave, que passariam, na atual conjuntura, a ser considerados cargos de confiança;

c. Enfeixar nas mãos da reitoria, através de uma organização de tipo Centro Social, todas as vantagens e benefícios que serão proporcionados aos alunos, professores e pessoal da administração;

d. Só amparar e prestigiar os órgãos de representação estudantil legalmente constituídos e não dominados pelos elementos subversivos ou anti-revolucionários;

e. Antecipar-se às aspirações justas dos estudantes, realizando-as antes de que venham a ser patrocinadas pela oposição, que então capitalizará as vantagens e o prestígio;

f. Restabelecer o apoio financeiro ao plano de obras da UnB para, concomitantemente com a consecução dos objetivos de sua conclusão, alcançar-se na conjuntura atual:

- Intensificação do clima de desenvolvimento necessário à emulação do pessoal da UnB;

- Distrair em parte as atividades de alunos e professores para tais realizações;

- Caracterizar o prestígio da nova administração, tornando-a necessária e imprescindível aos olhos de todos.

g. Considerar o recomplemento de pessoal da UnB como altamente prioritário e de âmbito nacional, a fim de que os elementos subversivos e anti-revolucionários substituídos o sejam por outros elementos democratas de igual gabarito ou até mesmo superiores, para que não se venha a estabelecer comparações ideológicas em torno de medidas de capacidade profissional. Em tais circunstâncias, a vinda para a UnB poderia ser proposta e contratada por um período de até dois anos e durante esse período, tais serviços poderiam ser considerados como "serviço relevante";

h. Estabelecer um diálogo franco em caráter permanente com os alunos, a fim de não deixá-los sem resposta às suas dúvidas e considerações, de ascultar melhor suas tendências e aspirações e de retomar em conseqüência a iniciativa (A quase totalidade dos estudantes carece de esclarecimento e recebe-o através dos líderes subversivos que assim os mantêm sob domínio);

i. Formar líderes democratas entre os estudantes para, por intermédio deles, orientar e controlar a classe, anulando com inteligência a ação deletéria das lideranças comunistas;

- j. Criar, o mais cedo possível, o CPOR/ Brasília, com sede na UnB ou

provisoriamente num dos quartéis do CMB/ 11ª RM, a fim de que:

- se introduza na UnB uma escola de civismo;
- se recupere o prestígio do Exército entre os estudantes pelo convívio e compreensão recíprocos;
- se aproveite melhor para o Exército o potencial técnico e de lideranças que se encontra ocioso na UnB.

No entanto, o preenchimento do quadro de pessoal desse CPOR deve ser feito com o maior critério para que os resultados não venham a ser diametralmente opostos. Particularmente, o seu comandante deve possuir, além dos conhecimentos profissionais necessários para o exercício da função, mais as seguintes qualidades:

- conhecimento profundo do problema da UnB;
- habilidade e tato quase diplomáticos;
- palavra fácil;
- capacidade de instrutor demonstrada em cursos superiores;
- cultura geral sólida;
- boa apresentação e bom conceito social;
- crença na juventude e nas suas potencialidades.

A impressão geral deixada pelas observações feitas na UnB é de que, apesar da capacidade, interesse, honestidade e vontade de acertar do novo Reitor, os grupos que dominam a UnB, em franco período de envolvimento e de absorção da Reitoria, já terão recuperado o controle da administração em tempo útil para influir decisivamente no próximo ano letivo.

Caso não se tomem as providências necessárias para anular essas influências, o insucesso da administração professor ZEFERINO se repetirá cada vez mais, o Governo se desprestigiara entre os estudantes e particularmente na UnB.

*Ass. Anna Edy Hecker Abreu de Andrade
Representante do Chefe da Seção de
Segurança Nacional de Brasília*

Relatório Especial de Informação Informe Especial

A reforma do sistema educacional brasileiro, particularmente da universidade, é um velho sonho que se tornou particularmente ativo na geração atual. Durante o Governo Juscelino, com as atenções voltadas para Brasília, um grupo de intelectuais, em sua maioria jovens, se reuniram e decidiram que fariam da universidade a ser instalada em Brasília a ponta de lança da materialização desse sonho. Com Oliveira Britto no MEC e posteriormente Darcy Ribeiro, estavam lançadas as bases do empreendimento. No Governo Goulart a UnB foi criada por lei e iniciou seu funcionamento. Darcy Ribeiro polarizou o centro da iniciativa e materializou a UnB como Juscelino materializou Brasília. Como no caso da nova Capital, desprezou todo o sistema tradicional, e passou-se a "fazer", custasse o que custasse e em luta contra o tempo, no natural receio de que o Governo não "durasse" no poder e a iniciativa fosse frustrada. Jovem e sem a experiência administrativa necessária, Darcy lançou mão de todos os elementos de suas relações

e de sua confiança para seu objetivo. Tais elementos, como é óbvio, traziam o mesmo teor de inexperiência no trato da coisa pública que Darcy, oriundos, como eram, de círculos inexpressivos dos meios acadêmicos e administrativos. Verdade era que pessoas mais maduras, acadêmicos, cientistas, idealistas e planejadores trabalhavam para a implantação da UnB em seus próprios setores, longe da balbúrdia de Brasília e, portanto, menos afetados pelo delírio aqui existente. Tal situação produziu dois fenômenos distintos: a estruturação do alicerce amplo que é o plano Orientador da UnB e a formação de um grupo executivo que operava na obra.

A tônica executiva

Por compromissos para com a jovem comunidade brasiliense, a UnB iniciou seus cursos junto com o início das obras do *campus*. Professores foram recrutados às pressas e funcionários foram transferidos de outros lugares. Foi portanto natural que Darcy convocasse para junto de si elementos amigos, conhecidos ou recomendados por amigos e participantes do núcleo inicial de organização da UnB. Dadas as condições de trabalho em Brasília, foi necessário "empolgar" essas pessoas em torno do empreendimento. Todos se juntaram em torno do jovem educador numa espécie de cruzada de redenção e, na desordem administrativa reinante no Governo da época, o elemento primordial era a fidelidade ao homem. Professores, funcionários e alunos não mediam sacrifícios para a realização da UnB e a própria visão idealista do chefe servia de farol para um idealismo de suas vidas até então modestas. O inimigo a ser combatido

a todo custo era o monstro da burocracia brasileira, exaustor habitual de iniciativas. A tônica passou a ser passar por cima de todos os obstáculos dessa burocracia e cumprir os prazos que o chefe impunha.

No princípio Darcy comandava pessoalmente todos os detalhes da operação e ao mesmo tempo treinava seus subordinados no seu sistema de fazer as coisas. Isso fez emergir os elementos que melhor se afinavam com seu temperamento os quais foram, gradualmente, tomando iniciativas e assumindo autoridade. À medida que a obra foi crescendo o poder foi ficando centralizado nas mãos de reduzido número de pessoas, as quais recebiam suas ordens diretamente do chefe. No lugar de nascer um princípio de organização administrativa, o que surgiu foi um sistema tipicamente feudal, nas mãos de um pequeno grupo. O chefe tornou-se um ditador genial e temperamental e seus subordinados capatazes fiéis e inflexíveis. Nessa base a obra cresceu.

A UnB e a política da época

Em meados de 1963 o Brasil enfrentava as crises do Governo Goulart na tônica nacionalista. A proximidade física com o Governo em Brasília e a interrelação entre pessoas da administração pública e a UnB fez com que a Universidade participasse diretamente desses acontecimentos. Os mesmos elementos que assessoravam o Governo participavam, direta ou indiretamente, da vida universitária.

Entretanto, começaram a surgir dificuldades na implantação da UnB, pois, nessa época, os trabalhos em andamento

eram bem maiores do que se via no *campus*. Grupos faziam planos e pesquisas em seus próprios Estados e no Exterior, financiados pela UnB. A Genética se organizava na Universidade do Rio Grande do Sul, a Química na Universidade de Minas Gerais, a Psicologia em São Paulo e na Universidade de Colúmbia, as Ciências Agrárias e Geológicas se formavam em núcleos científicos de várias partes do Território Nacional, as Ciências Médicas estavam sendo organizadas pelo Grupo do Prof. Zeferino Vaz, mais tarde Reitor; cientistas e técnicos percorriam os Países da Europa e outros Países na compra de equipamento; a Assessoria para Assuntos Internacionais elaborava acordos e convênios com fundações estrangeiras e universidades de todos os quadrantes. Viagens para Brasília ou de Brasília para outros Estados e exterior eram coisas corriqueiras e a se processar na base do improviso, da simpatia ou da confiança do chefe ou de seus subordinados. Contratos eram feitos, planos de obras decididos, dinheiros manobrados, pessoas contratadas, no País e no exterior, na base do sistema exposto acima: o gênio do chefe e o aconselhamento das pessoas fiéis. Isso fez surgir a necessidade de maior soma de poder; Darcy foi para a Casa Civil. A partir daí, a máquina pôde ser alimentada com mais combustível: as implicações políticas porém aumentaram. Parte dos bastidores do Governo se transferiu para as dependências da UnB, e vice-versa, parte dos bastidores da UnB se transferiu para o Planalto e para o Ipê. Nessa ocasião, implantou-se a euforia. Pessoas passaram a ser nomeadas, apartamentos distribuídos, títulos outorgados, tudo na intimidade dos bastidores. Decisões governamentais em torno de problemas os mais sérios

(principalmente na área da educação pública) passaram a ser influenciados por pessoas imaturas e com visão reduzida. As frustrações pessoais foram substituídas pela embriaguês do poder. Elementos até então sem expressão na vida intelectual e na administração passaram a dar as cartas tanto na vida da UnB como no Governo. O tráfico de influências se fez corriqueiramente e a grande ansiedade das pessoas era se manter na simpatia dos subordinados do chefe. Pessoas eram barradas da participação na vida da UnB enquanto que outras, pelo simples fato de terem nascido, digamos, em Montes Claros, eram portadores de missões importantes na vida da UnB e do País. Isso formou um clã unido e sagaz. Os inexperientes pioneiros dos primeiros tempos se transformaram em hábeis políticos e manobreadores dos cordões de bastidores. O chefe, cada vez mais envolvido na complexidade do seu cargo e sem o tirocinio do administrador experiente, passou a tomar decisões emocionais ou improvisadas. O então reitor, prof. Anísio Teixeira, já velho e cansado, passou a ser uma figura decorativa perdido em suas elocubrações emocionais e um tanto perplexo diante da virilidade do clã. Destacava-se pela omissão nas decisões; um era demasiado jovem e o outro, demasiado velho.

Nesse ponto, o fervor nacionalista atinge o auge no País. O Governo cada vez mais abúlico tomava as decisões mais extremadas da maneira mais casual e simples. O MEC era uma extensão da Casa Civil e a UnB uma extensão de ambos. As pessoas da UnB, professores, funcionários e alunos sentiam-se "donos" virtuais do poder. As origens dessas pessoas eram as mais variadas: professores sem expressão em suas

universidades ou em seus estados de origem passaram a ser mentores intelectuais de seus setores; alunos cortejados pela tônica populista passaram a viver clima de euforia e autoridade; funcionários, seguros em suas nomeações, apartamentos, carros financiados, viagens pagas e diárias ditavam a vida dos que chegavam, geralmente menos afortunados. O denominador comum, capa que a todos acobertava, era a aparente ideologia das esquerdas. Ser de esquerda era a maneira de sobreviver. Qualquer opinião sensata ou de teor acadêmico era imediatamente taxada de retrógrada ou reacionária. Ligações anteriores com grupos econômicos ou norte-americanos eram pecado imperdoável no *campus*. Os assuntos de conversas eram a miséria do Nordeste, a iniquidade do capitalismo e a excelência dos sistemas marxistas e a educação das massas. A preocupação de todos no *campus* era a política. Ela impregnava o ambiente todos os dias e todas as horas. "Engajar-se" era a ordem do momento. O estudante era a energia viva que iria redimir a Pátria. Estudar era um simples sub-produto da vida universitária. As aulas eram verdadeiras sessões emocionais e de fervor patriótico (predominavam então os cursos de ciências humanas). A redenção do País do domínio econômico, o grande sonho de todos os professores e alunos. O teor emocional era intenso. Vivia-se embriagado de luta

Entretanto, em águas mais profundas muita coisa se passava. A UnB crescia aos olhos dos intelectuais do País como um núcleo redentor. Nas outras universidades a caducidade do sistema começava a se evidenciar de maneira alarmante. O déficit educacional do Brasil face ao desenvolvimento atingia índices

est arrecedores. A industrialização rápida do Governo Juscelino, com base na indústria básica implantada por Getúlio, evidenciou a lacuna humana. A inflação tornou essa lacuna dolorosa. O País sofria de escorbuto educacional. O sofrimento começou a atingir também as classes chamadas dominantes. Os dirigentes do País pareciam cada vez mais perplexos e desorientados. Isso levou a UnB para um plano abstrato e ideal; era um reduto de salvação da Pátria. O ímpeto a havia levado para as nuvens. Perdeu-se o senso de realidade. Não se formou o conceito científico da imparcialidade e análise fria dos problemas como seria de esperar. A sua estrutura a levaria, a levará a isso; os homens que a construíram levaram-na para caminho diferente. O chefe cada vez mais ficava nas mãos de seus fiéis subordinados. Estes então passaram a se aglutinar pelas afinidades. Professores estavam à vontade para formar seus grupos de seguidores. Começam a surgir as correntes ideológicas. Forma-se a Palope, os grupos trotskistas, stalinistas, marxistas, comunistas e, por incrível que pareça, capitalistas. Profissionais da agitação começam a se evidenciar. O enclausuramento dos imparciais se faz implacavelmente. Os favores do poder são dados com mais parcimônia. O acesso às autoridades se torna mais difícil. O cheiro instintivo de possível mudança faz com que as pessoas procurem se fortalecer em seus bens materiais. Há algo no ar e as pessoas se tornam mais cautelosas. O golpe está iminente. Vésperas de abril. O furor de tomada de poder se torna mais intenso. Sargentos, encampanções, Governo endoidecido. Euforia. Absoluta falta de senso de realidade. Professores, alunos e funcionários são despachados em missões oficiais ou oficiosas nos Estados. A equipe

da Casa Civil se confunde com a equipe da UnB.

1º de abril. Professores, alunos e funcionários se mobilizam em torno da Legalidade. Notícias em Brasília as mais auspiciosas. O Governo domina a situação. Forma-se a Rádio da Legalidade. Grupos começam a ser treinados na ordem unida. Formam-se comandos e distribuem-se tarefas. Os moderados e os "não-engajados" se apavoram. A revolução se apresenta no *campus* sob a forma de um batalhão do Exército. Buscas de arquivos, apreensões e prisões. Nasce o ódio coletivo contra a farda. Ingenuidades das autoridades na ação. Nasce a "gozação" contra a revolução.

O novo Reitor

O novo reitor assume sob um clima de expectativa. Faz afirmações de que nada mudará. Tom acadêmico e de homem de trabalho. Alguns professores estão presos. Solidariedade de todos. Aumenta a revolta contra a revolução. As prisões justificam a revolta e os indecisos começam a engrossar as fileiras da rebelião. Moderados e apaziguadores são objeto de suspeita. Expressões como "dedo-duro", "reaça", "inocente inútil" etc. são a linguagem cotidiana. A suspeita é generalizada e a tensão emocional geral. Os boatos circulam e há grande avidez por notícias. Passado o primeiro susto o clã se reorganiza. O velho sistema foi mantido intacto. Adaptam-se aos hábitos do Reitor, dão-lhe a impressão de solidariedade na difícil missão e envolvem-no. O resultado é conhecido.

A situação atual

A atividade meio, sistema circulatório da UnB que é sua administração, é a mesma do início. Ausência de um sistema impessoal, falta de pessoas profissionalmente preparadas. Predomina o sistema do clã. Funcionários são aparentados ou amigos e a distribuição de situação na base da "ficha". Simpatia, fidelidade ou conhecimento pessoal do núcleo dirigente são as senhas. E o núcleo dirigente é o mesmo do tempo do "chefe". O grupo continua a manobrar a UnB, embora mais cautelosamente. Os principais elementos conhecem profundamente todos os meandros da UnB e são detentores de todas as informações necessárias para o andamento dos trabalhos, principalmente na área didática. Seus principais elementos estão na Administração, em ligação direta com o corpo docente. No corpo docente, as principais ramificações estão entre os alunos bolsistas, ou seja, os instrutores, embora os haja também nos outros escalões hierárquicos. Curiosamente, certos elementos de ideologia definida não são os mais ativos; num certo sentido, servem de boi de piranha.

O que é necessário evitar

É que se repita o episódio ZEFERINO VAZ. O administrador honesto, de boa formação acadêmica, sente tendência natural em se solidarizar com o educador, seja qual for sua posição; se não é político por inclinação, está longe de imaginar as sutilezas e meandros da ação subterrânea e deixa-se envolver facilmente por manhas e sorrisos.

Não percebe ele, por exemplo, que o sistema envolve elementos de todos os escalões. Há todo um sistema circulatório, envolvendo pequenos funcionários, serventes, motoristas, alguns elevados a posições relativamente boas dentro do conjunto que são fiéis e discretos. Através deles se processam mil e umas pequenas sabotagens ao trabalho dos elementos alheios ao clã. A principal norma de ação é a desmoralização sagaz a qualquer elemento que possa vir a se projetar e que não pertença aos grupos. Mesmo pessoas que chegam com prestígio já firmado nos meios acadêmicos vêm-se a braços com tais dificuldades, que acabam por se anular sem saber o que está acontecendo. Cientistas são jogados em situações embaraçosas junto a problemas humanos de alunos e funcionários e são-lhe impostas tais dificuldades de ordem burocrática que seu trabalho pouco rende. Os simpáticos ao grupo têm todas as facilidades, sabem de todos os segredos e estão sempre "por dentro" da situação.

A tensão emocional

É grande e a situação sempre explosiva. Os novos porque atribuem suas dificuldades aos problemas de verbas e, portanto, ao Governo; os antigos porque vêm perigar a cada momento sua situação. O clã parte então para uma política de terra arrasada;

sabe que mais cedo ou mais tarde terão que ser alijados e procuram por isso destruir. Alguns subgrupos acham que a UnB deve liderar o movimento de reação contra a situação e tudo fazem para colocá-la nessa posição. Outros acham que o melhor é conservar a coisa em água morna até que o Governo caia e volte tudo ao que era. O fato é que o rumor dirigido circula constantemente pelo *campus*, e qualquer episódio serve de pretexto para uma exploração de massa de conseqüências imprevisíveis. A realidade é que já não há mais lógica nem coerência entre as pessoas. As idéias que parecem unânimes são: 1) o Governo atual é de ditadura militar-econômica e contraria frontalmente os interesses do País - Governo entreguista; 2) cedo ou tarde haverá um contra-golpe e tudo voltará para um Governo do povo.

O ódio à policia e ao militar

Sob todos os aspectos que se apresente, é generalizado. Pessoas inocentes, de âmbito de ação reduzida dentro do trabalho, por simples aparência são taxados de "dops" e "sniis" e levam vida atormentada. Qualquer aspecto de autoridade é rechaçado imediatamente e isso ficou bem demonstrado no episódio da visita da Grã-duquesa de Luxemburgo, que os jornais noticiaram amplamente.

DEBATES
PARLAMENTARES

**Câmara dos
Deputados**

Projeto nº 1.861, de 16 de maio de 1960.

Tramitação

Autor: Poder Executivo

Mensagem nº 128/60

Ementa: Autoriza a instituição da
"Fundação Universidade de Brasília"

Plenário

16.5.60 - É lido e vai a imprimir.
Despachado às comissões de Constituição e
Justiça, de Educação e Cultura e de
Finanças.

Comissão de Justiça

Em 20.5.60 - É distribuído ao Sr.
Vasconcelos Torres.

Em 15.6.60 - Parecer, pela constitucionalidade, de autoria do Relator, Sr. Vasconcelos Torres. É concedida vista ao Senhor San Tiago Dantas. Foi aprovado o requerimento do Senhor San Tiago Dantas, para publicação do parecer.

Em 29.7.60 - É aprovado unanimemente parecer pela constitucionalidade da proposição, com seis emendas oferecidas pelo Sr. San Tiago Dantas e adotadas pelo Relator, Sr. Vasconcelos Torres.

Comissão de Educação e Cultura

Em 24.8.60 - É convocada uma reunião para o dia 25 do corrente, destinada a ouvir a explanação do Professor Darcy Ribeiro.

Em 25.8.60 - É ouvida, pela Comissão, a exposição do Sr. Professor Darcy Ribeiro - é aprovado por unanimidade o parecer do Relator, Sr. Lauro Cruz, favorável ao projeto e às emendas adotadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Finanças

Em 26.8.60 - É distribuído ao Sr. Coutinho Cavalcanti.

Em 26.8.60 - É aprovado parecer do Relator, Coutinho Cavalcanti, favorável ao projeto e às emendas oferecidas ao mesmo. Vota com restrições quanto à alínea f do artigo 4º da Emenda nº 1 o Sr. Humberto Lucena.

Em 31.8.60 - É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emendas; da Comissão de Educação, favorável ao Projeto e às referidas emendas e da Comissão de Finanças, com a

adoção das emendas oferecidas pelo Relator (1.861-A/60).

Em 26.8.60 - É distribuído ao Sr. Coutinho Cavalcanti.

Em 26.8.60 - É aprovado parecer do Relator, Coutinho Cavalcanti, favorável ao projeto e às emendas oferecidas ao mesmo. Vota com restrições quanto à alínea f do art. 4º da Emenda nº 1 o Sr. Humberto Lucena.

Plenário

Em 31.8.60 - É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com emendas; da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao projeto e às referidas emendas, e da Comissão de Finanças com a adoção das emendas oferecidas pelo Relator (1.861 - A/60).

Em 17.10.60 - É anunciada a discussão única. Fala o Sr. Aurélio Vianna. O Sr. Presidente, dado o adiantado da hora, levanta a sessão.

Em 18.10.60 - O Sr. Presidente anuncia a discussão única. Fala o Senhor Menezes Côrtes longo discurso a respeito do assunto. Em seguida, o Sr. Presidente levanta a sessão dado o adiantado da hora.

Em 20.10.60 - O Sr. Presidente anuncia a discussão única. Fala o Sr. Campos Vergal, para discutir o assunto.

Em 21.10.60 - O Sr. Presidente anuncia a discussão única. Fala o Sr. Raul Pilla, concluindo seu discurso com a apresentação de uma emenda ao art. 14 e §§. Não havendo mais oradores inscritos, é

encerrada a discussão. Em virtude da emenda apresentada, volta o projeto às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação.

Comissão de Constituição e Justiça

Em 25.10.60 - É distribuído ao Sr. Colombo de Souza.

Em 25.10.60 - (emendas em plenário) Relator Sr. Colombo de Souza - parecer favorável com subemenda. É concedida vista ao Sr. Raimundo Brito.

Em 26.10.60 - Relator, Deputado Colombo de Souza, apresentou parecer favorável à Emenda, com subemenda. O Sr. Raimundo de Brito, que pedira vista, devolveu o projeto, declarando estar de acordo com o parecer do Relator, que, em votação, foi aprovado unanimemente.

Comissão de Educação e Cultura

Em 27.10.60 - É distribuído ao Sr. Lauro Cruz.

Em 27.10.60 - É aprovado parecer do Relator, Deputado Lauro Cruz, que concluiu pela aprovação da subemenda adotada pela comissão de Constituição e Justiça, e oferecimento de emenda, incluindo dois parágrafos ao art. 16 do Projeto.

Plenário

Em 4.11.60 - É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, com emendas; da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao projeto e

às referidas emendas e da Comissão de Finanças, com a adoção das emendas oferecidas pelo Relator. Pareceres sobre emenda de discussão única: com subemenda, da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação e Cultura, favorável à referida subemenda e com emendas ao art. 16 do Projeto - Projeto de Lei nº 1.861 - B/60.

Em 8.12.60 - O Sr. Menezes Côrtes apresenta requerimento para que o Projeto seja colocado na Ordem do Dia.

Em 3.7.61 - O Sr. Presidente anuncia a votação, em discussão única. Em votação o requerimento do Sr. Raul Pilla, de destaque para a subemenda da Comissão de Justiça. Aprovado. Em votação a Emenda de Plenário. Falam os Srs. Raul Pilla, autor da Emenda, Lauro Cruz, Celso Brant, Campos Vergal e Munhoz da Rocha. Rejeitada. O Sr. Tristão da Cunha requer verificação de votação. Dado o adiantado da hora, deixa de ser feita a chamada nominal.

Em 3.7.61 - Na sessão noturna, o Sr. Presidente anuncia a continuação da votação. Em votação a Emenda de plenário. Fala o Sr. Geraldo Guedes, para uma questão de ordem. Rejeitada. O Sr. Geraldo Guedes, como Líder, requer verificação de votação. Feita a verificação, é rejeitada a Emenda.

Em votação a subemenda da Comissão e Justiça. Fala o Sr. João Menezes. Aprovada. Em votação as emendas 1, 2, 5, 6 e 7 da Comissão de Justiça. Aprovadas. Em votação as emendas 3 e 4 da Comissão de Justiça. Rejeitadas. Em votação a Emenda da Comissão de Educação. Aprovada. Em votação a Emenda da Comissão de

Finanças. Aprovada. Em votação o Projeto. Aprovado. Em votação o requerimento do Sr. Raul Pilla de segunda discussão para o Projeto. Fala o autor do requerimento. Aprovado.

Vai à Comissão de Educação, a fim de redigir para 2ª discussão.

Em 5.7.61 - O Sr. Lauro Cruz, Relator do Projeto, procedeu à leitura do vencido, do qual a Comissão tomou ciência sem restrições.

Em 1.8.61 - É lido e vai a imprimir a redação para segunda discussão.

Em 26.8.61 - Na sessão extraordinária vespertina é aprovado o requerimento de preferência, de autoria do Senhor Josué de Castro. Falam os Srs. Raul Pilla, Josué de Castro, Aurélio Vianna, Adauto Cardoso e Arruda Câmara.

Em votação o requerimento. Aprovado. O Sr. Adauto Cardoso requer verificação de votação. Responderam a chamada nominal e votaram 198 senhores deputados, sendo 161 sim e 37 não. Está aprovada a preferência.

Em seguida, o Sr. Presidente anuncia a segunda discussão. Falam os senhores Raul Pilla e Josué de Castro. Não havendo mais oradores inscritos, é encerrada a discussão. Em votação o Projeto. Aprovado. Vai à redação final.

Vai ao Senado com o Ofício nº 1.430.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL,
Seção I, páginas 7330 a 7332, de 19
de Outubro de 1960.

Discussão única do Projeto nº 1.861-A, de 1960, que autoriza a instituição da "Fundação Universidade de Brasília", tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça com emendas; da Comissão de Educação e Cultura favorável ao Projeto e às referidas emendas e da Comissão de Finanças com a adoção das emendas oferecidas pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Menezes Côrtes.

O SR. MENEZES CÔRTEZ: *(Sem revisão do orador)* - Senhor Presidente, estamos diante de projeto de lei que encontra sua justificativa em Mensagem do Poder Executivo assinada em 21 de abril, data da mudança da Capital.

Na verdade, Brasília, a nosso ver, ainda não oferece condições para a instalação de uma Universidade.

O Sr. Raul Pilla - Muito bem.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Não posso compreender como se pensa em criar universidades artificialmente. Artificialmente vive a Capital, pois a quase totalidade do Poder Executivo, dos Departamentos dos diferentes Ministérios não está em Brasília. Em Brasília, estão o Poder Legislativo; quase todo, mas ainda não todo, o Poder Judiciário, e a cidade serve de dormitório, às vezes, para o Senhor Presidente da República e alguns de seus Ministros de Estado.

A cidade está em formação. Difícil será, ainda por muito tempo, termos aqui a possibilidade de dispor de todos os catedráticos, de todos os professores

necessários à constituição do corpo docente de uma universidade. Por certo, há homens de extraordinário valor cultural vivendo em Brasília. A Câmara e o Senado são, indiscutivelmente, um repositório deles. Mas os parlamentares cumprem mandatos eletivos. Não podemos acreditar possa uma universidade, a rigor, basear o recrutamento de seu corpo docente, que deve ser permanente, entre os que têm assento no Congresso, por força de sufrágio popular. Que alguns integrem o corpo docente, é mais do que natural.

Seria razoável, isto sim, se começasse com a criação de algumas escolas de nível universitário. E quando já tivéssemos escolas funcionando, e bem, justificar-se-ia a criação de uma universidade. Do contrário, parece-me artificialismo e contra o artificialismo nos manifestamos.

O Sr. Raul Pilla - V. Exa. está sendo até muito generoso. A meu ver, nem há ambiente ainda para que se possam fundar e funcionar normalmente em Brasília escolas isoladas. (*muito bem*).

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Acolho e agradeço o aparte de V. Exa.

Referi-me à possibilidade da criação de algumas escolas isoladas, pensando, por exemplo, em escolas de Filosofia ou de Ciências Econômicas. Não vejo, entretanto, como termos aqui, digamos, grandes escolas de Medicina ou de Engenharia, pela dificuldade que se encontraria para a constituição de corpos docentes que possam dar, de fato, toda a atenção a tais ensinamentos. Não ignoramos como são inconvenientes as falsas universidades, aquelas fundadas sem que existissem condições de maturidade que

as justificassem. No nível superior, o ensino precisa ser, mais do que qualquer outro nível, da mais alta eficiência, para a formação dos melhores engenheiros em todos os setores de atividade, dos melhores médicos, economistas e assim por diante.

Considero justo o destino das rendas de determinadas entidades estatais, como a quinta parte das ações da Companhia Siderúrgica Nacional, pertencentes à União. Para a educação, porém, já não acho assim tão justo. Há longos anos, verificamos que a União está gastando no ensino superior, com a federalização de universidades por todo o Brasil, dinheiro que não emprega no ensino primário, médio, profissional.

Estranhamos o péssimo destino desta renda, não para tapar aquela lacuna existente no sistema educacional brasileiro, mas para criar universidade artificial. Uma universidade desse tipo certamente começará pelo fim, construindo grandes edifícios, imobilizando recursos não reprodutivos, no campo do ensino. Tratemos de aplicar os recursos de que dispomos de um modo mais útil ao povo brasileiro.

Quem caminha por este Brasil e verifica o baixo nível do rendimento do ensino primário, com a maioria das escolas do Norte, Nordeste e Leste Setentrional, dispondo de mais da metade de professoras primárias não formadas, deve pensar, é evidente, numa ajuda, numa contribuição da União para aqueles Estados empobrecidos poderem remunerar bem as professoras e, assim, através de uma remuneração condigna, melhorar o nível de rendimento do ensino. Sabemos como é lamentável tomar conhecimento de que muitas professoras primárias mal sabem ler e

escrever. Mas este é o quadro, pelo Brasil afora. É o retrato da desatenção completa ao ensino primário. E, enquanto isto subsistir, não acabaremos com o analfabetismo.

Tenho me acostumado a dizer - e o disse mais de uma vez no Palácio Tiradentes - que é quase um contrasenso o esforço de uma campanha de alfabetização de adultos quando não somos capazes de impedir que cresçam crianças analfabetas. É claro que queremos a alfabetização de adultos; mas desejamos, antes de tudo, que se impeça o aumento do número de crianças analfabetas, crianças em idade escolar. Portanto, os recursos que a União deve buscar, da renda de suas companhias de economia mista, como é o caso da Cia. Siderúrgica Nacional, devem estar lançados, aplicados, para tapar essa lacuna. O ensino primário cabe ao Estado e ao Município - cabe sobretudo ao Município - e estes são as maiores vítimas da inflação, porque suas receitas ficam cada vez mais distanciadas do atendimento das necessidades da população. Elas estão ligadas à produção e ao consumo, e se são Estados de características de subdesenvolvimento, é evidente que essa receita é sempre e cada vez mais insuficiente para uma remuneração que, de um modo geral, deve acompanhar os aumentos de salário-mínimo, os reajustamentos dos vencimentos dos funcionários federais e autárquicos civis e dos servidores militares da União.

Mas não tem como acompanhar, porque não dispõe de receita que cresça no mesmo ritmo da desvalorização da moeda. Então, a União, responsável pelo mal da inflação como fator subversivo num Estado Federativo, precisa socorrer com seu esforço, exatamente no problema principal

para um País como o nosso, que é o problema da educação. Por esses motivos sou contra a criação de uma universidade em Brasília nos dias de hoje. Não se justifica essa construção, que só representaria, em verdade, mais dos muitos desvios que condenamos, de aplicação de recursos não-reprodutivos. De que adiantará para o povo brasileiro a construção de mais alguns edifícios para abrigar uma universidade artificial.

O Sr. Campos Vergal - Nobre Deputado, na qualidade de professor, sou essencialmente modesto professor - ...

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Ninguém, portanto, melhor que V. Exa. para opinar em matéria desta importância.

O Sr. Campos Vergal - ...peço licença para discordar de V. Exa. Acredito que a criação de universidades, de faculdades, de escolas primárias, secundárias, normais, técnico-comerciais, agropecuárias, de artesanatos etc. é sempre dinheiro bem investido; não é dinheiro que se perca. Tudo quanto se fizer no campo da instrução, da educação, da boa profissão, da orientação sadia da infância, da adolescência, da juventude, é dinheiro bem aplicado. Dinheiro mal aplicado é esse que se gasta com monumentos enormes, vazios por dentro, sem alma, sem coração; dinheiro mal aplicado é esse que gastamos com incontáveis missões e comissões que vão passear pela Europa, pelos Estados Unidos, meses a fio. Dinheiro inútil é o que se empregou, por exemplo, na compra de um porta-aviões que nos está custando 12 bilhões de cruzeiros. Mas tudo que se fizer no campo da instrução e da educação, nobre, valoroso, atuante e, sem favor, inteligente

colega, é dinheiro bem aplicado. Construíamos a universidade. Se não for útil já, se-lo-á daqui a alguns anos, porque Brasília, inegavelmente, tornar-se-á uma das grandes capitais do mundo.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Nobre colega Campos Vergal, não posso deixar de tecer algumas considerações após receber o aparte de V. Exa. É evidente que, de um ponto de vista geral e, por isso, teórico, todo dinheiro aplicado em atividades educacionais é reprodutivo, justificado. Não poderia discordar desta tese de V. Exa. Ocorre, porém, que o País está em regime inflacionário exatamente porque os responsáveis pelas iniciativas governamentais não souberam fazer a seleção dos gastos; está despendendo em tudo - no que é necessário hoje e no que, mesmo necessário, poderia ser deixado para amanhã. Não posso dizer que a construção de edifícios para abrigar uma Universidade que venha, no futuro, a se tornar justificável seja uma inutilidade do ponto de vista abstrato. Mas, do ponto de vista relativo, de quem está precisando de dinheiro para dar eficiência ao ensino primário, para multiplicar aquelas escolas de ensino médio-profissional e artesanais como V. Exa. bem lembrou, de ensino das atividades agrícolas, é evidente que, se não tenho dinheiro para tudo - e o grande drama do administrador é não dispor de recursos ilimitados para atender a todas as necessidades da administração -, preciso ter um critério de seleção, de prioridade nos gastos. E é exatamente com fundamento neste ponto, que vem da análise do critério seletivo, critério este que determina uma ordem de prioridade nos gastos, que somos levados a condenar, no dia de hoje, no ano que estamos vivendo, na época e no

desenvolvimento que Brasília tem hoje e que nós conhecemos, a construção de edifícios que serão, por certo, as primeiras providências para a criação dessa Universidade. Devemos aplicar os recursos na educação. Não estou querendo desviar esses mesmos recursos que aqui estão para outro tipo de iniciativa. Quero-os, desejo-os no próprio campo educacional, no campo da educação pública, mas naquilo que beneficiará, na verdade, todo o povo brasileiro.

O Sr. Raul Pilla - Permita-me, nobre colega. Desejo lembrar ao ilustre Deputado Campos Vergal que S. Exa. se esqueceu de fazer uma distinção importante em matéria de gastos. Há que considerar, em primeiro lugar, evidentemente, o objetivo, que pode ser muito bom ou muito mal. Se é mau não se justificará, de maneira alguma, o gasto; se é bom, é preciso considerar também a maneira de aplicá-lo, a oportunidade, o que pode condenar absolutamente o gasto, que quanto ao objetivo pode ser plenamente justificado. É o que me parece estar acontecendo...

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Exatamente.

O Sr. Raul Pilla - ...em relação, como diz muito bem V. Exa., à artificial Universidade de Brasília.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Muito obrigado. Como vêm os nobres colegas, o problema assume característica toda especial no julgamento relativo dos fatos, das condições. Quando analisamos o próprio texto da mensagem, percebemos que a mesma foi editada, digamos, pela euforia da instalação da nova Capital, que foi no dia 21

de abril. É possível que se o atual Presidente da República tivesse de assiná-la hoje, não o fizesse.

O Sr. Wilson Fadul - É suposição.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - É possível.

O Sr. Raul Pilla - É possível que hoje, o pensamento fosse uma Universidade na Ilha do Bananal... (*Risos*).

O SR. MENEZES CÔRTEZ - O que seria muito mais lamentável.

Diz bem o nobre Deputado Raul Pilla. Já verificamos que o desperdício na Ilha do Bananal de 350 milhões de cruzeiros justifica muitas derrotas que o Sr. Presidente da República colheu na Amazônia.

Eu mesmo citei nesta Casa, a semana passada, fato concreto que pude perceber de perto na visita que fiz a Santarém e a Belterra. Aquela gente votou contra este Governo porque sentia na carne os efeitos da negativa, da recusa de 200 milhões de cruzeiros para a barragem e instalação das linhas de transmissão, de modo a produzir na Cachoeira do Palhão 10.500 kilowatts e colocá-los à disposição de 57 colônias nordestinas e da cidade de Santarém.

Ao mesmo tempo, aquela comunidade tomava conhecimento de que, em lugar de 200 milhões que lhe eram negados, 350 milhões, da Spvea, do crédito de destinação especial para a valorização da Amazônia, para o seu progresso, para o amparo de sua gente, estavam sendo enterrados na Ilha do Bananal, para a construção de uma pista,

segundo os noticiários de que as populações do interior tomam conhecimento através do rádio. Já se foi a época em que os brasileiros não tinham ciência de certas iniciativas danosas. Hoje eles estão informados. Mesmo quando não chegam os jornais dos grandes centros urbanos que mantêm a opinião pública tanto quanto possível esclarecida, o noticiário é veiculado por meio das ondas hertzianas. Fatos como esse mostram a existência do equilíbrio no critério da seleção: uma ordem prioritária inconveniente deu resultado feliz para nós, mas, por certo, lamentável para os que apoiam o atual Governo; desperdícios dessa ordem, como a construção de uma universidade antes do tempo, são outros tantos exemplos que nos levam a combater tais iniciativas. É o mesmo quadro a que assistimos aqui em Brasília quando, sem nenhuma necessidade, se mobilizam grandes somas para a transferência de órgãos que, sem qualquer inconveniente, poderiam continuar por muitos e muitos anos no Rio de Janeiro. Isso é reconhecido mesmo pelos que defendem como correta, como certa, a mudança da Capital. O Instituto de Resseguros, por exemplo, empregou num grande edifício quantia vultosíssima, ele que já possui um prédio suficiente para seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro. Por que isso? Por que construir todo este bloco monumental do Banco do Brasil, se hoje as comunicações podem permitir que o funcionamento de certos órgãos ocorra à distância, sem qualquer inconveniente de ordem administrativa? Por que trazer para aqui certas entidades que se distanciaram ainda dos locais em que aplicam suas atividades? Deixo sem resposta estas perguntas, porque me parece que elas são facilmente deduzíveis na sua própria enunciação.

Ouço o nobre colega Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes - Queria apenas lembrar que os 350 milhões da Ilha do Bananal foram lamentavelmente tirados da verba da Valorização da Amazônia e incluir no brilhante discurso de V. Exa. nosso protesto contra a construção da sede do Banco de Crédito da Amazônia em Brasília, quando sua finalidade, seu objetivo, sua ação, é inteiramente na área amazônica.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Mais um exemplo que V. Exa. traz para mostrar como o importante, na verdade, é o bom senso de gastar bem. Mas não queremos, nós que somos pelo progresso do País, pelo seu desenvolvimento econômico, comprimir despesas; desejamos que todos os recursos que o País possa mobilizar sejam bem aplicados. Queremos um critério de seleção, bem equilibrado, sem esquecer jamais o essencial, como progresso social, bem-estar da nossa gente, melhoria das suas condições de vida, e entre elas está o fator educação, que se encontra na raia de toda questão de aumento da produtividade. Só pode produzir mais, só pode produzir melhor o homem que pelo menos saiba ler, que saiba adquirir ensinamentos, colher conselhos, informar-se na própria essência, na própria raiz de um programa vasto de produtividade, impulsionador do progresso, do bem-estar. É lógico que precisamos de uma educação superior, mas nunca a atingiremos sem primeiro termos construído o degrau inicial, o da educação primária. Enquanto um País não resolver o problema da educação primária, enquanto não erradicar, na verdade, o analfabetismo da sua terra, não terá dado o primeiro passo.

A União precisa ver que os índices de alfabetização no País estão muito aquém de

qualquer desejo nosso, exatamente pelos malefícios da inflação, que cada vez mais está roubando aos Estados e aos Municípios os meios para que dinamizem, aperfeiçoem o ensino primário no seu território.

Eis porque desejamos, ao ensejo da discussão de tal projeto, manifestar nossa desaprovação a essa idéia. Não porque seja uma universidade, jamais! Devemos erigir as universidades onde elas se tornem necessárias, mas sabemos que muitas se criaram no Brasil onde ainda não havia condições de existência. Gastou-se mal o dinheiro do povo. Por quê? Porque dinheiro não é elástico. Se há um gasto sem obra não reprodutiva, está deixando de ser aplicado onde seria mais útil à população. Compreendo que os diferentes estados com os seus representantes se batem pela federalização de suas escolas superiores, de suas universidades, porque é o interesse regional, fora do quadro geral do País.

É natural que um pequeno estado procure carrear para ele recursos que, no benefício de todos, poderiam ser aplicados em outro grande centro cultural. Compreendo a luta deles, mas nem por isso deixo de condenar tais iniciativas. O fundamental a meu ver natural, no ensino superior, reside no alto padrão do corpo docente. São os equipamentos, sobretudo, que exigem...

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) - Só para advertir o nobre orador que seu tempo regimental estaria terminado, a não ser que requeresse prorrogação de quinze minutos.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Se V. Exa. me concede, com prazer aceitarei para concluir as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli)
- Deferida a prorrogação.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Obrigado a V. Exa. Como dizia, o essencial é que essas escolas tenham seus equipamentos para o ensino prático, mas sabemos que, infelizmente, eles não existem em pequenas cidades brasileiras. O ensino fica, portanto, aquém da eficiência desejada. Por isso cumpre concentrar. A concentração encerra princípio elementar de economia, e esta, no caso, visa tirar rendimento maior do esforço financeiro, técnico e cultural. As escolas de Engenharia, por exemplo, nos diferentes ramos especializados, precisariam estar muito mais concentradas do que se encontram hoje. Pergunto: se o projeto fosse transformado em lei, que rendimento poderia ter, nos anos vindouros, daqui a dois ou três anos, em Brasília, uma escola de Engenharia ou Arquitetura? E no setor da Química? E nos diferentes ramos da Eletrônica, longe de toda possibilidade de aplicação prática?

Hoje em dia, torna-se indispensável colocar o ensino da Engenharia em íntima ligação com os estabelecimentos industriais. Conforme verificamos, os engenheiros, depois que deixam a universidade, têm de aprender em estágios nas grandes indústrias. Porque o ensino recebido foi deficiente. Quanto mais afastamos a sede das universidades dos grandes centros industriais do País, pior será o ensino.

No passado, quando pessoas de posses mandavam os filhos estudar na Europa, mais recentemente, nos Estados Unidos, não o faziam apenas para gastar dinheiro, mas, evidentemente, para aproximá-los dos meios industriais e possibilitar-lhes campo de observação que não poderiam ter no Brasil.

O Sr. Campos Vergal - Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Com muito prazer.

O Sr. Campos Vergal - Lamento deveras ter de discordar de Vossa Excelência sob certos aspectos.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Se não houvesse discordância, o debate parlamentar não teria a menor graça.

O Sr. Campos Vergal - Tem razão V. Exa. Dá o nobre colega um aspecto de pessimismo na sua apreciação do País e do povo.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Se tal aconteceu, permita-me dizer que foi impressão infelicíssima, pois se há homem que tem fé em nosso progresso, que nele acredita, sou eu, jamais fui derrotista! Agora, exatamente porque sou homem com vistas para o progresso do País e da sua gente, e que não quero seja retardado o progresso com erro dessa ordem, qual do de pensar em colocar uma universidade no planalto central, longe dos centros culturais do País.

O Sr. Campos Vergal - O nobre colega se esquece de que o Brasil é um subcontinente com 8 milhões e 527 mil quilômetros quadrados e uma população que cresce vertiginosamente. E um País altamente dinâmico.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Não cresce mais por causa da mortalidade infantil.

O Sr. Campos Vergal - Não sei se na hora presente os Estados Unidos da América, a Rússia e a China se encontram em desenvolvimento tão acentuado quanto o da nossa Pátria. Não devemos ficar plantando apenas couve e alface, mas também carvalhos, grandes árvores para o futuro, pois o que se planta agora deverá ser colhido no futuro. A criança, por exemplo, não cresce na hora em que nasce. Tem seu início, sua vida vegetativa, para depois aparecer à luz da existência. Sou favorável a que se crie essa universidade e se conquiste o grande *hinterland* brasileiro, porque é nosso. Nobre orador, V. Exa., que é um dos brilhantes militares do nosso Exército ...

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Obrigado pela generosidade de V. Exa.

O Sr. Campos Vergal - Não é generosidade, mas justiça...

Tenha certeza de que, se nós, brasileiros não tomarmos conta do que é nosso, e não atingirmos as lindes com os outros países, os outros tomarão conta do nosso, sabe V. Exa. melhor que eu que, antes da Primeira Guerra, um senador francês propôs, numa reunião dos Quatro Grandes, se dividissem as nações geograficamente maiores do mundo, e incluiu, em primeiro lugar, o Brasil, para deslocarem para cá suas populações excedentes.

O SR. MENEZES CÔRTEZ - O homem pode sonhar da maneira mais esdrúxula possível...

O Sr. Campos Vergal - Tomemos conta da nossa Pátria, antes que outros o façam. Deixe, nobre colega, que se edifique essa universidade. Ela não será para 1961, nem

1962, nem 1963. Mas quando V. Exa. a vir florescendo, com uma juventude esperançosa e bela, cantando as glórias da Pátria dentro dos corredores, nos galpões e nas salas de aula, V. Exa. dirá: "Bendito foi o dinheiro que votei para que se construísse uma universidade nesta cidade".

O SR. MENEZES CÔRTEZ - Lamento discordar de V. Exa., porque para desenvolver o interior do País, para nele termos grandes engenheiros, químicos, bons médicos. Para tudo isso precisamos que o ensino dessa gente de amanhã seja eficiente e, se desperdiçados os recursos aqui, estaremos exatamente retardando a conquista e o progresso do interior brasileiro. Este, o fato fundamental. Agora, por exemplo, poderíamos fazer um retrospecto. Quando ninguém duvida que mais de 180 bilhões de cruzeiros já se gastaram em Brasília e que - para o ritmo atual, só de dinheiro público, não para a aplicação do restante da poupança do povo - são necessários hoje em Brasília 1 bilhão mensais, imagine V. Exa. que benefícios haveria para o interior brasileiro se tivéssemos realizado planos regionais de desenvolvimento econômico e progresso social nos próprios vales que penetram pelo Brasil, como os do Rio Grande do Paranaíba, vales que se encontram na mesma direção, mas que continuam no mesmo estágio anterior de progresso! As barragens ao longo do Rio Grande estão sem beneficiar essas áreas porque não foram feitos os canais de irrigação, porque não se criaram pequenas comunidades rurais, pequenas cidades, porque não se estudaram de forma alguma planos da colonização no sentido de pequenas e médias propriedades produtivas, porque não se levou a essa região a assistência técnica e financeira.

Por essas falhas é que chegamos à conclusão de que precisamos sempre condenar iniciativas como a do presente projeto de lei, que podem, num objetivo teórico, ser defensáveis, mas que jamais se justificam no quadro da relatividade das coisas, dentro do critério de prioridade que deve, na realidade, condicionar todas as decisões governamentais.

Sr. Presidente, nobres Deputados, com estas considerações encerro a observação que faço no ensejo de discutir o Projeto 1.861-A-60.

Espero que os nobres colegas, meditando sobre o problema, neguem sua aprovação a este projeto, a fim de dispormos de recursos para as atividades no campo da educação que beneficiem todo o povo, e não dêem impressão de estarmos com obras de fachada enganosas, porque não foram fruto da meditação, nem da análise.

Este projeto teve um objetivo, só explicável pela euforia que domina o Sr. Presidente da República, na data em que S. Exa. via a transferência artificial da nossa Capital. (*muito bem; muito bem*). (*Palmas*).

O SR. CAMPOS VERGAL: Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CAMPOS VERGAL: (Para uma questão de ordem - Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu desejaria tecer comentários em torno do projeto, especialmente porque sou velho professor e conheço um pouco o assunto. Mas como já estamos no fim da sessão, consultaria V.

Exa. sobre se poderia ficar inscrito para falar amanhã, com o tempo integral.

O SR. PRESIDENTE: Vou assegurar a V. Exa. a inscrição atendendo a que restam poucos minutos para ser levantada esta sessão e há sobre a mesa requerimento de prorrogação, por 15 minutos, para um colega falar em explicação pessoal. Não há, portanto, prejuízo em que se adie a discussão para V. Exa. usar da palavra na próxima sessão.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção I, páginas 7537 a 7538, de 21
de outubro de 1960.

O SR. CAMPOS VERGAL: (*Sem revisão do orador*) - Senhor Presidente, Srs. Deputados, o projeto que acaba de entrar em discussão, de nº 1861-A-60, tem por objetivo autorizar a instituição da Fundação Universidade de Brasília, tomando todas as providências cabíveis ao assunto.

Acredito ser este um tema deveras importante, que precisa ser apreciado pela Casa. Embora tenhamos tido a feliz oportunidade de ouvir, mais uma vez, o simpático Deputado Menezes Côrtes, que se manifestou contrariamente ao projeto, não posso deixar de ocupar a tribuna, na qualidade de professor de Ensino Médio, para, discordando de S. Exa., alinhar alguns pensamentos em defesa da iniciativa. É que S. Exa., de modo geral, mostrou-se, em seu discurso, um tanto pessimista relativamente a coisas do ensino e até ao desenvolvimento cultural de nossa Pátria; e também se preocupou demasiadamente com a inversão de alguns milhões de cruzeiros necessários para a concretização de um ideal tão grande.

Acha também que Brasília ainda não comporta uma instituição desta natureza. Quero discordar de S. Exa. Acredito sinceramente que a medida é oportuna e feliz. Tenho a certeza de que se está tentando plantar em Brasília semente que dará ótimos resultados para a cultura e para a juventude, bem como para a futura civilização de nosso País.

O Sr. Breno da Silveira - Senhor Deputado Campos Vergal, quero endossar as afirmativas de V. Exa., lembrando que Brasília concentra hoje milhares de funcionários e centenas de parlamentares que para aqui vieram com suas famílias. Pelo imperativo da mudança, muitos tiveram de separar-se de seus filhos, já que aqui não encontrariam colégios para eles, criando, com isso, verdadeiros problemas de família. Temos que encarar esse problema social seriíssimo. Falo neste momento como pai de 8 filhos, dois dos quais em idade universitária. Muito sentimos eu e minha esposa essa separação, obrigados esses nossos dois filhos a estudar um no Rio de Janeiro e outro, talvez, futuramente, em Goiânia, ou outra cidade aqui do Planalto, mas sempre longe, nessa fase delicada da juventude, dos 18 aos 22 anos, dos mais que têm grande empenho em acompanhar o seu desenvolvimento. Por isso, quero dar a V. Exa. o meu apoio integral, como médico, e como curioso e estudioso dos problemas culturais do meu País. Acho que a Universidade de Brasília será o fator principal para a definitiva integração da cidade como capital.

O SR. PRESIDENTE: (Sérgio Magalhães, 1º Vice) - Interrompo o discurso do nobre orador para submeter à Casa requerimento do nobre Deputado Aurélio

Vianna de prorrogação da seção por 30 minutos, para falar em explicação pessoal.

Aprovado.

Continua com a palavra o nobre Deputado Campos Vergal.

O SR. CAMPOS VERGAL - Senhor Presidente, recebo com sincera satisfação o valioso aparte do ilustre Deputado pelo Estado da Guanabara.

O seu caso pode ser multiplicado por milhares. Com poucas exceções, penso que os Deputados têm filhos em idade universitária, todos nós temos rapazes em casa. Estamos na obrigação de exceder o nosso mandato da nova Capital do País. É indispensável que a juventude tenha os meios necessários ao desenvolvimento da sua cultura científica ou filosófica e à conquista de uma profissão liberal. A medida é acertada. Oxalá o Congresso a tome na devida consideração e se apresse em convertê-la em realidade.

Sabemos que Brasília, inegavelmente, é uma grande e portentosa realidade; se este trabalho ciclópico não fosse feito agora, sê-lo-ia mais tarde, dentro de alguns anos. Raríssimas as pessoas vêm de lança em riste contra a concretização desta medida estupenda. Se houve erro, talvez o maior tenha sido o apressamento. Talvez não devêssemos ter vindo em abril ou nos primeiros dias de maio. Talvez tivéssemos acertado se a mudança da Capital fosse fixada para dezembro ou janeiro, quando as condições de habitabilidade fossem outras. Isto sim. Criar, porém, uma onda de pessimismo contra Brasília é atitude pouco inteligente e pouco patriótica. O Brasil

precisa, efetivamente conquistar o seu grande interior. Riram, anteontem, lembrando a idéia de que talvez se projete, ainda por estes dias, a conquista da Ilha do Bananal. Eu não rio, e acho que, se tal medida fosse projetada, não estaríamos errados. Vamos conquistar, para a nossa nova civilização que aí vem, todo o território brasileiro. Temos sido uma civilização carangueja, que fica arranhando o litoral. E parece que temos receio de penetrar o grande interior da Pátria.

Tome-se em consideração que esta nova Universidade terá colhido todas as experiências das outras, quer brasileiras, quer estrangeiras. A evolução não pode parar, embora muita gente queira travá-la. E a mocidade de hoje não é mais a mocidade de 10 ou 12 anos atrás.

Os jovens discutem com os professores, discutem com seus pais; estão vivendo época verdadeiramente revolucionária, em que o mundo se agita em grandes estertores, no sentido de apresentar constantemente coisas novas e deslumbrantes. A tentativa de conquista do espaço e estudo da matéria cósmica, o atingimento da lua com projéteis e foguetes dos moscovitas e agora a tentativa de se alcançar o planeta Marte, tudo isso é um panorama verdadeiramente maravilhoso.

Não será, talvez, para daqui a 5 ou 10 anos que essas tentativas se tornem realidade. Entretanto, ninguém deverá ficar espantado, ou externar um riso fácil diante dos progressos da ciência que estuda a matéria etérea, a matéria cósmica, as tendências espaciais, as possibilidades de habitabilidade de outros planetas; esta ciência que está dominando com as ondas hertzianas a evolução do homem,

eliminando os espaços no sentido geográfico.

Sr. Presidente, estamos diante de um mundo maravilhoso, sempre novo e não podemos criar, como é natural, uma universidade à maneira antiga, com um ensino antiquado, com programas à 1930. Nem a mocidade de hoje comporta isso, aceita isso.

Os atritos entre congregações de escolas superiores, seus professores, seus programas e a juventude moderna são indispensáveis e inevitáveis. A mocidade está tangida por novo ardor, novo ideal, por extraordinária forma de novos acontecimentos. Se nós, que estamos na idade madura, ficarmos de costas para o futuro, contemplando, em interminável "hora da saudade", o que ficou no passado, a mocidade nos passará o que se deve fazer na grande hora presente, com os olhos para o futuro.

Sr. Presidente, também devemos considerar que o Brasil não é um País comum. O Brasil, afinal, é um subcontinente, é um País altamente dinâmico. Poderíamos dizer que Países como a França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Bélgica, Suíça são mais ou menos estáticos. O velho Portugal, a agitada Espanha são países estáticos, estão marcando passo, estão profundamente preocupados com as suas colônias, estão se armando mais para manterem as colônias de onde lhes vem a matéria-prima do que propriamente cuidando com grande interesse do desenvolvimento do seu povo, da sua cultura. O Brasil não tem esses problemas, não possui colônias. É suficientemente, principescamente, maravilhosamente grande. Daí termos manifestado, há poucos

dias, a nossa estranheza quando se gastaram - e ainda se estão gastando - bilhões na compra de um porta-aviões. Um navio desse tipo servirá para as nações colonialistas, para as nações que precisam transportar grandes tropas para abafar os gritos de liberdade das suas colônias. Um porta-aviões como esse que infelizmente se destina ao Brasil tem por finalidade agredir as nações que não concordam com as potências imperialistas.

Nós, todavia, temos um outro programa. Lutamos por um outro mundo. Daí não podemos estar de acordo com aqueles que, pensando em alguns milhões de cruzeiros, calculam que eles sejam mal empregados na construção de uma universidade moderna, para a mais moderna cidade do mundo, pertencente a um dos mais belos e promissores países da terra, o Brasil.

O Sr. Lustosa Sobrinho - Eminentíssimo Deputado, como ex-professor secundário e universitário, repugna a minha consciência votar contra a criação de uma universidade, em qualquer parte do País, tanto mais na Capital da República. Daí porque dou integral apoio às belas considerações de V. Exa. a favor da criação de uma universidade em Brasília.

O SR. CAMPOS VERGAL - Muitíssimo obrigado a V. Exa. que é, além de duplamente colega meu, um homem de grande visão, que se interessa ativamente pelo ensino, pela educação, dom precioso da mocidade brasileira.

Sr. Presidente, esta universidade é necessária.

Temos de julgar serenamente o que se está passando no País. Há, talvez, dezenas

de milhares de jovens espalhados pelo território nacional que, a esta altura, já estão sofrendo psicologicamente só em pensarem nas bancas examinadoras, postadas como batalhões de fuzilamento às portas das faculdades cujos umbrais essa juventude pressurosa e entusiasta deseja penetrar.

Em média, nas faculdades de medicina, há 1.400 candidatos para apenas 100 vagas! É ou não um erro pedagógico? É ou não um erro de organização universitária? É ou não uma violência contra a juventude que quer e precisa estudar? Contra a mocidade estudiosa do País comete-se uma agressão, em virtude de uma mentalidade retrógrada e perniciosa. Ora, havendo, em média, 1.400 candidatos para ingresso no primeiro ano de uma escola de nível superior com apenas 100 vagas, indago de V. Exas, especialmente dos professores: qual a situação moral, a situação psicológica das famílias cujos filhos estudantes percebem, com antecedência, sua reprovação nos exames vestibulares? Esses jovens entram em exame sob tensão nervosa, e trazem para casa o resultado negativo, depois de anos a fio de estudos, decependo aí também as esperanças de seus pais e vendo inutilizados os esforços econômicos da família.

Sr. Presidente, faço mais uma vez desta tribuna um soleníssimo apelo ao ilustre Ministro da Educação e Cultura no sentido de que envie quanto antes a esta Casa, porque projeto de deputado não anda, mensagem com o fim de ampliar o número de vagas para o nível superior, multiplicando as possibilidades nos exames vestibulares para que sejam acolhidos pelo menos metade dos jovens inscritos.

Srs. Deputados, sabemos do número de candidatos reprovados várias vezes nos

exames vestibulares. Na primeira vez esses moços já entram para os exames, nervosos; da segunda vez mais nervosos estão ainda e, na terceira vez, estão verdadeiramente doentes, psicológica e fisicamente.

Há alguém que prove o contrário disto que estou afirmando? Ninguém poderá dizer o contrário. Esse processo de seleção é criminoso. Esse processo de admissão dos jovens é antiquado e arcaico, não está mais de acordo com a inteligência moderna. Então dirá alguém: devemos então abrir as portas das faculdades a todo o mundo?

Srs. Deputados, entre conservar esse sistema moderno e abrir as portas das faculdades à juventude, acolheremos a segunda sugestão. A seleção deve ser feita durante o *curriculum* do curso superior. Na passagem de uma para outra, nas primeiras séries se atestará a capacidade do aluno, a sua inclinação, o seu gosto pelos estudos. É o processo da seleção natural, da triagem inteligente. Quantos jovens de dezoito e dezenove anos julgam ter inclinação para a medicina, por exemplo, e, depois do ingresso na faculdade, vêem despontar neles a verdadeira inclinação para um outro ramo da ciência!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos dar à medida nosso voto favorável, apelando no sentido de que este projeto tenha rápida tramitação por esta Casa. Gritemos daqui, desse subterrâneo, para que o Governo - no caso vertente o Ministro da Educação e o ilustre Presidente da República - tome-se em consideração a defesa da mocidade estudantil. Como sabemos, 70% da juventude brasileira, em chegando aos 16, 17, 18 e 19 anos, querem trabalhar para

ganhar e para aplicar livremente o produto do seu esforço. Poucos são, relativamente, os que lutam para estudar e conseguir um diploma. E assim mesmo essa organização pedagógica errônea, eivada dos vícios mais condenáveis, em matéria de ensino e de proteção à mocidade, continua dificultando terrivelmente o ingresso da juventude estudiosa nas nossas universidades.

Sr. Presidente, vou encerrar estas considerações com o duplo dever de professor e de deputado. Mas ainda faço um apelo ao Ministro da Educação, no sentido de que S. Exa. controle melhor o Departamento do Livro Nacional, que tem lançado no mercado da cultura brasileira livros antiquados, como disse, com as costas voltadas para o presente e para o futuro, muitas inutilidades, como poderei provar e a qualquer momento. Que o Departamento do Livro Nacional lance livros didáticos profissionais, técnicos, ao alcance da bolsa da juventude pertencente à classe média, pois com grande dificuldade lutam as famílias para manter os estudos dos filhos e, quando se consegue o numerário para comprar os livros técnicos ou profissionais exigidos nas escolas de nível superior, estes não existem ou estão à venda por preços verdadeiramente arrasadores.

Sr. Presidente, não sei se estas minhas considerações serão sepultadas como semi-sepultados estamos nós neste glorioso e magnífico palácio de faraó do Egito, porque nunca Ramsés I ou II tiveram templo tão majestoso quanto este. Volto para meu modesto lugar, apenas seguro de que cumpri meu dever de professor e deputado. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
 Páginas 344 a 356, publicado na 96ª Sessão;
 sessão do dia 21 de outubro de 1960.

Requerimento

Sr. Presidente,

Requeiro preferência para votação de emendas de minha autoria, oferecida ao Projeto nº 1.861-B, de 1960.

Sala das Sessões, 4.11.60 - Raul Pilla.

O SR. PRESIDENTE - Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - Em votação a emenda de plenário.

Substitua-se o artigo 14 e seus parágrafos pelo seguinte:

Artigo 14 - Na organização do seu regime didático, inclusive de currículos de seus cursos, a Universidade de Brasília está adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior.

Parágrafo único - Enquanto não estiver constituída a congregação de cada uma das escolas da Universidade de Brasília, os concursos necessários, de acordo com o inciso VI do artigo 168 da Constituição, para o provimento das cátedras, realizar-se-ão na Universidade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Sr. Raul Pilla, autor da emenda.

O SR. RAUL PILLA (*Para encaminhar a votação.*) - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

a minha posição em face do Projeto nº 1.861 já é conhecida. Sou inteiramente contrário por julgá-lo, entre outros motivos, inoportuno.

Estudando-o, porém, verifiquei haver nele uma importante inconstitucionalidade relativa à composição do corpo docente, que ficaria liberto, a salvo, de exigência constitucional, qual seja, o concurso para provimento das cátedras.

Para obviar esse vício fundamental foi que apresentei emenda ao art. 14. A douta Comissão de Constituição e Justiça reconheceu a procedência da minha arguição e ofereceu uma subemenda que, aceitando o princípio, remetia para as calendas gregas a sua observância. Por isso, requeri preferência para a minha emenda, pois a da douta Comissão de Justiça apenas adia, indefinidamente, a observância de uma exigência constitucional, o concurso para o provimento das cátedras.

Minha emenda foi submetida - em primeiro lugar, à Comissão de Constituição e Justiça, como era forçoso, e, depois, à de Educação e Cultura - o que eu compreendo menos. Essa apresentou, então, uma subemenda que tal nome não merece, pois, enquanto minha emenda é ao artigo 14, a da Comissão de Educação e Cultura é ao artigo 16.

De modo que não sei como ficaríamos nós se aprovada qualquer das emendas, a minha ou a da Comissão de Constituição e Justiça, se prevaleceria ainda a emenda da Comissão de Educação e Cultura, que é ao artigo 16 e não por mim emendado.

Parece-me, pois, que não se pode, reconhecida a inconstitucionalidade por

mim argüida, ter a menor dúvida em aprovar a minha emenda e não a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Aproveito a oportunidade de estar na tribuna para acentuar fato de certa importância e que parece ter passado inteiramente despercebido à própria Comissão de Constituição e Justiça; argüi-se contra a atual legislação de ensino a vitaliciedade da cátedra e uma das grandes vantagens que se atribui ao projeto, a inteira mobilidade das cátedras. Verdadeiramente passa a não haver cátedras. Os professores todos serão contratados pela entidade que constituirá a Universidade de Brasília. Argumenta-se com o seguinte fato: professor vitalício acaba descurando a cátedra. Não sei se esta argumentação é inteiramente procedente ou, por outra, se isto só se verifica em relação aos catedráticos e não com qualquer outro profissional.

O Sr. Tristão da Cunha - Que seja funcionário público.

O SR. RAUL PILLA - A verdade é que não se percebeu bem qual o verdadeiro significado da vitaliciedade para o magistério secundário e superior. Esse ponto é que quero por aqui em plena luz, apenas lendo a Constituição.

Pela Carta Magna há duas espécies de cargos vitalícios: o de magistrado e o de professor catedrático. Quanto à vitaliciedade da magistratura, todos a compreendemos. É preciso garantir independência ao juiz, o que ele não teria se sujeito à demissão por qualquer motivo. Mas a vitaliciedade do professor catedrático no ensino superior e secundário, que justificativa terá? Essa não salta inteiramente aos olhos. Mas a

Constituição a mostra claramente, no seu artigo 168, inciso VI, quando diz:

"Para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade".

O inciso n.º 7 diz o seguinte: "É garantida a liberdade de cátedra".

Aqui está a justificação plena e inteira da vitaliciedade do professor catedrático. Enquanto a vitaliciedade do magistrado tende a garantir-lhe a independência funcional, a vitaliciedade do professor catedrático tende a garantir-lhe a liberdade de professar suas doutrinas, suas idéias, liberdade sem a qual não pode haver verdadeiramente o progresso científico e cultural. Aqui está a justificativa plena da vitaliciedade que a nossa Constituição assegura também aos professores catedráticos.

O Sr. Tristão da Cunha - Desejava dar um aparte a V. Exa. para dizer que precisamos acabar com essa mania de estar criando universidades por toda parte. O Brasil tem o maior número de universidades no mundo e não dispõe de professores para atender a duas. Estamos enchendo o País de universidades, o que nos faz cair no ridículo, no exterior.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa. tem razão. Mas essa multiplicação de universidades é fenômeno mais de natureza eleitoral do que cultural.

O Sr. Tristão da Cunha - Tudo no Brasil é feito em torno de eleições.

O Sr. Celso Brant - Com relação...

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*)
- Atenção! O nobre Deputado Raul Pilla está encaminhando a votação e nesta oportunidade não são permitidos apertes.

O Sr. João Menezes - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. V. Exa, Sr. Deputado, trata realmente de assunto relevante.

A emenda de V. Exa. se refere ao artigo 14 do projeto inicial. O artigo 14 diz: " Na organização de seu regime didático, inclusive no currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação".

V.Exa. emenda para que fique adstrita. A emenda de V. Exa. contou com pareceres, em parte contrários, tanto da Comissão de Constituição e Justiça como da Comissão de Educação e Cultura, cada uma concluindo por uma fórmula diferente. Gostaria que V. Exa. explicasse bem ao Plenário e à Casa as conseqüências de cada uma das soluções apontadas.

O SR. RAUL PILLA - O que há é o seguinte: tanto o artigo 14 como o artigo 16 do projeto incidem na mesma pecha de inconstitucionalidade, mas em relação ao ponto por mim visado o fundamental é o artigo 14, porque trata da organização do regime didático, cita a legislação do ensino, estabelece várias outras regras para o exercício do magistério.

O artigo 16 é de âmbito mais amplo, refere-se não só ao pessoal docente, que compreende, além dos catedráticos, livros docentes, assistentes, etc., mas também, ao

pessoal técnico e administrativo. Por isso, preferi emendar apenas o artigo 14 que trata justamente dos professores catedráticos. A emenda da Comissão de Justiça ao artigo 14 reconhece o princípio, mas reconhecendo-o, adia-o indefinidamente. Quer dizer, não lhe dá eficácia, validade prática, ao passo que, se fosse aprovada a emenda da Comissão de Educação e Cultura ao artigo 16, parece que se chocaria tanto com a minha emenda, como com a subemenda da Comissão de Justiça. Uma coisa parece que exclui a outra, porque, se a subemenda da Comissão de Justiça reconhece a necessidade de concurso para o provimento de cátedra, a emenda da Comissão de Educação e Cultura afasta tal necessidade. Isto, pois, é grave. As duas emendas são incompatíveis. Dada preferência à subemenda da Comissão de Justiça, a emenda da Comissão de Educação e Cultura está evidentemente prejudicada. Esses os esclarecimentos que poderia dar a V.Exa.

Sr. Presidente, já que estou na tribuna, não sei se regimentalmente só para justificar a minha emenda ou se também para encaminhar a votação do projeto, faria, daqui, um apelo aos nobres colegas, principalmente aos Líderes. Deixando de parte o mérito da organização universitária que se propõe, o que seria razoável é que adiássemos esta questão, por vários e substanciais motivos. Em primeiro lugar, pela situação financeira do País, que já justificaria despesas essenciais inadiáveis. Não quero dizer com isso que só se estejam realizando tais despesas. Longe de mim isto, mas o princípio é este. Na atual situação em que se encontra o País, só deveríamos aprovar despesas verdadeiramente essenciais e inadiáveis. A Universidade de Brasília - por mais útil que possa ser - pode esperar

muito bem alguns anos. Esta é uma das razões.

A outra razão, também fundamental, é que não existem em Brasília condições materiais e sociais ainda para que possa funcionar a Universidade. Condições materiais e sociais todos nós testemunhamos, isto é, sentimos os efeitos.

Brasília ainda não é uma cidade, apenas um grande acampamento. Esta é a realidade. Dessa forma, o bom senso, a prudência, a noção de responsabilidade da Câmara indicaria que adiássemos o estudo dessa matéria. Não sei qual seria a maneira prática desse adiamento. Talvez, se não houvesse outro meio, devêssemos rejeitar o projeto, que seria retomado mais tarde. Não insisto na inconveniência do projeto, em si mesmo. A Comissão de Educação e Cultura acentua muito a conveniência de se realizar em matéria de ensino. Não contesto. O que seria natural, porém, é que adiássemos essa nova experiência para mais tarde.

Este o apelo que faço à Casa: rejeitemos o projeto ou adiemos a sua votação, se isto for regimentalmente possível. Mas não nos apressemos na sua aprovação.

O Sr. João Menezes - V. Exa. é contra a criação da Universidade ?

O SR. RAUL PILLA - Por ora sim, porque não vejo necessidade ainda de universidade em Brasília. Ao redor de Brasília há várias universidades. Em segundo lugar, ainda que reconhecesse a necessidade, Brasília ainda não tem condições para universidade. Parece que estamos convencidos de que uma

universidade se cria apenas com uma lei que distribua cargos, cátedras. Uma universidade é algo muito diferente. Exige um ambiente cultural e social adequado, além do ambiente material. Se funcionários que têm de vir para Brasília ficam no Rio porque não há acomodações para eles, como vamos criar uma universidade, que prevê a existência, em Brasília, de numerosos professores, além de numerosos alunos? É simplesmente um absurdo - perdoem-me os colegas a expressão.

O que se impõe, sem com isto prejudicar o mérito da iniciativa, é adia-la por alguns anos. É o que proponho à prudência da Casa.

Tenho dito. (*Muito bem, muito bem*).

O Sr. Lauro Cruz (Para encaminhar a votação.) - Sr. Presidente, ouvi, com o respeito e acatamento que merecem de toda a Casa as considerações feitas da tribuna pelo nobre Deputado Raul Pilla, e desejo, em torno delas, ponderar o seguinte:

A nova Capital deverá ter em qualquer tempo a sua universidade, sem dúvida alguma, porque ela, além de atender às exigências de ordem cultural daqueles que aqui vêm residir, fornecerá também ao Poder Público assessoria técnico-científica de que ele carece na elaboração das leis e no determinar medidas para solução de problemas sociais.

Começarei minha ponderação ao discurso do Deputado Raul Pilla dizendo que o próprio projeto já adia em grande parte a instalação da Universidade. Por quê? Porque, promulgada a lei, ela não será instalada imediatamente. As construções

necessárias à universidade vão processar-se dentro de um período que não é curto. Em 1964, por conseguinte já com adiamento de três anos em relação à época presente, serão admitidos os alunos do primeiro ano.

O Sr. Celso Brant - Quatro anos: 1965.

O SR. LAURO CRUZ - Sim, quatro anos: 1965. Então, vemos que já aí há um adiantamento e quando tiverem completado o curso estaremos em 1970 ou 1971. Por conseguinte, o projeto já prevê um adiamento natural. Querer ir além desse período não me parece razoável. Está previsto o tempo necessário para as construções adequadas que faz adiar a instalação.

Em segundo lugar, trata-se de nova experiência. A Universidade não será organizada nos moldes das em funcionamento no País, ou seja, de um conjunto de escolas profissionais de nível superior. Ela será integrada por institutos centrais, mencionados no projeto, nos quais os alunos farão os dois primeiros anos de estudos superiores para só depois escolherem as escolas profissionais a que se destinem. Assim, poderão escolher com mais maturidade. Depois de dois anos de formação superior, o aluno resolverá se quer ser engenheiro, médico, pesquisador ou cientista. Atualmente, esta escolha tem de ser feita ao ingressar no primeiro ano.

Finalmente, devo referir-me - o tempo é curto no encaminhamento de votação - à questão do provimento de cátedras. O projeto não estabelece sejam providas por simples nomeação, em carácter vitalício. Os professores são contratados, terão os direitos regulados pelas leis trabalhistas, porque se

trata de uma fundação, que não é uma entidade pública. Não será fácil, no começo, encontrarmos candidatos que queiram deixar as cátedras que exercem para concorrer à cadeira em Brasília. Não teríamos então uma elite, que agora poderemos realmente encaminhar para Brasília sob essa forma de contratos. É o que o projeto prevê. É muito possível, nas condições do projeto, fazer-se a escolha dos maiores valores nacionais que se disponham durante certo período, alguns anos, sem prejuízo dos direitos que tem nas cátedras que lecionam, vir para Brasília. Esse grupo então prestaria serviços durante certo tempo, formando a geração dos que o devem substituir.

Além disso, prevê-se que o poder público encaminhará ao estrangeiro, para especialização, profissionais que assim o desejam e que, posteriormente, se apresentarão com aquele preparo capaz de concorrer a uma cátedra. Há toda vantagem em que inicialmente não se abram concursos, para que possamos trazer para cá elementos de valor de várias escolas do País, e deixemos esses concursos para realização posterior, quando então as condições de Brasília sejam mais atraentes, haja mais condições humanas e elementos de valor se disponham a vir disputar uma cátedra e residir aqui definitivamente.

O projeto prevê, assim, esta fase em que os professores serão contratados. Não quero discutir neste momento os muitos inconvenientes que já se apontam em todo o País no ensino provido por professores catedráticos vitalícios. Há queixas gerais de que oportunamente medidas de ordem legislativas deverão ser tomadas para afastar dificuldades que estão ocorrendo no

momento com o provimento das cátedras em caráter vitalício.

Sr. Presidente, a Comissão de Educação deu, como se pode verificar do parecer do relator, toda a atenção à emenda do nobre Deputado Raul Pilla e, através de subemenda, tomou as cautelas indispensáveis para que, mesmo nesta fase em que as cadeiras são providas por contrato, haja o melhor resultado, precisamente porque poderemos trazer para a Universidade de Brasília elementos dos mais categorizados do País que aceitem um contrato por período curto, em caráter transitório, mas não deixariam as posições que ocupam nas suas escolas para vir disputar uma cadeira na nova Universidade.

Atendemos ao apelo do nobre Deputado Raul Pilla quanto ao adiantamento, informando que a Universidade não será instalada com todas as suas escolas imediatamente, mas pouco a pouco. Por volta de 1970 ou 1971 é que realmente todos os cursos estarão funcionando, com todas as séries. De modo que há já um adiamento natural que o projeto prevê. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. CELSO BRANT (*Para encaminhar a votação*) - Sr. Presidente, a Universidade de Brasília só terá razão de existir se aproveitar a experiência do ensino superior no Brasil.

E é exatamente como plano piloto que o projeto enviado pelo Executivo pretende que essa Universidade possa escoimar-se dos erros e desacertos que até aqui têm marcado a nossa vida universitária.

Que Brasília precisa de uma universidade é evidente, tão evidente quanto

o Brasil também precisará de mais universidades. Até aqui temos escolas unidas, uma conjunção de cursos, mas ainda não possuímos o verdadeiro espírito universitário, e esse espírito universitário só poderá ser alcançado através da modificação da estrutura do ensino superior. Que essa modificação se faz necessária e urgente, parece-me fato já aceito pela grande maioria de todos os que se interessam pelo ensino em nosso País. Portanto, acredito ser profundamente razoável que esse projeto dê àqueles que vão dirigir a Universidade de Brasília, que vão estruturá-la, que vão lhe dar alma, a possibilidade de caminhar num terreno mais tranqüilo e desimpedido.

O nobre Deputado Raul Pilla chama a atenção da Câmara para o que lhe parece uma inconstitucionalidade, qual seja, a admissão de professores sem concurso. Não há inconstitucionalidade. Haveria se as admissões fossem em caráter efetivo e definitivo. O que procuramos é dar à Universidade de Brasília a possibilidade de realizar aquilo que fazem as grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos, onde os professores não são, como acontece no Brasil, admitidos em caráter definitivo. São contratados, oferecem o seu trabalho e continuam nas universidades enquanto bem servem.

No Brasil, o catedrático é um inimigo nato do ensino. Uma vez conquistada a cátedra, não se preocupa mais em atualizar seus conhecimentos, nem em comparecer às aulas.

De maneira, Sr. Presidente, que acho profundamente justa a idéia que presidiu a elaboração do projeto criando a Universidade de Brasília. O fato de não estar

ela subordinada a todos os ditames referentes à organização do ensino superior do Brasil parece-me a idéia mais feliz, já que o catedrático é o grande inimigo do ensino superior em nossa Pátria. E, já que a organização desse conjunto de escolas a que damos o nome de Universidade não tem ainda uma unidade, uma concatenação, parece-me que a primeira oportunidade que temos de criar uma verdadeira Universidade no Brasil é a que se nos apresenta em Brasília.

Sou, pois, Sr. Presidente, a favor da Universidade de Brasília, porque Brasília, evidentemente, precisa ter uma universidade, que será elaborada num prazo de quatro anos, quando iniciará as suas atividades docentes, e poderá, através das atribuições que lhe confere essa lei, ser uma casa autêntica de ensino e de educação, um monumento alto da nossa capacidade educacional.

Em síntese, estou de acordo com o projeto no seu texto inicial do Executivo, ou, se assim preferir a Casa, através da adoção da subemenda da Comissão de Educação e Cultura que, tendo em vista as judiciosas considerações do nobre Deputado Raul Pilla, traz uma nova fórmula para resolvermos o seriíssimo problema que é o do catedrático no País.

A autonomia das universidades alemãs caracterizou-se, segundo os que melhor trataram do assunto, pelo sentido de inteira liberdade dada ao catedrático. Ali, o catedrático, mesmo nas fases de regime forte, sempre teve oportunidade de fazer da cátedra um instrumento de renovação de idéias. No Brasil, infelizmente, isto não ocorre, porque os catedráticos, não

comparecendo às aulas, não estão, evidentemente, em condições de trazer idéias novas, de se utilizarem das prerrogativas constitucionais, no sentido construtivo: utilizam-nas, sim, em benefício próprio, para não dar aulas, para terem segurança, para a aquisição daqueles meios que lhes garantem a subsistência.

Terminando, Sr. Presidente, devo dizer à Casa que, se votarmos o projeto inicial do Executivo, adotando para o artigo 14 a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, estaremos votando bem, dando oportunidade a Brasília de ser um grande centro educacional como, temos certeza, em futuro breve há de ser. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. CAMPOS VERGAL (*Para encaminhar a votação.*) - Sr. Presidente, este é um assunto que deve interessar profundamente ao Congresso Nacional. Não apenas médicos e professores precisam tomar conhecimento do caso, mas também todos aqueles que se interessam pela educação e cultura de nível superior em nosso País.

Quando este projeto, um ano atrás, circulou pela Casa, tive a boa oportunidade de defendê-lo serena e conscienciosamente. Agora, repito minha posição, defendendo-o e achando-o oportuno e aconselhável. Claro está que a Universidade não irá funcionar dentro de dois ou três anos; levará, pelo menos, quatro anos, visto que há sérios embaraços, especialmente a apresentação para os futuros estudantes de um prédio moderno, adequado, que atenda à evolução da ciência, da pedagogia em geral.

Relativamente ao caso de concurso, para professores poderem exercer livremente o

seu magistério, não é aconselhável. O concurso é uma burla permanente, é um perigo suspenso sobre a cabeça dos alunos. Um professor, em geral, vencedor num concurso, relaxa, não comparece às aulas, não dá mais aulas, porque se encontra garantido *ad ceternum* em sua cadeira. Então vem o suplente, o auxiliar, e as aulas assim perdem sua eficiência. O catedrático, o professor titulado em concurso, ausenta-se, afasta-se e vai cuidar de seus interesses maiores nas grandes capitais onde residem. É indispensável, para moralidade do ensino, para o bom aproveitamento da técnica pedagógica, para o interesse da cultura no País, que os professores sejam contratados, no País ou no estrangeiro, não importa. O professor contratado cumpre rigorosamente o seu dever. Sabemos disso. Quando era Governador de São Paulo o ilustre e saudoso Armando Sales de Oliveira, S. Exa. contratou eméritos professores para a Universidade de São Paulo, especialmente para a Faculdade de Filosofia. Vieram professores da França e da Itália marcadamente, e o resultado para o ensino foi altamente compensador.

Sr. Presidente, repito: o concurso é uma farsa, é uma porta aberta para o desinteresse, para a malandragem, para a péssima aplicação dos recursos públicos, porque, segundo observamos, lentes catedráticos não comparecem, não dão aulas, ficando o ensino a cargo dos seus substitutos.

Além disso, Sr. Presidente, quatro anos pelo menos terão que transcorrer para que a futura e brilhante Universidade de Brasília inicie sua alta destinação entre a mocidade. É indispensável, porém, que essa mocidade

tenha livros em que estudar, pois essa mocidade estudiosa do Brasil não tem livros; os poucos existentes são caríssimos; os de ordem técnica são proibitivos. Os alunos estão, pois, na impossibilidade de fazer um curso razoável, já não digo brilhante, que os coloque à altura da universidade que frequentam. Além disso, é preciso também que o poder público, no caso vertente o Governo, através do Ministério da Educação, facilite o ingresso dos estudantes nas faculdades. O sistema atual é ditatorial, é doentio, é de uma mentalidade retrógrada. Para cem vagas de uma faculdade, *verbi gratia*, a de medicina, em geral, apresentam-se mil a mil e cem candidatos. Então há verdadeira eliminação violenta. Podemos até aplicar, *mutatis mutandi*, *El Paredón*. Os rapazes são levados ao paredão, e ficam todos doentes, com o sistema nervoso abalado. Esses jovens de 19, 20 e 21 anos, ao se apresentarem, já sabem que vão ser fuzilados pelo pelotão que se chama banca examinadora. É um crime que se pratica contra a mocidade estudiosa de nosso País. O sistema atual é de funil emborcado; uma porta estreitíssima para entrar, e depois facilita-se.

Sr. Presidente, a triagem dos estudantes dos cursos superiores deve fazer-se durante o curso, e não no vestibular. Acho mesmo que todos os estudantes, terminado o 2º ciclo, devam entrar diretamente para as faculdades, sem embargo, sem preâmbulos exigentes. Depois, durante o curso, os professores, os catedráticos iriam fazendo a triagem, a seleção, estudando a vocação, a inclinação de cada aluno. Fora disso, como se está fazendo, é tolice, é medida draconiana, é ditadura mento-científico-intelectual, é violência inadmissível contra os estudantes.

Ficam aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, minhas sugestões, sugestões de um brasileiro que lecionou durante vinte e seis anos e conhece de perto a situação dos jovens que desejam diplomar-se nas escolas superiores de nossa Pátria. (*Muito bem*).

O SR. LAURO CRUZ - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LAURO CRUZ (*Para encaminhar a votação.*) - Sr. Presidente, há emenda de plenário do nobre Deputado Raul Pilla e há emenda da Comissão de Educação e Cultura, da Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças. O Plenário terá de votar pela preferência que concedeu à emenda do Deputado Raul Pilla. Sendo essa aprovada, evidentemente estão prejudicadas aquelas outras. Se for rejeitada, requereria a V Exa. que, para a votação das outras emendas, observasse a seguinte ordem. Primeiro, votação da emenda da Comissão de Educação e Cultura; segundo, da Comissão de Finanças, e, finalmente, da Comissão de Justiça.

Explico. A da Comissão de Educação tem mesmo preferência, porque se refere à matéria de sua competência, de sua atribuição, matéria educacional; a da Comissão de Finanças tem preferência sobre a da Comissão de Justiça, porque versa matéria Financeira. Aprovadas as emendas da Comissão de Educação, ficarão prejudicadas algumas da Comissão de Justiça. Mas ainda há emenda da Comissão de Justiça que deve ser votada. De maneira que, votando a da Comissão de Justiça em terceiro lugar, se terá observado a ordem de preferência regimental e a conveniência.

Em síntese, sugiro a seguinte ordem de votação, mesmo por preferência regimental, uma vez votada a emenda de Plenário: primeiro, as da Comissão de Educação; depois, as da de Finanças; e, finalmente, as da de Justiça.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) - O nobre Deputado Lauro Cruz sugere que a votação das emendas de Comissões seja feita estabelecendo-se um critério prioritário por assemelhação da votação de pareceres das Comissões e face às atribuições dessas Comissões. Mas, sem embargo de reconhecer uma conveniência de método na proposta do nobre Deputado Lauro Cruz, a Mesa verificou que as emendas de Comissões não colidem.

O SR. LAURO CRUZ - Algumas colidem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) - As emendas das Comissões de Justiça e de Finanças não colidem e existe já uma subemenda destacada, que é a que pode causar, pelo princípio da prejudicialidade, a invalidação da subemenda da Comissão de Justiça, desde que venha a ser aprovada a emenda de Plenário do nobre Deputado Raul Pilla. Também assim quanto à emenda da Comissão de Educação.

Assim, tendo o Plenário deferido preferência para votar a emenda de autoria do Deputado Raul Pilla, sendo esta aprovada, haveria prejuízo para a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça e para a emenda da Comissão de Educação e Cultura.

O SR. LAURO CRUZ - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) - Deste modo, parece-me, nada mais resta que disciplinar a matéria, desde que este é o único conflito que pode existir nas proposições. Por isso mesmo, já houve, quanto a uma, a preferência e quanto a outra, o destaque.

O SR. LAURO CRUZ - Após a votação no Plenário da emenda do nobre Deputado Raul Pilla, pediria a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) - Perfeito. V. Exa. poderá sugerir o encaminhamento.

O SR. LAURO CRUZ - Muito obrigado a V.Exa.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (*Para encaminhar a votação.*) - Sr. Presidente, quer-me parecer que há discordância mais ou menos profunda entre o projeto que cria a Universidade de Brasília e o que o Congresso Nacional está votando - o da Lei de Diretrizes e Bases. Parece não haver entrosamento completo entre o projeto por nós votado e remetido ao Senado e o que cria a Universidade de Brasília. Os órgãos técnicos, porém, já falaram de modo que não posso fazer restrições.

Sr. Presidente, dentro da atual estrutura da Universidade de Brasília, a formação dos institutos tem dado resultados notáveis com a atual organização do ensino no Brasil.

Todas as universidades - a começar pela do Paraná - possuem institutos que funcionam englobando disciplinas de várias faculdades até.

Não é, porém, sobre este assunto que, ao encaminhar a votação do projeto, quero falar. O que me traz à tribuna, propriamente, é não deixar passar assim em branca nuvem, com a minha concordância implícita, tantas restrições, tantos baldões que aqui se atiraram contra os professores catedráticos, tidos e havidos, nesta votação, como os verdadeiros inimigos, inimigos essenciais do ensino universitário no Brasil. É contra isto que desejo protestar, não apenas por ser professor universitário, catedrático, com todas as garantias da lei, inclusive a vitaliciedade. Sr. Presidente, não costumo trazer para esta tribuna casos pessoais. Mas reconheço na minha Universidade, a do Paraná, e na minha Faculdade, a de Filosofia, catedráticos que se dedicam inteiramente ao ensino da sua disciplina. Muitos, homens de recursos, consagram sua vida exclusivamente à pesquisa e ao ensino da sua cátedra. É forçoso reconhecer que existem catedráticos relapsos, como há desleixados em todas as profissões, em todas as atividades humanas, mas é preciso convir, em todas as universidades brasileiras existem catedráticos que, apesar de vitalícios, são professores. Seria uma injustiça inominável que, na votação do projeto que cria a Universidade de Brasília, esses professores, que honram as universidades nacionais, e honrariam as universidades de qualquer grande País (*muito bem*) saíssem daqui diminuídos, como os grandes inimigos do ensino universitário.

No ensino universitário do Brasil, houve, nas últimas duas décadas, verdadeira e benéfica revolução. Existe, na atual estrutura, possibilidade de contratar professores não apenas nacionais como estrangeiros, que têm contribuído com sua

experiência, e seu saber, para consolidar a instituição universitária brasileira.

Não é possível atirar assim, indiscriminadamente, contra o professor catedrático, a pecha de ser aquele que compromete a inteireza do instituto universitário no Brasil.

Eram estas as considerações que tinha a fazer, ao encaminhar a votação do projeto da Universidade de Brasília. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE - Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

Requeiro prorrogação da sessão, por 15 minutos, para falar em explicação pessoal.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1961.
Benjamim Farah.

O SR. PRESIDENTE - Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa*).
Aprovado.

Vou submeter a votos a emenda de Plenário, de autoria do Senhor Raul Pilla.

O SR. PRESIDENTE - Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Rejeitada.

O SR. TRISTÃO DA CUNHA - Como líder, requer verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE - Está concedida.

Vai-se proceder à verificação.

Procedendo-se à verificação por bancada, reconhece-se terem votado a favor 37 Srs. Deputados e contra 81, total 118, com o Presidente 119.

O SR. PRESIDENTE - Não há número. Dado o adiantado da hora, deixo de proceder à chamada nominal.

Comunico ao Plenário que haverá sessão noturna extraordinária, às 21:30 horas, com matéria a ser anunciada no fim desta sessão.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção I, páginas 6239 a 6243, de 27 de Agosto de 1961.

O SR. PRESIDENTE - Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

Requerimento

Senhor Presidente:

Peço a V. Exa. seja concedida preferência para discussão e votação ao Projeto nº 1.861-C, de 1960, colocado no nº40 da Ordem do Dia.

Brasília, 26 de agosto de 1961. *Josué de Castro.*

O SR. RAUL PILLA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RAUL PILLA (*Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador*) - Sr.

Presidente, a mim parece que não se justifica essa preferência. Trata-se de projeto de grande repercussão que trará, além dos outros aspectos que apresenta, uma despesa considerável. E a idéia, concedendo que seja útil, louvável, nada perderá em que amadureça um pouco mais, pois principalmente nesta situação indecisa em que nos encontramos quanto ao próprio aparelho governamental, não seria aconselhável que tratássemos de projeto dessa natureza.

Creio que o adiamento se impõe, Sr. Presidente. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. JOSUÉ DE CASTRO (*Para encaminhar a votação - Sem revisão do orador*) - Sr. Presidente, data vênua da argumentação apresentada pelo nobre Deputado Raul Pilla, creio que o País não pode parar, principalmente este Parlamento de legislar, pelo fato de que haja sobressalto ou crise no País. A maneira mais eficiente de que este Parlamento se afirme é que continue a trabalhar e vote, discuta, examine os problemas ou projetos. Como reconhece o nobre Deputado Pilla, o projeto é da mais alta importância, tanto que foi discutido e aprovado em primeira discussão. Cuida ele de equipar a Capital, até hoje desguarnecida da sua função cultural, de uma universidade. Ademais, é a primeira universidade de estrutura autenticamente universitária, pela qual se procura dar outro nível ao problema da pesquisa no Brasil, em moldes consentâneos com as aspirações de um País que se quer desenvolver e só pode promover esse desenvolvimento dentro de bases sólidas de conhecimento da sua realidade. Daí a importância, daí a pertinência e daí a urgência da aprovação deste projeto. Pedi preferência porque ele

vem dormindo nessa segunda discussão, e já poderia ter finalizado seu ciclo, nesta Câmara, na primeira discussão, quando aprovado.

Assim, justificado o pedido de preferência, peço aos meus ilustres pares que a concedam, para que possamos discutir o assunto da mais alta importância para este Parlamento e para o Brasil. (*Muito bem*).

SR. AURÉLIO VIANNA - Sr. Presidente, gostaria de retirar esse pedido de adiamento, pois não tem mais razão de ser.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães, 1º Vice) - A Mesa já explicou que a votação do requerimento de preferência anula o requerimento de adiamento.

SR. ADAUTO CARDOSO - Sr. Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE - (Sérgio Magalhães, 1º Vice) - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. ADAUTO CARDOSO (*Para encaminhar a votação, sem revisão do orador*) - Sr. Presidente, por mais respeitáveis que tenham parecido as razões do eminente Deputado Josué de Castro, a verdade é que nos encontramos em situação totalmente anormal para considerar as tarefas de elaboração legislativa. A Câmara está reunida num dia que só podemos taxar de extraordinário, sábado, e provavelmente se reunir também no domingo. É aconselhável que o faça. Basta, porém, examinar as bancadas para ver que se acham ausentes da Casa os elementos representativos da Maioria.

O Sr. Lino Braun - Do Plenário, não da Casa. Estão na Câmara.

O SR. ADAUTO CARDOSO - Seja como for, Sr. Presidente, anuncio a V. Exa. o meu propósito de requerer verificação na qualidade de Líder de Bloco. (*Muito bem*).

O SR. ARRUDA CÂMARA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães) - Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. ARRUDA CÂMARA (*Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador*) - Sr. Presidente, o fato de haver agitações políticas e acontecimentos de alta relevância não importa em que paralizemos nossos trabalhos. Esse projeto, de altíssima finalidade no setor da formação da cultura e da supercultura, porque essa Universidade de Brasília se destina à formação de valores convergentes das outras universidades especializadas e com destino a preparar as futuras elites dirigentes do País.

Quero acreditar e espero em Deus, no Senhor Jesus Cristo, que preside a nossa Casa, que o regime será mantido, que o Congresso será respeitado, que as instituições se manterão estáveis. Assim, não há porquê, em face de sombras que toldam o nosso céu, se paralize a marcha de iniciativas desse estofado, de tanta repercussão nacional, e, como acentuou o Deputado Josué de Castro, já transitaram por esse plenário, em primeira discussão. De modo que eu voto a favor da iniciativa. Sou pela sua aprovação o quanto antes. Se, por desgraça, houvesse um terremoto no setor

das Instituições, esse terremoto não haveria de atingir as idéias, nem as grandes iniciativas. Nem os empreendimentos que não de redundar no progresso, na grandeza e na cultura e supercultura do Brasil. Não vejo, pois, motivos para o adiamento da votação e concito os meus nobres pares a aprovarem o projeto que se acha pendente de decisão da Casa. (*Muito bem. Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE - Os Srs. que aprovam a preferência queiram ficar como estão (*Pausa*).

Aprovada.

O SR. ADAUTO CARDOSO (*Como líder*) - Requer a verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE - Está concedida.

Vai-se proceder à verificação.

Procedendo-se à verificação por bancadas, reconhece-se terem votado a favor 115 Srs. Deputados e contra 29; total 144, com o Presidente 145.

O SR. PRESIDENTE - Não há número. Vai-se proceder à chamada e à conseqüente votação nominal.

3º Secretário. Proceda à chamada; a favor responderão *Sim* e os que votarem contra responderão *Não*.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (3º Secretário, *procede à chamada nominal*).

SR. PRESIDENTE - Respondem a chamada nominal e votam 198 Srs. Deputados, sendo 161 Sim e 37 Não.

Está aprovada a preferência.

Votaram Sim os Srs. Deputados

Amazonas:

Arthur Virgílio - PTB.
Pereira da Silva - PSD.
Wilson Calmon - PSP.

Pará

Armando Carneiro - PSD.
Armando Correa - PSD.
Epílogo de Campos -UDN.
Ferro Costa - UDN.
Océlio de Medeiros - PSD.
Sívio Braga - PSP.

Maranhão

Clodomir Millet - PSP.
Eurico Ribeiro - PSD.
Henrique La Roque - PSP.
Líster Caldas - PSD.
Neiva Moreira - PSP.
Renato Archer - PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas - PTB.
Laurentino Pereira - PSD.
Lustosa Sobrinho - UDN.
Milton Brandão - PSP.

Ceará:

Dager Serra - PSD.
Adail Barreto - UDN.
Adolfo Gentil - PSD.
Álvaro Lins - PSP.
Coelho Mascarenhas-PSD.
Esmerino Arruda - PSP.
Euclides Pessoa-PSD.
Expedito Machado - PSD.
Furtado Leite - UDN.
Martins Rodrigues - PSD.
Oziris Pontes - PTB.

Rio Grande do Norte:

Xavier Bernardo - PSD.
Clóvis Motta - PTB.

Paraíba:

Ernani Sátiro - UDN.
Jacob Frantz - PTB.
Janduí Carneiro - PSD.
Luiz Bronzeado - UDN.
Plínio Lemos - PL.
Raul de Goes - PSP.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho - PSD.
Aderbal Jurema - PSD.
Andrade Lima filho - PSD.
Arruda Câmara - PDC.
Barbosa L. Sobrinho-PSB.
Bezerra Leite - PTB.
Clélio Lemos - PSD.
Gileno De Carli - PSD.
Josué de Castro - PTB.
Lamartine Távora - PTB.
Milvernes Lima -PSD.
Nilo Coelho - PSD.
Petronilo Santacruz - PSD.

Alagoas:

Abraão Moura - PSP.
Aurélio Vianna - PSB.
Medeiros Neto - PSD.

Sergipe:

Arnaldo Garcez - PSD.
Leite Neto - PSD.
Passos Porto - UDN.

Bahia:

Alves de Macedo - UDN.
A. C. Magalhães-UDN.
Edgard Pereira - PSD.
Hélio Ramos - PR.
Hermógenes Pinto - PSD.

Hildebrando de Goes-PSD.
 Manoel Novaes - PR.
 Oliveira Brito - PSD.
 Regis Pacheco - PSD.
 Rubem Nogueira - PSD.
 Waldir Pires - PSD.

Espírito Santo:

Álvaro Castelo - PSD.
 Dirceu Cardoso - PSD.
 Lourival de Almeida-PSD.
 Osvaldo Zanello - PRP.
 Rubens Rangel - PTB.

Rio de Janeiro:

Afonso Celso - PSD.
 Augusto Gregório-PTB.
 Bocayuva Cunha - PTB.
 Jonas Bahiense - PTB.
 Moacir Azevedo - PSD.
 Paiva Muniz - PTB.
 Pereira Nunes - PSD.
 Saturnino Braga - PSD.

Guanabara:

Benjamim Farah - PSP.
 Breno da Silveira - PSB.
 Hamilton Nogueira- UDN.
 Lycio Hauer - PTB.
 Nelson Carneiro - PSD.
 Rubens Berardo - PTB.
 Valdir Simões - PTB.

Minas Gerais:

Afrânio Rodrigues - PSL.
 Badaró Júnior - PSD.
 Bento Gonçalves - PR.
 Bias Fortes - PSD.
 Carlos do Lago - PSD.
 Carlos Murilo - PSD.
 Celso Brant - PR.
 Celso Murta - PSD.

Esteves Rodrigues - PR.
 Gabriel Gonçalves - PTB.
 G. Oliveira-PSD.
 Gustavo Capanema - PSD.
 José Alquimin - PSD.
 José Raimundo - PTB.
 Manoel Almeida - PSD.
 Mário Palmério - PTB.
 Maurício de Andrade-PSD
 Milton Reis - PTB.
 Ovídio de Abreu - PSD.
 Osanan Coelho - PSD.
 Padre Vidigal - PSD.
 Souza Carmo - PR.
 Último de Carvalho - PSD.
 Uriel Alvim - PSD.
 Padre Nobre - PTB.
 Abel Rafael - PRP

São Paulo:

Arnaldo Cerdeira - PSP.
 Campos Vergal - PSD.
 Euzébio Rocha - PDC.
 Ferreira Martins - PSP.
 Gualberto Moreira - PTN.
 Hary Normaton - PTN.
 Ivete Vargas - PTB.
 José Menck - PDC.
 Lauro Cruz - UDN.
 Mário Beni - PSP.
 Menotti Del Pichia - PTB.
 Miguel Leuzzi - PSD.
 Nelson Omegna - PTB.
 Nicolau Tuma - UDN.
 Olavo Fontoura - PSD.
 Paulo Lauro - PSP.
 Salvador Losaco - PTB.
 Yukshigue Tamura - PSD.

Goiás:

Anísio Rocha - PSD.
 Armando Storni - PSD.
 Benedito Vaz - PSD.

Dario Cardoso - PTB.
Emival Caiado - UDN.
Wagner Estelita - PSD.

Mato Grosso:
Correia da Costa - UDN.
Mendes Canale - PSD.
Mendes Gonçalves - PSD.
Rachid Mamede - PSD.

Paraná:
Antônio Baby - PTB.
Jorge de Lima - PTB.
Maia Neto - PTB.
Plínio Salgado - PRP.

Santa Catarina:
Antônio Carlos - UDN.
Joaquim Ramos - PSD.
Lenoir Vargas - PSD.
Osmar Cunha - PSD.
Rio Grande do Sul:
Cesar Prieto - PTB.
Croacy de Oliveira - PTB.
Floríceno Paixão - PTB.
Hermes de Souza - PSD.
Joaquim Duval - PSD.
Lino Braun - PTB.
Nestor Jost - PSD.
Raymundo Chaves - PSD.
Temperani Pereira - PTB.
Unírio Machado - PTB.
Victor Issler - PTB.
Willy Frohlich - PSD.

Acre:
José Guimard - PSD.

Rio Branco:
Nova da Costa - PSD.

Votaram NÃO os Srs. Deputados:

Pará:
Epilogo de Campos - UDN.

Piauí:
Heitor Cavalcanti - UDN.

Ceará:
Edilson M. Távora - UDN.
Leão Sampaio - UDN.

Rio Grande do Norte:
Djalma Marinho - UDN.
João Frederico - UDN.

Pernambuco:
Alde Sampaio - UDN.
Geraldo Guedes - PL.

Alagoas:
Aurélio Vianna - PSL.
Carlos Gomes - UDN.
José Maria - PTN.

Sergipe:
Lourival Baptista - UDN.
Seixas Dória - UDN.

Bahia:
Antônio Fraga - PR.
Edvaldo Flores - UDN.
Fernando Santana - PTB.
João Mendes - UDN.

Espírito Santo:
Bagueira Leal - UDN.
Rio de Janeiro:
Aarão Steinbruk - PTB.
Mário Guimarães - UDN.

Guanabara:
Adaudo Cardoso - UDN.
Agnaldo Costa - UDN.
Maurício Joppert - UDN.

Minas Gerais:

Feliciano Pena - PR.
Gabriel Gonçalves - PTB.
Gabriel Passos - UDN.
Geraldo Freire - UDN.
G. Machado - UDN.
José Humberto - UDN.
Leopoldo Maciel - UDN.
Pedro Aleixo - UDN.
Tristão da Cunha - PR.

São Paulo:

Antônio Feliciano - PSD.
Pereira Lopes - UDN.

Mato Grosso:

Fernando Ribeiro - UDN.
Othon Mader - UDN.

Santa Catarina:

Carneiro Lovole - UDN.

Rio Grande do Sul:

Daniel Dipp - PTB.
Daniel Faraco - PSD.
Raul Pilla - PL.

Segunda discussão do Projeto número 1.861-C, de 1960, que autoriza a instituição da Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Sessão do dia 26.8.1961.

O SR. RAUL PILLA - Senhor Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RAUL PILLA (*Sem revisão do orador*) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a preferência que acaba de ser

concedida demonstra a maneira como se discutem e se resolvem os assuntos nesta Casa. Aqui me encontro para discutir um projeto. Entretanto, só neste momento, que recebo o avulso. A proposição era o número 40 da Ordem do Dia e passou para o número 2 ou 3. Tinha eu numerosos elementos de demonstração, que não trouxe, porque não esperava, absolutamente, que se discutisse hoje a proposição. Estou, na tribuna, apenas para que não se diga que, havendo proposto uma segunda discussão, dela me alheei completamente.

Mas, Sr. Presidente, se há projeto que, no momento, pelo menos, não se justifique, é o da criação da Universidade de Brasília. Tal providência se atende a certos pontos de vista, para não dizer, a certos interesses pessoais.

Não faz muito, discuti esta Casa e aprovou, depois de árduo e longo trabalho, a reforma de nossa legislação de ensino. Ainda não tínhamos concluído essa tarefa e já estávamos derrogando, abrindo exceções a essa lei fundamental com a criação da Universidade de Brasília, que sai inteiramente dos moldes estabelecidos pela lei de ensino. É evidente que isto só poderia suceder em caso de grande relevância, necessidade, e por motivo de ordem verdadeiramente excepcional, o que absolutamente não ocorre. Muito pelo contrário, o que não há são as mais elementares condições para o funcionamento de uma universidade em Brasília. Aliás, não há necessidade de uma universidade em Brasília, mas sim de escolas primárias, de escolas secundárias, de escolas preparatórias de formação da cultura. Nesta cidade, onde a própria vida corrente é difícil, onde não há recurso de espécie alguma, querer instalar

uma universidade do dia para a noite não é razoável. Se estivéssemos numa vasta região afastada de outros centros universitários, talvez se pudesse admitir, mas não é o que se verifica. Temos várias universidades, entre elas uma que já podemos considerar famosa, a Universidade de Belo Horizonte, a algumas dezenas de léguas.

Não havendo necessidade dessa Universidade, poderíamos, entretanto, admitir que ela se criasse, se andássemos folgados, se houvesse sobra de recursos, mas a situação em que se encontra o País é de grave crise econômica, financeira, monetária. Não podemos realizar empreendimentos nestas condições, digamos, de natureza suntuária, porque dotar Brasília de uma universidade é, na verdade, falta de senso, desculpem os Colegas a dureza da expressão.

O Sr. Breno da Silveira - Nobre Deputado Raul Pilla, sinto divergir de V. Exa., mas falo em nome de milhares de funcionários e talvez de algumas dezenas de Deputados que para aqui vieram e tinham seus filhos em Universidades no Estado da Guanabara e em outros locais, principalmente daqueles que residem na antiga Capital da República e que para aqui se transferiram com suas famílias. É triste a realidade de não termos ensino superior em Brasília e sermos obrigados, nós, pais - e agora já não falo só como Deputado, mas também como pai - a nos separarmos de nossos filhos na fase mais delicada de sua educação e formação, que é aquela em que se iniciam no curso superior. Por isso, neste aparte estou completamente em posição adversa ao pensamento de V. Exa. Acho que nunca é demais, numa cidade, justamente na Capital da República, a existência de uma

Universidade. Talvez seja este o local mais indicado - uma cidade que pode ser naturalmente fechada, no que diz respeito ao ambiente escolar e ao regime universitário, para a criação de uma universidade ideal, trazendo este conforto àqueles que foram obrigados a vir para cá, não só os funcionários civis e militares, como também os Deputados, que para aqui vieram pela circunstância da mudança da Capital.

O SR. RAUL PILLA - Agradeço muito o aparte de V. Exa.

Já tive ocasião de responder a idêntico argumento, dizendo que se ele fosse válido deveríamos fundar universidades em cada cidade de 100 ou 200 mil habitantes, sem indagar se nelas haveria efetivamente condições para uma verdadeira universidade, para o verdadeiro ensino universitário.

Mas esse argumento - desculpe o ilustre colega - argumento de comodidade nossa, comodidade dos que aqui estamos em Brasília, não é argumento muito convincente do ponto de vista geral.

O Sr. Milton Reis - Mestre Raul Pilla, sabe V. Exa. da admiração que lhe tributo. Data vênua, discordo da opinião que V. Exa. defende e esposa. E discordo porque, Sr. Deputado, o conceito de universidade, conceito moderno, é muito mais o de transmitir cultura do que de trazer à ciência novas descobertas. As universidades, hoje - é, opinião de Ortega y Gasset - se cingem muito mais a pesquisas, e o recolhimento do Planalto seria um convite para a pesquisa. A mim me parece que Brasília teria essa grande virtude e acho que deveríamos, tanto quanto possível, abrir escolas e

universidades, para que o povo as sentisse de perto, e nossos homens públicos não tivessem dúvidas, como agora têm, nesta hora dramática para a História, sobre o direito do Presidente da República de tomar posse ou não, prevalecendo o direito da força e não a força do direito. Então, fazem-se necessárias as universidades, a fim de que sempre prevaleça a força do direito e jamais o direito da força, como estamos sentindo nesta hora.

O SR. RAUL PILLA - Agradeço muito o aparte e a ele respondo que não ignoro que é uma das funções da universidade, a pesquisa, mas o argumento do ilustre colega vem a meu favor, porque a pesquisa necessita de condições, e ainda não há condições em Brasília. Aliás, em Brasília, não há condições para nada. Como se fundar um centro de pesquisas numa cidade que não tem condições mínimas para uma vida mais ou menos fácil e convidativa? É querer fazer pesquisas no deserto...

O Sr. Salvador Losacco - Se V. Exa. me permitisse desejaria ponderar que, é bem verdade, existem no Brasil muitas universidades...

O SR. RAUL PILLA - Demais, se me consente a interrupção, é um dos grandes males da nossa instrução superior - haver universidade demais, que não são verdadeiras universidades.

O Sr. Salvador Losacco - Que não são verdadeiras universidades, diz bem V. Exa., porque nasceram de uma reunião de faculdades. Então, são falsas universidades e, neste instante, quando o Brasil constrói nova capital, quando esta é motivo de integração nacional, quando o País adquire

consciência do seu valor no concerto das nações, queremos fazer em Brasília uma universidade que seja de fato universidade, que nasça como universidade.

O SR. RAUL PILLA - É problema um tanto difícil...

O Sr. Salvador Losacco - Diz V. Exa. que Brasília não tem condições de ter um centro de pesquisas, mas V. Exa. está sendo injusto, porque Brasília deve catalisar, deve atrair para aqui cada um dos cientistas, cada um dos pesquisadores, cada um dos elementos que formam a equipe da alta intelectualidade e da cultura brasileira. Um centro de pesquisas não está em função do valor da terra, se ela é mais fértil ou menos fértil.

O SR. RAUL PILLA - Ninguém disse tal coisa, desculpe V. Exa.

O Sr. Salvador Losacco - Vimos, ainda recentemente, nos Estados Unidos, os grandes centros de pesquisas - pesquisa secreta, astronáutica, física nuclear - serem instalados...

O SR. RAUL PILLA - A astronáutica seria a única pesquisa que aqui daria certo...

O Sr. Salvador Losacco - ...no deserto, inclusive porque os Estados Unidos procuraram preservar seus centros de pesquisas das atividades da espionagem. Agora, Brasília, que não é um centro obreiro e nem vai ser, mas será um centro de alta pesquisa, poderá ser o ponto de reunião dos cientistas brasileiros. E para o bem da preservação das nossas instituições, do nosso regime democrático, é preciso que Brasília se transforme imediatamente num centro de

alta cultura, para dar ao Parlamento, pelo menos, e ao Executivo, a assessoria necessária. Então, ser contra a criação da Universidade de Brasília, a mim me parece, é querer lutar contra as instituições democráticas.

SR. RAUL PILLA - Não apoiado. V. Exa. jamais me poderia irrogar essa acusação, nobre Deputado.

Ao contrário, o que não quero é uma cultura improvisada, falsa, artificial, como artificial será a Universidade que se vai instalar aqui, se o projeto chegar a ser aprovado. Falou V. Exa. em integração e reunião de cientistas. Pergunto a V. Exa.: a Universidade, hoje, da Guanabara, a de São Paulo, a de Belo Horizonte, a do Rio Grande do Sul, a da Bahia, velho e tradicional centro de formação nacional e outras universidades, não estarão concorrendo para a integração nacional?

O Sr. Manuel Almeida - Não compreendo, ilustre Deputado, como V. Exa. possa investir contra a idéia da Universidade de Brasília. Até hoje não se viu coisa mais evoluída, estudada com melhor apreço e preocupação de servir à juventude do que essa Universidade. V. Exa., homem culto, homem que honra esta Casa...

O SR. RAUL PILLA - E V. Exa. pode acrescentar mais: Professor Universitário.

O Sr. Manuel Almeida - ... por estas qualidades e pelas qualidades de grande e ilustrado parlamentar, não pode se esquecer de que o ensino evoluiu; não podemos ficar cristalizados em formas ultrapassadas.

O ensino tem que acompanhar a evolução. Já os antigos diziam que os programas de administração ou de educação devem ser respostas às necessidades do homem. O homem deve ser tomado como medida. Mas o homem está na sociedade contingenciado por meio, pelas circunstâncias. Esse meio é a terra, é o ambiente humano, é a evolução em todos os sentidos. Não vamos admitir sejam fixadas formas de ensino, formas de educação - num País em plena eclosão, em plena evolução, precisamente agora que voltamos as vistas para o campo, para o aproveitamento das nossas reservas de toda natureza - segundo padrões antigos. A Universidade de Brasília, como V. Exa. deve ter visto melhor do que eu, atende a todas as necessidades: é corpo plástico, é instrumento que vem atender às necessidades da juventude, ao mesmo tempo econômica, porque possibilitará organização científica modelar sem ônus das Universidades de São Paulo, Rio, Minas Gerais e de todos os lugares com laboratórios para cada faculdade, e despesas que podem ser distribuídas através de um instrumento mais hábil, mais inteligente, conforme a Universidade de Brasília.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa. fez um verdadeiro discurso e já me encontro em dificuldade para responder a V. Exa. Me fez a honra de dizer que não aprecio a cultura. Mas, como já disse, há universidades e universidades. A universidade não pode ser um organismo artificial. Dependem de determinadas condições e ambientes que, em Brasília, não existem e levarão muitos anos para existir.

O Sr. Manuel Almeida - Mas V. Exa. deve recordar que, pela organicidade deste projeto, os custos introdutórios vão ter início

em 64. Só os alunos que se encontram agora no primeiro ano científico é que vão poder entrar na Universidade.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa. é muito otimista.

O Sr. Manuel Almeida - De modo que, daqui a três anos, já Brasília não será o que é hoje. Ela já fez o milagre de realizar o ambiente social em que hoje vivemos, escasso, realmente, de pouca densidade demográfica, devido à distribuição urbanística, mas que existe. E daqui a três anos haverá recursos para que esta Universidade funcione conforme V. Exa. preconiza.

O SR. RAUL PILLA - Não me referi a recursos materiais. V. Exa. não apreendeu bem meu pensamento.

O Sr. Manuel Almeida - E mais ainda: a Universidade será órgão indispensável ao funcionamento de certos órgãos técnicos.

O SR. RAUL PILLA - Do Congresso?

O Sr. Manuel Almeida - Não digo que não. Mesmo o Congresso poderá beneficiar-se da Universidade quando houver matéria técnica que requeira estudo especializado, como se beneficiarão dela os órgãos da administração pública dos diferentes Ministérios que compõem o executivo do nosso País.

O SR. RAUL PILLA - Quero apenas fazer uma observação. Eu não compreendo que nós tenhamos votado a lei de Diretrizes e Bases da Educação e já a estejamos achando atrasada, inadequada. Que foi que fizemos até agora?

O Sr. Padre Nobre - Nobre Deputado Raul Pilla, esse assunto me interessa muito de perto. Se me é dado compreender seu pensamento, estou inteiramente solidário com V. Exa. Votei a favor do projeto e votarei sempre a favor de qualquer projeto que proporcione o bem-estar e a cultura do povo brasileiro. Entretanto, por causa do conceito que tenho, que V. Exa. tem e que todos nós temos, de universidade - *Universitas Universitatis* - abrangendo em toda sua profundidade a cultura, é lógico, não podemos ser favoráveis a um projeto de superfície, a uma cultura pó de arroz.

O SR. RAUL PILLA - Muito bem.

O Sr. Padre Nobre - Porque isto seria deslustrar a nossa própria tradição de cultura brasileira. A profundidade, a responsabilidade, o critério de aplicação devem ser fundamentais na instituição de uma universidade.

Compreendo que V. Exa. não esteja contra a Universidade, mas contra a superficialidade.

O SR. RAUL PILLA - Acho, pelo menos, prematura a criação da Universidade, agora, quando o próprio ensino primário e secundário têm grandes deficiências em Brasília.

O Sr. Padre Nobre - Mesmo considerando o aspecto que V. Exa. focaliza, ainda poderíamos discutir o projeto com visão para o futuro. O que me atenta, neste momento, é estar solidário com o seu pensamento de mestre de que a universidade exige profundidade, e não nos podemos desmoralizar, constituindo uma

universidade superficial, numa cultura pó de arroz.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa. disse muito bem e estou de inteiro acordo com as suas palavras.

O Sr. Lauro Cruz - Permita-me. Infelizmente, têm-se criado no País universidades que não atendem aos aspectos que V. Exa. está salientando. Isso se verificou principalmente no ano passado, com a federalização em massa de uma série de escolas que precisam, realmente, evoluir muito para corresponder à eficiência do ensino e para se constituírem, de fato, em universidades. Estamos, porém, nobre Deputado Raul Pilla, necessitando de modificar a estrutura dos nossos estabelecimentos universitários. A simples agregação de um conjunto de escolas não realiza, efetivamente, o objetivo de uma universidade. Infelizmente, as nossas universidades tradicionais são simples agregados de escolas.

O SR. RAUL PILLA - Permita-me breve interrupção. Realmente, essa tem sido a formação das nossas universidades. Mas isso não obsta a que se vá formando esta solidariedade. A Universidade de Porto Alegre, no meu Estado, Rio Grande do Sul, assim se formou. Hoje, entretanto, há verdadeiro espírito universitário, verdadeira colaboração e entrosamento entre os vários institutos que se foram formando.

O Sr. Lauro Cruz - Sr. Deputado Raul Pilla, se Brasília tivesse surgido como qualquer outra cidade, fosse crescendo aos poucos, e que os elementos de cultura fossem, realmente, aparecendo progressivamente, então seria prematura a

criação de um instituto universitário aqui. Sabe V. Exa., porém, que o aparecimento de Brasília atendeu a imperativo de lei. Transplantou-se para cá uma população que tem necessidade, não apenas de escolas primárias e de ensino médio, mas, como tem sido afirmado, de institutos de ensino superior. E é necessário não se verifique o mesmo já ocorrido nas outras unidades da Federação, onde apareceram escolas mal organizadas - e já há iniciativas para isso - que depois venham apelar para recursos do poder público e fiquem enquistadas dentro desta cidade. O projeto procura evitar isto. Ele vai realizando o objetivo de uma universidade paulatinamente. V. Exa. tomou conhecimento de que o primeiro ano funcionará em 1964 ou 65, e progressivamente se instalarão os demais. Não se fará isto sem cuidado. Serão contratados elementos de capacidade para virem aqui ocupar as cátedras e realizar os trabalhos de pesquisa. Isto está previsto. Se não for realizado não é porque a lei não tenha estabelecido: ela é, em si, uma lei que está a recomendar estes cuidados. Se, como já disse de outra vez, se abrisse inicialmente um concurso para provimento de cátedras, aqueles que hoje estão ocupando cadeiras em outros institutos universitários do País não deixariam suas posições para vir para cá, mas aceitam temporariamente um contrato e prestariam sua colaboração durante alguns anos, até que elementos que vão ao estrangeiro especializar-se, e que o governo encaminhará para isto, pudessem vir a ocupar as cadeiras, substituindo-os. Estou convicto de que houve todos os cuidados na elaboração do projeto. Espero que o poder público, a seu tempo, corresponda a esses cuidados e venhamos ter aqui um instituto universitário de profundidade que atenda, de fato, às

necessidades da capital e sejam centro de integração cultural no País.

O SR. RAUL PILLA - Agradeço muito o aparte de V. Exa. e não me posso eximir de fazer uma observação à crítica comum de ambos: a existência de institutos universitários que não satisfazem. Grande parte da responsabilidade desse fato, senão toda a responsabilidade, recai sobre a Comissão de Educação e Cultura, tanto da Câmara como do Senado, que, atendendo a pressões regionais a interesses, têm oficializado universidades que tal nome não mereceriam.

O Sr. Lauro Cruz - Combati seriamente o projeto.

O SR. RAUL PILLA - Posso gabar-me de que, quando membro da Comissão de Educação e Cultura, que já fui, votei contra a federalização de uma universidade no meu Estado. Escusado dizer que fiquei só. Os interesses dos vários Estados se aliaram e eu fiquei só contra o meu próprio Estado. Contra, digo mal; contra, encarando os interesses imediatos, mas zelando pela elevação da cultura do meu Estado.

O Sr. Lauro Cruz - Na Comissão de Educação, ofereci séria resistência à criação das novas universidades, mas, evidente, assim como V. Exa., naquela ocasião, ficou só, também não logrei êxito na oportunidade em que esses projetos eram debatidos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães, 1º Vice) - Comunico ao eminente orador que dispõe de 5 minutos apenas para concluir. Se desejar, poderá usar da prorrogação de mais 15 minutos.

O SR. RAUL PILLA - Solicito a prorrogação...

O SR. PRESIDENTE: (Sérgio Magalhães, 1º Vice) - Está deferido.

O SR. RAUL PILLA - ...sem intenção de usá-la integralmente. Não que não houvesse muito que dizer, mas, evidentemente, pouco adianta dizer alguma coisa.

Quero apenas chamar a atenção para um aspecto da questão. Aprovando este projeto, assinamos um cheque em branco. Vamos dar a uma Fundação que não existe ainda, que vai ser criada, que não sabemos como se formará, de que personalidades se constituirá, não só a autoridade de expedir diplomas mas até a capacidade de derrogar a legislação geral do ensino.

O Sr. Lauro Cruz - É o poder público que a vai instituir.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa., ao invés de tranquilizar-me, inquieta-me. Seria natural o seguinte. Ao instituir aqui em Brasília, com o concurso de várias personalidades, uma fundação para a Universidade, ela seria já previamente constituída de tais pessoas e de tais recursos iniciais. Em suma, ela nos poderia dar elementos para avaliarmos da confiança que poderia merecer. Mais tal não existe. Pode ser - oxalá isso aconteça - que essa Fundação esteja à altura da missão que vai receber. Mas não há nenhuma segurança disso. Portanto, é um cheque em branco, repito, que vamos assinar, depois de ter votado aqui a lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O Sr. Lauro Cruz - Espero que o Poder Público, que vai instituir a Fundação, não cometa o crime de organizar uma instituição que desmereça dos seus altos objetivos.

O SR. RAUL PILLA - Não sei se por vez de velho opositor que sou, não confio muito no Poder Público em nosso País.

Mas, Sr. Presidente, alegam-se, em favor do projeto, várias inovações. Contesto que haja inovações. Por exemplo: a criação de institutos de pesquisas... Não me ocorre agora o nome exatamente.

O Sr. Lauro Cruz - Institutos Centrais que ministrarão, durante dois anos, as disciplinas básicas dos diferentes cursos superiores. De modo que cada aluno aí estudará dois anos e completará seus cursos nas chamadas escolas profissionais.

O SR. RAUL PILLA - Muito agradecido pelo esclarecimento. A memória me estava traindo. Mas isso não é novidade, e a legislação de ensino vigente não impede que se criem tais institutos. Na Universidade do Rio Grande do Sul existem alguns, inclusive na cadeira que sou professor, na Faculdade de Medicina. Mas esta disciplina é ensinada em várias outras escolas da Universidade. Há um instituto de Fisiologia, que serve não só à pesquisa, como ao ensino experimental, ao ensino prático de todas as outras escolas que tenham a Cadeira. Não houve necessidade de uma legislação especial para isso, porque a própria legislação atual permite.

O Sr. Lauro Cruz - Naturalmente, era indispensável um diploma legal para criar-se a Universidade de Brasília, e é o que

estamos procurando conseguir com este projeto. Nele se tentou dar, evidentemente, a estrutura da Universidade. Se não é novidade essa estrutura em uma ou outra escola superior do País, a maioria das nossas universidades, entretanto, não está estruturada assim. Por isso se diz que esta tem moldes diversos da generalidade de nossas organizações. Nestas condições, Excelência, não se pode alegar que essa organização universitária deixe de atender a legislação do ensino. Afirmou V. Exa., há pouco, que as leis vigentes no ensino não serão observadas por essa organização. Não é bem assim. Serão observadas.

O SR. RAUL PILLA - É assim. O que houve foi que, em virtude da minha vigilância, certos excessos foram corrigidos.

O Sr. Lauro Cruz - V. Exa. trouxe uma contribuição valiosa e viu que ela mereceu a atenção dos órgãos técnicos, principalmente, da Comissão de Educação. Daí porque o projeto, agora, pode ser aprovado, pois está aperfeiçoado com a relevante contribuição de V. Exa.

O SR. RAUL PILLA - Há outro ponto, o da possibilidade de encontrar especialistas de nomeada para ministrar o ensino ou dirigir a pesquisa. Nada impede que isso se faça, na atual legislação. Temos como exemplo a Universidade de São Paulo, onde isso se faz corretamente. A meu ver, não há razão forte que autorize, numa situação de aperturas financeiras de toda ordem, dispendermos o que se vai dispender numa instituição que por ora é absolutamente desnecessária. O que deveríamos tratar de fazer, em Brasília, era estabelecer o ensino secundário sério. Depois de alguns anos de estar funcionando

o ensino e de se ter dado base à cultura da Cidade é que poderíamos tratar da universidade.

É o meu pensamento. Já sei, já vi que nada adiantei com minha argumentação, porque muito mais que os argumentos, a discussão, o debate, vale o empenho pessoal junto dos Colegas. Mas ao menos um objetivo alcancei: ressalvei minha responsabilidade e vou sair daqui com a consciência tranqüila.

Tenho dito. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Sr. Josué de Castro.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO (*Sem revisão do orador*) - Senhor Presidente, quando do encaminhamento da votação da preferência que solicitei para o projeto ora em discussão, sustentou-se a improcedência da medida e a necessidade da proteção dessa discussão, sob os argumentos de que o Brasil atravessa momento crítico que, nesta hora de crise, não se devia discutir assunto de tal profundidade.

Senhor Presidente, permita-me que utilize a crise, o momento que atravessamos, as circunstâncias e os fatos do conhecimento desta Casa e do Brasil inteiro, como justificativa da necessidade urgente de discutir e aprovar, nesta Casa, projetos dessa natureza, para evitar que se repitam, no Brasil, instantes conturbados, que tanto desprestigiam nosso País, quando já começava a elevar-se na esfera internacional. A verdade é que o espetáculo a que assistimos e aqueles que, por ventura, ameaçam o atual momento brasileiro são

nítida expressão de uma só coisa: o subdesenvolvimento em que vivemos atolados, o subdesenvolvimento em seu aspecto global, do complexo econômico-social em que o Brasil se encontra, apesar de todos os esforços que tem feito para dele se emancipar. A luta contra o subdesenvolvimento só se faz através da estruturação de um plano de desenvolvimento autêntico, para cuja realização se tornam imprescindíveis, capitais, técnica e consciência da realidade social do País que pretende levar a cabo o plano de desenvolvimento. Tem faltado ao Brasil esta consciência integral de sua realidade e os recursos técnicos, os meios de tecnologia científica para aproveitar, de maneira racional, as suas possibilidades naturais e emancipar-se do seu estado de subdesenvolvimento. Arriscam os Países que desejam desenvolver-se sem esta consciência, sem esta base plena da sua realidade, a fazerem importação daquilo que um escritor, economista e sociólogo europeu chamou de "as utopias de exportação", exportar planos feitos, moldados em outras realidades que não aquelas onde vão ser aplicados. Daí o seu fracasso o mais rotundo. O Brasil necessita, Senhor Presidente, de obter essa consciência total, e só o fará com uma base e um bom lastro de cultura. Daí a necessidade de que tenhamos universidades, mas não universidades apenas no papel ou no nome, universidades que sejam apenas reunião de escolas profissionais com tecido conjuntivo mais ou menos morto de certos parágrafos e artigos, que não lhe dão vida nem consistência, porque não lhe dão o essencial - a alma da universidade, que mergulha as suas raízes neste tripé: a pesquisa, a formulação e difusão e a defesa da cultura. Sem essas três integrantes, não há

universidade; há escolas profissionais, há institutos técnicos, há escolas mais ou menos primárias, secundárias ou universitárias, mas de um primarismo em seu objetivo que não as elevam ao nível das verdadeiras universidades. Nesta hora, quero apenas dizer que o projeto que cria a Universidade de Brasília, cria uma universidade autêntica e a serviço dos autênticos interesses do desenvolvimento nacional. Nesta hora crítica por que o Brasil atravessa, cumpre a este parlamento, portanto, discutir um projeto como este, para que mostre ao povo brasileiro o sentido exato que têm os representantes do povo da sua responsabilidade, principalmente em face da juventude atordoada neste momento crítico, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, tão crítica que o grande escritor Camus usou esta frase: "toda juventude, toda geração nova que chega ao mundo se julga com o direito e a responsabilidade de refazer o mundo, mas a geração atual, a geração da era atômica, sente-se com dever mais pesado, o de evitar que o mundo se desfaça".

Ora, cumpre ao homem de pensamento e ao legislador armar e ocupar a juventude do nosso País de uma consciência, não só cívica, mas científica, econômica e moral, capaz de compreender a nossa realidade e servi-la dentro dos autênticos interesses nacionais. É por isso que foi consultada sobre este projeto mais de uma centena de homens de ciência, que debateram a sua estrutura de base, que trouxeram o acervo da sua experiência e assim se consubstanciou no Projeto 1.861-C-60 a estruturação da Universidade de Brasília como a primeira autenticamente a serviço desses princípios de orientar o desenvolvimento do Brasil, de acordo com a sua realidade social, aplicando os conhecimentos e as aquisições da técnica

e da ciência para nos emancipar da miséria, da fome, do pauperismo, que são os apanágios do subdesenvolvimento em que estamos até hoje atolados.

Não creio, portanto, haver proposição da mais alta relevância e que mereça a mais absoluta aprovação desta Casa do que esta que institui uma organização para servir às gerações futuras do Brasil.

Disse o Deputado Raul Pilla que assinamos um cheque em branco. Estou de acordo. As gerações futuras encherão esse cheque, colocarão os valores, de tal forma, que só farão ressaltar a coragem e a confiança que tiveram os que deixaram àquelas gerações esse cheque em branco assinado.

Esta é a responsabilidade deste momento. E rejubilo-me que se vote projeto desta natureza, num momento como este de crise, instituindo-se uma universidade num modelo novo. Quero também rebater os argumentos do Deputado Raul Pilla, quando diz que não é inovação estabelecer uma universidade composta de institutos.

Não. A inovação não está nisso, mas sim na maneira como esses Institutos vão funcionar. A Universidade do Brasil também é estruturada em institutos. Sou fundador e diretor de um deles, o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Mas esses Institutos não têm a função precípua de fornecer conhecimentos, difundir a ciência e aprofundar pesquisas a serviço de todas as profissões que giram dentro da própria Universidade. Cada Instituto é ligado a uma escola e limita, via de regra, o seu trabalho à especialização daquela categoria.

No fundo, as universidades brasileiras são escolas profissionais do tempo de Napoleão. Ora, entre Napoleão e os meados do Século XX houve um grande progresso, principalmente de natureza científica. O lamentável é que, se vivemos sob o signo das ciências em matéria de vida comum porque vivemos sob o impacto das descobertas diárias, em matéria de formulação política e estrutura inconstitucional, continuamos a viver no Brasil num período pré-científico.

Na hora em que se quer fundar uma universidade, nega-se o direito de ser ela criada na Capital do País que se está formando, que está em elaboração; em crescimento, como a não querer dar alma a esta Capital, porque ainda não tem corpo. Mas se ela ainda não tem corpo total, é hora de se encerrar esta alma, antes que o corpo se forme sem alma, sem sentimento e sem orientação. É por isso que me parece inteiramente estranho combater-se tão alto significado. Já não entro no detalhe daquelas reclamações de que os Deputados e os funcionários que para aqui vêm precisam de escolas, de faculdades para seus filhos. Isso é secundário, é comezinho. O que o Brasil inteiro precisa é de uma universidade dentro dos princípios que acabo de enunciar. A de Brasília será pioneira, será modelo e daqui irradiará a cultura e difundirá pelo País inteiro os moldes em que deverão ser feitos os trabalhos de formação humanística daqueles que deverão transformar o Brasil num País desenvolvido, emancipando-o, tirando-o do estado de dependência econômica em que até hoje vive e do qual decorrem espetáculos degradantes e trágicos como o dos dias atuais, por falta de um centro universitário.

O Sr. Padre Nobre - Peço a Vossa Excelência que me responda, nobre Deputado: a Universidade de Brasília vai corrigir os defeitos das nossas universidades?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - A maneira única de corrigir os defeitos é dar um bom exemplo. O bom exemplo da Universidade de Brasília servirá para mostrar o que é uma universidade, como se trabalha e o que se espera de uma universidade. E esse exemplo espero seja seguido.

As universidades de hoje, por deficiências estruturais, não cumprem com seu dever de centro de formação, de criação, de difusão e de defesa da cultura.

O Sr. Padre Nobre - Sendo assim, estou de pleno acordo com V. Exa., e ninguém de bom senso poderá estar em posição contrária.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Agradeço a V. Exa.

O Sr. Padre Nobre - Sabe V. Exa., professor que é, que a universidade deve ser compreendida no sentido muito mais de profundidade do que de extensão. Agregadas escolas, temos muitas; mas, realmente universidade, não temos.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Pois é isso que desejamos: uma Universidade autenticamente formada pelos elementos que permitam chamá-la enfaticamente uma universidade. São institutos de formação básica, de formulação de decisões e de pesquisas que permitem ao corpo, que se chama universidade, utilizar esses

conhecimentos nos diversos setores das atividades humanas.

Isso é que é uma universidade, no sentido universal, globalizadora, totalizadora da cultura. O mais grave no momento atual é que essa cultura que se pulveriza e se dispersa constitui um sério perigo que pesa sobre a civilização ocidental. Essa pulverização dos conhecimentos, sob a forma de especialização, forma o que alguns chamam de novos bárbaros, homens cada vez mais cultos e cada vez mais míopes e limitados, os especialistas que só vêem o que está no seu campo microscópico, do grão de areia, ignorando o que se passa em torno, do macrocosmo.

A universidade deve integrar esses vários campos microscópicos numa visão macroscópica, universal da cultura. Isto é que é universidade. Isso se planeja para Brasília. E se planeja como? Dando-lhe um estatuto que permita essa função e permita convênios com Países mais adiantados que o nosso. Já a comissão organizadora da Universidade de Brasília está em entendimento e tem promessas de organismos internacionais, como as Nações Unidas, e de Países de alto nível técnico, para cooperarem conosco, financeira e tecnicamente, de maneira a permitir a ida de uma equipe de jovens brasileiros que se deverão especializar em cada um dos setores dessas atividades, para vir formar o corpo docente da primeira universidade autêntica do Brasil, da Capital da República.

O Sr. Ferro Costa - Senhor Deputado, quero, nessa oportunidade, solidarizar-me integralmente com V. Exa. na defesa desse projeto da Universidade de Brasília.

Conheço os estudos que o conduziram. Posso dizer a V. Exa. que ela será de fato a primeira, como V. Exa. bem acentuou, autêntica universidade do Brasil. Concebida sob moldes modernos, de formação técnica com inteira independência, a Universidade de Brasília será na verdade o maior centro cultural e científico do Brasil e que prestará relevantes serviços à geração atual do Brasil e às futuras

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Agradeço o aparte altamente elucidativo de V. Exa., que enriquece o meu discurso.

Não me estenderei mais, Senhor Presidente, porque não creio seja necessário defender nesta Casa do Parlamento, por essência também casa de cultura, uma iniciativa do padrão cultural da criação da Universidade de Brasília. Apenas o que peço à Casa é urgência. Nunca foi mais urgente a aprovação deste projeto, numa hora em que por aí afora se evidencia a falta de cultura universitária do próprio panorama político nacional.

É no sentido da defesa da democracia que se impõe a criação de uma universidade desse gênero, não da democracia em termos vagos, daquela que o escritor diz: a democracia não basta como democracia, quando o direito que dá é continuar analfabeto, faminto e miserável, morrendo de fome e sem direito a nada mais que vegetar e morrer. Democracia é direito de viver. E para viver é preciso, antes de tudo, saber, porque o caminho da conquista passa pelo do conhecimento. É como uma casa de formulação, de conhecimento e de saber para as próximas gerações brasileiras, que desejam ver criada a Universidade de Brasília.

O Sr. Raul Pilla - Se me permite a expressão vulgar, V. Exa. está chovendo no molhado, porque ninguém contesta a utilidade e a necessidade das universidades, o alto papel que desempenham. A questão que se deveria estar discutindo aqui é outra; é se há condições, se ainda não é cedo demais para se tratar de fundar uma Universidade em Brasília e se há verdadeiramente necessidade dela, ou se pode ser adiada, até com vantagem, para daqui a alguns anos, não três ou quatro, como os defensores do projeto dizem, mais quinze ou vinte, quando Brasília começar a ser o que ela ainda não é - uma Cidade. Brasília, hoje, não passa ainda de um acampamento de luxo, se quiserem, mas acampamento.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Nobre Deputado Raul Pilla, esse acampamento é a Capital da República e na Capital da República fica muito bem haver uma universidade. Mesmo que não houvesse acampamento, houve várias universidades que foram núcleos de criação de grandes cidades. Começar a cidade pela universidade seria certo. De maneira que não estou chovendo tanto no molhado, como diz V. Exa. Mas, se estou, deixe chover mais, porém a terra sendo tão sáfara, frutificará. Vem para conquista da terra. A chuva, em certos terrenos, em certos desertos, nunca é demais. No deserto da cultura brasileira não será demais a Universidade de Brasília colocada, como diz V. Exa., no meio do deserto.

O Sr. Manuel de Almeida - Acampamento de cem mil almas.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Nunca houve o sentido de criar-se uma

universidade que defendesse uma cultura brasileira, cultura de integração nacional, que desse ao homem essa consciência de que as fronteiras geográficas devam coincidir com as fronteiras econômicas. Não basta ter os limites de um País no mapa, mas na sua realidade social. Esse papel que desempenhará a Universidade de Brasília, qual o de dar à Capital da República um sentido de capital autêntica e não, como diz V. Exa., de um simples acampamento.

O Sr. Raul Pilla - V. Exa. está passando triste atestado às demais universidades do Brasil. Não digo que muitas não mereçam.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Digo que são tristemente mal aparelhadas, mal equipadas e mal estruturadas.

O Sr. Raul Pilla - Agora, uma última observação, e não mais interromperei o discurso de V. Exa., eloqüente, como sempre.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Grato a V. Exa.

O Sr. Raul Pilla - Uma universidade é uma instituição social e, como tal, requer um ambiente social adequado. Não se pode fundar uma verdadeira universidade no deserto. Ela requer uma série de instituições complementares, um meio adequado, um ambiente adequado. E é isso o que ainda não há em Brasília. Haverá, certamente, daqui a dez, vinte, trinta anos. Esta é justamente a mais grave objeção que faço. Não compreendo este açodamento. No tempo do Presidente Juscelino Kubitschek, isso se compreenderia.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Não compreendo é o retardamento que V. Exa. quer impor.

O Sr. Raul Pilla - A preocupação do *creator Brasiliae* era construir logo uma cidade completa. Isto se compreenderia da parte dele. Mas não de V. Exa., agora.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Agradeço ao nobre Deputado Raul Pilla a contribuição que traz a este debate, no qual se firmam bem dois pontos de vista: dos brasileiros apressados de se emanciparem e dos brasileiros assustados com o progresso. Admito que o nobre Deputado Raul Pilla tenha medo de que uma universidade em Brasília subverta certos valores do que ele chama a estrutura de uma universidade. Eu me permito dizer que a divergência nossa é apenas entre uma universidade clássica e uma universidade moderna. Considero uma mesa, algumas cadeiras, alguns alunos e um professor uma universidade, desde que entre o professor e os alunos se estabeleça um consenso comum em torno da realidade que debatem e a profunda análise dessa realidade para nela se integrem. Isto é uma universidade. Uma pomposa e imensa instituição, com prédio e serviço social os mais adiantados, sem esse espírito, esse sentido e essa identificação, não passa de um palacete sem nada ter a ver com o que se chama autenticamente uma universidade. Essa a diferença, nobre Deputado.

O Sr. Campos Vergal - Nobre colega, subscrevo as palavras judiciosas e os conceitos oportunos de V. Exa. Não com o mesmo brilho...

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - Modéstia de V. Exa.

O Sr. Campos Vergal - ...mas com a mesma boa vontade e idealismo de V. Exa. defendi essa tese da tribuna. Quero lembrar a V. Exa. que, no momento, se está organizando uma nova Belgrado às margens do Danúbio, na Iugoslávia. A cidade não foi inaugurada, entretanto, sua universidade principal já está em pleno funcionamento.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO - É o exemplo evidente dos sinais dos novos tempos. É o que eu dizia há pouco - a diferença entre o clássico e o inovador. A Universidade de Brasília é inovação. A inovação assusta os espíritos mais conservadores. Mas me coloco dentro do conceito de que tudo aquilo que um dia nos pareceu heterodoxo e heresia se transforma, no futuro, em ortodoxia. Estou certo de que as gerações futuras reconhecerão a eficácia, o sentido da oportunidade com que este Congresso aprovou a criação da Universidade de Brasília. (*Palmas*) - (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão (*Pausa*).

Aprovado.

Vai a redação final.

DEBATES
PARLAMENTARES

**Senado
Federal**

Projeto de Lei da Câmara nº 122 - 1961

Tramitação

Em 31.8.61 - Data de recebimento no Senado e leitura no expediente.

Em 31.8.61. Comissões a que foi despachado: Educação, Serviço Público e Finanças.

Plenário

Em 1.12.61 - É lido o Requerimento nº504/61 do Sr. Daniel Krieger, solicitando urgência (art. 330, letra c). A seguir, é lido e aprovado o Requerimento nº 505/61 do Sr. Lima Teixeira, solicitando adiamento da votação do Requerimento nº 504 para ser feita na sessão do dia 4.

Em 4.12.61 - Votação adiada por falta de número.

Em 5.12.61 - Aprovado o requerimento. Em seguida, são lidos os seguintes Pareceres:

Educação: Relator Jarbas Maranhão - Parecer nº 765/61, favorável, nos termos das emendas 1-CEC A 6-CEC, que apresenta;

Serviço Público: Relator Jarbas Maranhão - Parecer nº 766/61, favorável ao projeto e às emendas;

Finanças: Mem de Sá e Ary Vianna - Parecer nº 767/61, favorável ao projeto, às emendas e apresentando a emenda 7-CF.

A seguir, a Mesa pede o pronunciamento da Comissão de Justiça sobre as emendas da Comissão de Educação, visto que a mesma Comissão de Educação atribui caráter de emendas de redação.

O Sr. Heribaldo Vieira, em nome da Comissão de Justiça, emite parecer oral, concluindo pela aprovação das emendas, considerando-as, sem exceção, emendas de redação. No encaminhamento da votação usaram da palavra os Senhores Mem de Sá, Alô Guimarães e Filinto Müller. Em seguida, é lido e depois rejeitado o Requerimento nº 514/61, do Senhor Mem de Sá, solicitando destaque, para rejeição, de expressões contidas no Projeto. Também é lido e depois aprovado o Requerimento nº 515/61, do Senhor Fillinto Müller, solicitando destaque, para rejeição, da Emenda nº 7. Em seguida, é encerrada a discussão e aprovados o projeto e as emendas 1-CEC a 6-CEC. Vai à Comissão de Redação.

Redação

Em 11.12.61 - Leitura do Parecer nº 808/61, Relator Menezes Pimentel.

Plenário

Em 11.12.61. Aprovado. Vai à Sanção.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II, páginas 2.862 a de
2872, 06 de dezembro de 1961.

Votação, em discussão única, do Requerimento nº 504, de 1961, pelo qual os Srs. Daniel Krieger, Barros Carvalho (respectivamente, líderes da UDN e do PTB) e outros Srs. Senadores solicitam urgência, nos termos do art. 330, letra "b", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Aprovado.

De acordo com o voto do Plenário, passa-se à imediata discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

Sobre a mesa, pareceres que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 765, 766 e 767, de 1961

Nº 765, de 1961.

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1961 (número 1861-D-1960, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

RELATOR - Senador Jarbas Maranhão.

Uma das expressões mais populares do estado de subdesenvolvimento em que se encontra o País é a situação do nosso ensino superior, cuja expansão anárquica conduziu a verdadeiros paradoxos.

1. Contamos com mais de 400 escolas superiores, porém apenas 40 delas têm mais de 500 alunos e, no conjunto, oferecem um número tão exíguo de oportunidades de ingresso nos seus cursos (30.000) que a proporção de estudantes universitários sobre a população é, entre nós, quatro vezes menor que na América.

2. Nossas universidades federais e particulares somam já mais de duas dezenas, número que, à base dos padrões internacionais, pareceria suficiente para formar os altos escalões profissionais, técnicos, científicos e humanísticos que o desenvolvimento nacional requer, mas apenas uma quarta parte delas conta com o mínimo de equipamento didático e de pessoal docente altamente qualificado, indispensável para o exercício de suas funções.

3. A expansão das matrículas no ensino superior, na última década, fez-se, principalmente, pelo crescimento do número

de estudantes de carreiras acadêmicas quando, no mesmo período, os progressos alcançados no processo de industrialização, impondo uma tecnificação crescente das atividades produtivas e dos serviços, passaram a exigir contingentes cada vez maiores de técnicos altamente qualificados, estabelecendo-se, deste modo, uma grave defasagem entre os requisitos básicos do desenvolvimento e a organização do ensino superior.

4. Anualmente, mais de 25.000 jovens concorrem, nos exames vestibulares, a cerca de 5.000 vagas abertas pelas escolas de Medicina e Engenharia, vendo frustradas suas esperanças de ingresso, menos pelo tão propalado despreparo básico para acompanhar os cursos do que pela estreiteza dos *numerus clausus* de vagas iniciais postas em concurso pelas escolas. Acresce, ainda, que quase todo o crescimento do número de vagas para essas profissões se fez pela criação de novas escolas que funcionam nas condições mais precárias, em virtude da política de estagnação e até mesmo da redução deliberada do número de vagas, defendida pelos estabelecimentos mais antigos, dotados de melhor equipamento e que contam com magistério mais experimentado.

5. Para uma população de setenta milhões de habitantes que cresce a ritmo intensíssimo, estamos formando, anualmente, cerca de 1.500 médicos. Isto equivale a condenar nosso povo a não se beneficiar da medicina moderna, permanecendo atado às práticas tradicionais e entregue a charlatões e curandeiros, em virtude da disparidade gritante entre o número de médicos disponíveis e a multidão de clientes potenciais.

6. Provavelmente, ainda mais grave, é o caso da engenharia que, graduando anualmente menos de 2.000 profissionais das várias especializações tecnológicas, está ameaçando de levar a um colapso o processo de industrialização, por falta de técnicos capazes de manter o ritmo de expansão alcançada por nosso parque fabril e de promover a exploração dos recursos naturais do País, de modo a oferecer mais amplas oportunidades de emprego e de renda à população.

Como se vê, a expansão desordenada do nosso sistema de ensino superior o conduziu a uma situação de crise caracterizada pelo seu fracasso:

a) em formar as modalidades de profissionais, das qualificações e nas quantidades necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico do País;

b) em acompanhar progressos da ciência e da tecnologia em seus avanços prodigiosos, de modo a colocar todo o saber moderno a serviço do nosso desenvolvimento.

Obviamente, a solução desses problemas não se encontra na multiplicação de escolas precárias, como se tem feito até agora, mas, em medidas capazes de incentivar a reforma da nossa organização universitária reconhecidamente obsoleta; de libertar o ensino superior das peias burocráticas que tolhem seu desenvolvimento, com base numa legislação copiosa, contraditória e rígida que desestimula qualquer criação; de propiciar às escolas o necessário equipamento didático e condições de melhor utilizá-lo; e de levar a efeito um plano

nacional de aperfeiçoamento de pessoal docente de nível superior.

Só através de um programa dessa ordem poderemos reduzir e, um dia, andar a distância que nos separa dos países plenamente desenvolvidos pelo domínio daquele elemento essencial em que basearam seu progresso: a capacidade de formar grandes contingentes de mão-de-obra altamente qualificada.

À luz desta análise é que se deve apreciar o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a instituição de uma fundação, destinada a criar e manter a Universidade de Brasília.

É de assinalar que esse projeto constituiu o único ato firmado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no dia da inauguração de Brasília, num esforço para assinalar a extraordinária significação que desejava atribuir à iniciativa. Efetivamente, seria inconcebível que se projetasse e executasse uma capital federal, destinada a presidir o processo de ocupação dos grandes vazios demográficos interiores e a intensificar a unidade nacional, sem dotá-la de um núcleo cultural capaz de assegurar-lhe a categoria intelectual indispensável para interagir com outros centros urbanos do País e para exercer uma função integradora.

A este núcleo cultural não poderia faltar uma universidade, porque somente esta, cobrindo todos os ramos do saber, através das formas mais nobres de domínio que são o estudo, a pesquisa, o ensino e a divulgação - será capaz de dar a Brasília a autonomia cultural e a criatividade que a tornem capaz de imprimir aos empreendimentos que daqui

serão planejados o mesmo caráter inovador que presidia sua edificação.

A mensagem do Poder Executivo ressalta, aliás, que sendo inevitável a criação de uma universidade na nova capital, o problema consistia em aproveitar esta oportunidade única para, em lugar de duplicar-se aqui mais uma estrutura nos padrões tradicionais, iniciar, na prática, a reforma universitária brasileira, instituindo-se uma universidade estruturada em bases novas, capaz de exercer, dentre outras, as seguintes funções:

1 - assegurar aos poderes públicos o necessário assessoramento em todos os problemas que envolvam matéria científica e técnica e no esforço de equacionamento e de procura de soluções para os problemas brasileiros.

2 - dar à população de Brasília oportunidade de estudo e de convívio que ampliem sua perspectiva cultural de modo a libertá-la do risco de fazer-se medíocre e provinciana no cenário arquitetônico e urbanístico mais moderno do mundo.

3 - ampliar as oportunidades de educação superior oferecidas à juventude brasileira, selecionando e trazendo a seus cursos jovens de talento de todos os Estados da Federação, para aqui receberem uma formação científica e humanística e técnica do mais alto padrão.

Nenhuma dessas funções poderia ser exercida por uma universidade do padrão tradicional entre nós, que as reduz a meros aglomerados de escolas auto-suficientes, cujos alunos, isolados em diferentes escolas,

recebem formação exclusivamente profissional.

O projeto original, bem como os estudos complementares da Universidade de Brasília - ressalta o Ministro da Educação que os fez elaborar - são produtos de um trabalho de equipe de que participaram dezenas de especialistas dos mais renomados nos vários domínios da ciência, das letras do ensino superior, com base no mais rigoroso balanço crítico das experiências nacionais e internacionais de organização universitária.

Não se trata, pois, de acrescentar mais uma universidade às existentes, mas de introduzir uma nova modalidade de estruturação do ensino superior, melhor ajustada ao ensino científico e tecnológico moderno.

Suas diretrizes fundamentais, hoje unanimemente aceitas, nada têm de novo, senão para nós que não conseguimos, ainda, superar o enquadramento das universidades nos estreitos limites do ensino profissional. Representam o que há de mais experimentado nas nações modernas que, no esforço para integrar o ensino e a pesquisa científica e tecnológica na universidade, tiveram de renovar-se a estrutura. Sua adoção é, hoje, o mais alto ideal dos melhores professores de nossas universidades mais adiantadas e se vem fazendo, embora timidamente, apesar das grandes dificuldades que lhe opõem certos ápices institucionais e certos interesses. Numa universidade nova como a de Brasília, que não surgirá da reunião nominal de escolas pré-existentes, mas parte do ponto zero, estes princípios podem ser inteiramente adotados como diretrizes básicas de estruturação. Sua adoção importa

em emprestar-lhe a necessária flexibilidade para diversificar as modalidades de formação superior, elevar o nível de ensino, melhor utilizar o equipamento e o pessoal docente e, deste modo, contribuir mais e melhorar para o desenvolvimento do saber e para o auto-conhecimento do Brasil.

Estrutura e funcionamento

A estrutura da Universidade de Brasília será composta pela integração de três tipos de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os órgãos Complementares.

1 - Os Institutos Centrais de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências Sociais, Letras e Artes ministrarão:

a) - cursos introdutórios, (2 anos) a todos os alunos da Universidade, com o objetivo de completar sua formação geral e dar-lhes capacitação científica fundamental para prosseguirem os estudos profissionais.

b) - cursos de bacharelado, (03 anos), para alunos que não desejam encaminhar-se às profissões tradicionais, mas dedicar-se ao magistério de nível médio.

c) - cursos de graduação (2 anos), para alunos que, após o bacharelado, desejem completar sua formação dos ramos de ciência fundamental, de letras ou de artes, a fim de se dedicarem à pesquisa científica e carreiras intelectuais.

d) - cursos de doutoramento, de 02 anos, para graduados ou formados nas escolas profissionais que desejem dedicar-se ao magistério superior.

2 - As Faculdades, que receberão alunos com preparo básico de 2 anos, ministrado pelos Institutos Centrais, destinam-se a dar-lhes formação profissional, cobrindo seis grandes campos, a saber:

a) - Direito, Diplomacia, Administração Pública, Administração de Empresas, Economia e Finanças.

b) - Educação, que dará um Curso Normal Superior para professores primários e para formação de especialistas em problemas de organização de ensino elementar e Cursos de Licenciatura ao magistério de nível médio, para bacharéis formados nos Institutos Centrais ou transferidos das Faculdades de Filosofia.

c) - Ciências Médicas - compreendendo cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Higiene e Enfermagem.

d) - Agronomia, Veterinária e Zootécnica e Tecnologia Florestal.

e) - Arquitetura, Urbanismo, Planejamento Regional e Comunicação Visual.

f) - Tecnologia - que dará cursos de engenharia civil, mecânica, eletricidade e eletrônica, química, mineração e metalurgia.

3 - Os Órgãos Complementares, que oferecerão uma série de serviços culturais aos estudantes da Universidade, acessíveis, também, à população da cidade e ao País, através de programas de extensão. Os principais destes Órgãos terão:

a) Biblioteca Central - destinada a funcionar como centro de documentação e

de formação científica para a América Latina, cujo acervo será constituído em colaboração com diversas organizações internacionais.

b) Aula Magna - Grande Auditório para os atos solenes da Universidade, instalado para funcionar com um programa permanente de atividades culturais como sede de conferências internacionais.

c) Rádio Universidade de Brasília - será o principal órgão de extensão cultural da Universidade, destinado, principalmente, a elaborar ou transmitir um programa nacional de cursos por correspondência, a rádio para professores de nível elementar e médio, bem como orientar os candidatos a exames vestibulares nas Universidades.

d) Editora Universidade de Brasília - destinada a publicar em português, articuladamente com a inauguração dos diversos cursos, as obras básicas de ciências, de tecnologia e de cultura humanística, de modo a permitir que o estudante brasileiro possa realizar estudos do mais alto nível apenas com o domínio do vernáculo, como ocorre em todas as nações culturalmente adiantadas.

e) Casas da Língua e da Cultura das principais nações a que estamos vinculados, construídas e mantidas mediante convênios inter-universitários, para ministrar cursos de língua e literatura e de preparação de bolsistas para pós-graduação no estrangeiro.

f) Museus - conjunto de recursos didáticos de artes e de ciências e o Museu da Civilização Brasileira destinados a dar aos estudantes de todos níveis, à população local, bem como aos visitantes nacionais e

estrangeiros, uma visualização da evolução histórica da nacionalidade de modo a mostrar como Brasília se vincula às nossas tradições artísticas e históricas.

A estrutura prevista para a Universidade de Brasília é muito próxima daquela que a equipe de Armando de Sales Oliveira quis introduzir quando da instituição da Universidade de São Paulo. Aí se cogitava de dar à Faculdade de Filosofia a função de órgão integrador que ministraria os cursos de ciência fundamental a todos os alunos da Universidade. Lamentavelmente, esse passo não pôde ser dado, então, porque as Faculdades de Medicina e de Engenharia se negaram a permitir que seus alunos fizessem cursos na nova unidade. Assim, a Faculdade de Filosofia planejada segundo os melhores critérios e executada com a ajuda de uma grande equipe de especialistas estrangeiros, transformou-se numa nova escola profissional, dividida entre a vocação de formar os altos quadros de cientistas e intelectuais do País e a tarefa prática de formar professores para curso de nível médio. Paradoxalmente, esta unidade, concebida como a mais complexa de nosso sistema de ensino, acabou por multiplicar-se às dezenas pelo País afora, na forma de escolas normais superiores, incapazes de cumprir cabalmente a função integradora para que foram criadas e de selecionar e preparar os superiores escalões da ciência e da cultura nacional.

A Universidade de Brasília, através dos seus Institutos Centrais, retoma esta concepção, dando-lhe, porém, uma estruturação nova que permitirá:

a) evitar a duplicação onerosa de instalações, equipamentos e de corpo

docente, por dezenas de cátedras independentes e duplicativas, do mesmo ramo;

b) selecionar os futuros quadros científicos e intelectuais do País, não com base nos candidatos a cursos de filosofia, mas dando a todos os alunos da Universidade, enquanto fazem os cursos básicos nos Institutos Centrais, a oportunidade de optar por estas carreiras;

c) dar ao aluno, depois de dois anos de estudo, quanto mais amadurecido intelectualmente, a oportunidade de uma nova opção, ao invés de obrigá-lo a perseguir na escolha feita prematuramente, permitindo que se encaminhe, então, à especialização científica ou às diferentes modalidades de formação profissional;

d) criar uma Faculdade de Educação planejada com a mesma dignidade que atribuímos ao ensino médio, para que os futuros mestres tenham oportunidade de comprovar e desenvolver plenamente suas aptidões e para que os problemas nacionais de educação passem a ser tratados com maior zelo, devotamento e competência.

O conjunto universitário

Todas as Unidades da Universidade de Brasília serão edificadas nos amplos terrenos (300 hectares) a elas destinados no Plano Piloto, entre a Asa Norte e o Lago. Ali ficarão, também, as residências dos estudantes e professores, bem como o Centro Recreativo e Cultural e o Estádio Universitário.

Constituir-se-á, assim, em Brasília, progressivamente, à medida que a

Universidade se edifique, um verdadeiro *campus* que comporá o ambiente propício à transmissão da experiência, não apenas através das atividades curriculares mas, também, através do convívio diário de alunos dos diferentes cursos e entre alunos e professores, o que ensejará a formação de mentalidades mais lúcidas e de personalidades mais equilibradas.

Por todas essas razões é que a Universidade de Brasília constitui, hoje, a principal reivindicação dos cientistas, dos intelectuais e dos professores universitários brasileiros. Por isso, também, é que a Comissão de Planejamento conta obter ajuda financeira e assistência técnica de entidades estrangeiras e internacionais de incentivo ao ensino e à pesquisa, em montantes jamais obtidos por outros empreendimentos nacionais. Ainda por estas razões é que a criação da Universidade de Brasília deve ser vista como o passo mais decisivo que nos é possível dar neste momento para a renovação dos nossos padrões de organização universitária. Uma vez construída e posta em funcionamento, ela constituirá um modelo novo cuja existência incentivará e ajudará as outras universidades a precederem à renovação por que seus melhores professores e alunos reclamam há tantos anos.

O programa de execuções da Universidade de Brasília deverá desdobrar-se por dez anos para distribuir por vários exercícios o investimento que ela exigirá e, sobretudo, para assegurar o prazo necessário à formação e pós-graduação, nos melhores centros nacionais e estrangeiros, do futuro pessoal docente que nela deverá servir. São bem conhecidos os graves danos ocasionados a nossos padrões de ensino pela

improvisação do magistério que tem permitido a multiplicação de escolas superiores pelo País a fora. A Universidade de Brasília, para fugir a essa contingência, deverá instalar-se, progressivamente, série por série, para que cada contingente de professores que devam entrar em exercício seja previamente preparado no mais alto nível. Só assim será possível assegurar-se, no Brasil, pela primeira vez, a necessária autonomia cultural para que possamos dar formação completa, até o nível de doutoramento, em todos os ramos do saber.

O sistema duplo de Institutos Centrais e Faculdades facilita este procedimento, de vez que permite escalonar o plano de edificações, de equipamento e de preparo de pessoal docente através de vários anos. Segundo os estudos da Comissão de Planejamento, os Institutos Centrais serão construídos de 1962 a 1963, simultaneamente com a preparação dos professores, aquisição e instalações dos equipamentos e a elaboração do material didático para o início dos cursos de primeira série, em 1964. Daí em diante, ano após ano, as diversas séries serão instaladas e postas em funcionamento, do mesmo modo. Assim, as Faculdades só precisarão iniciar seus trabalhos em 1966, para graduar suas primeiras turmas de 1968, quando o conjunto de edificações, de laboratórios e o quadro de pessoal docente deverá estar completo.

A Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília, levando em conta os reclamos dos jovens que se graduarão no corrente ano, em cursos colegiais mantidos por diversos estabelecimentos do Distrito Federal, julga possível oferecer-lhes oportunidade de educação superior,

instalada em alguns cursos em março de 1962, segundo o esquema transitório.

Os cursos previstos serão de Direito, Administração Pública, Administração de Empresas, Economia e Finanças, Arquitetura e Urbanismo e da formação do Professor de Língua e Literatura Portuguesa. Nesses campos conta-se já, em Brasília, com certo número de professores de alta capacidade, transferidos de outras universidades, ou é possível trazer docentes de outros pontos do País. Acresce, ainda, que seu ensino não exige instalações custosas nem equipamento especializado.

Uma comissão integrada por autoridades de reconhecida competência elabora, nesse momento, o programa dos cursos, tendo em vista emprestar-lhes uma estrutura flexível que permita aos alunos só fazer opção definitiva pela carreira que seguirão após o primeiro ou segundo ano de estudos.

O projeto de lei

A Mensagem nº 128/60 do Poder Executivo, que solicita autorização para instituir a Fundação Universidade de Brasília, na passagem pela Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei nº 1.861/60, foi aprimorada por relevantes contribuições das Comissões de Educação e Cultura, de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças, alcançando uma forma que a recomenda altamente à aprovação do Senado Federal.

Em seus vinte artigos, o Projeto de Lei dá as diretrizes básicas indispensáveis para instituir-se o novo padrão de estrutura

universitária por que o País reclama, sem descer a pormenores capazes de tolherem, amanhã, a liberdade de experimentação e de renovação indispensáveis a uma Instituição de ensino e de pesquisa.

Suas linhas mestras consistem em adotar, como padrão institucional, a forma de Fundação, ao invés de Autarquia, como ocorre com as demais universidades federais. Ser uma fundação atípica, de caráter especial, instituída pelo Poder Público e por ele dotada de patrimônio e provida nas necessidades de manutenção, tal como foi feito sempre que uma causa de alta relevância nacional o exigiu.

O caráter da Fundação assegurará à Universidade de Brasília a necessária autonomia e a indispensável responsabilidade para que opere eficientemente como uma instituição pioneira, nos moldes planejados. Não terá, por isso, a Universidade de Brasília, um quadro de funcionários equiparados aos servidores públicos, cujos salários sejam fixados por lei e cujos deveres e direitos se rejam pelos estatutos de funcionários públicos. Em lugar disto, ela organizará seus quadros, com base na legislação trabalhista e nos seus princípios estatutários que estabelecerão a carreira do magistério, com os cargos e os graus universitários correspondentes, obedecido o princípio constitucional do provimento de cátedras por concurso de títulos e provas. Sobre este assunto, cujo mérito é específico da douda Comissão do Serviço Público, melhor tratará esse órgão técnico do Senado Federal.

O corpo docente da Universidade gozará de plena autonomia didática, técnica e científica, mas, para exercê-la, os

professores titulares, adjuntos e assistentes reunir-se-ão em Departamentos responsáveis pela utilização do material didático e pela programação do trabalho de seus membros, acabando-se, assim, com a figura do catedrático autocrata, sem prejuízo da estabilidade, indispensável à função docente e da liberdade de ensino.

A direção superior da Fundação instituidora e mantenedora da Universidade caberá a um Conselho Diretor, devendo o Presidente deste exercer as funções que nas universidades tradicionais, cabem ao Reitor eleito pelos professores.

O controle do Poder Público sobre a Fundação se exercerá pela renovação dos membros do Conselho, através de escolha sobre lista tríplice apresentada para cada vaga. Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade serão estruturados nos estatutos.

No que se refere à constituição do patrimônio da Universidade e das implicações financeiras que apresentam vários dos dispositivos do Projeto, a Comissão de Finanças, dentro de sua competência regimental, as apreciará convenientemente.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando ao mesmo alguns reparos, todos, ao nosso ver, de caráter meramente redacional ou imposto pela adoção do regime parlamentar que tornou impróprias algumas formulações.

*Emendas ao Projeto de Lei da Câmara
Número 122/61*

Emenda nº 1 - CEC

Ao art. 1º.

Onde se lê "decreto do Presidente da República", leia-se: "decreto do Presidente do Conselho de Ministros".

Emenda nº 2 - CEC

Emenda ao art. 4º.

Onde se diz: "Distrito Federal por entidades" diga-se: "Distrito Federal e por entidades".

Emenda nº 3 - CEC

Ao art. 11.

Onde se lê: "Do Presidente da República" leia-se: "Do Presidente do Conselho de Ministros".

Emenda nº 4 - CEC

Ao art. 13.

Substitua-se a expressão "e disciplina", visivelmente truncada na datilografia, pela palavra didática, tal como se encontra no texto original da Mensagem do Poder Executivo.

Emenda nº 5 - CEC

Ao art. 14 - parágrafo 2º

Tratando-se de matéria nova, que deve constituir um artigo e não simples parágrafo do anterior, passa a constituir o artigo número 15, alterando-se a numeração daí por diante.

Emenda nº 6 - CEC

Ao art. 16

Também truncado pela datilografia, deverá voltar à forma original que é: "Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela Legislação do Trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias".

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1961. - Menezes Pimentel, Presidente. - Jarbas Maranhão, Relator, - Lino de Mattos, Lobão da Silveira, Saulo Ramos, Mem de Sá, vencido pelos motivos expostos na reunião.

Nº 766, de 1961

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1961, número 1.861-D, de 1960, na Câmara, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

RELATOR: Senador Jarbas Maranhão

O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, visa a autorizar o Governo Federal a instituir a Fundação Universidade de Brasília, com a finalidade de criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

A Comissão de Educação e Cultura, órgão técnico ao qual incumbe o exame do mérito da proposição, já se manifestou na espécie, aduzindo considerações favoráveis à

sua aprovação nos termos das emendas de número 1 - CEC a 6 - CEC.

À Comissão de Serviço Público Civil cabe agora examinar os aspectos do projeto que dizem respeito à conveniência e oportunidade para o serviço público, atenta também à sistemática vigente para as repartições em geral.

As partes que interessam de perto ao estudo deste órgão técnico estão consubstanciadas no parágrafo 2º do artigo 14 e nos parágrafos 1º e 2º do art. 16.

Nesses dispositivos estão prescritas as normas que regerão a administração de pessoal da Universidade e da Fundação, tudo em perfeita consonância com as diretrizes técnicas tradicionalmente adotadas por entidades dessa natureza.

Assim, três são as modalidades de admissão de pessoal prevista no presente projeto. A primeira, consoante as prescrições estatutárias de Universidade, prevê a criação da carreira do magistério, devendo os cargos que a integram ser providos, quando em caráter de cátedras efetivas, mediante concurso de provas e títulos. A segunda admite a locação de serviços através de contrato, na forma da legislação trabalhista. A terceira autoriza a requisição de pessoal da administração direta ou de autarquias.

Como se observa, o projeto em nada conflita com as normas vigorantes do serviço público, obedecendo mesmo aos critérios usuais da administração em geral.

Quanto às emendas oferecidas pela Comissão de Educação e Cultura, observa-se

que elas vêm corrigir falhas do projeto, melhorando sensivelmente a sua redação.

Face ao exposto, opinamos pela aprovação do projeto, nos termos das emendas de nºs 1 - CEC a 6 - CEC.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1961. - Jarbas Maranhão, Presidente e Relator, Joaquim Parente; - Paulo Fender; - Fausto Cabral.

Nº 767, DE 1961.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 122, de 1961 (nº 1.861-D, de 1960, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências.

RELATOR: Senador Ary Vianna.

O projeto ora em exame nesta Comissão, originário do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Governo a criar a "Fundação Universidade de Brasília", instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação técnica, científica e cultural.

A Fundação, que será uma entidade autônoma e que deverá adquirir personalidade jurídica a partir da inscrição do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar, tem por finalidade criar e manter a própria Universidade de Brasília, através do seu patrimônio, que o projeto estabelece e discrimina.

A matéria já foi exaustivamente apreciada e aprovada em seu aspecto

pedagógico e cultural pela douta Comissão de Educação e Cultura, que ofereceu 6 emendas de redação. Por seu turno, a frustrada Comissão de Serviço Público também já se manifestou na espécie, do ponto de vista da conveniência e da oportunidade para o serviço público, atenta, igualmente, à sistemática vigente para as repartições em geral.

Cabe, agora, à Comissão de Finanças, apreciar a proposição dentro de sua esfera regimental.

Os pontos principais, sobre os quais compete, especificamente, a esta Comissão manifestar-se, referem-se à constituição do Patrimônio da Universidade e às dotações e subvenções que lhe são destinadas, como determina o projeto de um patrimônio financeiro próprio à Universidade de Brasília é condição essencial para que ela se constitua e possa atuar efetivamente como uma Fundação. Este patrimônio a ser assegurado pela União é que lhe garantirá a capacidade de programar seu próprio desenvolvimento, através de programas de financiamento que permitam distribuir por vários anos o investimento básico em prédios e equipamentos.

Dentre os bens a serem doados à Universidade destaca-se, por seu vulto, a renda das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional, pertencentes à União. Observe-se que para melhor preservar o caráter de órgão de economia mista daquela empresa e assegurar seu programa de expansão, a lei não fala de lucros, mas da renda das ações, que é calculada a uma taxa fixa de 7,5% ao ano sobre o valor nominal das ações. A renda semestral prevista por esta conta é de

apenas Cr\$ 197.988.195,00, mas terá para a Universidade um valor muito maior que uma dotação orçamentária igual ou mesmo superior, porque permitirá à Fundação realizar uma operação bancária de financiamento, através da qual, comprometendo uma parcela desta renda pelo período de 10 a 15 anos, levantará no prazo de 30 meses os fundos necessários para a edificação e o equipamento do conjunto básico dos Institutos Centrais, Faculdades e órgãos complementares da Universidade.

Deste modo, será possível empreender de uma só vez, em três anos, a construção de todo o conjunto da Universidade e o custo das edificações que deverão ser utilizados através de vários decênios, em lugar de onerar um só ou poucos orçamentos, poderá distribuir-se por um longo período.

A lei prevê, ainda, a concessão à Universidade de Brasília, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, de um conjunto de 12 superquadras urbanas, para venda, com o objetivo de obter recursos para o programa de edificações ou para constituir uma fonte de renda destinada à sua manutenção. Tratando-se do único conjunto de superquadras outorgado livremente pela Novacap, com base nele, será possível organizar-se um empreendimento imobiliário que, com garantia na hipoteca das superquadras, permita levantar recursos para a construção de apartamentos para venda ou aluguel. Um plano nestas bases está sendo estudado com a colaboração de técnicos do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de permitir a construção de apartamentos indispensáveis à instalação do corpo diplomático em Brasília. Este programa permitirá à Universidade de

Brasília obter em pequena escala os benefícios que, há um século, Abraham Lincoln concedeu às Universidades norte-americanas através do programa do *Land-Grant*.

O projeto assegura, ainda, uma doação específica na forma de fundo (Cr\$ 50.000.000,00) à Editora Universidade de Brasília, com o objetivo de garantir recursos para cumprir seu programa de editar, em língua portuguesa, as obras básicas da ciência, da tecnologia e da cultura moderna, de modo que os jovens brasileiros possam realizar cursos universitários de bom padrão, apenas com o domínio do vernáculo, como ocorre em todas as nações modernas.

Prevê-se, ainda, a concessão de metade da renda da Rádio Nacional, avaliada em Cr\$ 10.000.000,00, ao equipamento e manutenção da Rádio Universidade de Brasília. Deste modo, aquela empresa do patrimônio nacional, inteiramente entregue à atividade comercial, passará a contribuir para o programa cultural da maior relevância.

A rádio será o grande instrumento de extensão da Universidade de Brasília. Destina-se a ministrar cursos por radio-difusão e por correspondência para a capacitação do professorado de nível primário e médio do País, em articulação com a Faculdade de Educação; a orientar o preparo de candidatos aos exames vestibulares às diversas universidades; e à elevação do padrão cultural do nosso povo através de programas de difusão científica, de informação artística e literária e de intensificação da solidariedade nacional.

A proposição estende à Universidade, como um dos órgãos fundamentais de Brasília, as obrigações da Novacap para com os serviços públicos, determinando que realize as obras de urbanização e de instalação de serviços de água, luz, esgotos e similares na área em que será instalado o conjunto universitário e, ainda, que construa ou colabore na edificação dos órgãos de interesse comum da cidade e da Universidade, tais como a Biblioteca Central, a Rádio, a Editora e o Estádio Universitário.

Finalmente, o projeto concede à Universidade as mesmas regalias asseguradas ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e a outros órgãos de ensino superior e de pesquisa na importação de equipamento para laboratório, publicações e materiais para trabalho científico e didático. A faculdade de importar sem licença prévia e ao câmbio mais favorecido que a lei permita dará à Universidade de Brasília as condições necessárias para realizar programas conjuntos de pesquisas com universidades estrangeiras e facilitar a obtenção de auxílio de organizações internacionais na constituição do acervo da Biblioteca Central e no equipamento dos laboratórios de pesquisa e de ensino.

Nestas condições, nada havendo, do ponto de vista específico desta Comissão, que possa ser aduzido contra o Projeto, opinamos pela sua aprovação, bem assim das emendas da douta Comissão de Educação e Cultura, apresentando, ainda, a seguinte emenda:

Emenda nº 7-C.F.

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

Artigo - A Fundação e a Universidade ficam obrigadas à prestação de suas contas, anualmente, perante o Tribunal de Contas da União.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1961. - Daniel Krieger, Presidente, - Relator, - Mem de Sá, Irineu Bornhausen, Fernandes Távora, Eugênio Barros, Gaspar Veloso, vencido quanto à emenda. - Fausto Cabral, vencido quanto à emenda - Saulo Ramos, vencido quanto à emenda. - Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE - A Comissão de Educação e Cultura ofereceu ao Projeto seis emendas, de nºs 1 a 6-CEC, a que atribui o caráter de emenda de redação.

As de nºs 1 a 3 mandam substituir, nos arts. 1º a 11, as palavras do "Presidente da República" por "do Presidente do Conselho de Ministros", como decorrência da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo no País.

As de nº 2, 4 e 6 destinam-se a retificar erros, presumivelmente datilográficos, existentes nos arts. 4º, 13 e 16.

A de nº 5 determina que o § 2º do art. 14 se transforme em artigo autônomo.

A Mesa julga conveniente que a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste sobre se essas emendas especialmente as de nº 1 e 3 constituem, de fato, simples emenda de redação, uma vez que aquelas transferem matéria da competência do Presidente da República para o Presidente do Conselho de Ministros.

Diz o Regimento, no § 2º do artigo 232:

"Quando houver dúvida sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição e Justiça".

Nessas condições, a Mesa pede o provimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Achando-se a matéria em regime de urgência especial, o parecer deve ser dado em plenário. A Presidência pede ao Sr. Presidente da Comissão que designe relator para a matéria e, se for o caso, solicite o prazo de que necessitar para o seu pronunciamento.

Tem a palavra o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de designar relator para opinar sobre a matéria.

O SR. DANIEL KRIEGER (*Não foi revisto pelo orador*) - Senhor Presidente, designo Relator da Comissão de Constituição e Justiça o nobre Senador Heribaldo Vieira, para pronunciar, verbalmente, o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira

O SR. HERIBALDO VIEIRA: (*Não foi revisto pelo orador*) - Sr. Presidente, as emendas apresentadas pela douta Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei nº 122, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências, são consideradas, pela mesma comissão, como emendas de redação.

Examinando-as deliberadamente verificamos que, na verdade, todas elas não

visam senão a corrigir erros, alguns de datilografia, outros de lapso de redação, pelo que demos parecer favorável a que como de redação sejam entendidos.

A Emenda nº 1 ao art. 1º manda que, em vez de "Decreto do Presidente da República", leia-se "Decreto do Presidente do Conselho de Ministros".

Trata-se de Decreto aprovando estatutos. Pelo Ato (Adicional nº 4 art. 13, inciso III), esse decreto, que podemos considerar regulamentador, porque aprova estatutos, está compreendido no poder de regulamentar conferido ao Presidente do Conselho de Ministros.

A Emenda nº 2 determina que onde se lê "Distrito Federal por entidade" diga-se "Distrito Federal e por entidades".

Houve omissão da conjunção "e", o que constitui erro puramente redacional.

A Emenda nº 8 é idêntica à de nº 1. Substitui a expressão "do Presidente da República" pela "de Presidente do Conselho de Ministros".

Tratando-se de decreto regulamentador - como já acentuamos -, que aprova os estatutos da Universidade que se pretende criar, constitui decorrência do art. 18, inciso III, do Ato Adicional nº 4.

A Emenda nº 4 ao art. 13 determina a substituição da expressão "e disciplina" por "didática", tal como se encontra no texto original da Mensagem do Poder Executivo.

Houve, como se vê, erro da datilografia. A Mensagem do Poder Executivo continha a

palavra "didática" e não "disciplina". Trata-se, ainda uma vez, de emenda de redação.

(Lendo)

"Tratando-se de matéria nova, que deve constituir um artigo e não simples parágrafo do anterior, passa a constituir o art. 15, alterando-se a numeração daí por diante".

Sendo matéria não relacionada com o art. 14, aconselha a Comissão de Educação e Cultura passe esse dispositivo a constituir um artigo em vez de um parágrafo.

É, como se observa, simples emenda de redação com o objetivo de dar melhor forma ao texto do projeto.

A emenda nº 6 ao art. 16 visa também a corrigir a redação do artigo, que está truncada.

Está assim redigida:

(Lendo)

"Os contratos de pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela Legislação do Trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado o pessoal do serviço público e das autarquias".

É como está na Mensagem Presidencial, não tendo sido alterado o texto em nenhuma das Casas do Congresso Nacional. Assim, é natural que seja mantido tal como consta da Mensagem do Poder Executivo, porque verdadeiramente correto.

Trata-se, apenas, de emenda de redação, da mesma forma que as outras."

Desta maneira, a Comissão de Constituição e Justiça conclui pela aprovação das emendas, considerando-as, sem exceção, emendas de redação.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Projeto com as emendas.

O SR. MEM DE SÁ (*Não foi revisto pelo orador*) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tomo a palavra apenas para justificar a posição singular que vou assumir em face do Projeto que cria a Fundação Universidade de Brasília.

Sei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que somente eu votarei contra este Projeto que merece, pelo que ouço, o apoio entusiástico de todos os colegas ou pelo menos da grande maioria deles.

Não pretendo debater o assunto, pretendo simplesmente deixar nos Anais da Casa a justificação da posição que tomo.

Entendo que matérias dessa importância e dessa gravidade - educacional, administrativa ou que se refira a problemas de ordem econômico-financeira - devem ser examinadas friamente, exclusivamente à luz da razão, sem que nos deixemos perturbar pelo clima emocional tão freqüente nas Assembléias e nos Órgãos Coletivos, sem que nos deixemos perturbar pelo entusiasmo que certas proposições despertam, sem que nos deixemos contagiar daquilo que os anglo-saxões denominam *wishfull thinking*, expressão para a qual não encontro tradução perfeita em português.

Wishfull thinking seria o pensamento cheio de desejo, seria pensar mais através do desejo do que do raciocínio.

Creio que, no caso em tela, o *wishfull thinking* dominou os autores do Projeto e vai dominar a grande maioria desta Casa, como já dominou a outra.

Entretanto, Sr. Presidente, é preciso distinguir cuidadosamente o plano da Universidade de Brasília e a lei que vamos votar. O plano elaborado só merece louvor e é realmente de entusiasmar. Foi confiado a um grupo de homens de indiscutível saber e valor, homens que amadureceram no estudo dos problemas educacionais brasileiros e, sobretudo, do ensino universitário, todos eles movidos pela intenção de modernizar, de atualizar a estrutura do nosso ensino universitário que, sem dúvida alguma, está superada e precisa, realmente, ser reformulada.

Rendo as homenagens da minha admiração e o aplauso do meu louvor a essa plêiade de técnicos educacionais. Não tenho nenhuma dúvida em destacar entre eles o professor DARCY RIBEIRO, que está presente a esta Casa, como tem estado presente a todas as sessões em que o Congresso examinou o problema na Câmara e aqui no Senado.

Louvo e admiro a dedicação que ele vota a essa causa, que fez sua; dedicação tal que o faz permanecer no Congresso, lutando pela vitória do que constitui um ideal, tanto na Câmara, como disse, como no Senado, tanto quando era governo o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, como depois, quando era governo o Sr. Jânio Quadros, como agora, quando é governo o Sr. João Goulart ou o Conselho de Ministros, não se sabe bem ainda.

Mas, dizia eu, é preciso distinguir o plano através do qual se pretende instituir, no Brasil, uma Universidade do tipo moderno, calcada nos padrões norte-americanos, e a lei que vamos votar. Digo que é preciso distinguir, porque o plano não está na lei. A lei muito pouco fala a respeito do que se pretende fazer. Quase nada se encontra na lei a respeito dessa estruturação e do funcionamento da futura Universidade de Brasília.

O plano está nos relatórios que serviram de base à mensagem, sobretudo no trabalho feito pelo Professor Darcy Ribeiro e, ainda, na sua concepção.

Tanto é necessário distinguir o plano da lei que, se por uma dessas vicissitudes da política, o Professor Darcy Ribeiro não fosse o indicado para reitor, ninguém poderia afirmar - nem ele mesmo - que o plano por ele concebido e que deu margem a esse projeto, viria a ser realizado. Se amanhã, por uma dessas metamorfoses políticas, tivermos um Presidente que prefira substituir, através do Conselho Diretor, o Reitor Darcy Ribeiro por um dentista qualquer de um município do interior do Brasil, esse dentista pode perturbar, transformar e subverter tudo que foi planejado e começado a executar.

Não se pense que estou divagando tratativas no Brasil, os exemplos se explicam. Eu mesmo, que não tenho muita experiência de vida administrativa, presenciei, assisti ao nascimento de uma das mais belas organizações jamais tentadas neste País e, depois, assisti à sua decrepitude e, quase, à sua morte.

Vi nascer o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vi como se implantou e como dentro dele se criou um verdadeiro templo de dedicação ao serviço público através do exemplo de um outro homem admirável e de um devotamento evangélico, como era Mário Augusto Teixeira de Freitas. No entanto foi ali criada uma autarquia, e havia uma série de disposições e órgãos controladores delas. Não obstante, anos passados, essa autarquia foi transformada num antro de negociatas, e a obra admirável de Teixeira de Freitas quase se perdeu. Agora se tenta, com enorme esforço, restaurar ou fazer-se ressurgir do monturo aquele grande Instituto.

O que é importante fixar - esta a primeira razão que me leva a não aprovar a lei - é que, desde o momento em que ela seja promulgada, o Congresso não mais terá qualquer contato ou ingerência com a fundação; só tomará conhecimento dela para votar as dotações que a irão manter e, mesmo ao fazê-lo, nem se poderá permitir o luxo de fazer especificações ou discriminações na despesa, não obstante o preceito constitucional determinar que o Orçamento da Despesa obedecerá a rigorosa especificação. As dotações que o Congresso vier a conceder às universidades de Brasília serão sempre, necessariamente, globais.

Mas não é só o Congresso que perde o contato ou perde qualquer possibilidade de controle de fiscalização sobre essa Fundação e Universidade; também o Poder Executivo não terá como exercê-lo.

O Presidente da República, inicialmente, escolhe os seis membros que vão constituir o Conselho Diretor das

Fundações, mas mesmo essa liberdade de escolha dos seis primeiros membros ele a perde depois, porque, nas vagas sucessivas, quando esses membros terminarem seus mandatos, aí o Presidente da República deverá nomear um dos indicados em lista triplíce, pelo Conselho.

Assim é que, promulgada a lei, esse ente nasce e, ao nascer, se emancipa, se torna autônomo e não presta nem dá contas mais, nem ao Poder Executivo, nem ao Legislativo.

É evidente que, também nesse passo, o Plano obedeceu ao modelo norte-americano. Prevalece na América do Norte o tipo das universidades mantidas por fundações e as fundações são dirigidas por um conselho de curadores.

Mas as fundações norte-americanas são fundações de direito privado, mantidas pela magnificência dos homens que enriqueceram, e que, por serem anglo-saxões, ou por educação, ou por qualquer outro mister, têm essa compreensão de que, depois de haverem enriquecido à custa da sociedade, devem a essa sociedade devolver grande parte dos bens hauridos através de imensos legados e imensas verbas, para fins culturais e artísticos.

Então, vemos a coisa prodigiosa que é a Universidade de Colúmbia, que possui os pontos mais ricos e mais importantes de Nova Iorque através de doações que lhe foram feitas, Universidade que é dirigida pelo Conselho de Curadores, mas sempre com caráter privado; não há ali fundos públicos. Lá as universidades estatais não obedecem ao critério de fundações, como lá

são de direito privado, criados e mantidos pelos recursos privados. O Conselho Diretor integrado por homens que irão dirigir as universidades e não percebem qualquer salário ou vencimento. Esses homens são escolhidos entre expoentes das diversas classes, da cultura, das atividades econômicas, da ciência, que possam dedicar-se integralmente à administração da universidade, porque isso lhes confere uma honraria, uma benemerência que a sociedade aplaude.

No Brasil, como se pretende fazer, na Universidade agora em exame - apesar de ser uma fundação de direito público -, os seis membros do Conselho Diretor, seguindo as normas do Código Civil, não receberão remuneração de espécie alguma. Haverá, creio eu, alguma dificuldade em conseguir a formação desse conselho em Brasília, com seus membros para dirigirem a fundação sem perceberem quaisquer vencimentos, e à altura desses grandes e transcendentos cargos, será possível recrutá-los, talvez, entre os magistrados e os parlamentares. Haverá porém um problema de ordem constitucional, o de poderem os magistrados e parlamentares aceitar o encargo. Não entro, porém, na apreciação desse problema. O que é importante é recrutar esses seis homens, o que, a meu ver, em Brasília será difícil; uma vez que, nada percebendo, possivelmente não terão o interesse, o afã, o acúleo que se lhes exige. Esses seis homens - retomo - elegerão o reitor e o vice-reitor, e o reitor e o vice-reitor, *ad referendum* do Conselho Diretor, passarão a administrar, a gerir, a comandar a universidade em todos os seus aspectos e em todas as suas atividades. Terão poderes verdadeiramente excepcionais.

Entramos, assim, naquele velho problema da centralização com o controle ou da descentralização e perda de controle.

Esta é uma tese apaixonante no direito administrativo moderno. As normas burocráticas, as leis que regulam o funcionamento dos órgãos centralizados entorpecem de tal maneira a administração que surge a tendência de criar órgãos desvinculados da administração central. Então, imaginaram, primeiro, as autarquias, pensando em lhes dar maior flexibilidade e maior liberdade de movimentos. Mais tarde verificou-se, ou pelo menos alegou-se, que mesmo nas autarquias a rigidez das leis criam situações de dificuldade e que os administradores não têm possibilidade de decisões prontas e de funcionamento expedito que as organizações privadas apresentam. Daí terem surgido as famosas sociedades de economia mista, no Brasil, para a atividade do Estado no campo de serviço público, no campo industrial. Essas sociedades de economia mista chegam a apresentar aspectos os mais pitorescos, verdadeiramente grotescos.

Temos, no Brasil, sociedades de economia mista submetidas à Lei das Sociedades Anônimas em que só existe um acionista, que é a União.

Agora, fazendo *pendant* ou parêntese com a Sociedade de Economia Mista, para o campo da educação e da instrução se concebe esta nova forma - a fundação de direito público. Criada a Fundação, a lei estabelece que a mesma passa a ser mantida com os recursos orçamentários e administrada pelo Conselho Diretor e pelo Reitor, sem prestação de contas, sem controle de nenhuma autoridade.

A propósito desta velha pendência entre centralização e descentralização, tomo a liberdade de ler, para o Senado, a conclusão a que chegou o Décimo Primeiro Congresso Internacional de Ciências Administrativas realizado em Wiesbaden, de 30 de agosto a 3 de setembro de 1959, Congresso a que compareceram quatrocentos e cinquenta delegados representando cinquenta e três países; entre estes, tivemos a honra de ser representados por uma delegação chefiada pelo ilustre Dr. Luiz Simão Lopes.

Naquele Congresso, um dos temas foi precisamente este: "Devolução de Poderes às Instituições autônomas". O relatório ficou a cargo do Professor Brian Chapman, da Universidade de Manchester.

As suas conclusões são extremamente interessantes para o caso em tela.

(Lendo)

"O movimento pela criação de instituições autônomas tem sido uma consequência do crescimento do Estado moderno; sob vários aspectos - eficiência, democracia, educação - considerou-se, na maioria dos países, que a melhor solução consistiria em alguma nova forma de pluralismo administrativo. Na conferência de Opatija (1957), não houve um defensor sequer da doutrina de centralização.

A criação de entes autônomos envolve, porém, riscos contraditórios. Por um lado, se forem realmente autônomos, agindo sem consideração pelos interesses de outras instituições, do público e do Estado, degenerarão tais entes numa forma de feudalismo administrativo, do qual já há vários exemplos. Por outro lado, se forem

submetidos a estrito controle ministerial - conforme geralmente acontece - ministros e governos intervêm nos negócios privados desses órgãos e adquirem um novo campo para o empreguismo. Significa isto que, após muitos anos em que se tentou, nem sempre com sucesso, tornar ministros e governos responsáveis pelos seus respectivos departamentos, uma nova administração paraestatal surgiu, na qual ministros, altas autoridades e administradores de órgãos públicos estão, novamente, fora do controle público.

De acordo com os dados dos vários relatórios nacionais, os maiores beneficiários da transferência de poderes a instituições autônomas têm sido administradores e políticos. Criadas, sob um generoso espírito, para suplementar as necessidades da sociedade moderna, tornaram-se as instituições autônomas um fim em si mesmas, e um instrumento de controle executivo. O estudioso da administração pública, o especialista em direito administrativo, e talvez o público em geral, têm, todos, motivo para preocupação".

Confesso, Sr. Presidente, que na minha pequenez, participo dessas preocupações. Está se dando para atingir *Scylla* um excesso de poderes que nos levaria a cair em *Charybdes*.

O excesso de autonomia que se concede tem, portanto, esses aspectos a focar. Primeiro, do ponto de vista administrativo, nós vamos para o que o Professor Champman chamou de novo tipo de feudalismo administrativo. Há ainda a questão vinculada ao problema

administrativo, mas que se pode destacar pela importância o aspecto financeiro.

Queria dizer, em breves palavras, aos eminentes Pares, a grandiosidade do plano; não o que figura na lei, porque na lei está mencionado; mas o plano que existe nos relatórios e, sobretudo, na concepção generosa do Professor Darcy Ribeiro.

A Universidade de Brasília pretende ter 10.000 alunos, praticamente todos em regime de internato. Precisar, para isto, de 1.650 professores. Então, se prevê a criação de uma Cidade Universitária que reunirá inicialmente, pelo menos 15.000 pessoas.

A área a ser construída, segundo o projeto, até 1970, é de 600.000 metros quadrados. Como o metro quadrado de área construída em Brasília, principalmente para essas finalidades, não pode hoje abaixar de Cr\$ 20 mil cruzeiros, nós teríamos doze milhões aos preços atuais.

Há ainda a urbanização que, segundo o projeto, ficará a cargo da NOVACAP. Mas, nem por isso, deixará de custar, e muito, aos cofres públicos, que são sempre a matriz de todas essas despesas.

Para laboratórios e bibliotecas, em 1959, quando o plano foi concebido, com o dólar de custo a cem cruzeiros, estimou-se que seriam necessários despendere quase cinco milhões. Com o dólar hoje a trezentos cruzeiros, a quantia será de quinze milhões de cruzeiros.

Passemos ao capítulo referente ao aperfeiçoamento do pessoal docente. Os que projetaram a Universidade reconhecem a considerável deficiência de docentes, em

nosso País, para um estabelecimento desse tipo. Então prevêm que, dos 1.650 professores, nada menos de 690 deverão fazer, até 1970, cursos, de um e dois anos, no estrangeiro. Fazendo os cálculos, verificaremos que não baixará de quatro milhões de dólares as despesas com esse item.

A Universidade terá também de possuir, para sua Faculdade de Medicina, um hospital de clínicas que será, evidentemente, o mais completo, a fim de estar a altura da Universidade. É certo que esse hospital ou outro qualquer do gênero terá de ser construído, mais dia menos dia, em Brasília, que já está necessitando de mais um hospital.

Peço então aos eminentes Colegas que, num esforço de imaginação, ponham a sua previsão no que será essa entidade em funcionamento. Que imensa administração. Que caudais de recursos financeiros para manter essa cidade universitária com 15 mil pessoas, sendo 10 mil estudantes de ambos os sexos, com laboratórios, bibliotecas, teatros, esportes e todas as outras seções e departamentos, necessários à vida desse campus, desde os problemas mais grosseiros, como os de lavanderia e de alimentação até os mais elevados, os dos programas das pesquisas do desenvolvimento, dos estudos científicos etc.

Eu não digo - nem creio que alguém possa desde já dizer - que cifra, que montante deverá ser manejado pelo Reitor, com a aprovação do Conselho Diretor, durante o levantamento dessa Cidade Universitária e, depois, na sua administração.

Outro aspecto, além do administrativo, que me preocupa profundamente, é o da orientação filosófica que será impressa à Universidade.

Nas atuais escolas e universidades brasileiras, essa orientação tem sido deixada ao azar dos concursos, porque o provimento das cátedras é feito, inalteravelmente, por concurso. Os concursos é que escolhem os catedráticos e estes, com a liberdade que têm, imprimem ao ensino a orientação que lhe é pessoal.

Na Universidade que vai ser criada, porém, isso pode suceder de outra maneira, porque a autoridade do Reitor é de tal ordem que ele pode constituir o corpo docente dentro da orientação que lhe for preferida.

É evidente que não estou, neste momento, pensando em pessoas. Situo o problema em caráter rigorosamente impessoal e, mantendo essa impessoalidade, direi que, se for escolhido para Reitor um materialista ou marxista, ele organizará toda essa Universidade com um corpo docente que tenha a mesma orientação. Se, ao contrário, for escolhido um reitor espiritualista, a orientação será exatamente oposta.

Digo isso sem atribuir nenhuma injúria ou demérito, porque é natural que o Reitor, tendo um certo pensamento ou orientação filosófica, prefira ou escolha os que participem dessa orientação.

O Sr. Mourão Vieira - Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ - Com muita satisfação.

O Sr. Mourão Vieira - Ai está o perigo. Se há essa possibilidade de o Reitor organizar seu *staff* nos moldes que bem entender, quando substituído por outro de orientação filosófica diferente, dar-se-á o caos, a confusão no ensino. Temos de evitar, a todo custo, uma tal possibilidade, como muito bem disse V. Exa.

O SR. MEM DE SÁ - Esse é um dos aspectos. O primeiro é o problema administrativo, o segundo, o financeiro, e o terceiro, a orientação filosófica.

Se não temesse decair no nível em que estou situando o debate, seria capaz de lembrar o que aconteceu com esse inominável ISEB, que foi criado como um quisto dentro do Ministério da Educação e Cultura e que, como todos sabemos, se transformou num órgão simplesmente deplorável quanto à orientação que ali foi impressa.

Ora, esse caso de orientação me afigura muito importante. É certo que a ciência é amoral. A ciência é definida como dizendo "aquilo que é"; então, não há moral nem imoralidade no estudo e na pesquisa científicos. Mas a doutrina sempre, necessariamente, deverá ser inspirada por um princípio moral ou filosófico, porque a doutrina é tida como dizendo "como deve ser", enquanto a ciência diz o que é, a doutrina diz como deve ser.

É verdade que a doutrina deve ser baseada, alicerçada na ciência; mas a doutrina sempre estabelece soluções preconizando fórmulas. Então se fala na Doutrina Social da Igreja, na Doutrina Marxista e em todas as outras doutrinas existentes.

Ora, numa Universidade não é possível deixar de haver Ciência e Doutrina, e muitas matérias, muitas cadeiras, principalmente nas Faculdades de Direito, na Faculdade de Filosofia, na Faculdade de Economia, muitas delas são mais de doutrina que de ciência, e lidam, imensamente, sempre com o problema de orientação. Na Teoria Geral do Estado, na Teoria Geral do Direito, na Filosofia do Direito, em todas as cadeiras do curso de Filosofia, em Economia, sempre os problemas de orientação se colocam.

Ora, o recrutamento nesta Universidade será feito por quem?

O Projeto de Lei estabelece claramente que o Reitor escolhe livremente - notem; prestem atenção os eminentes Pares: o Reitor escolhe livremente, para cada unidade de ensino que se instituir, o que se chama um Coordenador.

No Projeto do Professor Darcy Ribeiro é chamado Assessor; na Lei se chama Coordenador, e esse coordenador, diz o Projeto, tem liberdade de escolher todo o pessoal docente e administrativo da unidade que ele dirige. De modo que o Reitor escolhe o Coordenador ou Assessor e esse gera, cria todo o corpo.

Não é só. E para que se não diga que há qualquer excesso nas minhas palavras, lerei o que está no trabalho do Professor Darcy Ribeiro à página 53:

"Os diversos órgãos de deliberação e coordenação entrarão em funcionamento depois de inaugurados os cursos, à medida que cada unidade universitária se estruture. Até então, a direção caberá ao Conselho Diretor, ao Reitor e ao Vice-Reitor, que

serão assistidos por assessores de sua livre escolha, um para cada unidade universitária a ser criada.

A esses assessores caberá: contratar e preparar as equipes com que se instalarão em Brasília, em data prevista; dar assistência aos arquitetos no planejamento das respectivas unidades; ...

E agora, prestem atenção:

... "planejar e promover a aquisição dos respectivos equipamentos e bibliotecas"; ...

As bibliotecas serão escolhidas por esses assessores.

... "preparar a elaboração dos livros de textos e outros materiais que devam ser adotados pela Universidade para os cursos iniciais".

De modo que o assessor, ou coordenador, de cada unidade universitária constitui o corpo docente da unidade. O quadro administrativo organiza a biblioteca e ainda elabora os livros de texto e outros materiais que devem ser adotados pela Universidade.

Como eu disse há pouco, nas outras faculdades e universidades brasileiras os professores são escolhidos por concurso. Este é o ponto alto e o ponto fraco dessas universidades.

No Brasil é necessário, é imperioso organizar-se a carreira de professor. O sistema do concurso com a vitaliciedade é, hoje em dia, criticado e condenado. É comum no Brasil os catedráticos se

considerarem donos da cadeira e abusarem do direito de propriedade. Tornam-se donatários de uma pequena capitania e abusam dos direitos da vitaliciedade assegurados pela Constituição.

Esse sistema não pode prevalecer. O sistema adotado pela Universidade de Brasília cai no extremo oposto, como acabei de demonstrar.

É verdade que o parágrafo 2º do art. 14 diz que:

§ 2º Os estatutos da Universidade organizarão a carreira do magistério, escalonando os diversos cargos e os graus universitários correspondentes, observando, quanto ao provimento efetivo das cátedras, o concurso de Títulos e Provas.

Este acréscimo referente ao concurso de títulos e provas veio de uma emenda do nobre Deputado Raul Pilla, apresentada na Câmara dos Deputados. Embora a Lei tenha registrado o concurso de títulos e provas para o provimento efetivo das cátedras, creio que não faço nenhum juízo temerário ou precipitado dizendo que ele jamais se realizará. O que prevalece do planejamento é que na carreira do magistério não mais deverá haver regime de vitaliciedade de professores.

Tanto isso é certo que o art. 16 estabelece de forma peremptória:

Art. 16. Os contratos do pessoal docente e administrativo da Fundação, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade rege-se-ão pela legislação do trabalho, podendo também ser para elas

requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

De modo que o corpo docente é escolhido inicialmente por um assessor ou coordenador, para cada unidade, e depois fica sujeito à Legislação do Trabalho.

Será organizada naturalmente a carreira do magistério, o que é louvável e aconselhável para o Brasil, permitindo que valores ingressem nessa carreira e depois progredam até alcançar os mais altos postos, só se conservando nesses postos enquanto se demonstrarem atualizados e capacitados para continuar professando.

Mas, como eu dizia, esse é um aspecto que me faz temer nessa ampla, irrestrita, absoluta autonomia e arbítrio que se dá a um pequeno número de homens no setor administrativo, no financeiro e, sobretudo, no de orientação.

Outro problema que me faz recusar a aprovação do projeto é o que se refere à localização escolhida para a Universidade.

Eu ainda estaria disposto a aceitá-la com a correção dos principais defeitos já por mim apontados, se ela se localizasse em zona adequada para uma experiência dessa importância. Creio mesmo necessária a experiência com uma universidade nesses moldes. Mas não em Brasília! Talvez seja a Nova Capital um dos poucos pontos contra-indicados do Território Nacional.

Entendo eu que as universidades pressupõem um ambiente social, uma certa concentração de civilização, não necessariamente numa grande cidade, mas numa zona que corresponda a um certo

índice de densidade demográfica, de maturidade social, de desenvolvimento cultural. Escolher-se o deserto para realizar uma experiência dessa monta me parece extremamente arrojado.

Realmente, nós todos que sofremos Brasília sabemos o que é Brasília fora dos discursos de comício e da publicidade paga na imprensa e no rádio. Nós todos sabemos o que é Brasília, o que falta a Brasília para ser uma cidade, para ter as condições mínimas do que se chama uma cidade. E nenhum de nós sabe - e creio que ninguém no mundo sabe - quanto já se gastou em Brasília. O que se pode é estimar, a grosso modo - e nessas estimativas as discrepâncias são grandes - o que já foi absorvido ou metido neste planalto até agora!

Mas o que menos ainda se sabe - e eu creio que nem a bola de cristal de um vidente poderia afirmá-lo - é o que ainda se precisa gastar no sentido de dar as condições mínimas para que isto se considere uma cidade. Só então eu poderia dizer o que é necessário despender para que Brasília tenha as condições mínimas para abrigar uma universidade.

Para que se crie essa Universidade, dentro da concepção dos seus autores, será preciso muito tempo. Mas sobre tudo é mister considerar que ela será um sorvedouro de novos recursos. Teremos aqui dois sorvedouros dessa exaurida exausta finança pública brasileira: a Capital propriamente dita, e agora mais a Universidade.

O Sr. Vivaldo Lima - Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ - Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima - Não desconhece V. Exa. o andamento moroso das obras da Universidade do Brasil no Estado da Guanabara, antiga Capital da República. Os blocos se erguem e ficam praticamente na sua estrutura de concreto armado. Parece que apenas um se acha construído e em funcionamento. O plano realmente é soberbo, de grande amplitude. Por que, então, não se sugerir que a Universidade de Brasília transfira seu patrimônio, suas verbas para a Universidade do Brasil, já que V. Exa. reconhece e prova que Brasília não comporta uma obra dessa magnitude, nem mesmo oferece campo para aproveitar-se um projeto dessa natureza.

O SR. MEM DE SÁ - Exato, e se houvesse problema de ordem legal intransponível, nada impediria e tudo aconselharia que se organizasse uma nova universidade desse tipo, não dentro, mas perto de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife...

O Sr. Benedito Valadares - Belo Horizonte.

O SR. MEM DE SÁ - Perfeito, Belo Horizonte.

O Sr. Vivaldo Lima - No Rio de Janeiro já está em andamento plano universitário de grande porte. Seria curial que os recursos destinados à Universidade de Brasília se transferissem à Universidade do Brasil.

O SR. MEM DE SÁ - Exato. Além do mais, lá haveria todas as condições para essa universidade e haveria ainda os candidatos para cursá-la, sem ser preciso organizar esse

regime de internato, de alojamento, de habitação para todos. Lá haveria o que se chama em sociologia o ecúmeno, que em Brasília não existe. Fugimos ao ecúmeno brasileiro com a Capital e agora com a universidade, quando tanto as universidades quanto as capitais devem estar dentro do coração do ecúmeno. Quer dizer, ao em vez de se atender às necessidades de estudos e pesquisas científicas, localizando-se organização desse porte por exemplo no Nordeste, que tanto necessita de planejamento, de estudos, de investigações, em vez de estabelecer uma universidade desse tipo na região nordestina, se vem localizá-la aqui em Brasília. A consequência, então, é que esta Universidade custará, pelo menos, três vezes mais do que custaria se fosse adequadamente localizada. E eu não faço nenhum esforço dialético para demonstrar isso. Basta nós reconhecermos a realidade. Sabemos demais que só vive em Brasília, só suporta Brasília quem sabe que vai ganhar muito bem, a começar por nós mesmos, parlamentares, que aumentamos os nossos subsídios e as nossas diárias para justificar e tornar possível nossa vida nesta cidade. Os Ministros, a começar pelos do Supremo, fizeram o mesmo, antes até de que houvesse lei nesse sentido. E o funcionalismo só fica aqui porque ganha dobrado, e quando se pensa em organizar um órgão novo, como o Superior Tribunal Eleitoral de Brasília, já consta da lei que os funcionários ganharão a famosa dobradinha.

Assim, só fica em Brasília quem ganha muito bem. No comércio só aqui permanece quem procura ganhar bastante para fugir daqui. Brasília se tornou, assim, em centro de imigrantes que vêm para ir embora, e de

maus imigrantes porque os bons imigrantes ficam.

De modo que esse problema permanecerá na Universidade que se vai criar. Desde o Reitor até o último contínuo aqui só ficarão se ganharem muito bem. Se o corpo docente não for muito melhor remunerado do que em qualquer outra parte não permanecerá aqui, mesmo porque, nas outras universidades, os docentes ainda podem obter rendas através de pareceres, publicações etc.

Ainda dentro do problema da localização, quero focar aspecto que parece desprecioso mas que, a meu ver, é tremendo. Rima e é verdade. É o problema sexual dessa Universidade. Quero que os eminentes colegas imaginem aqui em Brasília, nas condições que nós conhecemos de Brasília, uma Cidade Universitária com dez mil moças e moços, vindos de todo o Brasil, e mais cinco mil professores e funcionários moços, homens e mulheres.

Lembro o que a experiência americana pode depor a respeito. As universidades, quando localizadas junto de grandes centros, como New York, Boston e Chicago, apresentam os problemas sexuais muito esmaecidos; ao contrário, ele se agrava e a moral interna da universidade decai terrivelmente, quando localizadas junto de cidades pequenas e longe dos grandes centros.

É questão biológica, fisiológica, animal, que os tempos modernos, os cinemas, as revistas, o rádio e o resto agravaram tremendamente.

Eu, que ainda sou formado à antiga, prometo, solenemente, que não usarei das excelências que terá essa universidade, por maiores que forem, para as minhas netas, por que desejo que se criem dentro dos padrões em que fui criado.

Por último, lembraria aos meus eminentes Pares, para me justificar dessa atitude insólita de votar contra o Projeto, o conjunto do problema universitário brasileiro.

O problema universitário no Brasil

1. O problema universitário brasileiro, como, aliás, a grande maioria dos problemas brasileiros, não consiste em aumentar o que hora existe no País, acrescentando novos órgãos, mas, pelo contrário, em mudar a estrutura dos órgãos existentes, aparelhando-os e aprimorando-os.

2. Na rede federal, com as universidades criadas ao final do Governo Kubistchek, estamos atualmente com duas dezenas de universidades federais, pouco mais de três dezenas de escolas de engenharia e mais ou menos o mesmo número de escolas de medicina.

3. Nenhuma dessas universidades, escolas de engenharia ou escolas de medicina está em condições satisfatórias diante dos padrões modernos de eficiência, que precisam ser exigidos de tais escolas.

4. Na rede estadual ou particular de universidades ou escolas, a situação em nada é melhor e, salvo uma ou outra exceção, é, pelo contrário, pior, pois, hoje em dia, em

um país como o nosso, somente o poder federal dispõe de recursos para manter escolas de nível superior dentro de padrões adequados de eficiência.

5. A reestruturação universitária que o Governo Federal iniciou em 1958, ao organizar a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, COSUPI, de início operando apenas nos setores da engenharia e da medicina, além do setor de agronomia, irá custar ao País inúmeras dezenas de bilhões de cruzeiros, nos próximos anos, pois ela consiste em, gradativamente, na medida em que forem conseguidos recursos:

5.1 - construir novas instalações escolares, onde seja possível a convivência permanente de docentes e discentes, que atualmente não se verifica, mesmo nos prédios recém-construídos e onde, igualmente, seja possível reunir departamentos análogos de cada universidade em institutos, para impedir que o custo do ensino atinja níveis astronômicos, em cada universidade, pela multiplicação, contra-indicada tecnicamente, de instalações análogas (bibliotecas, laboratórios, equipamentos, serviços, pessoal científico e técnico);

5.2 - introdução de novos sistemas de ensino, com aulas práticas em laboratórios convenientemente equipados;

5.3 - introdução do sistema de tempo integral e da carreira do magistério para os docentes.

5.4 - remuneração condigna para os docentes da carreira do magistério e auxílio adequado para os discentes aos quais falem recursos.

5.5 - articulação das atividades escolares com as atividades sociais da região onde estiver situada a universidade.

6. No setor do ensino agrônômico, um dos mais importantes do Brasil, a situação ainda é mais trágica que em outros ramos do ensino superior, pois ainda nem sequer fomos capazes de valorizar devidamente a profissão do agrônomo ou, sequer, reconhecer o insubstituível papel que cabe a esses profissionais desempenhar em qualquer plano de desenvolvimento do Brasil.

A despesa necessária para trazer as escolas de agronomia para dentro das universidades a que elas devem pertencer, a fim de poderem aproveitar-se do conhecimento científico de alto nível dos institutos da universidade, ultrapassará, certamente, qualquer verba que fixássemos de antemão, por mais otimistas que fôssemos.

7. As universidades que o Brasil deverá possuir para efetuar com sucesso a sua missão científica, cultural e social, consumirão, assim, verbas sucessivamente crescentes e que só poderão ser achadas, no volume necessário, no Tesouro Federal.

8. Não se compreende, portanto, que parcelas imensas desses recursos sejam empregados para criar uma nova universidade em local extremamente afastado e onde, no momento, absolutamente nada existe senão o deserto.

É evidente que no futuro, ainda remoto, Brasília precisará ter, também, uma universidade.

Pretender, porém, construir já um *campus* universitário em Brasília só pode ser defendido por quem subestime as dificuldades a enfrentar na organização de uma universidade. Tais dificuldades não se limitam a questões de dinheiro, embora essas questões sejam, no momento, superáveis para a Universidade de Brasília: o Tesouro brasileiro não dispõe dos recursos necessários à criação de uma universidade-modelo em Brasília.

Basta repetir que será necessário construir não só as instalações da universidade, como todas as instalações de uma pequena cidade com habitantes de nível alto de vida, nos termos em que foi concebida, mantendo-se e aperfeiçoando-se, ao mesmo tempo, o resto da rede de ensino no País.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta que todas as universidades brasileiras estão em processo de reestruturação e que, portanto, a competição por bons professores é intensa. Apesar dos vultosos recursos proporcionados pelo Governo, até hoje são numerosas as universidades e escolas que não conseguem, nem no país, nem no estrangeiro, os elementos docentes necessários à organização adequada de seus cursos. Logo, a Universidade de Brasília vai encontrar as mesmas e maiores dificuldades que as demais universidades brasileiras. Para recrutar docentes, terá de elevar salários a um nível que não podemos sequer imaginar.

Necessitará ter despesas muito maiores para obter um corpo docente como planeja e deseja.

Não me quero alongar mais. Lerei, apenas, alguns dados para realçar, no mérito, a justeza da tese que defendo:

9. Nos Estados Unidos da América, existem hoje em dia aproximadamente trezentos mil alunos matriculados em perto de 250 escolas de engenharia, o que dá bem mais de mil alunos por escola. Na Rússia, os alunos correspondentes são setecentos mil, para quase duzentas escolas, o que dá aproximadamente 3.500 alunos por escola.

No Brasil, a matrícula nas escolas de engenharia atinge aproximadamente dez mil alunos para três dezenas de escolas, o que dá, em média, 300 alunos por escola.

Creio que esses dados revelam a verdadeira insensatez que estamos praticando, de multiplicar desmensuradamente o número de escolas incapazes de prestar ao nosso desenvolvimento a colaboração que elas devem prestar.

O que se impõe é impedir a abertura de novas escolas a fim de melhorar e ampliar as que já existem.

A colaboração que elas devem prestar, e que se impõe, a nosso ver, ao contrário, é impedir essa proliferação de novos institutos; ampliar e aparelhar os que já existem, ensejando a criação de universidades de alto padrão de ensino pela concentração de recursos, e permitindo que, a cada uma dessas escolas, tenha acesso um número maior de alunos e não a média ridícula que hoje apresentamos. A preocupação que existe e se apresenta para a Universidade de Brasília, de criar instituição modelo, merece um certo reparo.

É muito bom, muito louvável, ter uma instituição de ensino modelo, mas isso não é suficiente, porque, então, essa instituição

nos dará um número reduzido de profissionais modelarmente diplomados. O que seria necessário, imperioso, é que incrementássemos o número de bons profissionais diplomados pelas dezenas de estabelecimentos existentes, permitindo que eles se desenvolvam, se aperfeiçoem e se reestrutrem em moldes modernos.

Se é preciso uma reforma da Constituição acabando com a vitaliciedade das cátedras, nada obsta que isso se faça. Há dias, fizemos uma reforma constitucional em vinte e quatro horas, para adotar nova discriminação de rendas para os municípios.

Sem ir a esse açodamento, é muito possível, através de uma reforma constitucional, permitir que a lei crie carreiras de magistério. O que é imperioso é que se crie, no Brasil, não apenas na Universidade Modelo de Brasília, mas nas vinte universidades existentes.

Quero terminar, para não fadigar mais a atenção dos meus eminentes Pares, embora muito ainda tivesse a dizer nesse terreno, lembrando aos ilustres Colegas as injustiças que se fazem no Brasil, em matéria de ensino, especialmente de ensino superior.

O ensino superior no Brasil já absorve mais de cinquenta por cento dos recursos do Ministério da Educação e Cultura, quando as necessidades mais prementes do País estão ensino primário, no ensino elementar, no ensino médio e, sobretudo, no ensino técnico profissional.

Precisaríamos, no entanto, ampliar as iniciativas do Estado no ensino primário, no ensino elementar e no ensino técnico profissional, mas apesar de o ensino

superior absorver mais de cinquenta por cento dos recursos do Ministério da Educação e Cultura, temos para a vergonha de todo o Brasil o caso da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, que lá está há mais de vinte anos, sem ser concluída, submetendo seus alunos a uma vida de tormento, em uma cidade com as dificuldades de transporte e inúmeras outras que conhecemos.

Não há recursos para concluir a Cidade Universitária do Rio de Janeiro na ilha do Fundão, mas aparecerão os recursos para...

O Sr. Vivaldo Lima - Muito bem!

O SR. MEM DE SÁ - ... a construção em sete ou oito anos, de setecentos metros quadrados, em Brasília, para a nova universidade.

Seria o caso de se dizer: Senhor Deus, se existem recursos abundantes para a construção de uma nova universidade, porque não concluir uma já começada há vinte anos?

Como há falta de recursos para concluir uma e não para começar outra? Iremos formar um novo cemitério de esqueletos de edifícios, aqui em Brasília, para depois abandoná-los e passarmos a outra iniciativa mais arrojada, que também não terá conclusão.

Eu lembraria ainda, em matéria de injustiça, de falta de critério, da falta de recursos, o caso dos hospitais e, sobretudo, dos hospitais de clínica.

O caso dos hospitais interessa tanto à assistência social, assistência às nossas

populações carentes de recursos médicos como ao ensino da medicina.

Não se compreende, hoje, uma boa faculdade de medicina sem um hospital de clínicas ao lado, onde os alunos possam adquirir os conhecimentos práticos, fazer as suas pesquisas, adquirir um padrão de conhecimentos compatível com a sua profissão.

Na minha Porto Alegre, o Hospital de Clínica começou a ser construído em 1939. Estamos em 1961, e só agora se acha em fase final de construção. É possível que nos próximos 4 a 5 anos comece a funcionar.

No Rio de Janeiro, o Senador Filinto Müller viu com os próprios olhos - eu estava em sua companhia - o hospital da Faculdade de Ciências Médicas abandonado por falta de recursos. Aquela Faculdade de Ciências Médicas, que não tinha onde levar os alunos para adquirirem a prática e experiência, obteve agora do Governo da Guanabara que lhe fosse entregue o antigo Hospital Pedro Ernesto. Disse-me há poucos dias o Professor Américo Piquet Carneiro, um dos seus devotados professores, homem de grande valor que ali trabalha por uma remuneração ridícula, como os demais membros do Corpo Docente, que para manter o Hospital Pedro Ernesto nas condições mínimas para um hospital de clínica, serão necessários, imagina, um bilhão de cruzeiros por ano. Assim, a assistência médica nos hospitais existentes no Brasil, nos hospitais de clínica, ou não existe ou, quando existe, faltam recursos para os manter dentro de um padrão rudimentar, tudo porque o erário está esgotado. Entretanto, à nova Universidade, com toda a grandeza de que se revestem os

seus planos, ao que se diz, não faltarão recursos. O resto do ensino continuará precário, deficiente, para que possamos apresentar no meio do deserto esta nova pérola engastada no Planalto, para admiração da Europa que, provavelmente, se curvará mais uma vez perante o Brasil.

Recordo ainda aos meus eminentes Colegas as cifras que, há poucos dias, trouxe ao conhecimento desta Casa, a respeito da situação orçamentária e financeira do País que, creio, todos se lembram, é mais do que de descalabro, é de bancarrota completa. Vamos encerrar este ano com *déficit* de 120 bilhões de cruzeiros e, no próximo ano, se houver reclassificação e novo reajustamento de vencimentos do funcionalismo, esse *déficit* elevar-se-á a 200 bilhões. Não temos mais noção das emissões que se fazem. Estamos como folhas soltas e mortas num turbilhão. Somos uma espécie de duendes dançando macabramente sobre um vulcão que, em pouco, começará a expelir as suas lavas. Mas continuaremos a criar despesas, continuaremos a abrir novos sorvedouros nesse organismo que já não tem seiva nem sangue, que é o organismo financeiro nacional.

Tudo porque que somos levados pela miragem de um sonho. O sonho é belo - o desta Universidade -, a realidade brasileira é trágica!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Projeto *(Pausa)*.

SR. ALÔ GUIMARÃES (*Não foi revisto pelo orador*) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em outra oportunidade, desta mesma tribuna, manifestei meu pensamento favorável à programação de uma universidade em Brasília, por admitir que a mesma viesse a estabelecer, no setor universitário nacional, novas perspectivas no ensino das diferentes matérias e, sobretudo, na propagação de conhecimentos científicos, baseadas na mentalidade característica da época de desenvolvimento e progresso que a Nação vive neste instante.

Tinha, Sr. Presidente, os olhos voltados para o futuro da nacionalidade.

Não guardava, no meu coração, qualquer restrição a conceituações renovadoras que pudessem diminuir o avanço da técnica, ou uma notável discriminação em favor do nosso esforço de criar a ciência pura nacional.

Adivinhava - como agora - que o destino de uma Nação, nova e forte como o Brasil, está preso às noções que se criem no sentido do seu desenvolvimento cultural, para que possa aprender, com eficiência, as novidades que apareçam no terreno pedagógico da ciência universitária.

Adivinhava - como agora - sem restrições na alma, que as universidades não devem continuar a ser uma repetição constante e sistemática dos conhecimentos, mas constituir-se num padrão capaz de dar conceitos novos à ciência universitária. O professor não deve ser um simples repetidor de ciências, mas praticar, pela observação e pela experiência, aquilo que se convencionou chamar, no sistema

universitário, a pesquisa, a renovação e a inovação do espírito.

Sr. Presidente, com esse pensamento, aqui manifestei minha opinião sincera de que essa Universidade criaria, no Brasil, uma mentalidade nova.

Há necessidade, neste País que tanto amamos, de um reequipamento completo, que não pode ser conceituado somente no sentido desenvolvimentista, dinâmico e progressista das nossas forças naturais e objetivos. Deve ser completado com um reequipamento espiritual e de idéias, quando às ciências universitárias. Isso só se poderia conseguir com a inovação do que se entende por universidade. Precisamos quebrar e refundir os conceitos obsoletos do passado, para criar uma fonte de renovação da ciência pura, que venha dar novas forças à juventude brasileira, preparando-a para receber novos estímulos nas pesquisas e na cultura modernas.

Sr. Presidente, rendo minhas homenagens aos que edificaram esse novo conceito de universidade no Brasil. As que possuímos estão obsoletas. Precisávamos realmente que homens da envergadura de Pedro Calmon, João Cristóvão Cardoso, Anísio Teixeira, Ernesto Luiz Oliveira Júnior e Darcy Ribeiro criassem, no mundo novo que é o Brasil, essa nova forma de universidade que é a Universidade de Brasília.

Sr. Presidente, convivi muito tempo nos meios universitários brasileiros. Na velha e pequena Cidade de Curitiba, pelos idos de 1913, surgiu um sonho, o da criação de uma universidade que congregasse Institutos de Medicina, Farmácia, Odontologia,

Engenharia e Direito. Alcançamos, na terra paranaense, o progresso como fruto do aprimoramento do espírito. Foi a evolução natural daquela gente, que saía da sua incipiência para se abeberar em novos conhecimentos, que tornou o Estado do Paraná num dos mais poderosos e pujantes da Federação brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, creio no progresso que a cultura trará para os brasileiros, no progresso que o conhecimento dos recursos da técnica moderna e da cultura especializada levará a cada canto da nossa terra, porque assim é que se processa a evolução dos povos.

As universidades antigas não mais preenchem suas funções.

Convivi em meios universitários, como disse, e sei que as atuais universidades estão superadas. Hoje, exigimos que o ensino tenha outro conteúdo.

Não importa o quanto vamos gastar. Não importa que os investimentos necessários para a criação de grandes institutos de ensino do País sejam empregados neste ou naquele estado. O que importa é a criação de universidades nos moldes e padrões das mais evoluídas e que existem em vários países. Fundada a Universidade de Brasília, as que existem se renovarão, e a ela se unirão no difundir os mais modernos conhecimentos e no aprimoramento da cultura da juventude brasileira.

O Sr. Vivaldo Lima - Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALÔ GUTMARÃES - Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima - Por que não lançarmos mão desses recursos para a renovação, de acordo com a técnica moderna, dos institutos já existentes? Esperar que se organize e construa uma universidade do porte da prevista no projeto para que depois as outras sigam o exemplo e procurem conseguir meios para sua remodelação é tornar estas últimas satélites da primeira. Em que situação está o Brasil, nesse setor, nos vinte e um estados? O meu estado luta, no Congresso, pelo restabelecimento da sua Escola de Odontologia. Não consegue, porque o Erário está em dificuldades. Desde 1941, foi extinta a Escola de Odontologia do Amazonas. De lá para cá, os seus dentistas se formam nos Estados do Sul, como São Paulo, Paraná, Guanabara e Pernambuco. Esses diplomados em cursos superiores, naturalmente, não se dirigirão para o Norte nem para o Nordeste, porque a região é pobre e não lhes oferece situação condigna. No entanto, procura-se construir agora, em Brasília, para empolgar o mundo.

O Brasil é sempre assim. Vivemos, aqui, dentro de sonhos que, realmente, arrebatam. Mas a realidade brasileira, infelizmente, não permite isto. V. Exa. há de convir e concordar comigo; as escolas existentes precisam ser atendidas nas suas reivindicações, para que possam realmente ministrar o ensino que os nossos coestaduanos necessitam. Ofereci emenda ao Orçamento da República no sentido de ampliar a Faculdade de Direito do Amazonas e tenho a impressão de que ela deve ter sido rejeitada pela Câmara dos Deputados. A Emenda é de trinta milhões

de cruzeiros, apenas, e servirá para construir a Faculdade de Direito do Amazonas.

O SR. ALÔ GUIMARÃES - Respondo a V. Exa., nobre Senador Vivaldo Lima: minhas palavras não têm efeito restritivo. Gostaria que V. Exa. pudesse equipar a Universidade do seu Estado.

O Sr. Vivaldo Lima - O dinheiro não chega ao Norte!

O SR. ALÔ GUIMARÃES - Toda esta conceituação é para que até lá também se crie uma civilização diferente no solo brasileiro e por isso a Universidade e os Institutos de Ensino Superior do Amazonas merecem o nosso respeito e acatamento.

O Sr. Vivaldo Lima - De V. Exa.; não dos Poderes Públicos.

O SR. ALÔ GUIMARÃES - Mas, o que se trata no momento, é de uma universidade de novo estilo, que vai servir de padrão. Aqui mesmo se fizeram restrições ao sistema universitário vigente. Confesso que concordo em que se estabeleça a ditadura da cátedra em algumas universidades. Nas velhas universidades brasileiras, como na de nosso Estado - meu e do nobre Senador Gaspar Velloso - já se pensou em estabelecer algumas modificações no sistema vigente. Na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, não se estão realizando concursos para algumas das cátedras, porque se admitiu a idéia da organização de departamentos. Há pouco foi criado o Departamento de Clínica Médica, com a aposentadoria do Professor Tristão de Athayde, aliás, amigo de V. Exa., nobre Senador Vivaldo Lima.

Nessa oportunidade se preencheu sua cátedra; e organizou-se um Departamento de Clínica Médica, no qual o professor da outra disciplina de Clínica Médica ficou sendo o Diretor deste grande setor e os outros Diretores de Clínica Terapêutica e os Assistentes de outras clínicas ficaram como chefes de clínicas de outras especialidades, para que se coordenasse um sistema de trabalho eficiente que desse sentido novo ao ensino na Faculdade de Medicina do Paraná.

Outros Departamentos serão criados, tais como o de Neurologia, de Psiquiatria e de Medicina Legal. São velhas fórmulas que, agora, voltam renovadas, no sentido de permitir aquilo que, hoje, realmente, conquistou os foros de liberdade que é o currículo de cada um dos professores; não se criará o cargo professor vitalício e sim permitir àquele que exercita diariamente, com merecimento, competência e antigüidade o trabalho, fazer valer o principado da sua inteligência e da sua cultura.

O Sr. Vivaldo Lima - Perfeitamente.

O Sr. Filinto Müller - Muito bem.

O Sr. ALÔ GUIMARÃES - Na criação da Universidade de Brasília tudo está previsto. Não vou entrar no mérito, se ela deve estar sediada na Capital do Brasil.

Suponho que Brasília vai ser daqui a dez ou vinte anos a Brasília de hoje. Aqui residem e vão continuar a residir a nobreza da intelectualidade funcional do Brasil, aqueles cujos descendentes seriam - quem sabe? - aqueles que devessem ter mesmo uma Universidade padrão.

O Sr. Lima Teixeira - Muito bem!

O SR. ALÔ GUIMARÃES - Nesta terra vão se sediar, quem? Os homens mais ilustres do País, não digo todos, mas os de categoria mais ilustre; nesta terra não existirá proletariado porque não foi criada para serem sediadas nela fábricas; mas sim residências de funcionários categorizados da Nação, residências de Parlamentares, residências de Ministros de Estado, e por isso mesmo nela deve fixar-se a maior Universidade do País, no momento.

O Sr. Lima Teixeira - Apoiado.

O SR. ALÔ GUIMARÃES - Vai servir essa Universidade, Sr. Presidente, para que sob sua cúpula se criem outras universidades brasileiras.

Sr. Presidente, não vim preparado para fazer a defesa da Universidade de Brasília, mas porque nesta Casa um dia teci loas ao plano de criação dessa Universidade, plano que cria estabelecimento de ensino que não são estanques, mas permeáveis à renovação do espírito e da inteligência, só por isso teci um hino de louvor a quem imaginou esse estilo de universidade que tanto me agrada, inclusive com internação para seus estudantes. E só por isso volto à tribuna para defender sua vida, para mais uma vez dizer que estou com a Universidade de Brasília, dado que ela defende tese nova no País sobre instalação da universidade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE: Continua em discussão o Projeto e as emendas. *(Pausa).*

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

O SR. VIVALDO LIMA: *(Pela Ordem) - (Não foi revisto pelo orador) - Sr. Presidente, indagaria de V. Exa. se estamos discutindo o Projeto e as Emendas ou o Requerimento de Urgência?*

O SR. PRESIDENTE: O requerimento de urgência foi aprovado hoje pelo Plenário.

O SR. VIVALDO LIMA - Prende-me minha questão de ordem, Sr. Presidente, ao fato de que está publicado no avulso da sessão de hoje, 5 de dezembro, item IV, como matéria em tramitação normal, o requerimento número 504, de 1961, assim anunciado:

Votação, em discussão única, do Requerimento nº 504, de 1961, pelo qual os Srs. Daniel Krieger, Barros de Carvalho (respectivamente Líderes da UDN e do PTB) e outros Srs. Senadores solicitam urgência nos termos do art. 330, letra b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências.

Assim sendo, Sr. Presidente, aqui estou acompanhando o debate na certeza de que iríamos votar apenas o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE: V. Exa. tem razão, e a questão de ordem levantada por V. Exa. requer um esclarecimento: o requerimento de urgência a que V. Exa. alude foi votado na sessão de hoje, e em

virtude de sua aprovação é que o Projeto de Lei da Câmara nº 122, está em votação.

O SR. VIVALDO LIMA: - Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE: Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 514, de 1961

Nos termos dos arts. 212, letra t, e 310, letra b, do Regulamento Interno, requeiro destaque, para rejeição, seguinte parte do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1961:

No art. 20 - das expressões finais: "bem como franquia postal telegráfica".

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1961. - Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE: Antes de submeter à votação o requerimento, esclareço aos Senhores Senadores que a aprovação do mesmo excluirá do Projeto a expressão:

"bem como franquia postal e telegráfica".

Em votação o requerimento.

O SR. FILINTO MÜLLER: *(Pela Ordem)* - Sr. Presidente, desejo consultar V. Exa. se se trata de requerimento de destaque para votação futura ou para rejeição imediata.

O SR. PRESIDENTE: Para rejeição imediata.

O SR. FILINTO MÜLLER - Obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. MEM DE SÁ: *(Para encaminhar a votação)* *(Não foi revisto pelo orador)* - Sr. Presidente, trata-se de requerimento de destaque para rejeitar essas expressões.

A rigor, Sr. Presidente, eu deveria ter pedido destaque para uma outra parte do Projeto, aquela em que se atribui à Fundação Universidade de Brasília os lucros e dividendos das ações que a União possui na Companhia Siderúrgica Nacional.

Entendo que há aí um defeito de técnica legislativa e financeira. É um erro proclamado por todos os tratados de finanças vincular receita pública a despesas.

Uma Universidade como a que se vai criar dependerá do orçamento global das dotações. Essa parte das ações da Companhia Siderúrgica Nacional está orçada em quatrocentos milhões de cruzeiros por ano. É bem de ver que ela é insuficiente para manter sequer a reitoria da Universidade. Contudo, não requeri esse destaque para demonstrar que não tenho hostilidade contra essa instituição.

Sei pelos planos que se pretende, graças a esses recursos, obter empréstimos internos ou externos que só serão conseguidos se houver uma vinculação de receita. Assim é que, embora haja o erro financeiro de destacar uma receita com vinculação, apesar de que através desses dispositivos se vá tirar do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico essa parcela com que ele conta,

apesar de que com isso se vá desfalcando esse Banco de recursos para o desenvolvimento nacional, mas considerando que a aplicação à Universidade é indiscutivelmente aplicação de desenvolvimento nacional, não requeri destaque dessa parte. Não abri mão, porém do destaque da parte referente à franquia postal-telegráfica. Não tenho dúvida quanto a esse destaque. Sei que a maioria o rejeitará. Está no seu direito ao qual me curvo, como sempre. Nem tenho outro recurso senão me curvar à decisão da maioria de meus eminentes Colegas. Apenas tenho que manter coerência com a minha atitude nesta Casa.

Sr. Presidente, eu sistematicamente combati e combato a franquia postal-telegráfica. É um absurdo que exista, na administração brasileira, essa franquia. Os serviços postais-telegráficos devem pertencer a uma autarquia e ninguém, nem o Poder Público, nem o Executivo, nem o Legislativo, deve ter essa franquia.

O correto será a existência de dotações, em todas as repartições públicas, para as despesas postais-telegráficas, a fim de que a autarquia seja auto-suficiente, a fim de que sua renda corresponda ao custo de seus serviços.

No Brasil criou-se esse absurdo. Dá-se cada vez maior número de franquias postais-telegráficas e, em consequência, o nosso Departamento Nacional de Correios e Telégrafos apresenta os piores serviços do mundo. Nem pode deixar de apresentar, porque vive esmagado debaixo da carga de telegramas gratuitos. E se alguém tiver dúvidas a esse respeito que vá às agências dos Correios instaladas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para verificar

que, sobretudo nesta época do ano, se transmitem centenas e milhares de telegramas de felicitações pelas festas de Natal, porque o serviço é inteiramente gratuito.

Então, os serviços entram em colapso. Aumentam-se as tarifas, como já foram aumentadas de forma escandalosa, e eles continuam ruins, porque os que pagam, mesmo pagando muito, não fornecem recursos necessários para cobrir as franquias tão levemente concedidas.

No caso presente, mais uma franquia vai ser dada. Provavelmente - não quero fazer nenhuma previsão! - toda a correspondência postal e telegráfica da Universidade, inclusive a dos alunos, será favorecida pelo manto largo em que a franquia é concedida.

Concordei em que se desse isenção de impostos para a importação do material de que a Universidade precisa. Mas franquia postal-telegráfica importa neste País em agravar-se uma situação já insolúvel. Cada vez teremos piores serviços postais-telegráficos, pois só procuramos corrigi-los através de remédios inadequados.

Então, quando ouço falar, como há pouco, em monopólio estatal de serviços de telecomunicações, eu logo me lembro das consequências das franquias que vão ser concedidas e que inutilizarão todo o sistema que foi criado, por melhor que seja.

Folgo em dizer à Casa que, há dias, relatei projeto que autoriza o Estado da Bahia a contrair empréstimo para ampliação dos serviços de água na cidade do Salvador. O projeto da Assembléia baiana nos dá um

exemplo que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal bem podiam seguir. Estabelece o projeto que autoriza a ampliação dos serviços de água que nenhuma instituição, mesmo as de caridade, mesmo as hospitalares, gozará de isenção para o pagamento da taxa de água. E quando qualquer isenção for concedida, o Estado pagará a parte que lhe corresponda!

Esta a fórmula certa. Quando o Estado concede isenção para um serviço industrial deve pagar à autarquia ou ao órgão administrativo que o execute.

Portanto, meu destaque é apenas uma advertência para o Senado neste momento. Sei que ele será rejeitado sob o pretexto de que esta Universidade precisa ser criada imediatamente, embora não tenha dotações orçamentárias para o próximo ano. Então não se permite nenhuma alteração no texto, mesmo que seja para aperfeiçoá-lo.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. FILINTO MÜLLER: (*Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador*) - Sr. Presidente, desejo pedir a atenção do Senado para requerimento de destaque apresentado pelo nobre Senador Mem de Sá e que S. Exa. acaba de sustentar.

Estou de acordo com a argumentação do eminente senador com referência às inconveniências que há em concedermos franquia postal-telegráfica a vários órgãos da administração pública.

A tese sustentada por S. Exa. é, sem dúvida, irrespondível. Mas no caso em apreço, se atendermos a que não deva ser concedida franquia postal-telegráfica aos

órgãos da administração pública, se assim decidirmos em relação à Universidade de Brasília, retardaremos não de um ou de alguns meses, mas talvez de um ano ou mais, a criação desta Universidade.

Estamos diante de um Projeto realmente grandioso e que visa ao aperfeiçoamento intelectual do Brasil, à elevação do nosso ensino como muito bem disse o nobre Senador Alô Guimarães na brilhante oração que acaba de pronunciar.

Devo, aliás, acentuar que o eminente Senador Mem de Sá não deixou de tecer elogios a esse plano da Fundação Universidade de Brasília, reconhecendo a necessidade em que nos encontramos, na época atual, no momento atual do desenvolvimento do País, de mudar o obsoleto sistema universitário que temos, reconhecendo, até, a conveniência de se suprimir a vitaliciedade das cátedras da Universidade. De modo que o próprio Senador Mem de Sá, que aqui pronunciou magistral discurso, que impressionou o Senado com sua brilhante argumentação...

O Sr. MEM DE SÁ - Obrigado a V. Exa.

O SR. FILINTO MÜLLER - ...que se preparou, aliás muito bem, para pronunciar esse discurso, o próprio Senador Mem de Sá não nega a importância do projeto que está sendo examinado pelo Senado.

Ora, Senhor Presidente, em face dessa importância, em face dessa grandiosidade do projeto que cria a universidade modelar que deve ser criada para um Brasil novo, que tem hoje na sua capital o símbolo do seu desenvolvimento, nós, que não podemos ter

uma capital sem alma, como seria sem a Universidade, não poderemos permitir que esse projeto tenha sua votação retardada. E a emenda do nobre Senador Mem de Sá, não obstante ser ela realmente conveniente para o serviço público em geral; diria eu, esse destaque, que vale como emenda, faria com que o projeto voltasse à Câmara dos Deputados neste final de sessão legislativa, sem tempo para a Câmara examinar a matéria. Então, não teríamos, nos próximos meses, essa Universidade pela qual tanto anseiam os brasileiros.

Assim, *data vênia* do eminente Senador Mem de Sá, com todo o respeito que me merece e a amizade que tenho por S. Exa., peço ao Senado que rejeite o destaque, porque pode trazer resultado prejudicial ao projeto que estamos apreciando. (*Muito bem, muito bem*).

O SR. PRESIDENTE: Em votação o destaque.

Os Senhores Senadores que rejeitam o destaque, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está rejeitado.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 1961 (Nº 1.860-D, de 1960, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma Fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 2º. A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3º. A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º. O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pela dotação de um bilhão de cruzeiros a que se refere o art. 17 e pelas rendas das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União;

b) pelos terrenos destinados, no Plano Piloto, à construção de uma universidade em Brasília;

c) pelas obras de urbanização e de instalação de serviços públicos na área da Cidade Universitária, a serem construídos pela Companhia Urbanizadora da Nova

Capital, sem indenização, nas condições do art. 17 da Lei nº 2.874, de 10 de novembro de 1956;

d) pelos edifícios necessários à instalação e funcionamento da administração, da biblioteca central, da estação radiodifusora, do departamento editorial, do centro recreativo e cultural a serem construídos pela NOVACAP nas condições da alínea anterior;

e) pelos terrenos das 12 superquadras urbanas, em Brasília, que lhes serão doados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital;

f) pela metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, que serão aplicados na instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília;

g) pela dotação de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) na forma do art. 18, destinados a constituir um fundo rotativo para edição de obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário, pela Editora Universidade de Brasília;

h) pelas dotações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Distrito Federal, por entidades públicas ou particulares.

§ 1º. Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, podendo para tal fim ser alienados, com exceção dos mencionados nas alíneas b, c e d.

§ 2º. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 5º. O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

Parágrafo único. Estes atos compreenderão os que se tornarem necessários à integração, no patrimônio da Fundação, dos bens e direitos a que se referem as alíneas a, b, e, f, g e h do art. 4º e a respectiva avaliação.

Art. 6º. Para manutenção da Fundação, o Orçamento Federal consignará, anualmente, recursos, sob a forma de dotação global.

Art. 7º. A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por seis membros e dois suplentes escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará a cada dois anos, pela sua metade.

§ 1º. O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2º. O presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade.

Art. 8º. Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por quatro anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente da República, sendo a metade para período de quatro anos e a outra metade para período de dois anos.

§ 2º. A Renovação do Conselho se fará por escolha e nomeação do Presidente da

República entre os nomes de uma lista triplíce apresentada para cada vaga pelo Conselho Diretor.

Art. 9º A Universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisas e por Faculdades destinadas à formação profissional cabendo:

I) aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;
- b) formar pesquisadores e especialistas;
- c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II) às Faculdades, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;
- b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;
- c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10. A Universidade de Brasília se empenhará no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem.

Art. 11. A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 12. O Conselho elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoas de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13. A Universidade gozará de autonomia e disciplina administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.

Art. 14. Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o que dispõe os parágrafos deste artigo.

§ 1º. Para que seus diplomas profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados pela Universidade de Brasília, os seguintes princípios:

1. a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

2. não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória,

o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

3. não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da freqüência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, indiretamente, em dispensa de freqüência;

§ 2º. Os estatutos da Universidade organizarão a carreira do magistério, escalonando os diversos cargos e os graus universitários correspondentes, observando, quanto ao aproveitamento efetivo das cátedras, o concurso de títulos e provas.

Art. 15. Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 11.

Parágrafo único. O Conselho Diretor será assistido, até a instalação dos órgãos deliberativos e consultivos da Universidade, por tantos coordenadores quantos forem os institutos e faculdades em fase de criação, sendo tais coordenadores designados pelo Reitor com aprovação prévia do Conselho Diretor.

Art. 16. Os contratos do pessoal docente e administrativo da Fundação, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela legislação do trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

§ 1º. O quadro do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade será fixado pelo Conselho Diretor e admitido com aprovação deste, pelo Reitor, não podendo ser alterado numericamente dentro do prazo para o qual foi organizado.

§ 2º. Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço.

Art. 17. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de um bilhão de cruzeiros, destinado a custear a construção dos edifícios da Universidade de Brasília.

Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de cinquenta milhões de cruzeiros, à verba que especifica Verba 3, Serviços e Encargos - Auxílios, Contribuições e Subvenções - Subvenções Fundação Universidade de Brasília, Dotação para construir fundo rotativo da Editora Universitária de Brasília.

Art. 19. A Fundação Universidade de Brasília poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite, ficando-lhes assegurada cobertura cambial prioritária e automática à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 20. É assegurada à Fundação Universidade de Brasília isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, bem como franquia postal telegráfica.

Art. 21. Mediante termo lavrado no Ministério da Fazenda, serão transferidas para a Fundação Universidade de Brasília as rendas do corrente ano das ações referidas no art. 4º.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 1º de setembro de 1961.

O SR. PRESIDENTE: Em votação as emendas.

Sobre a mesa requerimento de destaque, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 515, de 1961

Nos termos dos arts. 212, letra t, e 230, letra a, do Regimento Interno, requeiro destaque, para rejeição, da Emenda nº 7.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1961 - *Filinto Müller*.

O SR. FILINTO MÜLLER: *(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador)* - Sr. Presidente, verifiquei, quando se leu o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que este ilustre órgão do Senado, essa comissão técnica entendeu que algumas modificações introduzidas no projeto, até de pequenas emendas, poderiam, perfeitamente - e entendeu certo - ser consideradas emendas de redação. Em relação a elas, portanto, não tenho nenhuma

objeção a fazer, mas quanto à emenda do nobre Senador Mem de Sá...

O Sr. Mem de Sá - Emenda da Comissão de Finanças.

O SR. FILINTO MÜLLER - V. Exa. apresentou a emenda e viu-a aprovada.

Sr. Presidente, a emenda da Comissão de Finanças, de autoria do nobre Senador Mem de Sá, estabelece que todas as despesas efetuadas pela Fundação Universidade de Brasília terão sua prestação de contas perante o Tribunal de Contas.

Evidentemente, a emenda é de sentido moral elevado, sobretudo se considerarmos um aspecto do discurso aqui proferido pelo eminente Senador Mem de Sá - o referente às despesas vultosíssimas com que terá de arcar a Universidade de Brasília para o seu funcionamento.

Sr. Presidente, é evidente que estamos diante de um novo sistema. Queremos criar uma nova mentalidade universitária no Brasil. Cogita-se de liberar as universidades do sistema arcaico que impossibilita o seu desenvolvimento e dentro do qual vivemos desde muitos anos.

O fato de se tratar de uma Fundação de Direito Público, e de entregarmos a sua direção a homens de alto valor intelectual e grande envergadura moral, como o próprio Senador Mem de Sá reconhece, constitui uma garantia da aplicação honesta e correta das verbas que serão entregues à Universidade.

Preocupado com as objeções levantadas pelo nobre Senador Mem de Sá e com a

emenda por S. Exa. encaminhada à Comissão de Finanças, e desejando evitar esse óbice à aprovação do projeto, neste final de sessão legislativa, procurei o Sr. Primeiro Ministro e lhe pedi que examinasse o problema, através de um grupo de trabalho e promovesse o envio de uma anteprojeto de lei disciplinando a atuação dos Órgãos dirigentes das fundações subvencionadas pelos cofres públicos, no sentido da prestação de contas dos dinheiros que lhes fossem entregues.

O Sr. Tancredo Neves, Primeiro-Ministro, tomou comigo o compromisso de mandar estudar um anteprojeto de lei nesse sentido. A proposição será enviada ao Congresso Nacional possivelmente no início da próxima sessão legislativa, para ter aqui tramitação rápida e necessária.

Desta maneira, poderemos, tranqüilamente, rejeitar a emenda da Comissão de Finanças que manda submeter ao Tribunal de Contas todas as contas da Fundação Universidade de Brasília, porque teremos, no próximo ano, um projeto que disciplinará a matéria em caráter geral, e afastará a hipótese da má aplicação dos dinheiros públicos.

Baseado nesse compromisso do Sr. Primeiro-Ministro, que estou autorizado a transmitir ao Senado, peço ao Plenário aprove o destaque para rejeição da emenda, porque, desta forma, estará o Projeto em condições de ser submetido à sanção e de produzir os seus frutos.

O nobre Senador Mem de Sá, no final do seu notável discurso, critica o desejo de se criar, em Brasília, uma instituição modelo que, forçosamente, formará alunos-

modelos e em pequeno número. Disse que muitas e vultosas despesas seriam necessárias para atingirmos esse objetivo.

Concordo com S. Exa. que serão necessárias muitas despesas, mas será necessário também muito tempo, muita energia, muita coragem e muita confiança no futuro do Brasil.

É por isso, Sr. Presidente, que peço a aprovação do meu destaque para que seja rejeitada a Emenda da Comissão de Finanças. (*Muito bem*)

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ (*Não foi revisto pelo orador*) - Como sabe a Casa, a Emenda está rejeitada, entretanto creio que a Comissão de Finanças tem motivos, se não para regozijo, pelo menos para consolo.

Realmente, não havia como negar a procedência da Emenda. A Fundação que se está criando vai gerir verbas como talvez poucas autarquias e entidades dispõem no Brasil e, como mostrei, com absoluta, ilimitada liberdade. Não há no Projeto a menor alusão a qualquer forma de controle ou de fiscalização.

O eminente Senador Filinto Müller, que hoje nos dá o prazer de voltar a oferecer, a esta Casa, o que há tanto tempo não fazia, os primores de sua conduta parlamentar na direção da maioria, é o primeiro a reconhecer a necessidade desse controle. Demonstrou S. Exa. que assim pensava.

Aquela tímida e fugaz esperança de que o Conselho Diretor, sendo integrado por

homens dignos, exerça plenamente a sua finalidade está um pouco sujeita a decepções na vida prática.

Efetivamente o que eu disse foi que o Conselho Diretor da Fundação deve ser integrado por homens desse gabarito, dessa envergadura moral, não sei se assim acontecerá, Sr. Presidente, porque temos visto e visto demais, no Brasil, a entrega dos cargos da maior responsabilidade a homens da maior irresponsabilidade.

Não precisaria, provavelmente, desfiar o rosário dos exemplos dos dias atuais e dos dias passados. Acentuei que muito temia não se conseguisse em Brasília recrutar membros para o Conselho Diretor que a ele se pudesse dedicar com o empenho e o acúleo necessários, tal como se verifica na América do Norte, dadas as condições especiais da nova Capital.

Lembro ainda que, mesmo no Governo passado, duas fundações, ao serem criadas, trouxeram na Lei a exigência da prestação de contas perante o Tribunal, apesar dos seus Conselhos Diretores também deverem ser integrados por pessoas do mais alto valor. Os exemplos são muito vivos e dignos de atenção. A famosa Fundação das Pioneiras Sociais, que tanto trabalho e tanta luta deu ao Congresso, nela, através da Lei nº 3.736, publicada em 12 de março de 1960, ficou a exigência da prestação de contas perante o Órgão competente da União; pouco depois, a Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública, pela Lei nº 3.760, de 11 de abril, trouxe novamente a mesma exigência.

No caso, portanto, da Fundação Universidade de Brasília, que vai despende somas fabulosas, essa exigência era mais do

que imperiosa e tanto assim foi reconhecido que o eminente Senador Filinto Müller, impressionado com a procedência, tomou a iniciativa que acaba de referir, obtendo do Primeiro Ministro a promessa de que se constituirá um Grupo de Trabalho que, depois de muito dito, isto é, de muito trabalho, apresentará um Projeto que, depois de outros tantos trabalhos, será remetido ao Congresso para provavelmente, dentro de dez anos, ser transformado em Lei.

A Comissão de Finanças tem, porém, um consolo, pensando no futuro do Brasil e deixando de se lembrar da realidade do presente. *(Muito bem)*

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais quem queira discutir o requerimento de destaque, vou submetê-lo à votação.

Pondero aos nobres Srs. Senadores que a votação do requerimento de destaque importa, desde logo, na rejeição da Emenda nº 7.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado. A Emenda nº 7 está rejeitada.

Em votação as Emendas de nº 1 a 6, apresentadas pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores que aprovam as emendas queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Estão aprovadas.

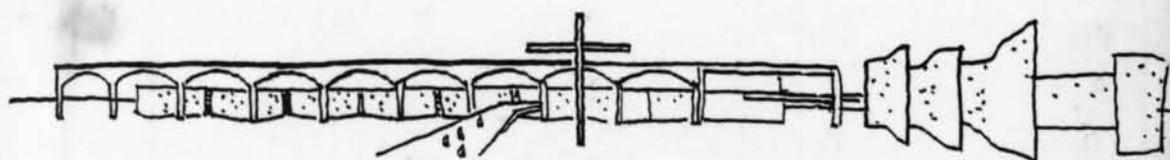
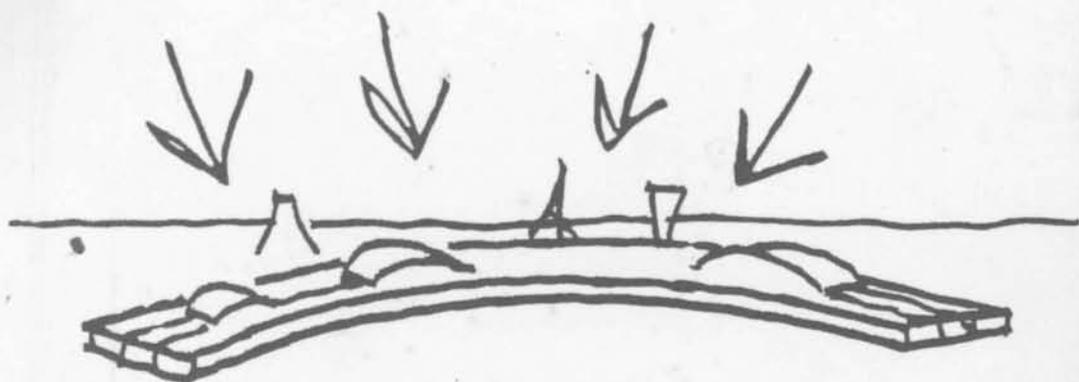
A matéria vai à Comissão de Redação para a redação final.

FOTOGRAFIAS DO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

(SEM REGISTRO DE DATA)







Instituto de Teologia Católica

